



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF)

CERTIDÃO

Sandra Manuela Penarroias Fernandes Camelo, Técnica Superior da Câmara Municipal de Alfândega da Fé; -----
CERTIFICA, para os devidos efeitos, que esta Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 22 de abril de 2015, deliberou, por **maioria**, dos quatro membros presentes, com dois votos a favor, dois votos contra dos Senhores Vereador Artur Aragão e Carlos Bebiano, e com o voto de qualidade do Senhor Vice-Presidente, Eduardo Tavares, aprovar o “**Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2014**” e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

Estiveram presentes na reunião, os seguintes membros do executivo: Senhor Vice-Presidente, Eduardo Tavares, e os Senhores Vereadores António Salgueiro, Artur Aragão e Carlos Bebiano. -----

Por ser verdade, para constar e ter sido solicitada, passo a presente certidão, que assino e autentico com o selo branco em uso nesta Câmara Municipal. -----

Paços do Município de Alfândega da Fé, 23 de abril de 2015. -----

A Técnica Superior,
23-04-2015 sandrac

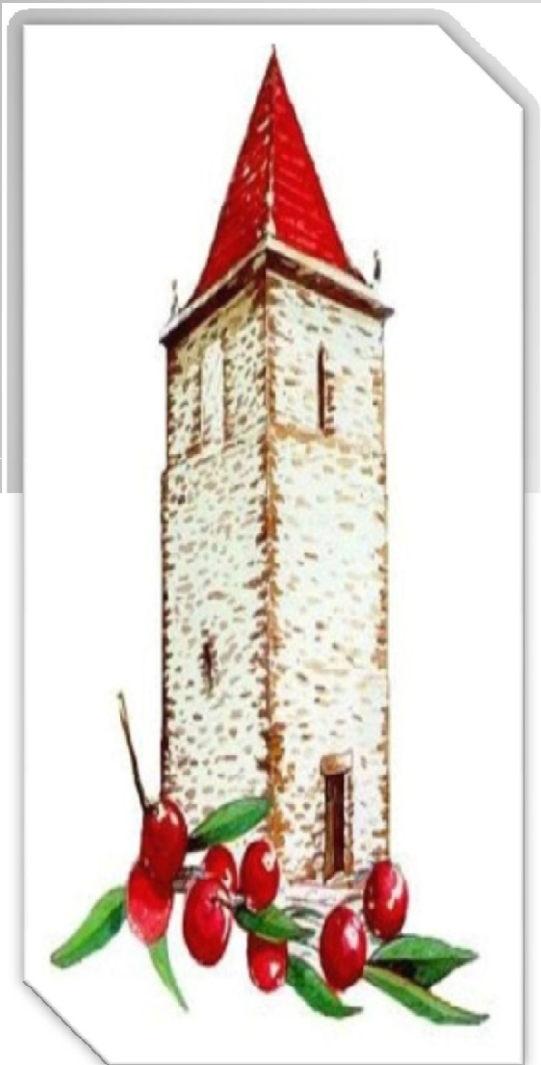
Sandra Manuela Penarroias Fernandes Camelo

sandrac

Berta Nunes

Dra Berta Nunes, 15-04-2015
à reunião de câmara

Relatório de Gestão e Contas



2014

Município de Alfândega da Fé

Abril de 2014



DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

e

RELATÓRIO de GESTÃO do EXERCÍCIO de 2014

RCM de 22-04-2015

Deliberado, por maioria, dos presentes, com dois votos a favor, dois votos contra, dos senhores vereadores Artur Aragão e Carlos Bebiano e com o voto de qualidade, do Senhor Vice-Presidente, Eduardo Tavares, aprovar o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2014, nos termos do n.º 1, alínea i) do artº 33º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal de acordo com o n.º 2, alínea l) do artº 25º da referida lei.

Estiveram presentes o Senhor Vice-Presidente, Eduardo Tavares e os Senhores Vereadores António Salgueiro, Artur Aragão e Carlos Bebiano.

RELATORIO DE GESTÃO E CONTAS 2014

Índice

- 1.Introdução
- 2.Metodologia
- 3.Análise Económica
 - 3.1.Execução Orçamental
 - 3.1.1.Receita
 - 3.1.2.Evolução da Receita
 - 3.1.3.Despesa
 - 3.1.4.Evolução da despesa
 - 3.2.Equilíbrio Orçamental
 - 3.3.Saldo da Gerência
 - 3.4.Evolução da Execução Orçamental
 - 3.5.Evolução da Receita e da Despesa
 - 3.6. Evolução
 - 3.6.1. Evolução das Receitas face ao ano anterior
 - 3.6.2. Evolução das Despesa face ao ano anterior
 - 3.6.3. Compromisso /Fundos Disponíveis
 - 3.6.3.1.Relação entre compromissos assumidos e compromisso pagos:
 - 3.6.3.2. Pagamentos em atraso
 - 3.7.Análise do Investimento
 - 3.7.1. Evolução do Investimento no último quadriênio
 - 3.7.1.1.Evolução das Despesas de Investimento/Receitas de Capital/Despesa de Capital
- 3.8.Indicadores de Análise de Execução Orçamental
- 3.9.Afectação do Fundo Social Municipal
- 3.10.Recursos Humanos
 - 3.10.1.Despesas com pessoal
 - 3.10.2.Evolução da despesa em RCP's (Remunerações certas e permanentes)
 - 3.10.3.Evolução do Pessoal ao serviço
 - 3.10.4.Distribuição de trabalhadores por relação jurídica de emprego público
 - 3.10.5. Absentismo
 - 3.10.6. Formação
- 3.11 - Prazo Médio de Pagamento
- 4.Indicadores de Análise da Contabilidade Patrimonial
 - 4.1.Análise do Balanço
 - A rubrica de " Dividas a Terceiros de Curto Prazo" incorpora as seguintes sub-rubricas
 - Desagregação da rubrica "Acréscimos e Deferimentos"
 - Desagregação da rubrica "Subsídios para investimento"
 - 4.2.Análise da Demonstração de Resultados
- 5.Endividamento
 - 5.1.Curto Prazo
 - 5.2.Médio e Longo Prazo
 - Mapa de encargos com Empréstimos 31 de Dezembro 2014
 - Mapa da evolução da dívida de MLP e Curto Prazo a 31 de Dezembro 2014
 - Processos judiciais em curso
 - 5.3.Limites da dívida total
 - Limite da dívida total para o ano de 2014

Apuramento da Divida Total do Município em 31/12/2014

5.4. Valores a Receber de Terceiros

6. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

6.1. Plano Plurianual de Investimento

6.1. Plano Atividades Municipais

7. Conclusão

7.1.Proposta para aplicação do Resultado Líquido do exercício

7.2.Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

ANEXOS



Mensagem da Presidente

Caros deputados

O relatório de contas de 2014 mostra-nos que o município apesar das dificuldades está a construir um caminho de sustentabilidade que permitirá no futuro mais e melhor investimento para o desenvolvimento do nosso concelho.

Temos no final de 2014 um prazo médio de pagamento de 11 dias tendo vindo a reduzir de forma sustentada os pagamentos em atraso.

Todos conhecem as dificuldades que enfrentamos desde a enorme dívida herdada, os cortes nas receitas provenientes das transferências do orçamento de estado que somam mais de 3 milhões e trezentos mil euros desde 2010, até ao pagamento de dívidas em contencioso (terminamos no mês de Março de 2015 o pagamento de uma dívida à Casais resultante da construção do complexo desportivo no valor de 646.055,40 euros, tendo chegado a acordo no tribunal em relação ao processo da indemnização do terreno de Sr.º Pinheiro tendo de pagar 50 mil euros). Temos ainda outros processos em contencioso que poderemos ser condenados a pagar.

Todos estes processos resultam de má administração do executivo anterior sendo que o atual executivo não tem qualquer processo em tribunal contra o município.

A gestão deficiente tem várias faces, uma das quais são processos em tribunal por má administração e más decisões.

No âmbito das empresas municipais extinguimos a EDEAF, incorporando os ativos e passivos nas contas do município e estamos ainda em processo de alienação da Alfandegatur, tendo já tomado e continuando a tomar várias medidas para tornar a empresa sustentável e mais atrativa para os potenciais interessados.

Estamos no âmbito do FAM a reestruturar o passivo de médio e longo prazo de forma a diminuir os juros e aumentar as amortizações para podermos reduzir a dívida de forma mais rápida.

No entanto apesar destas dificuldades fomos capazes de aproveitar os fundos comunitários tendo já encerrado a maior parte das candidaturas da responsabilidade da autarquia, física e financeiramente, tendo podido ir ao “overbooking”, tendo sido aprovada a candidatura da “Torre do Relógio” que é importante não só pela requalificação física da Torre e espaço envolvente, mas também pela parte imaterial que nos permitirá conhecer melhor a história do concelho, reforçando desta forma a nossa identidade como concelho com mais de 700 anos de existência.

O nosso concelho tem muitos e importantes desafios: criar emprego, fixar pessoas, contrariar a perda de população e trabalhar para ser um concelho atractivo com qualidade de vida, em que as pessoas que cá nascem não sejam obrigadas a emigrar.

Mas para que tal aconteça precisamos de outras políticas nacionais, mais descentralizadas, que não encerrem serviços, que reponham o funcionamento do nosso tribunal, do centro de saúde e dos serviços públicos de qualidade em geral.

Precisamos de medidas que permitam a criação de emprego e riqueza nos concelhos do interior, removendo as debilidades e a discriminação negativa de que temos sido vítimas.

A autarquia está atenta e disponível para colaborar nesses objectivos que são os de todos nós, mas sem políticas adequadas do poder central os municípios sozinhos não conseguirão alterar a tendência de despovoamento que assola todos os pequenos municípios do interior e sem gente não há futuro.

Mas nós acreditamos no futuro e tudo faremos para ajudar a construir um futuro melhor para todos/as.

A Presidente da Câmara



Berta Nunes

1. Introdução

O Relatório de Gestão é um documento que tem por finalidade complementar os Documentos de Prestação de Contas e que irá disponibilizar aos potenciais utilizadores e destinatários um conjunto de elementos de carácter económico, funcional, operacional e social.

Assim, subjacente ao objetivo da sua elaboração, está o propósito de informar os seus destinatários e os cidadãos em geral, dado que é um direito que lhes assiste, porquanto tratando-se de serviço público, aqueles devem apreciar a atividade desenvolvida e avaliar a economia, a eficiência e a eficácia dos serviços prestados à comunidade, sempre numa perspetiva jurídica, política e social, uma vez que se trata da aplicação de dinheiros públicos na prossecução do interesse coletivo.

Em conformidade com as Instruções n.º 1/2001 - 2.ªS, emitidas pelo Tribunal de Contas através da Resolução n.º 4/2001 - 2.ªSecção, publicada no D.R. n.º 1991, II Serie, de 18 de Agosto de 2001, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 6/20013 - 2ª Secção e nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, um dos documentos de prestação de contas a apresentar pelas autarquias locais é o Relatório de Gestão, o qual deve ser elaborado de acordo com o estabelecido no ponto 13 do POCAL.

Face ao exposto, e no cumprimento da Lei, o presente documento constitui o relatório de Gestão de 2014. Este é um documento que evidencia a situação económica e financeira relativa ao exercício económico, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à prossecução das atividades desenvolvidas pela entidade e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados.

A significativa quebra de receitas municipais em consequência das sucessivas reduções operadas nas transferências do Orçamento de Estado, conjugado com a diminuição dos impostos diretos e indiretos, designadamente IMT e taxas inerentes a obras particulares, cujo setor está em acentuada recessão, impõe a continuação de medidas no que à sustentabilidade financeira municipal diz respeito.

A redução de transferências do orçamento de estado a que os 308 municípios foram sujeitos, num total de 350 milhões de Euros, colocou os municípios em situação de stress financeiro, designadamente aqueles que se encontravam em situação de maior vulnerabilidade financeira.

A redução acumulada das transferências do OE desde 2010 até ao final de 2014, ascende, no caso do município de Alfândega da Fé, a € 3.333.258,98.

| ANO | Transferências do Estado - Fundos Municipais | Transferências do Estado - outras (FSM) | TOTAL DAS TRANSFERENCIAS OE | Redução (€) a) |
|-----------------|--|---|-----------------------------|----------------|
| 2014 | 4.992.748,00 € | 73.720,00 € | 5.066.468,00 € | -959.116,00 € |
| 2013 | 5.138.285,00 € | 73.720,00 € | 5.212.005,00 € | -813.579,00 € |
| 2012 | 5.145.721,00 € | 73.709,00 € | 5.219.435,14 € | -806.148,86 € |
| 2011 | 5.424.471,00 € | 77.702,00 € | 5.502.178,05 € | -523.405,95 € |
| 2010 PEC 3 | 5.712.740,00 € | 81.831,00 € | 5.794.574,83 € | -231.009,17 € |
| 2010 OE inicial | 5.940.491,00 € | 85.093,00 € | 6.025.584,00 € | |

a) Redução calculada tendo em conta o valor 2010 atribuído no OE inicial

Considerando que o município de Alfândega da Fé está abrangido pelo n.º 2 do artigo 61.º, ou ainda pelo n.º 3 do artigo 58.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais) e está **obrigado** a recorrer ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), tendo por base as seguintes situações:

- A Situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total prevista no art.º52.º da mesma lei seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.
- Considerando que a dívida de operações orçamentais do município ascende a €20.305.366,00 em 31 de dezembro de 2014, a média da receita corrente líquida cobrada nos anos de 2011, 2012 e 2013 é de €5.496.106, obtendo-se, assim, a 1 de janeiro de 2014, um rácio de dívida sobre a receita de 369% (superior aos 300% previstos no art.º 61.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), encontrando-se a autarquia em situação de rutura financeira e como tal elegível para o apoio em causa.

Perante o exposto, solicitou-se autorização à Câmara Municipal para efetuar o “PEDIDO DE ADESÃO ao FAM”, com deliberação datada de 25 de novembro de 2014.

Considerando que, nos termos do n.º1 do art.55.º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, os municípios que se encontrem em situação de rutura financeira, nos termos do n.º 2 do art.º 61.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e se encontrem impossibilitados de cumprir pontualmente as suas obrigações, podem solicitar, junto da DGAL, um apoio financeiro de urgência;

O despacho n.º 2084/2015, publicado no DR, 2.ª série, n.º41, em 24/2, vem aprovar o pedido de adesão ao apoio financeiro transitório de urgência ao Município de Alfândega da Fé, autoriza a concessão de um empréstimo pela DGTF até ao valor de € 542.818,86, e ainda que, caso o PAM do município não seja aprovado no prazo de 12 meses após a concessão do apoio financeiro, o município inicia o reembolso do empréstimo à DGTF em 10 prestações semestrais.

Considerando, ainda, a publicação da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, que criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), que vem reconhecer a dificuldade financeira dos municípios portugueses e abrir uma linha de crédito em condições privilegiadas para contribuir para o reequilíbrio financeiro dos mesmos e que complementar o empréstimo de reequilíbrio financeiro, o Município de Alfândega da Fé aderiu ao PAEL integrado num programa de reequilíbrio financeiro.

Considerando, também, que, em 26 de Março de 2013, foi publicada no DR - 2.º série nº 60, a aprovação ao pedido de adesão ao Programa I do PAEL e aceite o Plano de Ajustamento Financeiro apresentado pelo Município de Alfândega da Fé que pressupõe um reequilíbrio financeiro no valor de € 17.500.000,00, bem como a autorização de concessão de um empréstimo pelo Estado até ao valor de € 694.457,45, com a maturidade de 20 anos, tendo sido visado pelo Tribunal de contas em 29-08-2013.

Nesta conformidade, afigura-se como obrigatória a adesão ao FAM e a apresentação do Plano de Ajustamento Financeiro (PAM), complementada com o empréstimo de apoio financeiro transitório, de forma a poder evoluir no sentido da sustentabilidade financeira do município. Deste modo, a 17 de Março de 2015, perante o exposto o município de Alfândega da Fé, apresentou proposta de PAM, elaborado em conformidade com a Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto conjugada com a Lei nº 73/2013 de 3 de setembro.

Entre as medidas mais importantes em termos de redução da despesa incluídas na proposta de PAM apresentado, está a reestruturação dos passivos financeiros do Município de Alfândega da Fé nos seguintes termos:

- Alteração da distribuição temporal do serviço da dívida, e Redução dos encargos da dívida.

2. Metodologia

Os documentos de prestação de contas deverão dar uma imagem verdadeira e aderente à realidade de uma organização.

Constituído estes documentos um importante instrumento de apoio à gestão municipal, pretende-se que o mesmo, de uma forma rápida e simples, possam traduzir e visualizar as informações, através de mapas, gráficos e demais indicadores de análise apresentados, aquela que foi a atividade desenvolvida pelo Executivo, no quadro das suas atribuições e competências.

Na sua elaboração deverão ser observados determinados conceitos, princípios e normas que tenham determinadas características qualitativas, a fim de permitir que a informação disponibilizada seja compreensível pelos seus destinatários.

De entre esses conceitos destacam-se:

- ✓ **A relevância** - a informação tem de influenciar as decisões dos seus destinatários, ao ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes e futuros, ou a confirmar ou corrigir a sua evolução.
- ✓ **A fiabilidade** - a informação tem que estar livre de erros materiais e de juízos prévios, devendo para esse efeito apresentar as operações e acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económico-financeira, coincidente com a sua forma legal.
- ✓ **A comparabilidade** - a informação deve registar as operações e acontecimentos de forma consistente e conforme e adotar a normalização, a fim de permitir a sua comparabilidade no tempo e com outras entidades com características similares.

Encontram-se elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo D.L. nº 54.º-A/99, de 22/2 e apresentados conforme estabelece a Resolução do tribunal de Contas n.º 4/2001 – 2.ª Secção, que aprovou as instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL, publicadas no DR. N.º 191-II série, de 18 de Agosto de 2001.

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão das autarquias locais, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados, designadamente os previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade municipal.

Deste modo, nos termos do disposto na al. j) do n.º 1 do rt. 35.º, anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submete-se à aprovação do executivo os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao ano financeiro de 2014, de harmonia com o estipulado na al. i) do n.º1 do art. 33.º do mesmo anexo.

Nos termos da al. l) do n. 2 do art. 25.º do anexo da referida Lei, os Documentos de Prestação de Contas, são apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser enviados o Tribunal de Contas até 30 de Abril, de acordo com o determinados no n.º 4 do artigo 52.º da lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, na redação introduzida pela Lei nº 48/2006, de 29 de Agosto.

3. Análise Económica

3.1. Execução Orçamental

Neste capítulo pretende-se proceder a uma breve síntese dos elementos relativos à execução orçamental de 2014, nomeadamente no que se refere ao comportamento e evolução do último quadriénio.

3.1.1. Receita

O orçamento previsional corrigido de **10.450.017,53** euros foi executado em de **8.967.967,65** euros, o que podemos considerar um desempenho excelente.

Como se pode analisar pelo quadro seguinte, o total da receita arrecada pelo município apresenta o montante de 8.967.967,65 euros, representando cerca de 85,82% de execução relativamente à previsão, dos quais 6.731.987,65 euros corresponde a receitas correntes e 2.228.967,30 euros a receitas de capital que acrescida do saldo da gerência do ano anterior no montante de 304.717,54 euros e perfaz o montante de 2.533.684,84 euros.

| RECEITAS | Previsão Anual | Liquidada | Recebida | Tx real |
|------------------|----------------------|---------------------|---------------------|--------------|
| Correntes | 7.506.001,93 | 6.900.231,21 | 6.731.987,65 | 89,69 |
| Capital | 2.636.598,06 | 2.163.105,83 | 2.533.684,84 | 84,54 |
| Outras | 307417,54 | 7.012,70 | 7.012,70 | 2,28 |
| Total | 10.450.017,53 | 9.070.349,74 | 9.272.685,19 | 85,82 |

Quadro 1

Previsão / Execução da Receita 2014

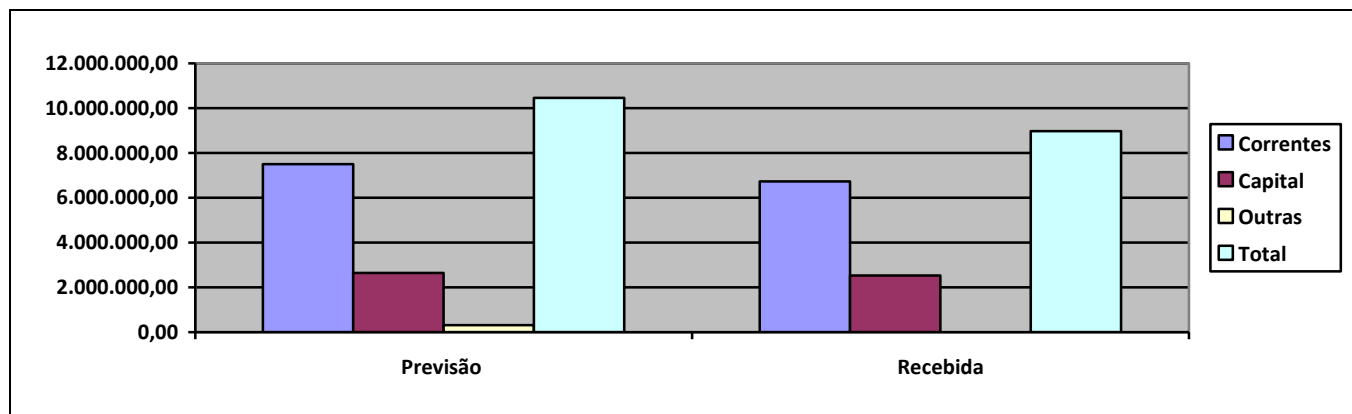


Gráfico 1

3.1.2. Evolução da Receita

A receita total sofreu um aumento em 2010 e 2013. No ano de 2011, 2012 e 2014, tais valores mantêm-se estáveis e dentro da normalidade.

O aumento verificado nos anos de 2010 e 2013, está relacionado com a utilização do empréstimo de saneamento financeiro (2010), PAEL e reequilíbrio financeiro (2013).

| Ano | RECEITAS FISCAIS | | VENDA DE BENS E SERVIÇOS | | Transfer. do Estado - Fundos Municipais | Transfer. do Estado - outras | Transfer. - Financiamentos da União Europeia | Transferências - outras | TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS | | PASSIVOS FINANCEIROS | | OUTRAS RECEITAS a) | | TOTAL DAS RECEITAS DO EXERCÍCIO | RECEITAS PRÓPRIAS | | SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR |
|------|------------------|---------|--------------------------|---------|---|------------------------------|--|-------------------------|--------------------------|---------|----------------------|---------|--------------------|---------|---------------------------------|-------------------|---------|----------------------------|
| | Valor | % total | Valor | % total | | | | | Valor | % total | Valor | % total | Valor | % total | | Valor | % total | |
| 2010 | 498.316,11 | 2,8% | 299.887,03 | 17% | 5.794.565,00 | 167.482,08 | 775.423,93 | 20.929,25 | 6.758.400,26 | 38,3% | 9.780.000,00 | 55,4% | 309.121,73 | 18% | 17.645.725,13 | 1.107.324,87 | 6,3% | 11.632,25 |
| 2011 | 640.930,73 | 7,1% | 508.704,73 | 5,7% | 5.577.748,00 | 162.534,97 | 1.007.760,11 | 42.518,27 | 6.790.561,35 | 75,6% | 600.000,00 | 6,7% | 441.819,32 | 4,9% | 8.982.016,13 | 1.591.454,78 | 17,7% | 80.063,29 |
| 2012 | 678.552,23 | 7,5% | 535.113,2 | 5,9% | 5.298.766,20 | 225.016,91 | 1.599.327,04 | 43.386,07 | 7.166.496,22 | 79,6% | 200.000,00 | 2,2% | 422.406,92 | 4,7% | 9.002.596,69 | 1.636.100,47 | 18,2% | 40.629,22 |
| 2013 | 83.174,90 | 3,1% | 469.843,20 | 18% | 5.306.593,00 | 158.448,48 | 1.056.750,07 | 109.571,45 | 6.631.363,00 | 25,4% | 7.166.674,11 | 65,8% | 1.006.952,49 | 3,9% | 26.088.007,73 | 2.289.970,59 | 8,8% | 84.184,07 |
| 2014 | 653.286,12 | 7,3% | 471.512,80 | 5,3% | 5.522.683,09 | 368.309,45 | 297.646,96 | 15.893,97 | 5.984.533,47 | 66,7% | 1.077.811,62 | 12,0% | 622.604,46 | 6,9% | 8.967.967,65 | 1.747.403,38 | 19,5% | 304.717,54 |

Quadro 2

3.1.3. Despesa

O valor global da despesa no ano de 2014 atingiu o montante de 9.019.674,06 euros, como se pode analisar pelo quadro seguinte, representando cerca de 86,31% de execução relativamente à previsão, dos quais 6.665.991,17 euros correspondem a despesas correntes e 2.353.682,89 euros a despesas de capital.

| DESPESA | Previsão Anual | Comprometida | Paga | Tx real |
|------------------|----------------------|----------------------|---------------------|--------------|
| Correntes | 7.396.595,04 | 7.327.244,54 | 6.665.991,17 | 90,12 |
| Capital | 3.053.422,49 | 2.870.693,69 | 2.353.682,89 | 77,08 |
| Total | 10.450.017,53 | 10.197.938,23 | 9.019.674,06 | 86,31 |

Quadro 3

Previsão/Execução da Despesa 2014

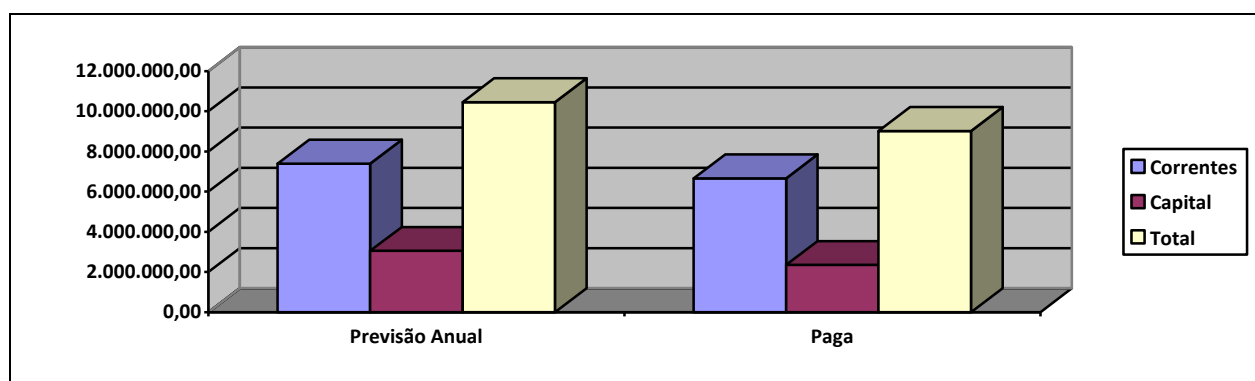


Gráfico 2

Conforme quadros supra apresentados, no que respeita à execução orçamental os valores realizados durante o ano de 2014 demonstram que os objetivos e metas definidos e aprovados no orçamento inicial foram claramente superados.

No que concerne à receita, em termos globais, verifica-se uma execução de 85,82% o que significa um desvio de 14,18% relativamente ao previsto.

A despesa no seu global apresenta uma execução de 86,31%, com um desvio relativamente à previsão inicial de 13,69%.

Nos termos do n.3 do art. 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3/9, no caso de o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento inferior a 85% são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte. Perante o exposto está claramente demonstrado que o município apresenta uma execução da receita superior aos 85% da receita prevista, não estando desta forma sujeita a qualquer alerta precoce de desvios.

3.1.4. Evolução da despesa

A despesa total apresentou crescimento em 2010 e em 2013. O crescimento verificado tem a ver com a utilização do empréstimo de saneamento financeiro (2010), PAEL e reequilíbrio financeiro (2013).

O fenómeno de decréscimo verificado nos anos de 2011, 2012 e 2014 está relacionado com a política de contenção orçamental implementada pela Autarquia e em resultado do pagamento de dívida, no quadro dos programas de saneamento financeiro, PAEL e reequilíbrio financeiro.

| Ano | PESSOAL | | AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | | ENCARGOS FINANCEIROS | | AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL | | TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS | | PASSIVOS FINANCEIROS | | OUTRAS DESPESAS | | TOTAL DAS DESPESAS | SERVIÇO DA DÍVIDA | |
|------|--------------|---------|------------------------------|---------|----------------------|---------|------------------------------|---------|----------------------------|---------|----------------------|---------|-----------------|---------|--------------------|-------------------|---------|
| | Valor | % total | Valor | % total | Valor | % total | Valor | % total | Valor | % total | Valor | % total | Valor | % total | | Valor | % total |
| 2010 | 2.924.879,42 | 16,6% | 3.700.470,12 | 21,0% | 946.960,46 | 5,4% | 4.862.552,94 | 27,5% | 2.476.775,91 | 14,0% | 2.029.306,19 | 11,5% | 715.943,34 | 4,1% | 17.656.888,38 | 2.976.266,65 | 16,9% |
| 2011 | 2.821.148,18 | 31,3% | 1.608.015,44 | 17,8% | 714.685,85 | 7,9% | 1.581.668,46 | 17,5% | 652.401,64 | 7,2% | 1.212.064,68 | 13,4% | 431.465,95 | 4,8% | 9.021.450,20 | 1.926.750,53 | 21,4% |
| 2012 | 2.493.862,72 | 27,8% | 1.458.146,24 | 16,3% | 689.609,16 | 7,7% | 2.045.178,59 | 22,8% | 535.438,14 | 6,0% | 1.262.172,20 | 14,1% | 474.634,79 | 5,3% | 8.959.041,84 | 1.951.781,36 | 21,8% |
| 2013 | 2.815.453,76 | 10,9% | 2.836.444,76 | 11,0% | 833.033,75 | 3,2% | 2.659.736,89 | 10,3% | 1.235.940,63 | 4,8% | 14.270.124,05 | 55,2% | 1.216.740,42 | 4,7% | 25.867.474,26 | 15.103.157,80 | 58,4% |
| 2014 | 2.855.129,30 | 31,7% | 1.874.043,04 | 20,8% | 1.189.229,74 | 13,2% | 1.259.839,17 | 14,0% | 1.110.978,51 | 12,3% | 600.720,63 | 6,7% | 129.733,67 | 1,4% | 9.019.674,06 | 1.789.950,37 | 19,8% |

Quadro 4

3.2. Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40.º da Lei nº 73/2013, de 3/9, para o “Equilíbrio orçamental”:

- 1 – Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
- 3-O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.
- 4-Para efeitos do disposto no nº 2, considera-se amortizações medias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo numero de anos de contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

O quadro seguinte demonstra o cálculo do equilíbrio orçamental do município de Alfândega da Fé a 31 de Dezembro de 2014:

| Receita Corrente (1) | Despesa Corrente (2) | Amortização Média (3) | Amortização Real (4) | Equilíbrio Orçamental c/ amortização média (5)=(2)+(3) | Equilíbrio Orçamental c/ amortização real (5)=(2)+(4) |
|----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|--|---|
| 6.731.087,65 € | 6.665.991,17 € | 1.573.616,30 € | 600.720,63 € | 8.239.607,47 € | 7.266.711,80 € |

Quadro 5

Como se pode verificar pelo quadro supra, não se verifica o cumprimento deste preceito legal, pois as receitas correntes cobradas são inferiores à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos. No entanto se efetuarmos os cálculos com a amortização real, esse desequilíbrio verifica-se bastante menor.

3.3. Saldo da Gerência

Do confronto de receitas e despesas realizadas, resulta um saldo orçamental de - 51.706,41 euros e um saldo de gerência de 253.011,13 euros, que transitará para a gerência seguinte (2015).

| Designação | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 | 2010 | 2009 |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Saldo Corrente | 65.996,48 € | -425.068,94 € | -119.748,04 € | -584.552,09 € | -4.995.614,00 € | -993.526,14 € |
| Saldo capital | -117.702,89 € | 636.171,44 € | 163.302,89 € | 531.898,29 € | 4.965.480,21 € | 1.052.237,93 € |
| Saldo da Gerência | -51.706,41 € | 220.533,47 € | 43.554,85 € | -52.653,80 € | -30.133,79 € | 58.711,79 € |
| Saldo da Gerência anterior | 304.717,54 € | 84.184,07 € | 40.629,22 € | 80.063,29 € | 91.226,54 € | 32.496,75 € |
| Saldo p/ Gerência seguinte | 253.011,13 € | 304.717,54 € | 84.184,07 € | 40.629,22 € | 80.063,29 € | 91.226,54 € |

Quadro 6

O saldo da gerência de 2014 é positivo no valor de € 253.011,13, cumprindo-se assim os bons princípios da execução orçamental.

3.4. Evolução da Execução Orçamental

Neste ponto pretende-se analisar a execução do orçamento o que se traduz na capacidade de desenvolver as acções necessárias à cobrança das receitas e à realização das despesas inscritas no orçamento para o ano económico de 2014.

| Designação | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 | 2010 |
|-------------------------|-----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| Despesa Corrente | 90,10% | 83,91% | 74,19 % | 86,73% | 95,81% |
| Despesa de Capital | 77,10% | 94,13% | 64,98 % | 58,06% | 62,77 % |
| TOTAL DA DESPESA | 86,30% | 91,10% | 69,82 % | 72,88% | 77,48% |
| Receitas Corrente | 89,70% | 98,97% | 72,14% | 77,58% | 46,58 % |
| Receita de Capital | 84,50% | 89,99% | 68,55 % | 67,04% | 102,16 % |
| Outras Receitas | 101,40 % | 11,01% | | 203,38% | 164,96% |
| TOTAL DA RECEITA | 88,70 % | 91,88% | 70,16 % | 72,56% | 77,43 % |

Quadro 7

Reportando a referida análise ao último quinquénio verifica-se que a gerência de 2014 foi equilibrada e foi um dos anos em que os valores executados se aproximaram mais do que inicialmente previsto em sede de orçamento municipal.

3.5. Evolução da Receita e da Despesa

A análise da execução da receita e da despesa, face ao orçamento definido, bem com a sua comparação como os valores atingidos em anos anteriores, representa o principal objetivo deste relatório.

| Designação | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 | 2010 | 2009 |
|---------------------------|---------------------|------------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|
| Despesa Corrente | 6.665.991,17 | 7.062.864,46 € | 5.006.392,65 € | 5.548.429,05 € | 9.724.073,66 € | 5.810.588,16 € |
| Despesa de Capital | 2.353.682,89 | 18.804.609,80 € | 3.952.649,19 € | 3.473.021,15 € | 7.932.814,72 € | 6.992.855,14 € |
| TOTAL DA DESPESA | 9.019.674,06 | 25.867.474,26 € | 8.959.041,84 € | 9.021.450,20 € | 17.656.888,38 € | 12.803.443,30 € |
| Receitas Corrente | 6.731.987,65 | 6.637.795,52 € | 4.886.644,61 € | 4.963.876,96 € | 4.728.459,66 € | 4.817.062,02 € |
| Receita de Capital | 2.228.967,30 | 19.440.781,24 € | 4.115.952,08 € | 4.004.919,73 € | 12.898.294,93 € | 8.040.986,39 € |
| Outras Receitas | 7.012,70 | 9.430,97 € | | 13.219,13 € | 18.970,54 € | 4.124,68 € |
| TOTAL DA RECEITA | 8.967.967,65 | 26.088.007,73 € | 9.002.596,69 € | 8.982.016,13 € | 17.645.725,13 € | 12.862.173,09 € |

Quadro 8

Verifica-se assim, que no ano em análise (2014) as receitas e despesas apresentam uma execução normal, face aos anos de 2012 e 2011, pois não se pode comparar com os anos de 2013, nem com o ano de 2010 devido a utilização do empréstimo de saneamento financeiro (2010), PAEL e reequilíbrio financeiro (2013).

3.7. Evolução

3.7.1. Evolução das Receitas face ao ano anterior

O mapa seguinte representa a evolução das receitas face ao ano anterior:

| Designação | 2014 | 2013 | Variação (€) | Taxa de crescimento (%) |
|--|---------------------|---------------------|--------------------|-------------------------|
| Receitas correntes | Execução | Execução | | |
| 01 Impostos diretos | 653.286,12 | 592.251,32 | 61.034,80 € | 9,34 |
| 02 Impostos indiretos | 10.241,13 | 7.214,07 | 3.027,06 € | 29,56 |
| 03 Contribuição para a S. Social e C.G.A | | | | |
| 04 Taxas, multas e outras penalidades | 307.041,32 | 217.866,52 | 89.174,80 € | 29,04 |
| 05 Rendimentos de propriedade | 378.789,45 | 901.681,21 | -522.891,76 € | -138,04 |
| 06 Transferências correntes | 5.035.716,58 | 4.545.955,93 | 489.760,65 € | 9,73 |
| 07 Venda de bens e serviços correntes | 268.721,74 | 281.143,17 | -12.421,43 € | -4,62 |
| 08 Outras Receitas correntes | 78.191,31 | 91.683,30 | -13.491,99 € | -17,26 |
| Total de receitas correntes | 6.731.987,65 | 6.637.795,52 | 94.192,13 € | 1,40 |

Quadro 9

| Designação | 2014 | 2013 | Variação (€) | Taxa de crescimento (%) |
|-------------------------------------|---------------------|----------------------|-----------------------|-------------------------|
| Receitas de Capital | Execução | Execução | | |
| 09 Vendas de bens de investimento | 202.791,33 | 188.700,03 | 14.091,30 | 6,95 |
| 10 Transferências de capital | 948.364,35 | 2.085.407,07 | -1.137.042,72 | -119,90 |
| 11 Ativos financeiros | | | | |
| 12 Passivos financeiros | 1.077.811,62 | 17.166.674,14 | -16.088.862,52 | -1.492,73 |
| 13 Outras receitas de capital | | | | |
| Total de receitas de capital | 2.228.967,30 | 19.440.781,24 | -17.211.813,94 | -772,19 |

Quadro 10

Ao nível das receitas correntes e em análise mais pormenorizada, verifica-se que os "Impostos diretos" apresentam uma taxa de crescimento de 9,34 %, sendo este crescimento originado pelo aumento das receitas de IMI.

No que se refere ao capítulo económico de "Taxas, multas e outras penalidades", verifica-se um aumento de 29,04%, originado pela Implementação do Regulamento de Taxas e Licenças e atualização das taxas e tarifas diversas.

Na rubrica Transferências correntes, verifica-se um aumento de 9,73 %.

A Rubrica de "Transferências de Capital", reflete uma redução de 119,90%.

A rubrica de Passivos Financeiros, apresenta uma redução de 1,492,73%, devido ao encaixe dos empréstimos PAEL e ao empréstimo de reequilíbrio financeiro em 2013, sendo que, ao abrigo do empréstimo de reequilíbrio financeiro foi efetuada a consolidação de passivos financeiros e ocorreu a amortização antecipada de diversos empréstimos de médio e longo prazo no montante de 12.812.606,95 euros.

3.7.2. Evolução das Despesa face ao ano anterior

Analisando agora a taxa de crescimento da despesa, verifica-se uma redução de 5,95 % nas despesas correntes e uma redução de 698,94% nas despesas de capital, face a execução do orçamento para 2013.

| Designação | 2014 | 2013 | Varição (€) | Taxa de crescimento (%) |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|----------------------|-------------------------|
| Despesas Correntes | Execução | Execução | | |
| 01 Despesas com pessoal | 2.855.129,30 | 2.815.453,76 | 39.675,54 € | 1,39 |
| 02 Aquisição de bens e serviços | 1.874.043,04 | 2.836.444,76 | -962.401,72 € | -51,35 |
| 03 Juros e outros encargos | 1.189.229,74 | 833.033,75 | 356.195,99 € | 29,95 |
| 04 Transferências correntes | 713.155,42 | 557.731,77 | 155.423,65 € | 21,79 |
| 05 Subsídios | 2.200,00 | 1.300,00 | 900,00 € | 40,91 |
| 06 Outras despesas correntes | 32.233,67 | 18.900,42 | 13.333,25 € | 41,36 |
| Total de despesas correntes | 6.665.991,17 | 7.062.864,46 | -396.873,29 € | -5,95 |

Quadro 11

No que concerne as despesas com pessoal verifica-se um aumento de 1,39%, devido a aplicação de disposições legais, ou seja, tem origem no pagamento do subsídio de natal em duodécimos e o pagamento do subsídio de férias que ocorreu no mês de junho, bem como, a que integração dos funcionários da empresa Municipal EDEAF, pelo facto de terem sido celebrados em agosto de 2013, acordos de cedência de interesse público com 12 trabalhadores da EDEAF, na sequência da deliberação da Assembleia Municipal de 23.02.2013, que aprovou a dissolução daquela empresa municipal, bem como a internalização da sua atividade nos serviços do Município, tudo de acordo com o determinado nos arts. 61º/2 e 12, 65º e 70º/3, 4 e 5, da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

A aquisição de serviços apresenta um redução de 51,35%, fruto o controlo e gestão das aquisições efetuadas.

A rubrica de juros e outros encargos tem um aumento de 29,95%, fruto dos juros suportados do empréstimo de reequilíbrio financeiro que tem um peso muito grande nas despesas do município.

As Transferências Correntes apresentam um aumento de 21,79 %, fruto da ação social e apoio as famílias desfavorecidas que nos procuram e que temos visto aumentar, devido às dificuldades que o país atravessa.

| Designação | 2014 | 2013 | Variação (€) | Taxa de crescimento (%) |
|--------------------------------------|---------------------|----------------------|-----------------------|-------------------------|
| Despesas de Capital | Execução | Execução | | |
| 07 Aquisição de bens de capital | 1.259.839,17 | 2.659.736,89 | -1.399.897,72 | -111,12 |
| 08 Transferências de capital | 395.623,09 | 676.908,86 | -281.285,77 | -71,10 |
| 09 Ativos Financeiros | 97.500,00 | 1.197.840,00 | -1.100.340,00 | -1.128,55 |
| 10 Passivos Financeiros | 600.720,63 | 14.270.124,05 | -13.669.403,42 | -2.275,50 |
| 11 Outras despesas de capital | | | | |
| Total das despesas de capital | 2.353.682,89 | 18.804.609,80 | -16.450.926,91 | -698,94 |

Quadro 12

Quanto a rubrica de aquisição de serviços verifica-se uma redução de 111,12%, fruto do controle dos investimento e obras realizadas durante esta gerência, o executivo tem o cuidado de apenas executar os investimentos com co-financiamento aprovado.

Verifica-se ainda uma redução dos ativos financeiros de 1.128,55%, fruto do aumento de capital efetuado na empresa municipal Alfandegatur no ano de 2013;

Também os passivos financeiros apresentam uma redução de 2.275,50% com origem na consolidação de passivos efetuadas ao abrigo do plano de reequilíbrio financeiro que se efetuou em 2013;

As transferências de capital apresentam um decréscimo de 71,10%, fruto da redução das transferências efetuadas para empresa municipal EDEAF, que com a sua internalização deixou de ser necessário esse encargo mensal que decorria do protocolo de cooperação ente o município e a empresa Municipal EDEAF.

3.7.3. Compromisso /Fundos Disponíveis

Nos termos da al. a), do art. 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro – lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA) – consideram-se “compromissos” para efeitos da referida lei, as obrigações de efetuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições.

“Fundos disponíveis”, de acordo com al. f) do art.3.º da LCPA e art.º 5.º do DL. n.º 127/2012, de 21 de Junho, são verbas disponíveis a muito curto prazo, eu incluem, quando aplicável e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos, incluindo, no caso das entidades da administração local: i) as transferências ou subsídios com origem no Orçamento de Estado, relativos aos 3 meses seguintes; ii) a receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento; iii) a receita efetiva própria a cobrar nos 3 meses seguintes; iv) o produto de empréstimos contraídos nos termos da lei; v) as transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projectos do Quadro de Referencia Estratégico Nacional (QREN) e de outros programas estruturais, cujas faturas se encontrem liquidadas e devidamente certificadas ou validadas; vi) outros montantes autorizados pela Câmara Municipal, nos termos do art.º 4.º da LCPA.

Em conformidade com o disposto do art. 5.º da LCPA e do art. 7.º do DL n.º 12/2012, os compromissos só podem ser assumidos até ao montante dos fundos disponíveis e desde que seja verificada a conformidade legal e regularidade financeira da despesa, seja emitido um número sequencial e valido de compromisso e registo no sistema informático de apoio à execução orçamental.

3.6.3.1. Relação entre compromissos assumidos e compromisso pagos:

| Designação | 31-12-2014 | 31-12-2013 | 31-12-2012 |
|-------------------------------|----------------|-----------------|-----------------|
| Compromissos assumidos | 9.492.886,60 € | 11.780.678,60 € | 10.005.987,35 € |
| Compromissos pagos | 8.321.453,43 € | 10.399.510,21 € | 7.151.063,47 € |
| Diferença | 1.171.433,17 € | 1.381.168,39 € | 2.854.923,88 € |

Quadro 13

Da análise do quadro supra, constata-se que no ano de 2014, foram assumidos compromisso no valor total de 9.492.886,60 euros, dos quais foram pagos compromisso no valor de 8.321.453,43 euros, pelo que o valor dos compromissos assumidos e não pagos no final de 2014 atingiu o montante de 1.171.433,17 euros, transitando estes para a gerência seguinte.

Pode-se ainda analisar, que os compromissos assumidos e não pagos no final de 2014 são inferiores aos compromissos assumidos e não pagos nos anos anteriores (2013 e 2012).

Nos termos do artigo 7.º da LCPA, as entidades não podem aumentar os pagamentos em atraso.

Os pagamentos em atraso, são as contam a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes (al. e) do art.º 3.º da LCPA).

O quadro que se segue demonstra o total dos pagamentos em atraso a 31 de Dezembro de 2014 e respetiva evolução de 2012 a 2014:

3.6.3.2. Pagamentos em atraso

| Designação | Contas a pagar | Pagamentos em atraso | | | | Total |
|---------------------------|---------------------------|---|--|--|-------------------------|-------------------------|
| | | Mais de 90 dias e menor ou igual a 120 dias | Mais de 120 dias e menor ou igual a 240 dias | Mais de 240 dias e menor ou igual a 360 dias | Mais de 360 dias | |
| 2014 | 564.589,36 € | 1373,52 € | 49.928,04 € | 2.010,87 € | 14.740,37 € | 68.052,80 € |
| 2013 | 748.397,46 € | 26.645,11 € | 74.579,38 € | 68.836,79 € | 252.956,66 € | 423.017,94 € |
| 2012 | 2.666.008,10 € | 37.830,39 € | 52.951,97 € | 32.841,48 € | 702.507,40 € | 1.566.131,24 € |
| Variação 2012-2014 | - 2.101.418,74 € - | - 36.456,87 € - | - 463.023,93 € - | - 310.830,61 € - | - 687.767,03 € - | - 1.498.078,44 € |

Quadro 14

Como se pode analisar pelo quadro supra, os pagamentos em atraso reduziram 1.498.078,44 euros em comparação com ao ano de 2013. Da análise efetuada depreende-se ainda que a 31 de Dezembro de 2014 o município de Alfândega da Fé apresenta apenas 68.052,80 euros de pagamentos em atraso com mais de 90 dias.

3.7. Análise do Investimento

3.7.1. Evolução do Investimento no último quadriênio

Na gerência de 2014 e conforme abaixo se demonstra, as receitas de capital foram superiores às despesas de investimento. Referir que o valor apresentado na gerência de 2013 advém da arrecadação dos empréstimos de reequilíbrio financeiro no que concerne a receita, já na despesa é fruto da consolidação/reestruturação dos empréstimos de médio e longo prazo.

| Designação | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 | 2010 |
|---------------------------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|-----------------|
| Despesas de Investimento | 1.259.839,17 € | 2.659.736,89 € | 2.045.178,59 € | 1.581.668,68 € | 4.862.552,94 € |
| Receitas de Capital | 2.228.967,30 € | 19.440.781,24 € | 4.115.952,08 € | 4.004.919,44 € | 12.898.294,93 € |
| Despesas de Capital | 2.353.682,89 € | 18.804.609,80 € | 3.952.649,19 € | 3.473.021,15 € | 7.932.814,72 € |

Quadro 15

3.7.1.1. Evolução das Despesas de Investimento/Receitas de Capital/Despesa de Capital

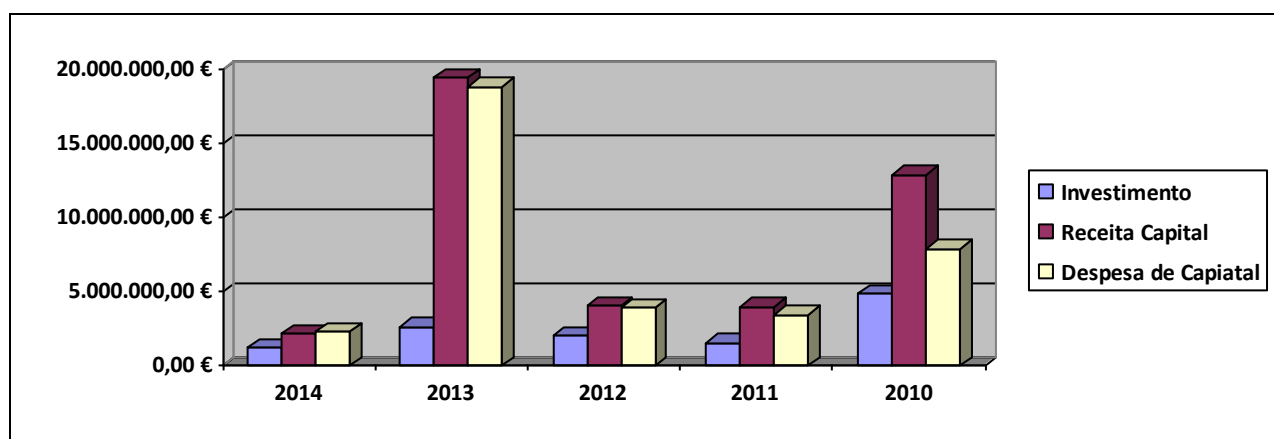


Gráfico3

Nas despesas de investimento estão incluídas todos os projetos e ações realizados por investimentos, classificadas da Rubrica "07- Aquisição de bens de Capital" (PPI).

As despesas de capital incluem todas as despesas de investimentos e as demais rubricas de capital, tais como "Transferências de capital" (inclui transferências para financiar despesas de capital - protocolos), "Ativos Financeiros" (inclui as transferências para as empresas municipais - cobertura de prejuízos/aumentos de capital), e "Passivos Financeiros" (compreende as operações financeiras, englobando as de tesouraria, curto prazo, e as de médio e longo prazo).

Temos ainda a referir que o ano de 2013 foi um ano excepcional, visto ter sido Executado do Empréstimo de Reequilíbrio Financeiro e o empréstimo PAEL. Logo não se pode fazer comparação da execução de 2014 com a execução de 2013.

3.8. Indicadores de Análise de Execução Orçamental

São apresentados de seguida, alguns indicadores orçamentais:

| Rácio | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 | 2010 |
|---|------|------|------|------|------|
| Peso da receita total na despesa total | 103% | 101% | 100% | 99% | 99% |
| Peso da receita corrente na despesa corrente | 101% | 94% | 82% | 89% | 48% |
| Peso da receita de capital nas despesas de capital | 95% | 103% | 104% | 115% | 162% |
| Peso das receitas próprias na despesa total | 19% | 9% | 17% | 12% | 3% |
| Peso dos passivos financeiros na despesa total | 1% | 55% | 2% | 6% | 54% |

Quadro 16

3.9. Afecção do Fundo Social Municipal

O Fundo Social Municipal (FSM) constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais - RFAL).

| Municípios | Verbas atribuídas FSM/OE 2014 (€) (1) | Total das despesas Elegíveis FSM em 2014 (€) (2) | Percentagem Justificada até 31 de Dezembro de 2014 (%) (3)=(2)/(1)*100 |
|------------------------|---|---|---|
| ALFÂNDEGA DA FÉ | 73.720,00 € | 259.691,26 € | 352,27 |

Quadro 17

A receita do Orçamento de Estado, no valor de 73.720,00 euros, não comportou os encargos que a Câmara Municipal teve com despesas de educação em 2014.

Isto significa que a autarquia está a fazer um esforço na área da educação muito superior às transferências do estado para este fim pelo Fundo Social Municipal, pelo que o mesmo deveria ser reforçado, tanto mais que neste momento as autarquias estão assumir custos sociais e de saúde que são da responsabilidade do poder central sem ter a respectiva contrapartida financeira.

3.10. Recursos Humanos

3.10.1. Despesas com pessoal

A evolução das despesas com pessoal das autarquias locais encontra-se regulamentada pelo n.º 5 do artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais (LFL), cujo acompanhamento é da responsabilidade da Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

| ALFÂNDEGA DA FÉ | | | |
|--|---|---|-----------------------------------|
| Despesas com pessoal | Final período Ano anterior (1) | Final período Ano corrente (2) | Comparação (3)=(2)-(1) |
| Despesas com pessoal (total do agrupamento 01) | 2.815.453,76 | 2.855.129,30 | 39.675,54 |
| Aquisição de serviços com pessoas singulares (incluídas no agrupamento 02) | | | 0,00 |

| | |
|--|-----------|
| Aumento não justificado | |
| Aumento resultante da atualização dos vencimentos dos funcionários públicos | |
| Aumento resultante da delegação de competências da administração central | |
| Aumento resultante da delegação de competências da administração local | |
| Aumento resultante de disposições legais | 39.676,54 |
| Aumento resultante de outras justificações | |
| Aumento resultante de outras situações | |
| Aumento resultante de sentenças judiciais | |
| Aumentos / Reduções de despesa com pessoal resultante de afetação de recursos entre autarquias ao abrigo de acordos de delegação de competências | |
| Despesa decorrente da dissolução e da internalização das atividades do Município | |
| Despesa no âmbito do atendimento digital assistido | |
| Despesa resultante da atualização dos vencimentos dos funcionários públicos | |
| Despesa resultante da delegação de competências da administração central | |
| Despesa resultante de disposições legais | |
| Despesa resultante de sentenças judiciais | |

Quadro 18

3.10.2. Evolução da despesa em RCP's (Remunerações certas e permanentes)

| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Remunerações Certas e Permanentes | 2.290.186,22 | 2.302.771,78 | 2.270.232,54 | 1.990.050,31 | 2.195.085,97 | 2.170.879,19 |

Quadro 16

Verifica-se um crescimento em 2013 devido à aplicação de disposições legais, ou seja, tem origem no pagamento do subsídio de natal em duodécimos, bem como a integração dos funcionários da empresa municipal EDEAF, pelo facto de terem sido celebrados em agosto de 2013 12 acordos de cedência de interesse público com 12 trabalhadores da EDEAF, na sequência da deliberação da Assembleia Municipal de 23.02.2013, que aprovou a dissolução daquela empresa municipal, bem como a internalização da sua atividade nos serviços do Município, tudo de acordo com o determinado nos arts. 61º/2 e 12, 65º e 70º/3, 4 e 5, da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Foi ainda necessário proceder ao pagamento de indemnizações aos funcionários que terminaram os seus contratos, o que contribuiu para esse aumento.

3.10.3. Evolução do Pessoal ao serviço

| | 31-12-2009 | 31-12-2010 | 31-12-2011 | 31-12-2012 | 31-12-2013 | 31-12-2014 |
|--------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Pessoal Serviço * | 164 | 160 | 158 | 150 | 158 | 136 |

Quadro 19

* Inclui os 3 membros do executivo

Em Agosto de 2013 efetuou-se a integração do pessoal da empresa municipal EDEAF pelo facto de terem sido celebrados 12 acordos de cedência de interesse público envolvendo 12 trabalhadores da EDEAF. Esse facto explica o crescimento do número de efetivos em 2013.

Em 2014 teve início o programa de reestruturação que se traduziu na redução evidenciada no quadro.

No entanto, há que referir que se encontra em fase de conclusão o recrutamento excecional de 19 trabalhadores, os quais foram devidamente aprovados e que se discriminam:

- Onze postos de trabalho aprovados por despacho dos Senhores Secretário de Estado da Administração Local, de 09/05/2014, e Secretário de Estado da Administração Pública nº 3232/20014-SEAP, de 29/08/201; e
- Oito postos de trabalho aprovados por despacho dos Senhores Secretário de Estado da Administração Local, de 03/04/2014 e do Secretário de Estado da Administração Pública nº 3231/20014-SEAP, 29/08/2014

3.10.4. Distribuição de trabalhadores por relação jurídica de emprego público

O quadro que se segue demonstra o número de trabalhadores do Município existentes em 31 de Dezembro de 2014. Da sua análise, constata-se que nessa data, o total de trabalhadores era de 133 trabalhadores cuja relação jurídica de emprego público é o contrato individual de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e a termo resolutivo certo.

O quadro seguinte demonstra ainda distribuição dos trabalhadores municipais pelas respectivas carreiras e ou categorias nas modalidades de contrato em funções públicas por tempo indeterminado e a termo resolutivo certo.

| Distribuição de trabalhadores por carreira/categoria 31-12-2014 | | | | | |
|---|-------------------------------------|-----|------------|-----|------------|
| Categoria/carreira | Relação jurídica de emprego público | | | | |
| | CTFP/CTTI | | CTFP/CTTRC | | Total |
| | nº | obs | nº | obs | |
| Dirigentes de 2º Grau | 3 | | | | 3 |
| Técnico Superior | 16 | | 6* | | 22 |
| Coordenador Técnico | 7 | | | | 7 |
| Assistente Técnico | 12 | | 4** | | 16 |
| Encarregado Operacional | 6 | | | | 6 |
| Assistente Operacional | 56 | | | | 56 |
| Fiscal Municipal | 3 | | | | 3 |
| Informática | 5 | | | | 5 |
| Assistente operacional AECs | 12 | | | | 12 |
| Professores e educadores infância AECS | 3 | | | | 3 |
| Total | 123 | | 10 | | 133 |

* Contabilizados 6 TS CCIP ex-EDEAF

** Contabilizados 2 AT CCIP Ex-EDEAF + 2 Cargos Políticos

*** Não estão contabilizados os 3 membros do Executivo

Quadro 20

3.10.5. Absentismo

Analisado o quadro seguinte, verifica-se que no ano de 2014, as faltas por doença (até 30 dias) e por doença prolongada (> 30 dias) representam o maior número de faltas ao serviço.

| Contagem dos dias de ausência | | | | | | | | | | | |
|--|-------|--------------------|----------------------|------------------|--------------------|------------------------|-----------|-------------|-------------------|--------|--------|
| | | Dirigente Superior | Dirigente Intermédio | Técnico Superior | Assistente Técnico | Assistente Operacional | Bombeiros | Informática | Polícia Municipal | Outros | Total |
| Casamento | H | | | | | | | | | | 0 |
| | M | | | | | | | | | | 0 |
| | Total | | | | | | | | | | 0 |
| Proteção na Parentalidade | H | | | 20 | | | | 20 | | | 40 |
| | M | | | 409 | | | | | | | 409 |
| | Total | | | 429 | | | | 20 | | | 449 |
| Falecimento de Familiar | H | | | | | 20 | | 4 | | | 24 |
| | M | | | | | 5 | | | | | 5 |
| | Total | | | | | 25 | | 4 | | | 29 |
| Doença | H | | 2 | 69 | 23 | 1131 | | 3 | | | 1228 |
| | M | | 6 | 49 | 30,5 | 490 | | 8 | | | 583,5 |
| | Total | | 8 | 118 | 53,5 | 1621 | | 11 | | | 1811,5 |
| Por acidente em serviço ou doença profissional | H | | | | | | | | | | 0 |
| | M | | | | | | | | | | 0 |
| | Total | | | | | | | | | | 0 |
| Assistência a familiares | H | | 6 | 13 | 8,5 | 10 | | 21,5 | | | 59 |
| | M | | 11 | 39,5 | 16 | 15,5 | | 2 | | | 84 |
| | Total | | 17 | 52,5 | 24,5 | 25,5 | | 23,5 | | | 143 |
| Trabalhador Estudante | H | | | | | | | | | | 0 |
| | M | | | | | | | | | | 0 |
| | Total | | | | | | | | | | 0 |
| Por conta do período de férias | H | | 8 | 3 | 18,5 | 31 | | 6 | | 4 | 70,5 |
| | M | | 5,5 | 36,5 | 9 | 18,5 | | | | | 69,5 |
| | Total | | 13,5 | 39,5 | 27,5 | 49,5 | | 6 | | 4 | 140 |
| Com perda de vencimento | H | | | | | 546 | | | | | 546 |
| | M | | | | | | | | | | 0 |
| | Total | | | | | 546 | | | | | 546 |
| Cumprimento de pena disciplinar | H | | | | | | | | | | 0 |
| | M | | | | | | | | | | 0 |
| | Total | | | | | | | | | | 0 |
| Greve | H | | | | | | | | | | 0 |
| | M | | | | | | | | | | 0 |
| | Total | | | | | | | | | | 0 |
| Injustificadas | H | | | | | | | | | | 0 |
| | M | | | | | | | | | | 0 |
| | Total | | | | | | | | | | 0 |
| Outros | H | | | | 10 | 3 | | | | | 13 |
| | M | | | | | 2 | | | | | 2 |
| | Total | | | | 10 | 5 | | | | | 15 |

| | | | | | | | | | | | |
|-------|--------------|----------|-------------|------------|--------------|-------------|----------|-------------|----------|----------|---------------|
| Total | H | 0 | 16 | 105 | 60 | 1741 | 0 | 54,5 | 0 | 4 | 1980,5 |
| | M | 0 | 22,5 | 534 | 55,5 | 531 | 0 | 10 | 0 | 0 | 1153 |
| | Total | 0 | 38,5 | 639 | 115,5 | 2272 | 0 | 64,5 | 0 | 4 | 3133,5 |

Quadro 21

3.10.6. Formação

Durante o ano de 2014 foi proporcionada a participação em ações formação profissional, aos trabalhadores municipais, adequadas à sua qualificação, nas diversas áreas, organizadas por entidades externas ao Município, designadamente pela AMTQT- Associação de Município da Terra Quente e pelo IGAP – Instituto de Gestão e Administração Pública, e pelo próprio Município, o quadro seguinte demonstra as ações de formação profissional realizadas por duração:

| Contagem das ações de formação profissional por tipo segundo a duração da Ação | | | | | |
|--|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------|
| | Menos de 30 Horas | De 30 a 59 Horas | De 60 a 119 Horas | 120 Horas ou mais | Total |
| Nº total de ações | 26 | 7 | | 2 | 35 |

Quadro 22

No quadro apresentado a seguir, é demonstrada a participação em ações de formação profissional por cargo/carreira:

| Contagem dos participantes em ações de formação profissional por cargo / carreira | | | | | | | | | | |
|---|--------------------|----------------------|------------------|--------------------|------------------------|-----------|-------------|-------------------|--------|-------|
| | Dirigente Superior | Dirigente Intermédio | Técnico Superior | Assistente Técnico | Assistente Operacional | Bombeiros | Informática | Polícia Municipal | Outros | Total |
| Nº Total de participantes | 0 | 3 | 14 | 11 | 1 | 0 | 5 | 0 | 0 | 34 |

Quadro 23

3.11 - Prazo Médio de Pagamento

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de Abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C.

Os dados utilizados foram retirados da aplicação informática SIAL, de acordo com a informação reportada pelo município.

O quadro seguinte demonstra a evolução do prazo meio de pagamento do município de Alfândega da Fé.

| | 30-09-2009 | 31-12-2010 | 31-12-2011 | 31-12-2012 | 31-12-2013 | 31-12-2014 |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Prazo médio de pagamento - evolução | 919 dias | 86 dias | 65 dias | 100 dias | 57 dias | 11 dias |

Quadro 24

Verifica-se uma redução significativa do PMP no 4º trimestre de 2014, em comparação com o PMP apurado a 31 de Dezembro de 2013. Como se pode constatar pela análise do quadro supra a 31 de Dezembro de 2014 o município de Alfândega da Fé apresenta um prazo médio de pagamento de 11 dias.

Demonstração gráfica da evolução do PMP

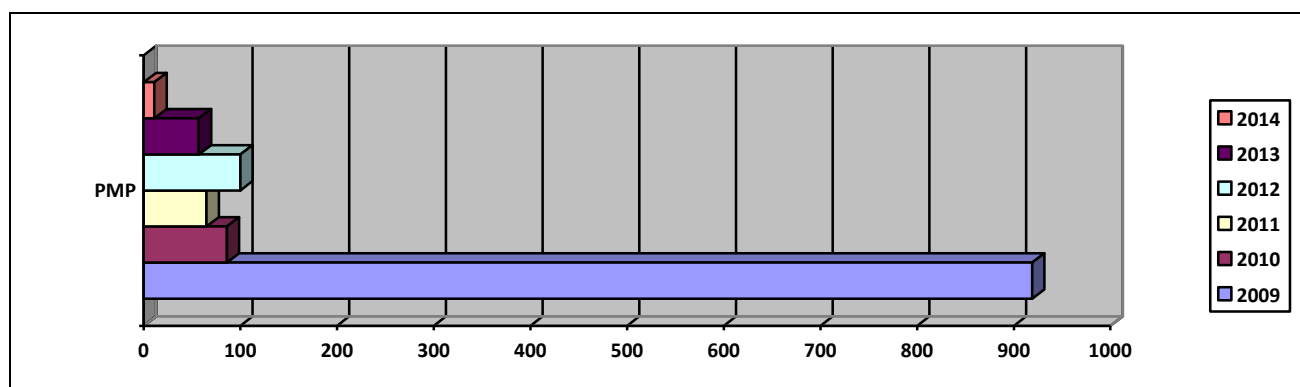


Gráfico 4

4. Indicadores de Análise da Contabilidade Patrimonial

A execução orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, o Balanço e a Demonstração de Resultados espelham a comparação entre o passivo e o ativo do património do Município e a evidenciação dos custos e proveitos incorridos e obtidos em cada exercício económico, bem como resultado apurado, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

4.1. Análise do Balanço

O balanço é o documento contabilístico base para análise da situação económico - financeira do Município. Deste modo considerando a informação plasmada nos Balanços dos anos 2013 e 2014, foi elaborado o quadro abaixo, onde se demonstra a estrutura patrimonial do Município bem como a sua evolução entre os exercícios de 2013 e 2014:

| Descrição | 2014 | | 2013 | | Variação | |
|--|-----------------|-------|-----------------|-------|-----------------|--------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Imobilizado: | | | | | | |
| Bens de Domínio Público | 16.726.979,39 € | 38,70 | 12.432.221,80 € | 31,04 | 4.294.757,59 € | 25,68 |
| Imobilizações Incorpóreas | 41.678,74 € | 0,10 | 42.231,45 € | 0,11 | -552,71 € | -1,33 |
| Imobilizações Corpóreas | 17.057.135,76 € | 39,46 | 22.263.586,23 € | 55,59 | -5.206.450,47 € | -30,52 |
| Investimentos Financeiros | 6.266.153,79 € | 14,50 | 2.465.832,67 € | 6,16 | 3.800.321,12 € | 60,65 |
| Ativo Circulante: | | | | | | |
| Existências | 27.544,69 € | 0,06 | 30.099,76 € | 0,08 | -2.555,07 € | -9,28 |
| Dívidas de terceiros – médio e longo prazo | | | | | | |
| Dívidas de terceiros – curto prazo | 2.658.771,75 € | 6,15 | 2.280.126,65 € | 5,69 | 378.645,10 € | 14,24 |

| | | | | | | |
|---|------------------------|---------------|------------------------|------------|-----------------------|-------------|
| Títulos negociáveis | | | | | | |
| Depósitos em instituições financeiras e caixa | 368.561,18 € | 0,85 | 478.197,09 € | 1,19 | -109.635,91 € | -29,75 |
| Acréscimos e diferimentos | 79.393,51 € | 0,18 | 55.539,76 € | 0,14 | 23.853,75 € | 30,04 |
| Total do Ativo | 43.226.218,81 € | 100 | 40.047.835,41 € | 100 | 3.178.383,40 € | 7,35 |
| Fundos Próprios: | | | | | | |
| Património | 15.059.143,36 € | 96,30 | 11.232.903,07 € | 74,62 | 3.826.240,29 € | 25,41 |
| Ajustamentos de partes de capital em empresas | | | | | | |
| Reservas | 785.885,41 € | 5,03 | 729.375,71 € | 4,85 | 56.509,70 € | 7,19 |
| Subsídios | | | | | | |
| Doações | 327.581,91 € | 2,09 | 323.289,66 € | 2,15 | 4.292,25 € | 1,31 |
| Resultados Transitados | 19.179,18 € | 0,12 | 1.637.471,97 € | 10,88 | -1.618.292,79 € | -8437,76 |
| Resultado líquido do Exercício | -554.269,25 € | -3,54 | 1.130.193,97 € | 7,51 | -1.684.463,22 € | |
| Total dos Fundos Próprios | 15.637.520,61 € | 100,00 | 15.053.234,38 € | 100 | 584.286,23 € | 3,74 |
| Total dos Fundos Próprios | 15.637.520,61 € | 100,00 | 15.053.234,38 € | 100 | 584.286,23 € | 3,74 |
| Passivo: | | | | | | |
| Provisão para riscos e encargos | 286.734,78 € | 1,04 | 0 | | 286.734,78 € | 100,00 |
| Dividas a terceiros de médio e longo prazo | 19.926.737,84 € | 72,23 | 19.165.732,57 € | 76,68 | 761.005,27 € | 3,82 |
| Dividas a Terceiros – curto prazo | 726.266,69 € | 2,63 | 1.223.246,88 € | 4,89 | -496.980,19 € | -68,43 |
| Acréscimos e Diferimentos | 6.648.958,89 € | 24,10 | 4.605.621,58 € | 18,43 | 2.043.337,31 € | 30,73 |
| Total do Passivo | 27.588.698,20 € | 100 | 24.994.601,03 € | 100 | 2.594.097,17 € | 9,40 |
| Total dos Fundos Próprios e do Passivo | 43.226.218,81 € | 100 | 40.047.835,41 € | 100 | 3.178.383,40 € | 7,35 |

Quadro 25

O conjunto de Bens e Direitos que compõem o Ativo do Município em 31 de Dezembro de 2014 totalizam 43.226.218,81 euros.

Para o crescimento registado contribuiu, o aumento das rubricas com maior expressão no Total do Ativo do Município, os Bens de Domínio Público, os Investimentos Financeiros que em 2014 apresentaram um aumento significativo.

No que respeita ao Passivo do Município, em 31 de Dezembro de 2014 o montante apurado cifra-se em 27.588.698,20 euros, registando um acréscimo na ordem dos 9,4 % relativamente ao ano transato, devido a contração do empréstimo PAEL e Reequilíbrio Financeiro, tendo sido concluída a sua execução no 1º semestre de 2014.

E ainda devido a incorporação de subsídios ao investimento de anos anteriores a 2010, visto que desde o exercício de 2010, o Município efetua o registo dos subsídios obtidos para financiar bens do ativo imobilizado corretamente na rubrica de 274.5 – Subsídios para investimento, estando desde então a proceder ao cumprimento do princípio da especialização dos exercícios.

No entanto, o Revisor Oficial de Contas é de opinião que os subsídios obtidos desde 1990 e que se destinavam a realização de obras, deveriam ser corrigidos, uma vez que os mesmos foram relevados como proveito do exercício em que foram recebidos.

No cumprimento da ressalva do ROC, durante o ano de 2014, foi possível obter informação referente a investimentos realizados e anteriores a 2010, tendo os mesmos sido incorporados nas contas do município. Trabalho que vai continuar em 2015.

O quadro seguinte mostra os subsídios para investimentos anteriores a 2010 que não tinham sido devidamente contabilizados, e no ano de 2014 foram regularizados:

| Descrição do Investimento | Valor |
|--|-----------------------|
| Centro de Formação Desportiva - 2008 | 865.403,01 € |
| Estrada de ligação Eucisia - Vilarelhos - 2008 | 430.802,10 € |
| Centro de Manutenção Física - 2005 | 493.214,95 € |
| Total | 1.789.420,06 € |

Quadro 26

A rubrica de " Dividas a Terceiros de Curto Prazo" incorpora as seguintes sub-rubricas

| | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|--|---------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Empréstimos de curto prazo | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 100.000,00 € |
| Fornecedores c/c | 513.646,11 € | 396.820,33 € | 2.175.017,74 € | 1.456.338,46 € |
| Fornecedores – faturas em receção e conferência | 2.472,98 € | 23.350,47 € | 52.801,22 € | 164.315,08 € |
| Fornecedores de Imobilizado c/c | 0,00 € | 61.893,40 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Fornecedores de leasing | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Estados e outros entes públicos | 35.625,69 € | 43.612,96 € | 39.496,13 € | 41.943,85 € |
| Outros Credores | 168.637,05 € | 691.584,86 € | 766.501,54 € | 932.005,18 € |
| Garantias e caucões | 5.984,86 € | 5.984,86 € | 9.781,17 € | 13.942,51 € |
| Total | 726.366,69 € | 1.223.246,88 € | 3.043.597,80 € | 2.708.545,08 € |

Quadro 27

Desagregação da rubrica "Acréscimos e Deferimentos"

| | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Remunerações a liquidar | 124.064,98 € | 140.684,69 € | 141.327,19 € | 136.344,96 € |
| Juros a liquidar | 35.081,22 € | 45.929,13 € | 25.644,76 € | 40.207,53 € |
| Outros acréscimos de custos | 0,00 € | 0,00 € | 284.258,60 € | 661.114,98 € |
| Subsídio para investimento | 6.461.937,04 € | 4.419.007,76 € | 3.509.010,12 € | 3.023.860,47 € |
| TOTAL | 6.621.083,24 € | 4.605.621,58 € | 3.960.240,67 € | 3.861.527,94 € |

Quadro 28

Desagregação da rubrica “Subsídios para investimento”:

| Designação | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Candidatura nº 048080/2011/65 - ações inv. Sensibilização | 0,00 € | 122.581,47 € | 127.268,58 € | 203.916,95 € |
| CANDIDATURA Ordenamento e Recuperação de Povoamento - PRODER | 223769,18 | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| CANDIDATURA FEM | 322542,02 | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Norte-04-0450-FEDER-000100 - Estradas | 1.401.315,68 € | 1.477.187,26 € | 1.506.149,21 € | 1.506.149,21 € |
| Norte – 04-0241-FEDER-00641 - PRU | 1.170.388,03 € | 1.260.717,47 € | 956.622,00 € | 956.622,20 € |
| Norte-04-0450-FEDER-000163-Para mobilidade | 122.269,58 € | 127.830,31 € | 128.293,70 € | 111.214,36 € |
| Norte-04-0450-FEDER-000159-Entrada poente | 287.496,21 € | 302.694,25 € | 303.960,75 € | 250.320,62 € |
| Norte – 04-0450-FEDER – 000174-VALES E COLMEIAS | 825.634,25 € | 848.303,77 € | 453.390,37 € | 0,00 € |
| NORTE – 08-0569-FEDER-000062 – Sambade Aldeia Tecnológica e Turística | 279.693,23 € | 279.693,23 € | 0,00 € | 0,00 € |
| CENTRO DE DORMAÇÃO DESPORTIVA - 2008 | 865.403,01 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Estrada de ligação Eucísia - vilarelos 2008 | 430.802,10 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Centro de Manutenção Física - 2005 | 493.214,95 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Requalificação do Pav da ARA | 39.408,80 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| TOTAL | 6.461.937,04 € | 4.419.007,76 € | 3.509.010,12 € | 3.023.860,47 € |

Quadro 29

Os Fundos Próprios do Município são constituídos maioritariamente pelo Património que em 2014 totalizavam 15.637.520,61 euros.

Relativamente ao Resultado Líquido do Exercício, o montante apurado em 2014 foi de -554.269,25 euros.

4.2. Análise da Demonstração de Resultados

Tendo por base a informação constante da Demonstração de Resultados do Município, no quadro abaixo, apresenta-se para os exercícios de 2013 e de 2014, a estrutura de custos e proveitos do Município, os resultados obtidos e a sua evolução naqueles períodos:

| Descrição | 2014 | | 2013 | | Variação | |
|---|-----------------------|---------------|-----------------------|------------|---------------------|-------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Custos e Perdas: | | | | | | |
| Custos das mercadorias vendidas e das mercadorias consumidas | 182.591,71 € | 2,09 | 188.883,83 € | 2,37 | -6.292,12 € | -3,45 |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 1.806.660,85 € | 20,65 | 1.912.965,53 € | 23,99 | -106.304,68 € | -5,88 |
| Custos com o Pessoal | 2.852.924,83 € | 32,61 | 2.820.211,31 € | 35,37 | 32.713,52 € | 1,15 |
| Transferências e sub. Correntes concedidos e prestações sociais | 771.759,74 € | 8,82 | 698.142,93 € | 8,76 | 73.616,81 € | 9,54 |
| Amortizações do Exercício | 896.563,06 € | 10,25 | 1.344.831,56 € | 16,87 | -448.268,50 € | -50,00 |
| Provisões do Exercício | 286.734,78 € | 3,28 | | | | |
| Outros Custos operacionais | 550,00 € | 0,01 | | | | |
| Custos e Perdas Financeiras | 1.497.042,40 € | 17,11 | 781.526,80 € | 9,8 | 715.515,60 € | 47,80 |
| Custos e Perdas Extraordinárias | 455.077,60 € | 5,20 | 227.391,25 € | 2,85 | 227.686,35 € | 50,03 |
| Total de Custos e Perdas | 8.749.904,97 € | 100,00 | 7.973.953,21 € | 100 | 775.951,76 € | 8,87 |
| Proveitos e Ganhos: | | | | | | |

| | | | | | | |
|--|------------------------|---------------|-----------------------|------------|------------------------|---------------|
| Vendas e Prestações de Serviços | 453.163,47 € | 5,53 | 1.097.174,37 € | 12,05 | -644.010,90 € | -142,11 |
| Impostos e Taxas | 976.877,15 € | 11,92 | 953.056,30 € | 10,47 | 23.820,85 € | 2,44 |
| Trabalhos para a própria entidade | 111.328,34 € | 1,36 | 272.410,13 € | 2,99 | -161.081,79 € | -144,69 |
| Proveitos Suplementares | 757,08 € | 0,01 | 480,01 € | 0,01 | 277,07 € | 36,60 |
| Transferências e subsídios obtidos | 6.161.143,11 € | 75,18 | 5.833.199,26 € | 64,07 | 327.943,85 € | 5,32 |
| Outros Proveitos e ganhos operacionais | | | | | | |
| Proveitos e ganhos financeiros | 379.966,85 € | 4,64 | 355.457,87 € | 3,9 | 24.508,98 € | 6,45 |
| Proveitos Extraordinários | 112.399,72 € | 1,37 | 592.369,24 € | 6,51 | -479.969,52 € | -427,02 |
| Total de Proveitos e Ganhos | 8.195.635,72 € | 100,00 | 9.104.147,18 € | 100 | -908.511,46 € | -11,09 |
| Resultados Operacionais | 905.484,18 € | | 1.191.284,91 € | | -285.800,73 € | |
| Resultados Financeiros | -1.117.075,55 € | | -426.068,93 € | | -691.006,62 € | |
| Resultados Correntes | -211.591,37 € | | 765.215,98 € | | -976.807,35 € | |
| Resultados Extraordinário | -342.677,88 € | | 364.977,99 € | | -707.655,87 € | |
| Resultado líquido do Exercício | -554.269,25 € | | 1.130.193,97 € | | -1.684.463,22 € | |

Quadro 30

A demonstração de resultados tem por objetivo apresentar o exercício, evidenciando os custos e os proveitos pela sua natureza, servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados.

No que respeita à estrutura de Custos e Proveitos do Município acima apresentados é possível observar que, em 2014, do lado dos custos, apresentam na sua globalidade um acréscimo de 8,87% e por sua vez o lado dos proveitos demonstram um decréscimo de 11,09%.

Verifica-se um decréscimo na rubrica "Amortizações do Exercício", na ordem dos 50 %.

No que respeita aos Proveitos, a rubrica que continua com maior expressão em 2014 é a de "Transferências e Subsídios Obtidos" que representa cerca de 75,18% do total dos proveitos. É ainda de referir que esta rubrica comparativamente com o ano transato apresenta um acréscimo de 5,32%.

A rubrica de "Impostos e Taxas" apresenta um crescimento de 2,44 % quando comparada com o anterior, e a rubrica de "Vendas e prestações de serviços", reflete uma redução de 142,11%.

Da comparação entre os custos e proveitos acima elencados foram apurados os Resultados Operacionais, Financeiros e Extraordinários que determinaram o Resultado Líquido do Exercício de -554.269,25 euros.

No que respeita aos Resultados Operacionais, o montante apurado em 2014 foi de 905.484,18 euros. Este representa o resultado gerado pela atividade da entidade sendo apurado pela diferença entre os Proveitos Operacionais (vendas, prestação de serviços, outros proveitos operacionais) e os Custos Operacionais (compra de mercadorias e matérias-primas, salários e encargos, custos gerais de produção e amortização do imobilizado).

5. Endividamento

5.1. Curto Prazo

A informação apresentada no quadro seguinte tem por base os dados dos balanços dos respetivos anos económicos.

| Designação | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---------------------------------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Fornecedores, c/c | 513.646,11 € | 396.820,33 € | 2.175.017,74 € | 1.620.653,54 € |
| Fornecedores – faturas em conferência | 2.472,98 € | 23.350,47 € | 52.801,22 € | 0,00 € |
| Fornecedores de imobilizado, c/c | 0 | 61.893,40 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Estado e Outros entes Públicos | 35.625,69 € | 43.612,96 € | 39.496,13 € | 41.943,85 € |
| Outros credores | 168.637,05 € | 691.584,86 € | 766.501,54 € | 932.005,18 € |
| Total | 720.381,83 € | 1.217.262,02 € | 3.033.816,63 € | 2.594.602,57 € |

Quadro 31

Como se pode constatar pela análise do quadro supra a dívida de curto prazo apresenta uma vincada redução face aos anos anteriores.

5.2. Médio e Longo Prazo

No que concerne à dívida de médio e longo prazo, ou seja aquela que é exigível num horizonte temporal superior a um ano, no exercício de 2014 apresenta-se o seguinte:

| Designação | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 | 2010 |
|----------------------|------------------------|------------------------|------------------------|-----------------------|------------------------|
| Empréstimos CMAF | 19.926.737,84 € | 19.165.732,57 € | 16.305.192,54 € | 17.266.774,48€ | 17.933.585,86€ |
| Locações Financeiras | 00,00 € | 00,00 € | 00,00 € | 00,00€ | 24.798,76 € |
| Total | 19.926.737,84 € | 19.165.732,57 € | 16.305.192,54 € | 17.266.774,48€ | 17.958.384,62 € |

Quadro 32

Mapa de encargos com Empréstimos 31 de Dezembro 2014:

| | Amortização | Juros | Total | Dívida no fim do período |
|----------------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------------|
| Excluídos | 103.006,06 € | 2.553,78 € | 105.559,84 € | 590.929,30 € |
| Não excluídos | 497.714,57 € | 1.157.708,48 € | 1.655.423,05 € | 19.335.808,54 € |
| Total | 600.720,63 € | 1.160.262,26 € | 1.760.982,89 € | 19.926.737,84 € |

Quadro 33

O quadro infra traduz o montante de encargos efetivos com empréstimos bancários que o Município possui, e evolução dos mesmos, de 2008 a 2014:

| | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 | 2010 | 2009 | 2008 |
|------------------------|---------------------|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| Amortização antecipada | 0 | 12.812.606,95 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Amortização Capital | 600.720,63 | 442.786,86 | 961.581,95 | 966.810,79 | 909.306,18 | 409.864,96 | 412.755,50 |
| Juros | 1.160.262,26 | 273.582,16 | 617.518,52 | 677.769,93 | 255.344,43 | 229.151,36 | 309.071,21 |
| Total | 1.760.982,89 | 13.528.975,97 | 1.579.100,47 | 1.644.580,72 | 1.164.650,61 | 639.016,32 | 721.826,71 |

Quadro 34

Mapa da evolução da dívida de MLP e Curto Prazo a 31 de Dezembro 2014:

| Designação | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|--------------------------------|---------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Total da Dívida de MLP | 19.926.737,84 € | 19.165.732,57 € | 16.305.192,54 € | 17.266.774,48€ |
| Total da Dívida de Curto Prazo | 720.281,83 € | 1.217.262,02 € | 3.033.816,63 € | 2.594.602,57€ |
| Total Geral | 20.647.01,67 | 20.382.994,59 € | 19.341.021,17 € | 19.863.388,05 € |

Quadro 35

De referir que o aumento da dívida total advém dos seguintes fatores:

- Só no exercício de 2014 se conclui a execução total do empréstimo de Reequilíbrio Financeiro e PAEL que deu origem a um encaixe de receita proveniente de empréstimos de médio e longo prazo no valor de 1.077.811,62 euros (empréstimo PAEL e Reequilíbrio Financeiro), valores que estavam previstos no PAF executar no ano de 2012 e só em 2013 foi obtido o visto do TC.

Mais uma vez, de referir que, estes desvios são originados pelo atraso na aprovação do PAF e empréstimos associados (PAEL e RF), que ocorreu, em 26 de Março de 2013, tendo apenas sido visado pelo Tribunal de contas a 29-08-2013, estando previsto no PAF a sua utilização total no ano de 2012, o que se revelou totalmente inviável dado os atrasos referidos que não são da responsabilidade do município.

-Em 29 de outubro de 2014, foi executado o relatório de liquidação da empresa Municipal EDEAF, onde se propõe a transmissão global de todo o ativo e passivo da Empresa para o sócio Município de Alfândega da Fé, conforme previsto no art. 148.º do Código das Sociedades Comerciais, tendo em consideração os seguintes pontos:

-O património ativo e passivo da empresa é transmitido globalmente, pelos respetivos valores contabilísticos, para o sócio Município de Alfândega da Fé, o qual fica único responsável pelo pagamento aos referidos credores de todas as responsabilidades sociais decorrentes do passivo.

À face da lei, o sócio Município de Alfândega da Fé, ficará responsável pelo pagamento de quais quer dívidas de natureza fiscal que no presente ainda não sejam exigíveis.

Foi ainda efetuada a escritura de encerramento de liquidação da empresa Municipal EDEAF, tendo sido efetuados todos os lançamentos necessários na contabilidade do Município de Alfândega da Fé, refletindo desta foram a internalização total da empresa.

O Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal (Lei 53/2014, de 25 de agosto), no que concerne a internalização e integração no município da empresas municipais, refere que:

1. O limite da dívida total previsto no art. 52º/1, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, não prejudica a assunção da dívida da empresa local, no caso de integração ou internalização da respetiva atividade;
2. Em caso de ultrapassagem do limite de dívida, na sequência da internalização, o município fica obrigado a reduzir o excesso (art. 52º/3, a), da Lei 73/2013, de 3 de setembro;
3. Sendo ultrapassados os fundos disponíveis e aumente os seus pagamentos em atraso em resultado da assunção dos compromissos da empresa local cuja atividade tenha internalizado, não é aplicável o disposto no art. 11º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, quanto à responsabilização pela violação das regras relativas a assunção de compromissos. Finalmente, o empréstimo da EDEAF está já contemplado no PAM.

A empresa Municipal EDEAF da data da liquidação/internalização tinha um empréstimo: contrato de mútuo com hipoteca e consignação de receitas, com o nº 9015.006831.9.91, celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, no valor € 770.000,00.

Na data da liquidação/internalização o montante em dívida deste empréstimo é de € 283.914,28.

A EDEAF é titular de diversos bens movem, que incluem o mais variado equipamento, que foi incluído no património do município. Bem como, os ativos intangíveis constantes na conta 44 do balancete.

O passivo da EDEAF traduz-se em responsabilidades no montante global de 22.176,50 euros e é credora no montante global de 36.128,81 euros.

Foi ainda contabilizada nas contas do município o valor dos ativos fixos tangíveis, cujo valor contabilístico é de 747.950,79 euros, é de destacar a existência de bens imóveis e diversos bens móveis.

De referir ainda que em 2014 foi paga a quase totalidade da dívida à Casais no valor de total de 646.055,40 euros, e foi internalizada parte da dívida da Alfandegatur no ano de 2013 no valor de 529.940,00 euros, correspondente a um aumento de capital para permitir a venda da Alfandegatur que não ocorreu ainda estando a decorrer o novo concurso.

Processos judiciais em curso

Existem diversos processos judiciais em curso, conforme se pode constatar pelo mapa apresentado a seguir:

| Entidade Credora | NIF | Situação Atual | Montante |
|--|---|--|---------------------|
| Ladário - Sociedade de Construções, Lda. | 502153229 | Relativo à obra do Centro de Manutenção Física (SPA). | 112.236,76 € |
| Santana & Cª, Lda. | 501259422 | Em primeira instância foi o município condenado no pagamento de €12.412,03. O Município interpôs recurso. | 12.412,03 € |
| Adolfo Manuel Videira | 139992911 | Ação executiva intentada pelo Sr. Adolfo Videira, na sequência da celebração de escritura pública de compra e venda de prédio rústico em véspera de eleições autárquicas de 2009. | 145.851,00 € |
| Maria Fernanda Trigo / Pedro Manuel trigo | 145877965 / 145878090 | Ação executiva intentada pela Sra. Maria Fernanda Trigo e Pedro Manuel Trigo, na sequência da celebração de escritura de compra e venda de prédio rústico para o projeto Fun Zone Village. | 82.191,00 € |
| Jorge António Reboredo Camelo Pinheiro / Liliana Reboredo Pinheiro / Susana Cristina Reboredo Pinheiro | 235148032 / 222394684 / 191608866 | Ação intentada pelos filhos do Sr. Jorge Pinheiro, relativa a acordo indemnizatório. | 92.000,00 € |
| Construtora Mirandesa, Lda. | 503538558 | Este processo está relacionado com o fornecimento de inertes e macadame betuminoso, que não foi precedido do necessário procedimento pré-contratual. | 16.234,99 € |
| TOTAL | | | 460.925,78 € |

Quadro 36

5.3.Limites da dívida total

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado RFALAEI) veio, no seu art.º 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne o endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais, regendo-se pelos seguintes normativos:

- Artigo 52.º - Definição do limite da dívida total que não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
- O n.º 2 do art.º 52.º do RFLAEI - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Limite da dívida total para o ano de 2014

| Receitas Relevantes para efeitos de cálculo do Limite de Endividamento | Receitas cobradas | | Observações |
|---|-------------------|-------------------------------------|-----------------|
| | Brutas (1) | Receita cobrada Líquida (3)=(1)-(2) | |
| Receitas Correntes do Ano 2011 | 4.963.876,96 € | 4.963.876,96 | |
| Receitas Correntes do Ano 2012 | 4.886.644,61 € | 4.886.644,61 | |
| Receitas Correntes do Ano 2013 | 6.637.795,52 € | 6.637.795,52 | |
| TOTAL DA RECEITA RELEVANTE | 11.524.440,13 | 16.488.317,09 | |
| Média Aritmética da Receita Relevante | | 5.496.105,70 | (A) |
| TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DA DÍVIDA TOTAL | | 8.244.158,55 | (B) = 1,5 x (A) |

Quadro 37

Apuramento da Dívida Total do Município em 31/12/2014

| Municípios | Limite da dívida total (RFAL) | Dívida total Excluindo dívidas não Orçamentais | Valor em Excesso |
|------------|----------------------------------|--|------------------|
| | (1) | (2) | (3)=(2)-(1) |
| 01-01-2014 | 8.244.159,00 € | 20.304.836,09 € | 12.060.678 € |
| 31-12-2014 | 8.244.159,00 € | 20.611.457,14 € | 12.367.298,59 € |

Quadro 38

Mais uma vez de referir que o facto que originaram ao aumento da dívida total em relação ao ano anterior, tem origem na conclusão tardia da execução dos empréstimos de reequilíbrio financeiro e PAEL, bem como com a Liquidação e internalização da empresa municipal EDEAF nas contas do Município.

5.4. Valores a Receber de Terceiros

A Câmara Municipal para a satisfação das necessidades dos munícipes fornece-lhes um conjunto de bens e serviços mediante o pagamento de um determinado valor. Contudo nem sempre esse pagamento é atempadamente, ou seja, verifica-se o fornecimento do bem ou prestação do serviço sem que se receba a correspondente contrapartida monetária.

Em termos contabilísticos os valores a receber de terceiros estão repartidos entre "Contribuintes c/c e Utentes c/c. Considerando-se como tal todos os devedores de impostos ou taxas a pagar à autarquia, e os utilizadores dos serviços autárquicos.

Quando as dívidas se encontram em mora há mais de 12 meses são contabilisticamente considerados como "Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa".

| Descrição | 2014 | 2013 | 2012 |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Clientes c/c | 116.213,73 € | 153.418,25 € | 220.000,00 € |
| Contribuintes c/c | 1.489.904,20 € | 1.257.601,15 € | 478.071,18 € |
| Utentes c/c | 23.457,06 € | 71.091,06 € | 30.310,92 € |
| Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa | 72.376,56 € | 46.850,12 € | 22.687,40 € |
| Estado e Outros entes Públicos | 95.970,33 € | 88.918,70 € | 73.579,28 € |
| Outros devedores | 860.849,87 € | 662.247,37 € | 577.101,17 € |
| TOTAL | 2.658.771,75 € | 2.280.126,65 € | 1.401.749,95 € |

Quadro 39

Importa ainda analisar os valores que o Município de Alfândega da Fé, tem a receber relativo a transferências de outras entidades.

No que se refere ao contabilizado em "Estado e outros entes públicos", refere-se ao apuramento do IVA, em que o Município tem a recuperar.

No item "Outros devedores" estão incluídas as transferências financeiras de outras entidades a que o Município tem direito e referentes à comparticipação de projetos co-financiados.

6. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

6.1. Plano Plurianual de Investimento

O Plano Plurianual de Investimento (PPI) apresenta-se num horizonte de quatro anos, e constitui um elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia, onde são definidas e enquadradas as linhas estratégicas da gestão municipal. No PPI são incluídos todos os projetos de investimento a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela autarquia.

| Designação | 2014 | |
|--|-----------------------|--------------|
| | Execução | % Execução |
| 1. Funções gerais | 358.606,90 € | 87,63 |
| 1.1. Serviços gerais de administração pública | 355.647,46 € | 89,31 |
| 1.1.1. Administração geral | 355.647,46 € | 89,31 |
| 1.2. Segurança e ordem públicas | 2.959,44 € | 26,81 |
| 1.2.1. Proteção civil e luta contra incêndios | 2.959,44 € | 26,81 |
| 2. Funções Sociais | 240.396,27 € | 55,68 |
| 2.1. Educação | 2.942,20 € | 61,30 |
| 2.1.1. Ensino não superior | 2.360,64 € | 59,76 |
| 2.1.2. Serviços auxiliares de ensino | 581,56 € | 68,42 |
| 2.2. Saúde | | |
| 2.3. Segurança e Acção sociais | | |
| 2.4. Habitação e serviços coletivos | 204.397,43 € | 61,48 |
| 2.4.1. Habitação | | |
| 2.4.2. Ordenamento do território | 123.259,78 € | 60,55 |
| 2.4.3. Saneamento | 15.864,94 € | 71,30 |
| 2.4.4. Abastecimento de Água | 48.784,18 € | 60,02 |
| 2.4.6. Proteção do meio ambiente e conservação da natureza | 25.350,00 € | 65,04 |
| 2.5. Serviços culturais, recreativos e religiosos | 33.056,64 € | 35,01 |
| 2.5.1. Cultura | | |
| 2.5.2. Desporto, recreio e lazer | 33.056,64 € | 35,01 |
| 3. Funções económicas | 442.900,68 € | 80,29 |
| 3.1. Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca | 224.184,40 € | 68,61 |
| 3.2. Indústria e energia | 29.244,87 € | 99,61 |
| 3.3. Transportes e comunicações | 188.979,12 € | 97,01 |
| 3.3.1. Transportes rodoviários | 163.165,65 € | 96,91 |
| 3.3.2. Transportes aéreos | 25.813,47 € | 97,64 |
| 3.4. Comércio e turismo | 492,29 € | 70,33 |
| 3.4.1. Mercados e feiras | 492,29 € | 70,33 |
| 3.4.2. Turismo | | |
| 4. Outras Funções | 217.935,32 € | 54,00 |
| 4.3. Diversas não especificadas | 217.935,32 € | 54,00 |
| Total | 1.259.839,17 € | 70,14 |

Quadro 40

6.1. Plano Atividades Municipais

O PAM apresenta-se estruturado de acordo com a classificação funcional, conforme consta do ponto 10 do POCAL, pelo que se apresenta a seguir a sua execução por funções:

| Designação | 2014 | |
|--|---------------------|--------------|
| | Execução | % Execução |
| 1. Funções gerais | 630.773,24 | 72,26 |
| 1.1. Serviços gerais de administração pública | 497.273,08 | 67,51 |
| 1.1.1. Administração geral | 497.273,08 | 67,51 |
| 1.2. Segurança e ordem públicas | 133.500,16 | 97,89 |
| 1.2.1. Proteção civil e luta contra incêndios | 133.500,16 | 97,89 |
| 2. Funções Sociais | 998.098,52 | 73,86 |
| 2.1. Educação | 143.012,89 | 61,71 |
| 2.1.1. Ensino não superior | 143.012,89 | 61,71 |
| 2.1.2. Serviços auxiliares de ensino | | |
| 2.2. Saúde | | |
| 2.2.1. Serviços individuais de saúde | | |
| 2.3. Segurança e ação sociais | 53.615,30 | 94,72 |
| 2.3.2. Ação social | 53.615,30 | 94,72 |
| 2.4. Habitação e serviços coletivos | 687.698,52 | 74,32 |
| 2.4.1. Habitação | 33.117,85 | 63,42 |
| 2.4.2. Ordenamento do território | 28.740,18 | 64,56 |
| 2.4.3. Saneamento | 194.365,42 | 77,66 |
| 2.4.4. Abastecimento de Água | 273.920,48 | 75,01 |
| 2.4.5. Resíduos sólidos | 157.554,59 | 74,01 |
| 2.4.6. Proteção do meio ambiente e conservação da natureza | | |
| 2.5. Serviços culturais, recreativos e religiosos | 113.771,81 | 82,6 |
| 2.5.1. Cultura | 34.175,85 | 65,96 |
| 2.5.2. Desporto, recreio e lazer | 63.273,78 | 93,16 |
| 2.5.3. Outras atividades cívicas e religiosas | 16.322,18 | 90,68 |
| 3. Funções económicas | 567.586,78 | 82,41 |
| 3.1. Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca | 5.986,24 | 56,98 |
| 3.2. Indústria e energia | 194.653,42 | 79,35 |
| 3.3. Transportes e comunicações | | |
| 3.4. Comércio e turismo | 90.447,12 | 83,50 |
| 3.4.1. Mercados e feiras | 83.330,62 | 88,5 |
| 3.4.2. Turismo | 7.116,50 | 50,23 |
| 3.5. Outras funções económicas | 276.500,00 | 85,19 |
| 4. Outras funções | 57.253,37 | 59,74 |
| 4.3. Diversas não especificadas | 57.253,37 | 59,74 |
| Total | 2.253.711,91 | 74,9 |

Quadro 41

7. Conclusão

7.1. Proposta para aplicação do Resultado Líquido do exercício

Apresentando-se o resultado líquido do exercício de -554.269,25 euros, propõe-se a sua aprovação e que o mesmo seja levado à Conta 59 – Resultados transitados, nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL.

Resultado Líquido do Exercício ----- (554.269,25) €

7.2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

1- Considerando que o município de Alfândega da Fé está abrangido pelo n.º 2 do artigo 61.º, ou ainda pelo n.º 3 do artigo 58.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais) e está **obrigado** a recorrer ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), tendo por base as seguintes situações:

- A Situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total prevista no art.º 52.º da mesma lei seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.
- Considerando que a dívida de operações orçamentais do município ascende a €20.305.366,00 em 31 de dezembro de 2014, a média da receita corrente líquida cobrada nos anos de 2011, 2012 e 2013 é de €5.496.106, obtendo-se, assim, a 1 de janeiro de 2014, um rácio de dívida sobre a receita de 369% (superior aos 300% previstos no art.º 61.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), encontrando-se a autarquia em situação de rutura financeira e como tal elegível para o apoio em causa.

Nesta conformidade, afigura-se como obrigatória a adesão ao FAM e a apresentação do Plano de Ajustamento Financeiro (PAM), complementada com o empréstimo de apoio financeiro transitório, de forma a poder evoluir no sentido da sustentabilidade financeira do município. Deste modo, a 17 de Março de 2015, o município de Alfândega da Fé, apresentou proposta de PAM, elaborado em conformidade com a Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto conjugada com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

2- A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM), tendo, ainda, regulamentado o Fundo de Apoio Municipal (FAM). O regime de recuperação financeira municipal tem em conta as especificidades de cada município e baseia-se no princípio de repartição do esforço entre os municípios, os seus credores e o Estado e na prevalência de soluções encontradas por mútuo acordo entre o município, os credores municipais e o FAM. O n.º 1 do artigo 17.º do RJRFM, estipula que o capital social do FAM é de €650.000.000, sendo que o n.º 2 dispõe que a contribuição dos municípios é de 50% desse valor, ou seja, €325.000.000. No n.º 3 do supra mencionado artigo está prevista a fórmula de cálculo para apurar, com base na contribuição global dos municípios (€325.000.000, o montante imputável ao Município de Alfândega da Fé, foi entretanto comunicado pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) através de ofício datado de 26-09-2014, em cumprimento do disposto no art. 17º, n.º 4, do RJRFM. O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios (art. 17º, n.º 1, do RJRFM). De acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 19.º a realização do capital será efetuada em 7 anos, com início em 2015, em duas prestações anuais a realizar nos meses de junho e dezembro. As transferências deverão ser efetuadas diretamente ao Fundo de Apoio Municipal, para uma conta específica para o efeito.

Sendo que a contribuição para o FAM do Município de Alfândega da Fé corresponde a 410.684,10, tendo sido tomadas as medidas necessárias para inclusão da referida participação já na elaboração do Orçamento de 2015, nos seguintes moldes:

- No Plano Plurianual de Investimentos (PPI) do ano de 2015, foi efetuada a inscrição de um projeto/ação relativo à subscrição/realização das unidades de participação, onde consta a “ Despesas - Financiamento definido “, o valor a pagar relativo às unidades de participação a realizar no exercício de 2015 e, nas diversas colunas “ Despesas – Anos seguintes “, o montante correspondente dos anos posteriores, discriminado no que respeita aos anos de 2016, 2017 e 2018 e agregado quando aos restantes anos (2019 a 2021).

-Nos PPI dos anos subsequentes (até 2021) ser adotado um procedimento idêntico, ajustado apenas face ao evoluir dos anos e do valor subscrito e ainda não realizado.

- Ao nível do orçamento de 2015, o município efetuou a previsão de uma despesa com ativos financeiros, correspondente ao valor do capital do FAM a realizar nesse exercício, utilizando para o efeito a rubrica da classificação económica 09.08.02 - Unidades de participação/Soc. e quase sociedades não financeiras/Públicas.

-Ao nível da contabilidade patrimonial, na sequência da comunicação, entretanto efetuada pela DGAL, do valor a subscrever para o FAM, os municípios tinham de reconhecer, de imediato (ou seja, ainda em 2014), no passivo, o respetivo montante total.

-Para o efeito, o valor referido deveria ser debitado numa subconta da conta 412 por contrapartida do crédito numa subconta de conta 268, para as quais sugerimos, respetivamente, as seguintes designações: 4122 – Investimentos financeiros – Obrigações e Títulos de Participação – Fundo de Apoio Municipal e 268126 – Devedores e credores diversos - Credores das Administrações Públicas – Fundo de Apoio Municipal.

-O Orçamento do Estado para 2015 prevê que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal **não releva para o limite da dívida total** previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

- O Município de Alfândega da Fé não cumpriu com a obrigação do reconhecimento do passivo em 2014, visto que a comunicação da SATAPOCAL (Nota Explicativa - CONTABILIZAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARA O CAPITAL DO FAM), foi-nos comunicada em 1 de Abril de 2015. Data em que as contas de 2014 já encontravam encerradas, não sendo possível assim efetuar os referidos registos na contabilidade patrimonial.

- Este registo nesta data implicaria diversas alterações a nível de processo de prestação de contas, nomeadamente o registo na Aplicação de Inventário e Património, a qual já se encontra encerrada no ano de 2014 e a executar o lançamento do exercício de 2015, não sendo possível efetuar a sua abertura. O que levaria a incoerência de mapas entre o ativo registado no POCAL e no Património.

- Sendo que o montante da contribuição não releva para efeitos de cálculo da dívida total, esta teria que ser efetuada de forma específica e não foram apresentadas soluções, nem pelo ROC nem pela SATAPOCAL a este respeito.

- A referida contabilização e reconhecimento do passivo, já se encontra regularizada no ano de 2015.

3 – Na ação Executiva intentada por Liliana Pinheiro e outros, na sequência de um acordo indemnizatório (no valor de €75.000,00) celebrado em 02.10.2006, pelo desapossamento do Sr. Jorge Pinheiro da sua parcela de terreno, para instalação de condutas de água para o projeto Fun Zone Village. Este projeto não avançou, no entanto, a Câmara Municipal encontra-se como parte executada nesta ação, tendo os exequentes efetuado um penhora sobre a conta bancária do município no montante de €95.000,00. Esta penhora foi substituída por uma Garantia bancária efetuada na CGD, para se conseguir desbloquear a penhora da conta bancária que estava a causar alguns transtornos financeiros ao Município.

Entretanto esta ação foi a julgamento realizado no final de Março de 2015, e na sequência da tentativa de conciliação, foi possível obter um acordo com os exequentes, nos termos do qual os exequentes acordaram reduzir o pedido, para o valor de €50.000,00, comprometendo-se os exequentes entregar ao município a parcela de terreno em causa, e por sua vez o município comprometeu-se a fazer o pagamento do valor anteriormente referido, de forma faseada. Este acordo, que foi homologado pelo juiz.

ANEXOS

| Nº | DESIGNAÇÃO | CÓDIGO POCAL | GRUPO 1 |
|------|---|--------------|---------|
| 1 | • Balanço | 5 | X |
| 1.1 | • Mapa A | | X |
| 1.2 | • Mapa B | | X |
| 2 | • Demonstração de resultados | 6 | X |
| 2.1 | • Demonstração Resultados Financeiros | | X |
| 2.2 | • Demonstração de Resultados Extraordinários | | X |
| 3 | • Grandes Opções do Plano | 7.1 | X |
| 3.1 | • PAM | | |
| 3.2 | • PPI | | |
| 4 | • Orçamento (Resumo) | 7.2 | X |
| 5 | • Orçamento da Receita e da Despesa | 7.2 | X |
| 6 | • Controlo orçamental da despesa | 7.3.1 | X |
| 7 | • Controlo orçamental da receita | 7.3.2 | X |
| 8 | • Execução do Plano plurianual de investimentos | 7.4 | X |
| 9 | • Fluxos de caixa | 7.5 | X |
| 10 | • Contas de ordem | 7.5 | X |
| 11 | • Operações de tesouraria | 7.6 | X |
| 12 | • Mapa dos descontos, retenções | | X |
| 13 | • Mapa das entregas dos descontos e retenções | | X |
| 14 | • Caracterização da entidade | 8.1 | X |
| 14.1 | ✓ Organograma de organização dos Serviços | | X |
| 14.2 | ✓ Regulamento | | |
| 15 | • Notas ao balanço e à demonstração de resultados | 8.2 | X |
| 16 | • Modificações do orçamento - receita | 8.3.1.1 | X |
| 17 | • Modificações do orçamento - despesa | 8.3.1.2 | X |
| 18 | • Modificações ao Plano plurianual de investimentos | 8.3.2 | X |
| 19 | • Contratação administrativa - Situação dos contratos | 8.3.3 | X |
| 20 | • Transferências correntes - despesa | 8.3.4.1 | X |
| 21 | • Transferências de capital - despesa | 8.3.4.2 | X |
| 22 | • Subsídios concedidos | 8.3.4.3 | X |
| 23 | • Transferências correntes - receita | 8.3.4.4 | X |
| 24 | • Transferência de capital - receita | 8.3.4.5 | X |
| 25 | • Subsídios obtidos | 8.3.4.6 | X |
| 26 | • Ativos de rendimento fixo | 8.3.5.1 | X |
| 27 | • Ativos de rendimento variável | 8.3.5.2 | X |
| 28 | • Empréstimos | 8.3.6.1 | X |
| 29 | • Outras dívidas a terceiros | 8.3.6.2 | X |
| 30 | • Encargos assumidos e não pagos | | X |
| 31 | • Certidões da Receitas | | X |
| 32 | ✓ Guia de remessa | | X |
| 33 | ✓ Ata da reunião em que foi discutida e votada a conta | | |
| 34 | ✓ Norma de controlo interno e suas alterações | 2.9 | X |
| 35 | ✓ Resumo Diário de Tesouraria | 12.2.9 | X |
| 36 | ✓ Síntese das reconciliações bancárias | | X |
| 37 | ✓ Mapa de Fundos de Maneio | | X |
| 38 | ✓ Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais | | X |
| 39 | ✓ Relação de acumulação de funções | | X |
| 40 | ✓ Relação nominal de responsáveis | | X |
| | Inventário e Património: | | |
| 41 | ✓ Mapa Geral de bens | | |
| 42 | ✓ Mapa do Ativo Bruto | | |
| 43 | ✓ Mapa de Amortizações e Provisões | | |
| | Outros Documentos: | | |
| 44 | ✓ Ficha do Município 2014 | | |
| | Contabilidade Analítica: | | |
| 45 | ✓ Balancete Analítico por funções | | |
| | RESOLUÇÃO N.º 6/2013 DO TRIBUNAL DE CONTAS - ANEXO 1 | | |
| 46 | ✓ Mapa Das Participações Da Entidade - Município De Alfândega Da Fé | | |

Quadro 43

BALANÇO

ANO 2014

PAG. 1

ENTIDADE

M.A.F.

MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

| CÓDIGO DAS CONTAS | ATIVO | EXERCÍCIOS | | | |
|-------------------------|--|---------------|--------------|---------------|---------------|
| | | N | | | N - 1 |
| | | AB | A/P | AL | AL |
| | Imobilizado: | | | | |
| | Bens de domínio público | | | | |
| 451 | Terrenos e recursos naturais | | | | |
| 452 | Edifícios | | | | |
| 453 | Outras construções e infra-estruturas | 2.768.571,38 | 198.319,77 | 2.570.251,61 | 1.082.511,69 |
| 455 | Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural | 160.793,33 | 1.438,63 | 159.354,70 | 45.702,80 |
| 459 | Outros bens de domínio público | 15.472.236,25 | 1.474.863,17 | 13.997.373,08 | 10.587.528,91 |
| 445 | Imobilizações em curso | | | | 716.478,40 |
| 446 | Adiantamentos por conta de bens de domínio público | | | | |
| | | 18.401.600,96 | 1.674.621,57 | 16.726.979,39 | 12.432.221,80 |
| | Imobilizações incorpóreas | | | | |
| 431 | Despesas de instalação | | | | |
| 432 | Despesas de investigação e de desenvolvimento | 19.397,10 | | 19.397,10 | 19.397,10 |
| 433 | Propriedade industrial e outros direitos | 170.553,16 | 148.271,52 | 22.281,64 | 22.834,35 |
| 443 | Imobilizações em curso | | | | |
| 449 | Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas | | | | |
| | | 189.950,26 | 148.271,52 | 41.678,74 | 42.231,45 |
| | Imobilizações corpóreas | | | | |
| 421 | Terrenos e recursos naturais | 1.420.395,27 | | 1.420.395,27 | 1.412.075,27 |
| 422 | Edifícios e outras construções | 14.203.769,69 | 1.405.607,56 | 12.798.162,13 | 8.612.240,30 |
| 423 | Equipamento básico | 944.634,64 | 658.545,54 | 286.089,10 | 211.284,14 |
| 424 | Equipamento de transporte | 771.120,60 | 606.796,56 | 164.324,04 | 170.420,59 |
| 425 | Ferramentas e utensílios | 136.842,06 | 88.634,60 | 48.207,46 | 43.392,32 |
| 426 | Equipamento administrativo | 440.324,85 | 437.578,76 | 2.746,09 | 10.079,81 |
| 427 | Taras e vasilhame | 46.116,89 | 45.784,51 | 332,38 | 1.125,74 |
| 429 | Outras imobilizações corpóreas | 198.242,64 | 150.583,79 | 47.658,85 | 37.624,75 |
| 442 | Imobilizações em curso | 2.289.220,44 | | 2.289.220,44 | 11.765.343,31 |
| 448 | Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas | | | | |
| | | 20.450.667,08 | 3.393.531,32 | 17.057.135,76 | 22.263.586,23 |
| | Investimentos financeiros | | | | |
| 411 | Partes de capital | 926.969,00 | | 926.969,00 | 981.969,00 |
| 412 | Obrigações e títulos de participação | | | | |
| 414 | Investimentos em imóveis | 5.712.257,37 | 373.072,58 | 5.339.184,79 | 1.398.633,85 |
| 415 | Outras aplicações financeiras | | | | |
| 441 | Imobilizações em curso | | | | 85.229,82 |
| 447 | Adiantamentos por conta de investimentos financeiros | | | | |
| | | 6.639.226,37 | 373.072,58 | 6.266.153,79 | 2.465.832,67 |
| | Circulante: | | | | |
| | Existências: | | | | |
| 36 | Matérias Primas, subsidiárias e de consumo | 27.544,69 | | 27.544,69 | 29.013,86 |
| 35 | Produtos e trabalhos em curso | | | | |
| 34 | Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos | | | | |
| 33 | Produtos acabados e intermédios | | | | |
| 32 | Mercadorias | | | | 1.085,90 |
| 37 | Adiantamentos por conta de compras | | | | |
| | | 27.544,69 | | 27.544,69 | 30.099,76 |

BALANÇO

ANO 2014

PAG. 2

ENTIDADE

M.A.F.

MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

| CÓDIGO DAS CONTAS | ACTIVO | EXERCÍCIOS | | | |
|-------------------------|--|---------------|--------------|---------------|---------------|
| | | N | | | N - 1 |
| | | AB | A/P | AL | AL |
| | Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a) | | | | |
| 282 | Empréstimos concedidos de m/l prazo | | | | |
| | Dívidas de terceiros - Curto prazo: | | | | |
| 28 | Empréstimos concedidos | | | | |
| 211 | Clientes c/c | 116.213,73 | | 116.213,73 | 153.418,25 |
| 212 | Contribuintes c/c | 1.489.904,20 | | 1.489.904,20 | 1.257.601,15 |
| 213 | Utentes c/c | 23.457,06 | | 23.457,06 | 71.091,06 |
| 218 | Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa | 72.376,56 | | 72.376,56 | 46.850,12 |
| 251 | Devedores pela execução do orçamento | | | | |
| 229 | Adiantamentos a fornecedores | | | | |
| 2619 | Adiantamentos a fornecedores de imobilizado | | | | |
| 24 | Estado e outros entes públicos | 95.970,33 | | 95.970,33 | 88.918,70 |
| 264 | Administração autárquica | | | | |
| 262+263+267+268 | Outros devedores | 860.849,87 | | 860.849,87 | 662.247,37 |
| | | 2.658.771,75 | | 2.658.771,75 | 2.280.126,65 |
| | Títulos negociáveis: | | | | |
| 151 | Acções | | | | |
| 152 | Obrigações e títulos de participação | | | | |
| 153 | Títulos de dívida pública | | | | |
| 159 | Outros títulos | | | | |
| 18 | Outras aplicações de tesouraria | | | | |
| | Depositos em instituições financeiras e Caixa: | | | | |
| 12 | Depositos em instituições financeiras | 367.440,47 | | 367.440,47 | 477.797,67 |
| 11 | Caixa | 1.120,71 | | 1.120,71 | 399,42 |
| | | 368.561,18 | | 368.561,18 | 478.197,09 |
| | Acréscimos e diferimentos: | | | | |
| 271 | Acréscimos de proveitos | 71.385,15 | | 71.385,15 | 47.515,10 |
| 272 | Custos diferidos | 8.008,36 | | 8.008,36 | 8.024,66 |
| | | 79.393,51 | | 79.393,51 | 55.539,76 |
| | Total de amortizações | | 5.589.496,99 | | |
| | Total de provisões..... | | | | |
| | Total do activo | 48.815.715,80 | 5.589.496,99 | 43.226.218,81 | 40.047.835,41 |

BALANÇO

ANO 2014

PAG. 3

ENTIDADE

M.A.F.

MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

| CÓDIGO DAS CONTAS | FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO | EXERCÍCIOS | |
|-------------------------|--|---------------|---------------|
| | | N | N - 1 |
| 51 | Fundos próprios: Patrimônio | 15.059.143,36 | 11.232.903,07 |
| 55 | Ajustamento de partes de capital em empresas | | |
| 56 | Reservas de reavaliação | | |
| | Reservas: | | |
| 571 | Reservas legais | 785.885,41 | 729.375,71 |
| 572 | Reservas estatutárias | | |
| 573 | Reservas contratuais | | |
| 574 | Reservas livres | | |
| 575 | Subsídios | | |
| 576 | Doações | 327.581,91 | 323.289,66 |
| 577 | Reservas decorrentes de transferências de activos | | |
| 59 | Resultados transitados | 19.179,18 | 1.637.471,97 |
| 88 | Resultado líquido em exercício | -554.269,25 | 1.130.193,97 |
| | | 15.637.520,61 | 15.053.234,38 |
| | Passivo: | | |
| 292 | Provisões para riscos e encargos | 286.734,78 | |
| 2312 | Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a) | | |
| | | 286.734,78 | |
| 2312 | Empréstimos obtidos de m/l prazo | 19.926.737,84 | 19.165.732,57 |
| | | 19.926.737,84 | 19.165.732,57 |
| 227 | Fornecedores - contratos futuros | | |
| 2617 | Fornecedores Imobilizado - contratos futuros | | |
| 26887 | Credores diversos - contratos futuros | | |
| | Dívidas a terceiros - Curto Prazo | | |
| 2311 | Empréstimos de curto prazo | | |
| 269 | Adiantamentos por conta de vendas | | |
| 221 | Fornecedores c/c | 513.646,11 | 396.820,33 |
| 228 | Fornecedores - Facturas em recepção e conferência | 2.472,98 | 23.350,47 |
| 252 | Credores pela execução do orçamento | | |
| 219 | Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes | | |
| 2611 | Fornecedores de imobilizado c/c | | 61.893,40 |
| 24 | Estado e outros entes públicos | 35.625,69 | 43.612,96 |
| 264 | Administração autárquica | | |
| 262+263+267+268 | Outros credores | 168.537,05 | 691.584,86 |
| 222+2612+262 | Garantias e Cauções | 5.984,86 | 5.984,86 |
| | | 726.266,69 | 1.223.246,88 |
| | Acréscimos e diferimentos: | | |
| 273 | Acréscimos de custos | 187.021,85 | 186.613,82 |

BALANÇO

ANO 2014
PAG. 4

ENTIDADE M.A.F.

MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

| CÓDIGO DAS CONTAS | FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO | EXERCÍCIOS | |
|-------------------------|---|---------------|---------------|
| | | N | N - 1 |
| 274 | Proveitos diferidos | 6.461.937,04 | 4.419.007,76 |
| | | 6.648.958,89 | 4.605.621,58 |
| | Total do passivo | 27.588.698,20 | 24.994.601,03 |
| | Total dos fundos próprios e do passivo | 43.226.218,81 | 40.047.835,41 |

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ____

MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Activo Bruto

Prestação de Contas de
2014

| Activo Bruto | | | | | | | | |
|--|---------------|----------------------------------|--------------|------------|----------------|--------------|----------------------|---------------|
| Rúbricas | Saldo Inicial | Reavaliação s/Ajustamen to | Aumentos | Alienações | Transferências | Abates | Doações e Transf. | Saldo Final |
| De bens de domínio público: | | | | | | | | |
| Adiantamentos por conta de bens do domínio público | | | | | | | | |
| Bens do património histórico, artístico e cultural | 45.702,80 | | 115.090,53 | | | | | 160.793,33 |
| Edifícios | | | | | | | | |
| Imobilizações em curso | 716.478,40 | | | | | 716.478,40 | | |
| Outras construções e infra-estruturas | 1.214.955,47 | | 1.553.615,91 | | | | | 2.768.571,38 |
| Outros bens do domínio público | 11.698.672,71 | | 3.773.563,54 | | | | | 15.472.236,25 |
| Terrenos e recursos naturais | | | | | | | | |
| | 13.675.809,38 | | 5.442.269,98 | | | 716.478,40 | | 18.401.600,96 |
| Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas | | | | | | | | |
| Despesas de instalação | | | | | | | | |
| Despesas de investigação e de desenvolvimento | 16.111,25 | | | | | | | 16.111,25 |
| Imobilizações em curso | | | | | | | | |
| Propriedade industrial e outros direitos | 166.824,01 | | 7.015,00 | | | | | 173.839,01 |
| | 182.935,26 | | 7.015,00 | | | | | 189.950,26 |
| Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas | | | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 9.550.600,92 | | 4.653.168,77 | | | | | 14.203.769,69 |
| Equipamento administrativo | 444.662,23 | | | | | 4.337,38 | | 440.324,85 |
| Equipamento básico | 790.430,74 | | 154.203,90 | | | | | 944.634,64 |
| Equipamento de transporte | 797.684,81 | | | | | 26.564,21 | | 771.120,60 |
| Ferramentas e utensílios | 124.338,77 | | 12.503,29 | | | | | 136.842,06 |
| Imobilizações em curso | 11.765.343,31 | | | | | 9.476.122,87 | | 2.289.220,44 |
| Outras imobilizações corpóreas | 182.388,64 | | 22.680,50 | | | 6.826,50 | | 198.242,64 |
| Taras e vasilhame | 46.116,89 | | | | | | | 46.116,89 |
| Terrenos e recursos naturais | 1.412.075,27 | | 8.320,00 | | | | | 1.420.395,27 |
| | 25.113.641,58 | | 4.850.876,46 | | | 9.513.850,96 | | 20.450.667,08 |

MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Activo Bruto

Prestação de Contas de
2014

| | | | | | | | |
|---|----------------------|----------------------|--|-------------|----------------------|------------------------|--|
| Adiantamentos por conta de investimentos financeiros | | | | | | | |
| Imobilizações em curso | 85.229,82 | | | | 85.229,82 | | |
| Investimentos em imóveis – Edifícios e outras construções | 509.240,08 | 4.334.133,03 | | | 252.000,00 | 4.591.373,11 | |
| Investimentos em imóveis – Terrenos e recursos naturais | 964.664,26 | 156.220,00 | | | | 1.120.884,26 | |
| Obrigações e títulos de participação | | | | | | | |
| Outras aplicações financeiras – Depósitos em instituições financeiras | | | | | | | |
| Outras aplicações financeiras – Outros títulos | | | | | | | |
| Outras aplicações financeiras – Títulos da dívida pública | | | | | | | |
| Partes de capital | 981.969,00 | | | | 55.000,00 | 926.969,00 | |
| | 2.541.103,16 | 4.490.353,03 | | | 392.229,82 | 6.639.226,37 | |
| Total Geral | 41.513.489,38 | 14.790.514,47 | | 0,00 | 10.622.559,18 | 45.681.444,67 € | |

MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Activo Bruto

Prestação de Contas
de 2014

| Amortizações e provisões | | | | |
|---|----------------|--------------|----------------|----------------|
| Rúbricas | Saldo Inicial | Reforços | Regularizações | Saldo Final |
| De bens de domínio público: | | | | |
| Adiantamentos por conta de bens do domínio público | | | | |
| Bens do património histórico, artístico e cultural | | 1.438,63 € | | 1.438,63 € |
| Edifícios | | | | |
| Imobilizações em curso | | | | |
| Outras construções e infra-estruturas | 132.443,78 € | 65.875,99 € | | 198.319,77 € |
| Outros bens do domínio público | 1.111.143,80 € | 363.719,37 € | | 1.474.863,17 € |
| Terrenos e recursos naturais | | | | |
| | 1.243.587,58 € | 431.033,99 € | | 1.674.621,57 € |
| Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas | | | | |
| Despesas de instalação | | | | |
| Despesas de investigação e de desenvolvimento | | | | |
| Imobilizações em curso | | | | |
| Propriedade industrial e outros direitos | 140.703,81 € | 7.567,71 € | | 148.271,52 € |
| | 140.703,81 € | 7.567,71 € | | 148.271,52 € |
| Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas | | | | |
| Edifícios e outras construções | 938.360,62 € | 469.986,12 € | 2.739,18 € | 1.405.607,56 € |
| Equipamento administrativo | 434.582,42 € | 7.633,33 € | 4.636,99 € | 437.578,76 € |
| Equipamento básico | 579.146,60 € | 79.398,94 € | | 658.545,54 € |
| Equipamento de transporte | 627.264,22 € | 36.894,10 € | 57.361,76 € | 606.796,56 € |
| Ferramentas e utensílios | 80.946,45 € | 7.688,15 € | | 88.634,60 € |
| Imobilizações em curso | | | | |
| Outras imobilizações corpóreas | 144.763,89 € | 5.819,90 € | | 150.583,79 € |
| Taras e vasilhame | 44.991,15 € | 793,36 € | | 45.784,51 € |
| Terrenos e recursos naturais | | | | |
| | 2.850.055,35 € | 608.213,90 € | 64.737,93 € | 3.393.531,32 € |
| Adiantamentos por conta de investimentos financeiros | | | | |
| Imobilizações em curso | | | | |
| Investimentos em imóveis – Edifícios e outras construções | 75.270,49 € | 297.802,09 € | | 373.072,58 € |
| Investimentos em imóveis – Terrenos e recursos naturais | | | | |
| Obrigações e títulos de participação | | | | |
| Outras aplicações financeiras – Depósitos em instituições financeiras | | | | |
| Outras aplicações financeiras – Outros títulos | | | | |
| Outras aplicações financeiras – Títulos da dívida pública | | | | |

MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ**Activo Bruto**Prestação de Contas
de 2014

| | | | | |
|--------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|
| Partes de capital | | | | |
| | 75.270,49 € | 297.802,09 € | | 373.072,58 € |
| Total Geral | 4.309.617,23 € | 1.344.617,69 € | 64.737,93 € | 5.589.496,99 € |

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ENTIDADE M.A.F. -

MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Janeiro - Rectificação

ANO 2014

PÁG. 1

| Código de Contas | | Exercício | | | |
|------------------|--|--------------|---------------|--------------|--------------|
| | | N | | N - 1 | |
| 61 | Custos e perdas | | | | |
| | Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: | | | | |
| | Mercadorias | 1.231,93 | | 2,10 | |
| | Matérias | 181.359,78 | 182.591,71 | 188.881,73 | 188.883,83 |
| 62 | Fornecimentos e serviços externos: | | 1.806.660,85 | | 1.912.965,53 |
| | Custos com o pessoal: | | | | |
| 641+642 | Remunerações | 2.236.349,06 | | 2.257.206,65 | |
| 643 a 648 | Encargos sociais | 616.575,77 | 2.852.924,83 | 563.004,66 | 2.820.211,31 |
| 63 | Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais | | 771.759,74 | | 698.142,93 |
| 66 | Amortizações do exercício | | 896.563,06 | | 1.344.831,56 |
| 67 | Provisões do exercício | | 286.734,78 | | |
| 65 | Outros custos operacionais | | 550,00 | | |
| | (A) | | 6.797.784,97 | | 6.965.035,16 |
| 68 | Custos e perdas financeiros | | 1.497.042,40 | | 781.526,80 |
| | (C) | | 8.294.827,37 | | 7.746.561,96 |
| 69 | Custos e perdas extraordinários | | 455.077,60 | | 227.391,25 |
| | (E) | | 8.749.904,97 | | 7.973.953,21 |
| 88 | Resultado líquido do exercício..... | | -554.269,25 | | 1.130.193,97 |
| | (X) | | 8.195.635,72 | | 9.104.147,18 |
| | Proveitos e ganhos | | | | |
| | Vendas e prestações de serviços: | | | | |
| 7111 | Venda de mercadorias | 92.490,32 | | 119.262,54 | |
| 7112+7113 | Venda de produtos | 143.545,80 | | 172.678,12 | |
| | (B) | | | | |
| 712 | Prestações de serviços | 217.127,35 | 453.163,47 | 805.233,71 | 1.097.174,37 |
| | () | | 453.163,47 | | 1.097.174,37 |
| 72 | Impostos e taxas | | 976.877,15 | | 953.056,30 |
| (a) | Variação da produção | | | | |
| 75 | Trabalhos para a própria entidade | | 111.328,34 | | 272.410,13 |
| 73 | Proveitos suplementares | | 757,08 | | 480,01 |
| 74 | Transferências e subsídios obtidos | | 6.161.143,11 | | 5.833.199,26 |
| 76 | Outros proveitos e ganhos operacionais | | | | |
| | (B) | | 7.703.269,15 | | 8.156.320,07 |
| 78 | Proveitos e ganhos financeiros | | 379.966,85 | | 355.457,87 |
| | (D) | | 8.083.236,00 | | 8.511.777,94 |
| 79 | Proveitos extraordinários | | 112.399,72 | | 592.369,24 |
| | (F) | | 8.195.635,72 | | 9.104.147,18 |
| Resumo: | Resultados Operacionais: (B - A) | | 905.484,18 | | 1.191.284,91 |
| | Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A) | | -1.117.075,55 | | -426.068,93 |
| | Resultados Correntes: (D - C) | | -211.591,37 | | 765.215,98 |
| | Resultado Líquido do Exercício: (F - E) | | -554.269,25 | | 1.130.193,97 |

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ENTIDADE M.A.F. -

MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Janeiro - Rectificação

ANO 2014
PÁG. 2

Em ___ de _____ de ___

Em ___ de _____ de ___

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

ANO 2014

ENTIDADE M.A.F. -

MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ

Janeiro - Rectificação

Pag. 1

| CUSTOS E PERDAS | EXERCÍCIOS | | PROVEITOS E GANHOS | EXERCÍCIOS | |
|---|---------------|-------------|---|------------|------------|
| | N | N - 1 | | N | N - 1 |
| 681 - JUROS SUPOSTADOS | 1.157.274,70 | 719.031,40 | 781 - JUROS OBTIDOS | 117,91 | 64,48 |
| 682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS | 324.961,97 | | 782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS | | |
| 683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS | | | 783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS | 379.848,94 | 355.393,39 |
| 684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS | | | 784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL | | |
| 685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS | | | 785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS | | |
| 687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA | | | 786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS | | |
| 688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS | 14.805,73 | 62.495,40 | 787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA | | |
| RESULTADOS FINANCEIROS | -1.117.075,55 | -426.068,93 | 788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS | | |
| Total | 379.966,85 | 355.457,87 | Total | 379.966,85 | 355.457,87 |

Em ___ de _____ de ____

Em ___ de _____ de ____

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINARIOS

ANO 2014

ENTIDADE M.A.F. -

MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ

Janeiro - Rectificação

Pag. 1

| CUSTOS E PERDAS | EXERCÍCIOS | | PROVEITOS E GANHOS | EXERCÍCIOS | |
|---|-------------|------------|---|------------|------------|
| | N | N - 1 | | N | N - 1 |
| 691 - TRANSFRÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS | 179.562,97 | 193.056,02 | 791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS | | |
| 692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS | | | 792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS | | |
| 693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS | | | 793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA | | |
| 694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES | 160.946,48 | 181,94 | 794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES | 6.531,16 | |
| 695 - MULTAS E PENALIDADES | 1.528,00 | 4.162,25 | 795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS | 4.789,76 | 551.096,10 |
| 696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES | | | 796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES | | 20.647,78 |
| 697 - CORRECÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES | 111.254,84 | 24.767,83 | 797 - CORRECÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES | 82.674,92 | 16.585,46 |
| 698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS | 1.785,31 | 5.223,21 | 798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS | 18.403,88 | 4.039,90 |
| RESULTADOS EXTRAORDINARIOS | -342.677,88 | 364.977,99 | | | |
| | | | Total | 112.399,72 | 592.369,24 |
| Total | 112.399,72 | 592.369,24 | | | |

Em ___ de _____ de ____

Em ___ de _____ de ____

| | | |
|--|------------------------------------|------------------------------------|
| ENTIDADE MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | RESUMO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO | DOTAÇÕES CORRIGIDAS DO ANO 2014 |
|--|------------------------------------|------------------------------------|

PÁGINA : 1

| OBJECTIVO | DESCRIÇÃO | REALIZADO | | DESPESAS (PREVISÃO) | | | | | | | TOTAL PREVISTO | |
|-------------------|--|--------------------------|---------------------------|------------------------------|---------------------|-----------|---------------------|------|------|--------|-------------------|---------------------|
| | | PAGAM. ATÉ 1-OUT-2013 | PAGAM. ATÉ 31-DEZ-2013 | ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) | | | ANOS SEGUINTE | | | | | |
| | | | | TOTAL | DEFINIDO | NÃO DEFIN | 2015 | 2016 | 2017 | OUTROS | | |
| 1. | Funções gerais | 1.108.993,92 | | 1.282.217,61 | 1.282.217,61 | | | | | | | 1.282.217,61 |
| 1.1. | Serviços gerais de administração pública | 804.792,97 | | 1.134.799,98 | 1.134.799,98 | | | | | | | 1.134.799,98 |
| 1.1.1. | Administração geral | 804.792,97 | | 1.134.799,98 | 1.134.799,98 | | | | | | | 1.134.799,98 |
| 1.2. | Segurança e ordem públicas | 304.200,95 | | 147.417,63 | 147.417,63 | | | | | | | 147.417,63 |
| 1.2.1. | Protecção civil e luta contra incêndios | 304.200,95 | | 147.417,63 | 147.417,63 | | | | | | | 147.417,63 |
| 2. | Funções sociais | 3.788.092,65 | | 1.783.066,34 | 1.783.066,34 | | | | | | | 1.783.066,34 |
| 2.1. | Educação | 583.514,80 | | 236.533,60 | 236.533,60 | | | | | | | 236.533,60 |
| 2.1.1. | Ensino não superior | 581.220,88 | | 235.683,60 | 235.683,60 | | | | | | | 235.683,60 |
| 2.1.2. | Serviços auxiliares de ensino | 2.293,92 | | 850,00 | 850,00 | | | | | | | 850,00 |
| 2.3. | Segurança e acção sociais | 172.943,54 | | 56.653,54 | 56.653,54 | | | | | | | 56.653,54 |
| 2.3.2. | Acção social | 172.943,54 | | 56.653,54 | 56.653,54 | | | | | | | 56.653,54 |
| 2.4. | Habituação e serviços colectivos | 1.639.885,09 | | 1.257.738,20 | 1.257.738,20 | | | | | | | 1.257.738,20 |
| 2.4.1. | Habituação | 29.507,65 | | 52.220,00 | 52.220,00 | | | | | | | 52.220,00 |
| 2.4.2. | Ordenamento do território | 211.900,92 | | 248.095,00 | 248.095,00 | | | | | | | 248.095,00 |
| 2.4.3. | Saneamento | 224.339,59 | | 272.518,00 | 272.518,00 | | | | | | | 272.518,00 |
| 2.4.4. | Abastecimento de água | 646.387,55 | | 446.485,20 | 446.485,20 | | | | | | | 446.485,20 |
| 2.4.5. | Resíduos sólidos | 497.710,86 | | 212.870,00 | 212.870,00 | | | | | | | 212.870,00 |
| 2.4.6. | Protecção do meio ambiente e conservação da natureza | 30.038,52 | | 25.550,00 | 25.550,00 | | | | | | | 25.550,00 |
| 2.5. | Serviços culturais, recreativos e religiosos | 1.391.749,22 | | 232.141,00 | 232.141,00 | | | | | | | 232.141,00 |
| 2.5.1. | Cultura | 100.894,17 | | 51.810,00 | 51.810,00 | | | | | | | 51.810,00 |
| 2.5.2. | Desporto, recreio e lazer | 1.284.470,55 | | 162.331,00 | 162.331,00 | | | | | | | 162.331,00 |
| 2.5.3. | Outras actividades cívicas e religiosas | 6.384,50 | | 18.000,00 | 18.000,00 | | | | | | | 18.000,00 |
| 3. | Funções económicas | 3.041.137,68 | | 1.240.323,02 | 1.240.323,02 | | 164.528,15 | | | | | 1.404.851,17 |
| 3.1. | Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca | 92.595,74 | | 337.267,85 | 337.267,85 | | 164.528,15 | | | | | 501.796,00 |
| 3.2. | Indústria e energia | 585.215,32 | | 274.658,40 | 274.658,40 | | | | | | | 274.658,40 |
| 3.3. | Transportes e comunicações | 298.088,45 | | 194.796,40 | 194.796,40 | | | | | | | 194.796,40 |
| 3.3.1. | Transportes rodoviários | 298.088,45 | | 168.360,00 | 168.360,00 | | | | | | | 168.360,00 |
| 3.3.2. | Transportes aéreos | | | 26.436,40 | 26.436,40 | | | | | | | 26.436,40 |
| 3.4. | Comércio e turismo | 238.637,77 | | 109.025,00 | 109.025,00 | | | | | | | 109.025,00 |
| 3.4.1. | Mercados e feiras | 191.195,54 | | 94.857,00 | 94.857,00 | | | | | | | 94.857,00 |
| 3.4.2. | Turismo | 47.442,23 | | 14.168,00 | 14.168,00 | | | | | | | 14.168,00 |
| 3.5. | Outras funções económicas | 1.826.600,40 | | 324.575,37 | 324.575,37 | | | | | | | 324.575,37 |
| 4. | Outras funções | 138.524,96 | | 499.412,37 | 499.412,37 | | 1.699.838,26 | | | | | 2.199.250,63 |
| 4.3. | Diversas não especificadas | 138.524,96 | | 499.412,37 | 499.412,37 | | 1.699.838,26 | | | | | 2.199.250,63 |
| TOTAL GERAL | | 8.076.749,21 | | 4.805.019,34 | 4.805.019,34 | | 1.864.366,41 | | | | | 6.669.385,75 |

| | | |
|--|-------------------------|------------------------------------|
| ENTIDADE MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | GRANDES OPÇÕES DO PLANO | DOTAÇÕES CORRIGIDAS DO ANO 2014 |
|--|-------------------------|------------------------------------|

| OBJECTIVO | CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA | CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. AÇÃO | DESCRIÇÃO | FORMA DE REALIZAÇÃO | FONTE DE FINANCIAMENTO | | | RESPON SÁVEL | DATAS | | EX | REALIZADO | | DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO) | | | | | | TOTAL PREVISTO |
|-------------------|--------------------------------|------------------------------------|--|---------------------|------------------------|----|----|--------------|------------|------------|----|-----------------------|------------------------|-------------------------------------|--------------|-----------|---------------|------|------|----------------|
| | | | | | AC | AA | FC | | INICIO | FIM | | PAGAM. ATÉ 1-OUT-2013 | PAGAM. ATÉ 31-DEZ-2013 | ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) | | | ANOS SEGUINTE | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | TOTAL | DEFINIDO | NÃO DEFIN | 2015 | 2016 | 2017 | |
| 1. | | | Funções gerais | | | | | | | | | 1.108.993,92 | | 1.282.217,61 | 1.282.217,61 | | | | | 1.282.217,61 |
| 1.1. | | | Serviços gerais de administração pública | | | | | | | | | 804.792,97 | | 1.134.799,98 | 1.134.799,98 | | | | | 1.134.799,98 |
| 1.1.1. | | | Administração geral | | | | | | | | | 804.792,97 | | 1.134.799,98 | 1.134.799,98 | | | | | 1.134.799,98 |
| 1.1.1.1. | 0102/04050104 | 01 | 2011 | A | 1 | | | OUTARQ | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 8.436,00 | | 5.436,00 | 5.436,00 | | | | | 5.436,00 |
| 1.1.1.1. | 0102/04050104 | 02 | 2011 | A | 2 | | | OUTARQ | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 141.729,17 | | 270.450,00 | 270.450,00 | | | | | 270.450,00 |
| 1.1.1.1. | 0102/08050104 | 03 | 2011 | A | 3 | | | OUTARQ | 2011/01/11 | 2014/12/31 | | 26.826,93 | | 89.311,20 | 89.311,20 | | | | | 89.311,20 |
| 1.1.1.1. | 0102/04050102 | 04 | 2011 | A | 4 | | | OUTARQ | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 13.456,32 | | 9.022,00 | 9.022,00 | | | | | 9.022,00 |
| 1.1.1.1. | 0102/08050102 | 05 | 2011 | A | 5 | | | OUTARQ | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 19.374,57 | | 74.600,00 | 74.600,00 | | | | | 74.600,00 |
| 1.1.1.1. | 0102/040701 | 08 | 2011 | A | 8 | | | OUTARQ | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 39.614,64 | | 16.000,00 | 16.000,00 | | | | | 16.000,00 |
| 1.1.1.1. | 0102/020220 | 09 | 2011 | A | 9 | | | OUTARQ | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 15.350,00 | | 100,00 | 100,00 | | | | | 100,00 |
| 1.1.1.1. | 0102/020220 | 10 | 2011 | A | 10 | | | OUTARQ | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 13.846,00 | | 17.000,00 | 17.000,00 | | | | | 17.000,00 |
| 1.1.1.1. | | 77 | 2011 | I | 2 | | | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 33.326,48 | | 275.165,21 | | | | | | 275.165,21 |
| 1.1.1.1. | 0102/07010301 | 77 | 2011 | I | 2 | | | | | | | | | | 971,36 | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/07010302 | 77 | 2011 | I | 2 | | | | | | | | | | 263.683,85 | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/07010307 | 77 | 2011 | I | 2 | | | | | | | | | | 5.560,00 | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/07010412 | 77 | 2011 | I | 2 | | | | | | | | | | 50,00 | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/07010413 | 77 | 2011 | I | 2 | | | | | | | | | | 4.900,00 | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/070113 | 78 | 2011 | I | 3 | | | OUTARQ | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 23.579,85 | | 4.018,50 | 4.018,50 | | | | | 4.018,50 |
| 1.1.1.1. | 0102/070101 | 79 | 2011 | I | 4 | | | DOM/DU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 45.790,75 | | 50,00 | 50,00 | | | | | 50,00 |
| 1.1.1.1. | | 80 | 2011 | I | 5 | | | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 147.339,07 | | 63.638,34 | | | | | | 63.638,34 |
| 1.1.1.1. | 0102/07010601 | 80 | 2011 | I | 5 | | | | | | | | | | 25.700,00 | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/07010602 | 80 | 2011 | I | 5 | | | | | | | | | | 37.938,34 | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/070107 | 81 | 2011 | I | 6 | | | INFORM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 10.313,14 | | 6.040,00 | 6.040,00 | | | | | 6.040,00 |
| 1.1.1.1. | 0102/070108 | 82 | 2011 | I | 7 | | | INFORM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 16.010,93 | | 50,00 | 50,00 | | | | | 50,00 |
| 1.1.1.1. | | 83 | 2011 | I | 8 | | | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 94.308,98 | | 49.188,00 | | | | | | 49.188,00 |
| 1.1.1.1. | 0102/070109 | 83 | 2011 | I | 8 | | | | | | | | | | 8.978,00 | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/07011002 | 83 | 2011 | I | 8 | | | | | | | | | | 40.210,00 | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/070115 | 85 | 2011 | I | 88 | | | DU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 180,00 | | 50,00 | 50,00 | | | | | 50,00 |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | | | | 649.482,83 | | 880.119,25 | 880.119,25 | | | | | 880.119,25 |

| | | |
|--|-------------------------|------------------------------------|
| ENTIDADE MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | GRANDES OPÇÕES DO PLANO | DOTAÇÕES CORRIGIDAS DO ANO 2014 |
|--|-------------------------|------------------------------------|

PÁGINA : 5

| OBJECTIVO | CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA | CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | FORMA DE REALIZAÇÃO | FONTE DE FINANCIAMENTO | | | RESPON SÁVEL | DATAS | | REALIZADO | | DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO) | | | | | | TOTAL PREVISTO | | | |
|-------------------|--------------------------------|-------------------------------------|-----------|---------------------|------------------------|--|-------|--------------|-------|--------|--------------|-----------------------|-------------------------------------|------------------------------|----------|-------------------|-------------------|------|----------------|--------------|--------|-------------------|
| | | | | | AC | AA | FC | | EX | INICIO | FIM | PAGAM. ATÉ 1-OUT-2013 | PAGAM. ATÉ 31-DEZ-2013 | ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) | | | ANOS SEGUINTE | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | TOTAL | DEFINIDO | NÃO DEFIN | 2015 | 2016 | | 2017 | OUTROS | |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | | | 2.808.078,49 | | 2.485.937,75 | 2.485.937,75 | | | | | | 2.485.937,75 | | |
| 2.4.4. | 0102/020220 | 38 | 2011 | A | 39 | ANALISES DE AGUA PARA ACOMPANHAMENTO DA QUALIDADE DA AGUA | OUTRA | | 100.0 | | DSU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 16.649,89 | | 27.500,00 | 27.500,00 | | | | | 27.500,00 |
| 2.4.4. | 0102/07010407 | 40 | 2011 | I | 53 | MELHORAMENTO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DAS FREGUESIAS | OUTRA | | 100.0 | | DSU | 2011/12/31 | 2014/12/31 | 4.819,99 | | 100,00 | 100,00 | | | | | 100,00 |
| 2.4.4. | 0102/07010407 | 47 | 2011 | I | 60 | ABASTECIMENTO À FREGUESIA DE VALES COM AGUA TRATADA DA BARRAGEM DE SAMBADE | OUTRA | | 100.0 | | DSU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | | 50,00 | 50,00 | | | | | 50,00 |
| 2.4.4. | | 48 | 2011 | I | 61 | AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS PARA A REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA | OUTRA | | 100.0 | | DSU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 37.824,68 | | 24.150,00 | | | | | | 24.150,00 |
| 2.4.4. | 0102/07010407 | 48 | 2011 | I | 61 | | | | | | | | | | | | 16.100,00 | | | | | |
| 2.4.4. | 0102/070111 | 48 | 2011 | I | 61 | | | | | | | | | | | | 5.100,00 | | | | | |
| 2.4.4. | 0102/070115 | 48 | 2011 | I | 61 | | | | | | | | | | | | 2.950,00 | | | | | |
| 2.4.4. | 0102/07010407 | 49 | 2011 | I | 62 | CONSERVAÇÃO DA REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE AGUA DO CONCELHO | OUTRA | | 100.0 | | DSU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 106.720,94 | | 56.935,20 | 56.935,20 | | | | | 56.935,20 |
| 2.4.4. | 0102/07010407 | 50 | 2011 | I | 91 | LIGAÇÃO DE AGUA A FERRADOSA, PICOES, GOUVIEA E CABREIRA - REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA DO SUL | OUTRA | | 20.0 | 80.0 | DSU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 3.493,98 | | 50,00 | 50,00 | | | | | 50,00 |
| 2.4.5. | | | | | | Resíduos sólidos | | | | | | | | 497.710,86 | | 212.870,00 | 212.870,00 | | | | | 212.870,00 |
| 2.4.5. | 0102/020220 | 39 | 2011 | A | 40 | REPARAÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES | OUTRA | | 100.0 | | DSU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 112.719,76 | | 44.070,00 | 44.070,00 | | | | | 44.070,00 |
| 2.4.5. | 0102/020220 | 40 | 2011 | A | 41 | ATERRO SANITARIO - DEPOSITO DE RESIDUOS SOLIDOS | OUTRA | | 100.0 | | DSU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 384.991,10 | | 168.800,00 | 168.800,00 | | | | | 168.800,00 |
| 2.4.6. | | | | | | Protecção do meio ambiente e conservação da natureza | | | | | | | | 30.038,52 | | 25.550,00 | 25.550,00 | | | | | 25.550,00 |
| 2.4.6. | 0102/08050102 | 42 | 2011 | A | 43 | PROTOCOLO - ARRANJO DOS MUROS DO CEMITERIO EM PARADA | OUTRA | | 100.0 | | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | | 100,00 | 100,00 | | | | | 100,00 |
| 2.4.6. | 0102/08050102 | 46 | 2011 | A | 47 | PROTOCOLO - CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CEMITERIO EM VILARCHÃO | OUTRA | | 100.0 | | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 8.012,62 | | 100,00 | 100,00 | | | | | 100,00 |
| 2.4.6. | 0102/07010404 | 49 | 2011 | I | 65 | ARRANJOS PAISAGISTICO DE DIVERSOS ESPAÇOS VERDES | OUTRA | | 100.0 | | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 22.025,90 | | 25.350,00 | 25.350,00 | | | | | 25.350,00 |
| 2.5. | | | | | | Servicos culturais, recreativos e religiosos | | | | | | | | 1.391.749,22 | | 232.141,00 | 232.141,00 | | | | | 232.141,00 |
| 2.5.1. | | | | | | Cultura | | | | | | | | 100.894,17 | | 51.810,00 | 51.810,00 | | | | | 51.810,00 |
| 2.5.1. | 0102/020120 | 46 | 2011 | A | 48 | AQUISIÇÃO DE FUNDO DOCUMENTAL PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL | OUTRA | | 100.0 | | BM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 3.146,56 | | 3.960,00 | 3.960,00 | | | | | 3.960,00 |
| 2.5.1. | 0102/020225 | 47 | 2011 | A | 49 | ENCARGOS COM ANIMAÇÃO E ACTIVIDADES SIMILARES | OUTRA | | 100.0 | | BM/CC | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 6.149,58 | | 7.800,00 | 7.800,00 | | | | | 7.800,00 |
| 2.5.1. | 0102/020121 | 48 | 2011 | A | 50 | AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO CORRENTE | OUTRA | | 100.0 | | BM/CC | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 3.484,03 | | 2.000,00 | 2.000,00 | | | | | 2.000,00 |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | | | 3.518.117,52 | | 2.846.902,95 | 2.846.902,95 | | | | | | 2.846.902,95 | | |

| | | |
|--|-------------------------|------------------------------------|
| ENTIDADE MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | GRANDES OPÇÕES DO PLANO | DOTAÇÕES CORRIGIDAS DO ANO 2014 |
|--|-------------------------|------------------------------------|

PÁGINA : 7

| OBJECTIVO | CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA | CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. AÇÃO | DESCRIÇÃO | FORMA DE REALIZAÇÃO | FONTE DE FINANCIAMENTO | | | RESPON SÁVEL | DATAS | | EX | REALIZADO | | DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO) | | | | | | TOTAL PREVISTO | |
|-------------------|--------------------------------|------------------------------------|---|---|------------------------|-------|------|--------------|------------|------------|----|-----------------------|------------------------|-------------------------------------|--------------|-----------|---------------|------|------|----------------|--------------|
| | | | | | AC | AA | FC | | INICIO | FIM | | PAGAM. ATÉ 1-OUT-2013 | PAGAM. ATÉ 31-DEZ-2013 | ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) | | | ANOS SEQUINTE | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | TOTAL | DEFINIDO | NÃO DEFIN | 2015 | 2016 | 2017 | | OUTROS |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | | | | 4.897.086,57 | | 3.065.283,95 | 3.065.283,95 | | | | | | 3.065.283,95 |
| 3.1. | | | Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca | | | | | | | | | 92.595,74 | | 337.267,85 | 337.267,85 | | 164.528,15 | | | 501.796,00 | |
| 3.1. | | 57 | 2011 A 60 | PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO-EDEAF-COOPERATIVA AGRICOLA E MUNICIPIO DE ALF. DA FE | OUTRA | 100.0 | | AUTARQUIA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 50.864,16 | | 1.043,00 | | | | | | 1.043,00 | |
| 3.1. | 0102/040102 | 57 | 2011 A 60 | | | | | | | | | | | | 1.000,00 | | | | | | |
| 3.1. | 0102/080102 | 57 | 2011 A 60 | | | | | | | | | | | | 43,00 | | | | | | |
| 3.1. | 0102/07010408 | 58 | 2011 I 73 | MANUTENÇÃO E BENEFICIAÇÃO DOS CAMINHOS RURAIS E FLORESTAIS DO CONCELHO | OUTRA | 100.0 | | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 41.731,58 | | 17.300,00 | 17.300,00 | | | | | 17.300,00 | |
| 3.1. | 0102/040102 | 01 | 2014 A 3 | PTOTOCOLO "VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS LOCAIS" | | | | | 2014/01/01 | 2014/12/31 | | | | 9.462,13 | 9.462,13 | | | | | 9.462,13 | |
| 3.1. | 0102/07010413 | 59 | 2014 I 4 | ORDENAMENTO E RECUPERAÇÃO DE POVOAMENTOS (PRODER) | OUTRA | 20.00 | 80.0 | EXECUTIVO/DU | 2014/01/01 | 2014/12/31 | P | | | 238.335,33 | 238.335,33 | | | | | 238.335,33 | |
| 3.1. | 0102/07010413 | 60 | 2014 I 5 | MITIGAÇÃO DE IMPACTO E RECUPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PUBLICOS DANIFICADOS NO INCENDIO WM PICOES - FEM | | 60.00 | 40.0 | EXECUTIVO/DU | 2014/01/01 | 2015/12/31 | | | | 71.127,39 | 71.127,39 | | 164.528,15 | | | 235.655,54 | |
| 3.2. | | | | Indústria e energia | | | | | | | | 585.215,32 | | 274.658,40 | 274.658,40 | | | | | 274.658,40 | |
| 3.2. | 0102/020225 | 58 | 2011 A 61 | ENCARGOS COM ILUMINAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL | OUTRA | 100.0 | | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 413.011,60 | | 245.300,00 | 245.300,00 | | | | | 245.300,00 | |
| 3.2. | 0102/07010404 | 60 | 2011 I 75 | MANUTENÇÃO E ALARGAMENTO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA NO CONCELHO | OUTRA | 100.0 | | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 117.149,18 | | 29.308,40 | 29.308,40 | | | | | 29.308,40 | |
| 3.2. | 0102/07010401 | 61 | 2011 I 86 | CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE ALFANDEGA DA FE | OUTRA | 100.0 | | DOM/DU | 2010/01/01 | 2014/12/31 | 3 | 55.054,54 | | 50,00 | 50,00 | | | | | 50,00 | |
| 3.3. | | | | Transportes e comunicações | | | | | | | | 298.088,45 | | 194.796,40 | 194.796,40 | | | | | 194.796,40 | |
| 3.3.1. | | | | Transportes rodoviários | | | | | | | | 298.088,45 | | 168.360,00 | 168.360,00 | | | | | 168.360,00 | |
| 3.3.1. | 0102/07010401 | 08 | 2010 I 17 | BENEFICIAÇÃO DO CAMINHO MUNICIPAL 1158 - COLMEIAS | OUTRA | 20.0 | 80.0 | DOM | 2010/01/01 | 2014/12/31 | 3 | 341,33 | | 122.430,00 | 122.430,00 | | | | | 122.430,00 | |
| 3.3.1. | 0102/07010409 | 12 | 2011 I 77 | ORDENAMENTO DO TRANSITO E PREVENÇÃO RODOVOARIA NO CONCELHO | OUTRA | 100.0 | | DOM/DU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 5.371,15 | | 21.480,00 | 21.480,00 | | | | | 21.480,00 | |
| 3.3.1. | 0102/07010307 | 13 | 2011 I 78 | ARRANJO URBANISTICO DO LARGO E BAR DO CASTELO E AREA ENVOLVENTE | OUTRA | 100.0 | | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 7.702,58 | | 250,00 | 250,00 | | | | | 250,00 | |
| 3.3.1. | 0102/07010401 | 14 | 2011 I 79 | REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DIVERSAS ESTRADAS DO CONCELHO | OUTRA | 100.0 | | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 210.279,84 | | 12.500,00 | 12.500,00 | | | | | 12.500,00 | |
| 3.3.1. | 0102/07010401 | 15 | 2011 I 80 | REPARAÇÃO DE VARIOS ARRUMENTOS NO CONCELHO | OUTRA | 100.0 | | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 74.393,55 | | 11.700,00 | 11.700,00 | | | | | 11.700,00 | |
| 3.3.2. | | | | Transportes aéreos | | | | | | | | 26.436,40 | | 26.436,40 | 26.436,40 | | | | | 26.436,40 | |
| 3.3.2. | 0102/07010413 | 55 | 2012 I 4 | CONSTRUÇÃO DE UM HELIPORTO JUNTO AO CENTRO DE SAUDE DE ALFANDEGA DA FE | OUTRA | 10.0 | 90.0 | DOM | 2012/01/01 | 2014/12/31 | | | | 26.436,40 | 26.436,40 | | | | | 26.436,40 | |
| 3.4. | | | | Comércio e turismo | | | | | | | | 238.637,77 | | 109.025,00 | 109.025,00 | | | | | 109.025,00 | |
| 3.4.1. | | | | Mercados e feiras | | | | | | | | 191.195,54 | | 94.857,00 | 94.857,00 | | | | | 94.857,00 | |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | | | | 5.872.986,08 | | 3.872.006,60 | 3.872.006,60 | | 164.528,15 | | | | 4.036.534,75 |

| | | |
|--|-------------------------|------------------------------------|
| ENTIDADE MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | GRANDES OPÇÕES DO PLANO | DOTAÇÕES CORRIGIDAS DO ANO 2014 |
|--|-------------------------|------------------------------------|

| OBJECTIVO | CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA | CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | FORMA DE REALIZAÇÃO | FONTE DE FINANCIAMENTO | | | RESPON SÁVEL | DATAS | | | REALIZADO | | DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO) | | | | | | TOTAL PREVISTO | | | | |
|-------------------|--------------------------------|-------------------------------------|-----------|---------------------|------------------------|--|------------|--------------|-------|-----------------------|------------------------|------------------------------|------------|-------------------------------------|---------------|------|--------------|--------|--|----------------|--------------|--|--|------------|
| | | | | | AC | AA | FC | | EX | PAGAM. ATÉ 1-OUT-2013 | PAGAM. ATÉ 31-DEZ-2013 | ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) | | | ANOS SEGUINTE | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | TOTAL | DEFINIDO | NÃO DEFIN | 2015 | 2016 | 2017 | OUTROS | | | | | | |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | | | | 8.076.749,21 | | 4.804.969,34 | 4.804.969,34 | | 164.528,15 | | | | 4.969.497,49 | | | |
| 4.3. | 0102/07010405 | 01 | 2014 | I | 1 | CENTRO AMBIENTAL E BIOLÓGICO DA VILARIÇA | EMPREITADA | | 15.0 | 85.0 | DOM | 2014/01/01 | 2014/12/31 | 0 | | | 30,00 | 30,00 | | 600.000,00 | | | | 600.030,00 |
| 4.3. | 0102/07010401 | 02 | 2014 | I | 2 | VALORIZAÇÃO DA ENVOLVENTE A IGREJA MATRIZ DE SAMBADE | EMPREITADA | | 15.0 | 85.0 | DOM | 2014/01/01 | 2014/12/31 | 0 | | | 10,00 | 10,00 | | 499.838,26 | | | | 499.848,26 |
| 4.3. | 0102/070115 | 03 | 2014 | I | 3 | ROTA DOS FRESCOS DA FE | EMPREITADA | | 15.0 | 85.0 | DOM | 2014/01/01 | 2014/12/31 | 0 | | | 10,00 | 10,00 | | 600.000,00 | | | | 600.010,00 |
| TOTAL GERAL ... | | | | | | | | | | | | 8.076.749,21 | | 4.805.019,34 | 4.805.019,34 | | 1.864.366,41 | | | | 6.669.385,75 | | | |

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NAO INICIADA
- 1 - COM PROJECTO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

Em ___ de _____ de ____

Em ___ de _____ de ____

| | | |
|--|--|-------------------------|
| ENTIDADE MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | RESUMO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL Período: 2014/01/01 a 2014/12/31 | ANO CONTABILÍSTICO 2014 |
|--|--|-------------------------|

Página : 1

| OBJECTIVO PROGRAMA | DESCRIÇÃO | MONTANTE PREVISTO | | | MONTANTE EXECUTADO | | | EXEC. FINAN CEIRA | EXEC. FINAN CEIRA |
|--------------------------|--|---------------------|---------------|---------------------|--------------------|---------------------|---------------------|-------------------------|-------------------------|
| | | ANO | ANOS SEGUINTE | TOTAL | ANOS ANTERIORES | ANO | TOTAL | ANUAL % (a) | GLOBAL % (b) |
| 1. | Funções gerais | 872.979,93 | | 872.979,93 | | 630.773,24 | 630.773,24 | 72.26 | 72.26 |
| 1.1. | Serviços gerais de administração pública | 736.599,93 | | 736.599,93 | | 497.273,08 | 497.273,08 | 67.51 | 67.51 |
| 1.1.1. | Administração geral | 736.599,93 | | 736.599,93 | | 497.273,08 | 497.273,08 | 67.51 | 67.51 |
| 1.2. | Segurança e ordem públicas | 136.380,00 | | 136.380,00 | | 133.500,16 | 133.500,16 | 97.89 | 97.89 |
| 1.2.1. | Protecção civil e luta contra incêndios | 136.380,00 | | 136.380,00 | | 133.500,16 | 133.500,16 | 97.89 | 97.89 |
| 2. | Funções sociais | 1.351.345,14 | | 1.351.345,14 | | 998.098,52 | 998.098,52 | 73.86 | 73.86 |
| 2.1. | Educação | 231.733,60 | | 231.733,60 | | 143.012,89 | 143.012,89 | 61.71 | 61.71 |
| 2.1.1. | Ensino não superior | 231.733,60 | | 231.733,60 | | 143.012,89 | 143.012,89 | 61.71 | 61.71 |
| 2.3. | Segurança e acção sociais | 56.603,54 | | 56.603,54 | | 53.615,30 | 53.615,30 | 94.72 | 94.72 |
| 2.3.2. | Acção social | 56.603,54 | | 56.603,54 | | 53.615,30 | 53.615,30 | 94.72 | 94.72 |
| 2.4. | Habituação e serviços colectivos | 925.278,00 | | 925.278,00 | | 687.698,52 | 687.698,52 | 74.32 | 74.32 |
| 2.4.1. | Habituação | 52.220,00 | | 52.220,00 | | 33.117,85 | 33.117,85 | 63.42 | 63.42 |
| 2.4.2. | Ordenamento do território | 44.520,00 | | 44.520,00 | | 28.740,18 | 28.740,18 | 64.56 | 64.56 |
| 2.4.3. | Saneamento | 250.268,00 | | 250.268,00 | | 194.365,42 | 194.365,42 | 77.66 | 77.66 |
| 2.4.4. | Abastecimento de Água | 365.200,00 | | 365.200,00 | | 273.920,48 | 273.920,48 | 75.01 | 75.01 |
| 2.4.5. | Resíduos sólidos | 212.870,00 | | 212.870,00 | | 157.554,59 | 157.554,59 | 74.01 | 74.01 |
| 2.4.6. | Protecção do meio ambiente e conservação da natureza | 200,00 | | 200,00 | | | | | |
| 2.5. | Serviços culturais, recreativos e religiosos | 137.730,00 | | 137.730,00 | | 113.771,81 | 113.771,81 | 82.60 | 82.60 |
| 2.5.1. | Cultura | 51.810,00 | | 51.810,00 | | 34.175,85 | 34.175,85 | 65.96 | 65.96 |
| 2.5.2. | Desporto, recreio e lazer | 67.920,00 | | 67.920,00 | | 63.273,78 | 63.273,78 | 93.16 | 93.16 |
| 2.5.3. | Outras actividades cívicas e religiosas | 18.000,00 | | 18.000,00 | | 16.322,18 | 16.322,18 | 90.68 | 90.68 |
| 3. | Funções económicas | 688.705,50 | | 688.705,50 | | 567.586,78 | 567.586,78 | 82.41 | 82.41 |
| 3.1. | Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca | 10.505,13 | | 10.505,13 | | 5.986,24 | 5.986,24 | 56.98 | 56.98 |
| 3.2. | Indústria e energia | 245.300,00 | | 245.300,00 | | 194.653,42 | 194.653,42 | 79.35 | 79.35 |
| 3.4. | Comércio e turismo | 108.325,00 | | 108.325,00 | | 90.447,12 | 90.447,12 | 83.50 | 83.50 |
| 3.4.1. | Mercados e feiras | 94.157,00 | | 94.157,00 | | 83.330,62 | 83.330,62 | 88.50 | 88.50 |
| 3.4.2. | Turismo | 14.168,00 | | 14.168,00 | | 7.116,50 | 7.116,50 | 50.23 | 50.23 |
| 3.5. | Outras funções económicas | 324.575,37 | | 324.575,37 | | 276.500,00 | 276.500,00 | 85.19 | 85.19 |
| 4. | Outras funções | 95.840,00 | | 95.840,00 | | 57.253,37 | 57.253,37 | 59.74 | 59.74 |
| 4.3. | Diversas não especificadas | 95.840,00 | | 95.840,00 | | 57.253,37 | 57.253,37 | 59.74 | 59.74 |
| TOTAL GERAL | | 3.008.870,57 | | 3.008.870,57 | | 2.253.711,91 | 2.253.711,91 | 74.90 | 74.90 |

Anotações

a) Execução Financeira Anual = (Executado no Ano * 100) / Previsto no Ano

b) Execução Financeira Global = (Total Executado * 100) / (Realizado em Anos Anteriores + Total Previsto)

| | | |
|------------------------------|--|-------------------------|
| ENTIDADE | EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL | ANO CONTABILÍSTICO 2014 |
| MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | Até ao mês de Apuramento | |

Pagina : 1

| OBJECTIVO | CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA | CÓDIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | FORMA DE REALIZAÇÃO | FONTE DE FINANCIAMENTO | | | DATAS | | MONTANTE PREVISTO | | | MONTANTE EXECUTADO | | | EXEC. FINAN CEIRA ANUAL % (a) | EXEC. FINAN CEIRA GLOBAL % (b) | |
|-----------|--------------------------------|---------------------------------------|---|---------------------|------------------------|----|----|--------|-----|-------------------|-------------------|-------|--------------------|-----|--------------|-------------------------------|--------------------------------|------------|
| | | | | | AC | AA | FC | INICIO | FIM | ANO | ANOS SEQUITES | TOTAL | ANOS ANTERIORES | ANO | TOTAL | | | |
| 1. | | | Funções gerais | | | | | | | | 872.979,93 | | 872.979,93 | | 630.773,24 | 630.773,24 | 72.26 | 72.26 |
| 1.1. | | | Serviços gerais de administração pública | | | | | | | | 736.599,93 | | 736.599,93 | | 497.273,08 | 497.273,08 | 67.51 | 67.51 |
| 1.1.1. | | | Administração geral | | | | | | | | 736.599,93 | | 736.599,93 | | 497.273,08 | 497.273,08 | 67.51 | 67.51 |
| | 0102/04050104 | 01 | 2011 | A | 1 | | | | | | 5.436,00 | | 5.436,00 | | 3.402,00 | 3.402,00 | 62.58 | 62.58 |
| | 0102/04050104 | 02 | 2011 | A | 2 | | | | | | 270.450,00 | | 270.450,00 | | 191.682,04 | 191.682,04 | 70.88 | 70.88 |
| | 0102/08050104 | 03 | 2011 | A | 3 | | | | | | 89.311,20 | | 89.311,20 | | 71.378,17 | 71.378,17 | 79.92 | 79.92 |
| | 0102/04050102 | 04 | 2011 | A | 4 | | | | | | 9.022,00 | | 9.022,00 | | 8.982,25 | 8.982,25 | 99.56 | 99.56 |
| | 0102/08050102 | 05 | 2011 | A | 5 | | | | | | 74.600,00 | | 74.600,00 | | 54.014,49 | 54.014,49 | 72.41 | 72.41 |
| | 0102/040701 | 08 | 2011 | A | 8 | | | | | | 16.000,00 | | 16.000,00 | | 14.650,00 | 14.650,00 | 91.56 | 91.56 |
| | 0102/020220 | 09 | 2011 | A | 9 | | | | | | 100,00 | | 100,00 | | | | | |
| | 0102/020220 | 10 | 2011 | A | 10 | | | | | | 17.000,00 | | 17.000,00 | | 14.852,25 | 14.852,25 | 87.37 | 87.37 |
| | | 87 | 2011 | A | 84 | | | | | | 29.240,00 | | 29.240,00 | | 28.072,75 | 28.072,75 | 96.01 | 96.01 |
| | 0102/040701 | 87 | 2011 | A | 84 | | | | | | 13.240,00 | | 13.240,00 | | | | 100.00 | |
| | 0102/080701 | 87 | 2011 | A | 84 | | | | | | 16.000,00 | | 16.000,00 | | 14.832,75 | 14.832,75 | 92.70 | |
| | 0102/020219 | 88 | 2011 | A | 85 | | | | | | 53.650,00 | | 53.650,00 | | 48.786,43 | 48.786,43 | 90.93 | 90.93 |
| | | 89 | 2013 | A | 1 | | | | | | 171.790,73 | | 171.790,73 | | 61.452,70 | 61.452,70 | 35.77 | 35.77 |
| | 0102/020101 | 89 | 2013 | A | 1 | | | | | | 65.852,86 | | 65.852,86 | | 8.871,50 | 8.871,50 | 13.47 | |
| | 0102/020117 | 89 | 2013 | A | 1 | | | | | | 5.200,00 | | 5.200,00 | | 3.445,96 | 3.445,96 | 66.27 | |
| | 0102/020121 | 89 | 2013 | A | 1 | | | | | | 44.337,87 | | 44.337,87 | | 12.997,09 | 12.997,09 | 29.31 | |
| | 0102/020203 | 89 | 2013 | A | 1 | | | | | | 56.000,00 | | 56.000,00 | | 35.838,80 | 35.838,80 | 64.00 | |
| | 0102/020225 | 89 | 2013 | A | 1 | | | | | | 400,00 | | 400,00 | | 299,35 | 299,35 | 74.84 | |
| 1.2. | | | Segurança e ordem públicas | | | | | | | | 136.380,00 | | 136.380,00 | | 133.500,16 | 133.500,16 | 97.89 | 97.89 |
| 1.2.1. | | | Protecção civil e luta contra incêndios | | | | | | | | 136.380,00 | | 136.380,00 | | 133.500,16 | 133.500,16 | 97.89 | 97.89 |
| | 0102/040701 | 11 | 2011 | A | 11 | | | | | | 65.200,00 | | 65.200,00 | | 65.017,88 | 65.017,88 | 99.72 | 99.72 |
| | 0102/020220 | 12 | 2011 | A | 12 | | | | | | 25.000,00 | | 25.000,00 | | 23.602,05 | 23.602,05 | 94.41 | 94.41 |
| | 0102/020117 | 13 | 2011 | A | 13 | | | | | | 600,00 | | 600,00 | | 101,55 | 101,55 | 16.93 | 16.93 |
| | 0102/080701 | 14 | 2011 | A | 14 | | | | | | 370,00 | | 370,00 | | | | | |
| | 0102/040701 | 15 | 2011 | A | 15 | | | | | | 30.800,00 | | 30.800,00 | | 30.378,68 | 30.378,68 | 98.63 | 98.63 |
| | 0102/080701 | 86 | 2012 | A | 1 | | | | | | 14.410,00 | | 14.410,00 | | 14.400,00 | 14.400,00 | 99.93 | 99.93 |
| 2. | | | Funções sociais | | | | | | | | 1.351.345,14 | | 1.351.345,14 | | 998.098,52 | 998.098,52 | 73.86 | 73.86 |
| 2.1. | | | Educação | | | | | | | | 231.733,60 | | 231.733,60 | | 143.012,89 | 143.012,89 | 61.71 | 61.71 |
| 2.1.1. | | | Ensino não superior | | | | | | | | 231.733,60 | | 231.733,60 | | 143.012,89 | 143.012,89 | 61.71 | 61.71 |
| | 0102/020121 | 17 | 2011 | A | 17 | | | | | | 783,60 | | 783,60 | | 443,21 | 443,21 | 56.56 | 56.56 |
| | 0102/020105 | 18 | 2011 | A | 18 | | | | | | 60.000,00 | | 60.000,00 | | 37.050,99 | 37.050,99 | 61.75 | 61.75 |
| | 0102/020106 | 19 | 2011 | A | 19 | | | | | | 5.200,00 | | 5.200,00 | | 2.093,54 | 2.093,54 | 40.26 | 40.26 |
| | 0102/020120 | 20 | 2011 | A | 20 | | | | | | 500,00 | | 500,00 | | | | | |
| | 0102/020120 | 21 | 2011 | A | 21 | | | | | | 3.000,00 | | 3.000,00 | | 2.320,70 | 2.320,70 | 77.36 | 77.36 |
| | 0102/020225 | 23 | 2011 | A | 23 | | | | | | 650,00 | | 650,00 | | 300,00 | 300,00 | 46.15 | 46.15 |
| | 0102/020210 | 24 | 2011 | A | 24 | | | | | | 161.500,00 | | 161.500,00 | | 100.804,45 | 100.804,45 | 62.42 | 62.42 |
| | 0102/080701 | 92 | 2011 | A | 86 | | | | | | 100,00 | | 100,00 | | | | | |
| 2.3. | | | Segurança e acção sociais | | | | | | | | 56.603,54 | | 56.603,54 | | 53.615,30 | 53.615,30 | 94.72 | 94.72 |
| 2.3.2. | | | Acção social | | | | | | | | 56.603,54 | | 56.603,54 | | 53.615,30 | 53.615,30 | 94.72 | 94.72 |
| | 0102/040701 | 27 | 2011 | A | 27 | | | | | | 20.629,00 | | 20.629,00 | | 19.116,26 | 19.116,26 | 92.67 | 92.67 |
| | 0102/080701 | 29 | 2011 | A | 29 | | | | | | 100,00 | | 100,00 | | | | | |
| | | | | | | | | | | | A TRANSPORTAR ... | | 1.125.442,53 | | 1.125.442,53 | | 792.902,39 | 792.902,39 |

| | | |
|------------------------------|--|-------------------------|
| ENTIDADE | EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL | ANO CONTABILÍSTICO 2014 |
| MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | Até ao mês de Apuramento | |

Pagina : 2

| OBJECTIVO | CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA | CÓDIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | FORMA DE REALIZAÇÃO | FONTE DE FINANCIAMENTO | | | DATAS | | MONTANTE PREVISTO | | | MONTANTE EXECUTADO | | | EXEC. FINAN. CEIRA ANUAL % (a) | EXEC. FINAN. CEIRA GLOBAL % (b) |
|-------------------|--------------------------------|---------------------------------------|-----------|---------------------|------------------------|---|-------|--------|--------------|-------------------|---------------|------------|--------------------|--------------|-------------------|--------------------------------|---------------------------------|
| | | | | | AC | AA | FC | INICIO | FIM | ANO | ANOS SEGUINTE | TOTAL | ANOS ANTERIORES | ANO | TOTAL | | |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | 1.125.442,53 | | 1.125.442,53 | | 792.902,39 | 792.902,39 | | | |
| 2.4. | 0102/080701 | 32 | 2011 | A | 32 | PROTOCOLO - LAR E SAD EM GEBELIM | OUTRA | | 40.0 | 60.0 | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 28.000,00 | | 28.000,00 | 100.00 | 100.00 |
| | 0102/080701 | 33 | 2011 | A | 33 | PROTOCOLO - LAR E SAD EM PARADA | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | | | | |
| 2.4.1. | | 01 | 2014 | A | 1 | ATIVIDADES REALIZADAS COM IDOSOS | | | | | 2014/01/01 | 2014/12/31 | 7.874,54 | | 7.874,54 | 82.53 | 82.53 |
| | 0102/020105 | 01 | 2014 | A | 1 | | | | | | | | 3.294,54 | | 2.548,26 | 77.35 | 77.35 |
| 2.4.1. | 0102/020210 | 01 | 2014 | A | 1 | | | | | | | | 2.975,00 | | 2.756,00 | 92.64 | 92.64 |
| | 0102/020225 | 01 | 2014 | A | 1 | | | | | | | | 1.605,00 | | 1.194,78 | 74.44 | 74.44 |
| 2.4.2. | | | | | | Habitação e serviços colectivos | | | | | | | 925.278,00 | | 687.698,52 | 74.32 | 74.32 |
| | | | | | | Habitação | | | | | | | 52.220,00 | | 33.117,85 | 63.42 | 63.42 |
| 2.4.2. | 0102/080802 | 33 | 2011 | A | 34 | APOIO A REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO A FAMILIAS CARENCIADAS | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 52.220,00 | | 52.220,00 | 33.117,85 | 33.117,85 |
| | | | | | | Ordenamento do território | | | | | | | 44.520,00 | | 44.520,00 | 28.740,18 | 28.740,18 |
| 2.4.3. | 0102/020220 | 26 | 2011 | A | 26 | SERVIÇO DE HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO E CONTROLE DE AGUAS PUBLICAS | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 22.000,00 | | 22.000,00 | 19.778,40 | 19.778,40 |
| | 0102/020220 | 36 | 2011 | A | 79 | REVISÃO DO PDM | OUTRA | | 100.0 | | 2010/01/01 | 2014/12/31 | 22.520,00 | | 22.520,00 | 8.961,78 | 8.961,78 |
| 2.4.4. | 0102/020220 | 36 | 2011 | A | 37 | Saneamento | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 250.268,00 | | 250.268,00 | 194.365,42 | 194.365,42 |
| | | | | | | Abastecimento de água | | | | | | | 365.200,00 | | 365.200,00 | 273.920,48 | 273.920,48 |
| 2.4.5. | 0102/02011601 | 37 | 2011 | A | 38 | ATMAD - AQUISIÇÃO DE AGUA PARA ABASTECIMENTO AO CONCELHO | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 337.700,00 | | 337.700,00 | 253.286,38 | 253.286,38 |
| | 0102/020220 | 38 | 2011 | A | 39 | ANALISES DE AGUA PARA ACOMPANHAMENTO DA QUALIDADE DA AGUA | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 27.500,00 | | 27.500,00 | 20.634,10 | 20.634,10 |
| 2.4.6. | 0102/020220 | 39 | 2011 | A | 40 | Resíduos sólidos | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 212.870,00 | | 212.870,00 | 157.554,59 | 157.554,59 |
| | 0102/020220 | 40 | 2011 | A | 41 | REPARAÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 44.070,00 | | 44.070,00 | 38.076,98 | 38.076,98 |
| 2.5. | 0102/08050102 | 42 | 2011 | A | 43 | ATERRO SANITARIO - DEPOSITO DE RESIDUOS SOLIDOS | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 168.800,00 | | 168.800,00 | 119.477,61 | 119.477,61 |
| | 0102/08050102 | 46 | 2011 | A | 47 | Protecção do meio ambiente e conservação da natureza | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 200,00 | | 200,00 | 100,00 | 100,00 |
| 2.5.1. | | | | | | PROTOCOLO - ARRANJO DOS MUROS DO CEMITERIO EM PARADA | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 100,00 | | 100,00 | | |
| | | | | | | PROTOCOLO - CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CEMITERIO EM VILARCHÃO | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 100,00 | | 100,00 | | |
| 2.5.1. | | | | | | Servicos culturais, recreativos e religiosos | | | | | | | 137.730,00 | | 137.730,00 | 113.771,81 | 113.771,81 |
| | | | | | | Cultura | | | | | | | 51.810,00 | | 51.810,00 | 34.175,85 | 34.175,85 |
| 2.5.2. | 0102/020120 | 46 | 2011 | A | 48 | AQUISIÇÃO DE FUNDO DOCUMENTAL PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 3.960,00 | | 3.960,00 | 420,64 | 420,64 |
| | 0102/020225 | 47 | 2011 | A | 49 | ENCARGOS COM ANIMAÇÃO E ACTIVIDADES SIMILARES | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 7.800,00 | | 7.800,00 | 4.992,26 | 4.992,26 |
| 2.5.2. | 0102/020121 | 48 | 2011 | A | 50 | AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO CORRENTE | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 2.000,00 | | 2.000,00 | 692,88 | 692,88 |
| | 0102/020225 | 49 | 2011 | A | 51 | ACTUAÇÃO DE ARTISTAS A OUTRAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 3.500,00 | | 3.500,00 | 3.321,00 | 3.321,00 |
| 2.5.2. | 0102/020217 | 50 | 2011 | A | 52 | ACÇÕES DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS ACTIVIDADES | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 800,00 | | 800,00 | | |
| | | 51 | 2011 | A | 53 | TRANSFERENCIAS PARA ASSOCIAÇÕES CULTURAIS | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 15.750,00 | | 15.750,00 | 7.626,00 | 7.626,00 |
| 2.5.2. | 0102/040701 | 51 | 2011 | A | 53 | | OUTRA | | 100.0 | | | | 15.500,00 | | 15.500,00 | 49,20 | 49,20 |
| | 0102/080701 | 51 | 2011 | A | 53 | | OUTRA | | 100.0 | | | | 250,00 | | 250,00 | | |
| 2.5.2. | | 53 | 2011 | A | 54 | EXPOSIÇÕES E ACTIVIDADES SIMILARES | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 10.400,00 | | 10.400,00 | 9.623,06 | 9.623,06 |
| | 0102/020105 | 53 | 2011 | A | 54 | | | | | | | | 270,00 | | 270,00 | | |
| 2.5.2. | 0102/020216 | 53 | 2011 | A | 54 | | | | | | | | 2.830,00 | | 2.830,00 | | 94.05 |
| | 0102/020217 | 53 | 2011 | A | 54 | | | | | | | | 70,00 | | 70,00 | | |
| 2.5.2. | 0102/020220 | 53 | 2011 | A | 54 | | | | | | | | 1.430,00 | | 1.430,00 | | 89.86 |
| | 0102/020225 | 53 | 2011 | A | 54 | | | | | | | | 5.800,00 | | 5.800,00 | | 97.87 |
| 2.5.2. | 0102/040701 | 89 | 2011 | A | 83 | PROTOCOLO COM FILANDORRA | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 7.600,00 | | 7.600,00 | 7.500,01 | 7.500,01 |
| | | | | | | Desporto, recreio e lazer | | | | | | | 67.920,00 | | 67.920,00 | 63.273,78 | 63.273,78 |
| 2.5.2. | | 52 | 2011 | A | 55 | APOIO A COLECTIVIDADES E ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 65.570,00 | | 65.570,00 | 61.500,60 | 61.500,60 |
| | 0102/040701 | 52 | 2011 | A | 55 | | | | | | | | 36.170,00 | | 36.170,00 | 88,87 | 88,87 |
| 2.5.2. | 0102/080701 | 52 | 2011 | A | 55 | | | | | | | | 29.400,00 | | 29.400,00 | 99,86 | 99,86 |
| | | 53 | 2011 | A | 56 | PERCURSOS PEDESTRES | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 300,00 | | 300,00 | | |
| 2.5.2. | 0102/020115 | 53 | 2011 | A | 56 | | | | | | | | 100,00 | | 100,00 | | |
| | 0102/020117 | 53 | 2011 | A | 56 | | | | | | | | 100,00 | | 100,00 | | |
| 2.5.2. | 0102/020121 | 53 | 2011 | A | 56 | | | | | | | | 100,00 | | 100,00 | | |
| | | 54 | 2011 | A | 57 | ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO, RECREIO E LAZER | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 2.050,00 | | 2.050,00 | 1.773,18 | 1.773,18 |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | 2.206.325,07 | | 2.206.325,07 | | 1.612.549,58 | 1.612.549,58 | | | |

| | | |
|--|---|-------------------------|
| ENTIDADE MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | RESUMO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS Período: 2014/01/01 a 2014/12/31 | ANO CONTABILÍSTICO 2014 |
|--|---|-------------------------|

Página : 1

| OBJECTIVO PROGRAMA | DESCRIÇÃO | MONTANTE PREVISTO | | | MONTANTE EXECUTADO | | | EXEC. FINAN CEIRA | EXEC. FINAN CEIRA |
|--------------------------|--|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------|---------------------|---------------------|-------------------------|-------------------------|
| | | ANO | ANOS SEGUINTE | TOTAL | ANOS ANTERIORES | ANO | TOTAL | ANUAL % (a) | GLOBAL % (b) |
| 1. | Funções gerais | 409.237,68 | | 409.237,68 | | 358.606,90 | 358.606,90 | 87.63 | 87.63 |
| 1.1. | Serviços gerais de administração pública | 398.200,05 | | 398.200,05 | | 355.647,46 | 355.647,46 | 89.31 | 89.31 |
| 1.1.1. | Administração geral | 398.200,05 | | 398.200,05 | | 355.647,46 | 355.647,46 | 89.31 | 89.31 |
| 1.2. | Segurança e ordem públicas | 11.037,63 | | 11.037,63 | | 2.959,44 | 2.959,44 | 26.81 | 26.81 |
| 1.2.1. | Protecção civil e luta contra incêndios | 11.037,63 | | 11.037,63 | | 2.959,44 | 2.959,44 | 26.81 | 26.81 |
| 2. | Funções sociais | 431.721,20 | | 431.721,20 | | 240.396,27 | 240.396,27 | 55.68 | 55.68 |
| 2.1. | Educação | 4.800,00 | | 4.800,00 | | 2.942,20 | 2.942,20 | 61.30 | 61.30 |
| 2.1.1. | Ensino não superior | 3.950,00 | | 3.950,00 | | 2.360,64 | 2.360,64 | 59.76 | 59.76 |
| 2.1.2. | Serviços auxiliares de ensino | 850,00 | | 850,00 | | 581,56 | 581,56 | 68.42 | 68.42 |
| 2.3. | Segurança e acção sociais | 50,00 | | 50,00 | | | | | |
| 2.3.2. | Acção social | 50,00 | | 50,00 | | | | | |
| 2.4. | Habituação e serviços colectivos | 332.460,20 | | 332.460,20 | | 204.397,43 | 204.397,43 | 61.48 | 61.48 |
| 2.4.2. | Ordenamento do território | 203.575,00 | | 203.575,00 | | 123.259,78 | 123.259,78 | 60.55 | 60.55 |
| 2.4.3. | Saneamento | 22.250,00 | | 22.250,00 | | 15.864,94 | 15.864,94 | 71.30 | 71.30 |
| 2.4.4. | Abastecimento de Água | 81.285,20 | | 81.285,20 | | 48.784,18 | 48.784,18 | 60.02 | 60.02 |
| 2.4.6. | Protecção do meio ambiente e conservação da natureza | 25.350,00 | | 25.350,00 | | 16.488,53 | 16.488,53 | 65.04 | 65.04 |
| 2.5. | Serviços culturais, recreativos e religiosos | 94.411,00 | | 94.411,00 | | 33.056,64 | 33.056,64 | 35.01 | 35.01 |
| 2.5.2. | Desporto, recreio e lazer | 94.411,00 | | 94.411,00 | | 33.056,64 | 33.056,64 | 35.01 | 35.01 |
| 3. | Funções económicas | 551.617,52 | 164.528,15 | 716.145,67 | | 442.900,68 | 442.900,68 | 80.29 | 61.85 |
| 3.1. | Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca | 326.762,72 | 164.528,15 | 491.290,87 | | 224.184,40 | 224.184,40 | 68.61 | 45.63 |
| 3.2. | Indústria e energia | 29.358,40 | | 29.358,40 | | 29.244,87 | 29.244,87 | 99.61 | 99.61 |
| 3.3. | Transportes e comunicações | 194.796,40 | | 194.796,40 | | 188.979,12 | 188.979,12 | 97.01 | 97.01 |
| 3.3.1. | Transportes rodoviários | 168.360,00 | | 168.360,00 | | 163.165,65 | 163.165,65 | 96.91 | 96.91 |
| 3.3.2. | Transportes aéreos | 26.436,40 | | 26.436,40 | | 25.813,47 | 25.813,47 | 97.64 | 97.64 |
| 3.4. | Comércio e turismo | 700,00 | | 700,00 | | 492,29 | 492,29 | 70.33 | 70.33 |
| 3.4.1. | Mercados e feiras | 700,00 | | 700,00 | | 492,29 | 492,29 | 70.33 | 70.33 |
| 4. | Outras funções | 403.572,37 | 1.699.838,26 | 2.103.410,63 | | 217.935,32 | 217.935,32 | 54.00 | 10.36 |
| 4.3. | Diversas não especificadas | 403.572,37 | 1.699.838,26 | 2.103.410,63 | | 217.935,32 | 217.935,32 | 54.00 | 10.36 |
| TOTAL GERAL | | 1.796.148,77 | 1.864.366,41 | 3.660.515,18 | | 1.259.839,17 | 1.259.839,17 | 70.14 | 34.42 |

Anotações

a) Execução Financeira Anual = (Executado no Ano * 100) / Previsto no Ano

b) Execução Financeira Global = (Total Executado * 100) / (Realizado em Anos Anteriores + Total Previsto)

| | | |
|------------------------------|---|-------------------------|
| ENTIDADE | EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS | ANO CONTABILÍSTICO 2014 |
| MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | Até ao mês de Apuramento | |

Pagina : 1

| OBJECTIVO | CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA | CÓDIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | FORMA DE REALIZAÇÃO | FONTE DE FINANCIAMENTO | | | DATAS | | MONTANTE PREVISTO | | | MONTANTE EXECUTADO | | EXEC. FINAN. CEIRA ANUAL % (a) | EXEC. FINAN. CEIRA GLOBAL % (b) | |
|-------------------|--------------------------------|---------------------------------------|---|--|------------------------|-------|------|------------|------------|-------------------|---------------|------------|--------------------|------------|--------------------------------|---------------------------------|-------|
| | | | | | AC | AA | FC | INICIO | FIM | ANO | ANOS SEQUITES | TOTAL | ANOS ANTERIORES | ANO | | | TOTAL |
| 1. | | | Funções gerais | | | | | | | 409.237,68 | | 409.237,68 | | 358.606,90 | 358.606,90 | 87.63 | 87.63 |
| 1.1. | | | Serviços gerais de administração pública | | | | | | | 398.200,05 | | 398.200,05 | | 355.647,46 | 355.647,46 | 89.31 | 89.31 |
| 1.1.1. | | | Administração geral | | | | | | | 398.200,05 | | 398.200,05 | | 355.647,46 | 355.647,46 | 89.31 | 89.31 |
| | | | INFRA-ESTRUTURAS DIVERSAS NO CONCELHO | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 275.165,21 | | 275.165,21 | | 265.556,25 | 265.556,25 | 96.51 | 96.51 |
| | 0102/07010301 | 77 | 2011 I 2 | | | | | | | 971,36 | | | | | | | |
| | 0102/07010302 | 77 | 2011 I 2 | | | | | | | 263.683,85 | | | | 261.766,63 | | 99.27 | |
| | 0102/07010307 | 77 | 2011 I 2 | | | | | | | 5.560,00 | | | | 902,09 | | 16.22 | |
| | 0102/07010412 | 77 | 2011 I 2 | | | | | | | 50,00 | | | | | | | |
| | 0102/07010413 | 77 | 2011 I 2 | | | | | | | 4.900,00 | | | | 2.887,53 | | 58.93 | |
| | 0102/070113 | 78 | 2011 I 3 | ACÇÕES E PUBLICAÇÕES DIVERSAS PARA PROMOÇÃO DE ALFÂNDEGA DA FE | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 4.018,50 | | 4.018,50 | | 3.075,00 | 3.075,00 | 76.52 | 76.52 |
| | 0102/070101 | 79 | 2011 I 4 | AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA DIVERSAS INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS NO CONCELHO | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 50,00 | | 50,00 | | | | | |
| | | 80 | 2011 I 5 | AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE VEÍCULOS | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 63.638,34 | | 63.638,34 | | 36.043,77 | 36.043,77 | 56.64 | 56.64 |
| | 0102/07010601 | 80 | 2011 I 5 | | | | | | | 25.700,00 | | | | 5.658,00 | | 22.02 | |
| | 0102/07010602 | 80 | 2011 I 5 | | | | | | | 37.938,34 | | | | 30.385,77 | | 80.09 | |
| | 0102/070107 | 81 | 2011 I 6 | EQUIPAMENTO INFORMÁTICO PARA OS SERVIÇOS | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 6.040,00 | | 6.040,00 | | 4.704,39 | 4.704,39 | 77.89 | 77.89 |
| | 0102/070108 | 82 | 2011 I 7 | AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PARA OS SERVIÇOS | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 50,00 | | 50,00 | | | | | |
| | | 83 | 2011 I 8 | AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO DIVERSO PARA OS SERVIÇOS | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 49.188,00 | | 49.188,00 | | 46.268,05 | 46.268,05 | 94.06 | 94.06 |
| | 0102/070109 | 83 | 2011 I 8 | | | | | | | 8.978,00 | | | | 8.027,76 | | 89.42 | |
| | 0102/07011002 | 83 | 2011 I 8 | | | | | | | 40.210,00 | | | | 38.240,29 | | 95.10 | |
| | 0102/070115 | 85 | 2011 I 88 | AQUISIÇÃO DE CARTOGRAFIA DIGITAL | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 50,00 | | 50,00 | | | | | |
| 1.2. | | | Segurança e ordem públicas | | | | | | | 11.037,63 | | 11.037,63 | | 2.959,44 | 2.959,44 | 26.81 | 26.81 |
| 1.2.1. | | | Protecção civil e luta contra incêndios | | | | | | | 11.037,63 | | 11.037,63 | | 2.959,44 | 2.959,44 | 26.81 | 26.81 |
| | 0102/070115 | 85 | 2011 I 10 | MELHORAR A REDE DAS BOCAS-DE-INCENDIO | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 50,00 | | 50,00 | | | | | |
| | 0102/07010401 | 87 | 2011 I 12 | CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE DIVERSOS PONTOS DE AGUA PARA APOIO AO COMBATE A INCENDIOS | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 50,00 | | 50,00 | | | | | |
| | 0102/07010413 | 88 | 2011 I 13 | CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE CAMINHOS, ACEIROS E CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REFS DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTIVEL NO AMBITO DA DFCI | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 7.947,63 | | 7.947,63 | | 3,44 | 3,44 | 0.04 | 0.04 |
| | 0102/07010413 | 91 | 2012 I 10 | DEMOLIÇÃO E REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS | OUTRA | 100.0 | | 2012/01/01 | 2014/12/31 | 2.990,00 | | 2.990,00 | | 2.956,00 | 2.956,00 | 98.86 | 98.86 |
| 2. | | | Funções sociais | | | | | | | 431.721,20 | | 431.721,20 | | 240.396,27 | 240.396,27 | 55.68 | 55.68 |
| 2.1. | | | Educação | | | | | | | 4.800,00 | | 4.800,00 | | 2.942,20 | 2.942,20 | 61.30 | 61.30 |
| 2.1.1. | | | Ensino não superior | | | | | | | 3.950,00 | | 3.950,00 | | 2.360,64 | 2.360,64 | 59.76 | 59.76 |
| | 0102/07010305 | 90 | 2011 I 15 | RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESCOLAS DO CONCELHO | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 3.950,00 | | 3.950,00 | | 2.360,64 | 2.360,64 | 59.76 | 59.76 |
| 2.1.2. | | | Serviços auxiliares de ensino | | | | | | | 850,00 | | 850,00 | | 581,56 | 581,56 | 68.42 | 68.42 |
| | | 92 | 2011 I 17 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO PARA AS DIVERSAS ESCOLAS DO CONCELHO | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 850,00 | | 850,00 | | 581,56 | 581,56 | 68.42 | 68.42 |
| | 0102/07011002 | 92 | 2011 I 17 | | | | | | | 800,00 | | | | 538,56 | | 67.32 | |
| | 0102/070115 | 92 | 2011 I 17 | | | | | | | 50,00 | | | | 43,00 | | 86.00 | |
| 2.3. | | | Segurança e acção sociais | | | | | | | 50,00 | | 50,00 | | | | | |
| 2.3.2. | | | Acção social | | | | | | | 50,00 | | 50,00 | | | | | |
| | 0102/070115 | 01 | 2011 I 92 | PROJECTO RAMPA - REGIME DE APOIO AOS MUNICÍPIOS PARA A ACESSIBILIDADE - ALFÂNDEGA INCLUSIVA | OUTRA | 25.0 | 75.0 | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | | | | | | | |
| | 0102/07010306 | 98 | 2011 I 22 | EQUIPAMENTOS SOCIAIS DE APOIO A IDOSOS NAS DIVERSAS FREGUESIAS | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 50,00 | | 50,00 | | | | | |
| 2.4. | | | Habitação e serviços colectivos | | | | | | | 332.460,20 | | 332.460,20 | | 204.397,43 | 204.397,43 | 61.48 | 61.48 |
| 2.4.2. | | | Ordenamento do território | | | | | | | 203.575,00 | | 203.575,00 | | 123.259,78 | 123.259,78 | 60.55 | 60.55 |
| | 0102/07010401 | 02 | 2011 I 25 | INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA EM DIVERSAS FREGUESIAS DO CONCELHO | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 40.700,00 | | 40.700,00 | | 33.050,25 | 33.050,25 | 81.20 | 81.20 |
| | 0102/07010401 | 14 | 2011 I 37 | REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DE TRAS DO CASTELO DE ALFÂNDEGA DA FE | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 800,00 | | 800,00 | | 732,22 | 732,22 | 91.53 | 91.53 |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | | 455.587,68 | | 455.587,68 | | 395.331,57 | 395.331,57 | | |

| | | |
|------------------------------|---|-------------------------|
| ENTIDADE | EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS | ANO CONTABILÍSTICO 2014 |
| MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | Até ao mês de Apuramento | |

Pagina : 2

| OBJECTIVO | CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA | CÓDIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | FORMA DE REALIZAÇÃO | FONTE DE FINANCIAMENTO | | | DATAS | | MONTANTE PREVISTO | | | MONTANTE EXECUTADO | | EXEC. FINAN. CEIRA ANUAL % (a) | EXEC. FINAN. CEIRA GLOBAL % (b) | |
|-------------------|--------------------------------|---------------------------------------|-----------|---|--|-------|-------|--------|------------|-------------------|---------------|--------------|--------------------|------------|--------------------------------|---------------------------------|-------|
| | | | | | AC | AA | FC | INICIO | FIM | ANO | ANOS SEGUINTE | TOTAL | ANOS ANTERIORES | ANO | | | TOTAL |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | | 455.587,68 | | 455.587,68 | | 395.331,57 | 395.331,57 | | |
| 2.4.3. | 0102/070115 | 15 | 2011 I 38 | AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO URBANO DIVERSO PARA O CONCELHO | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 3.800,00 | | 3.800,00 | 1.788,42 | 1.788,42 | 47.06 | 47.06 |
| | 0102/07010413 | 21 | 2011 I 44 | INTERVENÇÃO DE CONSERVAÇÃO EM VARIOS EDIFICIOS MUNICIPAIS/PUBLICOS | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 97.650,00 | | 97.650,00 | 81.671,24 | 81.671,24 | 83.64 | 83.64 |
| | 0102/07010401 | 23 | 2011 I 46 | AQUISIÇÃO DE CASAS DEVOLUTAS NO CONCELHO PARA ALARGAMENTO DA REDE VIÁRIA | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 100,00 | | 100,00 | | | | |
| | 0102/07010409 | 29 | 2011 I 87 | REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA TOPONIMIA DO CONCELHO | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 50,00 | | 50,00 | | | | |
| | 0102/07010307 | 80 | 2011 I 94 | CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA TORRE DO RELOGIO E AREA ENVOLVENTE | OUTRA | | 15.0 | 85.0 | 2011/09/01 | 2014/12/31 | 60.475,00 | | 60.475,00 | 6.017,65 | 6.017,65 | 9.95 | 9.95 |
| 2.4.4. | | 38 | 2011 I 90 | Saneamento REPARAÇÕES GERAIS NA REDE GERAL DE SANEAMENTO CONCELHO | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 22.250,00 | | 22.250,00 | 15.864,94 | 15.864,94 | 71.30 | 71.30 |
| | 0102/07010402 | 38 | 2011 I 90 | | | | | | | | | | 22.150,00 | 15.864,94 | 71.63 | | |
| | 0102/07010411 | 38 | 2011 I 90 | | | | | | | | | | 100,00 | | | | |
| | | | | Abastecimento de água MELHORAMENTO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DAS FREGUESIAS | OUTRA | | 100.0 | | 2011/12/31 | 2014/12/31 | 100,00 | | 100,00 | 34,79 | 34,79 | 34.79 | 34.79 |
| 2.4.6. | 0102/07010407 | 40 | 2011 I 53 | ABASTECIMENTO À FREGUESIA DE VALES COM AGUA TRATADA DA BARRAGEM DE SAMBADE | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 50,00 | | 50,00 | | | | |
| | 0102/07010407 | 47 | 2011 I 60 | | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 24.150,00 | | 24.150,00 | 18.702,76 | 18.702,76 | 77.44 | 77.44 |
| | | 48 | 2011 I 61 | AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS PARA A REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 16.100,00 | | 16.100,00 | 10.979,48 | 10.979,48 | 68.20 | 68.20 |
| | 0102/07010407 | 48 | 2011 I 61 | | | | | | | | | | 5.100,00 | 4.849,30 | 95.08 | 95.08 | |
| | 0102/070111 | 48 | 2011 I 61 | | | | | | | | | | 2.950,00 | 2.873,98 | 97.42 | 97.42 | |
| | 0102/07010407 | 49 | 2011 I 62 | CONSERVAÇÃO DA REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE AGUA DO CONCELHO | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 56.935,20 | | 56.935,20 | 30.046,63 | 30.046,63 | 52.77 | 52.77 |
| | 0102/07010407 | 50 | 2011 I 91 | LIGAÇÃO DE AGUA A FERRADOSA, PICOES, GOUVEIA E CABREIRA - REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA DO SUL | OUTRA | | 20.0 | 80.0 | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 50,00 | | 50,00 | | | | |
| | | | | Protecção do meio ambiente e conservação da natureza ARRANJOS PAISAGISTICO DE DIVERSOS ESPAÇOS VERDES | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 25.350,00 | | 25.350,00 | 16.488,53 | 16.488,53 | 65.04 | 65.04 |
| | 2.5. | 0102/07010404 | 49 | 2011 I 65 | Servicos culturais, recreativos e religiosos Desporto, recreio e lazer | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 94.411,00 | | 94.411,00 | 33.056,64 | 33.056,64 | 35.01 |
| 2.5.2. | 0102/07010307 | 21 | 2008 I 12 | CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS PARA A DINAMIZAÇÃO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | OUTRA | | 20.0 | 80.0 | 2008/09/19 | 2014/12/31 | 1,00 | | 1,00 | 0,13 | 0,13 | 13.00 | 13.00 |
| 3. | 0102/07010302 | 58 | 2011 I 70 | INTERVENÇÃO EM DIVERSOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS DO CONCELHO | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 94.100,00 | | 94.100,00 | 33.019,04 | 33.019,04 | 35.09 | 35.09 |
| | 0102/07010409 | 61 | 2011 I 85 | SINALIZAÇÃO E MARCAÇÃO DOS PERCURSOS PEDESTRES | OUTRA | | 30.0 | 70.0 | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 310,00 | | 310,00 | 37,47 | 37,47 | 12.09 | 12.09 |
| | | | | Funções económicas Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca | | | | | | | | | 551.617,52 | 164.528,15 | 716.145,67 | 442.900,68 | 80.29 |
| 3.1. | 0102/07010408 | 58 | 2011 I 73 | MANUTENÇÃO E BENEFICIAÇÃO DOS CAMINHOS RURAIS E FLORESTAIS DO CONCELHO | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 326.762,72 | | 326.762,72 | 17.300,00 | 17.300,00 | 68.61 | 45.63 |
| | 0102/07010413 | 59 | 2014 I 4 | ORDENAMENTO E RECUPERAÇÃO DE POVOAMENTOS (PRODER) | OUTRA | | 20.0 | 80.0 | 2014/01/01 | 2014/12/31 | 17.300,00 | | 17.300,00 | 17.147,99 | 17.147,99 | 99.12 | 99.12 |
| | 0102/07010413 | 60 | 2014 I 5 | MITIGAÇÃO DE IMPACTO E RECUPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PUBLICOS DANIFICADOS NO INCENDIO NM PICOES - FEM | OUTRA | | 60.0 | 40.0 | 2014/01/01 | 2015/12/31 | 238.335,33 | | 238.335,33 | 144.003,95 | 144.003,95 | 60.42 | 60.42 |
| 3.2. | 0102/07010404 | 60 | 2011 I 75 | Indústria e energia MANUTENÇÃO E ALARGAMENTO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA NO CONCELHO | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 71.127,39 | 164.528,15 | 235.655,54 | 63.032,46 | 63.032,46 | 88.62 | 26.75 |
| 3.3. | 0102/07010401 | 61 | 2011 I 86 | Transportes e comunicações CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE ALFANDEGA DA FE | OUTRA | | 100.0 | | 2010/01/01 | 2014/12/31 | 29.358,40 | | 29.358,40 | 29.244,87 | 29.244,87 | 99.61 | 99.61 |
| 3.3.1. | | | | Transportes rodoviários BENEFICIAÇÃO DO CAMINHO MUNICIPAL 1158 - COLMEIAS | OUTRA | | 20.0 | 80.0 | 2010/01/01 | 2014/12/31 | 29.308,40 | | 29.308,40 | 29.244,87 | 29.244,87 | 99.78 | 99.78 |
| | 0102/07010401 | 08 | 2010 I 17 | ORDENAMENTO DO TRANSITO E PREVENÇÃO RODOVIARIA NO CONCELHO | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 50,00 | | 50,00 | 188.979,12 | 188.979,12 | 97.01 | 97.01 |
| | 0102/07010409 | 12 | 2011 I 77 | ARRANJO URBANISTICO DO LARGO E BAR DO CASTELO E AREA ENVOLVENTE | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 194.796,40 | | 194.796,40 | 163.165,65 | 163.165,65 | 96.91 | 96.91 |
| | 0102/07010307 | 13 | 2011 I 78 | | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 168.360,00 | | 168.360,00 | 120.602,94 | 120.602,94 | 98.51 | 98.51 |
| | | | | | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 21.480,00 | | 21.480,00 | 20.709,12 | 20.709,12 | 96.41 | 96.41 |
| | | | | | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 250,00 | | 250,00 | 224,48 | 224,48 | 89.79 | 89.79 |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | | 1.341.240,00 | 164.528,15 | 1.505.768,15 | | 993.968,98 | 993.968,98 | | |

| | | |
|------------------------------|---|-------------------------|
| ENTIDADE | EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS | ANO CONTABILÍSTICO 2014 |
| MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | Até ao mês de Apuramento | |

| OBJECTIVO | CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA | CÓDIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | FORMA DE REALIZAÇÃO | FONTE DE FINANCIAMENTO | | | DATAS | | MONTANTE PREVISTO | | | MONTANTE EXECUTADO | | | EXEC. FINAN. ANUAL % (a) | EXEC. FINAN. CEIRA GLOBAL % (b) | | |
|-------------------|--------------------------------|---------------------------------------|-----------|---------------------|------------------------|---|------------|--------|--------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------------|---------------------|-------------------|--------------------------|---------------------------------|--------------|-------|
| | | | | | AC | AA | FC | INICIO | FIM | ANO | ANOS SEGUINTE | TOTAL | ANOS ANTERIORES | ANO | TOTAL | | | | |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | 1.341.240,00 | 164.528,15 | 1.505.768,15 | | 993.968,98 | 993.968,98 | | | | | |
| 3.3.2. | 0102/07010401 | 14 | 2011 | I | 79 | REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DIVERSAS ESTRADAS DO CONCELHO | OUTRA | | 100.0 | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 12.500,00 | | 12.500,00 | 10.819,89 | 10.819,89 | 86.56 | 86.56 | |
| | 0102/07010401 | 15 | 2011 | I | 80 | REPARAÇÃO DE VARIOS ARRUMAMENTOS NO CONCELHO | OUTRA | | 100.0 | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 11.700,00 | | 11.700,00 | 10.809,22 | 10.809,22 | 92.39 | 92.39 | |
| | | | | | | Transportes aéreos | | | | | | 26.436,40 | | 26.436,40 | 25.813,47 | 25.813,47 | 97.64 | 97.64 | |
| 3.4. | 0102/07010413 | 55 | 2012 | I | 4 | CONSTRUÇÃO DE UM HELIPORTO JUNTO AO CENTRO DE SAUDE DE ALFÂNDEGA DA FE | OUTRA | | 10.0 | 90.0 | 2012/01/01 | 2014/12/31 | 26.436,40 | | 26.436,40 | 25.813,47 | 25.813,47 | 97.64 | 97.64 |
| | | | | | | Comércio e turismo | | | | | | 700,00 | | 700,00 | 492,29 | 492,29 | 70.33 | 70.33 | |
| 3.4.1. | | | | | | Mercados e feiras | | | | | | 700,00 | | 700,00 | 492,29 | 492,29 | 70.33 | 70.33 | |
| | | 61 | 2011 | I | 81 | REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO RECINTO DA FEIRA E AREA ENVOLVENTE | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 700,00 | | 700,00 | 492,29 | 492,29 | 70.33 | 70.33 |
| 4. | 0102/07010303 | 61 | 2011 | I | 81 | | | | | | | 292,00 | | | 274,36 | | | 93.96 | |
| | 0102/07010413 | 61 | 2011 | I | 81 | | | | | | | 408,00 | | | 217,93 | | | 53.41 | |
| 4.3. | | | | | | Outras funções | | | | | | 403.572,37 | 1.699.838,26 | 2.103.410,63 | 217.935,32 | 217.935,32 | 54.00 | 10.36 | |
| | | | | | | Diversas não especificadas | | | | | | 403.572,37 | 1.699.838,26 | 2.103.410,63 | 217.935,32 | 217.935,32 | 54.00 | 10.36 | |
| | 0102/07010413 | 72 | 2012 | I | 6 | PINTURAS DA FE -VILARCHÃO - LEGOINHA, SENDIM RIBEIRA; SENDIM DA SERRA, VALPEREIRO, VALVERDE | OUTRA | | 15.0 | 85.0 | 2012/01/01 | 2014/12/31 | 85.500,00 | | 85.500,00 | 70.102,64 | 70.102,64 | 81.99 | 81.99 |
| | 0102/07010413 | 73 | 2012 | I | 7 | SAMBADE-CASA DA CULTURA (CASA DO POVO) | OUTRA | | 15.0 | 85.0 | 2012/01/01 | 2014/12/31 | 135.520,00 | | 135.520,00 | 46.578,54 | 46.578,54 | 34.37 | 34.37 |
| | 0102/07010413 | 74 | 2012 | I | 8 | SAMBADE - ALDEIA TECNOLÓGICA E TURÍSTICA | OUTRA | | 15.0 | 85.0 | 2012/01/01 | 2014/12/31 | 182.502,37 | | 182.502,37 | 101.254,14 | 101.254,14 | 55.48 | 55.48 |
| | 0102/07010405 | 01 | 2014 | I | 1 | CENTRO AMBIENTAL E BIOLÓGICO DA VILARIÇA | EMPREITADA | | 15.0 | 85.0 | 2014/01/01 | 2014/12/31 | 30,00 | 600.000,00 | 600.030,00 | | | | |
| | 0102/07010401 | 02 | 2014 | I | 2 | VALORIZAÇÃO DA ENVOLVENTE A IGREJA MATRIZ DE SAMBADE | EMPREITADA | | 15.0 | 85.0 | 2014/01/01 | 2014/12/31 | 10,00 | 499.838,26 | 499.848,26 | | | | |
| | 0102/070115 | 03 | 2014 | I | 3 | ROTA DOS FRESCOS DA FE | EMPREITADA | | 15.0 | 85.0 | 2014/01/01 | 2014/12/31 | 10,00 | 600.000,00 | 600.010,00 | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | | | | | | 1.796.148,77 | 1.864.366,41 | 3.660.515,18 | | 1.259.839,17 | 1.259.839,17 | 70.14 | 34.42 | | | |

Anotações

a) Execução Financeira Anual = (Executado no Ano * 100) / Previsto no Ano

b) Execução Financeira Global = (Total Executado * 100) / (Realizado em Anos Anteriores + Total Previsto)

Em ___ de _____ de ____

Em ___ de _____ de ____

RESUMO DO ORÇAMENTO

| |
|--|
| ENTIDADE MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ |
|--|

DOTAÇÕES CORRIGIDAS DO ANO 2014

| RECEITAS | MONTANTE | DESPESAS | MONTANTE |
|--------------------------|---------------|--------------------------|---------------|
| Correntes | 7.506.001,93 | Correntes | 7.396.595,04 |
| De capital | 2.944.015,60 | De capital | 3.053.422,49 |
| Total | 10.450.017,53 | Total | 10.450.017,53 |
| Serviços Municipalizados | | Serviços Municipalizados | |
| Total Geral | 10.450.017,53 | Total Geral | 10.450.017,53 |

| |
|-----------------------------------|
| Em ____ de _____ de ____ _____ |
|-----------------------------------|

| |
|-----------------------------------|
| Em ____ de _____ de ____ _____ |
|-----------------------------------|

| | | |
|----------|------------------------------------|---|
| ENTIDADE | RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS | APROVAÇÕES : |
| M.A.F. | | Executivo ___/___/___ Deliberativo ___/___/___ |

DOTAÇÕES CORRIGIDAS DO ANO 2014

| RECEITAS | MONTANTE | % | DESPESAS | MONTANTE | % |
|---|---------------|-------|---------------------------------|---------------|-------|
| RECEITAS CORRENTES | | | DESPESAS CORRENTES | | |
| 01 IMPOSTOS DIRECTOS | 776.365,52 | 7.4 | 01 DESPESAS COM O PESSOAL | 2.870.922,65 | 27.5 |
| 02 IMPOSTOS INDIRECTOS | 10.468,00 | 0.1 | 02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | 2.483.956,87 | 23.8 |
| 03 CONTRIBUIÇÕES PARA A S.SOCIAL E C.G.A. | | | 03 JUROS E OUTROS ENCARGOS | 1.191.437,39 | 11.4 |
| 04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 448.341,01 | 4.3 | 04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 815.509,13 | 7.8 |
| 05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE | 578.791,00 | 5.5 | 05 SUBSÍDIOS | 2.202,00 | 0.0 |
| 06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 5.154.257,40 | 49.3 | 06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 32.567,00 | 0.3 |
| 07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 401.599,00 | 3.8 | | | |
| 08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 136.180,00 | 1.3 | TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES | 7.396.595,04 | 70.8 |
| TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES | 7.506.001,93 | 71.8 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | 07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL | 1.796.148,77 | 17.2 |
| 09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO | 217.581,00 | 2.1 | 08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 498.594,20 | 4.8 |
| 10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 1.341.196,72 | 12.8 | 09 ACTIVOS FINANCEIROS | 145.575,37 | 1.4 |
| 11 ACTIVOS FINANCEIROS | | | 10 PASSIVOS FINANCEIROS | 613.104,15 | 5.9 |
| 12 PASSIVOS FINANCEIROS | 1.077.820,34 | 10.3 | 11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | | | TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL | 3.053.422,49 | 29.2 |
| TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL | 2.636.598,06 | 25.2 | TOTAL GERAL | 10.450.017,53 | 100.0 |
| OUTRAS RECEITAS | | | | | |
| 15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 2.700,00 | 0.0 | | | |
| 16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | 304.717,54 | 2.9 | | | |
| TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS | 307.417,54 | 2.9 | | | |
| TOTAL GERAL | 10.450.017,53 | 100.0 | | | |

| | | |
|--|----------------------|------------------------------------|
| ENTIDADE MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | ORÇAMENTO DA RECEITA | DOTAÇÕES CORRIGIDAS DO ANO 2014 |
|--|----------------------|------------------------------------|

PÁGINA : 1

| CÓDIGOS | D E S I G N A Ç Ã O | M O N T A N T E |
|--------------------|---|---------------------|
| | R E C E I T A S C O R R E N T E S | 7.506.001,93 |
| 01 | IMPOSTOS DIRECTOS | 776.365,52 |
| 01.02 | OUTROS | 776.365,52 |
| 01.02.02 | IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS | 478.839,90 |
| 01.02.03 | IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO | 114.440,62 |
| 01.02.04 | IMP. M. S/ AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMOVEIS | 104.408,67 |
| 01.02.05 | DERRAMA | 77.562,08 |
| 01.02.07 | IMPOSTOS ABOLIDOS | 1.114,25 |
| 01.02.07.01 | CONTRIBUIÇÃO AUTARQUICA | 114,25 |
| 01.02.07.02 | IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA | 500,00 |
| 01.02.07.03 | IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE VEICULOS | 500,00 |
| 02 | IMPOSTOS INDIRECTOS | 10.468,00 |
| 02.02 | OUTROS | 10.468,00 |
| 02.02.06 | IMPOSTOS IND. ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 10.468,00 |
| 02.02.06.01 | MERCADOS E FEIRAS | 200,00 |
| 02.02.06.02 | LOTEAMENTO E OBRAS | 6.789,00 |
| 02.02.06.03 | OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA | 1.200,00 |
| 02.02.06.05 | PUBLICIDADE | 1,00 |
| 02.02.06.06 | SANEAMENTO | 100,00 |
| 02.02.06.07 | UTILIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL | 500,00 |
| 02.02.06.99 | OUTROS | 1.678,00 |
| 02.02.06.99.99 | OUTROS - OUTROS | 1.678,00 |
| 04 | TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 448.341,01 |
| 04.01 | TAXAS | 423.441,01 |
| 04.01.23 | TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 423.441,01 |
| 04.01.23.01 | MERCADOS E FEIRAS | 21.345,00 |
| 04.01.23.02 | LOTEAMENTO OBRAS | 11.456,00 |
| 04.01.23.03 | OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA | 1.345,00 |
| 04.01.23.05 | CAÇA, USO E PORTE DE ARMA | 1.133,00 |
| 04.01.23.06 | SANEAMENTO | 500,00 |
| 04.01.23.99 | OUTROS | 387.662,01 |
| 04.01.23.99.01 | OUTROS - TDFTH | 1.450,00 |
| 04.01.23.99.02 | OUTROS - TAXA ESPECIFICAS DAS AUTARQUIAS | 379.413,01 |
| 04.01.23.99.99 | OUTROS - OUTROS | 6.799,00 |
| 04.02 | MULTAS E OUTRAS PENALIDADES: | 24.900,00 |
| 04.02.01 | JUROS DE MORA | 1.400,00 |
| 04.02.02 | JUROS COMPENSATÓRIOS | 500,00 |
| 04.02.04 | COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES | 1.000,00 |
| 04.02.99 | MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS | 22.000,00 |
| 05 | RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE | 578.791,00 |
| 05.01 | JUROS - SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEI | 400,00 |
| 05.01.01 | PÚBLICAS | 400,00 |
| 05.02 | JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS | 3.500,00 |
| 05.02.01 | BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | 3.500,00 |
| 05.07 | DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADE | 500,00 |
| 05.07.02 | EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS | 500,00 |
| 05.10 | RENDAS | 574.391,00 |
| 05.10.04 | EDIFÍCIOS | 400,00 |
| 05.10.99 | OUTROS | 573.991,00 |
| 05.10.99.01 | OUTROS - EN(ELECTRICIDADE DO NORTE SA) | 322.980,00 |
| 05.10.99.02 | OUTRAS - AGUAS DE TRAS-OS-MONTES E ALTO DOURO | 106.456,00 |
| 05.10.99.03 | OUTRAS-PARQUE EOLICO | 142.787,00 |
| 05.10.99.06 | OUTRAS-CONCESSÃO DE TERRENOS DIVERSOS | 1.768,00 |
| 06 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 5.154.257,40 |
| 06.03 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 5.139.057,40 |
| 06.03.01 | ESTADO | 4.915.210,50 |
| 06.03.01.01 | FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO | 4.493.473,00 |
| 06.03.01.02 | FUNDO SOCIAL MUNICIPAL | 73.720,00 |
| 06.03.01.03 | PARTICIPAÇÃO FIXA NO IRS | 86.218,00 |

| | | |
|--|----------------------|------------------------------------|
| ENTIDADE MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | ORÇAMENTO DA RECEITA | DOTAÇÕES CORRIGIDAS DO ANO 2014 |
|--|----------------------|------------------------------------|

PÁGINA : 2

| CÓDIGOS | D E S I G N A Ç Ã O | M O N T A N T E |
|--------------------|---|---------------------|
| 06.03.01.99 | OUTROS | 261.799,50 |
| 06.03.01.99.01 | OUTROS - FUNDO SOCIAL EUROPEU | 115.501,50 |
| 06.03.01.99.04 | OUTROS - DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCENDIOS - FUNDO FLORESTAL PERMANENTE | 100,00 |
| 06.03.01.99.05 | OUTROS-DIRECÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 45.890,00 |
| 06.03.01.99.07 | OUTROS-MINISTERIO DA EDUCAÇÃO | 85.980,00 |
| 06.03.01.99.08 | OUTROS-MINISTERIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE | 12.828,00 |
| 06.03.01.99.10 | OUTROS - POPH | 1.500,00 |
| 06.03.07 | SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 223.846,90 |
| 06.03.07.01 | INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL | 223.846,90 |
| 06.07 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 100,00 |
| 06.07.01 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 100,00 |
| 06.08 | FAMÍLIAS | 100,00 |
| 06.08.01 | FAMÍLIAS | 100,00 |
| 06.09 | RESTO DO MUNDO | 15.000,00 |
| 06.09.01 | UNIÃO EUROPEIA- INSTITUIÇÕES | 15.000,00 |
| 06.09.01.02 | IFADAP | 15.000,00 |
| 07 | VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 401.599,00 |
| 07.01 | VENDA DE BENS | 238.978,00 |
| 07.01.01 | MATERIAL DE ESCRITÓRIO | 100,00 |
| 07.01.02 | LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA | 100,00 |
| 07.01.03 | PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS | 100,00 |
| 07.01.04 | FARDAMENTOS E ARTIGOS E PESSOAIS | 100,00 |
| 07.01.05 | BENS INUTILIZADOS | 100,00 |
| 07.01.07 | PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS | 100,00 |
| 07.01.08 | MERCADORIAS | 238.178,00 |
| 07.01.08.01 | ÁGUA | 235.678,00 |
| 07.01.08.99 | OUTRAS | 2.500,00 |
| 07.01.09 | MATÉRIAS DE CONSUMO | 100,00 |
| 07.01.11 | PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS | 100,00 |
| 07.02 | SERVIÇOS | 85.578,00 |
| 07.02.01 | ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS | 1.500,00 |
| 07.02.03 | VISTORIAS E ENSAIOS | 100,00 |
| 07.02.08 | SERVIÇOS SOCIAIS,RECREATIVOS,CULTURAIS E DESPORTO | 400,00 |
| 07.02.08.01 | SERVIÇOS SOCIAIS | 100,00 |
| 07.02.08.02 | SERVIÇOS RECREATIVOS | 100,00 |
| 07.02.08.03 | SERVIÇOS CULTURAIS | 100,00 |
| 07.02.08.04 | SERVIÇOS DESPORTIVOS | 100,00 |
| 07.02.09 | SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS | 83.578,00 |
| 07.02.09.01 | SANEAMENTO | 15.000,00 |
| 07.02.09.02 | RESÍDUOS SÓLIDOS | 58.798,00 |
| 07.02.09.03 | TRANSPORTES COLECTIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS | 500,00 |
| 07.02.09.05 | CEMITÉRIOS | 2.500,00 |
| 07.02.09.99 | OUTROS | 6.780,00 |
| 07.03 | RENDAS | 77.043,00 |
| 07.03.01 | HABITAÇÕES | 18.662,00 |
| 07.03.02 | EDIFÍCIOS | 34.352,00 |
| 07.03.99 | OUTRAS | 24.029,00 |
| 08 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 136.180,00 |
| 08.01 | OUTRAS | 136.180,00 |
| 08.01.99 | OUTRAS | 136.180,00 |
| 08.01.99.03 | IVA REEMBOLSADO | 50.000,00 |
| 08.01.99.05 | FUNDO AMBIENTAL DA EDP- correntes | 84.180,00 |
| 08.01.99.99 | DIVERSAS | 2.000,00 |
| | R E C E I T A S D E C A P I T A L | 2.636.598,06 |
| 09 | VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO | 217.581,00 |
| 09.01 | TERRENOS | 79.118,00 |
| 09.01.01 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS | 39.583,00 |
| 09.01.10 | FAMÍLIAS | 39.535,00 |
| 09.02 | HABITAÇÕES | 65.000,00 |

| | | |
|--|----------------------|------------------------------------|
| ENTIDADE MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | ORÇAMENTO DA RECEITA | DOTAÇÕES CORRIGIDAS DO ANO 2014 |
|--|----------------------|------------------------------------|

PÁGINA : 3

| CÓDIGOS | D E S I G N A Ç Ã O | M O N T A N T E |
|---------------------------|---|----------------------|
| 09.02.10 | FAMÍLIAS | 65.000,00 |
| 09.03 | EDIFÍCIOS | 73.433,00 |
| 09.03.01 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA | 100,00 |
| 09.03.02 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 73.333,00 |
| 09.04 | OUTROS BENS DE INVESTIMENTO | 30,00 |
| 09.04.06 | ADMISTRAÇÃO PÚBLICA-ADMNISTRAÇÃO LOCAL-CONTINENTE | 30,00 |
| 09.04.06.01 | EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE | 10,00 |
| 09.04.06.02 | MAQUINARIA E EQUIPAMENTO | 10,00 |
| 09.04.06.03 | OUTROS | 10,00 |
| 10 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 1.341.196,72 |
| 10.03 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 1.114.327,54 |
| 10.03.01 | ESTADO | 723.100,13 |
| 10.03.01.01 | FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO | 499.275,00 |
| 10.03.01.99 | OUTROS | 223.825,13 |
| 10.03.01.99.12 | OUTROS_FUNDO DE EMERGENCIA MUNICIPAL | 223.825,13 |
| 10.03.07 | ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS | 391.227,41 |
| 10.03.07.02 | FEDER | 391.227,41 |
| 10.09 | RESTO DO MUNDO | 226.869,18 |
| 10.09.01 | UNIÃO EUROPEIA- INSTITUIÇÕES | 226.869,18 |
| 10.09.01.99 | OUTROS | 226.869,18 |
| 10.09.01.99.06 | PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL- PRODER | 223.769,18 |
| 10.09.01.99.08 | FUNDO FLORESTAL PERMANENTE | 1.500,00 |
| 10.09.01.99.10 | FUNDO AMBIENTAL DA EDP- capital | 1.600,00 |
| 12 | PASSIVOS FINANCEIROS | 1.077.820,34 |
| 12.05 | EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO | 1,00 |
| 12.05.02 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 1,00 |
| 12.06 | EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS | 1.077.819,34 |
| 12.06.02 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 807.636,36 |
| 12.06.03 | ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMNISTRAÇÃO CENTRAL- ESTADO | 270.182,98 |
| | O U T R A S R E C E I T A S | 307.417,54 |
| 15 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 2.700,00 |
| 15.01 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 2.700,00 |
| 15.01.01 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 2.700,00 |
| 16 | SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | 304.717,54 |
| 16.01 | SALDO ORÇAMENTAL | 304.717,54 |
| 16.01.01 | NA POSSE DO SERVIÇO | 304.717,54 |
| TOTAL DAS RECEITAS | | 10.450.017,53 |

Em ___ de _____ de _____

Em ___ de _____ de _____

| | | |
|--|--|------------------------------------|
| ENTIDADE MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA) | DOTAÇÕES CORRIGIDAS DO ANO 2014 |
|--|--|------------------------------------|

PÁGINA : 1

| C L A S S I F I C A Ç Õ E S | | M O N T A N T E | |
|-----------------------------|--|---------------------|---------------------|
| ORGÂNICA | ECONÓMICA | ORGÂNICA | ECONÓMICA |
| 01 | | 8.673.614,99 | |
| 01.01 | | 11.980,00 | |
| | ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL | | |
| | ASSEMBLEIA MUNICIPAL | | |
| | D E S P E S A S C O R R E N T E S | | 11.980,00 |
| | DESPEAS COM O PESSOAL | | 11.880,00 |
| | ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS | | 11.880,00 |
| | 01.02.04 AJUDAS DE CUSTO | | 100,00 |
| | 01.02.13 OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS | | 11.780,00 |
| | 01.02.13.02 OUTROS | | 11.780,00 |
| | 02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | | 100,00 |
| | 02.01 AQUISIÇÃO DE BENS | | 100,00 |
| | 02.01.21 OUTROS BENS | | 100,00 |
| 01.02 | | 8.661.634,99 | |
| | CÂMARA MUNICIPAL | | |
| | D E S P E S A S C O R R E N T E S | | 6.221.316,65 |
| | DESPEAS COM O PESSOAL | | 2.859.042,65 |
| | 01.01 REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES | | 2.173.894,00 |
| | 01.01.01 TIT.DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃO AUT. | | 107.306,27 |
| | 01.01.03 PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DA FUNÇÃO PÚBLICA | | 1.055.546,21 |
| | 01.01.03.01 PESSOAL EM FUNÇÕES | | 1.055.546,21 |
| | 01.01.04 PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO | | 172.689,92 |
| | 01.01.04.01 PESSOAL EM FUNÇÕES | | 172.689,92 |
| | 01.01.06 PESSOAL CONTRATADO A TERMO | | 294.010,66 |
| | 01.01.06.01 PESSOAL EM FUNÇÕES | | 294.009,66 |
| | 01.01.06.04 RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO | | 1,00 |
| | 01.01.08 PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO | | 10,00 |
| | 01.01.09 PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO | | 62.168,43 |
| | 01.01.10 GRATIFICAÇÕES | | 13.493,08 |
| | 01.01.11 REPRESENTAÇÃO | | 31.622,94 |
| | 01.01.13 SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO | | 125.180,36 |
| | 01.01.14 SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL | | 311.856,13 |
| | 01.01.15 REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE/PATERNIDADE | | 10,00 |
| | 01.02 ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS | | 55.363,82 |
| | 01.02.02 HORAS EXTRAORDINÁRIAS | | 24.750,00 |
| | 01.02.03 ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO | | 10,00 |
| | 01.02.04 AJUDAS DE CUSTO | | 21.340,00 |
| | 01.02.05 ABONO PARA FALHAS | | 4.586,92 |
| | 01.02.06 FORMAÇÃO | | 780,00 |
| | 01.02.11 SUBSÍDIO DE TURNO | | 3.896,90 |
| | 01.03 SEGURANÇA SOCIAL | | 629.784,83 |
| | 01.03.01 ENCARGOS COM A SAÚDE | | 89.535,90 |
| | 01.03.02 OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE | | 10,00 |
| | 01.03.03 SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS | | 26.118,84 |
| | 01.03.05 CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL | | 486.572,63 |
| | 01.03.05.02 SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP) | | 486.572,63 |
| | 01.03.05.02.01 CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES | | 320.667,24 |
| | 01.03.05.02.02 SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL | | 165.905,39 |
| | 01.03.08 OUTRAS PENSÕES | | 4.887,88 |
| | 01.03.09 SEGUROS | | 22.659,58 |
| | 01.03.09.01 SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS | | 22.659,58 |
| | 02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | | 2.483.852,87 |
| | 02.01 AQUISIÇÃO DE BENS | | 723.943,87 |
| | 02.01.01 MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS | | 67.053,86 |
| | 02.01.02 COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES | | 128.960,00 |
| | 02.01.02.01 GASOLINA | | 18.250,00 |
| | 02.01.02.02 GASÓLEO | | 106.960,00 |
| | 02.01.02.99 OUTROS | | 3.750,00 |
| | 02.01.04 LIMPEZA E HIGIENE | | 6.659,00 |

| C L A S S I F I C A Ç Õ E S | | | M O N T A N T E | |
|-----------------------------|-----------------|---|-----------------|---------------------|
| CÓDIGOS | | D E S I G N A Ç ã O | ORGÂNICA | ECONÓMICA |
| ORGÂNICA | ECONÓMICA | | | |
| | 02.01.05 | ALIMENTAÇÃO-REFEIÇÕES CONFECCIONADAS | | 67.514,54 |
| | 02.01.06 | ALIMENTAÇÃO-GÊNEROS PARA CONFECCIONAR | | 6.050,00 |
| | 02.01.07 | VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS | | 2.930,00 |
| | 02.01.08 | MATERIAL DE ESCRITÓRIO | | 4.600,00 |
| | 02.01.10 | PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS | | 50,00 |
| | 02.01.11 | MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO | | 20,00 |
| | 02.01.12 | MATERIAL DE TRANSPORTE-PEÇAS | | 18.265,00 |
| | 02.01.14 | OUTRO MATERIAL-PEÇAS | | 50,00 |
| | 02.01.15 | PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS | | 7.790,00 |
| | 02.01.16 | MERCADORIAS PARA VENDA | | 337.700,00 |
| | 02.01.16.01 | ÁGUA | | 337.700,00 |
| | 02.01.17 | FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS | | 9.250,00 |
| | 02.01.18 | LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA | | 320,00 |
| | 02.01.20 | MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO | | 7.460,00 |
| | 02.01.21 | OUTROS BENS | | 59.271,47 |
| | 02.02 | AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS | | 1.759.909,00 |
| | 02.02.01 | ENCARGOS DE INSTALAÇÕES | | 221.640,00 |
| | 02.02.03 | CONSERVAÇÃO DE BENS | | 66.590,00 |
| | 02.02.09 | COMUNICAÇÕES | | 39.871,00 |
| | 02.02.10 | TRANSPORTES | | 170.675,00 |
| | 02.02.11 | REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS | | 6.860,00 |
| | 02.02.12 | SEGUROS | | 19.100,00 |
| | 02.02.13 | DESLOCAÇÕES E ESTADAS | | 11.300,00 |
| | 02.02.14 | ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA | | 50,00 |
| | 02.02.15 | FORMAÇÃO | | 2.570,00 |
| | 02.02.16 | SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES | | 4.080,00 |
| | 02.02.17 | PUBLICIDADE | | 18.820,00 |
| | 02.02.18 | VIGILÂNCIA E SEGURANÇA | | 500,00 |
| | 02.02.19 | ASSISTÊNCIA TÉCNICA | | 53.650,00 |
| | 02.02.20 | OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS | | 721.006,00 |
| | 02.02.24 | ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS | | 21.875,00 |
| | 02.02.25 | OUTROS SERVIÇOS | | 401.322,00 |
| | 03 | JUROS E OUTROS ENCARGOS | | 28.143,00 |
| | 03.01 | JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA | | 1,00 |
| | 03.01.02 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PÚB | | 1,00 |
| | 03.02 | OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA | | 1,00 |
| | 03.02.01 | DESPESAS DIVERSAS | | 1,00 |
| | 03.04 | JUROS TRIBUTÁRIOS | | 1,00 |
| | 03.04.01 | INDEMNIZATÓRIOS | | 1,00 |
| | 03.05 | OUTROS JUROS | | 13.300,00 |
| | 03.05.02 | OUTROS | | 13.300,00 |
| | 03.06 | OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS | | 14.840,00 |
| | 03.06.01 | OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS | | 14.840,00 |
| | 04 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | 815.509,13 |
| | 04.01 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS PÚBLICAS | | 110.462,13 |
| | 04.01.01 | EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS | | 100.000,00 |
| | 04.01.01.01 | EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS | | 100.000,00 |
| | 04.01.02 | PRIVADAS | | 10.462,13 |
| | 04.05 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | | 296.408,00 |
| | 04.05.01 | CONTINENTE | | 296.408,00 |
| | 04.05.01.02 | FREGUESIAS | | 20.522,00 |
| | 04.05.01.04 | ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS | | 275.886,00 |
| | 04.07 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | | 213.139,00 |
| | 04.07.01 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | | 213.139,00 |
| | 04.08 | FAMÍLIAS | | 195.500,00 |
| | 04.08.02 | OUTRAS | | 195.500,00 |
| | 05 | SUBSÍDIOS | | 2.202,00 |
| | 05.01 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS PÚBLICAS | | 1,00 |
| | 05.01.01 | EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS | | 1,00 |
| | 05.01.01.01 | EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS | | 1,00 |
| | 05.07 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | | 1,00 |
| | 05.07.01 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | | 1,00 |
| | 05.08 | FAMÍLIAS | | 2.200,00 |

| C L A S S I F I C A Ç Õ E S | | | M O N T A N T E | |
|-----------------------------|-----------------|--|-----------------|---------------------|
| CÓDIGOS | | D E S I G N A Ç ã O | ORGÂNICA | ECONÓMICA |
| ORGÂNICA | ECONÓMICA | | | |
| | 05.08.03 | OUTRAS | | 2.200,00 |
| | 06 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | 32.567,00 |
| | 06.02 | DIVERSAS | | 32.567,00 |
| | 06.02.03 | OUTRAS | | 32.567,00 |
| | 06.02.03.01 | RESTITUIÇÕES | | 1.351,00 |
| | 06.02.03.02 | IVA PAGO | | 1,00 |
| | 06.02.03.05 | DIVERSAS - OUTRAS | | 31.215,00 |
| | | D E S P E S A S D E C A P I T A L | | 2.440.318,34 |
| | 07 | AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL | | 1.796.148,77 |
| | 07.01 | INVESTIMENTOS | | 1.796.148,77 |
| | 07.01.01 | TERRENOS | | 50,00 |
| | 07.01.03 | EDIFÍCIOS | | 429.333,21 |
| | 07.01.03.01 | INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS | | 971,36 |
| | 07.01.03.02 | INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS | | 357.783,85 |
| | 07.01.03.03 | MERCADOS E INSTALAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA | | 292,00 |
| | 07.01.03.05 | ESCOLAS | | 3.950,00 |
| | 07.01.03.06 | LARES DE TERCEIRA IDADE | | 50,00 |
| | 07.01.03.07 | OUTROS | | 66.286,00 |
| | 07.01.04 | CONSTRUÇÕES DIVERSAS | | 1.231.020,72 |
| | 07.01.04.01 | VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES | | 188.340,00 |
| | 07.01.04.02 | SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS | | 22.150,00 |
| | 07.01.04.04 | ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | 54.658,40 |
| | 07.01.04.05 | PARQUES E JARDINS | | 30,00 |
| | 07.01.04.07 | CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA | | 73.235,20 |
| | 07.01.04.08 | VIAÇÃO RURAL | | 17.300,00 |
| | 07.01.04.09 | SINALIZAÇÃO E TRANSITO | | 21.840,00 |
| | 07.01.04.11 | INFRAESTRUTURAS PARA TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS | | 100,00 |
| | 07.01.04.12 | CEMITÉRIOS | | 50,00 |
| | 07.01.04.13 | OUTROS | | 853.317,12 |
| | 07.01.06 | MATERIAL DE TRANSPORTES | | 63.638,34 |
| | 07.01.06.01 | AQUISIÇÃO | | 25.700,00 |
| | 07.01.06.02 | REPARAÇÃO | | 37.938,34 |
| | 07.01.07 | EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA | | 6.040,00 |
| | 07.01.08 | SOFTWARE INFORMÁTICO | | 50,00 |
| | 07.01.09 | EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO | | 8.978,00 |
| | 07.01.10 | EQUIPAMENTO BÁSICO | | 41.010,00 |
| | 07.01.10.02 | OUTROS | | 41.010,00 |
| | 07.01.11 | FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS | | 5.100,00 |
| | 07.01.13 | INVESTIMENTOS INCORPÓREOS | | 4.018,50 |
| | 07.01.15 | OUTROS INVESTIMENTOS | | 6.910,00 |
| | 08 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | | 498.594,20 |
| | 08.01 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS | | 79.043,00 |
| | 08.01.01 | PÚBLICAS | | 79.000,00 |
| | 08.01.01.01 | EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS | | 79.000,00 |
| | 08.01.02 | PRIVADAS | | 43,00 |
| | 08.05 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | | 219.351,20 |
| | 08.05.01 | CONTINENTE | | 219.351,20 |
| | 08.05.01.02 | FREGUESIAS | | 130.040,00 |
| | 08.05.01.04 | ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS | | 89.311,20 |
| | 08.07 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | | 144.480,00 |
| | 08.07.01 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | | 144.480,00 |
| | 08.08 | FAMÍLIAS | | 55.720,00 |
| | 08.08.02 | OUTRAS | | 55.720,00 |
| | 09 | ACTIVOS FINANCEIROS | | 145.575,37 |
| | 09.07 | ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES | | 145.575,37 |
| | 09.07.01 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PRI | | 145.575,37 |
| TOTAL GERAL DAS DESPESAS | | | | 8.673.614,99 |

Em ___ de _____ de _____

Em ___ de _____ de _____

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

ENTIDADE

M.A.F.

-

MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ANO 2014

PAG. 1

| CLASSIFICAÇÃO | | DOTAÇÕES CORRIGIDAS (3) | COMPROMISSOS ASSUMIDOS | | | DESPESA PAGA (7) | DIFERENÇAS | | | GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11) a) |
|---------------|---|-------------------------------|------------------------|------------------------------|----------------------|---------------------|---|------------------------|---|--|
| CÓDIGO (1) | DESCRIÇÃO (2) | | EXERCÍCIO (4) | EXERCÍCIOS FUTUROS (5) | TOTAL (6) | | DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4) | SALDO (9 = 3 - 7) | COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7) | |
| 01 | ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL | 10.450.017,53 | 10.197.938,23 | 526.863,78 | 10.724.802,01 | 9.019.674,06 | 252.079,30 | 1.430.343,47 | 1.178.264,17 | 86,31 |
| 0101 | ASSEMBLEIA MUNICIPAL | 11.980,00 | 5.915,52 | | 5.915,52 | 5.915,52 | 6.064,48 | 6.064,48 | | 49,38 |
| 01 | DESPESAS COM O PESSOAL | 11.880,00 | 5.915,52 | | 5.915,52 | 5.915,52 | 5.964,48 | 5.964,48 | | 49,79 |
| 0102 | ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS | 11.880,00 | 5.915,52 | | 5.915,52 | 5.915,52 | 5.964,48 | 5.964,48 | | 49,79 |
| 010204 | AJUDAS DE CUSTO | 100,00 | | | | | 100,00 | 100,00 | | |
| 010213 | OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS | 11.780,00 | 5.915,52 | | 5.915,52 | 5.915,52 | 5.864,48 | 5.864,48 | | 50,22 |
| 01021302 | OUTROS | 11.780,00 | 5.915,52 | | 5.915,52 | 5.915,52 | 5.864,48 | 5.864,48 | | 50,22 |
| 02 | AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | 100,00 | | | | | 100,00 | 100,00 | | |
| 0201 | AQUISIÇÃO DE BENS | 100,00 | | | | | 100,00 | 100,00 | | |
| 020121 | OUTROS BENS | 100,00 | | | | | 100,00 | 100,00 | | |
| 0102 | CÂMARA MUNICIPAL | 8.661.634,99 | 8.428.924,66 | 526.863,78 | 8.955.788,44 | 7.250.660,49 | 232.710,33 | 1.410.974,50 | 1.178.264,17 | 83,71 |
| 01 | DESPESAS COM O PESSOAL | 2.859.042,65 | 2.855.424,22 | | 2.855.424,22 | 2.849.213,78 | 3.618,43 | 9.828,87 | 6.210,44 | 99,66 |
| 0101 | REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES | 2.173.894,00 | 2.171.086,79 | | 2.171.086,79 | 2.170.879,19 | 2.807,21 | 3.014,81 | 207,60 | 99,66 |
| 010101 | TIT.DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃO AUT. | 107.306,27 | 107.298,48 | | 107.298,48 | 107.298,48 | 7,79 | 7,79 | | 99,99 |
| 010103 | PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DA FUNÇÃO PÚBLICA | 1.055.546,21 | 1.055.540,86 | | 1.055.540,86 | 1.055.540,86 | 5,35 | 5,35 | | 100,00 |
| 01010301 | PESSOAL EM FUNÇÕES | 1.055.546,21 | 1.055.540,86 | | 1.055.540,86 | 1.055.540,86 | 5,35 | 5,35 | | 100,00 |
| 010104 | PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO | 172.689,92 | 172.678,51 | | 172.678,51 | 172.678,51 | 11,41 | 11,41 | | 99,99 |
| 01010401 | PESSOAL EM FUNÇÕES | 172.689,92 | 172.678,51 | | 172.678,51 | 172.678,51 | 11,41 | 11,41 | | 99,99 |
| 01010404 | RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO | | | | | | | | | |
| 010106 | PESSOAL CONTRATADO A TERMO | 294.010,66 | 294.009,42 | | 294.009,42 | 294.009,42 | 1,24 | 1,24 | | 100,00 |
| 01010601 | PESSOAL EM FUNÇÕES | 294.009,66 | 294.009,42 | | 294.009,42 | 294.009,42 | 0,24 | 0,24 | | 100,00 |
| 01010604 | RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO | 1,00 | | | | | 1,00 | 1,00 | | |
| 010108 | PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO | 10,00 | 1,85 | | 1,85 | 1,85 | 8,15 | 8,15 | | 18,50 |
| 010109 | PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO | 62.168,43 | 62.168,10 | | 62.168,10 | 62.168,10 | 0,33 | 0,33 | | 100,00 |
| 010110 | GRATIFICAÇÕES | 13.493,08 | 10.894,23 | | 10.894,23 | 10.686,63 | 2.598,85 | 2.806,45 | 207,60 | 79,20 |
| 010111 | REPRESENTAÇÃO | 31.622,94 | 31.598,90 | | 31.598,90 | 31.598,90 | 24,04 | 24,04 | | 99,92 |
| 010113 | SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO | 125.180,36 | 125.085,38 | | 125.085,38 | 125.085,38 | 94,98 | 94,98 | | 99,92 |
| 010114 | SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL | 311.856,13 | 311.811,06 | | 311.811,06 | 311.811,06 | 45,07 | 45,07 | | 99,99 |
| 010115 | REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE/PATERNIDADE | 10,00 | | | | | 10,00 | 10,00 | | |
| 0102 | ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS | 55.363,82 | 55.279,27 | | 55.279,27 | 55.279,27 | 84,55 | 84,55 | | 99,85 |
| 010202 | HORAS EXTRAORDINÁRIAS | 24.750,00 | 24.744,53 | | 24.744,53 | 24.744,53 | 5,47 | 5,47 | | 99,98 |
| 010203 | ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO | 10,00 | | | | | 10,00 | 10,00 | | |
| 010204 | AJUDAS DE CUSTO | 21.340,00 | 21.339,31 | | 21.339,31 | 21.339,31 | 0,69 | 0,69 | | 100,00 |
| 010205 | ABONO PARA FALHAS | 4.586,92 | 4.585,35 | | 4.585,35 | 4.585,35 | 1,57 | 1,57 | | 99,97 |
| 010206 | FORMAÇÃO | 780,00 | 780,00 | | 780,00 | 780,00 | | | | 100,00 |
| 010211 | SUBSÍDIO DE TURNO | 3.896,90 | 3.830,08 | | 3.830,08 | 3.830,08 | 66,82 | 66,82 | | 98,29 |
| 0103 | SEGURANÇA SOCIAL | 629.784,83 | 629.058,16 | | 629.058,16 | 623.055,32 | 726,67 | 6.729,51 | 6.002,84 | 98,93 |
| 010301 | ENCARGOS COM A SAÚDE | 89.535,90 | 89.026,89 | | 89.026,89 | 84.674,89 | 509,01 | 4.861,01 | 4.352,00 | 94,57 |
| 010302 | OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE | 10,00 | | | | | 10,00 | 10,00 | | |
| 010303 | SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS | 26.118,84 | 26.117,37 | | 26.117,37 | 26.117,37 | 1,47 | 1,47 | | 99,99 |
| 010305 | CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL | 486.572,63 | 486.468,63 | | 486.468,63 | 486.468,63 | 104,00 | 104,00 | | 99,98 |
| 01030502 | SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP) | 486.572,63 | 486.468,63 | | 486.468,63 | 486.468,63 | 104,00 | 104,00 | | 99,98 |
| 0103050201 | CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES | 320.667,24 | 320.611,19 | | 320.611,19 | 320.611,19 | 56,05 | 56,05 | | 99,98 |
| 0103050202 | SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL | 165.905,39 | 165.857,44 | | 165.857,44 | 165.857,44 | 47,95 | 47,95 | | 99,97 |
| 010308 | OUTRAS PENSÕES | 4.887,88 | 4.859,71 | | 4.859,71 | 4.859,71 | 28,17 | 28,17 | | 99,42 |
| 010309 | SEGUROS | 22.659,58 | 22.585,56 | | 22.585,56 | 20.934,72 | 74,02 | 1.724,86 | 1.650,84 | 92,39 |
| 01030901 | SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS | 22.659,58 | 22.585,56 | | 22.585,56 | 20.934,72 | 74,02 | 1.724,86 | 1.650,84 | 92,39 |
| 02 | AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | 2.483.852,87 | 2.429.179,57 | 41.351,40 | 2.470.530,97 | 1.874.043,04 | 54.673,30 | 609.809,83 | 555.136,53 | 75,45 |
| 0201 | AQUISIÇÃO DE BENS | 723.943,87 | 697.979,96 | 10.028,40 | 708.008,36 | 460.050,60 | 25.963,91 | 263.893,27 | 237.929,36 | 63,55 |
| 020101 | MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS | 67.053,86 | 64.423,43 | | 64.423,43 | 10.068,88 | 2.630,43 | 56.984,98 | 54.354,55 | 15,02 |

a) (11 = 7 / 3 * 100)

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

ENTIDADE

M.A.F.

MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ANO 2014

PAG. 2

| CLASSIFICAÇÃO | | DOTAÇÕES CORRIGIDAS | COMPROMISSOS ASSUMIDOS | | | DESPESA PAGA | DIFERENÇAS | | | GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11) a) |
|---------------|---|------------------------|------------------------|------------------------------|---------------------|---------------------|---|------------------------|---|--|
| CÓDIGO (1) | DESCRIÇÃO (2) | | EXERCÍCIO (4) | EXERCÍCIOS FUTUROS (5) | TOTAL (6) | | DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4) | SALDO (9 = 3 - 7) | COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7) | |
| 020102 | COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES | 128.960,00 | 121.825,15 | | 121.825,15 | 91.273,69 | 7.134,85 | 37.686,31 | 30.551,46 | 70.78 |
| 02010201 | GASOLINA | 18.250,00 | 18.244,37 | | 18.244,37 | 9.889,41 | 5,63 | 8.360,59 | 8.354,96 | 54.19 |
| 02010202 | GASÓLEO | 106.960,00 | 99.848,54 | | 99.848,54 | 77.737,54 | 7.111,46 | 29.222,46 | 22.111,00 | 72.68 |
| 02010299 | OUTROS | 3.750,00 | 3.732,24 | | 3.732,24 | 3.646,74 | 17,76 | 103,26 | 85,50 | 97.25 |
| 020104 | LIMPEZA E HIGIENE | 6.659,00 | 6.658,53 | | 6.658,53 | 3.289,23 | 0,47 | 3.369,77 | 3.369,30 | 49.40 |
| 020105 | ALIMENTAÇÃO-REFEIÇÕES CONFECCIONADAS | 67.514,54 | 65.961,76 | | 65.961,76 | 42.671,52 | 1.552,78 | 24.843,02 | 23.290,24 | 63.20 |
| 020106 | ALIMENTAÇÃO-GÊNEROS PARA CONFECCIONAR | 6.050,00 | 5.474,85 | 10.028,40 | 15.503,25 | 2.926,63 | 575,15 | 3.123,37 | 2.548,22 | 48.37 |
| 020107 | VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS | 2.930,00 | 2.770,29 | | 2.770,29 | 2.058,52 | 159,71 | 871,48 | 711,77 | 70.26 |
| 020108 | MATERIAL DE ESCRITÓRIO | 4.600,00 | 4.502,18 | | 4.502,18 | 3.373,86 | 97,82 | 1.226,14 | 1.128,32 | 73.34 |
| 020110 | PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS | 50,00 | 47,29 | | 47,29 | 2,71 | 2,71 | | | 94.58 |
| 020111 | MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO | 20,00 | 19,60 | | 19,60 | 19,60 | 0,40 | 0,40 | | 98.00 |
| 020112 | MATERIAL DE TRANSPORTE-PEÇAS | 18.265,00 | 18.220,12 | | 18.220,12 | 14.683,95 | 44,88 | 3.581,05 | 3.536,17 | 80.39 |
| 020114 | OUTRO MATERIAL-PEÇAS | 50,00 | | | 50,00 | | 50,00 | | | |
| 020115 | PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS | 7.790,00 | 7.491,36 | | 7.491,36 | 7.413,62 | 298,64 | 376,38 | 77,74 | 95.17 |
| 020116 | MERCADORIAS PARA VENDA | 337.700,00 | 336.187,47 | | 336.187,47 | 253.286,38 | 1.512,53 | 84.413,62 | 82.901,09 | 75.00 |
| 02011601 | ÁGUA | 337.700,00 | 336.187,47 | | 336.187,47 | 253.286,38 | 1.512,53 | 84.413,62 | 82.901,09 | 75.00 |
| 020117 | FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS | 9.250,00 | 7.636,40 | | 7.636,40 | 5.799,30 | 1.613,60 | 3.450,70 | 1.837,10 | 62.70 |
| 020118 | LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA | 320,00 | 268,11 | | 268,11 | 268,11 | 51,89 | 51,89 | | 83.78 |
| 020120 | MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO | 7.460,00 | 5.702,18 | | 5.702,18 | 2.741,34 | 1.757,82 | 4.718,66 | 2.960,84 | 36.75 |
| 020121 | OUTROS BENS | 59.271,47 | 50.791,24 | | 50.791,24 | 20.128,68 | 8.480,23 | 39.142,79 | 30.662,56 | 33.96 |
| 0202 | AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS | 1.759.909,00 | 1.731.199,61 | 31.323,00 | 1.762.522,61 | 1.413.992,44 | 28.709,39 | 345.916,56 | 317.207,17 | 80.34 |
| 020201 | ENCARGOS DE INSTALAÇÕES | 221.640,00 | 221.638,28 | | 221.638,28 | 210.075,72 | 1,72 | 11.564,28 | 11.562,56 | 94.78 |
| 020203 | CONSERVAÇÃO DE BENS | 66.590,00 | 65.844,07 | | 65.844,07 | 45.381,77 | 745,93 | 21.208,23 | 20.462,30 | 68.15 |
| 020209 | COMUNICAÇÕES | 39.871,00 | 39.870,80 | | 39.870,80 | 36.056,56 | 0,20 | 3.814,44 | 3.814,24 | 90.43 |
| 020210 | TRANSPORTES | 170.675,00 | 170.125,84 | 450,00 | 170.575,84 | 109.664,30 | 549,16 | 61.010,70 | 60.461,54 | 64.25 |
| 020211 | REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS | 6.860,00 | 6.772,73 | | 6.772,73 | 6.373,27 | 87,27 | 486,73 | 399,46 | 92.90 |
| 020212 | SEGUROS | 19.100,00 | 17.972,47 | | 17.972,47 | 14.100,32 | 1.127,53 | 4.999,68 | 3.872,15 | 73.82 |
| 020213 | DESLOCAÇÕES E ESTADAS | 11.300,00 | 10.533,43 | | 10.533,43 | 10.533,43 | 766,57 | 766,57 | | 93.22 |
| 020214 | ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA | 50,00 | | | 50,00 | | 50,00 | | | |
| 020215 | FORMAÇÃO | 2.570,00 | 2.565,50 | | 2.565,50 | 2.325,50 | 4,50 | 244,50 | 240,00 | 90.49 |
| 020216 | SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES | 4.080,00 | 3.883,20 | | 3.883,20 | 3.883,20 | 196,80 | 196,80 | | 95.18 |
| 020217 | PUBLICIDADE | 18.820,00 | 17.956,60 | | 17.956,60 | 16.247,98 | 863,40 | 2.572,02 | 1.708,62 | 86.33 |
| 020218 | VIGILÂNCIA E SEGURANÇA | 500,00 | 472,32 | | 472,32 | 472,32 | 27,68 | 27,68 | | 94.46 |
| 020219 | ASSISTÊNCIA TÉCNICA | 53.650,00 | 52.347,60 | | 52.347,60 | 48.786,43 | 1.302,40 | 4.863,57 | 3.561,17 | 90.93 |
| 020220 | OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS | 721.006,00 | 702.870,33 | 30.873,00 | 733.743,33 | 560.276,30 | 18.135,67 | 160.729,79 | 142.594,03 | 77.71 |
| 020224 | ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS | 21.875,00 | 21.873,37 | | 21.873,37 | 21.465,41 | 1,63 | 409,59 | 407,96 | 98.13 |
| 020225 | OUTROS SERVIÇOS | 401.322,00 | 396.473,07 | | 396.473,07 | 328.349,93 | 4.848,93 | 72.972,07 | 68.123,14 | 81.82 |
| 03 | JUROS E OUTROS ENCARGOS | 28.143,00 | 28.093,50 | | 28.093,50 | 26.852,32 | 49,50 | 1.290,68 | 1.241,18 | 95.41 |
| 0301 | JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA | 1,00 | | | | | 1,00 | 1,00 | | |
| 030102 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PÚBLICAS | 1,00 | | | | | 1,00 | 1,00 | | |
| 0302 | OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA | 1,00 | | | | | 1,00 | 1,00 | | |
| 030201 | DESPESAS DIVERSAS | 1,00 | | | | | 1,00 | 1,00 | | |
| 0304 | JUROS TRIBUTÁRIOS | 1,00 | | | | | 1,00 | 1,00 | | |
| 030401 | INDEMNIZATÓRIOS | 1,00 | | | | | 1,00 | 1,00 | | |
| 0305 | OUTROS JUROS | 13.300,00 | 13.287,77 | | 13.287,77 | 12.046,59 | 12,23 | 1.253,41 | 1.241,18 | 90.58 |
| 030502 | OUTROS | 13.300,00 | 13.287,77 | | 13.287,77 | 12.046,59 | 12,23 | 1.253,41 | 1.241,18 | 90.58 |
| 0306 | OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS | 14.840,00 | 14.805,73 | | 14.805,73 | 14.805,73 | 34,27 | 34,27 | | 99.77 |
| 030601 | OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS | 14.840,00 | 14.805,73 | | 14.805,73 | 14.805,73 | 34,27 | 34,27 | | 99.77 |
| 04 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 815.509,13 | 811.488,69 | 44.000,00 | 855.488,69 | 713.155,42 | 4.020,44 | 102.353,71 | 98.333,27 | 87.45 |
| 0401 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS | 110.462,13 | 110.462,13 | | 110.462,13 | 105.986,24 | | 4.475,89 | 4.475,89 | 95.95 |
| 040101 | PÚBLICAS | 100.000,00 | 100.000,00 | | 100.000,00 | 100.000,00 | | | | 100.00 |
| 04010101 | EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS | 100.000,00 | 100.000,00 | | 100.000,00 | 100.000,00 | | | | 100.00 |
| 040102 | PRIVADAS | 10.462,13 | 10.462,13 | | 10.462,13 | 5.986,24 | | 4.475,89 | 4.475,89 | 57.22 |
| 0405 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 296.408,00 | 295.680,84 | | 295.680,84 | 215.053,28 | 727,16 | 81.354,72 | 80.627,56 | 72.55 |
| 040501 | CONTINENTE | 296.408,00 | 295.680,84 | | 295.680,84 | 215.053,28 | 727,16 | 81.354,72 | 80.627,56 | 72.55 |
| 04050102 | FREGUESIAS | 20.522,00 | 19.995,80 | | 19.995,80 | 19.969,24 | 526,20 | 552,76 | 26,56 | 97.31 |
| 04050104 | ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS | 275.886,00 | 275.685,04 | | 275.685,04 | 195.084,04 | 200,96 | 80.801,96 | 80.601,00 | 70.71 |

a) (11 = 7 / 3 * 100)

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

ENTIDADE

M.A.F.

MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ANO 2014

PAG. 3

| CLASSIFICAÇÃO | | DOTAÇÕES CORRIGIDAS | COMPROMISSOS ASSUMIDOS | | | DESPESA PAGA | DIFERENÇAS | | | GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11) a) |
|---------------|---|------------------------|------------------------|------------------------------|---------------------|---------------------|---|------------------------|---|--|
| CÓDIGO (1) | DESCRIÇÃO (2) | | EXERCÍCIO (4) | EXERCÍCIOS FUTUROS (5) | TOTAL (6) | | DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4) | SALDO (9 = 3 - 7) | COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7) | |
| 0407 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 213.139,00 | 210.201,16 | 44.000,00 | 254.201,16 | 196.971,34 | 2.937,84 | 16.167,66 | 13.229,82 | 92.41 |
| 040701 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 213.139,00 | 210.201,16 | 44.000,00 | 254.201,16 | 196.971,34 | 2.937,84 | 16.167,66 | 13.229,82 | 92.41 |
| 0408 | FAMÍLIAS | 195.500,00 | 195.144,56 | | 195.144,56 | 195.144,56 | 355,44 | 355,44 | | 99.82 |
| 040802 | OUTRAS | 195.500,00 | 195.144,56 | | 195.144,56 | 195.144,56 | 355,44 | 355,44 | | 99.82 |
| 05 | SUBSÍDIOS | 2.202,00 | 2.200,00 | | 2.200,00 | 2.200,00 | 2,00 | 2,00 | | 99.91 |
| 0501 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS | 1,00 | | | | | 1,00 | 1,00 | | |
| 050101 | PÚBLICAS | 1,00 | | | | | 1,00 | 1,00 | | |
| 05010101 | EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS | 1,00 | | | | | 1,00 | 1,00 | | |
| 0507 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 1,00 | | | | | 1,00 | 1,00 | | |
| 050701 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 1,00 | | | | | 1,00 | 1,00 | | |
| 0508 | FAMÍLIAS | 2.200,00 | 2.200,00 | | 2.200,00 | 2.200,00 | | | | 100.00 |
| 050803 | OUTRAS | 2.200,00 | 2.200,00 | | 2.200,00 | 2.200,00 | | | | 100.00 |
| 06 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 32.567,00 | 32.565,62 | | 32.565,62 | 32.233,67 | 1,38 | 333,33 | 331,95 | 98.98 |
| 0602 | DIVERSAS | 32.567,00 | 32.565,62 | | 32.565,62 | 32.233,67 | 1,38 | 333,33 | 331,95 | 98.98 |
| 060203 | OUTRAS | 32.567,00 | 32.565,62 | | 32.565,62 | 32.233,67 | 1,38 | 333,33 | 331,95 | 98.98 |
| 06020301 | RESTITUIÇÕES | 1.351,00 | 1.350,67 | | 1.350,67 | 1.350,67 | 0,33 | 0,33 | | 99.98 |
| 06020302 | IVA PAGO | 1,00 | | | | | 1,00 | 1,00 | | |
| 06020304 | SERVIÇOS BANCÁRIOS | | | | | | | | | |
| 06020305 | DIVERSAS - OUTRAS | 31.215,00 | 31.214,95 | | 31.214,95 | 30.883,00 | 0,05 | 332,00 | 331,95 | 98.94 |
| 07 | AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL | 1.796.148,77 | 1.724.836,49 | 441.512,38 | 2.166.348,87 | 1.259.839,17 | 71.312,28 | 536.309,60 | 464.997,32 | 70.14 |
| 0701 | INVESTIMENTOS | 1.796.148,77 | 1.724.836,49 | 441.512,38 | 2.166.348,87 | 1.259.839,17 | 71.312,28 | 536.309,60 | 464.997,32 | 70.14 |
| 070101 | TERRENOS | 50,00 | | | | | 50,00 | 50,00 | | |
| 070103 | EDIFÍCIOS | 429.333,21 | 423.772,08 | 422.359,46 | 846.131,54 | 304.565,02 | 5.561,13 | 124.768,19 | 119.207,06 | 70.94 |
| 07010301 | INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS | 971,36 | | | | | 971,36 | 971,36 | | |
| 07010302 | INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS | 357.783,85 | 355.845,13 | | 355.845,13 | 294.785,67 | 1.938,72 | 62.998,18 | 61.059,46 | 82.39 |
| 07010303 | MERCADOS E INSTALAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA | 292,00 | 274,36 | | 274,36 | 274,36 | 17,64 | 17,64 | | 93.96 |
| 07010305 | ESCOLAS | 3.950,00 | 2.430,24 | | 2.430,24 | 2.360,64 | 1.519,76 | 1.589,36 | 69,60 | 59.76 |
| 07010306 | LARES DE TERCEIRA IDADE | 50,00 | | | | | 50,00 | 50,00 | | |
| 07010307 | OUTROS | 66.286,00 | 65.222,35 | 422.359,46 | 487.581,81 | 7.144,35 | 1.063,65 | 59.141,65 | 58.078,00 | 10.78 |
| 070104 | CONSTRUÇÕES DIVERSAS | 1.231.020,72 | 1.175.848,83 | 19.152,92 | 1.195.001,75 | 855.089,68 | 55.171,89 | 375.931,04 | 320.759,15 | 69.46 |
| 07010401 | VIADUTOS, ARRUMAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES | 188.340,00 | 182.293,98 | | 182.293,98 | 176.014,52 | 6.046,02 | 12.325,48 | 6.279,46 | 93.46 |
| 07010402 | SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS | 22.150,00 | 21.692,68 | | 21.692,68 | 15.864,94 | 457,32 | 6.285,06 | 5.827,74 | 71.63 |
| 07010404 | ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 54.658,40 | 52.557,70 | | 52.557,70 | 45.733,40 | 2.100,70 | 8.925,00 | 6.824,30 | 83.67 |
| 07010405 | PARQUES E JARDINS | 30,00 | | | | | 30,00 | 30,00 | | |
| 07010407 | CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA | 73.235,20 | 55.390,73 | | 55.390,73 | 41.060,90 | 17.844,47 | 32.174,30 | 14.329,83 | 56.07 |
| 07010408 | VIAÇÃO RURAL | 17.300,00 | 17.284,50 | | 17.284,50 | 17.147,99 | 15,50 | 152,01 | 136,51 | 99.12 |
| 07010409 | SINALIZAÇÃO E TRANSITO | 21.840,00 | 20.955,70 | | 20.955,70 | 20.746,59 | 884,30 | 1.093,41 | 209,11 | 94.99 |
| 07010411 | INFRAESTRUTURAS PARA TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS | 100,00 | | | | | 100,00 | 100,00 | | |
| 07010412 | CEMITÉRIOS | 50,00 | | | | | 50,00 | 50,00 | | |
| 07010413 | OUTROS | 853.317,12 | 825.673,54 | 19.152,92 | 844.826,46 | 538.521,34 | 27.643,58 | 314.795,78 | 287.152,20 | 63.11 |
| 070106 | MATERIAL DE TRANSPORTES | 63.638,34 | 59.582,14 | | 59.582,14 | 36.043,77 | 4.056,20 | 27.594,57 | 23.538,37 | 56.64 |
| 07010601 | AQUISIÇÃO | 25.700,00 | 24.108,00 | | 24.108,00 | 5.658,00 | 1.592,00 | 20.042,00 | 18.450,00 | 22.02 |
| 07010602 | REPARAÇÃO | 37.938,34 | 35.474,14 | | 35.474,14 | 30.385,77 | 2.464,20 | 7.552,57 | 5.088,37 | 80.09 |
| 070107 | EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA | 6.040,00 | 4.883,56 | | 4.883,56 | 4.704,39 | 1.156,44 | 1.335,61 | 179,17 | 77.89 |
| 070108 | SOFTWARE INFORMÁTICO | 50,00 | | | | | 50,00 | 50,00 | | |
| 070109 | EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO | 8.978,00 | 8.027,76 | | 8.027,76 | 8.027,76 | 950,24 | 950,24 | | 89.42 |
| 070110 | EQUIPAMENTO BÁSICO | 41.010,00 | 39.169,91 | | 39.169,91 | 38.778,85 | 1.840,09 | 2.231,15 | 391,06 | 94.56 |
| 07011002 | OUTROS | 41.010,00 | 39.169,91 | | 39.169,91 | 38.778,85 | 1.840,09 | 2.231,15 | 391,06 | 94.56 |
| 070111 | FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS | 5.100,00 | 4.849,31 | | 4.849,31 | 4.849,30 | 250,69 | 250,70 | 0,01 | 95.08 |
| 070113 | INVESTIMENTOS INCORPÓREOS | 4.018,50 | 3.997,50 | | 3.997,50 | 3.075,00 | 21,00 | 943,50 | 922,50 | 76.52 |
| 070115 | OUTROS INVESTIMENTOS | 6.910,00 | 4.705,40 | | 4.705,40 | 4.705,40 | 2.204,60 | 2.204,60 | | 68.10 |
| 08 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 498.594,20 | 440.805,57 | | 440.805,57 | 395.623,09 | 57.788,63 | 102.971,11 | 45.182,48 | 79.35 |
| 0801 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS | 79.043,00 | 79.000,00 | | 79.000,00 | 79.000,00 | 43,00 | 43,00 | | 99.95 |
| 080101 | PÚBLICAS | 79.000,00 | 79.000,00 | | 79.000,00 | 79.000,00 | | | | 100.00 |
| 08010101 | EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS | 79.000,00 | 79.000,00 | | 79.000,00 | 79.000,00 | | | | 100.00 |
| 080102 | PRIVADAS | 43,00 | | | | | 43,00 | 43,00 | | |

a) (11 = 7 / 3 * 100)

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

ENTIDADE

M.A.F.

-

MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ANO 2014

PAG. 4

| CLASSIFICAÇÃO | | DOTAÇÕES CORRIGIDAS | COMPROMISSOS ASSUMIDOS | | | DESPESA PAGA | DIFERENÇAS | | | GRAU DE EXECUÇÃO DA DESPESA (11) a) |
|---------------|--|------------------------|------------------------|------------------------------|---------------|--------------|---|------------------------|---|--|
| CÓDIGO (1) | DESCRIÇÃO (2) | | EXERCÍCIO (4) | EXERCÍCIOS FUTUROS (5) | TOTAL (6) | | DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4) | SALDO (9 = 3 - 7) | COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7) | |
| 0805 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 219.351,20 | 204.046,57 | | 204.046,57 | 174.820,59 | 15.304,63 | 44.530,61 | 29.225,98 | 79.70 |
| 080501 | CONTINENTE | 219.351,20 | 204.046,57 | | 204.046,57 | 174.820,59 | 15.304,63 | 44.530,61 | 29.225,98 | 79.70 |
| 08050102 | FREGUESIAS | 130.040,00 | 114.783,78 | | 114.783,78 | 103.442,42 | 15.256,22 | 26.597,58 | 11.341,36 | 79.55 |
| 08050104 | ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS | 89.311,20 | 89.262,79 | | 89.262,79 | 71.378,17 | 48,41 | 17.933,03 | 17.884,62 | 79.92 |
| 0807 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 144.480,00 | 109.508,65 | | 109.508,65 | 108.684,65 | 34.971,35 | 35.795,35 | 824,00 | 75.22 |
| 080701 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 144.480,00 | 109.508,65 | | 109.508,65 | 108.684,65 | 34.971,35 | 35.795,35 | 824,00 | 75.22 |
| 0808 | FAMÍLIAS | 55.720,00 | 48.250,35 | | 48.250,35 | 33.117,85 | 7.469,65 | 22.602,15 | 15.132,50 | 59.44 |
| 080802 | OUTRAS | 55.720,00 | 48.250,35 | | 48.250,35 | 33.117,85 | 7.469,65 | 22.602,15 | 15.132,50 | 59.44 |
| 09 | ACTIVOS FINANCEIROS | 145.575,37 | 104.331,00 | | 104.331,00 | 97.500,00 | 41.244,37 | 48.075,37 | 6.831,00 | 66.98 |
| 0907 | ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES | 145.575,37 | 104.331,00 | | 104.331,00 | 97.500,00 | 41.244,37 | 48.075,37 | 6.831,00 | 66.98 |
| 090701 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PRI | 145.575,37 | 104.331,00 | | 104.331,00 | 97.500,00 | 41.244,37 | 48.075,37 | 6.831,00 | 66.98 |
| 0103 | OPERAÇÕES FINANCEIRAS | 1.776.402,54 | 1.763.098,05 | | 1.763.098,05 | 1.763.098,05 | 13.304,49 | 13.304,49 | | 99.25 |
| 02 | AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | 4,00 | | | | | 4,00 | 4,00 | | |
| 0202 | AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS | 4,00 | | | | | 4,00 | 4,00 | | |
| 020206 | LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE | 4,00 | | | | | 4,00 | 4,00 | | |
| 03 | JUROS E OUTROS ENCARGOS | 1.163.294,39 | 1.162.377,42 | | 1.162.377,42 | 1.162.377,42 | 916,97 | 916,97 | | 99.92 |
| 0301 | JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA | 1.161.112,09 | 1.160.262,27 | | 1.160.262,27 | 1.160.262,27 | 849,82 | 849,82 | | 99.93 |
| 030103 | SOCIEDADES FINANCEIRAS-BANCOS E OUTRAS | 1.161.112,09 | 1.160.262,27 | | 1.160.262,27 | 1.160.262,27 | 849,82 | 849,82 | | 99.93 |
| | INSTITUIÇÕES | | | | | | | | | |
| 03010301 | EMPRESTIMOS DE CURTO PRAZO | 1,00 | | | | | 1,00 | 1,00 | | |
| 03010302 | EMPRESTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZO | 1.160.297,14 | 1.160.262,27 | | 1.160.262,27 | 1.160.262,27 | 34,87 | 34,87 | | 100.00 |
| 03010303 | EMPRESTIMOS MEDIO E LONGO PRAZO-EDEAF | 813,95 | | | | | 813,95 | 813,95 | | |
| 0302 | OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA | 2.122,30 | 2.115,15 | | 2.115,15 | 2.115,15 | 7,15 | 7,15 | | 99.66 |
| 030201 | DESPESAS DIVERSAS | 2.122,30 | 2.115,15 | | 2.115,15 | 2.115,15 | 7,15 | 7,15 | | 99.66 |
| 0303 | JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA | 50,00 | | | | | 50,00 | 50,00 | | |
| 030305 | MATERIAL DE TRANSPORTE | 50,00 | | | | | 50,00 | 50,00 | | |
| 0306 | OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS | 10,00 | | | | | 10,00 | 10,00 | | |
| 030601 | OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS | 10,00 | | | | | 10,00 | 10,00 | | |
| 10 | PASSIVOS FINANCEIROS | 613.104,15 | 600.720,63 | | 600.720,63 | 600.720,63 | 12.383,52 | 12.383,52 | | 97.98 |
| 1005 | EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO | 1,00 | | | | | 1,00 | 1,00 | | |
| 100503 | SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS | 1,00 | | | | | 1,00 | 1,00 | | |
| | INSTITUIÇÕES | | | | | | | | | |
| 1006 | EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS | 600.742,00 | 600.720,63 | | 600.720,63 | 600.720,63 | 21,37 | 21,37 | | 100.00 |
| 100603 | SOCIEDADES FINANCEIRAS-BANCOS OUTRAS INSTITUIÇÕES | 600.742,00 | 600.720,63 | | 600.720,63 | 600.720,63 | 21,37 | 21,37 | | 100.00 |
| 1007 | OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS | 12.361,15 | | | | | 12.361,15 | 12.361,15 | | |
| 100703 | SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS | 12.361,15 | | | | | 12.361,15 | 12.361,15 | | |
| | INST(EDEAF) | | | | | | | | | |
| TOTAL | | 10.450.017,53 | 10.197.938,23 | 526.863,78 | 10.724.802,01 | 9.019.674,06 | 252.079,30 | 1.430.343,47 | 1.178.264,17 | 86.31 |

a) (11 = 7 / 3 * 100)

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

| CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA | | PREVISÕES CORRIGIDAS | RECEITAS POR COBRAR NO INICIO DO ANO | RECEITAS LIQUIDADAS | LIQUIDAÇÕES ANULADAS | RECEITAS COBRADAS BRUTAS | REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES | | RECEITA COBRADA LIQUIDA | RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO | GRAU EXEC. FINAN DAS REC. (12)a |
|-------------------------|--|----------------------|--------------------------------------|---------------------|----------------------|--------------------------|-------------------------|-------|-------------------------|-------------------------------------|---------------------------------|
| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | | | | | | EMITIDOS | PAGOS | | | |
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10 = 7-9) | (11=4+5-6-7) | (12)a |
| | RECEITAS CORRENTES | 7.506.001,93 | 1.400.891,49 | 7.011.849,54 | 111.618,33 | 6.731.987,65 | | | 6.731.987,65 | 1.569.135,05 | 89.7 |
| 01 | IMPOSTOS DIRECTOS | 776.365,52 | | 653.286,12 | | 653.286,12 | | | 653.286,12 | | 84.1 |
| 0102 | OUTROS | 776.365,52 | | 653.286,12 | | 653.286,12 | | | 653.286,12 | | 84.1 |
| 010202 | IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS | 478.839,90 | | 469.826,56 | | 469.826,56 | | | 469.826,56 | | 98.1 |
| 010203 | IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO | 114.440,62 | | 81.546,58 | | 81.546,58 | | | 81.546,58 | | 71.3 |
| 010204 | IMP. M. S/ AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMOVEIS | 104.408,67 | | 53.986,70 | | 53.986,70 | | | 53.986,70 | | 51.7 |
| 010205 | DERRAMA | 77.562,08 | | 47.926,28 | | 47.926,28 | | | 47.926,28 | | 61.8 |
| 010207 | IMPOSTOS ABOLIDOS | 1.114,25 | | | | | | | | | |
| 01020701 | CONTRIBUIÇÃO AUTARQUICA | 114,25 | | | | | | | | | |
| 01020702 | IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA | 500,00 | | | | | | | | | |
| 01020703 | IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE VEICULOS | 500,00 | | | | | | | | | |
| 02 | IMPOSTOS INDIRECTOS | 10.468,00 | | 10.241,13 | | 10.241,13 | | | 10.241,13 | 6,13 | 97.8 |
| 0202 | OUTROS | 10.468,00 | 6,13 | 10.241,13 | | 10.241,13 | | | 10.241,13 | 6,13 | 97.8 |
| 020206 | IMPOSTOS IND. ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 10.468,00 | 6,13 | 10.241,13 | | 10.241,13 | | | 10.241,13 | 6,13 | 97.8 |
| 02020601 | MERCADOS E FEIRAS | 200,00 | | | | | | | | | |
| 02020602 | LOTEAMENTO E OBRAS | 6.789,00 | | 10.231,13 | | 10.231,13 | | | 10.231,13 | | 150.7 |
| 02020603 | OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA | 1.200,00 | | | | | | | | | |
| 02020605 | PUBLICIDADE | 1,00 | | | | | | | | | |
| 02020606 | SANEAMENTO | 100,00 | | | | | | | | | |
| 02020607 | UTILIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL | 500,00 | | | | | | | | | |
| 02020699 | OUTROS | 1.678,00 | 6,13 | 10,00 | | 10,00 | | | 10,00 | 6,13 | 0.6 |
| 0202069901 | OUTROS - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM | | 6,13 | | | | | | | 6,13 | |
| 0202069999 | OUTROS - OUTROS | 1.678,00 | | 10,00 | | 10,00 | | | 10,00 | | 0.6 |
| 04 | TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 448.341,01 | 1.272.328,02 | 556.178,15 | 2.530,28 | 307.041,32 | | | 307.041,32 | 1.518.934,57 | 68.5 |
| 0401 | TAXAS | 423.441,01 | 724.718,11 | 550.596,47 | 2.530,28 | 301.728,21 | | | 301.728,21 | 971.056,09 | 71.3 |
| 040123 | TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 423.441,01 | 724.718,11 | 550.596,47 | 2.530,28 | 301.728,21 | | | 301.728,21 | 971.056,09 | 71.3 |
| 04012301 | MERCADOS E FEIRAS | 21.345,00 | 2.160,00 | 20.762,99 | 590,00 | 20.792,99 | | | 20.792,99 | 1.540,00 | 97.4 |
| 04012302 | LOTEAMENTO OBRAS | 11.456,00 | | 14.858,18 | | 14.858,18 | | | 14.858,18 | | 129.7 |
| 04012303 | OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA | 1.345,00 | | 105,50 | | 105,50 | | | 105,50 | | 7.8 |
| 04012305 | CAÇA, USO E PORTE DE ARMA | 1.133,00 | | 162,84 | | 162,84 | | | 162,84 | | 14.4 |
| 04012306 | SANEAMENTO | 500,00 | | | | | | | | | |
| 04012399 | OUTROS | 387.662,01 | 722.558,11 | 514.706,96 | 1.940,28 | 265.808,70 | | | 265.808,70 | 969.516,09 | 68.6 |
| 0401239901 | OUTROS - TDFTH | 1.450,00 | | 467,40 | | 467,40 | | | 467,40 | | 32.2 |
| 0401239902 | OUTROS - TAXA ESPECIFICAS DAS AUTARQUIAS | 379.413,01 | 722.558,11 | 510.087,05 | 1.940,28 | 261.188,79 | | | 261.188,79 | 969.516,09 | 68.8 |
| 0401239999 | OUTROS - OUTROS | 6.799,00 | | 4.152,51 | | 4.152,51 | | | 4.152,51 | | 61.1 |
| 0402 | MULTAS E OUTRAS PENALIDADES: | 24.900,00 | 547.609,91 | 5.581,68 | | 5.313,11 | | | 5.313,11 | 547.878,48 | 21.3 |
| 040201 | JUROS DE MORA | 1.400,00 | 10,53 | 1.057,95 | | 1.064,84 | | | 1.064,84 | 3,64 | 76.1 |
| 040202 | JUROS COMPENSATÓRIOS | 500,00 | | 449,51 | | 449,51 | | | 449,51 | | 89.9 |
| 040204 | COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES | 1.000,00 | 547.590,80 | 342,41 | | 69,66 | | | 69,66 | 547.863,55 | 7.0 |
| 040299 | MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS | 22.000,00 | 8,58 | 3.731,81 | | 3.729,10 | | | 3.729,10 | 11,29 | 17.0 |
| 05 | RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE | 578.791,00 | 59.500,09 | 321.395,44 | | 378.789,45 | | | 378.789,45 | 2.106,08 | 65.4 |
| 0501 | JUROS - SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEI | 400,00 | | | | | | | | | |

a) (12 = 10 / 3 * 100)

ENTIDADE M.A.F. - MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

| CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA | | PREVISÕES CORRIGIDAS | RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO (4) | RECEITAS LIQUIDADAS (5) | LIQUIDAÇÕES ANULADAS (6) | RECEITAS COBRADAS BRUTAS (7) | REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES | | RECEITA COBRADA LIQUIDA (10 = 7-9) | RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO (11=4+5-6-7) | GRAU EXEC. FINAN. DAS REC. (12)a |
|-------------------------|---|----------------------|--|-------------------------|--------------------------|------------------------------|-------------------------|-----------|------------------------------------|--|----------------------------------|
| CÓDIGO (1) | DESCRIÇÃO (2) | | | | | | EMITIDOS (8) | PAGOS (9) | | | |
| 050101 | PÚBLICAS | 400,00 | | | | | | | | | |
| 0502 | JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS | 3.500,00 | | 117,91 | | 111,83 | | | 111,83 | 6,08 | 3.2 |
| 050201 | BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | 3.500,00 | | 117,91 | | 111,83 | | | 111,83 | 6,08 | 3.2 |
| 0507 | DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADE | 500,00 | | | | | | | | | |
| 050702 | EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS | 500,00 | | | | | | | | | |
| 0510 | RENDAS | 574.391,00 | 59.500,09 | 321.277,53 | | 378.677,62 | | | 378.677,62 | 2.100,00 | 65.9 |
| 051004 | EDIFÍCIOS | 400,00 | | | | | | | | | |
| 051099 | OUTROS | 573.991,00 | 59.500,09 | 321.277,53 | | 378.677,62 | | | 378.677,62 | 2.100,00 | 66.0 |
| 05109901 | OUTROS - EN(ELECTRICIDADE DO NORTE SA) | 322.980,00 | 58.050,09 | 229.773,60 | | 287.823,69 | | | 287.823,69 | | 89.1 |
| 05109902 | OUTRAS - AGUAS DE TRAS-OS-MONTES E ALTO DOURO | 106.456,00 | | | | | | | | | |
| 05109903 | OUTRAS-PARQUE EOLICO | 142.787,00 | | 90.853,93 | | 90.853,93 | | | 90.853,93 | | 63.6 |
| 05109906 | OUTRAS-CONCESSÃO DE TERRENOS DIVERSOS | 1.768,00 | 1.450,00 | 650,00 | | | | | | 2.100,00 | |
| 06 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 5.154.257,40 | 25.834,83 | 5.106.383,68 | 95.543,17 | 5.035.716,58 | | | 5.035.716,58 | 958,76 | 97.7 |
| 0603 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 5.139.057,40 | 25.834,83 | 5.081.262,96 | 95.543,17 | 5.010.595,86 | | | 5.010.595,86 | 958,76 | 97.5 |
| 060301 | ESTADO | 4.915.210,50 | 22.266,44 | 4.869.054,92 | 20.539,99 | 4.869.822,61 | | | 4.869.822,61 | 958,76 | 99.1 |
| 06030101 | FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO | 4.493.473,00 | | 4.493.470,09 | | 4.493.470,09 | | | 4.493.470,09 | | 100.0 |
| 06030102 | FUNDO SOCIAL MUNICIPAL | 73.720,00 | | 73.720,00 | | 73.720,00 | | | 73.720,00 | | 100.0 |
| 06030103 | PARTICIPAÇÃO FIXA NO IRS | 86.218,00 | | 86.218,00 | | 86.218,00 | | | 86.218,00 | | 100.0 |
| 06030199 | OUTROS | 261.799,50 | 22.266,44 | 215.646,83 | 20.539,99 | 216.414,52 | | | 216.414,52 | 958,76 | 82.7 |
| 0603019901 | OUTROS - FUNDO SOCIAL EUROPEU | 115.501,50 | | 106.852,32 | | 106.852,32 | | | 106.852,32 | | 92.5 |
| 0603019904 | OUTROS - DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCENDIOS - FUNDO FLORESTAL PERMANENTE | 100,00 | | | | | | | | | |
| 0603019905 | OUTROS-DIRECÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 45.890,00 | | 33.795,00 | | 33.795,00 | | | 33.795,00 | | 73.6 |
| 0603019907 | OUTROS-MINISTERIO DA EDUCAÇÃO | 85.980,00 | 22.266,44 | 62.132,45 | 20.539,99 | 62.900,14 | | | 62.900,14 | 958,76 | 73.2 |
| 0603019908 | OUTROS-MINISTERIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE | 12.828,00 | | 12.867,06 | | 12.867,06 | | | 12.867,06 | | 100.3 |
| 0603019910 | OUTROS - POPH | 1.500,00 | | | | | | | | | |
| 060307 | SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 223.846,90 | 3.568,39 | 212.208,04 | 75.003,18 | 140.773,25 | | | 140.773,25 | | 62.9 |
| 06030701 | INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL | 223.846,90 | 3.568,39 | 212.208,04 | 75.003,18 | 140.773,25 | | | 140.773,25 | | 62.9 |
| 0607 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 100,00 | | 8.300,00 | | 8.300,00 | | | 8.300,00 | | 8300.0 |
| 060701 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 100,00 | | 8.300,00 | | 8.300,00 | | | 8.300,00 | | 8300.0 |
| 0608 | FAMÍLIAS | 100,00 | | | | | | | | | |
| 060801 | FAMÍLIAS | 100,00 | | | | | | | | | |
| 0609 | RESTO DO MUNDO | 15.000,00 | | 16.820,72 | | 16.820,72 | | | 16.820,72 | | 112.1 |
| 060901 | UNIÃO EUROPEIA- INSTITUIÇÕES | 15.000,00 | | 16.820,72 | | 16.820,72 | | | 16.820,72 | | 112.1 |
| 06090102 | IFADAP | 15.000,00 | | 16.820,72 | | 16.820,72 | | | 16.820,72 | | 112.1 |
| 07 | VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 401.599,00 | 41.375,89 | 284.388,68 | 11.765,98 | 268.721,74 | | | 268.721,74 | 45.276,85 | 66.9 |
| 0701 | VENDA DE BENS | 238.978,00 | 21.935,48 | 153.384,09 | 5.287,67 | 148.513,74 | | | 148.513,74 | 21.518,16 | 62.1 |
| 070101 | MATERIAL DE ESCRITÓRIO | 100,00 | | | | | | | | | |
| 070102 | LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA | 100,00 | | 809,10 | | 809,10 | | | 809,10 | | 809.1 |
| 070103 | PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS | 100,00 | | 3,40 | | 3,40 | | | 3,40 | | 3.4 |

a) (12 = 10 / 3 * 100)

| CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA | | PREVISÕES CORRIGIDAS | RECEITAS POR COBRAR NO INICIO DO ANO | RECEITAS LIQUIDADAS | LIQUIDAÇÕES ANULADAS | RECEITAS COBRADAS BRUTAS | REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES | | RECEITA COBRADA LIQUIDA | RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO | GRAU EXEC. FINAN. DAS REC. (12)a |
|-------------------------|--|----------------------|--------------------------------------|---------------------|----------------------|--------------------------|-------------------------|-------|-------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|
| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | | | | | | EMITIDOS | PAGOS | | | |
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10 = 7-9) | (11=4+5-6-7) | (12)a |
| 070104 | FARDAMENTOS E ARTIGOS E PESSOAIS | 100,00 | | | | | | | | | |
| 070105 | BENS INUTILIZADOS | 100,00 | | | | | | | | | |
| 070107 | PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS | 100,00 | | | | | | | | | |
| 070108 | MERCADORIAS | 238.178,00 | 21.935,48 | 152.571,59 | 5.287,67 | 147.701,24 | | | 147.701,24 | 21.518,16 | 62.0 |
| 07010801 | ÁGUA | 235.678,00 | 21.935,48 | 152.275,76 | 5.287,67 | 147.617,14 | | | 147.617,14 | 21.306,43 | 62.6 |
| 07010899 | OUTRAS | 2.500,00 | | 295,83 | | 84,10 | | | 84,10 | 211,73 | 3.4 |
| 070109 | MATÉRIAS DE CONSUMO | 100,00 | | | | | | | | | |
| 070111 | PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS | 100,00 | | | | | | | | | |
| 0702 | SERVIÇOS | 85.578,00 | 6.380,80 | 81.696,34 | 1.500,22 | 77.555,85 | | | 77.555,85 | 9.021,07 | 90.6 |
| 070201 | ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS | 1.500,00 | | | | | | | | | |
| 070203 | VISTORIAS E ENSAIOS | 100,00 | | | | | | | | | |
| 070208 | SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO | 400,00 | | | | | | | | | |
| 07020801 | SERVIÇOS SOCIAIS | 100,00 | | | | | | | | | |
| 07020802 | SERVIÇOS RECREATIVOS | 100,00 | | | | | | | | | |
| 07020803 | SERVIÇOS CULTURAIS | 100,00 | | | | | | | | | |
| 07020804 | SERVIÇOS DESPORTIVOS | 100,00 | | | | | | | | | |
| 070209 | SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS | 83.578,00 | 6.380,80 | 81.696,34 | 1.500,22 | 77.555,85 | | | 77.555,85 | 9.021,07 | 92.8 |
| 07020901 | SANEAMENTO | 15.000,00 | | 798,40 | | 890,32 | | | 890,32 | -91,92 | 5.9 |
| 07020902 | RESÍDUOS SÓLIDOS | 58.798,00 | 6.380,80 | 76.885,57 | 1.500,22 | 72.653,16 | | | 72.653,16 | 9.112,99 | 123.6 |
| 07020903 | TRANSPORTES COLECTIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS | 500,00 | | | | | | | | | |
| 07020905 | CEMITÉRIOS | 2.500,00 | | 1.080,00 | | 1.080,00 | | | 1.080,00 | | 43.2 |
| 07020999 | OUTROS | 6.780,00 | | 2.932,37 | | 2.932,37 | | | 2.932,37 | | 43.3 |
| 0703 | RENDAS | 77.043,00 | 13.059,61 | 49.308,25 | 4.978,09 | 42.652,15 | | | 42.652,15 | 14.737,62 | 55.4 |
| 070301 | HABITAÇÕES | 18.662,00 | 6.601,00 | 16.882,92 | 2.995,60 | 13.093,76 | | | 13.093,76 | 7.394,56 | 70.2 |
| 070302 | EDIFÍCIOS | 34.352,00 | 2.181,01 | 22.363,98 | 851,62 | 20.943,61 | | | 20.943,61 | 2.749,76 | 61.0 |
| 070399 | OUTRAS | 24.029,00 | 4.277,60 | 10.061,35 | 1.130,87 | 8.614,78 | | | 8.614,78 | 4.593,30 | 35.9 |
| 08 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 136.180,00 | 1.846,53 | 79.976,34 | 1.778,90 | 78.191,31 | | | 78.191,31 | 1.852,66 | 57.4 |
| 0801 | OUTRAS | 136.180,00 | 1.846,53 | 79.976,34 | 1.778,90 | 78.191,31 | | | 78.191,31 | 1.852,66 | 57.4 |
| 080199 | OUTRAS | 136.180,00 | 1.846,53 | 79.976,34 | 1.778,90 | 78.191,31 | | | 78.191,31 | 1.852,66 | 57.4 |
| 08019903 | IVA REEMBOLSADO | 50.000,00 | | | | | | | | | |
| 08019905 | FUNDO AMBIENTAL DA EDP-correntes | 84.180,00 | | 64.180,50 | | 64.180,50 | | | 64.180,50 | | 76.2 |
| 08019999 | DIVERSAS | 2.000,00 | 1.846,53 | 15.795,84 | 1.778,90 | 14.010,81 | | | 14.010,81 | 1.852,66 | 700.5 |
| | RECEITAS DE CAPITAL | 2.636.598,06 | 249.442,65 | 2.161.605,83 | 1.500,00 | 2.228.967,30 | | | 2.228.967,30 | 180.581,18 | 84.5 |
| 09 | VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO | 217.581,00 | 249.442,65 | 135.429,86 | 1.500,00 | 202.791,33 | | | 202.791,33 | 180.581,18 | 93.2 |
| 0901 | TERRENOS | 79.118,00 | 32.110,38 | 8.332,90 | | 5.396,58 | | | 5.396,58 | 35.046,70 | 6.8 |
| 090101 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS | 39.583,00 | 5.468,70 | | | | | | | 5.468,70 | |
| 090110 | FAMÍLIAS | 39.535,00 | 26.641,68 | 8.332,90 | | 5.396,58 | | | 5.396,58 | 29.578,00 | 13.7 |
| 0902 | HABITAÇÕES | 65.000,00 | 70.665,61 | 75.653,46 | 1.500,00 | 81.107,92 | | | 81.107,92 | 63.711,15 | 124.8 |
| 090210 | FAMÍLIAS | 65.000,00 | 70.665,61 | 75.653,46 | 1.500,00 | 81.107,92 | | | 81.107,92 | 63.711,15 | 124.8 |
| 0903 | EDIFÍCIOS | 73.433,00 | 146.666,66 | 39.052,50 | | 112.385,83 | | | 112.385,83 | 73.333,33 | 153.0 |
| 090301 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA | 100,00 | | 16.700,00 | | 16.700,00 | | | 16.700,00 | | 16700.0 |
| 090302 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 73.333,00 | 146.666,66 | 22.352,50 | | 95.685,83 | | | 95.685,83 | 73.333,33 | 130.5 |

a) (12 = 10 / 3 * 100)

ENTIDADE M.A.F. -

MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ANO 2014
PÁG. 4

| CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA | | PREVISÕES CORRIGIDAS | RECEITAS POR COBRAR NO INICIO DO ANO | RECEITAS LIQUIDADAS | LIQUIDAÇÕES ANULADAS | RECEITAS COBRADAS BRUTAS | REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES | | RECEITA COBRADA LIQUIDA | RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO | GRAU EXEC. FINAN DAS REC. (12)a |
|-------------------------|--|----------------------|--------------------------------------|---------------------|----------------------|--------------------------|-------------------------|-------|-------------------------|-------------------------------------|---------------------------------|
| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | | | | | | EMITIDOS | PAGOS | | | |
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10 = 7-9) | (11=4+5-6-7) | (12)a |
| 0904 | OUTROS BENS DE INVESTIMENTO | 30,00 | | 12.391,00 | | 3.901,00 | | | 3.901,00 | 8.490,00 | 13003 |
| 090406 | ADMISTRAÇÃO PÚBLICA-ADMNISTRAÇÃO LOCAL-CONTINENTE | 30,00 | | 12.391,00 | | 3.901,00 | | | 3.901,00 | 8.490,00 | .3 13003 .3 |
| 09040601 | EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE | 10,00 | | | | | | | | | |
| 09040602 | MAQUINARIA E EQUIPAMENTO | 10,00 | | 12.391,00 | | 3.901,00 | | | 3.901,00 | 8.490,00 | 39010 .0 |
| 09040603 | OUTROS | 10,00 | | | | | | | | | |
| 10 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 1.341.196,72 | | 948.364,35 | | 948.364,35 | | | 948.364,35 | | 70.7 |
| 1003 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 1.114.327,54 | | 836.479,76 | | 836.479,76 | | | 836.479,76 | | 75.1 |
| 100301 | ESTADO | 723.100,13 | | 538.832,80 | | 538.832,80 | | | 538.832,80 | | 74.5 |
| 10030101 | FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO | 499.275,00 | | 499.275,00 | | 499.275,00 | | | 499.275,00 | | 100.0 |
| 10030199 | OUTROS | 223.825,13 | | 39.557,80 | | 39.557,80 | | | 39.557,80 | | 17.7 |
| 1003019912 | OUTROS_FUNDO DE EMERGENCIA MUNICIPAL | 223.825,13 | | 39.557,80 | | 39.557,80 | | | 39.557,80 | | 17.7 |
| 100307 | ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS | 391.227,41 | | 297.646,96 | | 297.646,96 | | | 297.646,96 | | 76.1 |
| 10030702 | FEDER | 391.227,41 | | 297.646,96 | | 297.646,96 | | | 297.646,96 | | 76.1 |
| 1009 | RESTO DO MUNDO | 226.869,18 | | 111.884,59 | | 111.884,59 | | | 111.884,59 | | 49.3 |
| 100901 | UNIÃO EUROPEIA- INSTITUIÇÕES | 226.869,18 | | 111.884,59 | | 111.884,59 | | | 111.884,59 | | 49.3 |
| 10090199 | OUTROS | 226.869,18 | | 111.884,59 | | 111.884,59 | | | 111.884,59 | | 49.3 |
| 1009019906 | PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL- PRODER | 223.769,18 | | 111.884,59 | | 111.884,59 | | | 111.884,59 | | 50.0 |
| 1009019908 | FUNDO FLORESTAL PERMANENTE | 1.500,00 | | | | | | | | | |
| 1009019910 | FUNDO AMBIENTAL DA EDP-capital | 1.600,00 | | | | | | | | | |
| 12 | PASSIVOS FINANCEIROS | 1.077.820,34 | | 1.077.811,62 | | 1.077.811,62 | | | 1.077.811,62 | | 100.0 |
| 1205 | EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO | 1,00 | | | | | | | | | |
| 120502 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 1,00 | | | | | | | | | |
| 1206 | EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS | 1.077.819,34 | | 1.077.811,62 | | 1.077.811,62 | | | 1.077.811,62 | | 100.0 |
| 120602 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 807.636,36 | | 807.636,36 | | 807.636,36 | | | 807.636,36 | | 100.0 |
| 120603 | ADMISTRAÇÃO PÚBLICA-ADMNISTRAÇÃO CENTRAL- ESTADO | 270.182,98 | | 270.175,26 | | 270.175,26 | | | 270.175,26 | | 100.0 |
| 15 | OUTRAS RECEITAS | 307.417,54 | 774,56 | 311.730,24 | | 311.730,24 | | | 311.730,24 | 774,56 | 101.4 |
| | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 2.700,00 | 774,56 | 7.012,70 | | 7.012,70 | | | 7.012,70 | 774,56 | 259.7 |
| 1501 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 2.700,00 | 774,56 | 7.012,70 | | 7.012,70 | | | 7.012,70 | 774,56 | 259.7 |
| 150101 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 2.700,00 | 774,56 | 7.012,70 | | 7.012,70 | | | 7.012,70 | 774,56 | 259.7 |
| 16 | SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | 304.717,54 | | 304.717,54 | | 304.717,54 | | | 304.717,54 | | 100.0 |
| 1601 | SALDO ORÇAMENTAL | 304.717,54 | | 304.717,54 | | 304.717,54 | | | 304.717,54 | | 100.0 |
| 160101 | NA POSSE DO SERVIÇO | 304.717,54 | | 304.717,54 | | 304.717,54 | | | 304.717,54 | | 100.0 |
| TOTAL | | 10.450.017,53 | 1.651.108,70 | 9.485.185,61 | 113.118,33 | 9.272.685,19 | | | 9.272.685,19 | 1.750.490,79 | 88.7 |

a) (12 = 10 / 3 * 100)

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

| | | |
|--|--|-------------------------|
| ENTIDADE MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | RESUMO DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Período: 2014/01/01 a 2014/12/31 | ANO CONTABILÍSTICO 2014 |
|--|--|-------------------------|

Página : 1

| OBJECTIVO PROGRAMA | DESCRIÇÃO | MONTANTE PREVISTO | | | MONTANTE EXECUTADO | | | EXEC. FINAN CEIRA ANUAL % (a) | EXEC. FINAN CEIRA GLOBAL % (b) |
|----------------------------|--|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------|---------------------|---------------------|---|--|
| | | ANO | ANOS SEGUINTE | TOTAL | ANOS ANTERIORES | ANO | TOTAL | | |
| 1. | Funções gerais | 1.282.217,61 | | 1.282.217,61 | | 989.380,14 | 989.380,14 | 77.16 | 77.16 |
| 1.1. | Serviços gerais de administração pública | 1.134.799,98 | | 1.134.799,98 | | 852.920,54 | 852.920,54 | 75.16 | 75.16 |
| 1.1.1. | Administracao geral | 1.134.799,98 | | 1.134.799,98 | | 852.920,54 | 852.920,54 | 75.16 | 75.16 |
| 1.2. | Segurança e ordem públicas | 147.417,63 | | 147.417,63 | | 136.459,60 | 136.459,60 | 92.57 | 92.57 |
| 1.2.1. | Protecção civil e luta contra incêndios | 147.417,63 | | 147.417,63 | | 136.459,60 | 136.459,60 | 92.57 | 92.57 |
| 2. | Funções sociais | 1.783.066,34 | | 1.783.066,34 | | 1.238.494,79 | 1.238.494,79 | 69.46 | 69.46 |
| 2.1. | Educação | 236.533,60 | | 236.533,60 | | 145.955,09 | 145.955,09 | 61.71 | 61.71 |
| 2.1.1. | Ensino não superior | 235.683,60 | | 235.683,60 | | 145.373,53 | 145.373,53 | 61.68 | 61.68 |
| 2.1.2. | Serviços auxiliares de ensino | 850,00 | | 850,00 | | 581,56 | 581,56 | 68.42 | 68.42 |
| 2.3. | Segurança e acção sociais | 56.653,54 | | 56.653,54 | | 53.615,30 | 53.615,30 | 94.64 | 94.64 |
| 2.3.2. | Acção social | 56.653,54 | | 56.653,54 | | 53.615,30 | 53.615,30 | 94.64 | 94.64 |
| 2.4. | Habitação e serviços colectivos | 1.257.738,20 | | 1.257.738,20 | | 892.095,95 | 892.095,95 | 70.93 | 70.93 |
| 2.4.1. | Habitação | 52.220,00 | | 52.220,00 | | 33.117,85 | 33.117,85 | 63.42 | 63.42 |
| 2.4.2. | Ordenamento do território | 248.095,00 | | 248.095,00 | | 151.999,96 | 151.999,96 | 61.27 | 61.27 |
| 2.4.3. | Saneamento | 272.518,00 | | 272.518,00 | | 210.230,36 | 210.230,36 | 77.14 | 77.14 |
| 2.4.4. | Abastecimento de Água | 446.485,20 | | 446.485,20 | | 322.704,66 | 322.704,66 | 72.28 | 72.28 |
| 2.4.5. | Resíduos sólidos | 212.870,00 | | 212.870,00 | | 157.554,59 | 157.554,59 | 74.01 | 74.01 |
| 2.4.6. | Protecção do meio ambiente e conservação da natureza | 25.550,00 | | 25.550,00 | | 16.488,53 | 16.488,53 | 64.53 | 64.53 |
| 2.5. | Serviços culturais, recreativos e religiosos | 232.141,00 | | 232.141,00 | | 146.828,45 | 146.828,45 | 63.25 | 63.25 |
| 2.5.1. | Cultura | 51.810,00 | | 51.810,00 | | 34.175,85 | 34.175,85 | 65.96 | 65.96 |
| 2.5.2. | Desporto, recreio e lazer | 162.331,00 | | 162.331,00 | | 96.330,42 | 96.330,42 | 59.34 | 59.34 |
| 2.5.3. | Outras actividades cívicas e religiosas | 18.000,00 | | 18.000,00 | | 16.322,18 | 16.322,18 | 90.68 | 90.68 |
| 3. | Funções económicas | 1.240.323,02 | 164.528,15 | 1.404.851,17 | | 1.010.487,46 | 1.010.487,46 | 81.47 | 71.93 |
| 3.1. | Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca | 337.267,85 | 164.528,15 | 501.796,00 | | 230.170,64 | 230.170,64 | 68.25 | 45.87 |
| 3.2. | Indústria e energia | 274.658,40 | | 274.658,40 | | 223.898,29 | 223.898,29 | 81.52 | 81.52 |
| 3.3. | Transportes e comunicações | 194.796,40 | | 194.796,40 | | 188.979,12 | 188.979,12 | 97.01 | 97.01 |
| 3.3.1. | Transportes rodoviários | 168.360,00 | | 168.360,00 | | 163.165,65 | 163.165,65 | 96.91 | 96.91 |
| 3.3.2. | Transportes aéreos | 26.436,40 | | 26.436,40 | | 25.813,47 | 25.813,47 | 97.64 | 97.64 |
| 3.4. | Comércio e turismo | 109.025,00 | | 109.025,00 | | 90.939,41 | 90.939,41 | 83.41 | 83.41 |
| 3.4.1. | Mercados e feiras | 94.857,00 | | 94.857,00 | | 83.822,91 | 83.822,91 | 88.37 | 88.37 |
| 3.4.2. | Turismo | 14.168,00 | | 14.168,00 | | 7.116,50 | 7.116,50 | 50.23 | 50.23 |
| 3.5. | Outras funções económicas | 324.575,37 | | 324.575,37 | | 276.500,00 | 276.500,00 | 85.19 | 85.19 |
| 4. | Outras funções | 499.412,37 | 1.699.838,26 | 2.199.250,63 | | 275.188,69 | 275.188,69 | 55.10 | 12.51 |
| 4.3. | Diversas não especificadas | 499.412,37 | 1.699.838,26 | 2.199.250,63 | | 275.188,69 | 275.188,69 | 55.10 | 12.51 |
| TOTAL GERAL | | 4.805.019,34 | 1.864.366,41 | 6.669.385,75 | | 3.513.551,08 | 3.513.551,08 | 73.12 | 52.68 |

Anotações

a) Execução Financeira Anual = (Executado no Ano * 100) / Previsto no Ano

b) Execução Financeira Global = (Total Executado * 100) / (Realizado em Anos Anteriores + Total Previsto)

| | | |
|--|--|-------------------------|
| ENTIDADE MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Até ao mês de Apuramento | ANO CONTABILÍSTICO 2014 |
|--|--|-------------------------|

Página : 1

| OBJECTIVO | CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA | CÓDIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | FORMA DE REALIZAÇÃO | FONTE DE FINANCIAMENTO | | | DATAS | | MONTANTE PREVISTO | | | MONTANTE EXECUTADO | | | EXEC. FINAN CEIRA ANUAL % (a) | EXEC. FINAN CEIRA GLOBAL % (b) |
|-------------------|--------------------------------|---------------------------------------|---|---------------------|------------------------|----|----|------------|------------|-------------------|---------------|-------------------|--------------------|-------------------|--------------|-------------------------------|--------------------------------|
| | | | | | AC | AA | FC | INICIO | FIM | ANO | ANOS SEGUINTE | TOTAL | ANOS ANTERIORES | ANO | TOTAL | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1. | | | Funções gerais | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.1. | | | Serviços gerais de administração pública | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.1.1. | | | Administracao geral | | | | | | | | | | | | | | |
| | 0102/04050104 | 01 2011 A 1 | QUOTA ANUAL DA ANMP | OUTRA | | | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 5.436,00 | | 5.436,00 | 3.402,00 | 3.402,00 | 62,58 | 62,58 | |
| | 0102/04050104 | 02 2011 A 2 | TRANSFERENCIAS PARA AMTQT - CORRENTES | OUTRA | | | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 270.450,00 | | 270.450,00 | 191.682,04 | 191.682,04 | 70,88 | 70,88 | |
| | 0102/08050104 | 03 2011 A 3 | TRANSFERENCIAS PARA AMTQT - CAPITAL | OUTRA | | | | 2011/01/11 | 2014/12/31 | 89.311,20 | | 89.311,20 | 71.378,17 | 71.378,17 | 79,92 | 79,92 | |
| | 0102/04050102 | 04 2011 A 4 | PROTOCOLOS - TRANSFERENCIAS CORRENTES PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA | OUTRA | | | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 9.022,00 | | 9.022,00 | 8.982,25 | 8.982,25 | 99,56 | 99,56 | |
| | 0102/08050102 | 05 2011 A 5 | PROTOCOLOS - TRANSFERENCIAS CAPITAL PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA | OUTRA | | | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 74.600,00 | | 74.600,00 | 54.014,49 | 54.014,49 | 72,41 | 72,41 | |
| | 0102/040701 | 08 2011 A 8 | TRANSFERENCIA PARA ASSO. INDUSTRIAL E COMERCIAL DE ALFANDEGA DA FÉ | OUTRA | | | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 16.000,00 | | 16.000,00 | 14.650,00 | 14.650,00 | 91,56 | 91,56 | |
| | 0102/020220 | 09 2011 A 9 | SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO JURIDICO | OUTRA | | | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 100,00 | | 100,00 | | | | | |
| | 0102/020220 | 10 2011 A 10 | SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - REVISOR OFICIAL DE CONTAS | OUTRA | | | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 17.000,00 | | 17.000,00 | 14.852,25 | 14.852,25 | 87,37 | 87,37 | |
| | | 77 2011 I 2 | INFRA-ESTRUTURAS DIVERSAS NO CONCELHO | OUTRA | | | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 275.165,21 | | 275.165,21 | 265.556,25 | 265.556,25 | 96,51 | 96,51 | |
| | 0102/07010301 | 77 2011 I 2 | | | | | | | | 971,36 | | | | | | | |
| | 0102/07010302 | 77 2011 I 2 | | | | | | | | 263.683,85 | | | 261.766,63 | | 99,27 | | |
| | 0102/07010307 | 77 2011 I 2 | | | | | | | | 5.560,00 | | | 902,09 | | 16,22 | | |
| | 0102/07010412 | 77 2011 I 2 | | | | | | | | 50,00 | | | | | | | |
| | 0102/07010413 | 77 2011 I 2 | | | | | | | | 4.900,00 | | | 2.887,53 | | 58,93 | | |
| | 0102/070113 | 78 2011 I 3 | ACÇÕES E PUBLICAÇÕES DIVERSAS PARA PROMOÇÃO DE ALFÂNDEGA DA FE | OUTRA | | | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 4.018,50 | | 4.018,50 | 3.075,00 | 3.075,00 | 76,52 | 76,52 | |
| | 0102/070101 | 79 2011 I 4 | AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA DIVERSAS INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS NO CONCELHO | OUTRA | | | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 50,00 | | 50,00 | | | | | |
| | | 80 2011 I 5 | AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE VEICULOS | OUTRA | | | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 63.638,34 | | 63.638,34 | 36.043,77 | 36.043,77 | 56,64 | 56,64 | |
| | 0102/07010601 | 80 2011 I 5 | | | | | | | | 25.700,00 | | | 5.658,00 | | 22,02 | | |
| | 0102/07010602 | 80 2011 I 5 | | | | | | | | 37.938,34 | | | 30.385,77 | | 80,09 | | |
| | 0102/070107 | 81 2011 I 6 | EQUIPAMENTO INFORMÁTICO PARA OS SERVIÇOS | OUTRA | | | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 6.040,00 | | 6.040,00 | 4.704,39 | 4.704,39 | 77,89 | 77,89 | |
| | 0102/070108 | 82 2011 I 7 | AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PARA OS SERVIÇOS | OUTRA | | | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 50,00 | | 50,00 | | | | | |
| | | 83 2011 I 8 | AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO DIVERSO PARA OS SERVIÇOS | OUTRA | | | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 49.188,00 | | 49.188,00 | 46.268,05 | 46.268,05 | 94,06 | 94,06 | |
| | 0102/070109 | 83 2011 I 8 | | | | | | | | 8.978,00 | | | 8.027,76 | | 89,42 | | |
| | 0102/07011002 | 83 2011 I 8 | | | | | | | | 40.210,00 | | | 38.240,29 | | 95,10 | | |
| | 0102/070115 | 85 2011 I 88 | AQUISIÇÃO DE CARTOGRAFIA DIGITAL | OUTRA | | | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 50,00 | | 50,00 | | | | | |
| | | 87 2011 A 84 | DESTAQUE - QUOTA ANUAL E PROJECTOS DE COOPERAÇÃO | OUTRA | | | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 29.240,00 | | 29.240,00 | 28.072,75 | 28.072,75 | 96,01 | 96,01 | |
| | 0102/040701 | 87 2011 A 84 | | | | | | | | 13.240,00 | | | 13.240,00 | | 100,00 | | |
| | 0102/080701 | 87 2011 A 84 | | | | | | | | 16.000,00 | | | 14.832,75 | | 92,70 | | |
| | 0102/020219 | 88 2011 A 85 | CONTRATOS DE MANUTENÇÃO | OUTRA | | | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 53.650,00 | | 53.650,00 | 48.786,43 | 48.786,43 | 90,93 | 90,93 | |
| | | 89 2013 A 1 | OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA | ADM. DIR. | | | | 2013/01/01 | 2014/12/31 | 171.790,73 | | 171.790,73 | 61.452,70 | 61.452,70 | 35,77 | 35,77 | |
| | 0102/020101 | 89 2013 A 1 | | | | | | | | 65.852,86 | | | 8.871,50 | | 13,47 | | |
| | 0102/020117 | 89 2013 A 1 | | | | | | | | 5.200,00 | | | 3.445,96 | | 66,27 | | |
| | 0102/020121 | 89 2013 A 1 | | | | | | | | 44.337,87 | | | 12.997,09 | | 29,31 | | |
| | 0102/020203 | 89 2013 A 1 | | | | | | | | 56.000,00 | | | 35.838,80 | | 64,00 | | |
| | 0102/020225 | 89 2013 A 1 | | | | | | | | 400,00 | | | 299,35 | | 74,84 | | |
| | | | Segurança e ordem públicas | | | | | | | 147.417,63 | | 147.417,63 | 136.459,60 | 136.459,60 | 92,57 | 92,57 | |
| | | | Protecção civil e luta contra incêndios | | | | | | | 147.417,63 | | 147.417,63 | 136.459,60 | 136.459,60 | 92,57 | 92,57 | |
| 1.2. | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.2.1. | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 0102/040701 | 11 2011 A 11 | TRANSFERENCIAS PARA OS BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE ALF. DA FE-PROTOCOLO COMPARTICIPAÇÃO DE VENCIMENTOS | OUTRA | | | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 65.200,00 | | 65.200,00 | 65.017,88 | 65.017,88 | 99,72 | 99,72 | |
| | 0102/020220 | 12 2011 A 12 | TRABALHOS DE SILVICULTURA - LIMPEZA DE MATOS /DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR | OUTRA | | | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 25.000,00 | | 25.000,00 | 23.602,05 | 23.602,05 | 94,41 | 94,41 | |
| | 0102/020117 | 13 2011 A 13 | SEGURANÇA CONTRA INCENDIOS-AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIVERSO DE SINALIZAÇÃO E ALERTA | OUTRA | | | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 600,00 | | 600,00 | 101,55 | 101,55 | 16,93 | 16,93 | |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | | 1.225.599,98 | | 1.225.599,98 | | 941.642,02 | 941.642,02 | | |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--|--|--|--|--|--|-------------------------|--|--|--|--|--|--|
| ENTIDADE | EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO | | | | | | | ANO CONTABILÍSTICO 2014 | | | | | | |
| MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | Até ao mês de Apuramento | | | | | | | | | | | | | |

| OBJECTIVO | CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA | CÓDIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | FORMA DE REALIZAÇÃO | FONTE DE FINANCIAMENTO | | | DATAS | | MONTANTE PREVISTO | | | MONTANTE EXECUTADO | | | EXEC. FINAN. CEIRA ANUAL % (a) | EXEC. FINAN. CEIRA GLOBAL % (b) | |
|--|--------------------------------------|---------------------------------------|-----------|---------------------|--|---|-------|-------------------|------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------------------|---------------------------------|-------|
| | | | | | AC | AA | FC | INICIO | FIM | ANO | ANOS SEGUINTE | TOTAL | ANOS ANTERIORES | ANO | TOTAL | | | |
| | | | | | | | | A TRANSPORTAR ... | | 1.225.599,98 | | 1.225.599,98 | | 941.642,02 | 941.642,02 | | | |
| 2. 2.1. 2.1.1. 2.1.2. 2.3. 2.3.2. 2.4. 2.4.1. 2.4.2. | 0102/080701 | 14 | 2011 | A | 14 | PROTOCOLO-REQUALIFICAÇÃO DO PAVILHAO DOS BOMBEIROS PARA EQUIPAMENTO DESPORTIVO | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 370,00 | | 370,00 | | | | |
| | 0102/040701 | 15 | 2011 | A | 15 | TRANSFERENCIA PARA AHBVAF - EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 30.800,00 | | 30.800,00 | 30.378,68 | 30.378,68 | 98.63 | 98.63 |
| | 0102/070115 | 85 | 2011 | I | 10 | MELHORAR A REDE DAS BOCAS-DE-INCENDIO | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 50,00 | | 50,00 | | | | |
| | 0102/080701 | 86 | 2012 | A | 1 | PROTECCÃO CIVIL-APOIO A AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 14.410,00 | | 14.410,00 | 14.400,00 | 14.400,00 | 99.93 | 99.93 |
| | 0102/07010401 | 87 | 2011 | I | 12 | CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE DIVERSOS PONTOS DE AGUA PARA APOIO AO COMBATE A INCENDIOS | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 50,00 | | 50,00 | | | | |
| | 0102/07010413 | 88 | 2011 | I | 13 | CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE CAMINHOS, ACEIROS E CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REFES DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTIVEL NO AMBITO DA DFCI | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 7.947,63 | | 7.947,63 | 3,44 | 3,44 | 0.04 | 0.04 |
| | 0102/07010413 | 91 | 2012 | I | 10 | DEMOLIÇÃO E REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS | OUTRA | 100.0 | | 2012/01/01 | 2014/12/31 | 2.990,00 | | 2.990,00 | 2.956,00 | 2.956,00 | 98.86 | 98.86 |
| | Funções sociais | | | | | | | | | | 1.783.066,34 | | 1.783.066,34 | 1.238.494,79 | 1.238.494,79 | 69.46 | 69.46 | |
| | Educação | | | | | | | | | | 236.533,60 | | 236.533,60 | 145.955,09 | 145.955,09 | 61.71 | 61.71 | |
| | Ensino não superior | | | | | | | | | | 235.683,60 | | 235.683,60 | 145.373,53 | 145.373,53 | 61.68 | 61.68 | |
| | 0102/020121 | 17 | 2011 | A | 17 | AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIVERSO PARA AS ACTIVIDADES DE COMPLEMENTO CURRICULAR | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 783,60 | | 783,60 | 443,21 | 443,21 | 56.56 | 56.56 |
| | 0102/020105 | 18 | 2011 | A | 18 | CANTINA - ALIMENTAÇÃO CONFECIONADA | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 60.000,00 | | 60.000,00 | 37.050,99 | 37.050,99 | 61.75 | 61.75 |
| | 0102/020106 | 19 | 2011 | A | 19 | CANTINA - ALIMENTAÇÃO GENEROS PARA CONFECIONAL | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 5.200,00 | | 5.200,00 | 2.093,54 | 2.093,54 | 40.26 | 40.26 |
| | 0102/020120 | 20 | 2011 | A | 20 | AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 500,00 | | 500,00 | | | | |
| | 0102/020120 | 21 | 2011 | A | 21 | AQUISIÇÃO DE LIVROS E MANUAIS ESCOLARES | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 3.000,00 | | 3.000,00 | 2.320,70 | 2.320,70 | 77.36 | 77.36 |
| | 0102/020225 | 23 | 2011 | A | 23 | ENCARGOS COM ANIMAÇÃO - ACTUAÇÕES E OUTRAS ACTIVIDADES | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 650,00 | | 650,00 | 300,00 | 300,00 | 46.15 | 46.15 |
| | 0102/020210 | 24 | 2011 | A | 24 | ENCARGOS COM TRANSPORTES ESCOLARES | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 161.500,00 | | 161.500,00 | 100.804,45 | 100.804,45 | 62.42 | 62.42 |
| | 0102/07010305 | 90 | 2011 | I | 15 | RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESCOLAS DO CONCELHO | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 3.950,00 | | 3.950,00 | 2.360,64 | 2.360,64 | 59.76 | 59.76 |
| | 0102/080701 | 92 | 2011 | A | 86 | PROTOCOLO ESCOLA EB23 DE ALFÂNDEGA DA FÉ | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 100,00 | | 100,00 | | | | |
| | Serviços auxiliares de ensino | | | | | | | | | | 850,00 | | 850,00 | 581,56 | 581,56 | 68.42 | 68.42 | |
| | | 92 | 2011 | I | 17 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO PARA AS DIVERSAS ESCOLAS DO CONCELHO | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 850,00 | | 850,00 | 581,56 | 581,56 | 68.42 | 68.42 |
| 0102/07011002 | 92 | 2011 | I | 17 | | | | | | 800,00 | | 800,00 | 538,56 | 538,56 | 67.32 | 67.32 | | |
| 0102/070115 | 92 | 2011 | I | 17 | | | | | | 50,00 | | 50,00 | 43,00 | 43,00 | 86.00 | 86.00 | | |
| Segurança e acção sociais | | | | | | | | | | 56.653,54 | | 56.653,54 | 53.615,30 | 53.615,30 | 94.64 | 94.64 | | |
| Acção social | | | | | | | | | | 56.653,54 | | 56.653,54 | 53.615,30 | 53.615,30 | 94.64 | 94.64 | | |
| 0102/070115 | 01 | 2011 | I | 92 | PROJECTO RAMPA - REGIME DE APOIO AOS MUNICIPES PARA A ACESSIBILIDADE - ALFANDEGA INCLUSIVA | OUTRA | 25.0 | 75.0 | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | | | | | | | |
| 0102/040701 | 27 | 2011 | A | 27 | SUBSIDIOS A APOIOS DE ACÇÃO SOCIAL - CORRENTES | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 20.629,00 | | 20.629,00 | 19.116,26 | 19.116,26 | 92.67 | 92.67 | |
| 0102/080701 | 29 | 2011 | A | 29 | SUBSIDIOS PARA DESPESAS DE INVESTIMENTO | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 100,00 | | 100,00 | | | | | |
| 0102/080701 | 32 | 2011 | A | 32 | PROTOCOLO - LAR E SAD EM GEBELIM | OUTRA | 40.0 | 60.0 | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 28.000,00 | | 28.000,00 | 28.000,00 | 28.000,00 | 100.00 | 100.00 | |
| 0102/080701 | 33 | 2011 | A | 33 | PROTOCOLO - LAR E SAD EM PARADA | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | | | | | | | |
| 0102/07010306 | 98 | 2011 | I | 22 | EQUIPAMENTOS SOCIAIS DE APOIO A IDOSOS NAS DIVERSAS FREGUESIAS | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 50,00 | | 50,00 | | | | | |
| | 01 | 2014 | A | 1 | ATIVIDADES REALIZADAS COM IDOSOS | | | | 2014/01/01 | 2014/12/31 | 7.874,54 | | 7.874,54 | 6.499,04 | 6.499,04 | 82.53 | 82.53 | |
| 0102/020105 | 01 | 2014 | A | 1 | | | | | | 3.294,54 | | 3.294,54 | 2.548,26 | 2.548,26 | 77.35 | 77.35 | | |
| 0102/020210 | 01 | 2014 | A | 1 | | | | | | 2.975,00 | | 2.975,00 | 2.756,00 | 2.756,00 | 92.64 | 92.64 | | |
| 0102/020225 | 01 | 2014 | A | 1 | | | | | | 1.605,00 | | 1.605,00 | 1.194,78 | 1.194,78 | 74.44 | 74.44 | | |
| Habitação e servicos colectivos | | | | | | | | | | 1.257.738,20 | | 1.257.738,20 | 892.095,95 | 892.095,95 | 70.93 | 70.93 | | |
| Habitação | | | | | | | | | | 52.220,00 | | 52.220,00 | 33.117,85 | 33.117,85 | 63.42 | 63.42 | | |
| 0102/080802 | 33 | 2011 | A | 34 | APOIO A REABILITAÇÃO DE EDIFICIOS DE HABITAÇÃO A FAMILIAS CARENCIADAS | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 52.220,00 | | 52.220,00 | 33.117,85 | 33.117,85 | 63.42 | 63.42 | |
| Ordenamento do território | | | | | | | | | | 248.095,00 | | 248.095,00 | 151.999,96 | 151.999,96 | 61.27 | 61.27 | | |
| 0102/07010401 | 02 | 2011 | I | 25 | INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO URBANISTICA EM DIVERSAS FREGUESIAS DO CONCELHO | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 40.700,00 | | 40.700,00 | 33.050,25 | 33.050,25 | 81.20 | 81.20 | |
| | | | | | A TRANSPORTAR ... | | | 1.668.324,75 | | 1.668.324,75 | | 1.255.118,63 | 1.255.118,63 | | | | | |

| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|
| ENTIDADE | EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO | ANO CONTABILÍSTICO 2014 |
| MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | Até ao mês de Apuramento | |

Pagina : 4

| OBJECTIVO | CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA | CÓDIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | FORMA DE REALIZAÇÃO | FONTE DE FINANCIAMENTO | | | DATAS | | MONTANTE PREVISTO | | | MONTANTE EXECUTADO | | | EXEC. FINAN. CEIRA ANUAL % (a) | EXEC. FINAN. CEIRA GLOBAL % (b) | | |
|-------------------|--------------------------------|---------------------------------------|-----------|---------------------|------------------------|---|--|--------|--------------|-------------------|---------------|-------------------|--------------------|-------------------|------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------|--------------|
| | | | | | AC | AA | FC | INICIO | FIM | ANO | ANOS SEGUINTE | TOTAL | ANOS ANTERIORES | ANO | TOTAL | | | | |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | 2.866.952,95 | | 2.866.952,95 | | 2.098.099,26 | 2.098.099,26 | | | | | |
| 2.5.2. | 0102/020105 | 53 | 2011 | A | 54 | EXPOSIÇÕES E ACTIVIDADES SIMILARES | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 10.400,00 | | 10.400,00 | 9.623,06 | 9.623,06 | 92.53 | 92.53 | |
| | 0102/020216 | 53 | 2011 | A | 54 | | | | | | | 2.830,00 | | | 2.661,60 | | 94.05 | | |
| | 0102/020217 | 53 | 2011 | A | 54 | | | | | | | 70,00 | | | | | | | |
| | 0102/020220 | 53 | 2011 | A | 54 | | | | | | | 1.430,00 | | | 1.285,00 | | 89.86 | | |
| | 0102/020225 | 53 | 2011 | A | 54 | | | | | | | 5.800,00 | | | 5.676,46 | | 97.87 | | |
| | 0102/040701 | 89 | 2011 | A | 83 | PROTÓCOLO COM FILANDORRA | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 7.600,00 | | 7.600,00 | 7.500,01 | | 98.68 | 98.68 | |
| | | | | | | | | | | | | 162.331,00 | | 162.331,00 | 96.330,42 | | 96.330,42 | 59.34 | 59.34 |
| | 0102/07010307 | 21 | 2008 | I | 12 | CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS PARA A DINAMIZAÇÃO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | OUTRA | 20.0 | 80.0 | 2008/09/19 | 2014/12/31 | 1,00 | | 1,00 | 0,13 | 0,13 | 13.00 | 13.00 | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.5.3. | 0102/040701 | 52 | 2011 | A | 55 | APOIO A COLECTIVIDADES E ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 65.570,00 | | 65.570,00 | 61.500,60 | 61.500,60 | 93.79 | 93.79 | |
| | 0102/080701 | 52 | 2011 | A | 55 | | | | | | | 36.170,00 | | | 32.142,51 | | 88.87 | | |
| | | | | | | | | | | | | 29.400,00 | | | 29.358,09 | | 99.86 | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.1. | 0102/07010302 | 58 | 2011 | I | 70 | INTERVENÇÃO EM DIVERSOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS DO CONCELHO | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 94.100,00 | | 94.100,00 | 33.019,04 | 33.019,04 | 35.09 | 35.09 |
| 0102/07010409 | | 61 | 2011 | I | 85 | SINALIZAÇÃO E MARCAÇÃO DOS PERCURSOS PEDESTRES | OUTRA | 30.0 | 70.0 | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 310,00 | | 310,00 | 37,47 | 37,47 | 12.09 | 12.09 | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.2. | 0102/040701 | 56 | 2011 | A | 59 | APOIO A ORGANIZAÇÕES DE CARACTER CIVICO E RELIGIOSO | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 18.000,00 | | 18.000,00 | 16.322,18 | 16.322,18 | 90.68 | 90.68 | |
| | 0102/080701 | 56 | 2011 | A | 59 | | | | | | | 8.000,00 | | 8.000,00 | 7.300,00 | 7.300,00 | 91.25 | 91.25 | |
| | | | | | | | | | | | | 10.000,00 | | 10.000,00 | 9.022,18 | 9.022,18 | 90.22 | 90.22 | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.3. | 0102/040102 | 57 | 2011 | A | 60 | Funções económicas | | | | | | 1.240.323,02 | 164.528,15 | 1.404.851,17 | 1.010.487,46 | 1.010.487,46 | 81.47 | 81.47 | |
| | 0102/080102 | 57 | 2011 | A | 60 | Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca | | | | | | 337.267,85 | 164.528,15 | 501.796,00 | 230.170,64 | 230.170,64 | 68.25 | 68.25 | |
| | 0102/07010408 | 58 | 2011 | I | 73 | PROTÓCOLO DE COLABORAÇÃO-EDEAF-COOPERATIVA AGRICOLA E MUNICIPIO DE ALF. DA FE | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 1.043,00 | | 1.043,00 | 1.043,00 | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.3.1. | 0102/040102 | 57 | 2011 | A | 60 | Funções económicas | | | | | | 1.000,00 | | 1.000,00 | | | | | |
| | 0102/07010408 | 58 | 2011 | I | 73 | MANUTENÇÃO E BENEFICIAÇÃO DOS CAMINHOS RURAIS E FLORESTAIS DO CONCELHO | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 17.300,00 | | 17.300,00 | 17.147,99 | 17.147,99 | 99.12 | 99.12 | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | 3.821.370,20 | 164.528,15 | 3.985.898,35 | | 2.823.480,40 | 2.823.480,40 | | | | | |

| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|
| ENTIDADE | EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO | ANO CONTABILÍSTICO 2014 |
| MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | Até ao mês de Apuramento | |

Pagina : 5

| OBJECTIVO | CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA | CÓDIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | FORMA DE REALIZAÇÃO | FONTE DE FINANCIAMENTO | | | DATAS | | MONTANTE PREVISTO | | | MONTANTE EXECUTADO | | | EXEC. FINAN. CEIRA ANUAL % (a) | EXEC. FINAN. CEIRA GLOBAL % (b) | |
|-------------------|--------------------------------|---------------------------------------|-----------|---------------------|------------------------|---|------------|--------|------|-------------------|---------------|-------------------|---------------------|---------------------|-------------------|--------------------------------|---------------------------------|---------------|
| | | | | | AC | AA | FC | INICIO | FIM | ANO | ANOS SEGUINTE | TOTAL | ANOS ANTERIORES | ANO | TOTAL | | | |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | | 3.821.370,20 | 164.528,15 | 3.985.898,35 | | 2.823.480,40 | 2.823.480,40 | | | |
| 3.3.2. | 0102/07010401 | 14 | 2011 | I | 79 | REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DIVERSAS ESTRADAS DO CONCELHO | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 12.500,00 | | 12.500,00 | 10.819,89 | 10.819,89 | 86.56 | 86.56 |
| | 0102/07010401 | 15 | 2011 | I | 80 | REPARAÇÃO DE VARIOS ARRUMAMENTOS NO CONCELHO | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 11.700,00 | | 11.700,00 | 10.809,22 | 10.809,22 | 92.39 | 92.39 |
| | | | | | | Transportes aéreos | | | | | | 26.436,40 | | 26.436,40 | 25.813,47 | 25.813,47 | 97.64 | 97.64 |
| | 0102/07010413 | 55 | 2012 | I | 4 | CONSTRUÇÃO DE UM HELIPORTO JUNTO AO CENTRO DE SAUDE DE ALFÂNDEGA DA FE | OUTRA | 10.0 | 90.0 | 2012/01/01 | 2014/12/31 | 26.436,40 | | 26.436,40 | 25.813,47 | 25.813,47 | 97.64 | 97.64 |
| 3.4. | | | | | | Comércio e turismo | | | | | | 109.025,00 | | 109.025,00 | 90.939,41 | 90.939,41 | 83.41 | 83.41 |
| 3.4.1. | | | | | | Mercados e feiras | | | | | | 94.857,00 | | 94.857,00 | 83.822,91 | 83.822,91 | 88.37 | 88.37 |
| | | | | | | FESTA DA CEREJA | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 85.007,00 | | 85.007,00 | 80.535,97 | 80.535,97 | 94.74 | 94.74 |
| | 0102/020114 | 59 | 2011 | A | 62 | | | | | | | 50,00 | | | | | | |
| | 0102/020115 | 59 | 2011 | A | 62 | | | | | | | 5.800,00 | | | 5.704,30 | | 98.35 | |
| | 0102/020117 | 59 | 2011 | A | 62 | | | | | | | | | | | | | |
| | 0102/020118 | 59 | 2011 | A | 62 | | | | | | | 50,00 | | | | | | |
| | 0102/020121 | 59 | 2011 | A | 62 | | | | | | | 4.400,00 | | | 1.243,37 | | 28.26 | |
| | 0102/020214 | 59 | 2011 | A | 62 | | | | | | | | | | | | | |
| | 0102/020217 | 59 | 2011 | A | 62 | | | | | | | 7.800,00 | | | 7.702,29 | | 98.75 | |
| | 0102/020220 | 59 | 2011 | A | 62 | | | | | | | 3.150,00 | | | 3.000,00 | | 95.24 | |
| | 0102/020225 | 59 | 2011 | A | 62 | | | | | | | 63.757,00 | | | 62.886,01 | | 98.63 | |
| | | 60 | 2011 | A | 63 | MERCADINHO DA AMENDOA | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 650,00 | | 650,00 | 400,00 | 400,00 | 61.54 | 61.54 |
| | 0102/020105 | 60 | 2011 | A | 63 | | | | | | | 50,00 | | | | | | |
| | 0102/020115 | 60 | 2011 | A | 63 | | | | | | | 50,00 | | | | | | |
| | 0102/020217 | 60 | 2011 | A | 63 | | | | | | | 500,00 | | | 400,00 | | 80.00 | |
| | 0102/020220 | 60 | 2011 | A | 63 | | | | | | | 50,00 | | | | | | |
| | 0102/020225 | 60 | 2011 | A | 63 | | | | | | | | | | | | | |
| | | 61 | 2011 | I | 81 | REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO RECINTO DA FEIRA E AREA ENVOLVENTE | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 700,00 | | 700,00 | 492,29 | 492,29 | 70.33 | 70.33 |
| | 0102/07010303 | 61 | 2011 | I | 81 | | | | | | | 292,00 | | | 274,36 | | 93.96 | |
| | 0102/07010413 | 61 | 2011 | I | 81 | | | | | | | 408,00 | | | 217,93 | | 53.41 | |
| | | 01 | 2014 | A | 2 | FEIRA DOS PRODUTOS DA MONTANHA | | | | 2014/01/01 | 2014/12/31 | 8.500,00 | | 8.500,00 | 2.394,65 | 2.394,65 | 28.17 | 28.17 |
| | 0102/020121 | 01 | 2014 | A | 2 | | | | | | | 2.000,00 | | | | | | |
| | 0102/020225 | 01 | 2014 | A | 2 | | | | | | | 6.500,00 | | | 2.394,65 | | 36.84 | |
| 3.4.2. | | | | | | Turismo | | | | | | 14.168,00 | | 14.168,00 | 7.116,50 | 7.116,50 | 50.23 | 50.23 |
| | 0102/020220 | 61 | 2011 | A | 64 | FESTIVAL SETE SOIS E SETE LUAS | OUTRA | 30.0 | 70.0 | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 14.168,00 | | 14.168,00 | 7.116,50 | 7.116,50 | 50.23 | 50.23 |
| 3.5. | | | | | | Outras funções económicas | | | | | | 324.575,37 | | 324.575,37 | 276.500,00 | 276.500,00 | 85.19 | 85.19 |
| | | 62 | 2011 | A | 65 | PROTOCOLO - EDEAF-TRANSFERENCIAS PARA DESPESAS DE FUNCIONAMENTO E INVESTIMENTO | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 179.000,00 | | 179.000,00 | 179.000,00 | 179.000,00 | 100.00 | 100.00 |
| | 0102/04010101 | 62 | 2011 | A | 65 | | | | | | | 100.000,00 | | 100.000,00 | | 100.00 | | |
| | 0102/08010101 | 62 | 2011 | A | 65 | | | | | | | 79.000,00 | | 79.000,00 | | 100.00 | | |
| 4. | 0102/090701 | 63 | 2011 | A | 66 | COBERTURA DE PREJUIZOS DAS EMPRESAS MUNICIPAIS E AUMENTO DE CAPITAL | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 145.575,37 | | 145.575,37 | 97.500,00 | 97.500,00 | 66.98 | 66.98 |
| 4.3. | | | | | | Outras funções Diversas não especificadas | | | | | | 499.412,37 | 1.699.838,26 | 2.199.250,63 | 275.188,69 | 275.188,69 | 55.10 | 12.51 |
| | | | | | | Diversas não especificadas | | | | | | 499.412,37 | 1.699.838,26 | 2.199.250,63 | 275.188,69 | 275.188,69 | 55.10 | 12.51 |
| | 0102/07010413 | 72 | 2012 | I | 6 | PINTURAS DA FE -VILARCHÃO - LEGOINHA, SENDIM RIBEIRA; SENDIM DA SERRA, VALPEREIRO, VALVERDE | OUTRA | 15.0 | 85.0 | 2012/01/01 | 2014/12/31 | 85.500,00 | | 85.500,00 | 70.102,64 | 70.102,64 | 81.99 | 81.99 |
| | 0102/07010413 | 73 | 2012 | I | 7 | SAMBADE-CASA DA CULTURA (CASA DO POVO) | OUTRA | 15.0 | 85.0 | 2012/01/01 | 2014/12/31 | 135.520,00 | | 135.520,00 | 46.578,54 | 46.578,54 | 34.37 | 34.37 |
| | 0102/07010413 | 74 | 2012 | I | 8 | SAMBADE - ALDEIA TECNOLÓGICA E TURÍSTICA | OUTRA | 15.0 | 85.0 | 2012/01/01 | 2014/12/31 | 182.502,37 | | 182.502,37 | 101.254,14 | 101.254,14 | 55.48 | 55.48 |
| | | 76 | 2011 | A | 80 | OUTROS PROTOCOLOS DIVERSOS - INVESTIMENTO | OUTRA | 100.0 | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 95.840,00 | | 95.840,00 | 57.253,37 | 57.253,37 | 59.74 | 59.74 |
| | 0102/08050102 | 76 | 2011 | A | 80 | | | | | | | 55.240,00 | | 55.240,00 | 49.427,93 | 49.427,93 | 89.48 | 89.48 |
| | 0102/080701 | 76 | 2011 | A | 80 | | | | | | | 40.600,00 | | 40.600,00 | 7.825,44 | 7.825,44 | 19.27 | 19.27 |
| | 0102/07010405 | 01 | 2014 | I | 1 | CENTRO AMBIENTAL E BIOLÓGICO DA VILARIÇA | EMPREITADA | 15.0 | 85.0 | 2014/01/01 | 2014/12/31 | 30,00 | 600.000,00 | 600.030,00 | | | | |
| | 0102/07010401 | 02 | 2014 | I | 2 | VALORIZAÇÃO DA ENVOLVENTE A IGREGA MATRIZ DE SAMBADE | EMPREITADA | 15.0 | 85.0 | 2014/01/01 | 2014/12/31 | 10,00 | 499.838,26 | 499.848,26 | | | | |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | | 4.805.009,34 | 1.264.366,41 | 6.069.375,75 | | 3.513.551,08 | 3.513.551,08 | | | |

| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|
| ENTIDADE | EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO | ANO CONTABILÍSTICO 2014 |
| MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | Até ao mês de Apuramento | |

| OBJECTIVO | CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA | CÓDIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | FORMA DE REALIZAÇÃO | FONTE DE FINANCIAMENTO | | | DATAS | | MONTANTE PREVISTO | | | MONTANTE EXECUTADO | | | EXEC. FINANÇEIRA ANUAL % (a) | EXEC. FINANÇEIRA GLOBAL % (b) |
|-------------------|--------------------------------|---------------------------------------|-----------|---------------------|------------------------|------------------------|------------|--------|--------------|-------------------|---------------|-------|--------------------|--------------|-------|------------------------------|-------------------------------|
| | | | | | AC | AA | FC | INICIO | FIM | ANO | ANOS SEGUINTE | TOTAL | ANOS ANTERIORES | ANO | TOTAL | | |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | 4.805.009,34 | 1.264.366,41 | 6.069.375,75 | | 3.513.551,08 | 3.513.551,08 | | | |
| | 0102/070115 | 03 | 2014 | I | 3 | ROTA DOS FRESCOS DA FE | EMPREITADA | 15.0 | 85.0 | 2014/01/01 | 2014/12/31 | 10,00 | 600.000,00 | 600.010,00 | | | |
| TOTAL GERAL | | | | | | | | | 4.805.019,34 | 1.864.366,41 | 6.669.385,75 | | 3.513.551,08 | 3.513.551,08 | 73.12 | 52.68 | |

Anotações

- a) Execução Financeira Anual = (Executado no Ano * 100) / Previsto no Ano
- b) Execução Financeira Global = (Total Executado * 100) / (Realizado em Anos Anteriores + Total Previsto)

Em ___ de _____ de ____

Em ___ de _____ de ____

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE M.A.F.

MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ANO 2014

PAG. 1

| Recebimentos | | | Pagamentos | | |
|----------------------------------|--------------|---------------|------------------------------------|--------------|---------------|
| Saldo da gerência anterior | | 478.197,09 | Despesas orçamentais | | 9.019.674,06 |
| Execução orçamental | 304.717,54 | | Correntes | 6.665.991,17 | |
| Operações de tesouraria ... | 173.479,55 | | Capital | 2.353.682,89 | |
| Receitas orçamentais | | 8.967.967,65 | Operações de tesouraria | | 704.920,58 |
| Correntes | 6.731.987,65 | | Saldo para a gerência seguinte ... | | 368.561,18 |
| Capital | 2.228.967,30 | | Execução orçamental | 253.011,13 | |
| Outras | 7.012,70 | | Operações de tesouraria | 115.550,05 | |
| Operações de tesouraria | | 646.991,08 | Total | | 10.093.155,82 |
| Total | | 10.093.155,82 | | | |

Em ___ de _____ de ____

Em ___ de _____ de ____

FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE M.A.F.
PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO

MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ
- 2014/12/31

ANO 2014
Pág. 1

RECEBIMENTOS

| | | | |
|----------------------------------|--|--------------|--------------|
| SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | | | 478.197,09 |
| EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | | 304.717,54 | |
| OPERAÇÕES DE TESOUREARIA | | 173.479,55 | |
| RECEITAS ORÇAMENTAIS | | | 8.967.967,65 |
| 01 | IMPOSTOS DIRECTOS | 653.286,12 | |
| 0102 | OUTROS | 653.286,12 | |
| 010202 | IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS | 469.826,56 | |
| 010203 | IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO | 81.546,58 | |
| 010204 | IMP. M. S/ AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMOVEIS | 53.986,70 | |
| 010205 | DERRAMA | 47.926,28 | |
| 02 | IMPOSTOS INDIRECTOS | 10.241,13 | |
| 0202 | OUTROS | 10.241,13 | |
| 020206 | IMPOSTOS IND. ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 10.241,13 | |
| 02020602 | LOTEAMENTO E OBRAS | 10.231,13 | |
| 02020699 | OUTROS | 10,00 | |
| 0202069999 | OUTROS - OUTROS | 10,00 | |
| 04 | TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 307.041,32 | |
| 0401 | TAXAS | 301.728,21 | |
| 040123 | TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 301.728,21 | |
| 04012301 | MERCADOS E FEIRAS | 20.792,99 | |
| 04012302 | LOTEAMENTO OBRAS | 14.858,18 | |
| 04012303 | OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA | 105,50 | |
| 04012305 | ÇAÇA, USO E PORTE DE ARMA | 162,84 | |
| 04012399 | OUTROS | 265.808,70 | |
| 0401239901 | OUTROS - TDFTH | 467,40 | |
| 0401239902 | OUTROS - TAXA ESPECIFICAS DAS AUTARQUIAS | 261.188,79 | |
| 0401239999 | OUTROS - OUTROS | 4.152,51 | |
| 0402 | MULTAS E OUTRAS PENALIDADES: | 5.313,11 | |
| 040201 | JUROS DE MORA | 1.064,84 | |
| 040202 | JUROS COMPENSATÓRIOS | 449,51 | |
| 040204 | COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES | 69,66 | |
| 040299 | MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS | 3.729,10 | |
| 05 | RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE | 378.789,45 | |
| 0502 | JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS | 111,83 | |
| 050201 | BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | 111,83 | |
| 0510 | RENDAS | 378.677,62 | |
| 051099 | OUTROS | 378.677,62 | |
| 05109901 | OUTROS - EN(ELECTRICIDADE DO NORTE SA) | 287.823,69 | |
| 05109903 | OUTRAS-PARQUE EOLICO | 90.853,93 | |
| 06 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 5.035.716,58 | |
| 0603 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 5.010.595,86 | |
| 060301 | ESTADO | 4.869.822,61 | |
| 06030101 | FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO | 4.493.470,09 | |
| 06030102 | FUNDO SOCIAL MUNICIPAL | 73.720,00 | |
| 06030103 | PARTICIPAÇÃO FIXA NO IRS | 86.218,00 | |
| 06030199 | OUTROS | 216.414,52 | |
| 0603019901 | OUTROS - FUNDO SOCIAL EUROPEU | 106.852,32 | |
| 0603019905 | OUTROS-DIRECÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 33.795,00 | |
| 0603019907 | OUTROS-MINISTERIO DA EDUCAÇÃO | 62.900,14 | |
| 0603019908 | OUTROS-MINISTERIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE | 12.867,06 | |
| 060307 | SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 140.773,25 | |
| 06030701 | INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL | 140.773,25 | |
| 0607 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 8.300,00 | |
| 060701 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 8.300,00 | |
| 0609 | RESTO DO MUNDO | 16.820,72 | |
| 060901 | UNIÃO EUROPEIA- INSTITUIÇÕES | 16.820,72 | |
| 06090102 | IFADAP | 16.820,72 | |
| 07 | VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 268.721,74 | |

FLUXOS DE CAIXA

ANO 2014

ENTIDADE

M.A.F.

MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Pág. 2

RECEBIMENTOS

| | | | |
|-----------------------------------|--|--------------|---------------|
| 0701 | VENDA DE BENS | 148.513,74 | |
| 070102 | LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA | 809,10 | |
| 070103 | PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS | 3,40 | |
| 070108 | MERCADORIAS | 147.701,24 | |
| 07010801 | ÁGUA | 147.617,14 | |
| 07010899 | OUTRAS | 84,10 | |
| 0702 | SERVIÇOS | 77.555,85 | |
| 070209 | SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS | 77.555,85 | |
| 07020901 | SANEAMENTO | 890,32 | |
| 07020902 | RESÍDUOS SÓLIDOS | 72.653,16 | |
| 07020905 | CEMITÉRIOS | 1.080,00 | |
| 07020999 | OUTROS | 2.932,37 | |
| 0703 | RENDAS | 42.652,15 | |
| 070301 | HABITAÇÕES | 13.093,76 | |
| 070302 | EDIFÍCIOS | 20.943,61 | |
| 070399 | OUTRAS | 8.614,78 | |
| 08 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 78.191,31 | |
| 0801 | OUTRAS | 78.191,31 | |
| 080199 | OUTRAS | 78.191,31 | |
| 08019905 | FUNDO AMBIENTAL DA EDP- correntes | 64.180,50 | |
| 08019999 | DIVERSAS | 14.010,81 | |
| 09 | VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO | 202.791,33 | |
| 0901 | TERRENOS | 5.396,58 | |
| 090110 | FAMÍLIAS | 5.396,58 | |
| 0902 | HABITAÇÕES | 81.107,92 | |
| 090210 | FAMÍLIAS | 81.107,92 | |
| 0903 | EDIFÍCIOS | 112.385,83 | |
| 090301 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA | 16.700,00 | |
| 090302 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 95.685,83 | |
| 0904 | OUTROS BENS DE INVESTIMENTO | 3.901,00 | |
| 090406 | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO LOCAL-CONTINENTE | 3.901,00 | |
| 09040602 | MAQUINARIA E EQUIPAMENTO | 3.901,00 | |
| 10 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 948.364,35 | |
| 1003 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 836.479,76 | |
| 100301 | ESTADO | 538.832,80 | |
| 10030101 | FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO | 499.275,00 | |
| 10030199 | OUTROS | 39.557,80 | |
| 1003019912 | OUTROS_FUNDO DE EMERGENCIA MUNICIPAL | 39.557,80 | |
| 100307 | ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS | 297.646,96 | |
| 10030702 | FEDER | 297.646,96 | |
| 1009 | RESTO DO MUNDO | 111.884,59 | |
| 100901 | UNIÃO EUROPEIA- INSTITUIÇÕES | 111.884,59 | |
| 10090199 | OUTROS | 111.884,59 | |
| 1009019906 | PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL- PRODER | 111.884,59 | |
| 12 | PASSIVOS FINANCEIROS | 1.077.811,62 | |
| 1206 | EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS | 1.077.811,62 | |
| 120602 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 807.636,36 | |
| 120603 | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- ESTADO | 270.175,26 | |
| 15 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 7.012,70 | |
| 1501 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 7.012,70 | |
| 150101 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 7.012,70 | |
| TOTAL DAS RECEITA CORRENTES..... | | 6.731.987,65 | |
| TOTAL DAS RECEITA DE CAPITAL..... | | 2.228.967,30 | |
| TOTAL DE OUTRAS RECEITAS | | 7.012,70 | |
| OPERAÇÕES DE TESOURARIA. | | | 646.991,08 |
| TOTAL | | | 10.093.155,82 |

FLUXOS DE CAIXA

ANO 2014

ENTIDADE M.A.F.

MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Pág. 3

| PAGAMENTOS | | | |
|-----------------------------------|-----------------|---|---------------------|
| DESPESAS ORÇAMENTAIS | | | 9.019.674,06 |
| 01 | | ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL | 9.019.674,06 |
| 0101 | | ASSEMBLEIA MUNICIPAL | 5.915,52 |
| 0101 | 01 | DESPESAS COM O PESSOAL | 5.915,52 |
| 0101 | 0102 | ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS | 5.915,52 |
| 0101 | 010213 | OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS | 5.915,52 |
| 0101 | 01021302 | OUTROS | 5.915,52 |
| 0102 | | CÂMARA MUNICIPAL | 7.250.660,49 |
| 0102 | 01 | DESPESAS COM O PESSOAL | 2.849.213,78 |
| 0102 | 0101 | REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES | 2.170.879,19 |
| 0102 | 010101 | TIT.DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃO AUT. | 107.298,48 |
| 0102 | 010103 | PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DA FUNÇÃO PÚBLICA | 1.055.540,86 |
| 0102 | 01010301 | PESSOAL EM FUNÇÕES | 1.055.540,86 |
| 0102 | 010104 | PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL | 172.678,51 |
| 0102 | 01010401 | PESSOAL EM FUNÇÕES | 172.678,51 |
| 0102 | 010106 | PESSOAL CONTRATADO A TERMO | 294.009,42 |
| 0102 | 01010601 | PESSOAL EM FUNÇÕES | 294.009,42 |
| 0102 | 010108 | PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO | 1,85 |
| 0102 | 010109 | PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO | 62.168,10 |
| 0102 | 010110 | GRATIFICAÇÕES | 10.686,63 |
| 0102 | 010111 | REPRESENTAÇÃO | 31.598,90 |
| 0102 | 010113 | SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO | 125.085,38 |
| 0102 | 010114 | SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL | 311.811,06 |
| 0102 | 0102 | ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS | 55.279,27 |
| 0102 | 010202 | HORAS EXTRAORDINÁRIAS | 24.744,53 |
| 0102 | 010204 | AJUDAS DE CUSTO | 21.339,31 |
| 0102 | 010205 | ABONO PARA FALHAS | 4.585,35 |
| 0102 | 010206 | FORMAÇÃO | 780,00 |
| 0102 | 010211 | SUBSÍDIO DE TURNO | 3.830,08 |
| 0102 | 0103 | SEGURANÇA SOCIAL | 623.055,32 |
| 0102 | 010301 | ENCARGOS COM A SAÚDE | 84.674,89 |
| 0102 | 010303 | SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS | 26.117,37 |
| 0102 | 010305 | CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL | 486.468,63 |
| 0102 | 01030502 | SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO | 486.468,63 |
| 0102 | 0103050201 | CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES | 320.611,19 |
| 0102 | 0103050202 | SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL | 165.857,44 |
| 0102 | 010308 | OUTRAS PENSÕES | 4.859,71 |
| 0102 | 010309 | SEGUROS | 20.934,72 |
| 0102 | 01030901 | SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISS | 20.934,72 |
| 0102 | 02 | AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | 1.874.043,04 |
| 0102 | 0201 | AQUISIÇÃO DE BENS | 460.050,60 |
| 0102 | 020101 | MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS | 10.068,88 |
| 0102 | 020102 | COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES | 91.273,69 |
| 0102 | 02010201 | GASOLINA | 9.889,41 |
| 0102 | 02010202 | GASÓLEO | 77.737,54 |
| 0102 | 02010299 | OUTROS | 3.646,74 |
| 0102 | 020104 | LIMPEZA E HIGIENE | 3.289,23 |
| 0102 | 020105 | ALIMENTAÇÃO-REFEIÇÕES CONFECCIONADAS | 42.671,52 |
| 0102 | 020106 | ALIMENTAÇÃO-GÊNEROS PARA CONFECCIONAR | 2.926,63 |
| 0102 | 020107 | VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS | 2.058,52 |
| 0102 | 020108 | MATERIAL DE ESCRITÓRIO | 3.373,86 |
| 0102 | 020110 | PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS | 47,29 |
| 0102 | 020111 | MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO | 19,60 |
| 0102 | 020112 | MATERIAL DE TRANSPORTE-PEÇAS | 14.683,95 |
| 0102 | 020115 | PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS | 7.413,62 |
| 0102 | 020116 | MERCADORIAS PARA VENDA | 253.286,38 |
| 0102 | 02011601 | ÁGUA | 253.286,38 |
| 0102 | 020117 | FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS | 5.799,30 |
| 0102 | 020118 | LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA | 268,11 |
| 0102 | 020120 | MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO | 2.741,34 |
| 0102 | 020121 | OUTROS BENS | 20.128,68 |
| 0102 | 0202 | AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS | 1.413.992,44 |

FLUXOS DE CAIXA

ANO 2014

ENTIDADE M.A.F.

MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Pág. 4

PAGAMENTOS

| | | | |
|------|----------|--|---------------------|
| 0102 | 020201 | ENCARGOS DE INSTALAÇÕES | 210.075,72 |
| 0102 | 020203 | CONSERVAÇÃO DE BENS | 45.381,77 |
| 0102 | 020209 | COMUNICAÇÕES | 36.056,56 |
| 0102 | 020210 | TRANSPORTES | 109.664,30 |
| 0102 | 020211 | REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS | 6.373,27 |
| 0102 | 020212 | SEGUROS | 14.100,32 |
| 0102 | 020213 | DESLOCAÇÕES E ESTADAS | 10.533,43 |
| 0102 | 020215 | FORMAÇÃO | 2.325,50 |
| 0102 | 020216 | SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES | 3.883,20 |
| 0102 | 020217 | PUBLICIDADE | 16.247,98 |
| 0102 | 020218 | VIGILÂNCIA E SEGURANÇA | 472,32 |
| 0102 | 020219 | ASSISTÊNCIA TÉCNICA | 48.786,43 |
| 0102 | 020220 | OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS | 560.276,30 |
| 0102 | 020224 | ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS | 21.465,41 |
| 0102 | 020225 | OUTROS SERVIÇOS | 328.349,93 |
| 0102 | 03 | JUROS E OUTROS ENCARGOS | 26.852,32 |
| 0102 | 0305 | OUTROS JUROS | 12.046,59 |
| 0102 | 030502 | OUTROS | 12.046,59 |
| 0102 | 0306 | OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS | 14.805,73 |
| 0102 | 030601 | OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS | 14.805,73 |
| 0102 | 04 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 713.155,42 |
| 0102 | 0401 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS | 105.986,24 |
| 0102 | 040101 | PÚBLICAS | 100.000,00 |
| 0102 | 04010101 | EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS | 100.000,00 |
| 0102 | 040102 | PRIVADAS | 5.986,24 |
| 0102 | 0405 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 215.053,28 |
| 0102 | 040501 | CONTINENTE | 215.053,28 |
| 0102 | 04050102 | FREGUESIAS | 19.969,24 |
| 0102 | 04050104 | ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS | 195.084,04 |
| 0102 | 0407 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 196.971,34 |
| 0102 | 040701 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 196.971,34 |
| 0102 | 0408 | FAMÍLIAS | 195.144,56 |
| 0102 | 040802 | OUTRAS | 195.144,56 |
| 0102 | 05 | SUBSÍDIOS | 2.200,00 |
| 0102 | 0508 | FAMÍLIAS | 2.200,00 |
| 0102 | 050803 | OUTRAS | 2.200,00 |
| 0102 | 06 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 32.233,67 |
| 0102 | 0602 | DIVERSAS | 32.233,67 |
| 0102 | 060203 | OUTRAS | 32.233,67 |
| 0102 | 06020301 | RESTITUIÇÕES | 1.350,67 |
| 0102 | 06020305 | DIVERSAS - OUTRAS | 30.883,00 |
| 0102 | 07 | AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL | 1.259.839,17 |
| 0102 | 0701 | INVESTIMENTOS | 1.259.839,17 |
| 0102 | 070103 | EDIFÍCIOS | 304.565,02 |
| 0102 | 07010302 | INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS | 294.785,67 |
| 0102 | 07010303 | MERCADOS E INSTALAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA | 274,36 |
| 0102 | 07010305 | ESCOLAS | 2.360,64 |
| 0102 | 07010307 | OUTROS | 7.144,35 |
| 0102 | 070104 | CONSTRUÇÕES DIVERSAS | 855.089,68 |
| 0102 | 07010401 | VIADUTOS, ARRUMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES | 176.014,52 |
| 0102 | 07010402 | SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS | 15.864,94 |
| 0102 | 07010404 | ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 45.733,40 |
| 0102 | 07010407 | CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA | 41.060,90 |
| 0102 | 07010408 | VIAÇÃO RURAL | 17.147,99 |
| 0102 | 07010409 | SINALIZAÇÃO E TRANSITO | 20.746,59 |
| 0102 | 07010413 | OUTROS | 538.521,34 |
| 0102 | 070106 | MATERIAL DE TRANSPORTES | 36.043,77 |
| 0102 | 07010601 | AQUISIÇÃO | 5.658,00 |
| 0102 | 07010602 | REPARAÇÃO | 30.385,77 |
| 0102 | 070107 | EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA | 4.704,39 |
| 0102 | 070109 | EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO | 8.027,76 |
| 0102 | 070110 | EQUIPAMENTO BÁSICO | 38.778,85 |
| 0102 | 07011002 | OUTROS | 38.778,85 |

FLUXOS DE CAIXA

ANO 2014

ENTIDADE

M.A.F.

MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Pág. 5

| PAGAMENTOS | | | | | |
|------------|----------|--|--------------|---------------------|---------------|
| 0102 | 070111 | FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS | | 4.849,30 | |
| 0102 | 070113 | INVESTIMENTOS INCORPÓREOS | | 3.075,00 | |
| 0102 | 070115 | OUTROS INVESTIMENTOS | | 4.705,40 | |
| 0102 | 08 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | | 395.623,09 | |
| 0102 | 0801 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS | | 79.000,00 | |
| 0102 | 080101 | PÚBLICAS | | 79.000,00 | |
| 0102 | 08010101 | EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS | | 79.000,00 | |
| 0102 | 0805 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | | 174.820,59 | |
| 0102 | 080501 | CONTINENTE | | 174.820,59 | |
| 0102 | 08050102 | FREGUESIAS | | 103.442,42 | |
| 0102 | 08050104 | ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS | | 71.378,17 | |
| 0102 | 0807 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | | 108.684,65 | |
| 0102 | 080701 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | | 108.684,65 | |
| 0102 | 0808 | FAMÍLIAS | | 33.117,85 | |
| 0102 | 080802 | OUTRAS | | 33.117,85 | |
| 0102 | 09 | ACTIVOS FINANCEIROS | | 97.500,00 | |
| 0102 | 0907 | ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES | | 97.500,00 | |
| 0102 | 090701 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PRI | | 97.500,00 | |
| 0103 | | OPERAÇÕES FINANCEIRAS | 1.763.098,05 | | |
| 0103 | 03 | JUROS E OUTROS ENCARGOS | | 1.162.377,42 | |
| 0103 | 0301 | JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA | | 1.160.262,27 | |
| 0103 | 030103 | SOCIEDADES FINANCEIRAS-BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÃO | | 1.160.262,27 | |
| 0103 | 03010302 | EMPRESTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZO | | 1.160.262,27 | |
| 0103 | 0302 | OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA | | 2.115,15 | |
| 0103 | 030201 | DESPESAS DIVERSAS | | 2.115,15 | |
| 0103 | 10 | PASSIVOS FINANCEIROS | | 600.720,63 | |
| 0103 | 1006 | EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS | | 600.720,63 | |
| 0103 | 100603 | SOCIEDADES FINANCEIRAS-BANCOS OUTRAS INSTITUIÇÕES | | 600.720,63 | |
| | | TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES | | 6.665.991,17 | |
| | | TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL | | 2.353.682,89 | |
| | | OPERAÇÕES DE TESOURARIA | | | 704.920,58 |
| | | SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE | | | 368.561,18 |
| | | EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | | 253.011,13 | |
| | | OPERAÇÕES DE TESOURARIA | | 115.550,05 | |
| | | TOTAL | | | 10.093.155,82 |

Em ___ de _____ de ____

Em ___ de _____ de ____

CONTAS DE ORDEM

ENTIDADE M.A.F.

MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ANO 2014

PAG. 1

| Código | Descrição | Valores | | Código | Descrição | Valores | |
|--------|-------------------------------|--------------|--------------|--------|--------------------------------|--------------|--------------|
| | | | | | | | |
| | SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | | 1.627.888,86 | | GARANTIAS E CAUÇÕES ACIONADAS | | |
| | GARANTIAS E CAUÇÕES | 285.244,29 | | | GARANTIAS E CAUÇÕES DEVOLVIDAS | | |
| | RECIBOS PARA COBRANÇA | 43.457,24 | | | RECEITA VIRTUAL COBRADA | | 479.312,74 |
| | GARANTIAS | 1.299.187,33 | | | RECEITA VIRTUAL ANULADA | | 8.722,02 |
| | GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS | | | | SALDO PARA A GERENCIA SEGUINTE | | 1.644.693,28 |
| | RECEITA VIRTUAL LIQUIDADA | | 504.839,18 | | GARANTIAS E CAUÇÕES | 285.244,29 | |
| | | | | | RECIBOS PARA COBRANÇA | 60.261,66 | |
| | | | | | GARANTIAS | 1.299.187,33 | |
| | | | | | Total geral | | 2.132.728,04 |
| | Total geral | | 2.132.728,04 | | | | |

Em ___ de _____ de ____

Em ___ de _____ de ____

| ENTIDADE | | OPERAÇÕES DE TESOUREARIA | | | | | DATA | ANO | PAGINA |
|-------------------|----------|--|----------------------------|----------|-----------------|----------|--------------------------------|----------|--------|
| M.A.F. | | | | | | | 2015/04/15 | 2014 | 1 |
| COD. CONTA | TERCEIRO | DESIGNAÇÃO | SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | | MOVIMENTO ANUAL | | SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE | | |
| | | | DEVEDOR | CREADOR | DEBITO | CREDITO | DEVEDOR | CREADOR | |
| 21 | | CLIENTES/CONTRIBUINTES/UTENTES | | 5.984,86 | 1.110,00 | 1.110,00 | | 5.984,86 | |
| 21.7 | | CLIENTES E UTENTES C/CAUÇÕES | | 5.984,86 | 1.110,00 | 1.110,00 | | 5.984,86 | |
| 21.7.1 | | CAUÇÕES DE LOTEAMENTO E OBRA | | 5.984,86 | | | | 5.984,86 | |
| | 3204 | JOSE AVELINO ABREU | | 3.625,96 | | | | 3.625,96 | |
| | 3272 | JOÃO MANUEL JANUÁRIO | | 50,00 | | | | 50,00 | |
| | 3321 | LEONEL DOS SANTOS | | 100,00 | | | | 100,00 | |
| | 3642 | ANTERO AUGUSTO FERNANDES AMARAL | | 63,00 | | | | 63,00 | |
| | 3653 | ISABEL MARIA BERNARDO ROXO | | 80,00 | | | | 80,00 | |
| | 3655 | JAIME DE JESUS SARO TORRES | | 200,00 | | | | 200,00 | |
| | 4069 | ANA SOFIA DA SILVA ARAÚJO | | 608,40 | | | | 608,40 | |
| | 4265 | ARTUR JOSE PEREIRA | | 456,30 | | | | 456,30 | |
| | 4321 | JOSE ALBERTO BEBIANO | | 801,20 | | | | 801,20 | |
| 21.7.2 | | CAUÇÕES DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO | | | 1.110,00 | 1.110,00 | | | |
| | 2217 | Sandra Fátima Caseiro Lopes Soeiro | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 2227 | COOPERATIVA AGRICOLA DE ALFANDEGA FE, C.R.L. | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 2766 | VIRGINIA DE JESUS TENIZ MATIAS | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 3056 | MARIA DE LURDES BARBEIRO DINIS GOMES | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 3095 | CASA ELECTRO-DIAS DE CARLOS MANUEL LOBO DIAS | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 3232 | SONIA MARIA TEIXEIRA VIEIRA | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 3240 | LUIS ANTONIO CORREIA MONICO | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 3244 | MARIA LEOPOLDINA ALENDOURO | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 3442 | TALHO/COZINHA REGIONAL DE FUMEIROS DE PEDRO MANUEL BEBIANO | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | | PEDRO MANUEL BEBIANO | | | | | | | |
| | 3711 | MONICA SUSANA MOREIRAS CARLOS | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 3783 | MAPAVENTURA-DESPORTO E ANIMAÇÃO TURÍSTICA, LDA | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 3967 | MARIA ALZIRA VAZ | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4075 | SANDRINA DA CONCEIÇÃO MATIAS AIRES | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4144 | ANABELA SIMOES PIRES CANCELA | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4157 | IVANETE SOLANGE CARONA ESCOBAR | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4188 | MARIA DA ASCENSAO CASEIRO MARTINS | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4403 | MARIA DE LURDES GABRIEL FERREIRA | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4405 | MANUEL JOSE BRAVO | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4406 | MARIA ADELAIDE BEBIANO POUSADO | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4407 | DOCINHO - UM DOCE DE LOJA DE MARIA ISABEL PANDA CLAUDINO | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4408 | DORABELA SOARES SAMPAIO PEREIRA PINTO | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4409 | CAMINHO IMBATIVEL, LDA | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4410 | FACAS PIRES PALAÇOULO | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4411 | JOSÉ DA CRUZ PERA MACIAS | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4412 | FRANCISCA MENDES UNIPessoal, LDA | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4413 | JOSÉ & MOURA, LDA | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4419 | ARMANDINO JOSÉ DOMINGUES TORRÃO | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4424 | PÃO QUENTE E PASTELARIA AVÓ MOLEIRO, LDA | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4429 | AGUSTIN GONZALO LORENZO | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4433 | FERNANDO AUGUSTO VALES MAXIMO | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4435 | MARCELINO AUGUSTO PIRES DOS SANTOS | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4448 | ANTÓNIO AUGUSTO SOUSA | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4455 | DEOLINDA DE JESUS CARRAZEDA R. RODRIGUES | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4456 | QUINTA DA VEIGUINHA - QUELJARIA ARTESANAL, LDA | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4457 | BM ANALISES CLINICAS DE MARIA MANUELA GOUVEIA DUARTE, S.A. | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4458 | VLADIMIRO JOÃO COSTA LOPES | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4459 | JOSÉ DIAMANTINO GOMES DE CASTRO | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4460 | MARIA ASSUNÇÃO PEREIRA DA SILVA | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4461 | ANTONIO MANUEL PINHEIRO GONÇALVES | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4495 | Performadance, Reparacoes Gerais, Unipessoal, Lda | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4529 | Mld Cervejeiros Artesanais, Lda | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4642 | Roberto Reis Garcia | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4643 | Dulia Conceicao Baccelar Serodio | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| A TRANSPORTAR ... | | | | 5.984,86 | 1.110,00 | 1.110,00 | | 5.984,86 | |

| ENTIDADE | | OPERAÇÕES DE TESOUREARIA | | | | | DATA | ANO | PAGINA |
|------------|----------|---|----------------------------|-----------|-----------------|------------|--------------------------------|-----------|--------|
| M.A.F. | | | | | | | 2015/04/15 | 2014 | 2 |
| COD. CONTA | TERCEIRO | DESIGNAÇÃO | SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | | MOVIMENTO ANUAL | | SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE | | |
| | | | DEVEDOR | CREADOR | DEBITO | CREDITO | DEVEDOR | CREADOR | |
| | | TRANSPORTE ... | | 5.984,86 | 1.110,00 | 1.110,00 | | 5.984,86 | |
| | 4644 | Nuno Andre Ribeiro Valente Lucas Ferreira | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4645 | CARLA ALEXANDRA DE FREITAS COURACEIRO | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4646 | Maria Natalia Correia Dias Fernandes | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4647 | Elisabete Cristina Moreiras Ferreira | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4648 | Bruno Miguel Miranda Terroso | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4649 | Ana Virginia Gabriel | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4650 | Deolinda Da Conceição Ferreira Morais | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4651 | Maria De Lurdes De Oliveira Marques | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4652 | Mario Fernando Vaz Salgado | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4654 | Iberiensis, Lda | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4660 | Armindo Pintor Venancio | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4661 | MARIA JOSÉ CHAVES BAPTISTA VENTURA | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4662 | Jmv - Pastelarias, Lda - Solooco | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4663 | ABILIO MANUEL ARAUJO BORGES | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4665 | Ana Natalia Teixeira Brizido Nogueira | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4666 | Maria De Lurdes Do Nascimento Escudeiro | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4669 | Maria De Fatima Pires Rodrigues | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4670 | Palmira Pires Peres Falcao | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4672 | Antonio Jose De Olivera Martins Praia | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4673 | Filipe Jose Da Cunha Moreira De Sousa | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4674 | Cristina Maria De Sá Rodrigues | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4675 | Marco Alexandre Dos Santos Ferraz | | | 10,00 | 10,00 | | | |
| | 4677 | Hiper Sofisticado Unipessoal, Lda | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4678 | Carlos Manuel Marcelino Duarte | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4679 | Quinta Da Bolfata | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4680 | AZEVINHO | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4681 | Maria Eugénia Dias Bento | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| | 4689 | Amelia Guedes Amaro Oliveira | | | 20,00 | 20,00 | | | |
| 24 | | ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS | 43.612,96 | | 587.629,08 | 579.641,81 | | 35.625,69 | |
| 24.2 | | Retenção de impostos sobre rendimentos | 22.063,26 | | 271.077,07 | 268.898,21 | | 19.884,40 | |
| 24.2.1 | | Trabalho dependente | 20.463,00 | | 249.957,00 | 247.228,00 | | 17.734,00 | |
| 24.2.2 | | Trabalho independente | 198,26 | | 4.552,07 | 5.404,21 | | 1.050,40 | |
| 24.2.3 | | Sobre Taxa Extraordinaria 3,5% | 1.402,00 | | 16.568,00 | 16.266,00 | | 1.100,00 | |
| 24.4 | | Restantes impostos | | | 91,38 | 98,69 | | 7,31 | |
| 24.4.4 | | SEF-SERVIÇOS DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS | | | 91,38 | 98,69 | | 7,31 | |
| 24.5 | | Contribuições para a Seguranca Social | 21.549,70 | | 316.451,63 | 310.635,91 | | 15.733,98 | |
| 24.5.1 | | CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES | 11.199,12 | | 174.515,06 | 174.891,29 | | 11.575,35 | |
| 24.5.1.1 | | CGA-DESCONTO DO PESSOAL | 11.199,12 | | 174.515,06 | 174.891,29 | | 11.575,35 | |
| 24.5.2 | | ADSE | 3.471,45 | | 63.627,72 | 60.156,27 | | | |
| 24.5.2.1 | | ADSE-DESCONTOS DO PESSOAL | 3.471,45 | | 63.627,72 | 60.156,27 | | | |
| 24.5.3 | | IGFSS - SEGURANÇA SOCIAL | 6.879,13 | | 78.308,85 | 75.588,35 | | 4.158,63 | |
| 24.5.3.1 | | I.G.F.S.S.- DESCONTOS DO PESSOAL | 6.879,13 | | 78.308,85 | 75.588,35 | | 4.158,63 | |
| 24.9 | | Outras tributações | | | 9,00 | 9,00 | | | |
| 24.9.9 | | Outras | | | 9,00 | 9,00 | | | |
| 24.9.9.5 | | CONSERVATORIA DOS REGISTOS CENTRAIS | | | 9,00 | 9,00 | | | |
| 26 | | OUTROS DEVEDORES E CREDORES | 123.881,73 | | 116.181,50 | 66.239,27 | | 73.939,50 | |
| 26.2 | | Pessoal | 831,68 | | 3.098,38 | 2.727,31 | | 460,61 | |
| 26.2.6 | | Cauções do pessoal | 501,16 | | 501,16 | 300,00 | | 300,00 | |
| | 102 | RUI PAULO ALMENDRA ARAUJO | | | 99,76 | 100,00 | | 100,00 | |
| | 451 | JOSE PAULO CUNHA | | | | 100,00 | | 100,00 | |
| | 943 | TESOUREIRO DO MUNICIPIO DE ALF.DA FE | 301,40 | | 301,40 | | | | |
| | 1594 | MANUEL LEOPOLDO REBOREDO JACOB | 100,00 | | 100,00 | 100,00 | | 100,00 | |
| 26.2.9 | | Outras operações com o pessoal | 330,52 | | 2.597,22 | 2.427,31 | | 160,61 | |
| 26.2.9.1 | | Emolumentos de Notario Privativo | | | 175,00 | 175,00 | | | |
| 26.2.9.2 | | Execuções Fiscais | 330,52 | | 2.422,22 | 2.252,31 | | 160,61 | |
| 26.3 | | Sindicatos | 494,48 | | 5.938,70 | 5.952,32 | | 508,10 | |
| 26.3.1 | | STAL | 379,44 | | 4.638,21 | 4.664,61 | | 405,84 | |
| | | A TRANSPORTAR ... | | 50.808,94 | 596.475,67 | 588.143,73 | | 42.477,00 | |

| ENTIDADE | | OPERAÇÕES DE TESOUREARIA | | | | | DATA | ANO | PAGINA |
|------------|----------|--|----------------------------|------------|-----------------|------------|--------------------------------|------------|--------|
| M.A.F. | | | | | | | 2015/04/15 | 2014 | 3 |
| COD. CONTA | TERCEIRO | DESIGNAÇÃO | SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | | MOVIMENTO ANUAL | | SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE | | |
| | | | DEVEDOR | CREDOR | DEBITO | CREDITO | DEVEDOR | CREDOR | |
| | | TRANSPORTE ... | | 50.808,94 | 596.475,67 | 588.143,73 | | 42.477,00 | |
| 26.3.4 | | SINTAP | | 85,22 | 1.044,89 | 1.049,15 | | 89,48 | |
| 26.3.7 | | STAE-SINDICATO T. SUPERIORES,T.ADMI | | 29,82 | 255,60 | 238,56 | | 12,78 | |
| 26.8 | | Devedores e credores diversos | | 122.555,57 | 107.144,42 | 57.559,64 | | 72.970,79 | |
| 26.8.2 | | Devedores de transferências p/as autarquias locais | | 365,24 | | 153,09 | | 518,33 | |
| 26.8.2.1 | | Estado | | 365,24 | | 153,09 | | 518,33 | |
| 26.8.2.1.3 | | IVA - INVERSÃO | | 365,24 | | 51,52 | | 416,76 | |
| 26.8.2.1.4 | | IVA AQUISIÇÕES INTRACOMUNITARIAS | | | | 101,57 | | 101,57 | |
| 26.8.5 | | DEVEDORES E CREDORES DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS | | 532,74 | 4.575,80 | 4.258,41 | | 215,35 | |
| 26.8.5.2 | | DIRECÇÃO GERAL DAS FLORESTAS | | 185,04 | 567,01 | 389,77 | | 7,80 | |
| 26.8.5.2.3 | | RENOVAÇÃO CARTA DA CAÇADOR DENTRO DO PRAZO | | 169,79 | 337,55 | 175,56 | | 7,80 | |
| 26.8.5.2.4 | | RENOVAÇÃO CARTA DA CAÇADOR FORA DO PRAZO | | 15,25 | 213,86 | 198,61 | | | |
| 26.8.5.2.5 | | CONCESSÃO DE CARTA DE CAÇADOR | | | 15,60 | 15,60 | | | |
| 26.8.5.9 | | OUTROS | | 347,70 | 4.008,79 | 3.868,64 | | 207,55 | |
| 26.8.5.9.1 | | DESCONTOS DE VENCIMENTOS PARA PENHORAS | | 268,14 | 3.109,81 | 2.979,90 | | 138,23 | |
| 26.8.5.9.2 | | ATAM | | 58,89 | 650,94 | 640,70 | | 48,65 | |
| 26.8.5.9.5 | | SEGURO DE GRUPO-COMPANHIA SEGUROS IMPERIO BONANÇA | | 20,67 | 248,04 | 248,04 | | 20,67 | |
| 26.8.8 | | OUTROS DEVEDORES | | 121.657,59 | 86.215,10 | 36.794,62 | | 72.237,11 | |
| 26.8.8.9 | | OUTROS DEVEDORES DIVERSOS | | 121.657,59 | 86.215,10 | 36.794,62 | | 72.237,11 | |
| 26.8.8.9.1 | | FORNECEDORES COM CAUÇÃO-INDIVIDUAL | | 121.657,59 | 86.215,10 | 36.794,62 | | 72.237,11 | |
| | 713 | EFACEC AMBIENTE, S.A. | | 1.604,10 | | | | 1.604,10 | |
| | 1045 | LEITE & ALVES, LDA | | 998,59 | | | | 998,59 | |
| | 1384 | EMPREITEL - S.A | | 2.839,33 | | | | 2.839,33 | |
| | 1474 | SANABA, LDA | | 2.149,22 | 2.149,22 | | | | |
| | 1538 | SOPUBLICAS-SOC. OBRAS PUB. CONSTRUCOES, S.A. | | 35,15 | 35,15 | | | | |
| | 1539 | ENORTE-EMPREITEIROS, S.A. | | 0,01 | 0,01 | | | | |
| | 1629 | VALENTIM AUGUSTO INOCENCIO | | 1.062,60 | | | | 1.062,60 | |
| | 1862 | FERREIRA & BEBIANO, LDA | | 1.643,43 | 308,49 | 1.135,18 | | 2.470,12 | |
| | 1915 | ARMANDO MANUEL PIRES | | 3.660,79 | 1.281,10 | 9.344,56 | | 11.724,25 | |
| | 1974 | CARLOS ALBERTO ROCHA | | | | 504,01 | | 504,01 | |
| | 2038 | C. ALVES & PIMENTEL, LDA | | 2.107,20 | | | | 2.107,20 | |
| | 2361 | LADARIO-SOC.CONSTRUCOES LDA | | 3.694,47 | | | | 3.694,47 | |
| | 2453 | CONSTRUCOES NOGUEIRA & COSTA LDA | | 994,72 | | | | 994,72 | |
| | 2631 | ECOTECNICA-ELEVACAO E TRATAMENTO DE AGUAS E ESGOTOS LDA. | | 15.693,82 | 15.693,82 | | | | |
| | 2849 | GUALDIM ANCIAES AMADO & FILHOS, LDA | | 15.140,65 | 3,21 | 1.799,30 | | 16.936,74 | |
| | 3418 | SILVICORGO-TRANSPORTES E SERVIÇOS, LDA | | 1.084,89 | | | | 1.084,89 | |
| | 3695 | HIGINO PINHEIRO & IRMAO LDA. | | 2.204,52 | | 15.675,09 | | 17.879,61 | |
| | 4181 | JAIME NOGUEIRA E FILHOS, LDA | | 62.265,43 | 62.265,43 | | | | |
| | 4256 | LUIS ANTONIO CANTEIRO | | | | 112,50 | | 112,50 | |
| | 4382 | JOSE ANTONIO PATRAO, LDA | | 4.478,67 | 4.478,67 | 822,32 | | 822,32 | |
| | 4482 | ANTEROS EMPREITEIROS S. A. | | | | 149,99 | | 149,99 | |
| | 4623 | PAULO JORGE PACHECO PIRES | | | | 748,55 | | 748,55 | |
| | 4766 | Floponor-florestas E Obras Publicas Do Norte S.a. | | | | 6.503,12 | | 6.503,12 | |
| 26.8.9 | | Credores Diversos - Outros | | | 16.353,52 | 16.353,52 | | | |
| 26.8.9.6 | | MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA | | | 16.353,52 | 16.353,52 | | | |
| 26.8.9.6.1 | | STAPE - GRATIFICAÇÕES DAS MESAS DE VOTOS | | | 13.845,20 | 13.845,20 | | | |
| 26.8.9.6.2 | | S.T.A.P.E.- FREGUESIAS | | | 2.508,32 | 2.508,32 | | | |
| | | TOTAL ... | | 173.479,55 | 704.920,58 | 646.991,08 | | 115.550,05 | |

Em ___ de _____ de ____

Em ___ de _____ de ____

MAPA DOS DESCONTOS, RETENCOES NA FONTE E OUTROS

PAG. 1

| CODIGO | DESIGNACAO | SALDO INICIAL | JANEIRO | FEVEREIRO | MARCO | ABRIL | MAIO | JUNHO | JULHO | AGOSTO | SETEMBRO | OUTUBRO | NOVEMBRO | DEZEMBRO | TOTAL | ENTREGAS DO EXERCÍCIO | SALDO FINAL |
|--------|------------------------------|---------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|-----------------------|-------------|
| 242 | RETENÇÃO DO I.R. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2421 | Trabalho dependente | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 24211 | IRS - (Categoria A) | | 38.222,00 | 17.861,00 | 18.065,00 | 18.016,00 | 19.127,00 | 38.537,00 | 21.704,00 | 20.732,00 | 21.619,00 | 18.255,00 | 17.819,00 | 17.734,00 | 267.691,00 | 249.957,00 | 17.734,00 |
| 24212 | Imposto de sêlo | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2422 | Trab.indep.-(Cat.B) | | 446,11 | 284,45 | 154,10 | 155,83 | 315,67 | 677,40 | 1.786,20 | 233,85 | 175,89 | 154,10 | 168,47 | 1.050,40 | 5.602,47 | 4.552,07 | 1.050,40 |
| 2423 | Capitais | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2424 | Prediais | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2425+2 | Sobre outros rendimentos | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 243 | IVA | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2436 | Iva a pagar | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2437 | Iva a recuperar | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 244 | RESTANTES IMPOSTOS | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2441 | Imposto Selo | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 245 | CONTRIB.SEGUR.SOCIAL | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 24531 | C.G.A.- Desc.Pessoal | | 22.879,30 | 11.287,96 | 11.287,00 | 11.292,60 | 35.870,82 | 22.706,65 | 11.943,85 | 11.881,44 | 11.923,65 | 11.855,93 | 11.585,86 | 11.575,35 | 186.090,41 | 174.515,06 | 11.575,35 |
| 24533 | C.G.A.- Empreitadas | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2451 | A.D.S.E. | | 7.144,90 | 3.670,41 | 3.763,87 | 3.679,33 | 4.222,31 | 10.358,48 | 5.508,10 | 5.358,23 | 5.449,59 | 4.876,23 | 4.795,37 | 4.800,90 | 63.627,72 | 63.627,72 | |
| 24542 | IGFSS - Desc.Pessoal | | 13.241,22 | 6.398,99 | 6.879,17 | 6.433,64 | 6.193,53 | 11.521,74 | 6.752,87 | 6.096,80 | 6.200,01 | 4.297,63 | 4.293,25 | 4.158,63 | 82.467,48 | 78.308,85 | 4.158,63 |
| 264 | OUTROS DESC.PESSOAL | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2641 | Descontos Judiciais | | 536,28 | 268,14 | 515,24 | 196,68 | 240,65 | 223,58 | 223,58 | 223,58 | 229,23 | 234,96 | 217,89 | 138,23 | 3.248,04 | 3.109,81 | 138,23 |
| 2642 | Emol.Tribun. Contas | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 268520 | Caixa Geral de Depósitos | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 268520 | Companhia Seguros Império | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 268520 | Companhia Seguros Vitória | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 268520 | Shell | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 268520 | Fundo Pensões | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2643 | Cantina dos SMAS | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2644 | GDCR-Gru.Desportivo | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 268560 | Resultantes de empreitadas | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 268560 | Resultantes de fornecimentos | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 268560 | Resultantes de fossas | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 268560 | Outras Cauções | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2645 | A.T.A.M. | | 111,37 | 52,48 | 52,49 | 52,52 | 52,51 | 58,61 | 58,61 | 58,61 | 56,51 | 48,95 | 48,28 | 48,65 | 699,59 | 650,94 | 48,65 |
| 2646 | Cª Seguros Império | | 41,34 | 20,67 | 20,67 | 20,67 | 20,67 | 20,67 | 20,67 | 20,67 | 20,67 | 20,67 | 20,67 | 20,67 | 268,71 | 248,04 | 20,67 |
| 2647 | Div.Prest.Compleme. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2648 | C.M.B. - Renda Casa | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 263 | SINDICATOS | | 980,62 | 485,64 | 486,46 | 480,40 | 473,84 | 508,84 | 499,33 | 501,47 | 510,85 | 502,30 | 508,95 | 508,10 | 6.446,80 | 5.938,70 | 508,10 |
| 268 | DEVED.CRED.DIVERSOS | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 268 | Diversos | | | | | | 9,00 | | | | | | | | 9,00 | 9,00 | |
| 268 | diversos - devedores | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 268 | diveros - credores | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | TOTAL ... | | 83.603,14 | 40.329,74 | 41.224,00 | 40.336,67 | 66.517,00 | 84.612,97 | 48.497,21 | 45.106,65 | 46.185,40 | 40.245,77 | 39.457,74 | 40.034,93 | 616.151,22 | 580.917,19 | 35.234,03 |

..., em ... de de
(Assinaturas)

MAPA DAS ENTREGAS DOS DESCONTOS, RETENCOES NA FONTE E OUTROS

PAG. 1

| CODIGO | DESIGNACAO | JANEIRO | FEVEREIRO | MARCO | ABRIL | MAIO | JUNHO | JULHO | AGOSTO | SETEMBRO | OUTUBRO | NOVEMBRO | DEZEMBRO | TOTAL |
|--------|------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| 242 | RETENÇÃO DO I.R. | | | | | | | | | | | | | |
| 2421 | Trabalho dependente | | | | | | | | | | | | | |
| 24211 | IRS - (Categoria A) | 20.463,00 | 17.759,00 | 17.861,00 | 19.392,00 | 18.016,00 | 17.800,00 | 38.537,00 | 21.704,00 | 20.732,00 | 21.619,00 | 18.255,00 | 17.819,00 | 249.957,00 |
| 24212 | Imposto de sêlo | | | | | | | | | | | | | |
| 2422 | Trab.indep.-(Cat.B) | 292,01 | 154,10 | 284,45 | 154,10 | 155,83 | 315,67 | 677,40 | 1.786,20 | 233,85 | 175,89 | 154,10 | 168,47 | 4.552,07 |
| 2423 | Capitais | | | | | | | | | | | | | |
| 2424 | Prediais | | | | | | | | | | | | | |
| 2425+2 | Sobre outros rendimentos | | | | | | | | | | | | | |
| 243 | IVA | | | | | | | | | | | | | |
| 2436 | Iva a pagar | | | | | | | | | | | | | |
| 2437 | Iva a recuperar | | | | | | | | | | | | | |
| 244 | RESTANTES IMPOSTOS | | | | | | | | | | | | | |
| 2441 | Imposto Selo | | | | | | | | | | | | | |
| 245 | CONTRIB.SEGUR.SOCIAL | | | | | | | | | | | | | |
| 24531 | C.G.A.- Desc.Pessoal | 11.639,88 | 11.239,42 | 11.287,96 | 24.381,26 | 22.990,30 | 11.078,86 | 22.706,65 | 11.943,85 | 11.881,44 | 11.923,65 | 11.855,93 | 11.585,86 | 174.515,06 |
| 24533 | C.G.A.- Empreitadas | | | | | | | | | | | | | |
| 2451 | A.D.S.E. | 3.471,45 | 3.673,45 | 3.670,41 | 7.443,20 | 4.222,31 | 10.358,48 | 5.508,10 | 5.358,23 | 5.449,59 | 4.876,23 | 4.795,37 | 4.800,90 | 63.627,72 |
| 24542 | IGFSS - Desc.Pessoal | 6.879,13 | 6.362,09 | 6.398,99 | 6.879,17 | 6.433,64 | 6.193,53 | 11.521,74 | 6.716,75 | 6.096,80 | 6.200,01 | 4.297,59 | 4.329,41 | 78.308,85 |
| 264 | OUTROS DESC.PESSOAL | | | | | | | | | | | | | |
| 2641 | Descontos Judiciais | 268,14 | 268,14 | 268,14 | 515,24 | 196,68 | 240,65 | 223,58 | 223,58 | 223,58 | 229,23 | 234,96 | 217,89 | 3.109,81 |
| 2642 | Emol.Tribun. Contas | | | | | | | | | | | | | |
| 268520 | Caixa Geral de Depósitos | | | | | | | | | | | | | |
| 268520 | Companhia Seguros Império | | | | | | | | | | | | | |
| 268520 | Companhia Seguros Vitória | | | | | | | | | | | | | |
| 268520 | Shell | | | | | | | | | | | | | |
| 268520 | Fundo Pensões | | | | | | | | | | | | | |
| 2643 | Cantina dos SMAS | | | | | | | | | | | | | |
| 2644 | GDCR-Gru.Desportivo | | | | | | | | | | | | | |
| 268560 | Resultantes de empreitadas | | | | | | | | | | | | | |
| 268560 | Resultantes de fornecimentos | | | | | | | | | | | | | |
| 268560 | Resultantes de fossas | | | | | | | | | | | | | |
| 268560 | Outras Cauções | | | | | | | | | | | | | |
| 2645 | A.T.A.M. | 58,89 | 52,48 | 52,48 | 52,49 | 52,52 | 52,51 | 58,61 | 58,61 | 58,61 | 56,51 | 48,95 | 48,28 | 650,94 |
| 2646 | Cª Seguros Império | 20,67 | 20,67 | 20,67 | 20,67 | 20,67 | 20,67 | 20,67 | 20,67 | 20,67 | 20,67 | 20,67 | 20,67 | 248,04 |
| 2647 | Div.Prest.Compleme. | | | | | | | | | | | | | |
| 2648 | C.M.B. - Renda Casa | | | | | | | | | | | | | |
| 263 | SINDICATOS | 494,48 | 486,14 | 485,64 | 486,46 | 480,40 | 473,84 | 508,84 | 499,33 | 501,47 | 510,85 | 502,30 | 508,95 | 5.938,70 |
| 268 | DEVED.CRED.DIVERSOS | | | | | | | | | | | | | |
| 268 | Diversos | | | | | 9,00 | | | | | | | | 9,00 |
| 268 | diversos - devedores | | | | | | | | | | | | | |
| 268 | diveros - credores | | | | | | | | | | | | | |
| | TOTAL ... | 43.587,65 | 40.015,49 | 40.329,74 | 59.324,59 | 52.577,35 | 46.534,21 | 79.762,59 | 48.311,22 | 45.198,01 | 45.612,04 | 40.164,87 | 39.499,43 | 580.917,19 |

..., em ... de de ...
(Assinaturas)

| | | |
|--|---|--|
| CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE - MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | | 8.1 |
| 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE | | 8.1.1 |
| 1.1 | ENDEREÇO POSTAL: Largo D. Dinis – 5350-045 – Alfândega da Fé | |
| | TELEFONE – TELEX/TELEFAX: 279468120 - 279462619 | |
| | N.º IDENTIFICAÇÃO FISCAL – 506 647 498 | |
| 1.2 | NÚMERO DE ELEITORES | |
| MUNICÍPIO | Até 10 000 | <input checked="" type="checkbox"/> |
| | Mais de 10 000 e menos de 40 000 | <input type="checkbox"/> |
| | Igual ou superior a 40 000 | <input type="checkbox"/> |
| FONTE: | | |
| 2 | LEGISLAÇÃO | 8.1.2 |
| | Data de Constituição ____/____/____ | Publicada no D. R. de ____/____/____ |
| | | |
| | | |
| 3 | Estrutura Orgânica | 8.1.2 |
| 3.1 | Serviços Municipalizados | |
| | A Câmara Municipal tem Serviços Municipalizados | Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> |
| | Se respondeu SIM, especifique quais e indique os respectivos grupos | |
| | _____ | |
| | _____ | |
| 3.2 | Empresas Municipais | |
| | A Câmara Municipal tem Empresas Municipais | Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> |
| | Se respondeu SIM, especifique quais e indique os respectivos grupos | |
| | ALFANDEGATUR | |
| | _____ | |
| | _____ | |
| 3.3 | Órgãos | |
| | Tem órgãos de natureza consultiva | <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> |
| | Tem órgãos de fiscalização | <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> |

| | |
|---|--------------------|
| 3.4 | ORGANOGRAMA |
| Deverá anexar o organograma e diploma que o aprovou (Regulamento n.º 631/2010- DR, 2º serie, nº 142 de 23 de Julho de 2010 e Despacho n.º 645/2011- DR, 2º serie, nº6 de 10 de Janeiro de 2011) | |

| | | |
|-------------|--|--------------|
| 4 | DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES | 8.1.4 |
| <hr/> <hr/> | | |

| | | |
|------------|--|--|
| 5 | RECURSOS HUMANOS | 8.1.5 |
| 5.1 | Identificação dos membros do órgão executivo | |
| Presidente | Berta Ferreira Milheiro Nunes | |
| Vereador | Eduardo Manuel Dobrões Tavares | Pelouro |
| | | Urbanismo; Protecção Civil; Sanidade Pecuária; Empresas Municipais; Agricultura. Gabinete de Apoio a Criação de emprego e candidaturas |
| | António Manuel Amaral Salgueiro | Obras Municipais; Mercado e feiras; Biblioteca Municipal, Educação desporto o Serviços urbanos. |

| | |
|--------------------------|----------------------------|
| 5.2 | NÚMERO DE VERADORES |
| Em regime de permanência | 2 |
| A meio tempo | 0 |
| Restantes vereadores | 2 |
| FONTE: | |

| | | |
|--|--|-------------------------------------|
| 6 | ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA | 8.1.6 |
| 1 – Descrição das características do sistema informativo | Sigma.Net - POCAL | |
| 2 – Demonstração Financeiras Intervalares | | |
| Documentadas | <input type="checkbox"/> S | <input type="checkbox"/> N |
| Periodicidade | <input checked="" type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Semestral |
| 3 – Descentralização Contabilística | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Em caso afirmativo descreva | | |
| Outras informações | | |

| | | |
|----------|-------------------------|--------------|
| 7 | OUTRA INFORMAÇÃO | 8.1.7 |
|----------|-------------------------|--------------|

| 7.1 REGULAMENTOS INTERNOS E OUTROS DOCUMENTOS INFORMATIVOS | | | | |
|--|-------------------|--------------------|-------------------|--------------------|
| | Data da aprovação | | Data da alteração | |
| | Órgão Executivo | Órgão deliberativo | Órgão executivo | Órgão deliberativo |
| Inventário | 11-04-2011 | 25-04-2011 | | |
| Norma de controlo interno | 28-03-2011 | 25-04-2011 | 25-11-2013 | 30-11-2013 |
| Balanço inicial | 22-03-2004 | 24-04-2004 | | |
| Normas regulamentares à execução do orçamento | | | | |
| Outras | | | | |

| 7.2 ACÇÕES INSPECTIVAS | | | | |
|--|--------------------|--------------------|-----------------|--------------------|
| Entidade | Anos De incidência | | | |
| | Órgão executivo | Órgão deliberativo | Órgão executivo | Órgão deliberativo |
| | 2009 | 2010 | 2013 | 2013 |
| Inspecção-geral de Finanças | | | | |
| Inspecção-geral da Administração Local | 21-06-2010 | 21-06-2010 | 31-06-2013 | 31-06-2013 |

| 7.3 DOCUMENTOS DE GESTÃO | | | |
|--|--|--|-------------|
| | Data da Aprovação pelo Órgão Executivo | Data da Publicação pelo Órgão Deliberativo | Observações |
| Grandes Opções do Plano 2014 | 11-11-2013 | 30-11-2013 | |
| Orçamento 2014 | 11-11-2013 | 30-11-2013 | |
| Documentos de Prestação de Contas 2013 | 22-04-2014 | 25-04-2014 | |
| Outras | | | |

| 7.4 RECEITAS E DESPESAS DO MUNICÍPIO | Valores em euros |
|--|---------------------|
| Receitas do Município em 2014: | |
| Receitas Correntes | 6.665.991,17 |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro | 4.493.470,09 |
| Fundo Social Municipal | 73.720,00 |
| Participação Fixa no IRS | 86218,00 |
| Receitas de Capital 2014 | 2.353.682,89 |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro | |
| Despesas Investimento do Município em 2014: | |
| Pagamentos em Investimentos no ano de 2014 | 1.259.839,17 |

| 7.5 Associação de Municípios e Empresas Públicas Municipais | Valores em euros |
|---|------------------|
| Quota-parte das Amortizações e Encargos Financeiros: | |
| Associação de Município e CIM | |
| Empresas Publicas Municipais | |

| 7.6 Despesas com pessoal: | Valores em euros |
|---|------------------|
| Pessoal do Quadro e Pessoal Fora do Quadro 2014 | 2.855.129,30 |

| 8 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES | |
|--|--|
| | |
| | |

Serviço de Gestão de Recursos Humanos
 Serviço de Taxas e Licenças
 Serviço de Contabilidade, Gestão Financeira e Patrimonial
 Serviço de Apoios Comunitários e Desenvolvimento Local
 Tesouraria
 Serviço de Património Histórico e Cultural, Arqueologia e Museologia
 Arquivo Histórico e Documental
 Biblioteca Municipal
 Serviço de Turismo
 Serviço de Desporto e Tempos Livres
 Mercados e Feiras
 Serviço de Transportes e Rede Escolar

Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos

Serviço de Obras Municipais
 Serviço de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos
 Serviço de Ordenamento do Território e Sistema de Informação Geográfica
 Fiscalização Municipal
 Serviço de Infra-Estruturas, Oficinas, Máquinas e Viaturas

Conservação da Rede Viária e Edifícios Municipais
 Trânsito e Sinalização
 Electricidade e Iluminação Pública
 Máquinas e Viaturas Pesadas
 Carpintaria
 Oficina Auto
 Serralharia
 Armazém

Serviço de Ambiente e Serviços Urbanos

Resíduos e Limpeza
 Espaços Verdes
 Água e Saneamento
 Cemitério

204138917

MUNICÍPIO DE ALENQUER

Aviso n.º 947/2011

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de um posto de trabalho para a categoria de técnico superior, da carreira de técnico superior — área de arquitecto, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado.

Lista unitária de ordenação final

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento comum em epígrafe, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 105, de 31 de Maio de 2010, homologada por despacho de 30 de Dezembro de 2010.

Candidatos Aprovados

Sílvia Filipa Batista Tomás — 14,10
 Rita Maria Bonifácio Simões Pereira — 13,59
 Marlene Maria da Silva — 12,88
 Francisco José Tristão Ferreira — 12,66
 Maria Inês Vitorino Gomes Correia — 12,44
 Ana Isabel Paulo Moniz — 11,93
 Inês Videira Lopes Andrade Miranda — 11,88
 Ana Sofia da Cruz Abrantes Morgado — 11,72

Candidatos Excluídos

Alexandra Maria de Carvalho Gregório *b)*
 Ana Maria Marques Santos *b)*
 Ana Paula Batalha Lopes *a)*
 Ana Sofia Pina de Ascensão Serra *a)*
 Andreia Paula Lino de Sousa Ribeiro *a)*
 Cristina Isabel dos Santos Romão Afonso *b)*
 Diana Catarina Marcos Neto *b)*
 Diana Maria Canhoto Cardoso *b)*
 Diogo Miguel Aguiar de Almeida *a)*
 Fernanda Maria Oliveira Freitas *b)*
 Filipa Mira Costa Pinto *b)*

Hugo Gaspar de Oliveira Ferreira *b)*
 Hugo Miguel Ferreira Salvador *a)*
 Inês Filipa Pinheiro Peste *b)*
 Joana Isabel Lampreia de Menezes Gonçalves *b)*
 Joana Silvério Grego de Oliveira *b)*
 João Filipe da Silva Duarte Fernandes *b)*
 Jorge Manuel Pires de Carvalho *b)*
 Luís Filipe Rodrigues Nico Fôjo *b)*
 Luís Manuel Félix Pinote *a)*
 Luís Miguel Serafim da Silva *c)*
 Marco André Henriques da Silva Sênica *a)*
 Miguel Alexandre Silvestre de Sousa Moreira *a)*
 Mónica Inês Gomes Paulino *a)*
 Paula João Carvalho Dias *b)*
 Pedro Miguel Nunes Gavancha Monteiro *a)*
 Pedro Miguel Marques Ferreira *b)*
 Rui Filipe Coelho de Sousa *b)*
 Sérgio Augusto Barbosa Pinto *b)*
 Sérgio Filipe Marques Ferreira *b)*
 Sérgio Manuel Fernandes Esteves da Costa *b)*
 Sofia Daniela Cardoso das Neves *b)*
 Sofia Rita Trindade do Carmo Santos Coelho *a)*
 Sónia Alexandra Gomes dos Reis Ferreira *a)*

a) O candidato teve um resultado inferior a 9,5 valores na prova de conhecimentos.

b) O candidato não compareceu à prova de conhecimentos.

c) O candidato na 1.ª fase do método de selecção de Avaliação Psicológica obteve o resultado de menção de Não Apto.

Para os efeitos consignados no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, a lista unitária encontra-se afixada em local visível e público, disponível na página electrónica do Município.

Alenquer, 30 de Dezembro de 2010. — O Presidente da Câmara,
Jorge Manuel da Cunha Mendes Riso.

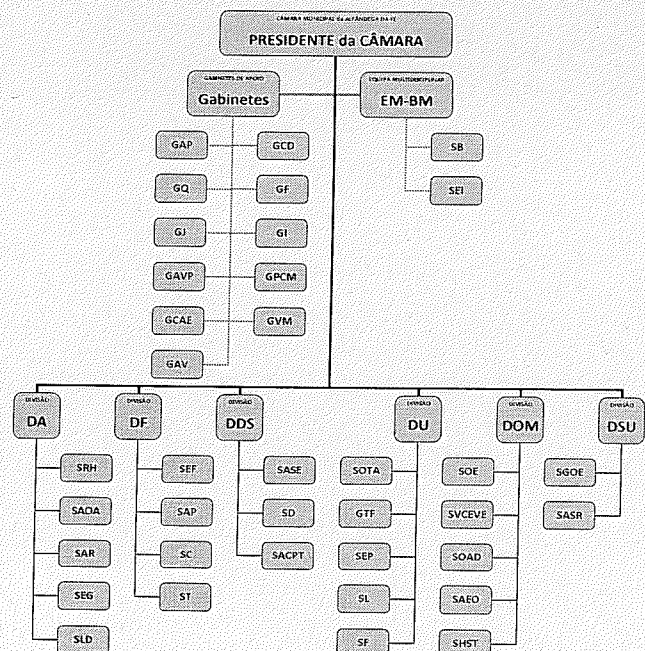
304144302

MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Despacho n.º 645/2011

Para os devidos efeitos torna-se público o Organograma da Câmara Municipal de Alfândega da Fé que foi aprovado com o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais nos termos dos art.ºs 6.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro e que foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 142 de 23.07.2010, em texto integral.

30 de Dezembro de 2010. — A Presidente da Câmara, *Dr.ª Berta Ferreira Milheiro Nunes.*



204143703



PARTE H

MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Regulamento n.º 631/2010

Para os devidos efeitos torna-se público que, nos termos da conjugação dos arts 6 e 10 do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, reunida em sessão ordinária de 17 de Julho de 2010, aprovou, o novo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM), conforme a seguir se publica, em texto integral, na sequência da proposta da Câmara Municipal tomada em reunião de 12 de Julho de 2010

Paços do Concelho de Alfândega da Fé, 19 de Julho de 2010. — A Presidente da Câmara Municipal, *Berta Ferreira Milheiro Nunes*.

Regulamento de Organização dos Serviços Municipais

Nota justificativa

O Regulamento de Organização dos Serviços Municipais que ora se propõe visa afinar aspectos orgânicos e contribuir para uma melhor resposta aos cidadãos. Pretende-se, por conseguinte, conceber um modelo de funcionamento e repartição de competências para que a instituição possa responder melhor aos cidadãos percorrendo o caminho da desburocratização e da modernização administrativa.

A acção dos Serviços Municipais será permanente referenciada a um planeamento global e sectorial, definido pelos órgãos da autarquia, em função da necessidade de promover a melhoria de condições de vida das populações e de desenvolvimento económico, social e cultural do concelho.

Aponta-se também, por outro lado, no sentido de dotar os serviços de um conteúdo funcional mais claro, melhor definido e arrumado, na medida em que tal constitui uma ferramenta crucial para que, com um descritivo apurado de competências, se criem circuitos de decisão mais expeditos.

Por conseguinte, propunha-se uma matriz estrutural mista, de acordo com a legislação em vigor, que compreende unidades orgânicas flexíveis, subunidades orgânicas e equipas multidisciplinares.

Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo art. 241.º da Constituição da República Portuguesa, ao abrigo e nos termos do disposto no art. 64.º, n.º 6, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, e ainda no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, se elabora o presente Regulamento, que se submete à aprovação da Câmara Municipal.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1

Âmbito de Aplicação

1 — O presente Regulamento define os objectivos, a organização e os níveis de actuação dos serviços da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, bem como os princípios que os regem, e estabelece os níveis de direcção e de hierarquia que articulam os serviços municipais dentro da Câmara e o respectivo funcionamento, nos termos e respeito pela legislação em vigor.

2 — O presente Regulamento aplica-se a todos os serviços da Câmara Municipal, mesmo os desconcentrados.

Artigo 2

Superintendência

A superintendência e coordenação geral dos serviços compete ao Presidente da Câmara Municipal, nos termos da legislação em vigor.

Os vereadores terão nesta matéria os poderes que lhe forem delegados pelo Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 3

Princípios Gerais

Os serviços municipais regem-se pelos seguintes princípios gerais:

- 1) Sentido de serviço à população e aos cidadãos;
- 2) Respeito absoluto pela legalidade, pela igualdade de tratamento de todos os cidadãos e pelos direitos e interesses destes protegidos por lei;
- 3) Transparência, diálogo e participação expressos numa atitude permanente de interacção com as populações;
- 4) Qualidade, inovação e procura de contínua introdução de soluções inovadoras capazes de permitir a racionalização e desburocratização e o aumento de produtividade na prestação de serviços à população;
- 5) Qualidade de gestão assente em critérios técnicos, económicos e financeiros eficazes associados a critérios da solidariedade social.

Artigo 4

Princípios Deontológicos

Os trabalhadores municipais reger-se-ão, no exercício da sua actividade profissional, pela legislação em vigor e, nomeadamente, pelos princípios deontológicos da Administração Pública.

Artigo 5

Princípios de Gestão

- 1 — A gestão municipal desenvolve-se no quadro jurídico geral aplicável à Administração Local.
- 2 — A gestão municipal atende aos princípios técnico-administrativos da gestão por objectivos, do planeamento, programação e orçamentação e controlo das actividades.
- 3 — Os serviços municipais orientam a sua actividade para a prossecução dos objectivos de natureza política, social e económica definida pelos órgãos municipais.
- 4 — Os objectivos municipais serão prosseguidos com base nas orientações definidas nos elementos fundamentais do planeamento municipal, através da contínua procura da eficiência e eficácia social e económica e do equilíbrio financeiro.
- 5 — O processo prático de gestão municipal deverá ainda atender à necessidade de coordenação permanente entre os diversos serviços municipais, à responsabilidade dos dirigentes e trabalhadores dos serviços municipais, ao controlo, prestação de contas e avaliação do desempenho, bem como ao permanente diálogo e participação com a população.

Artigo 6

Delegação de Competências

A delegação de competências será utilizada como instrumento de desburocratização e racionalização administrativa, no sentido de criar uma maior eficiência e celeridade nas decisões, devendo respeitar o quadro legal existente.

Artigo 7

Afectação e Mobilidade do Pessoal

- 1 — Compete ao Presidente da Câmara Municipal, no âmbito dos seus poderes de superintendência e gestão dos serviços municipais, proceder à afectação do pessoal constante no mapa de pessoal;
- 2 — A distribuição e mobilidade do pessoal dentro de cada unidade ou serviço, é da competência da respectiva chefia, com conhecimento prévio do Presidente da Câmara Municipal ou do Vereador com poderes delegados.

Artigo 8

Obrigações Comuns aos Responsáveis das Unidades Orgânicas

- 1 — Os responsáveis das unidades orgânicas têm a seu cargo a gestão e coordenação das actividades que lhes estão destinadas, de modo a assegurar a execução dos objectivos superiormente estabelecidos.
- 2 — Não obstante cada unidade orgânica ter definida a sua missão, cabe a cada responsável elaborar e manter actualizada a regulamentação necessária ao funcionamento do seu serviço, designadamente: distribuição de trabalho; definição de processos; definição de circuitos de comunicação, com respeito pelos princípios da organização e da

articulação comum entre os serviços, recorrendo de preferência a ferramentas da qualidade.

3 — Todas as unidades orgânicas, através do seu responsável, têm de submeter a aprovação superior os documentos produzidos no âmbito do funcionamento do seu serviço, nomeadamente o manual de gestão, para registo e monitorização no Gabinete da Qualidade;

4 — Os responsáveis das unidades orgânicas devem ter em conta, no âmbito da sua acção, a progressiva capacitação e satisfação dos trabalhadores, a melhoria contínua dos processos e a inovação;

5 — O dever de informação, cooperação ou colaboração é comum aos responsáveis de todas as unidades orgânicas, nomeadamente para o contributo do planeamento, orçamento, relatórios, avaliação e auto-avaliação da sua unidade, que lhe forem superiormente solicitados ou previamente estabelecidos.

Artigo 9

Qualificação e Grau dos Dirigentes

Para além dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau definidos na lei, de acordo com o art. 16 do Decreto-Lei n. 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n. 104/2006, de 7 de Junho, está estabelecido, no seu n. 3 que a estrutura orgânica pode ainda prever cargos de direcção intermédia de 3.º Grau ou inferior.

Assim, são cargos dirigentes, na estrutura orgânica da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, os cargos de direcção de 2.º grau e de 3.º grau ou inferior

Artigo 10

Estatuto Remuneratório

Os titulares dos cargos dirigentes de 3.º grau têm direito a uma remuneração equivalente a 65 por cento do valor da remuneração fixa para o cargo de direcção superior de 1.º grau, a que acrescem despesas de representação no valor correspondente a 35 por cento do valor das despesas de representação fixadas para os cargos de direcção intermédia de 1.º grau.

Artigo 11

Recrutamento Dirigentes 3.º Grau

Os cargos de Direcção Intermédia de 3.º Grau são recrutados de entre trabalhadores dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de coordenação e controlo e que reúnam no mínimo quatro anos de experiência profissional na área de actuação do cargo e que detenham licenciatura ou 12.º ano complementado com formação adequada ao exercício das funções a exercer.

Artigo 12

Estrutura Orgânica

Para a prossecução das suas atribuições legais, a Câmara Municipal de Alfândega da Fé dispõe dos seguintes serviços municipais, organizados segundo o organograma que consta do anexo I.

Seis Divisões:

Divisão Administrativa (DA);
Divisão Financeira (DF);
Divisão de Desenvolvimento Social (DDS);
Divisão de Urbanismo (DU);
Divisão de Obras Municipais (DOM);
Divisão de Serviços Urbanos (DSU).

Uma Equipa Multidisciplinar da Biblioteca Municipal (EM-BM).

Artigo 13

Atribuições e Competências dos Serviços

O conjunto de atribuições e competência adiante descritas para cada serviço municipal constituem o quadro de referência da respectiva actividade, podendo no entanto ser ampliadas ou modificadas por deliberação do órgão executivo municipal.

CAPÍTULO II

Gabinetes

Artigo 14

Gabinete de Apoio da Presidente (GAP)

Ao Gabinete de Apoio da Presidente compete, designadamente:

a) Promover junto da população, especialmente a do concelho, e demais instituições a imagem do município face às necessidades do

desenvolvimento harmonioso do concelho e aos problemas concretos da população;

b) Promover a comunicação eficiente e útil entre os munícipes e o município, estimulando o diálogo permanente, a co-responsabilização colectiva e a melhoria da qualidade dos serviços prestados;

c) Preparar contratos exteriores, organizar a agenda, marcando as reuniões com entidades externas e com os diversos responsáveis dos serviços municipais, e assegurar a correspondência protocolar.

Artigo 15

Gabinete de Comunicação e Divulgação (GCD)

Ao Gabinete de Comunicação e Divulgação compete, designadamente:

a) Constituir o suporte da gestão da informação e da imagem do município, operacionalizar a estratégia de comunicação, assegurar a coordenação e a realização de acções no domínio da comunicação social, da divulgação da informação e do protocolo.

b) Conceber, executar e acompanhar o plano de comunicação global do município, assegurando as actividades de informação, imagem, marketing, publicidade e protocolo em estreita articulação com as demais unidades orgânicas;

c) Delinear, propor e executar a estratégia de comunicação global da autarquia;

d) Promover a imagem da Câmara Municipal enquanto instituição aberta e eficiente ao serviço da comunidade;

e) Garantir a divulgação da informação sobre as actividades municipais às populações e demais partes interessadas de forma rigorosa e permanente;

f) Organizar os actos e cerimónias de âmbito municipal, assegurando o respectivo protocolo.

Artigo 16

Gabinete de Qualidade

Ao Gabinete de Qualidade compete, designadamente:

a) Estudar e desenvolver formas de racionalizar o funcionamento dos serviços, suportadas em especial nas políticas de gestão da qualidade, assegurar o atendimento e a informação aos cidadãos/munícipes numa lógica integrada e em articulação com as demais unidades orgânicas;

b) Estudar, propor e disponibilizar metodologias e instrumentos que assegurem a optimização dos processos e que se revelem necessários e adequados a um sistema integrado de gestão do desempenho;

c) Colaborar, em articulação com a área dos sistemas informação, no estudo e criação de novas soluções tecnológicas;

d) Elaborar para uma visão integrada dos vários contactos feitos pelo cidadão/munícipe no âmbito de qualquer processo e independentemente do canal utilizado e prestar as demais informações.

Artigo 17

Gabinete de Formação

Ao Gabinete de Formação compete, designadamente:

a) Definir e propor os métodos mais adequados para efectuar diagnóstico das necessidades de formação;

b) Proceder ao levantamento periódico das necessidades de formação, em articulação com os restantes serviços;

c) Planear e organizar acções de formação internas e externas;

d) Elaborar para aprovação o plano anual de formação e efectuar o respectivo controlo

e) Criar e gerir a bolsa de formadores; Divulgar, promover e desenvolver programas de estágios curriculares e de integração socioprofissional.

Artigo 18

Gabinete Jurídico

Ao Gabinete Jurídico compete, designadamente:

a) Assegurar a prestação de toda a informação técnico-jurídica sobre quaisquer questões ou processos submetidos a apreciação pela Câmara Municipal, cumprir a fiscalização de leis, regulamentos e posturas municipais;

b) Apoiar os processos de participação promovidos pelo município;

c) Promover a colaboração activa e melhoria da qualidade dos serviços da autarquia;

d) Analisar e emitir parecer sobre alterações aos regulamentos municipais e manuais de gestão e ainda sobre processos de classificação de serviço e de natureza disciplinar, quando solicitado pelo Executivo;

e) Analisar e emitir parecer sobre o planeamento da modernização administrativa, em áreas como qualidade, formação e inovação tecnológica) Emitir parecer sobre a criação de equipas de projecto ou equipas multidisciplinares em matérias que pela sua natureza justifique uma abordagem integrada;

f) Emitir parecer sobre todas as matérias que o Presidente da Câmara entenda submeter à sua apreciação;

g) Analisar e interpretar a legislação e apoiar juridicamente a Câmara Municipal no âmbito das suas competências;

h) Elaborar regulamentos, posturas e outros documentos de carácter jurídico de âmbito ou interesse municipal;

i) Proceder à instrução e acompanhamento de processos;

j) Efectuar pareceres e estudos de carácter jurídico e elaborar propostas para despacho superior.

Artigo 19

Gabinete de Informática

Ao Gabinete de Informática compete, designadamente:

a) Planear, administrar e dar suporte a todas as soluções e meios tecnológicos da Câmara Municipal, nas diversas vertentes, bem como garantir o suporte adequado aos meios tecnológicos de outras entidades do concelho, cujas competências nessa área estejam delegadas na Câmara Municipal;

b) Executar tarefas de recolha e tratamento automático de informação das aplicações e rotinas que sejam implementadas nos equipamentos atribuídos;

c) Programar e controlar circuitos de informação destinada ao tratamento automático dentro do núcleo nas relações com os utilizadores, em ordem a se executarem tarefas de acordo com as condições e prazos estabelecidos;

d) Gerir o sistema informático do município: Assegurar a execução dos procedimentos destinados a permitir a adequada manutenção e protecção dos arquivos e ficheiros, qualquer que seja o seu suporte;

e) Assegurar a ligação entre a informática e as restantes unidades orgânicas da Câmara Municipal com vista à produção e divulgação de informação e a correcta utilização dos equipamentos;

f) Assegurar os meios necessários à segurança da informação.

Artigo 20

Gabinete de Apoio do Vice-Presidente

Ao Gabinete de Apoio do Vice-Presidente compete, designadamente:

a) Constituir o suporte administrativo, técnico e político aos vereadores a tempo inteiro. Assessorar e auxiliar nas tarefas de coordenação e de agenda.

b) Prestar assessoria técnica, administrativa e política aos vereadores com pelouros delegados;

c) Assessorar os vereadores nas relações institucionais, nacionais e internacionais, designadamente com órgãos de soberania e outros organismos da administração central, regional e local, União Europeia, instituições públicas e privadas e outras entidades;

d) Preparar processos de apoio à decisão e assegurar o cumprimento de funções específicas de assessoria, representação e apoio que lhe sejam cometidas pelos vereadores.

Artigo 21

Gabinete de Protecção Civil Municipal

Ao Gabinete de Protecção Civil Municipal compete, designadamente:

a) Partilhar com as forças de segurança informação para a manutenção da tranquilidade pública e protecção das comunidades locais;

b) Organizar e aplicar planos de contingência para protecção civil em situações de catástrofe, em articulação com a Autoridade Nacional de Protecção Civil e outras entidades;

c) Contribuir para a segurança de pessoas e bens e aplicar medidas preventivas; Promover o desenvolvimento local de estruturas de protecção civil.

Artigo 22

Gabinete de Candidaturas e de Apoio ao Empreendedorismo

Ao Gabinete de Candidaturas e de Apoio ao Empreendedorismo compete, designadamente:

a) Desenvolver candidaturas no âmbito dos projectos comunitários;

b) Gerir o apoio ao empresário;

c) Acompanhar o regular funcionamento do abastecimento público (mercados, feiras e venda ambulante);

d) Gerir o apoio ao consumidor;

e) Executar a política de desenvolvimento turístico e de promoção local;

f) Gerir o Posto de Turismo.

Artigo 23

Gabinete de Veterinária Municipal

Ao Gabinete de Veterinária Municipal compete, designadamente:

a) Promover a saúde pública e a acção sanitária municipal;

b) Organizar um serviço de fiscalização sanitária, promover acções necessárias no âmbito da luta anti-rábica e outras doenças transmissíveis ao homem;

c) Colaborar na criação e promoção de uma política de respeito e salvaguarda de bem-estar animal, das premissas ambientais e de promoção da educação aos cidadãos.

Artigo 24

Gabinete de Apoio do Vereador

Ao Gabinete de Apoio do Vereador compete, designadamente:

a) Constituir o suporte administrativo, técnico e político aos vereadores a tempo inteiro. Assessorar e auxiliar nas tarefas de coordenação e de agenda.

b) Prestar assessoria técnica, administrativa e política aos vereadores com pelouros delegados;

c) Assessorar os vereadores nas relações institucionais, nacionais e internacionais, designadamente com órgãos de soberania e outros organismos da administração central, regional e local, União Europeia, instituições públicas e privadas e outras entidades;

d) Preparar processos de apoio à decisão e assegurar o cumprimento de funções específicas de assessoria, representação e apoio que lhe sejam cometidas pelos vereadores.

CAPÍTULO III

Unidades e Subunidades Orgânicas

Artigo 25

Divisão Administrativa

1 — No âmbito da Divisão Administrativa, compete ao chefe de divisão:

a) Coordenar e dirigir as actividades e os recursos humanos do pessoal integrado na divisão;

b) Executar as actividades de carácter administrativo, no âmbito da divisão;

c) Proceder ao controlo efectivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos trabalhadores da sua unidade orgânica;

d) Divulgar junto dos funcionários os documentos internos e as normas de procedimento a adoptar pelo serviço;

e) Elaborar pareceres e ou informações sobre assuntos da competência da Divisão;

f) Assegurar relações funcionais com outras áreas orgânicas da Câmara Municipal;

g) Organizar a correspondência remetida aos diferentes órgãos do município bem como o expediente geral;

h) Conceber, propor e implementar novas técnicas e metodologias de trabalho em ordem à modernização administrativa dos serviços da divisão;

i) Proceder em conformidade com o manual de qualidade aprovado para o município;

j) Proceder à avaliação de desempenho do pessoal da divisão no âmbito do SIADAP;

k) Colaborar na elaboração e gestão do orçamento, no que concerne à área de pessoal, bem como o acompanhamento da sua execução;

l) Zelar pela correcta e atempada execução das atribuições respectivas, estudando e propondo as medidas organizativas que contribuam para aumentar a eficácia e a qualidade do serviço.

m) Exercer as demais funções que lhe forem cometidas.

2 — A Divisão Administrativa compreende as seguintes subunidades:

a) Secção de Recursos Humanos;

b) Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos;

- c) Secção de Licenças Administrativas;
- d) Secção de Expediente Geral;
- e) Secção de Arquivo e Reprografia.

Artigo 26

Secção de Recursos Humanos

Compete à Secção de Recursos Humanos:

- a) Gerir as relações de trabalho e os processos de recrutamento e selecção, no respeito pelos direitos das pessoas, visando a dignificação das carreiras e adequação do capital humano às necessidades do município;
- b) Assegurar a divulgação da informação sobre matérias relacionadas com os direitos e deveres dos trabalhadores;
- c) Proceder anualmente à elaboração do balanço social;
- d) Promover uma adequada utilização dos instrumentos de mobilidade dos trabalhadores;
- e) Organizar e actualizar os processos individuais dos trabalhadores;
- f) Promover os actos administrativos necessários à avaliação do desempenho dos trabalhadores do município;
- g) Efectuar o processamento e conferência dos vencimentos e abonos de acordo com a legislação em vigor;
- h) Gerir o processo de controlo de assiduidade dos trabalhadores;
- i) Gerir o processo de elaboração do mapa anual de férias, bem como a respectiva execução;
- j) Processar e liquidar os vencimentos, descontos e abonos complementares;
- k) Assegurar que os encargos assumidos estejam devidamente suportados por documento válido aprovado;
- l) Organizar e instruir processos referentes a prestações sociais, tais como prestações complementares a crianças e jovens, ADSE, Caixa Geral de Aposentações e outras;
- m) Assegurar o expediente e arquivo geral da secção.

Artigo 27

Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Compete à Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos:

- a) Prestar o apoio técnico-administrativo às actividades desenvolvidas pelos serviços operativos que não tenham enquadramento funcional nos respectivos sectores de apoio administrativo;
- b) Apoiar administrativa e logisticamente os órgãos municipais em matérias que não estejam cometidas expressamente a outros serviços;
- c) Assegurar o expediente relativo à convocação das reuniões e distribuir as ordens de trabalho e documentação anexa;
- d) Organizar e manter actualizado o sumário das deliberações para divulgação e publicação;
- e) Remeter ao Ministério Público, no prazo devido, cópias das actas das reuniões dos órgãos autárquicos e outras entidades públicas municipais, e, bem assim, processos, documentos e outros elementos que sejam requisitados;
- f) Assegurar as tarefas administrativas referentes à instalação dos órgãos do município;
- g) Manter actualizada a lista dos elementos que compõem os órgãos do município, promovendo as acções necessárias ao preenchimento das vagas operadas por suspensão, renúncia ou perda de mandato dos seus membros;
- h) Assegurar o secretariado do presidente da Assembleia Municipal;
- i) Assegurar o atendimento dos munícipes e das entidades que se dirigem à Assembleia Municipal ou aos seus eleitos;
- j) Promover a encadernação das actas dos órgãos do município;
- k) Assegurar as demais funções que lhe forem cometidas por lei, deliberação ou despacho;
- l) Assegurar as funções de notariado privativo da Câmara Municipal, em observância do disposto no Código do Notariado;
- m) Remeter aos serviços competentes da Administração Central ou de outras autoridades públicas, as informações, documentos, certidões ou fotocópias nos casos legalmente previstos;
- n) Desempenhar outras tarefas no âmbito das suas atribuições;

Artigo 28

Secção de Licenças Diversas

Compete à Secção de Licenças Diversas:

- a) Proceder a licenciamentos diversos, com excepção dos licenciamentos urbanísticos;
- b) Realizar os actos de recenseamento militar;
- c) Organizar os actos inerentes aos processos eleitorais;

- d) Organizar processos de feirantes e vendedores ambulantes;
- e) Organizar o processo de concessão de cartas de caçador;
- f) Organizar processos de execução fiscal e de contra-ordenação;
- g) Proceder à emissão de alvarás de táxis;
- h) Proceder à emissão de alvarás de licenças e informar o montante das taxas e outras receitas municipais no âmbito do licenciamento, de acordo com a lei e regulamentos municipais;

Artigo 29

Secção de Secção de Expediente Geral

Compete à Secção de Expediente Geral:

- a) Garantir a prestação de serviços de apoio que assegurem o regular funcionamento da organização, através da gestão eficiente dos meios e recursos disponíveis no âmbito do expediente, dos serviços gerais e de apoio aos órgãos municipais;
- b) Assegurar a difusão das decisões e directivas dos órgãos e serviços municipais, pelos meios adequados;
- c) Assegurar a normalização da documentação interna;
- d) Executar as tarefas administrativas de carácter geral que não estejam cometidas a outros serviços, designadamente a emissão de certidões, autenticações e notificações;
- e) Assegurar o serviço de telefone, portaria e limpeza das instalações;
- f) Diligenciar na resposta ou no encaminhamento dos pedidos de informação e demais solicitações recepcionadas pelos órgãos municipais.

Artigo 30

Secção de Arquivo e Reprografia

Compete à Secção de Arquivo e Reprografia:

- a) Gerir de forma integrada os arquivos municipais, assegurando o acesso em condições de segurança e rapidez;
- b) Promover e acompanhar a dinamização de aplicações informáticas de circulação e gestão documental;
- c) Promover e apoiar acções de estudo, investigação e divulgação da documentação existente nos arquivos;
- d) Propor, dinamizar e coordenar os procedimentos destinados à organização dos arquivos correntes, nomeadamente a inutilização de procedimentos administrativos e de tipologias documentais;
- e) Assegurar, através do arquivo intermédio, a inventariação, organização e gestão dos documentos produzidos nos diversos serviços, garantindo critérios de avaliação, selecção, classificação e eliminação, de acordo com as disposições legais em vigor;
- f) Elaborar os planos de classificação documental e proceder às respectivas revisões;
- g) Assegurar todo o serviço de reprografia solicitado pelos restantes serviços.

Artigo 31

Divisão Financeira

I — No âmbito da Divisão Financeira, compete ao chefe de divisão:

- a) Divulgar junto dos funcionários os documentos internos e as normas de procedimento a adoptar pelo serviço, bem como debater e esclarecer as acções a desenvolver para cumprimento dos objectivos do serviço, de forma a garantir o empenho e a assunção de responsabilidades por parte dos funcionários;
- b) Assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na sua unidade orgânica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço, tendo em conta a satisfação do interesse dos destinatários;
- c) Coordenar as actividades das áreas da tesouraria, contabilidade, sector económico-financeiro, aprovisionamento e património, bem como promover acções de melhoria do seu funcionamento;
- d) Efectuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os funcionários e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respectivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar;
- e) Assegurar que a constituição, controlo e reconstituição dos fundos de maneo se efectua de acordo como o previsto no regulamento dos fundos de maneo, aprovado pelo executivo;
- f) Apoiar o órgão executivo na definição da política e linhas estratégicas do município;
- g) Coordenar as actividades e operações conducentes à obtenção dos meios de financiamento do município, em cumprimento das normas aplicáveis no que concerne à contracção de empréstimos ou outros financiamentos previstos na lei e no normativo de controlo interno;

h) Assegurar a realização de todos os procedimentos conducentes à celebração de contratos de concessão e acompanhar a sua execução;

i) Dinamizar e coordenar as actividades conducentes à elaboração dos principais instrumentos de gestão do município, designadamente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, bem como dos documentos legais de prestação de contas, designadamente o balanço, a demonstração de resultados, os mapas de execução orçamental, os anexos às demonstrações financeiras e o relatório de gestão;

j) Assegurar a execução das deliberações da Câmara, Assembleia Municipal e despachos do presidente da Câmara ou do vereador com responsabilidade política na direcção da divisão;

k) Assegurar a informação necessária entre os serviços com vista ao bom funcionamento da divisão.

2 — A Divisão Financeira compreende as seguintes subunidades e sectores:

- a) Sector Económico-Financeiro;
- b) Secção de Aprovisionamento e Património;
- c) Secção de Contabilidade;
- d) Sector de Tesouraria.

Artigo 32

Sector Económico-Financeiro

Compete ao Sector Económico-Financeiro:

a) Apoiar na elaboração e recolha de informação, bem como seguir a metodologia correcta para a elaboração dos documentos previsionais (nomeadamente orçamento e grandes opções do plano);

b) Elaborar estudos financeiros, sempre que solicitados pelo Chefe de Divisão, presidente da Câmara ou vereador com responsabilidade política na direcção da divisão;

c) Desencadear as operações necessárias ao encerramento do ano económico;

d) Verificação e coerência dos documentos da contabilidade patrimonial e orçamental;

e) Organizar a apresentação de contas e respectivo relatório de gestão;

f) Elaborar e actualizar normas e regulamentos internos;

g) Assegurar que os procedimentos contabilísticos e orçamentais são aplicados com rigor;

h) Garantir, produzir e prestar informação clara e precisas as entidades externas, que a solicitem;

i) Partilhar informações e conhecimentos com os restantes serviços da divisão e disponibilizar-se para os apoiar quando solicitado;

j) Assegura a correcta elaboração dos processos inerentes a realização de acordos de pagamento entre entidades externas e manter a informação actualizada;

k) Assegurar a correcta aplicação dos princípios contabilísticos estabelecidos no ponto 3.2 do POCAL;

Artigo 33

Secção de Aprovisionamento e Património

1 — Compete à Secção de Aprovisionamento e Património, no âmbito do aprovisionamento:

a) Proceder ao estudo das previsões anuais com a colaboração dos diversos sectores para a aquisição de diverso material, tendo em conta uma correcta gestão de stocks;

b) Participar na elaboração de programas de concurso e caderno de encargos, para consultas ao mercado e concursos de aquisição de materiais e outros bens e serviços. Proceder à aquisição de bens e serviços necessários à actividade municipal, de acordo com critérios técnicos, económicos e de qualidade;

c) Promover a análise e relatório das propostas apresentadas pelos fornecedores e prestadores de serviços a submeter a despacho superior;

d) Emitir requisições concernentes a todos os materiais e serviços em consonância com a reposição de stocks e após terem sido cabimentadas pela secção de contabilidade, fazer o envio aos respectivos fornecedores;

e) Administrar o material de expediente, proceder à sua distribuição interna, propondo medidas tendentes a racionalizar as aquisições e consumos, e manter actualizado, através de registo, o respectivo ficheiro;

f) Estabelecer medidas de actuação tendentes ao correcto enquadramento dos serviços com o sector armazém;

2 — Compete ainda à Secção de Aprovisionamento e Património, no âmbito do património:

a) Organizar e manter actualizado o inventário e cadastro dos bens, incluindo prédios urbanos e outros imóveis;

b) Executar e acompanhar, através de elementos fornecidos pelos diversos serviços, todo o processo de inventariação do património municipal (nomeadamente aquisição, alienação, oneração, transferência, abate ou permuta);

c) Assegurar a gestão e controlo do património;

d) Realizar inventariações de acordo com as necessidades dos serviços;

e) Promover a inscrição nas matrizes prediais e na conservatória do registo predial de todos os bens próprios imobiliários do município;

f) Gerir e promover a inscrição das cedências em loteamentos, após comunicação pela Divisão de Urbanismo.

Artigo 34

Secção de Contabilidade

São atribuições da Secção de Contabilidade:

a) Colaborar na coordenação e controlo de toda a actividade financeira, designadamente do cabimento de verbas;

b) Coligir todos os elementos necessários à elaboração do orçamento, colaborar na elaboração do plano plurianual de investimento e respectivas modificações;

c) Promover o acompanhar e controlo do orçamento e das grandes opções do plano;

d) Promover a conferência da arrecadação de receitas e o pagamento das despesas autorizadas;

e) Proceder a todos os registos contabilísticos de conformidade com as regras que regem o plano oficial de contabilidade das autarquias locais (POCAL);

f) Exercer o controlo da tesouraria, nomeadamente quanto à arrecadação de receitas eventuais e liquidação de juros de mora;

g) Enviar ao tribunal de contas os documentos de prestação de contas e documentos previsionais, bem como as outras entidades, de acordo com a lei e nos prazos legalmente estipulados;

h) Reunir os elementos necessários e elaborar os documentos para efeitos fiscais;

i) Verificar diariamente a exactidão de todas as operações e movimentos da tesouraria;

Artigo 35

Sector de Tesouraria

São atribuições do Sector de Tesouraria:

a) Promover a arrecadação das receitas virtuais e eventuais e liquidação de juros de mora;

b) Promover o Pagamento de todas as despesas depois de devidamente autorizadas e verificadas as condições necessárias à sua efectivação;

c) Elaborar os diários de tesouraria e resumos diários de tesouraria, remetendo-os diariamente à contabilidade, juntamente com os respectivos documentos de receita e de despesa;

d) Escrituração dos livros de tesouraria e cumprimento das disposições legais regulamentares sobre contabilidade municipal;

e) Emissão de certidões de dívida e envio para o Serviço de Execuções Fiscais;

f) Cumprir as demais disposições legais e regulamentares sobre a contabilidade municipal;

SECÇÃO III

Artigo 36

Divisão de Desenvolvimento Social

1 — No âmbito da Divisão de Desenvolvimento Social, compete ao chefe de divisão:

a) Gerir as actividades educativas do município.

b) Constituir o suporte do município às respostas sociais e à melhoria da qualidade de vida dos municípios e trabalhadores da autarquia.

c) Dirigir o pessoal integrado na divisão. Distribui, orienta e controla a execução dos trabalhos dos subordinados;

d) Organizar as actividades da divisão de acordo com o plano definido para o Município, e proceder à avaliação dos resultados alcançados;

e) Promover a qualificação do pessoal da divisão;

f) Elaborar pareceres e informações sobre assuntos da competência da divisão a seu cargo;

g) Apoiar os Municípios na resolução dos seus problemas e dificuldades sentidas no âmbito dos respectivos serviços municipais;

h) Encaminhar os municípios e os assuntos que a estes digam respeito no sentido de uma maior eficácia e celeridade na sua resolução pelos respectivos serviços municipais;

i) Recolher junto dos munícipes opiniões e sugestões quanto ao funcionamento dos respectivos serviços com vista à obtenção de melhores níveis de atendimento e resolução dos seus assuntos;

j) Proceder em conformidade com o manual de qualidade aprovado para o município.

2 — A Divisão de Desenvolvimento Social compreende as seguintes subunidades e sectores:

- a) Sector de Acção Social e Educação;
- b) Sector de Desporto;
- c) Secção dos Assuntos Culturais e Promoção Turística.

Artigo 37

Sector de Acção Social e Educação

São atribuições do Sector de Acção Social e Educação:

- a) Propor e desenvolver serviços sociais de apoio a grupos de indivíduos específicos, às famílias e à comunidade no sentido de desenvolver o bem-estar social;
- b) Colaborar com as instituições vocacionadas para intervir na área da acção social;
- c) Efectuar inquéritos sócio-económicos e outros solicitados ao Município;
- d) Efectuar estudos que detectem as carências sociais da comunidade e de grupos específicos;
- e) Desenvolver e implementar acções de apoio à infância e terceira idade de forma a melhorar o seu bem-estar;
- f) Promover a execução de medidas tendentes à prestação de cuidados de saúde às populações mais carenciadas;
- g) Elaborar estudos que detectem as carências de habitação, identifiquem as áreas de parques habitacionais degradados e fornecer dados sociais e económicos que determinem as prioridades de actuação;
- h) Planear e coordenar a actividade municipal do sector público, ou do sector privado, quando legalmente apoiado, na promoção e recuperação de habitações para fins sociais;
- i) Colaborar em programas especiais destinados à recuperação de fogos ou imóveis em degradação;
- j) Planear, programar e desenvolver a acção municipal no domínio da educação;
- k) Promover e apoiar acções de educação no âmbito das competências da Câmara Municipal;
- l) Organizar, manter e desenvolver a rede de transportes escolares no concelho, assegurando a respectiva gestão, acompanhamento e avaliação;
- m) Colaborar na detecção das carências educativas na área do ensino pré-escolar e básico, e propor as medidas adequadas a executar as acções programadas;
- n) Colaborar no estudo de detecção das carências da população adulta em termos de qualificação;
- o) Programar em articulação com a divisão de obras municipais a construção, recuperação e manutenção de equipamentos educativos e de acção social;
- p) Proporcionar o intercâmbio e a mobilidade dos jovens;
- q) Efectuar o levantamento e estudo dos principais problemas e necessidades que afectam as camadas mais jovens;
- r) Propor e operacionalizar actividades de apoio, informação e encaminhamento escolar e profissional dos jovens, interagindo de modo eficaz com outras instituições de forma a criar os mecanismos necessários;
- s) Propor e implementar actividades que estimulem e incentivem a criação de uma consciência ecológica dos jovens, e dinamizem as tradições e costumes da população local.

Artigo 38

Sector de Desporto

São atribuições do Sector de Desporto:

- a) Planificar, promover e coordenar as acções que conduzam ao desenvolvimento desportivo do concelho, promovendo a realização de iniciativas desportivas com as colectividades ou grupos desportivos e recreativos;
- b) Assegurar o apoio material e logístico às estruturas desportivas do concelho e providenciar a cedência de transportes municipais a entidades ou grupos que solicitem;
- c) Promover actividades de animação e desporto e o associativismo;
- d) Executar acções de ocupação de tempos livres da criança, jovens e adultos;
- e) Fomentar e apoiar a prática desportiva noutras camadas da população, e nomeadamente o desporto escolar.

Artigo 39

Secção de Assuntos Culturais e Promoção Turística

São atribuições do Sector de Assuntos Culturais e Promoção Turística:

- a) Apoiar a actividade de entidades culturais e recreativas na área do município;
- b) Executar acções de animação recreativa;
- c) Promover medidas e acções de natureza cultural, no âmbito das respectivas políticas definidas pelo município, visando a elevação do nível cultural e da qualidade de vida dos municípios;
- d) Promover estudos e edições destinados a recolher e divulgar a cultura popular tradicional;
- e) Colaborar com os organismos regionais e nacionais do sector do turismo;
- f) Inventariar as potencialidades turísticas da área do Município e promover a sua divulgação;
- g) Promover o desenvolvimento de meios, acções e infra-estruturas de apoio ao turismo e lazer;
- h) Propor e desenvolver acções de acolhimento ao forasteiro;
- i) Gestão do posto de turismo.

Artigo 40

Divisão de Urbanismo

1 — No âmbito da Divisão de Urbanismo (DU), compete ao chefe de divisão:

- a) Dirigir o pessoal integrado na divisão, distribuindo, orientando e controlando a execução dos trabalhos;
- b) Organizar as actividades da divisão de acordo com o plano anual de actividades da divisão e com as prioridades definidas pelo executivo municipal, e proceder à avaliação do desempenho e dos resultados alcançados;
- c) Coordenar a actividade desenvolvida por cada um dos sectores da divisão, assegurando a informação necessária e a correcta execução das tarefas, dentro dos prazos determinados;
- d) Promover a qualificação do pessoal da divisão (ao nível das competências e da carreira profissional);
- e) Zelar pelo cumprimento das normas de gestão dos recursos humanos (horário de trabalho, faltas, férias, licenças, etc.);
- f) Fomentar a boa gestão dos recursos materiais da divisão e do município;
- g) Elaborar pareceres e ou informações sobre assuntos da competência da divisão;
- h) Estabelecer interfaces com os demais serviços municipais e com o executivo municipal, de modo a fomentar as opções estratégicas, o planeamento e o ordenamento territorial do município;
- i) Garantir o atendimento e esclarecimento dos munícipes e do público em geral, com carácter de consultoria técnica e de foro pedagógico, em matéria de ordenamento do território e urbanismo;
- j) Recolher junto dos munícipes opiniões e sugestões quanto ao funcionamento dos respectivos serviços com vista na adaptação e melhoria contínua dos serviços da divisão e à consequente obtenção de melhores níveis de satisfação, de eficácia e celeridade;
- k) Produzir relatórios de actividades, tratamento de dados estatísticos e balanços da actividade da Divisão;
- l) Elaborar (ou supervisionar) e submeter à aprovação superior os regulamentos, as instruções e as normas que forem julgados necessárias ao correcto exercício das atribuições da DU, bem como propor as medidas de política mais aconselháveis no âmbito de cada serviço;
- m) Empreender acções de informatização e de modernização administrativa dos serviços da Divisão, bem como a agilização de procedimentos;
- n) Promover a divulgação das iniciativas e das actividades da Divisão, recorrendo também às novas tecnologias.

2 — A Divisão de Urbanismo compreende as seguintes subunidades, sectores e gabinetes:

- a) Sector de Ordenamento do Território e Ambiente;
- b) Gabinete Técnico Florestal;
- c) Sector de Estudos e Projectos;
- d) Secção de Licenciamento;
- e) Sector de Fiscalização.

Artigo 41

Sector de Ordenamento do Território e Ambiente

1 — São atribuições do Sector de Ordenamento do Território e Ambiente (SOTA) da DU, no âmbito do ordenamento do território:

- a) Observar o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e garantir os procedimentos administrativos relacionados com os Planos Municipais de Ordenamento do Território;

b) Apoiar o processo de revisão do PDM e a elaboração de outros planos municipais de ordenamento do território;

c) Promover levantamentos e a actualização de diferentes tipos de dados técnicos de caracterização do Município;

d) Analisar tecnicamente e elaborar relatórios, pareceres e ou informações sobre processos de Ordenamento do Território (enquadramento no PDM);

e) Gerir e actualizar a Cartografia do Município;

f) Implementar o Sistema de Informação Geográfica (SIG) do Município;

g) Produzir elementos cartográficos digitais, em ambiente SIG ou auto-CAD, para os serviços municipais ou para requerentes;

h) Exercer outras competências e atribuições compatíveis.

2 — São atribuições do Sector de Ordenamento do Território e Ambiente (SOTA) da DU, no âmbito do ambiente:

a) Observar os diferentes Regimes Jurídicos no âmbito do “Ambiente” (resíduos; REN; domínio hídrico; ruído; etc.);

b) Analisar tecnicamente e elaborar relatórios, pareceres e ou informações sobre processos no âmbito do Ambiente;

c) Acompanhar Estudos de Impacte Ambiental que incidam sobre o concelho;

d) Conhecer e caracterizar a realidade ambiental do território municipal;

e) Conceber e implementar campanhas de sensibilização (ambiente; resíduos; recolha selectiva; passivos ambientais; energias renováveis; etc.);

f) Zelar pela aplicação das normas do Regulamento Municipal de Resíduos e Limpeza Urbana;

g) Efectuar acções de fiscalização ambiental;

h) Implementar campanhas de regularização e reabilitação ambiental.

i) Acompanhar, vistoriar e resolver as queixas de insalubridade;

j) Fomentar o relacionamento com entidades públicas e privadas no âmbito do Ambiente;

k) Exercer outras competências e atribuições compatíveis, com especial relevância para o apoio à Divisão de Serviços Urbanos (no âmbito dos resíduos).

Artigo 42

Gabinete Técnico Florestal

São atribuições do Gabinete Técnico Florestal (GTF) da DU:

a) Observar as medidas e acções estruturais e operacionais relativas à prevenção e protecção das florestas contra incêndios (Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios), consagradas no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28/06;

b) Garantir a gestão florestal municipal;

c) Actualizar periodicamente o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e o Plano Operacional Municipal (POM);

d) Analisar tecnicamente e elaborar relatórios, pareceres e ou informações sobre processos no âmbito das Florestas/Espaço Rural (florestações; movimentos de terras; faixas de gestão de combustíveis e condicionamentos à edificação; queimadas; fogo controlado; espécies protegidas);

e) Conhecer e caracterizar a realidade florestal do território municipal;

f) Conceber e implementar campanhas de sensibilização (florestas; período crítico; defesa da floresta contra incêndios, etc.);

g) Implementar programas de controlo e campanhas de valorização de áreas protegidas, recursos naturais e florestais;

h) Gerir a base de dados e elaborar SIG's e cartografia no âmbito da Defesa da Floresta contra Incêndios;

i) Apoiar o Conselho Cingético e Conservação da Fauna Municipal de Alfândega da Fé;

j) Fomentar o relacionamento com entidades públicas e privadas no âmbito da Defesa da Floresta contra Incêndios;

k) Exercer outras competências e atribuições compatíveis, com especial relevância para o apoio ao Gabinete de Protecção Civil Municipal.

Artigo 43

Sector de Estudos e Projectos

São atribuições do Sector de Estudos e Projectos (SEP) da DU:

a) Promover o planeamento urbano e o desenho urbano;

b) Analisar tecnicamente e elaborar relatórios e ou informações sobre processos no âmbito de estudos e projectos urbanísticos;

c) Elaborar estudos e projectos de loteamentos municipais e afins;

d) Elaborar estudos e projectos no domínio da arquitectura (urbanização, edificação, espaços verdes e decoração interior);

e) Elaborar estudos e projectos no domínio da engenharia civil (estabilidade, águas, esgotos, pluviais, térmica, acústica, segurança contra incêndios, gás);

f) Elaborar medições e orçamentos de obras (arquitectura e engenharia civil);

g) Prestar assistência às obras municipais e verificar a qualidade urbanística em geral;

h) Apoiar os processos de reabilitação urbana e de implementação de habitações a custos controlados;

i) Efectuar avaliações imobiliárias municipais e afins.

j) Efectuar serviços de topografia (levantamentos topográficos, piquetagens, levantamento de infra-estruturas, cadastro predial);

k) Efectuar serviços de desenho (desenho de arquitectura, levantamentos de edifícios, organização de processos);

l) Exercer outras competências e atribuições compatíveis.

Artigo 44

Secção de Licenciamento

São atribuições da Secção de Licenciamento (SL) da DU, com especial relevância no âmbito do regime jurídico da urbanização e da edificação (RJUE):

a) Garantir o atendimento permanente ao público, facultando informações e esclarecimentos, recebendo os respectivos pedidos no âmbito da Divisão;

b) Efectuar o registo de “entrada dos processos” e a organização dos mesmos;

c) Garantir, no âmbito do “licenciamento urbanístico”, a apreciação liminar e fundamentação técnica das decisões a recair sobre os pedidos de licenciamento, de autorização, de comunicação prévia, de isenção de controlo prévio ou de parecer prévio; apreciar os projectos de arquitectura, as operações de loteamento e as obras de urbanização; verificar os projectos das especialidades; consultar a entidades exteriores ao município; formular informações prévias e viabilidades construtivas; realizar vistorias e peritagens; emitir alvarás, licenças e outros títulos; emitir certidões e declarações;

d) Gerir os prazos dos processos e os contactos directos com os requerentes (competências do “gestor do procedimento”);

e) Elaborar as “Fichas de Síntese” dos processos no âmbito do SL (actuais e antigos) e fomentar uma base de dados;

f) Apreciar e efectuar o enquadramento legal e urbanístico dos demais requerimentos dos interessados no âmbito do RJUE, emitindo parecer;

g) Implementar, aplicar e actualizar o Regulamento da Urbanização e da Edificação do Município de Alfândega da Fé (RUEMAF), e as respectivas taxas;

h) Exercer outras competências e atribuições compatíveis, com especial relevância para o apoio administrativo a todos os Sectores da DU.

Artigo 45

Sector de Fiscalização

São atribuições do Sector de Fiscalização (SF) da DU, com especial relevância no âmbito do regime jurídico da urbanização e da edificação (RJUE):

a) Observar o RJUE e o RUEMAF, entre outros, no âmbito da Fiscalização da Urbanização e da Edificação (fiscalização municipal e medidas de tutela da legalidade urbanística);

b) Fiscalizar e acompanhar periodicamente as obras particulares e os loteamentos urbanos, relativamente a processos oficiais em curso no SL da DU — realizar inspecções e vistorias;

c) Efectuar o controlo dos prazos de execução das obras (Alvarás e suas prorrogações); e verificar as obrigações dos directores técnicos de obra, dos empreiteiros e dos donos de obra;

d) Efectuar o procedimento de “Registo de Isenção” relativamente a obras isentas de licença ou comunicação prévia;

e) Aferir e fiscalizar as condições de ocupação da via pública;

f) Exercer continuamente a actividade de sensibilização junto dos munícipes e dos agentes da construção.

g) Fiscalizar continuamente todo o município — antecipando a ocorrência de operações urbanísticas irregulares;

h) Elaborar e notificar participações, autos de notícia, autos de embargo e autos de posse administrativa (nas situações em violação do RJUE ou do RUEMAF);

i) Promover a regularização de operações urbanísticas;

j) Identificar e conduzir os processos sobre edificações em estado de ruína e insalubridade (“dever de conservação”);

k) Exercer outras competências e atribuições compatíveis, colaborando com os demais serviços municipais (sendo que, nestes casos, os processos serão coordenados pelas respectivas chefias desses serviços).

Artigo 46

Divisão de Obras Municipais

1 — No âmbito da Divisão de Obras Municipais, compete ao chefe de divisão:

- a) Dirigir o pessoal integrado na divisão, distribuindo, orientando e controlando a execução dos trabalhos;
- b) Organizar as actividades da divisão de acordo com o plano anual de actividades, e proceder à avaliação dos resultados alcançados;
- c) Proceder à avaliação de desempenho do pessoal da divisão no âmbito do SIADAP;
- d) Elaborar pareceres e informações sobre assuntos da competência da divisão a seu cargo.
- e) Assegurar a liderança e gestão dos processos, e a execução das obras de construção, reparação e conservação, relativas a todo o património municipal imobiliário;
- f) Dar parecer sobre os processos das obras municipais a executar e propor o procedimento a adoptar bem como os recursos a afectar;
- g) Assegurar o planeamento de obras, recorrendo a uma aplicação informática, de forma a permitir a sua consulta sob diferentes perspectivas;
- h) Marcar vistorias;
- i) Assegurar que os dados relevantes das novas obras em curso e das obras finalizadas sejam entregues à Secção de Património e à Secção de Contabilidade;
- j) Apoiar os munícipes na resolução dos seus problemas e dificuldades sentidas no âmbito dos respectivos serviços municipais;
- k) Encaminhar os munícipes e os assuntos que a estes digam respeito no sentido de uma maior eficácia e celeridade na sua resolução, pelos respectivos serviços municipais;
- l) Recolher junto dos munícipes opiniões e sugestões quanto ao funcionamento dos respectivos serviços com vista à obtenção de melhores níveis de atendimento e resolução dos seus assuntos.
- m) Zelar pela correcta e atempada execução das atribuições respectivas, estudando e propondo as medidas organizativas que contribuam para aumentar a eficácia e a qualidade do serviço.

2 — A Divisão de Obras Municipais compreende os seguintes sectores:

- a) Sector de Obras por Empreitada
- b) Sector de Armazém, Equipamento e Oficinas;
- c) Sector de Obras por Administração Directa;
- d) Sector de Vias de Comunicação e Energia.

Artigo 47

Sector de Obras por Empreitada

São atribuições do Sector de Obras por Empreitada:

- a) Minutar, dactilografar e arquivar o expediente da Divisão;
- b) Organizar e informar os processos burocráticos a cargo do serviço;
- c) Organizar e actualizar os ficheiros e o arquivo da Divisão.
- d) Instruir os processos de concurso das diversas empreitadas;
- e) Coordenar os procedimentos dos processos de concurso, desenvolvendo todas as acções necessárias à sua boa execução.
- f) Coordenar a participar na análise das propostas de concursos de empreitadas de obras municipais;
- g) Articular com o Gabinete Jurídico relativamente às necessidades de apoio no âmbito dos concursos de empreitadas.
- h) Accionar os procedimentos administrativos de abertura de concursos públicos, limitados e ajustes directos, relativamente a empreitadas de obras públicas;
- i) Assegurar o planeamento a gestão e a qualidade dos processos conducentes à execução de obras de construção e conservação a realizar por empreitada, até à consignação;
- j) Organizar os processos relativos a obras municipais, a executar por empreitada, de acordo com o plano de actividades;

Artigo 48

Sector de Armazém Equipamentos e Oficinas

São atribuições do Sector de Armazém Equipamentos e Oficinas:

- a) Zelar pela conservação dos equipamentos a cargo do serviço;
- b) Gerir as oficinas e o contingente de viaturas da autarquia;
- c) Manter o parque automóvel do município em condições de operacionalidade;
- d) Distribuir as viaturas pelos diferentes serviços de acordo com as indicações superiores;

e) Elaborar requisições dos combustíveis indispensáveis ao funcionamento do parque automóvel;

f) Elaborar e manter actualizado o cadastro de cada máquina ou viatura;

g) Organizar e manter actualizado o inventário das existências em armazém;

h) Promover a gestão dos stocks necessários ao bom funcionamento dos serviços;

Artigo 49

Sector de Obras por Administração Directa

São atribuições do Sector de Obras por Administração Directa:

a) Assegurar o planeamento, a gestão, e a execução de obras de construção e conservação a realizar por administração directa;

b) Acompanhar todas as obras municipais por administração directa através da aplicação informática de gestão de obras, com vista a controlar os respectivos custos, qualidades e prazos;

Artigo 50

Sector de Vias de Comunicação, Espaços Verdes e Energia

1 — São atribuições do Sector de Vias de Comunicação, Espaços Verdes e Energia, no âmbito das vias de comunicação:

a) Gerir a rede viária municipal (estradas e caminhos) e os arruamentos urbanos;

b) Promover a conservação da rede viária o planeamento do trânsito e a implementação de campanhas de prevenção e segurança rodoviária.

2 — São atribuições do Sector de Vias de Comunicação, Espaços Verdes e Energia, no âmbito dos espaços verdes:

a) Promover o tratamento e a valorização dos espaços verdes e arranjos exteriores;

b) Promover a aquisição de equipamento e espécies vegetais diversas;

c) Organizar e manter viveiros onde se preparem as mudas para os serviços de arborização;

d) Gerir os jardins municipais e outros espaços verdes.

3 — São atribuições do Sector de Vias de Comunicação, Espaços Verdes e Energia, no âmbito da energia:

a) Promover a distribuição de energia eléctrica em baixa tensão e a rede de iluminação pública;

b) Planear e gerir os processos relativos a energias renováveis e outras;

c) Promover as acções necessárias à manutenção e extensão de sistemas de iluminação das vias e espaços públicos municipais.

Artigo 51

Sector de Higiene e Segurança no Trabalho

São atribuições do Sector de Higiene e Segurança no Trabalho:

a) Elaborar o plano de SHST das obras municipais;

b) Identificar e avaliar os riscos para a segurança e saúde nos locais de trabalho e elaborar o respectivo programa de prevenção;

c) Organizar os meios destinados à prevenção e protecção, colectiva e individual, e coordenar as medidas a adoptar em caso de perigo grave e iminente;

d) Proceder à afixação de sinalização de segurança nos locais de trabalho;

e) Coordenar as inspecções internas de segurança sobre as normas e medidas de prevenção nos locais de trabalho;

f) Manter actualizados os arquivos dos trabalhadores, no âmbito da higiene e segurança no trabalho.

g) Promover o enquadramento e tarefas específicas relativas às políticas de segurança e higiene dos trabalhadores;

h) Acompanhar o desenvolvimento de acções de higiene e segurança no trabalho;

i) Promover acções de sensibilização nos domínios da higiene e segurança junto dos funcionários, tendo em atenção o grau de risco, penosidade e insalubridade das funções que a cada grupo competem;

j) Informar tecnicamente, na fase de projecto e execução, sobre as medidas de prevenção relativas às instalações, locais, equipamentos e processos de trabalho;

k) Identificar e avaliar os riscos para a segurança e saúde nos locais de trabalho e controlo periódico dos riscos resultantes da exposição a agentes químicos, físicos e biológicos;

l) Elaborar um programa de prevenção de riscos profissionais;

m) Informar e formar sobre os riscos para a segurança e saúde, bem como sobre as medidas de protecção e de prevenção;

n) Organizar os meios destinados à protecção e prevenção colectiva e individual e coordenar as medidas a adoptar em caso de perigo grave iminente;

o) Recolher e organizar os elementos estatísticos relativos à segurança, higiene e saúde;

p) Coordenar as inspecções internas, de segurança sobre o grau de controlo dos riscos e da observância das normas e medidas de prevenção nos locais de trabalho;

q) Informar sobre os acidentes de trabalho que tenham ocasionado ausência por incapacidade para o trabalho, bem como elaborar relatório sobre os acidentes que tenham ocasionado incapacidade superior a três dias para o trabalho;

r) Elaborar o relatório anual de actividades a enviar a Autoridade para as Condições de Trabalho.

SECÇÃO VI

Artigo 52

Divisão de Serviços Urbanos

1 — No âmbito da Divisão de Serviços Urbanos, compete ao chefe de divisão:

a) Assumir inequivocamente todos os actos, no âmbito funcional da divisão, desde que praticados com o seu conhecimento provado;

b) Participar por escrito ao executivo todos os incumprimentos legais no âmbito das suas atribuições e competências;

c) Comparecer na Assembleia Municipal para prestação de esclarecimentos técnicos quando solicitado por qualquer membro do executivo municipal;

d) Articulação dos serviços com o executivo municipal, restantes unidades e subunidades orgânicas e chefias e todas as instituições locais, regionais ou nacionais com as quais, por exigência legal ou interesse municipal seja conveniente.

e) Comunicar todos os actos praticados técnica e administrativamente, devidamente comprovadas e em que transpareça falha de serviço.

2 — A Divisão de Serviços Urbanos compreende os seguintes sectores:

a) Sector de Águas, Saneamento e Resíduos;

b) Sector de Gestão de Obras por Empreitada.

Artigo 53

Sector de Águas, Saneamento e Resíduos

São atribuições do Sector de Águas, Saneamento e Resíduos:

a) Promover e planear todos os serviços de conservação, reparação ou beneficiação na recolha de resíduos sólidos urbanos e industriais, em articulação com as empresas constituídas e a prestarem ou que venham a prestar serviços ao município neste sector.

b) Pesquisar, estudar e contribuir para o bom funcionamento dos sistemas de abastecimento de água ao concelho, tendo sempre como objectivos prioritários a segurança e conforto dos munícipes, o menor custo municipal no serviço e quantidade de água, a divulgação e aplicação de medidas para o seu uso eficiente e todos os serviços de ligações e ampliações de rede quando aprovadas superiormente.

c) Manter em condições de bom funcionamento todos os sistemas de drenagem de águas residuais domésticas ou industriais, cuidando, preservando ou modificando redes ou acessórios sempre que se justifique.

d) Vigiar e aperfeiçoar os sistemas de tratamento de águas residuais, ETAR(s), em funcionamento no concelho, considerando-se para o efeito como data inicial de responsabilização a recepção definitiva das obras efectuadas.

Artigo 54

Sector de Gestão de Obras por Empreitada

São atribuições do Sector de Gestão de Obras por Empreitada:

a) Assumir a fiscalização e gestão das obras municipais por empreitada após a respectiva consignação, nos termos do Código dos Contratos Públicos, auto esse que deverá, entre outros intervenientes legais, ser assinado pela chefia municipal da Divisão de Serviços Urbanos.

Artigo 55

Biblioteca Municipal

1 — No âmbito da Biblioteca Municipal (BM), que constitui uma equipa multidisciplinar, compete ao chefe da equipa:

a) Coordenar o pessoal integrado na equipa multidisciplinar;

b) Organizar as actividades da equipa multidisciplinar de acordo com o plano anual de actividades da equipa multidisciplinar e com as

prioridades definidas pelo executivo municipal, e proceder ao balanço dos resultados alcançados;

c) Avaliar o desempenho (SIADAP-3) dos membros da equipa multidisciplinar;

d) Zelar pelo cumprimento das normas de gestão dos recursos humanos (horário de trabalho, faltas, férias, licenças, etc.);

e) Fomentar a boa gestão dos recursos materiais da biblioteca municipal e participar no planeamento e organização dos espaços;

f) Elaborar pareceres e ou informações sobre assuntos da competência da equipa multidisciplinar;

g) Estabelecer interfaces com os demais serviços municipais, e particularmente com o executivo municipal, de modo a fomentar as opções estratégicas, especialmente no âmbito da cultura e educação.

h) Conceber, planear, organizar, gerir, administrar e avaliar os sistemas da biblioteca e de informação;

i) Analisar as necessidades de recursos de informação da comunidade;

j) Desenvolver serviços para satisfazer as necessidades de grupos especiais (tais como o público infantil, entre outros);

k) Catalogar, classificar e indexar os documentos da Biblioteca, bem como gerir as bases de dados;

l) Promover os serviços da Biblioteca e fomentar a sua imagem institucional no exterior.

2 — A Equipa Multidisciplinar da Biblioteca Municipal compreende os seguintes sectores:

a) Sector da Biblioteca;

b) Sector de Educação Infantil.

Artigo 56

Sector da Biblioteca

São atribuições do Sector da Biblioteca (SB):

a) Integrar a rede de Bibliotecas Públicas e cooperar com a Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB) e o Plano Nacional de Leitura (PNL);

b) Facilitar o acesso do utilizador a toda a informação existente na Biblioteca, através do empréstimo ou da consulta local de livros, publicações, periódicos, documentos audiovisuais ou outro tipo de suportes documentais, indo ao encontro das necessidades de informação, educação e lazer da população do concelho, de acordo com os princípios definidos pelo Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas Públicas;

c) Fomentar e promover o gosto pela leitura, estudo e investigação, contribuindo para o desenvolvimento cultural e humano da população;

d) Valorizar e divulgar o património cultural do concelho e da região, particularmente através da organização de um fundo de documentação Regional;

e) Proceder à divulgação de autores e de trabalhos de âmbito local;

f) Promover actividades de animação cultural de leitura (encontros com escritores; feiras do livro; acções de sensibilização para a leitura; exposições; colóquios; criação de concursos: poesia, conto; etc.);

g) Contribuir para uma cidadania activa de todos os munícipes do concelho, proporcionando-lhe o acesso a informações úteis e apoiando grupos com necessidades específicas;

h) Cooperar com instituições culturais, sociais e de ensino, criando sinergias que fomentem o desenvolvimento cultural;

i) Enriquecer o fundo bibliográfico e documental, através de compra, oferta e permuta, diversificando os seus suportes e assuntos;

j) Exercer outras competências e atribuições compatíveis.

Artigo 57

Sector de Educação Infantil

São atribuições do Sector de Educação Infantil (SEI):

a) Garantir o serviço de prolongamento de horário para as crianças do ensino pré-escolar;

b) Conceber, desenvolver e implementar actividades de animação, de enriquecimento curricular e de apoio à família, para crianças em idade pré-escolar;

c) Apoiar actividades complementares da Biblioteca Municipal (exposições, acções de formação, actividades de animação, etc.);

d) Exercer outras competências e atribuições compatíveis, colaborando com os demais serviços municipais (sendo que, nestes casos, os processos serão coordenados pelas respectivas chefias desses serviços).

CAPÍTULO IV

Artigo 58

Regulamentos Internos

Para além das competências e atribuições atrás enumeradas, a Câmara Municipal poderá elaborar Regulamentos Internos para cada serviço e Manuais de Procedimentos, os quais, em estrita observância ao disposto no presente Regulamento Interno de Serviços, pormenorizarão as respectivas tarefas e responsabilidades.

Artigo 59

Dos Encargos com Pessoal

Enquanto o orçamento municipal não for ajustado nos termos da estrutura que resultar da presente organização de serviços, o processamento de encargos com pessoal continua a reportar-se às dotações que os vêm suportando.

Artigo 60

Lacunas e Omissões

As lacunas e omissões deste Regulamento serão resolvidas, nos termos gerais do direito, pelo Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé

Artigo 61

Norma Revogatória

Com a publicação do presente Regulamento fica expressamente revogado o anterior Regulamento, publicado em 22.08.2002, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 161 (apêndice n.º 69).

Artigo 62

Entrada Em Vigor

O Presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, nos termos legais.

203502289

MUNICÍPIO DE ALJEZUR

Declaração de rectificação n.º 1477/2010

Para os devidos efeitos se declara que a alteração por adaptação do Regulamento do Plano Director Municipal de Aljezur, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 31, de 13 de Fevereiro de 2008, sob o aviso n.º 3571/2008, saiu com algumas inexactidões no que concerne às áreas máximas de construção relativas a empreendimentos de turismo em espaço rural (TER).

Assim, com o enquadramento dado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º-A (rectificação) do Decreto-Lei n.º 380/1999, de 19 de Outubro, com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, e Decreto-Lei n.º 181/2009, de 7 de Agosto, o artigo 59.º, alínea f), subalínea i), e o artigo 62.º, n.º 4, alínea d), passam a ter a seguinte redacção:

1 — Artigo 59.º, alínea f), subalínea i):

«Área máxima de construção:

Habitação — 300 m²;

Outros usos mais habitação — 2000 m²;»

2 — Artigo 62.º, n.º 4, alínea d):

«O total edificado, incluindo a ampliação, não pode exceder 300 m² de área de construção para fins habitacionais e 500 m² de área de construção para outros fins, com excepção dos empreendimentos de turismo em espaço rural, em que se admite uma área máxima de 2000 m².»

A presente rectificação foi aprovada em reunião de câmara realizada em 23 de Dezembro de 2008 e pela Assembleia Municipal, em reunião realizada em 27 de Fevereiro de 2009.

16 de Julho de 2010. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Velinho Amarelinho*.

203497851

MUNICÍPIO DA AMADORA

Aviso (extracto) n.º 14634/2010

Nos termos do artigo 10.º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro se faz público que pelas deliberações da Câmara e Assembleia

Municipais da Amadora de, respectivamente, 22 de Junho de 2010 e 30 de Junho de 2010, deliberaram ser a seguinte a estrutura nuclear dos serviços municipais:

1) A organização interna dos serviços obedece ao modelo de estrutura hierarquizada.

2) A estrutura nuclear dos serviços é composta pelas seguintes unidades orgânicas:

a) Departamento de Administração Geral (DAG);

b) Departamento de Administração Urbanística (DAU);

c) Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU);

d) Departamento de Educação e Desenvolvimento Sociocultural (DEDS);

e) Departamento Financeiro (DF);

f) Departamento de Habitação e Requalificação Urbana (DHRU)

g) Departamento de Modernização e Tecnologias de Informação e Comunicação (DMTIC).

h) Departamento de Obras Municipais (DOM);

i) Serviço de Polícia Municipal (SPM).

3) Nos termos do artigo 6.º, alínea c), do Decreto-Lei n.º 305/2009, foi fixado em quarenta o número total de unidades orgânicas flexíveis da Câmara Municipal da Amadora;

4) Nos termos da mesma disposição foi fixado em vinte o número máximo total de subunidades orgânicas da Câmara Municipal da Amadora;

5) Foi aprovado o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Amadora, a publicar nos termos do n.º 3, do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que Constitui o Anexo II ao Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais;

6) Foi aprovado o Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais, contendo o Organograma dos serviços, Anexo I e o mapa de sucessão de unidades orgânicas que constitui o Anexo III, conforme ao seguinte texto:

Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais

CAPÍTULO I

Objectivos, princípios, normas de actuação

Artigo 1.º

Âmbito do Regulamento

1 — O presente regulamento estabelece o tipo de organização e a estrutura dos serviços municipais, bem como as suas competências.

2 — Os anexos I e II são parte integrante deste regulamento, deles constando, respectivamente, o organograma contendo as unidades orgânicas nucleares e flexíveis e o mapa de pessoal da câmara municipal da Amadora.

Artigo 2.º

Superintendência

1 — A superintendência e coordenação geral dos serviços competem ao Presidente da Câmara Municipal.

2 — Os vereadores têm nesta matéria os poderes que lhes são delegados pelo Presidente da Câmara.

Artigo 3.º

Competências do pessoal dirigente, de chefia e de coordenação

1 — Ao pessoal dirigente, de chefia ou coordenação compete dirigir o respectivo serviço e, em especial:

a) Dirigir a unidade ou subunidade orgânica à sua responsabilidade e a actividade dos funcionários que lhe estiverem adstritos;

b) Garantir o cumprimento das deliberações da Câmara municipal, dos despachos do seu Presidente ou Vereadores com poderes delegados, nas áreas dos respectivos serviços;

c) Prestar informações ou emitir pareceres sobre assuntos que devam ser submetidos a despacho ou deliberação municipal sobre matéria da competência da unidade orgânica que dirigem;

d) Colaborar ao nível da sua responsabilidade, na preparação dos diferentes instrumentos de planeamento, programação e gestão da actividade municipal;

e) Propor medidas tendentes à melhoria do funcionamento dos serviços ou dos circuitos administrativos estabelecidos;



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e FINANCEIRA (DAF)

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2014

8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Na estrita observância do estipulado no ponto 8.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), foi elaborado este documento destinado a facilitar a compreensão das demonstrações financeiras impostas no ponto 2 do Decreto-Lei n.º 54- A/99, de 22 de Fevereiro, dando também cumprimento à resolução n.º 4/2001, de 12 de Julho, do Tribunal de Contas.

De forma a garantir uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira do Município, todos os movimentos contabilísticos concretizados durante o ano de 2014 foram efetuados de acordo com os princípios contabilísticos instituídos no POCAL.

Ainda nos termos do que prevê o referido diploma legal, a omissão de notas ou de valores nos quadros significa ausência de matéria a declarar.

8.2.1. Derrogação de Disposições Legais do POCAL

Procurou-se sempre efetuar os registos contabilísticos em conformidade com os princípios da prudência, especialização, consistência e materialidade, não tendo ocorrido derrogações às disposições previstas no POCAL.

As demonstrações financeiras em 2014 expressam nos resultados a realidade patrimonial do Município de Alfândega da Fé.

Importa no entanto referir que a contabilidade de custos, um dos três subsistemas contabilísticos previstos no POCAL, necessita ainda de aperfeiçoamento, nomeadamente no que respeita à correta imputação dos custos bem como a uma justa afetação dos custos comuns.

Deu-se continuidade em 2014 a implementação da contabilidade de custos, efetuando a sua implementação com recurso a novas ferramentas informáticas (Aplicação de Gestão de Atividades). Bem como a repartição de custos comuns, tendo em vista o apuramento de custos por funções, o que já foi possível fazer com bastante precisão no final de 2014.

No que se refere à contabilização dos subsídios para o investimento, em 2014 procedeu-se ao respetivo reconhecimento na conta **2745-Subsídios ao Investimento** de todas as importâncias relativas a participações a receber a título de financiamento de investimentos em ativos amortizáveis, o que não era aplicado. Apenas foram contabilizados pela primeira vez no ano de 2010.

Foram ainda contabilizados e regularizados subsídios ao investimento de anos anteriores a 2010, visto que desde o exercício de 2010, o Município efetua o registo dos subsídios obtidos para financiar bens do ativo imobilizado corretamente na rubrica de 274.5 – Subsídios para investimento, estando desde então a proceder ao cumprimento do princípio da especialização dos exercícios.

No entanto, o Revisor Oficial de Contas é de opinião que os subsídios obtidos desde 1990 e que se destinavam a realização de obras, deveriam ser corrigidos, uma vez que os mesmos foram relevados como proveito do exercício em que foram recebidos.

No cumprimento da ressalva do ROC, durante o ano de 2014, foi possível obter informação referente a alguns investimentos realizados e anteriores a 2010, tendo os mesmos sido incorporados nas contas do município. Trabalho que vai continuar em 2015 e anos subsequentes até conclusão deste trabalho.

O quadro seguinte demonstra os subsídios para investimentos anteriores a 2010 que não tinham sido devidamente contabilizados, e no ano de 2014 foram regularizados, este facto implicou uma regularização através da conta **59 – Resultados Transitados**, de modo a que o seu reconhecimento seja de acordo com a amortização dos bens objecto de financiamento:

| Descrição do Investimento | Valor |
|--|-----------------------|
| Centro de Formação Desportiva - 2008 | 865.403,01 € |
| Estrada de ligação Eucísia - Vilarelhos - 2008 | 430.802,10 € |
| Centro de Manutenção Física - 2005 | 493.214,95 € |
| Total | 1.789.420,06 € |

Reconheceram-se, á semelhança dos exercícios anteriores, na conta **75-Trabalhos para a Própria Entidade**, os trabalhos que a autarquia realizou com recurso a meios próprios para a criação ou manutenção do próprio imobilizado.

8.2.2. Contas não comparáveis com o Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício Anterior

Bens de Domínio Público

O ponto 4.1.7 do POCAL (Decreto - Lei n.º 54 – A/99, de 22 de Fevereiro) determina que os bens de domínio público sejam incluídos no activo imobilizado da Autarquia Local, responsável pela sua administração ou controlo, estejam ou não afetos à sua atividade operacional, sendo que qualquer prestação de contas que não releve contabilisticamente os bens de domínio público, está ferida de rigor e não transpõe o valor patrimonial da Autarquia.

Em 2014 tendo em vista a afetação dos Bens de Domínio Público ao Balanço do Município no âmbito do seu território e servindo por base o levantamento e valorização efetuada pelos diversos sectores do Município reconheceram-se no Ativo Bruto 5.442.300,85€ face ao ano anterior, conforme se apresenta, bem como algumas obras em curso que foram concluídas e transferidas para a rubrica respetiva:

- Outras construções e infraestruturas: 1.553.615,91€
- Bens do património histórico, artístico e cultural: 115.090,53 €
- Outros bens de domínio público: 3.773.594,41€

44.5. O Imobilizações em curso, não registou qualquer variação em 2014.

Imobilizado Corpóreo

A variação verificada nesta conta resulta da inscrição e retificação de novos bens, alienação de imóveis, ou regularizações de imobilizado em curso.

Nomeadamente a regularização do mercado municipal, registo em conservatório da propriedade horizontal, que deu origem a uma desvalorização patrimonial e foi transferido para Investimentos Financeiros.

De salientar ainda a transferência da Obras "Polo Escolar" para a rubrica "Imobilizações Corpóreas – Escolas", que ainda se encontrava registada em obras em curso.

De referir ainda, que teve grande influencia a regularização do processo da obra "Centro de Formação desportiva de alfândega da Fé".

| | | |
|------------------|--|---------------------|
| 42 | IMOBILIZAÇÕES CORPOREAS | 4.813.148,37 |
| 42.1 | Terrenos e recursos naturais | 8.320,00 |
| 42.2 | Edifícios e outras construções | 4.653.168,77 |
| 42.2.1 | Edifícios | 1.053.349,43 |
| 42.2.1.01 | Habitação | 51.806,75 |
| 42.2.1.02 | Instalações de Serviços | -1.288.007,48 |
| 42.2.1.03 | Instalações desportivas e recreativas | 78.317,60 |
| 42.2.1.04 | Mercados e instalações de fiscalização sanitária | 0,00 |
| 42.2.1.05 | Creches | 0,00 |
| 42.2.1.06 | Escolas | 1.981.599,70 |
| 42.2.1.07 | Lares de terceira idade | 0,00 |
| 42.2.1.08 | Outros | 229.632,86 |
| 42.2.2 | Outras construções | 3.551.179,66 |
| 42.2.2.01 | Viadutos, arruamentos e obras complementares | 7.538,74 |
| 42.2.2.02 | Esgotos | 160.063,62 |
| 42.2.2.03 | Iluminação pública | 35.372,91 |
| 42.2.2.04 | Parques e jardins | 48.767,33 |

| | | |
|------------------|--|--------------|
| 42.2.2.05 | Instalações desportivas e recreativas | 2.732.631,81 |
| 42.2.2.06 | Captação, tratamento e distribuição de água | 479.901,85 |
| 42.2.2.07 | Viação rural | 0,00 |
| 42.2.2.08 | Sinalização e trânsito | 12.574,17 |
| 42.2.2.09 | Infra-estruturas para distr. de energia elétrica | 0,00 |
| 42.2.2.10 | Infra-estruturas p/ tratamento de resíduos sólidos | 27.234,37 |
| 42.2.2.11 | Cemitérios | 4.099,17 |
| 42.2.2.12 | Outras | 42.995,69 |
| 42.2.3 | OBRAS EM EDIFÍCIOS ALHEIOS | 48.639,68 |
| 42.2.3.01 | PISCINAS DO ARA E ESPAÇO ENVOLVENTE | 48.639,68 |
| 42.3 | Equipamento básico | 154.203,90 |
| 42.4 | Equipamento de transporte | -26.564,21 |
| 42.5 | Ferramentas e utensílios | 12.503,29 |
| 42.6 | Equipamento administrativo | -4.337,38 |
| 42.7 | Taras e vasilhame | 0,00 |
| 42.9 | Outras imobilizações corpóreas | 15.854,00 |

Investimentos Financeiros

As contas de investimentos financeiros registaram no seu todo um aumento de 4.183.353,03 €.

Esta variação advém da Incorporação do edifício mercado municipal (propriedade horizontal) e recinto da feira e respetivos lotes. Foi ainda regularizado o “Bairro Social de Trás-de-Castelo”.

A nível de partes de capital com a liquidação da Empresa Municipal EDEAF, foi efetuado o abate da participação do Município.

| | | |
|-----------|---|---------------------|
| 41 | INVESTIMENTOS FINANCEIROS | 4.183.353,03 |
| 41,1 | Partes de capital | -55.000,00 |
| 41.1.1 | Associações de municípios | 0,00 |
| 41.1.1.1 | Associação Nacional de Municípios Portugueses | 0,00 |
| 41.1.2 | Empresas municipais e intermunicipais | -55.000,00 |
| 41.1.3 | Empresas privadas ou cooperativas | 0,00 |
| 41,2 | Obrigações e títulos de participação | 0,00 |
| 41.2.1 | Empresas municipais e intermunicipais | 0,00 |
| 41,4 | Investimentos em imóveis | 4.238.353,03 |
| 41.4.1 | Terrenos e recursos naturais | 156.220,00 |
| 41.4.2 | Edifícios e outras construções | 4.082.133,03 |
| 41.4.2.1 | Edifícios | 3.032.709,31 |
| 41.4.2.2 | Outras construções | 1.049.423,72 |
| 41,5 | Outras aplicações financeiras | 0,00 |
| 41.5.1 | Depósitos em instituições financeiras | 0,00 |
| 41.5.2 | Títulos de dívida pública | 0,00 |
| 41.5.3 | Outros títulos | 0,00 |

Existências

O Município de Alfândega da Fé, iniciou em Junho de 2010 o controlo da compra de existências através do uso de ferramentas informáticas de Armazém, passando todas as aquisições e respetivos consumos a ser controlados, deixando de considerar como consumidas de imediato as matérias-primas adquiridas.

As existências, compostas por matérias-primas, matérias subsidiárias e materiais de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, sendo o método de custeio das saídas de armazém o Custo Médio Ponderado.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo detidas pelo Município em 31/12/2014 incluem, nomeadamente, materiais e artigos utilizados na construção e manutenção da rede de águas e de saneamento, peças e acessórios destinados a reparação de viaturas e equipamento e diverso material de economato bem como outros artigos de consumo corrente.

Dívidas de Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

21.1. Clientes c/c. Esta conta regista todos os movimentos correntes efetuados pelo Município com os seus clientes, ou seja, os créditos sobre os utilizadores aos quais de vendas e prestações de serviços.

21.2. Contribuinte c/c, esta conta regista os montantes dos créditos por cada tipo de imposto. No caso concreto, foram registadas as dívidas referentes as Taxas de ocupação de subsolo.

21.3. Utentes c/c, apresenta o registo dos créditos sobre os utilizadores dos diversos serviços municipais. No caso concreto, foram registadas dívidas referentes a água e rendas e alugueres.

21.8. Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, apresenta o valor de créditos sobre terceiros, em mora há mais de 6 meses e cuja cobrança reveste algum risco.

26.8. Devedores e Credores Diversos

- a subconta **26.8.2-Devedores de transferências para as autarquias** apresenta um saldo de 810.328,59€ referente a subsídios ao investimento cujas candidaturas se encontram aprovados, mas das quais ainda falta receber as respetivas participações.

| Descrição | Valor |
|-------------------|--------------------|
| Contrato programa | 0€ |
| Fundos Comutarias | 810.813,80€ |
| TOTAL | 810.328,59€ |

Acréscimos e Diferimentos

A conta **27-Acréscimos e Deferimentos**, destina-se ao registo dos custos e dos proveitos nos exercícios a que respeitam. A utilização desta conta vai de encontro ao Princípio da especialização ou do acréscimo previsto no POCAL (ponto 3.2, alínea d). O princípio da especialização dos exercícios obriga a que todas as aquisições sejam registadas e constem nos registos dos respetivos exercícios económicos, ou seja, os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

O Município continuou a efetuar o registo contabilístico de subsídios para investimentos associados a ativos com proveito diferidos, iniciados em 2010, elemento essencial para o apuramento da situação real do Balanço e da Demonstração de Resultados.

A conta **27.1-Acréscimos de Proveitos**, resultou da contabilização dos valores a receber pelo Município em 2015, que respeitam a receitas de 2014. Tais como, receita de abastecimento de água de dezembro apenas faturada em janeiro, Transferências do IFFP, e transferências de impostos Municipais.

A conta **27.2- Custos Diferidos** respeita ao diferimento para o ano seguinte de valores que embora pagos em 2014, respeitam à proteção durante o período de 2015.

A conta **27.3- Acréscimos de Custos**, respeita aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que sem documentação vinculativa, mas cuja despesa ou pagamento só vem a incorrer em exercício ou exercícios seguintes, como é o caso das "Remunerações a liquidar" e, que compreende, as remunerações e respetivos encargos, devidas por motivo do direito ao subsídio de férias cujo processamento e pagamento ocorrerá no ano seguinte, como também "Juros a Liquidar", bem como, outros acréscimos de custos, que corresponde essencialmente á cobertura de prejuízos das empresas municipais do ano de 2014, em que apenas é efetuado o equilíbrio em 2015.

No caso do Município de Alfândega da Fé esta conta registou os seguintes movimentos:

| 27.3 | Acréscimos de custo | Valor |
|--------|-----------------------------|-------------|
| 27.3.2 | Renumerações a liquidar | 124.064,98€ |
| 27.3.3 | Juros a liquidar | 35.081,22€ |
| 27.3.9 | Outros acréscimos de custos | 27.875,65€ |

A conta **27.4-Proveitos Diferidos**, prende-se com a existência de acordos, contratos-programa e protocolos que o Município tem celebrado, com o intuito de levar a cabo diversos projetos de investimento co-financiados através de fundos nacionais e/ou comunitários, devendo, para o efeito, o custo da sua depreciação ser "corrigido". Assim, anualmente, à medida que forem

contabilizadas as amortizações do imobilizado respetivo, os subsídios para investimento são movimentados numa base sistemática para a conta **74.2.4.2-TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS- FEDER**, tendo sido valor de 2014 de €202.401,66

| | | |
|---------------|-----------------------------|---------------|
| 27.4 | Proveitos diferidos | Valor |
| 27.4.5 | Subsídio para investimentos | 6.461.937,04€ |

Provisões

A conta **29-Provisões**, destina-se ao registo de operação relacionadas com a constituição, reforço e redução de provisões para cobranças duvidosas e para riscos e encargos, salvaguardando o princípio da prudência estabelecido no POCAL, o qual prevê a possibilidade de integrar nas contas um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas, em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou de previsões excessivas ou a deliberada quantificação de ativos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso.

Em 2014, foram constituídas provisões por conta dos processos judiciais em curso, no montante de 286.734,78 €.

Não foram consideradas de cobrança duvidosa as dívidas do Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais.

Fundos Próprios

A conta **51-Património** registou uma variação no montante de 3.826.240,29 €

De referir que a origem da variação tem a ver com:

- Lançamento/Contabilização das habitações do Bairro Social Trás de Castelo;
- Lançamento/Contabilização dos lotes Zona Industrial;
- Lançamento/Contabilização da avaliação de Estradas municipais, caminhos municipais e caminhos rurais;
- Lançamento/Contabilização da Internalização da Empresa Municipal EDEAF- liquidação da empresa.

A variação registada na conta **59-Resultados Transitados**, respeita aos reajustamentos a que foi necessário proceder para uma melhor e mais correta expressão da realidade que assim obrigaram à sua movimentação.

Da variação registada, destacam-se as correções Imobilizado, de destacar:

- Registo do cofinanciamento da obra centro de formação desportiva de Alfândega da fé- obra de 2003 a 2008-auto final em 2008;
- Registo do cofinanciamento da obra estrada de ligação Eucísia - Vilarelhos- obra de 2006 a 2008-auto provisório em 2008;
- Cofinanciamento da obra do centro de Manutenção física - obra de 2005;
- Regularização de amortizações acumuladas 2014, por conta das retificações dos lançamentos contabilísticos do imobilizado

Na Demonstração de Resultados importa relatar o registo na conta **75-Trabalhos para a própria entidade** o valor de 111.328,34€ correspondente aos trabalhos e aplicação de bens que a Autarquia despendeu para construção e manutenção do próprio património.

O quadro seguinte demonstra a comparação com os anos anteriores:

| | 2014 | 2013 | 2012 |
|---|-------------|-------------|-------------|
| 75-Trabalhos para a própria entidade | 111.328,34 | 272.410,13 | 902.132,60 |

8.2.3. Critérios Valorimétricos Utilizados

As demonstrações financeiras do Município de Alfândega da Fé foram preparadas na base da continuidade das operações da entidade, em conformidade com os princípios contabilísticos da entidade contabilística, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

Imobilizado

No caso dos ativos do imobilizado cujo valor de aquisição ou de produção se desconhece, o Município considera o valor resultante de avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens. Para esse efeito foram constituídas comissões de avaliação compostas por técnicos de diferentes áreas profissionais.

No caso de impossibilidade de valorização, os bens assumem valor zero até serem objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta.

Os bens de domínio público que se encontram sob a responsabilidade deste Município, sempre que possível, são valorizados ao custo de aquisição ou de produção.

Relativamente aos bens em que se desconhecia o valor de aquisição ou de produção, considerou-se como valor de aquisição o valor resultante de avaliação ou produção e, em alguns casos o valor atribuído pela Repartição de Finanças. O Custo de aquisição tem suporte no conteúdo da faturação e nos autos de receção das empreitadas.

Os bens pertencentes ao ativo imobilizado, obtido a título gratuito encontram-se valorizados de acordo com o critério do justo valor.

Os Investimentos Financeiros encontram-se valorizados de acordo com o respetivo preço de aquisição, sendo os lucros ou proveitos a que haja lugar, contabilizados nos períodos a que se referem.

O método adotado para o cálculo das amortizações do exercício é o método das quotas constantes.

Dívidas de Terceiros e a Terceiros

As dívidas de terceiros e as dívidas a terceiros encontram-se expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

Provisões

As dívidas de terceiros foram contabilizadas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam (ponto 4.3 do POCAL), ajustadas para um valor de realização através da constituição de provisões.

Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa

Os depósitos em Instituições Financeiras e as disponibilidades de caixa encontram-se expressos pelos montantes dos saldos de todas as contas de depósito e dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

Especialização dos Exercícios

Em regra, os custos e perdas, proveitos e ganhos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontram-se imputados ao exercício em que foram incluídos ou gerados, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

Subsídio para Investimento

As participações atribuídas ao Município, destinadas a financiar investimentos em ativos imobilizados eram até ao exercício 2009, por regra, apenas contabilizadas no momento dos respetivos recebimentos não ocorrendo especialização dos montantes recebidos, sendo de imediato reconhecidos como proveitos desse exercício.

Com a publicação em 2010 pelo Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL), uma revisão às orientações relativas à contabilização dos Subsídios/ Transferências para Investimentos das Autarquias Locais a qual veio introduzir alguma prudência na contabilização destas operações na medida em que preconiza que o crédito deve ser reconhecido apenas no momento em que o grau de certeza associado ao recebimento do subsídio permita um equilíbrio entre a sobreavaliação e a subavaliação dos ativos financeiros do Município. Neste seguimento, o SATAPOCAL recomenda que o reconhecimento do direito a receber respeitante a subsídios ao investimento seja efetuado no momento da receção de confirmação sobre a elegibilidade dos pedidos de pagamento por parte da entidade financiadora.

Assim o Município de Alfândega da Fé, passou a aplicar as regras expressas nesta revisão a partir de 2010, passando a contabilizar os montantes respeitantes à aprovação de subsídios para investimentos em ativos amortizáveis apenas no momento da receção de confirmação sobre a elegibilidade dos pedidos de pagamento por parte da entidade financiadora.

No entanto, o Revisor Oficial de Contas é de opinião que os subsídios obtidos desde 1990 e que se destinavam a realização de obras, deveriam ser corrigidos, uma vez que os mesmos foram relevados como proveito do exercício em que foram recebidos, assim, foi iniciado em 2014 o trabalho de pesquisa para se conseguir efetuar essa regularização, o município tem que fazer o

levantamento/recolha de todas as obras realizadas e financiadas, para os anos anteriores a 2010 e foram contabilizados já no ano de 2014 as seguintes obras:

| Descrição do Investimento | Valor |
|--|-----------------------|
| Centro de Formação Desportiva - 2008 | 865.403,01 € |
| Estrada de ligação Eucísia - Vilarelhos - 2008 | 430.802,10 € |
| Centro de Manutenção Física - 2005 | 493.214,95 € |
| Total | 1.789.420,06 € |

Este trabalho terá continuidade no ano de 2015 e seguintes, de forma a conseguir regularizar todas as situações possíveis e que estejam dentro do nosso alcance.

8.2.4. Conversão de saldos expressos em moeda estrangeira

Não aplicável, pelo facto de não se terem realizado operações em moeda estrangeira.

8.2.5. Situações em que o resultado líquido foi afetado

Nada a relatar.

8.2.6. Despesas de Investigação e de Desenvolvimento

Não se verificou alteração em 2014.

8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos na rubrica de imobilizado e respetivas amortizações são identificados no quadro a seguir apresentado, na coluna dos aumentos e dos reforços, respetivamente.

| Ativo Bruto | | | | | | | | |
|---|---------------|--------------------------|--------------|------------|----------------|------------|-------------------|---------------|
| Rúbricas | Saldo Inicial | Reavaliações/Ajustamento | Aumentos | Alienações | Transferências | Abates | Doações e Transf. | Saldo Final |
| De bens de domínio público: Adiantamentos por conta de bens do domínio público | | | | | | | | |
| Bens do património histórico, artístico e cultural | 45.702,80 | | 115.090,53 | | | | | 160.793,33 |
| Edifícios | | | | | | | | |
| Imobilizações em curso | 716.478,40 | | | | | 716.478,40 | | |
| Outras construções e infra-estruturas | 1.214.955,47 | | 1.553.615,91 | | | | | 2.768.571,38 |
| Outros bens do domínio público | 11.698.672,71 | | 3.773.563,54 | | | | | 15.472.236,25 |
| Terrenos e recursos naturais | | | | | | | | |
| | 13.675.809,38 | | 5.442.269,98 | | | 716.478,40 | | 18.401.600,96 |
| Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas | | | | | | | | |
| Despesas de instalação | | | | | | | | |
| Despesas de investigação e de desenvolvimento | 16.111,25 | | | | | | | 16.111,25 |
| Imobilizações em curso | | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|----------------------|--|----------------------|--|--------------|----------------------|------------------------|
| Propriedade industrial e outros direitos | 166.824,01 | | 7.015,00 | | | | 173.839,01 |
| | 182.935,26 | | 7.015,00 | | | | 189.950,26 |
| Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas | | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 9.550.600,92 | | 4.653.168,77 | | | | 14.203.769,69 |
| Equipamento administrativo | 444.662,23 | | | | 4.337,38 | | 440.324,85 |
| Equipamento básico | 790.430,74 | | 154.203,90 | | | | 944.634,64 |
| Equipamento de transporte | 797.684,81 | | | | 26.564,21 | | 771.120,60 |
| Ferramentas e utensílios | 124.338,77 | | 12.503,29 | | | | 136.842,06 |
| Imobilizações em curso | 11.765.343,31 | | | | 9.476.122,87 | | 2.289.220,44 |
| Outras imobilizações corpóreas | 182.388,64 | | 22.680,50 | | 6.826,50 | | 198.242,64 |
| Taras e vasilhame | 46.116,89 | | | | | | 46.116,89 |
| Terrenos e recursos naturais | 1.412.075,27 | | 8.320,00 | | | | 1.420.395,27 |
| | 25.113.641,58 | | 4.850.876,46 | | 9.513.850,96 | | 20.450.667,08 |
| Adiantamentos por conta de investimentos financeiros | | | | | | | |
| Imobilizações em curso | 85.229,82 | | | | 85.229,82 | | |
| Investimentos em imóveis – Edifícios e outras construções | 509.240,08 | | 4.334.133,03 | | 252.000,00 | | 4.591.373,11 |
| Investimentos em imóveis – Terrenos e recursos naturais | 964.664,26 | | 156.220,00 | | | | 1.120.884,26 |
| Obrigações e títulos de participação | | | | | | | |
| Outras aplicações financeiras – Depósitos em instituições financeiras | | | | | | | |
| Outras aplicações financeiras – Outros títulos | | | | | | | |
| Outras aplicações financeiras – Títulos da dívida pública | | | | | | | |
| Partes de capital | 981.969,00 | | | | 55.000,00 | | 926.969,00 |
| | 2.541.103,16 | | 4.490.353,03 | | 392.229,82 | | 6.639.226,37 |
| Total Geral | 41.513.489,38 | | 14.790.514,47 | | 0,00 | 10.622.559,18 | 45.681.444,67 € |

Amortizações e provisões

| Rúbricas | Saldo Inicial | Reforços | Regularizações | Saldo Final |
|--|----------------|--------------|----------------|----------------|
| De bens de domínio público: | | | | |
| Adiantamentos por conta de bens do domínio público | | | | |
| Bens do património histórico, artístico e cultural | | 1.438,63 € | | 1.438,63 € |
| Edifícios | | | | |
| Imobilizações em curso | | | | |
| Outras construções e infra-estruturas | 132.443,78 € | 65.875,99 € | | 198.319,77 € |
| Outros bens do domínio público | 1.111.143,80 € | 363.719,37 € | | 1.474.863,17 € |

| | | | | |
|---|-----------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|
| Terrenos e recursos naturais | | | | |
| | 1.243.587,58 € | 431.033,99 € | | 1.674.621,57 € |
| Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas | | | | |
| Despesas de instalação | | | | |
| Despesas de investigação e de desenvolvimento | | | | |
| Imobilizações em curso | | | | |
| Propriedade industrial e outros direitos | 140.703,81 € | 7.567,71 € | | 148.271,52 € |
| | 140.703,81 € | 7.567,71 € | | 148.271,52 € |
| Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas | | | | |
| Edifícios e outras construções | 938.360,62 € | 469.986,12 € | 2.739,18 € | 1.405.607,56 € |
| Equipamento administrativo | 434.582,42 € | 7.633,33 € | 4.636,99 € | 437.578,76 € |
| Equipamento básico | 579.146,60 € | 79.398,94 € | | 658.545,54 € |
| Equipamento de transporte | 627.264,22 € | 36.894,10 € | 57.361,76 € | 606.796,56 € |
| Ferramentas e utensílios | 80.946,45 € | 7.688,15 € | | 88.634,60 € |
| Imobilizações em curso | | | | |
| Outras imobilizações corpóreas | 144.763,89 € | 5.819,90 € | | 150.583,79 € |
| Taras e vasilhame | 44.991,15 € | 793,36 € | | 45.784,51 € |
| Terrenos e recursos naturais | | | | |
| | 2.850.055,35 € | 608.213,90 € | 64.737,93 € | 3.393.531,32 € |
| Adiantamentos por conta de investimentos financeiros | | | | |
| Imobilizações em curso | | | | |
| Investimentos em imóveis – Edifícios e outras construções | 75.270,49 € | 297.802,09 € | | 373.072,58 € |
| Investimentos em imóveis – Terrenos e recursos naturais | | | | |
| Obrigações e títulos de participação | | | | |
| Outras aplicações financeiras – Depósitos em instituições financeiras | | | | |
| Outras aplicações financeiras – Outros títulos | | | | |
| Outras aplicações financeiras – Títulos da dívida pública | | | | |
| Partes de capital | | | | |
| | 75.270,49 € | 297.802,09 € | | 373.072,58 € |
| Total Geral | 4.309.617,23 € | 1.344.617,69 € | 64.737,93 € | 5.589.496,99 € |

8.2.8. Descrição do Ativo Imobilizado, respetivos valores, amortizações de exercício e acumuladas, aumentos, alienações, transferências e abates, de acordo com os mapas seguintes

A aplicação informática permite a desagregação das rubricas indicadas neste ponto, que constam do inventário do Município aprovado pelos órgãos autárquicos. Devido ao seu volume, não são enviadas neste documento, permanecendo disponíveis para consulta e envio, caso sejam solicitadas.

8.2.9. Custos respeitantes a empréstimos obtidos para financiar Imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados durante o exercício de 2014

Os custos a que se refere este ponto encontram-se identificados no mapa de empréstimos obtidos, parte integrante da prestação de contas.

8.2.10. Reavaliação de bens

Não aplicável, pois não se verificaram quaisquer reavaliações.

8.2.11. Mapa de reavaliação de bens

Não aplicável, pois não se registaram quaisquer reavaliações.

8.2.12. Imobilizações corpóreas e em curso Imobilizações em poder de terceiros

Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso a que se refere este ponto, não se verifica a existência de imobilizações em poder de terceiros, cedidos por contrato de concessão.

8.2.13. Bens Utilizados em regime de Locação Financeira

Não se verificou qualquer aquisição de bens em regime de locação financeira.

8.2.14. Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade

Por dificuldades inerentes à sua própria natureza e por dificuldade política de afetação de alguns bens ainda não se encontram avaliados. Foi constituída uma comissão de avaliação, para proceder ao levantamento e valorização dos bens de domínio público e outros, que ainda não se encontram registados no inventário e património do Município, de forma a corrigir as desconformidades existentes.

Durante o ano de 2014 procedeu-se a valorização dos seguintes bem de imobilizado:

| | |
|--|-----------------------|
| Estrada municipal - E.M. 576 Gebelim-ribeira da camba - 3.564 ml | 171.070,20 € |
| Estrada municipal E.M. - Gebelim-barragem da camba limite concelho - 1.800ml | 99.000,00 € |
| Estrada municipal 588-1 - Vales-Pombal - 3.560ml | 142.400,00 € |
| Estrada municipal E.M.-588-1 - Vilarelhos - cruzamento e.m.587-460 ml | 35.880,00 € |
| Estrada municipal - E.M.589 - E.N. 215 - Valverde 1.594 ml | 63.760,00 € |
| Estrada municipal - E.M.590 - Gebelim-felgueiras-Agrobom - 5.872 ml | 299.472,00 € |
| Estrada municipal E.M. 590 - Agrobom - Valpereiro - cruzamento E.N. 215 - 3.163 ml | 129.683,00 € |
| Caminho municipal C.M. 1151 - Vilares da Vilarça - pombal - 5.800 ml | 301.600,00 € |
| Caminho municipal - C.M. 1151 - Pombal - cruzamento c.m.1160 - 4.642 ml | 278.520,00 € |
| Caminho municipal C.M 1153 - Cruzamento E.N. 215 - castelo - 778 ml | 27.230,00 € |
| Caminho municipal - C.M. 1155 - Cruzamento E.N.315 - sardão - 524 ml | 18.340,00 € |
| Caminho municipal - C.M 1157 - Gouveia - Cabreira - 2.168 ml | 99.484,00 € |
| Caminho municipal 1160 - Cruzamento E.N. 315 - Alfândega da Fé - 2.079 ml | 20.790,00 € |
| Caminho rural - Vilares da Vilarça - Colmeais - 2.691 ml | 107.640,00 € |
| Caminho rural - Cabreira - Picões - 4.513 ml | 171.490,00 € |
| Caminho rural - Cruzamento E.N.215 - Saldonha - 637 ml | 27.390,00 € |
| Caminho rural - Cruzamento E.N. 315 - Covelas - 1.388 ml | 44.416,00 € |
| Caminho rural - Vilarchão - Legoinha - Rio sabor - 5.382 ml | 172.224,00 € |
| Total Geral | 2.210.389,20 € |

8.2.15. Bens de Domínio Público que não são objeto de amortização

| Classificação Patrimonial | Descrição | Data de Registo | Valor |
|---------------------------|---|-----------------|----------------|
| 45.9 | Parque Verde | 28-10-2010 | 344.077,80 € |
| 45.9 | Tratamento e Valorização Paisagística da Sr.ª dos Anúncios - Vilarelhos | 17-12-2010 | 75.043,55 € |
| 45.9 | Qualificação e consolidação urbanística e paisagística da Av. Camilo Mendonça em Vilarelhos | 17-12-2010 | 205.736,38 € |
| 45.9 | Barragem da Camba | 28-10-2010 | 4.027.648,50 € |
| 45.3 | Recuperação da fonte de mergulho da Fontareja | 14-03-2011 | 9.817,58 € |
| 45.3 | Reabilitação do Portal dos Colmeais | 14-03-2011 | 9870,00€ |
| 45.9 | Tratamento e valorização paisagística da S. das Neves em Sambade | 04-04-2011 | 254.894,38 € |
| 45.9 | Reabilitação da praça dos vilares da Vilarça | 18-03-2011 | 23.574,16 € |

Nos termos art.º 36 da Portaria nº 671/2000 de 17 de Abril, alguns bens não estão sujeitos ao regime de amortizações, tais como, os descritos no quadro anterior.

8.2.16. Entidades Participadas

As entidades participadas, societárias e não societárias, são as seguintes:

Entidades Societárias

| Denominação | Sede | Capital | Participação | | Resultado Líquido do Exercício | |
|--|--|---------------|--------------|--------|--------------------------------|--------------|
| | | | Valor | % | Exercício | Valor |
| Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA | Av. Osnabrok, nr 29 5000-427 Vila Real | 27.812.177,00 | 106.119,00 | 0,38 | 2014 | 6.947.043,00 |
| ALFANDEGATUR | Alto da Serra de Bornes 5350- Alfândega da Fé | 819.940,00 | 819.940,00 | 100,00 | 2013 | (322.456.86) |

Grupo Autárquico

| Designação da entidade | AMTQT - Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana | Águas de Trás os Montes Alto Douro, SA | ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses | ALFANDEGATUR - Empresa de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé, EM | Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER | Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes | AE-Agencia de Energia de Trás-os-Montes | DESTEQUE- Associação para o desenvolvimento da Terra Quente |
|---|---|--|--|--|--|--|---|---|
| NIPC/NIF | 501383018 | 505863901 | 501627413 | 502649631 | 508905435 | 510957544 | 509620540 | 503022934 |
| Tipo entidade | Não Societária | Societária | Não Societária | Societária | Não Societária | Não Societária | Não Societária | Não Societária |
| Forma jurídica | Associação Municípios Fins Específicos (dir.priv) | Empresa | Outro Não Societária | Empresa Municipal | Outro Não Societária | Associação de Municípios de Fins Múltiplos | Associação | Associação |
| Sector empresarial que integra | Outro | Outro | Outro | Sector empresarial local | Outro | Outro | Outro | Outro |
| % Participação do município no capital social/estatutário | 15,00% | 0,38% | 0,28% | 100,00% | 1,16% | 7,47% | 0% | 0% |
| Manutenção da natureza de pessoa coletiva de direito público | Não | Não | Não | Não | Não | Não | Não | Não |
| Regime Contabilístico | POCAL – Regime completo | SNC | SNC | SNC | POCAL – Regime completo | POCAL – Regime completo | POCAL | POCAL |

8.2.17. Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria

Não aplicável.

8.2.18. Outras aplicações Financeiras

Não aplicável.

8.2.19. Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não aplicável.

8.2.20. Fundamentação das circunstâncias especiais que justificam a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não aplicável.

8.2.21. Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável.

8.2.22. Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do Balanço

As receitas próprias do Município são provenientes de taxas ou serviços de pronto pagamento, pelo que, o valor constante na rubrica "21.8 – Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa" é de 72.376,56€.

Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço:

| Descrição | Valor (Euros) |
|---|-------------------|
| 21.8 – Clientes, Contribuinte e Utentes de Cobrança Duvidosa Rendas e Alugueres | |
| 21.8.1 - Cobranças em atraso | |
| 21.8.1.02 - Conta Agregada | 71.376,56€ |
| 21.8.2 - Cobranças em litígio | |
| 21.8.2.02 - Conta Agregada | 967,60€ |
| Total | 72.376,56€ |

8.2.23. Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da Autarquia Local

Não aplicável, pois não existem quaisquer dívidas respeitantes ao pessoal da Autarquia.

8.2.24. Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem

Não aplicável

8.2.25. Dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos

Não existem valores em mora ao Estado e Outros Entes Públicos, sendo o valor inscrito no Balanço em Dividas a Terceiros - Curto Prazo, 35.625,69€ desdobrado da seguinte forma:

| Classificação Patrimonial | Descrição | Valor |
|---------------------------|---|-----------|
| 24.2 | Retenção de Imposto sobre Rendimento | |
| 24.2.1 | Trabalho Dependente | 17.734,40 |
| 24.2.2 | Trabalho Independente | 1.050,40 |
| 24.2.3 | Sobre Taxa Extraordinária 3.5% | 1.100,00 |
| 24.4 | Restantes Impostos | 7,31 |
| 24.5 | Contribuição para Regimes de Segurança Social | |
| 24.5.1 | Caixa Geral de Aposentações | |
| 24.5.1.1 | CGA- Descontos do Pessoal | 11.575,35 |
| 24.5.2 | ADSE | |
| 24.5.2.1 | ADSE- Descontos do Pessoal | |
| 24.5.3 | IGFSS – Segurança Social | |
| 24.5.3.1 | I.G.F.S.S.- Descontos do Pessoal | 4.158,63 |
| 24.9 | Outras Tributações | |
| 24.9.9 | Outras | |

8.2.26. Responsabilidades por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança

As responsabilidades por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança encontram-se identificadas no mapa de contas de ordem.

Existem as seguintes garantias bancárias pedidas pelo Município a favor das seguintes entidades:

| Garantia Nº | Entidade Beneficiária | Início da Operação | Data de Fim | Montante Contratado | Montante Utilizado |
|---------------------|----------------------------------|--------------------|-------------|---------------------|--------------------|
| GB nº 9015005522493 | Tribunal do Trabalho de Bragança | 08-10-2007 | 08-10-2017 | 14.567,61 | 0,00 |
| GB nº 9015006846693 | EP- Estrada de Portugal SA | 08-06-2010 | 08-12-2016 | 5.000,00 | 0,00 |
| GB nº 9015007223493 | EP- Estrada de Portugal SA | 14-09-2011 | 14-09-2016 | 5.000,00 | 0,00 |
| GB nº 9015007310993 | EP- Estrada de Portugal SA | 14-03-2012 | 14-03-2016 | 5.000,00 | 0,00 |
| GB nº 9015007842993 | EP- Estrada de Portugal SA | 06-09-2013 | 06-09-2016 | 1.800,00 | 0,00 |

-Para assegurar o reembolso do capital e o pagamento dos juros e dos demais encargos dos empréstimos, o Município deu como garantia às instituições de crédito as receitas municipais que não se encontrem legalmente consignadas, nomeadamente:

| Entidade Financeira | Valor em dívida em 31/12/2014 |
|---|-------------------------------|
| Banco BPI, SA | 388.181,74 € |
| Banco Comercial Português | 323.032,74 € |
| Direcção Geral Do Tesouro e Finanças | 1.845.021,67 € |
| Caixa Geral de Depósitos | 11.086.587,41 € |
| Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo | 6.000.000,00 € |
| Caixa Geral de Depósitos - EDEAF | 283.914,28 € |
| Total Geral | 19.926.737,84 € |

8.2.27. Provisões acumuladas e provisões do exercício

No exercício de 2014 foram constituídas provisões para os processos judiciais em curso no montante de 286.734,78 €.

8.2.28. Movimentos ocorridos nas contas do “Fundo Patrimonial”

Os movimentos incorridos nas contas da classe “5 - Fundo Patrimonial” são os resultantes da aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2013, conforme proposta aprovada em reunião de Câmara Municipal realizada em 22 de Abril de 2014 e Assembleia Municipal realizada em 25 de Abril de 2014:

| FUNDOS PRÓPRIOS | | | | | | |
|--|---------------|--------------|-------------------------|--------------------------------|---------------|---------------|
| Rubricas | Saldo Inicial | Aumentos | Aplicação de Resultados | Resultado Líquido do exercício | Outros Mov. | Saldo Final |
| 5 - FUNDOS PRÓPRIOS | | | | | | |
| 51 - PATRIMÓNIO | 11.232.903,07 | 3.826.240,29 | | | | 15.059.143,36 |
| 55-AJUSTAMENTOS DE PARTES DE CAPITAL | | | | | | |
| EM EMPRESAS | | | | | | |
| 56-RESERVAS DE REAVALIAÇÃO | | | | | | |
| 57-RESERVAS | | | | | | |
| 57.1-Reservas legais | 729.375,71 | | 56.509,70 | | | 785.885,41 |
| 57.2-Reservas estatutárias | | | | | | |
| 57.3-Reservas contratuais | | | | | | |
| 57.4-Reservas livres | | | | | | |
| 57.5-Subsídios | | | | | | |
| 57.6-Doações | 323.289,66 | 4.292,25 | | | | 327.581,91 |
| 57.7-Reservas decorrentes da transferência de ativos | | | | | | |
| 59-RESULTADOS TRANSITADOS | 1.637.471,97 | 32.753,33 | 1.073.684,27 | | -2.724.730,39 | 19.179,18 |

| | | | | | | |
|--|---------------------|--------------|---------------|------|-------------|--------------------|
| 88 - Resultado Líquido do Exercício | 1.130.193,97 | | | | | -554.269,25 |
| | 15.053.234,38 | 3.863.285,87 | -1.130.193,97 | 0,00 | -554.269,25 | -2.724.730,39 |
| | | | | | | 15.637.520,61 |

Notas:

a) Inclui o reforço do patrimônio por aplicação de resultados e outros aumentos.

b) Inclui aplicação de resultados de 2012, bem como correções a documentos de anos anteriores

c) Inclui retificações a movimentos de anos anteriores.

8.2.29. Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas encontra-se demonstrado no mapa seguinte:

| Movimentos | Mercadorias | Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo | Total |
|-------------------------------------|-------------|--|------------|
| Existências iniciais | 1.085,90 | 29.013,86 | 30.099,76 |
| Compras | 3.606,56 | 226.901,16 | 230.507,72 |
| Regularização de existências | 3.460,53 | 47.010,55 | 50.471,08 |
| Existências finais | 0,00 | 27.544,69 | 27.544,69 |
| Custos do exercício | 1.231,93 | 181.359,78 | 182.591,71 |

8.2.30. Demonstração da Variação da Produção

Não aplicável.

8.2.31. Demonstração dos Resultados Financeiros

DEMONSTRATÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

| CUSTOS E PERDAS | Exercícios | | PROVEITOS E GANHOS | Exercícios | |
|---|-------------------|-------------------|---|-------------------|-------------------|
| | 2014 | 2013 | | 2014 | 2013 |
| 681 - JUROS SUPORTADOS | 1.060.151,41 | 719.031,40 | 781 - JUROS OBTIDOS | 109,41 | 64,48 |
| 682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS | 324.961,97 | | 782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS | | |
| 683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS | | | 783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS | 369.684,15 | 355.393,39 |
| 684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS | | | 784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL | | |
| 685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS | | | 785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS | | |
| 687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA | | | 786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS | | |
| 688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS | 14.724,23 | 62.495,40 | 787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA | | |
| RESULTADOS FINANCEIROS | -1.030.044,05 | -426.068,93 | 788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS | | |
| Total | 369.793,56 | 355.457,87 | Total | 369.793,56 | 355.457,87 |

8.2.32. Demonstração dos Resultados Extraordinários

DEMONSTRATÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINARIOS

| CUSTOS E PERDAS | Exercícios | | PROVEITOS E GANHOS | Exercícios | |
|--|------------|------------|-------------------------------|------------|------|
| | 2014 | 2013 | | 2014 | 2013 |
| 691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS | 179.562,97 | 193.056,02 | 791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS | | |
| 692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS | | | 792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS | | |
| 693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS | | | 793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA | | |

| | | | | |
|--|-------------------|-------------------|---|------------------------------|
| 694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES | 160.946,48 | 181,94 | 794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES | 6531,16 |
| 695 - MULTAS E PENALIDADES | 1528 | 4.162,25 | 795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS | 4789,76 551.096,10 |
| 696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES | | | 796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES | 20.647,78 |
| 697 - CORRECOES REL. EXERC. ANTERIORES | 111254,84 | 24.767,83 | 797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES | 82674,92 16.585,46 |
| 698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS | 1785,31 | 5.223,21 | 798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS | 18403,88 4.039,90 |
| RESULTADOS EXTRAORDINARIOS | -342677,88 | 364.977,99 | | |
| Total | 112.399,72 | 592.369,24 | Total | 112.399,72 592.369,24 |

8.3 - Outras Informações Relevantes

a) Existem diversos processos judiciais em curso, conforme se pode constatar pelo mapa apresentado:

| Entidade Credora | NIF | Situação Atual | Montante |
|--|---|--|---------------------|
| Ladário - Sociedade de Construções, Lda. | 502153229 | Relativo à obra do Centro de Manutenção Física (SPA). | 112.236,76 € |
| Santana & Cª, Lda. | 501259422 | Em primeira instância foi o município condenado no pagamento de €12.412,03. O Município interpôs recurso. | 12.412,03 € |
| Adolfo Manuel Videira | 139992911 | Ação executiva intentada pelo Sr. Adolfo Videira, na sequência da celebração de escritura pública de compra e venda de prédio rústico em véspera de eleições autárquicas de 2009. | 145.851,00 € |
| Maria Fernanda Trigo / Pedro Manuel trigo | 145877965 / 145878090 | Ação executiva intentada pela Sra. Maria Fernanda Trigo e Pedro Manuel Trigo, na sequência da celebração de escritura de compra e venda de prédio rústico para o projeto Fun Zone Village. | 82.191,00 € |
| Jorge António Reboredo Camelo Pinheiro / Liliana Reboredo Pinheiro / Susana Cristina Reboredo Pinheiro | 235148032 / 222394684 / 191608866 | Ação intentada pelos filhos do Sr. Jorge Pinheiro, relativa a acordo indemnizatório. | 92.000,00 € |
| Construtora Mirandesa, Lda. | 503538558 | Este processo está relacionado com o fornecimento de inertes e macadame betuminoso, que não foi precedido do necessário procedimento pré-contratual. | 16.234,99 € |
| TOTAL | | | 460.925,78 € |

b) Consolidação de Contas

Nos termos do n.º 2 do art.º 76 da Lei nº 73/2013 de 3/9, que **Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais**, os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pelos órgãos executivos de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante **sessão ordinária do mês de junho** do ano seguinte àquele a que respeitam.

c) No cumprimento da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis n.ºs 53-F/2006, de 29 de dezembro, e 55/2011, de 15 de novembro, e ainda nos termos da Lei n.º169/99, de 18 de setembro, foi deliberado por unanimidade em RCM de 11/2/2013, proporá a AM o seguinte:

- Dissolver a EDEAF - ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, E.E.M., bem como definir os termos de liquidação do património da empresa, que pode seguir uma de duas vias:

- Alienação do património e subsequentemente amortização dos empréstimos à banca e restante passivo. Subsistindo alguns ativos/passivos, estes serão transferidos para o município.
- ii) Transferência de todos os ativos e passivos para o Município.
- b) Internalizar a atividade da EDEAF nos serviços do Município, de acordo com o plano de internalização, que implica a alteração do Mapa de Pessoal e subsequente celebração de acordos de cedência de interesse público a partir de agosto de 2013;

Em sessão de AM, realizada no dia 23/02/2013, e relativamente ao assunto constante da ordem do dia "Aplicação da Lei n.º50/2012, de 31 de Agosto às empresas: EDEAF – Entidade Empresarial Municipal de Desenvolvimento de Alfândega da Fé, E.E.M. e ALFANDEGATUR – Empresa Municipal de Desenvolvimento de Alfândega da Fé, E.M.", foram tomadas as deliberações abaixo discriminadas:

Deliberado, por unanimidade, dos trinta e nove membros presentes, o seguinte:

- Dissolver a EDEAF – Entidade Empresarial Municipal de Desenvolvimento de Alfândega da Fé, E.E.M, definindo os termos de liquidação do património da empresa, por uma das seguintes vias:
- Alineação do património e subsequente amortização dos empréstimos à banca e restante passivo. Subsistindo alguns ativos/passivos, estes serão transferidos para o Município;
- 1.2- Transferência de todos os ativos e passivos para o Município.
- Aprovar a alinação integral da participação detida pelo Município na ALFANDEGATUR – Empresa Municipal de Desenvolvimento de Alfândega da Fé, E.M.

Deliberado, ainda, por maioria, dos trinta e nove membros presentes, com trinta e um votos a favor e oito abstenções, o seguinte:

- Internalizar a atividade da EDEAF nos Serviços do Município, de acordo com o plano de internalização que implica a alteração do Mapa de Pessoal e subsequente celebração de acordos de cedência de interesse público a partir de agosto de 2013.

Em 29 de outubro de 2014, foi executado o relatório de liquidação da empresa Municipal EDEAF, onde se propõe a transmissão global de todo o ativo e passivo da Empresa para o sócio Município de Alfândega da Fé, conforme previsto no art. 148.º do Código das Sociedades Comerciais, tendo em consideração os seguintes pontos:

-O património ativo e passivo da empresa é transmitido globalmente, pelos respetivos valores contabilísticos, para o sócio Município de Alfândega da Fé, o qual fica único responsável pelo pagamento aos referidos credores de todas as responsabilidades sociais decorrentes do passivo.

À face da lei, o sócio Município de Alfândega da Fé, ficará responsável pelo pagamento de quais quer dívidas de natureza fiscal que no presente ainda não sejam exigíveis.

Foi ainda efetuada a escritura de encerramento de liquidação da empresa Municipal EDEAF, tendo sido efetuados todos os lançamentos necessários na contabilidade do Município de Alfândega da Fé, refletindo desta foram a internalização total da empresa.

O Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal (Lei 53/2014, de 25 de agosto), no que concerne a internalização e integração no município da empresas municipais, refere que:

1. O limite da dívida total previsto no art. 52º/1, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, não prejudica a assunção da dívida da empresa local, no caso de integração ou internalização da respetiva atividade;
2. Em caso de ultrapassagem do limite de dívida, na sequência da internalização, o município fica obrigado a reduzir o excesso (art. 52º/3, a), da Lei 73/2013, de 3 de setembro;
3. Sendo ultrapassados os fundos disponíveis e aumente os seus pagamentos em atraso em resultado da assunção dos compromissos da empresa local cuja atividade tenha internalizado, não é aplicável o disposto no art. 11º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, quanto à responsabilização pela violação das regras relativas a assunção de compromissos. Finalmente, o empréstimo da EDEAF está já contemplado no PAM

d) De referir que a valorização dos bens de domínio público ainda não se encontra totalmente concluída, no entanto, pretende-se durante o ano de 2015 dar continuidade a regularização desta questão.

Ao longo do ano de 2014, procedeu-se a valorização de cerca de 2.210.389,20 €, como se pode verificar no quadro constante no ponto 8.2.14, deste documento.

e) Considerando que o município de Alfândega da Fé está abrangido pelo n.º 2 do artigo 61.º, ou ainda pelo n.º 3 do artigo 58.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais) e está **obrigado** a recorrer ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), tendo por base as seguintes situações:

- A Situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total prevista no art.º52.º da mesma lei seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.
- Considerando que a dívida de operações orçamentais do município ascende a €20.305.366,00 em 31 de dezembro de 2014, a média da receita corrente líquida cobrada nos anos de 2011, 2012 e 2013 é de €5.496.106, obtendo-se, assim, a 1 de janeiro de 2014, um rácio de dívida sobre a receita de 369% (superior aos 300% previstos no art.º 61.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), encontrando-se a autarquia em situação de rutura financeira e como tal elegível para o apoio em causa.

Nesta conformidade, afigura-se como obrigatória a adesão ao FAM e a apresentação do Plano de Ajustamento Financeiro (PAM), complementada com o empréstimo de apoio financeiro transitório, de forma a poder evoluir no sentido da sustentabilidade financeira do município. Deste modo, a 17 de Março de 2015, o município de Alfândega da Fé, apresentou proposta de PAM, elaborado em conformidade com a Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto conjugada com a Lei nº 73/2013 de 3 de setembro.

f) A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM), tendo, ainda, regulamentado o Fundo de Apoio Municipal (FAM). O regime de recuperação financeira municipal tem em conta as especificidades de cada município e baseia-se no princípio de repartição do esforço entre os municípios, os seus credores e o Estado e na prevalência de soluções encontradas por mútuo acordo entre o município, os credores municipais e o FAM. O n.º 1 do artigo 17.º do RJRFM, estipula que o capital social do FAM é de €650.000.000, sendo que o n.º 2 dispõe que a contribuição dos municípios é de 50% desse valor, ou seja, €325.000.000. No n.º 3 do supra mencionado artigo está prevista a fórmula de cálculo para apurar, com base na contribuição global dos municípios (€325.000.000), o montante imputável ao Município de Alfândega da Fé, foi entretanto comunicado pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) através de ofício datado de 26-09-2014, em cumprimento dos disposto no art. 17º, n.º 4, do RJRFM. O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios (art. 17º, n.º 1, do RJRFM). De acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 19.º a realização do capital será efetuada em 7 anos, com início em 2015, em duas prestações anuais a realizar nos meses de junho e dezembro. As transferências deverão ser efetuadas diretamente ao Fundo de Apoio Municipal, para uma conta específica para o efeito.

Sendo que a contribuição para o FAM do Município de Alfândega da Fé corresponde a 410.684,10, tendo sido tomadas as medidas necessárias para inclusão da referida participação já na elaboração do Orçamento de 2015, nos seguintes moldes:

- No Plano Plurianual de Investimentos (PPI) do ano de 2015, foi efetuada a inscrição de um projeto/ação relativo à subscrição/realização das unidades de participação, onde consta a “ Despesas - Financiamento definido “, o valor a pagar relativo às unidades de participação a realizar no exercício de 2015 e, nas diversas colunas “ Despesas – Anos seguintes “, o montante correspondente dos anos posteriores, discriminado no que respeita aos anos de 2016, 2017 e 2018 e agregado quando aos restantes anos (2019 a 2021).

-Nos PPI dos anos subsequentes (até 2021) ser adotado um procedimento idêntico, ajustado apenas face ao evoluir dos anos e do valor subscrito e ainda não realizado.

- Ao nível do orçamento de 2015, o município efetuou a previsão de uma despesa com ativos financeiros, correspondente ao valor do capital do FAM a realizar nesse exercício, utilizando para o efeito a rubrica da classificação económica 09.08.02 - Unidades de participação/Soc. e quase sociedades não financeiras/Públicas.

-Ao nível da contabilidade patrimonial, na sequência da comunicação, entretanto efetuada pela DGAL, do valor a subscrever para o FAM, os municípios tinam de reconhecer, de imediato (ou seja, ainda em 2014), no passivo, o respetivo montante total.

-Para o efeito, o valor referido deveria ser debitado numa subconta da conta 412 por contrapartida do crédito numa subconta de conta 268, para as quais sugerimos, respetivamente, as seguintes designações: 4122 – Investimentos financeiros – Obrigações e Títulos de Participação – Fundo de Apoio Municipal e 268126 – Devedores e credores diversos - Credores das Administrações Públicas – Fundo de Apoio Municipal.

-O Orçamento do Estado para 2015 prevê que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal **não releva para o limite da dívida total** previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

- O Município de Alfândega da Fé não cumpriu com a obrigação do reconhecimento do passivo no exercício de 2014, visto que a comunicação da SATAPOCAL (Nota Explicativa - CONTABILIZAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARA O CAPITAL DO

FAM), foi recebida em 1 de Abril de 2015. Data em que as contas de 2014 já encontravam encerradas, não sendo possível assim efetuar os referidos registos na contabilidade patrimonial.

- Este registo nesta data implicaria diversas alterações a nível de processo de prestação de contas, nomeadamente o registo na Aplicação de Inventário e Património, a qual já se encontra encerrada para o exercício de 2014 e a executar os lançamentos do exercício de 2015, não sendo possível efetuar a sua abertura. O que levaria a incoerência de mapas entre o ativo registado no POCAL e no Património.

- Sendo que o montante da contribuição não releva para efeitos de calculo da dívida total, esta teria que ser efetuada de foram específica e não foram apresentadas soluções, nem pelo ROC nem pela SATAPOCAL a este respeito.

- A referida contabilização e reconhecimento do passivo, já se encontra regularizada no exercício de 2015.

g) O Município tem a totalidade do capital da Empresa Municipal ALFANDEGATUR, e nos termos da Lei deve o Município proceder ao equilíbrio de contas quando apresentado prejuízo, através da cobertura desse prejuízo. No entanto não foi reflectido nas contas do município um acréscimo de custos dessa natureza, por ainda não serem conhecidos esses dados e porque a empresa municipal se encontra em processo de alienação.

Conforme sessão de AM, realizada no dia 23/02/2013, e em relação a empresa municipapl ALFANDEGATUR – Empresa Municipal de Desenvolvimento de Alfândega da Fé, E.M.", foram tomadas as deliberações abaixo discriminadas:

- Aprovar a alienação integral da participação detida pelo Município na ALFANDEGATUR – Empresa Municipal de Desenvolvimento de Alfândega da Fé, E.M.

h) As dívidas a Instituições de crédito estão relevadas como empréstimos de médio e longo prazo. Para além de todas as dívidas de médio e longo prazo terem uma parte que é de curto prazo, as prestações que se vencem no período do ano, deveria ser efetuada essa separação para uma melhor análise da posição financeira da entidade, no entanto essa separação não foi efetuada porque não nos foi apresentada pelo Revisor uma forma/solução para o fazer, sem que o Município tivesse que apresentar justificações perante o Tribunal de Contas. Pois esta separação iria dar origem a criação de uma conta de empréstimos de Curto Prazo. Nos termos da lei os empréstimos de curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados. Ou seja, neste âmbito salienta, que a mesma considera-se como dívida fundada , estando sujeito a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

No entanto, vamos tentar durante o ano de 2015, recolher informação junto da DGAL e do SATAPOCAL, com o intuito de regularizar esta situação sem que sejam feridos outros mecanismos legais.

| ENTIDADE | | MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA | | | | Página: 1 | |
|------------------------------|------------|---|-------------------------------|--------------------------|----------------------------|--------------|------------------------|
| MUNICÍPIO DE ALFANDEGA DA FÉ | | TOTAL DE ALTERAÇÕES : 25 | DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2014 | | ATÉ À DATA : 2014/12/31 | | |
| TOTAL DE REVISÕES : 2 | | | | | | | |
| IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS | | | DESPESA | | | O B S | |
| CLASSIFICAÇÃO | | DESCRIÇÃO | DOTAÇÕES INICIAIS | MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS | | | DOTAÇÕES CORRIGIDAS |
| ORGÂNICA | ECONÔMICA | | | INSCRIÇÕES / REFORÇOS | DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES | | |
| 01 | | ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL | | | | | |
| 0101 | | ASSEMBLEIA MUNICIPAL | | | | | |
| 0101 | 01 | DESPESAS COM O PESSOAL | | | | | |
| 0101 | 0102 | ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS | | | | | |
| 0101 | 010204 | AJUDAS DE CUSTO | 100,00 | | | 100,00 | |
| 0101 | 010213 | OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS | | | | | |
| 0101 | 01021302 | OUTROS | 11.780,00 | | | 11.780,00 | |
| 0101 | 02 | AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | | | | | |
| 0101 | 0201 | AQUISIÇÃO DE BENS | | | | | |
| 0101 | 020121 | OUTROS BENS | 100,00 | | | 100,00 | |
| 0102 | | CÂMARA MUNICIPAL | | | | | |
| 0102 | 01 | DESPESAS COM O PESSOAL | | | | | |
| 0102 | 0101 | REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES | | | | | |
| 0102 | 010101 | TIT.DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃO AUT. | 96.695,27 | 12.111,00 | 1.500,00 | 107.306,27 | |
| 0102 | 010103 | PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DA FUNÇÃO PÚBLICA | | | | | |
| 0102 | 01010301 | PESSOAL EM FUNÇÕES | 1.100.667,21 | 102.950,00 | 148.071,00 | 1.055.546,21 | |
| 0102 | 010104 | PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO | | | | | |
| 0102 | 01010401 | PESSOAL EM FUNÇÕES | 201.689,92 | 12.500,00 | 41.500,00 | 172.689,92 | |
| 0102 | 01010404 | RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO | 195.992,70 | | 195.992,70 | | |
| 0102 | 010106 | PESSOAL CONTRATADO A TERMO | | | | | |
| 0102 | 01010601 | PESSOAL EM FUNÇÕES | 119.813,66 | 175.496,00 | 1.300,00 | 294.009,66 | |
| 0102 | 01010604 | RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO | 1,00 | | | 1,00 | |
| 0102 | 010108 | PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO | 10,00 | | | 10,00 | |
| 0102 | 010109 | PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO | 90.278,43 | | 28.110,00 | 62.168,43 | |
| 0102 | 010110 | GRATIFICAÇÕES | 16.573,08 | | 3.080,00 | 13.493,08 | |
| 0102 | 010111 | REPRESENTAÇÃO | 34.442,94 | | 2.820,00 | 31.622,94 | |
| 0102 | 010113 | SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO | 151.280,36 | | 26.100,00 | 125.180,36 | |
| 0102 | 010114 | SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL | 286.569,50 | 34.586,63 | 9.300,00 | 311.856,13 | |
| 0102 | 010115 | REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE/PATERNIDADE | 10,00 | | | 10,00 | |
| 0102 | 0102 | ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS | | | | | |
| 0102 | 010202 | HORAS EXTRAORDINÁRIAS | 10.500,00 | 14.250,00 | | 24.750,00 | |
| 0102 | 010203 | ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO | 10,00 | | | 10,00 | |
| 0102 | 010204 | AJUDAS DE CUSTO | 10.500,00 | 10.840,00 | | 21.340,00 | |
| 0102 | 010205 | ABONO PARA FALHAS | 4.141,92 | 445,00 | | 4.586,92 | |
| 0102 | 010206 | FORMAÇÃO | 1.450,00 | | 670,00 | 780,00 | |
| 0102 | 010211 | SUBSÍDIO DE TURNO | 3.896,90 | | | 3.896,90 | |
| 0102 | 0103 | SEGURANÇA SOCIAL | | | | | |
| 0102 | 010301 | ENCARGOS COM A SAÚDE | 96.811,90 | 11.756,00 | 19.032,00 | 89.535,90 | |
| 0102 | 010302 | OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE | 10,00 | | | 10,00 | |
| 0102 | 010303 | SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS | 16.033,84 | 12.735,00 | 2.650,00 | 26.118,84 | |
| 0102 | 010305 | CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL | | | | | |
| 0102 | 01030502 | SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP) | | | | | |
| 0102 | 0103050201 | CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES | 254.367,24 | 72.000,00 | 5.700,00 | 320.667,24 | |
| 0102 | 0103050202 | SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL | 150.970,39 | 25.975,00 | 11.040,00 | 165.905,39 | |
| 0102 | 010308 | OUTRAS PENSÕES | 4.787,88 | 500,00 | 400,00 | 4.887,88 | |
| 0102 | 010309 | SEGUROS | | | | | |
| 0102 | 01030901 | SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS | 34.584,58 | 4.000,00 | 15.925,00 | 22.659,58 | |
| 0102 | 02 | AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | | | | | |
| 0102 | 0201 | AQUISIÇÃO DE BENS | | | | | |
| 0102 | 020101 | MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS | 40.000,00 | 50.000,00 | 22.946,14 | 67.053,86 | |
| 0102 | 020102 | COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES | | | | | |
| 0102 | 02010201 | GASOLINA | 15.000,00 | 6.000,00 | 2.750,00 | 18.250,00 | |
| 0102 | 02010202 | GASÓLEO | 110.000,00 | 35.100,00 | 38.140,00 | 106.960,00 | |
| 0102 | 02010299 | OUTROS | 4.500,00 | 500,00 | 1.250,00 | 3.750,00 | |
| 0102 | 020104 | LIMPEZA E HIGIENE | 15.500,00 | 159,00 | 9.000,00 | 6.659,00 | |
| 0102 | 020105 | ALIMENTAÇÃO-REFEIÇÕES CONFECCIONADAS | 73.500,00 | 1.613,54 | 7.599,00 | 67.514,54 | |
| 0102 | 020106 | ALIMENTAÇÃO-GÊNEROS PARA CONFECCIONAR | 7.000,00 | | 950,00 | 6.050,00 | |
| 0102 | 020107 | VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS | 8.000,00 | 20,00 | 5.090,00 | 2.930,00 | |

| ENTIDADE | | MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA | | | | Page: 2 | |
|------------------------------|-----------|--|-------------------------------|--------------------------|----------------------------|-------------|------------------------|
| MUNICÍPIO DE ALFANDEGA DA FÉ | | TOTAL DE ALTERAÇÕES : 25 | DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2014 | | ATÉ À DATA : 2014/12/31 | | |
| TOTAL DE REVISÕES : 2 | | | | | | | |
| IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS | | | DESPESA | | | O B S | |
| CLASSIFICAÇÃO | | DESCRIÇÃO | DOTAÇÕES INICIAIS | MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS | | | DOTAÇÕES CORRIGIDAS |
| ORGÂNICA | ECONÓMICA | | | INSCRIÇÕES / REFORÇOS | DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES | | |
| 0102 | 020108 | MATERIAL DE ESCRITÓRIO | 9.500,00 | 500,00 | 5.400,00 | 4.600,00 | |
| 0102 | 020110 | PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS | 50,00 | | | 50,00 | |
| 0102 | 020111 | MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO | 120,00 | | 100,00 | 20,00 | |
| 0102 | 020112 | MATERIAL DE TRANSPORTE-PEÇAS | 19.000,00 | 31.150,00 | 31.885,00 | 18.265,00 | |
| 0102 | 020114 | OUTRO MATERIAL-PEÇAS | 1.000,00 | | 950,00 | 50,00 | |
| 0102 | 020115 | PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS | 9.000,00 | 4.890,00 | 6.100,00 | 7.790,00 | |
| 0102 | 020116 | MERCADORIAS PARA VENDA | | | | | |
| 0102 | 02011601 | ÁGUA | 519.500,00 | | 181.800,00 | 337.700,00 | |
| 0102 | 020117 | FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS | 20.000,00 | 18.000,00 | 28.750,00 | 9.250,00 | |
| 0102 | 020118 | LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA | 700,00 | 150,00 | 530,00 | 320,00 | |
| 0102 | 020120 | MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO | 7.700,00 | 4.500,00 | 4.740,00 | 7.460,00 | |
| 0102 | 020121 | OUTROS BENS | 61.600,00 | 54.900,00 | 57.228,53 | 59.271,47 | |
| 0102 | 0202 | AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS | | | | | |
| 0102 | 020201 | ENCARGOS DE INSTALAÇÕES | 240.500,00 | 52.140,00 | 71.000,00 | 221.640,00 | |
| 0102 | 020203 | CONSERVAÇÃO DE BENS | 31.000,00 | 42.000,00 | 6.410,00 | 66.590,00 | |
| 0102 | 020209 | COMUNICAÇÕES | 75.000,00 | 1.850,00 | 36.979,00 | 39.871,00 | |
| 0102 | 020210 | TRANSPORTES | 200.000,00 | 4.900,00 | 34.225,00 | 170.675,00 | |
| 0102 | 020211 | REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS | 4.500,00 | 2.660,00 | 300,00 | 6.860,00 | |
| 0102 | 020212 | SEGUROS | 12.400,00 | 8.700,00 | 2.000,00 | 19.100,00 | |
| 0102 | 020213 | DESLOCAÇÕES E ESTADAS | 5.000,00 | 6.500,00 | 200,00 | 11.300,00 | |
| 0102 | 020214 | ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA | 1.500,00 | | 1.450,00 | 50,00 | |
| 0102 | 020215 | FORMAÇÃO | 3.000,00 | 2.700,00 | 3.130,00 | 2.570,00 | |
| 0102 | 020216 | SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES | 600,00 | 9.500,00 | 6.020,00 | 4.080,00 | |
| 0102 | 020217 | PUBLICIDADE | 17.000,00 | 11.470,00 | 9.650,00 | 18.820,00 | |
| 0102 | 020218 | VIGILÂNCIA E SEGURANÇA | 1.000,00 | 500,00 | 1.000,00 | 500,00 | |
| 0102 | 020219 | ASSISTÊNCIA TÉCNICA | 49.800,00 | 24.250,00 | 20.400,00 | 53.650,00 | |
| 0102 | 020220 | OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS | 604.506,00 | 176.900,00 | 60.400,00 | 721.006,00 | |
| 0102 | 020224 | ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS | 31.000,00 | 3.375,00 | 12.500,00 | 21.875,00 | |
| 0102 | 020225 | OUTROS SERVIÇOS | 392.550,00 | 68.235,00 | 59.463,00 | 401.322,00 | |
| 0102 | 03 | JUROS E OUTROS ENCARGOS | | | | | |
| 0102 | 0301 | JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA | | | | | |
| 0102 | 030102 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PÚB | 10,00 | | 9,00 | 1,00 | |
| 0102 | 0302 | OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA | | | | | |
| 0102 | 030201 | DESPESAS DIVERSAS | 10,00 | | 9,00 | 1,00 | |
| 0102 | 0304 | JUROS TRIBUTÁRIOS | | | | | |
| 0102 | 030401 | INDEMNIZATÓRIOS | 10,00 | | 9,00 | 1,00 | |
| 0102 | 0305 | OUTROS JUROS | | | | | |
| 0102 | 030502 | OUTROS | 19.000,00 | | 5.700,00 | 13.300,00 | |
| 0102 | 0306 | OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS | | | | | |
| 0102 | 030601 | OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS | 110.000,00 | | 95.160,00 | 14.840,00 | |
| 0102 | 04 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | | | | |
| 0102 | 0401 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS | | | | | |
| 0102 | 040101 | PÚBLICAS | | | | | |
| 0102 | 04010101 | EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS | 100.000,00 | | | 100.000,00 | |
| 0102 | 040102 | PRIVADAS | 6.000,00 | 4.462,13 | | 10.462,13 | |
| 0102 | 0405 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | | | | | |
| 0102 | 040501 | CONTINENTE | | | | | |
| 0102 | 04050102 | FREGUESIAS | 5.000,00 | 29.042,00 | 13.520,00 | 20.522,00 | |
| 0102 | 04050104 | ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS | 129.436,00 | 149.650,00 | 3.200,00 | 275.886,00 | |
| 0102 | 0407 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | | | | | |
| 0102 | 040701 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 208.532,00 | 48.599,00 | 43.992,00 | 213.139,00 | |
| 0102 | 0408 | FAMÍLIAS | | | | | |
| 0102 | 040802 | OUTRAS | 223.000,00 | 3.500,00 | 31.000,00 | 195.500,00 | |
| 0102 | 05 | SUBSÍDIOS | | | | | |
| 0102 | 0501 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS | | | | | |
| 0102 | 050101 | PÚBLICAS | | | | | |
| 0102 | 05010101 | EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS | 10,00 | | 9,00 | 1,00 | |
| 0102 | 0507 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | | | | | |
| 0102 | 050701 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 10,00 | | 9,00 | 1,00 | |

| ENTIDADE | | MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA | | | | Page: 3 | |
|------------------------------|---------------|--|-------------------------------|--------------------------|----------------------------|-------------|------------------------|
| MUNICÍPIO DE ALFANDEGA DA FÉ | | TOTAL DE ALTERAÇÕES : 25 | DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2014 | | ATÉ À DATA : 2014/12/31 | | |
| TOTAL DE REVISÕES : 2 | | | | | | | |
| IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS | | | DESPESA | | | O B S | |
| CLASSIFICAÇÃO | | DESCRIÇÃO | DOTAÇÕES INICIAIS | MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS | | | DOTAÇÕES CORRIGIDAS |
| ORGÂNICA | ECONÓMICA | | | INSCRIÇÕES / REFORÇOS | DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES | | |
| 0102 | 0508 | FAMÍLIAS | | | | | |
| 0102 | 050803 | OUTRAS | 5.000,00 | | 2.800,00 | 2.200,00 | |
| 0102 | 06 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | |
| 0102 | 0602 | DIVERSAS | | | | | |
| 0102 | 060203 | OUTRAS | | | | | |
| 0102 | 06020301 | RESTITUIÇÕES | 4.500,00 | 6.051,00 | 9.200,00 | 1.351,00 | |
| 0102 | 06020302 | IVA PAGO | 10,00 | | 9,00 | 1,00 | |
| 0102 | 06020304 | SERVIÇOS BANCÁRIOS | 1.000,00 | | 1.000,00 | | |
| 0102 | 06020305 | DIVERSAS - OUTRAS | 10.500,00 | 21.800,00 | 1.085,00 | 31.215,00 | |
| 0102 | 07 | AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL | | | | | |
| 0102 | 0701 | INVESTIMENTOS | | | | | |
| 0102 | 070101 | TERRENOS | 5.000,00 | | 4.950,00 | 50,00 | |
| 0102 | 070103 | EDIFÍCIOS | | | | | |
| 0102 | 07010301 | INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS | 3.000,00 | 5.000,00 | 7.028,64 | 971,36 | |
| 0102 | 07010302 | INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS | 101.000,00 | 260.213,85 | 3.430,00 | 357.783,85 | |
| 0102 | 07010303 | MERCADOS E INSTALAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA | 500,00 | 200,00 | 408,00 | 292,00 | |
| 0102 | 07010305 | ESCOLAS | 1.000,00 | 3.300,00 | 350,00 | 3.950,00 | |
| 0102 | 07010306 | LARES DE TERCEIRA IDADE | 500,00 | | 450,00 | 50,00 | |
| 0102 | 07010307 | OUTROS | 152.001,00 | 44.875,00 | 130.590,00 | 66.286,00 | |
| 0102 | 070104 | CONSTRUÇÕES DIVERSAS | | | | | |
| 0102 | 07010401 | VIADUTOS, ARRUMAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES | 152.500,00 | 87.980,00 | 52.140,00 | 188.340,00 | |
| 0102 | 07010402 | SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS | 20.000,00 | 17.300,00 | 15.150,00 | 22.150,00 | |
| 0102 | 07010404 | ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 25.000,00 | 54.358,40 | 24.700,00 | 54.658,40 | |
| 0102 | 07010405 | PARQUES E JARDINS | 1.000,00 | | 970,00 | 30,00 | |
| 0102 | 07010407 | CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA | 72.000,00 | 41.335,20 | 40.100,00 | 73.235,20 | |
| 0102 | 07010408 | VIAÇÃO RURAL | 15.000,00 | 3.600,00 | 1.300,00 | 17.300,00 | |
| 0102 | 07010409 | SINALIZAÇÃO E TRANSITO | 8.000,00 | 20.990,00 | 7.150,00 | 21.840,00 | |
| 0102 | 07010411 | INFRAESTRUTURAS PARA TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS | 5.000,00 | | 4.900,00 | 100,00 | |
| 0102 | 07010412 | CEMITÉRIOS | 1.000,00 | | 950,00 | 50,00 | |
| 0102 | 07010413 | OUTROS | 415.500,00 | 660.339,12 | 222.522,00 | 853.317,12 | |
| 0102 | 070106 | MATERIAL DE TRANSPORTES | | | | | |
| 0102 | 07010601 | AQUISIÇÃO | 20.000,00 | 22.500,00 | 16.800,00 | 25.700,00 | |
| 0102 | 07010602 | REPARAÇÃO | 20.000,00 | 26.138,34 | 8.200,00 | 37.938,34 | |
| 0102 | 070107 | EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA | 12.000,00 | 1.540,00 | 7.500,00 | 6.040,00 | |
| 0102 | 070108 | SOFTWARE INFORMÁTICO | 10.000,00 | | 9.950,00 | 50,00 | |
| 0102 | 070109 | EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO | 1.000,00 | 10.550,00 | 2.572,00 | 8.978,00 | |
| 0102 | 070110 | EQUIPAMENTO BÁSICO | | | | | |
| 0102 | 07011002 | OUTROS | 1.500,00 | 40.000,00 | 490,00 | 41.010,00 | |
| 0102 | 070111 | FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS | 5.000,00 | 7.500,00 | 7.400,00 | 5.100,00 | |
| 0102 | 070113 | INVESTIMENTOS INCORPÓREOS | 15.000,00 | 922,50 | 11.904,00 | 4.018,50 | |
| 0102 | 070115 | OUTROS INVESTIMENTOS | 4.501,00 | 49.610,00 | 47.201,00 | 6.910,00 | |
| 0102 | 08 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | | | | | |
| 0102 | 0801 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS | | | | | |
| 0102 | 080101 | PÚBLICAS | | | | | |
| 0102 | 08010101 | EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS | 150.000,00 | | 71.000,00 | 79.000,00 | |
| 0102 | 080102 | PRIVADAS | 9.000,00 | | 8.957,00 | 43,00 | |
| 0102 | 0805 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | | | | | |
| 0102 | 080501 | CONTINENTE | | | | | |
| 0102 | 08050102 | FREGUESIAS | 31.000,00 | 117.700,00 | 18.660,00 | 130.040,00 | |
| 0102 | 08050104 | ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS | 62.670,00 | 38.000,00 | 11.358,80 | 89.311,20 | |
| 0102 | 0807 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | | | | | |
| 0102 | 080701 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 128.010,00 | 32.300,00 | 15.830,00 | 144.480,00 | |
| 0102 | 0808 | FAMÍLIAS | | | | | |
| 0102 | 080802 | OUTRAS | 40.000,00 | 15.720,00 | | 55.720,00 | |
| 0102 | 09 | ACTIVOS FINANCEIROS | | | | | |
| 0102 | 0907 | ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES | | | | | |
| 0102 | 090701 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PRI | 50.000,00 | 158.728,50 | 63.153,13 | 145.575,37 | |
| 0103 | | OPERAÇÕES FINANCEIRAS | | | | | |
| 0103 | 02 | AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | | | | | |

| ENTIDADE | | MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA | | | | Página: 4 | |
|------------------------------|-----------|--|-------------------------------|--------------------------|----------------------------|---------------|------------------------|
| MUNICÍPIO DE ALFANDEGA DA FÉ | | TOTAL DE ALTERAÇÕES : 25 | DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2014 | | ATÉ À DATA : 2014/12/31 | | |
| IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS | | | DESPESA | | | O B S | |
| CLASSIFICAÇÃO | | DESCRIÇÃO | DOTAÇÕES INICIAIS | MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS | | | DOTAÇÕES CORRIGIDAS |
| ORGÂNICA | ECONÔMICA | | | INSCRIÇÕES / REFORÇOS | DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES | | |
| 0103 | 0202 | AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS | | | | | |
| 0103 | 020206 | LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE | | 10.824,00 | 10.820,00 | 4,00 | |
| 0103 | 03 | JUROS E OUTROS ENCARGOS | | | | | |
| 0103 | 0301 | JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA | | | | | |
| 0103 | 030103 | SOCIEDADES FINANCEIRAS-BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES | | | | | |
| 0103 | 03010301 | EMPRESTIMOS DE CURTO PRAZO | 10,00 | | 9,00 | 1,00 | |
| 0103 | 03010302 | EMPRESTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZO | 1.228.007,14 | 84.000,00 | 151.710,00 | 1.160.297,14 | |
| 0103 | 03010303 | EMPRESTIMOS MEDIO E LONGO PRAZO-EDEAF | | 4.813,95 | 4.000,00 | 813,95 | |
| 0103 | 0302 | OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA | | | | | |
| 0103 | 030201 | DESPESAS DIVERSAS | 10.000,00 | 819,30 | 8.697,00 | 2.122,30 | |
| 0103 | 0303 | JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA | | | | | |
| 0103 | 030305 | MATERIAL DE TRANSPORTE | | 3.000,00 | 2.950,00 | 50,00 | |
| 0103 | 0306 | OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS | | | | | |
| 0103 | 030601 | OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS | 1.000,00 | | 990,00 | 10,00 | |
| 0103 | 10 | PASSIVOS FINANCEIROS | | | | | |
| 0103 | 1005 | EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO | | | | | |
| 0103 | 100503 | SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES | 10,00 | | 9,00 | 1,00 | |
| 0103 | 1006 | EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS | | | | | |
| 0103 | 100603 | SOCIEDADES FINANCEIRAS-BANCOS OUTRAS INSTITUIÇÕES | 592.372,55 | 48.369,45 | 40.000,00 | 600.742,00 | |
| 0103 | 1007 | OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS | | | | | |
| 0103 | 100703 | SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INST(EDEAF) | | 44.361,15 | 32.000,00 | 12.361,15 | |
| TOTAL ... | | | 9.676.204,41 | 3.293.300,06 | 2.519.486,94 | 10.450.017,53 | |

Em ___ de _____ de _____

Em ___ de _____ de _____

| ENTIDADE | | MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA | | | | Página: 1 |
|------------------------------|---|--------------------------------------|--------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------|
| MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ | | TOTAL DE ALTERAÇÕES : | DO ANO CONTABILISTICO DE: 2014 | | ATÉ Á DATA : 2014/12/31 | |
| CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA | | DOTAÇÕES DA RECEITA | | | | OBSERVAÇÕES |
| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | PREVISÕES INICIAIS | MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS | | PREVISÕES CORRIGIDAS | |
| | | | INSCRIÇÕES / REFORÇOS | DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES | | |
| 01 | IMPOSTOS DIRECTOS | 791.365,52 | | 15.000,00 | 776.365,52 | |
| 0102 | OUTROS | 791.365,52 | | 15.000,00 | 776.365,52 | |
| 010202 | IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS | 478.839,90 | | | 478.839,90 | |
| 010203 | IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO | 114.440,62 | | | 114.440,62 | |
| 010204 | IMP. M. S/ AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMOVEIS | 119.408,67 | | 15.000,00 | 104.408,67 | |
| 010205 | DERRAMA | 77.562,08 | | | 77.562,08 | |
| 010207 | IMPOSTOS ABOLIDOS | 1.114,25 | | | 1.114,25 | |
| 01020701 | CONTRIBUIÇÃO AUTARQUICA | 114,25 | | | 114,25 | |
| 01020702 | IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA | 500,00 | | | 500,00 | |
| 01020703 | IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE VEICULOS | 500,00 | | | 500,00 | |
| 02 | IMPOSTOS INDIRECTOS | 10.468,00 | | | 10.468,00 | |
| 0202 | OUTROS | 10.468,00 | | | 10.468,00 | |
| 020206 | IMPOSTOS IND. ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 10.468,00 | | | 10.468,00 | |
| 02020601 | MERCADOS E FEIRAS | 200,00 | | | 200,00 | |
| 02020602 | LOTEAMENTO E OBRAS | 6.789,00 | | | 6.789,00 | |
| 02020603 | OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA | 1.200,00 | | | 1.200,00 | |
| 02020605 | PUBLICIDADE | 1,00 | | | 1,00 | |
| 02020606 | SANEAMENTO | 100,00 | | | 100,00 | |
| 02020607 | UTILIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL | 500,00 | | | 500,00 | |
| 02020699 | OUTROS | 1.678,00 | | | 1.678,00 | |
| 0202069999 | OUTROS - OUTROS | 1.678,00 | | | 1.678,00 | |
| 04 | TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 448.341,01 | | | 448.341,01 | |
| 0401 | TAXAS | 423.441,01 | | | 423.441,01 | |
| 040123 | TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 423.441,01 | | | 423.441,01 | |
| 04012301 | MERCADOS E FEIRAS | 21.345,00 | | | 21.345,00 | |
| 04012302 | LOTEAMENTO OBRAS | 11.456,00 | | | 11.456,00 | |
| 04012303 | OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA | 1.345,00 | | | 1.345,00 | |
| 04012305 | CAÇA, USO E PORTE DE ARMA | 1.133,00 | | | 1.133,00 | |
| 04012306 | SANEAMENTO | 500,00 | | | 500,00 | |
| 04012399 | OUTROS | 387.662,01 | | | 387.662,01 | |
| 0401239901 | OUTROS - TDPTH | 1.450,00 | | | 1.450,00 | |
| 0401239902 | OUTROS - TAXA ESPECIFICAS DAS AUTARQUIAS | 379.413,01 | | | 379.413,01 | |
| 0401239999 | OUTROS - OUTROS | 6.799,00 | | | 6.799,00 | |
| 0402 | MULTAS E OUTRAS PENALIDADES: | 24.900,00 | | | 24.900,00 | |
| 040201 | JUROS DE MORA | 1.400,00 | | | 1.400,00 | |
| 040202 | JUROS COMPENSATÓRIOS | 500,00 | | | 500,00 | |
| 040204 | COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES | 1.000,00 | | | 1.000,00 | |
| 040299 | MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS | 22.000,00 | | | 22.000,00 | |
| 05 | RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE | 578.791,00 | | | 578.791,00 | |
| 0501 | JUROS - SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEI | 400,00 | | | 400,00 | |
| 050101 | PÚBLICAS | 400,00 | | | 400,00 | |
| 0502 | JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS | 3.500,00 | | | 3.500,00 | |
| 050201 | BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | 3.500,00 | | | 3.500,00 | |
| 0507 | DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADE | 500,00 | | | 500,00 | |
| 050702 | EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS | 500,00 | | | 500,00 | |
| 0510 | RENDAS | 574.391,00 | | | 574.391,00 | |
| 051004 | EDIFÍCIOS | 400,00 | | | 400,00 | |
| 051099 | OUTROS | 573.991,00 | | | 573.991,00 | |
| 05109901 | OUTROS - EN(ELECTRICIDADE DO NORTE SA) | 322.980,00 | | | 322.980,00 | |
| 05109902 | OUTRAS - AGUAS DE TRAS-OS-MONTES E ALTO DOURO | 106.456,00 | | | 106.456,00 | |
| 05109903 | OUTRAS-PARQUE EOLICO | 142.787,00 | | | 142.787,00 | |
| 05109906 | OUTRAS-CONCESSÃO DE TERRENOS DIVERSOS | 1.768,00 | | | 1.768,00 | |
| 06 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 5.149.322,90 | 94.934,50 | 90.000,00 | 5.154.257,40 | |
| 0603 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 5.134.122,90 | 94.934,50 | 90.000,00 | 5.139.057,40 | |
| 060301 | ESTADO | 4.870.276,00 | 94.934,50 | 50.000,00 | 4.915.210,50 | |
| 06030101 | FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO | 4.493.473,00 | | | 4.493.473,00 | |
| 06030102 | FUNDO SOCIAL MUNICIPAL | 73.720,00 | | | 73.720,00 | |
| 06030103 | PARTICIPAÇÃO FIXA NO IRS | 86.218,00 | | | 86.218,00 | |
| 06030199 | OUTROS | 216.865,00 | 94.934,50 | 50.000,00 | 261.799,50 | |

| ENTIDADE | | MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA | | | | Page: 2 |
|------------------------------|---|--------------------------------------|--------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------|
| MUNICÍPIO DE ALFANDEGA DA FÉ | | TOTAL DE ALTERAÇÕES : | DO ANO CONTABILÍSTICO DE: 2014 | | ATÉ À DATA : 2014/12/31 | |
| TOTAL DE REVISÕES : 2 | | | | | | |
| CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA | | DOTAÇÕES DA RECEITA | | | PREVISÕES CORRIGIDAS | OBSERVAÇÕES |
| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | PREVISÕES INICIAIS | MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS | | | |
| | | | INSCRIÇÕES / REFORÇOS | DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES | | |
| 0603019901 | OUTROS - FUNDO SOCIAL EUROPEU | 20.567,00 | 94.934,50 | | 115.501,50 | |
| 0603019904 | OUTROS - DEPESA DA FLORESTA CONTRA INCENDIOS - FUNDO FLORESTAL PERMANENTE | 100,00 | | | 100,00 | |
| 0603019905 | OUTROS-DIRECÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 45.890,00 | | | 45.890,00 | |
| 0603019907 | OUTROS-MINISTERIO DA EDUCAÇÃO | 135.980,00 | | 50.000,00 | 85.980,00 | |
| 0603019908 | OUTROS-MINISTERIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE | 12.828,00 | | | 12.828,00 | |
| 0603019910 | OUTROS - POPH | 1.500,00 | | | 1.500,00 | |
| 060307 | SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 263.846,90 | | 40.000,00 | 223.846,90 | |
| 06030701 | INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL | 263.846,90 | | 40.000,00 | 223.846,90 | |
| 0607 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 100,00 | | | 100,00 | |
| 060701 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 100,00 | | | 100,00 | |
| 0608 | FAMÍLIAS | 100,00 | | | 100,00 | |
| 060801 | FAMÍLIAS | 100,00 | | | 100,00 | |
| 0609 | RESTO DO MUNDO | 15.000,00 | | | 15.000,00 | |
| 060901 | UNIÃO EUROPEIA- INSTITUIÇÕES | 15.000,00 | | | 15.000,00 | |
| 06090102 | IFADAP | 15.000,00 | | | 15.000,00 | |
| 07 | VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 490.599,00 | | 89.000,00 | 401.599,00 | |
| 0701 | VENDA DE BENS | 288.978,00 | | 50.000,00 | 238.978,00 | |
| 070101 | MATERIAL DE ESCRITÓRIO | 100,00 | | | 100,00 | |
| 070102 | LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA | 100,00 | | | 100,00 | |
| 070103 | PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS | 100,00 | | | 100,00 | |
| 070104 | FARDAMENTOS E ARTIGOS E PESSOAIS | 100,00 | | | 100,00 | |
| 070105 | BENS INUTILIZADOS | 100,00 | | | 100,00 | |
| 070107 | PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS | 100,00 | | | 100,00 | |
| 070108 | MERCADORIAS | 288.178,00 | | 50.000,00 | 238.178,00 | |
| 07010801 | ÁGUA | 285.678,00 | | 50.000,00 | 235.678,00 | |
| 07010899 | OUTRAS | 2.500,00 | | | 2.500,00 | |
| 070109 | MATÉRIAS DE CONSUMO | 100,00 | | | 100,00 | |
| 070111 | PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS | 100,00 | | | 100,00 | |
| 0702 | SERVIÇOS | 124.578,00 | | 39.000,00 | 85.578,00 | |
| 070201 | ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS | 1.500,00 | | | 1.500,00 | |
| 070203 | VISTORIAS E ENSAIOS | 100,00 | | | 100,00 | |
| 070208 | SERVIÇOS SOCIAIS,RECREATIVOS,CULTURAIS E DESPORTO | 400,00 | | | 400,00 | |
| 07020801 | SERVIÇOS SOCIAIS | 100,00 | | | 100,00 | |
| 07020802 | SERVIÇOS RECREATIVOS | 100,00 | | | 100,00 | |
| 07020803 | SERVIÇOS CULTURAIS | 100,00 | | | 100,00 | |
| 07020804 | SERVIÇOS DESPORTIVOS | 100,00 | | | 100,00 | |
| 070209 | SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS | 122.578,00 | | 39.000,00 | 83.578,00 | |
| 07020901 | SANEAMENTO | 50.000,00 | | 35.000,00 | 15.000,00 | |
| 07020902 | RESÍDUOS SÓLIDOS | 58.798,00 | | | 58.798,00 | |
| 07020903 | TRANSPORTES COLECTIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS | 4.500,00 | | 4.000,00 | 500,00 | |
| 07020905 | CEMITÉRIOS | 2.500,00 | | | 2.500,00 | |
| 07020999 | OUTROS | 6.780,00 | | | 6.780,00 | |
| 0703 | RENDAS | 77.043,00 | | | 77.043,00 | |
| 070301 | HABITAÇÕES | 18.662,00 | | | 18.662,00 | |
| 070302 | EDIFÍCIOS | 34.352,00 | | | 34.352,00 | |
| 070399 | OUTRAS | 24.029,00 | | | 24.029,00 | |
| 08 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 78.780,00 | 57.400,00 | | 136.180,00 | |
| 0801 | OUTRAS | 78.780,00 | 57.400,00 | | 136.180,00 | |
| 080199 | OUTRAS | 78.780,00 | 57.400,00 | | 136.180,00 | |
| 08019903 | IVA REEMBOLSADO | 50.000,00 | | | 50.000,00 | |
| 08019905 | FUNDO AMBIENTAL DA EDP- correntes | 26.780,00 | 57.400,00 | | 84.180,00 | |
| 08019999 | DIVERSAS | 2.000,00 | | | 2.000,00 | |
| 09 | VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO | 217.581,00 | | | 217.581,00 | |
| 0901 | TERRENOS | 79.118,00 | | | 79.118,00 | |
| 090101 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS | 39.583,00 | | | 39.583,00 | |
| 090110 | FAMÍLIAS | 39.535,00 | | | 39.535,00 | |
| 0902 | HABITAÇÕES | 65.000,00 | | | 65.000,00 | |
| 090210 | FAMÍLIAS | 65.000,00 | | | 65.000,00 | |

| ENTIDADE | | MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA | | | | Página: 3 |
|------------------------------|--|--------------------------------------|--------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------|
| MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ | | TOTAL DE ALTERAÇÕES : | DO ANO CONTABILISTICO DE: 2014 | | ATÉ Á DATA : 2014/12/31 | |
| TOTAL DE REVISÕES : 2 | | | | | | |
| CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA | | DOTAÇÕES DA RECEITA | | | PREVISÕES CORRIGIDAS | OBSERVAÇÕES |
| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | PREVISÕES INICIAIS | MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS | | | |
| | | | INSCRIÇÕES / REFORÇOS | DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES | | |
| 0903 | EDIFÍCIOS | 73.433,00 | | | 73.433,00 | |
| 090301 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA | 100,00 | | | 100,00 | |
| 090302 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 73.333,00 | | | 73.333,00 | |
| 0904 | OUTROS BENS DE INVESTIMENTO | 30,00 | | | 30,00 | |
| 090406 | ADMISTRAÇÃO PÚBLICA-ADMISTRAÇÃO LOCAL-CONTINENTE | 30,00 | | | 30,00 | |
| 09040601 | EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE | 10,00 | | | 10,00 | |
| 09040602 | MAQUINARIA E EQUIPAMENTO | 10,00 | | | 10,00 | |
| 09040603 | OUTROS | 10,00 | | | 10,00 | |
| 10 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 1.311.942,00 | 447.594,31 | 418.339,59 | 1.341.196,72 | |
| 1003 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 1.268.842,00 | 223.825,13 | 378.339,59 | 1.114.327,54 | |
| 100301 | ESTADO | 499.275,00 | 223.825,13 | | 723.100,13 | |
| 10030101 | FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO | 499.275,00 | | | 499.275,00 | |
| 10030199 | OUTROS | | 223.825,13 | | 223.825,13 | |
| 1003019912 | OUTROS_FUNDO DE EMERGENCIA MUNICIPAL | | 223.825,13 | | 223.825,13 | |
| 100307 | ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS | 769.567,00 | | 378.339,59 | 391.227,41 | |
| 10030702 | FEDER | 769.567,00 | | 378.339,59 | 391.227,41 | |
| 1009 | RESTO DO MUNDO | 43.100,00 | 223.769,18 | 40.000,00 | 226.869,18 | |
| 100901 | UNIÃO EUROPEIA- INSTITUIÇÕES | 43.100,00 | 223.769,18 | 40.000,00 | 226.869,18 | |
| 10090199 | OUTROS | 43.100,00 | 223.769,18 | 40.000,00 | 226.869,18 | |
| 1009019906 | PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL- PRODER | | 223.769,18 | | 223.769,18 | |
| 1009019908 | FUNDO FLORESTAL PERMANENTE | 1.500,00 | | | 1.500,00 | |
| 1009019910 | FUNDO AMBIENTAL DA EDP- capital | 41.600,00 | | 40.000,00 | 1.600,00 | |
| 12 | PASSIVOS FINANCEIROS | 596.313,98 | 489.106,36 | 7.600,00 | 1.077.820,34 | |
| 1205 | EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO | 1,00 | | | 1,00 | |
| 120502 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 1,00 | | | 1,00 | |
| 1206 | EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS | 596.312,98 | 489.106,36 | 7.600,00 | 1.077.819,34 | |
| 120602 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 318.530,00 | 489.106,36 | | 807.636,36 | |
| 120603 | ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- ESTADO | 277.782,98 | | 7.600,00 | 270.182,98 | |
| 15 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 2.700,00 | | | 2.700,00 | |
| 1501 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 2.700,00 | | | 2.700,00 | |
| 150101 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 2.700,00 | | | 2.700,00 | |
| 16 | SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | | 304.717,54 | | 304.717,54 | |
| 1601 | SALDO ORÇAMENTAL | | 304.717,54 | | 304.717,54 | |
| 160101 | NA POSSE DO SERVIÇO | | 304.717,54 | | 304.717,54 | |
| TOTAL ... | | 9.676.204,41 | 1.393.752,71 | 619.939,59 | 10.450.017,53 | |

Em ___ de _____ de ____

Em ___ de _____ de ____

| ENTIDADE | | MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO | | | | | | | | | | PÁGINA : 1 | | | | | |
|---|------------------------------|---|---|-------------------------|------------|-------------------|-----------------|--------------|----------------|------------------|----------------|----------------------------|------|------|------|--------------|------------|
| MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | | ANO CONTABILÍSTICO: 2014 | | ATÉ À DATA : 2014/12/31 | | | | | | | | | | | | | |
| OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO | IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | RESPONSÁVEL | DATAS | | CÓDIGO ORÇAMENTAL | VALOR REALIZADO | 2014 | | | | ANOS SEQUINTE | | | | MODIFICAÇÕES | |
| | | | | INÍCIO | FIM | | | TOTAL | | FINANC. DEFINIDO | | FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO | 2015 | 2016 | 2017 | | SEQUINTE |
| | | | | | | | | DOT. INICIAL | DOT. CORRIGIDA | DOT. INICIAL | DOT. CORRIGIDA | | | | | | |
| 1. | | Funções gerais | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.1. | | Serviços gerais de administração pública | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.1.1. | | Administração geral | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 01 | 2011 A 1 | QUOTA ANUAL DA ANMP | AUTARQUIA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 04050104 | 5.436,00 | 5.436,00 | 5.436,00 | 5.436,00 | | | | | |
| 1.1.1.1. | 02 | 2011 A 2 | TRANSFERENCIAS PARA AMTQT - CORRENTES | AUTARQUIA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 04050104 | 124.000,00 | 270.450,00 | 124.000,00 | 270.450,00 | | | | | 146.450,00 |
| 1.1.1.1. | 03 | 2011 A 3 | TRANSFERENCIAS PARA AMTQT - CAPITAL | AUTARQUIA | 2011/01/11 | 2014/12/31 | 0102 | 08050104 | 62.670,00 | 89.311,20 | 62.670,00 | 89.311,20 | | | | | 26.641,20 |
| 1.1.1.1. | 04 | 2011 A 4 | PROTOCOLOS - TRANSFERENCIAS CORRENTES PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA | AUTARQUIA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 04050102 | 5.000,00 | 9.022,00 | 5.000,00 | 9.022,00 | | | | | 4.022,00 |
| 1.1.1.1. | 05 | 2011 A 5 | PROTOCOLOS - TRANSFERENCIAS CAPITAL PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA | AUTARQUIA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 08050102 | 5.000,00 | 74.600,00 | 5.000,00 | 74.600,00 | | | | | 69.600,00 |
| 1.1.1.1. | 08 | 2011 A 8 | TRANSFERENCIA PARA ASSO. INDUSTRIAL E COMERCIAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ | AUTARQUIA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 040701 | 1.000,00 | 16.000,00 | 1.000,00 | 16.000,00 | | | | | 15.000,00 |
| 1.1.1.1. | 09 | 2011 A 9 | SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO JURIDICO | AUTARQUIA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 020220 | 1.000,00 | 100,00 | 1.000,00 | 100,00 | | | | | -900,00 |
| 1.1.1.1. | 10 | 2011 A 10 | SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - REVISOR OFICIAL DE CONTAS | AUTARQUIA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 020220 | 12.000,00 | 17.000,00 | 12.000,00 | 17.000,00 | | | | | 5.000,00 |
| 1.1.1.1. | 77 | 2011 I 2 | INFRA-ESTRUTURAS DIVERSAS NO CONCELHO | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 07010301 | | | 3.000,00 | 971,36 | | | | | -2.028,64 |
| 1.1.1.1. | 77 | 2011 I 2 | INFRA-ESTRUTURAS DIVERSAS NO CONCELHO | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 07010302 | | | 100.000,00 | 263.683,85 | | | | | 163.683,85 |
| 1.1.1.1. | 77 | 2011 I 2 | INFRA-ESTRUTURAS DIVERSAS NO CONCELHO | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 07010307 | | | 1.000,00 | 5.560,00 | | | | | 4.560,00 |
| 1.1.1.1. | 77 | 2011 I 2 | INFRA-ESTRUTURAS DIVERSAS NO CONCELHO | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 07010412 | | | 1.000,00 | 50,00 | | | | | -950,00 |
| 1.1.1.1. | 77 | 2011 I 2 | INFRA-ESTRUTURAS DIVERSAS NO CONCELHO | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 07010413 | 113.000,00 | 275.165,21 | 8.000,00 | 4.900,00 | | | | | -3.100,00 |
| 1.1.1.1. | 78 | 2011 I 3 | AÇÕES E PUBLICAÇÕES DIVERSAS PARA PROMOÇÃO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | AUTARQUIA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 070113 | 15.000,00 | 4.018,50 | 15.000,00 | 4.018,50 | | | | | -10.981,50 |
| 1.1.1.1. | 79 | 2011 I 4 | AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA DIVERSAS INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS NO CONCELHO | DOM/DU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 070101 | 5.000,00 | 50,00 | 5.000,00 | 50,00 | | | | | -4.950,00 |
| 1.1.1.1. | 80 | 2011 I 5 | AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE VEÍCULOS | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 07010601 | | | 20.000,00 | 25.700,00 | | | | | 5.700,00 |
| 1.1.1.1. | 80 | 2011 I 5 | AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE VEÍCULOS | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 07010602 | 40.000,00 | 63.638,34 | 20.000,00 | 37.938,34 | | | | | 17.938,34 |
| 1.1.1.1. | 81 | 2011 I 6 | EQUIPAMENTO INFORMÁTICO PARA OS SERVIÇOS | INFORMÁTICA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 070107 | 12.000,00 | 6.040,00 | 12.000,00 | 6.040,00 | | | | | -5.960,00 |
| 1.1.1.1. | 82 | 2011 I 7 | AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PARA OS SERVIÇOS | INFORMÁTICA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 070108 | 10.000,00 | 50,00 | 10.000,00 | 50,00 | | | | | -9.950,00 |
| 1.1.1.1. | 83 | 2011 I 8 | AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO DIVERSO PARA OS SERVIÇOS | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 070109 | | | 1.000,00 | 8.978,00 | | | | | 7.978,00 |
| 1.1.1.1. | 83 | 2011 I 8 | AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO DIVERSO PARA OS SERVIÇOS | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 07011002 | 2.000,00 | 49.188,00 | 1.000,00 | 40.210,00 | | | | | 39.210,00 |
| 1.1.1.1. | 85 | 2011 I 88 | AQUISIÇÃO DE CARTOGRAFIA DIGITAL | DU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 070115 | 1.000,00 | 50,00 | 1.000,00 | 50,00 | | | | | -950,00 |
| 1.1.1.1. | 87 | 2011 A 84 | DESTEQUE - QUOTA ANUAL E PROJECTOS DE COOPERAÇÃO | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 040701 | | | 13.932,00 | 13.240,00 | | | | | -692,00 |
| 1.1.1.1. | 87 | 2011 A 84 | DESTEQUE - QUOTA ANUAL E PROJECTOS DE COOPERAÇÃO | | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 080701 | 21.932,00 | 29.240,00 | 8.000,00 | 16.000,00 | | | | | 8.000,00 |
| 1.1.1.1. | 88 | 2011 A 85 | CONTRATOS DE MANUTENÇÃO | DF | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 020219 | 49.800,00 | 53.650,00 | 49.800,00 | 53.650,00 | | | | | 3.850,00 |
| 1.1.1.1. | 89 | 2013 A 1 | OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA | DOM | 2013/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 020101 | | | 40.000,00 | 65.852,86 | | | | | 25.852,86 |
| 1.1.1.1. | 89 | 2013 A 1 | OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA | DOM | 2013/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 020117 | | | 15.000,00 | 5.200,00 | | | | | -9.800,00 |
| 1.1.1.1. | 89 | 2013 A 1 | OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA | DOM | 2013/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 020121 | | | 40.000,00 | 44.337,87 | | | | | 4.337,87 |
| 1.1.1.1. | 89 | 2013 A 1 | OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA | DOM | 2013/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 020203 | | | 30.000,00 | 56.000,00 | | | | | 26.000,00 |
| 1.1.1.1. | 89 | 2013 A 1 | OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA | DOM | 2013/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 020225 | 152.000,00 | 171.790,73 | 27.000,00 | 400,00 | | | | | -26.600,00 |
| 1.2. | | Segurança e ordem públicas | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.2.1. | | Protecção civil e luta contra incêndios | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.2.1.1. | 11 | 2011 A 11 | TRANSFERENCIAS PARA OS BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE ALF. DA FÉ-PROTOCOLO | PROTECÇÃO CIVIL | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 040701 | 68.000,00 | 65.200,00 | 68.000,00 | 65.200,00 | | | | | -2.800,00 |
| 1.2.1.1. | 12 | 2011 A 12 | TRABALHOS DE SILVICULTURA - LIMPEZA DE MATOS /DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR | PROTECÇÃO CIVIL | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 | 020220 | 5.000,00 | 25.000,00 | 5.000,00 | 25.000,00 | | | | | 20.000,00 |

| ENTIDADE | | MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO | | | | | | | | | | | Página : 2 | | | | |
|---|------------------------------|---|--|-------------------------|------------|-------------------|-----------------|--------------|----------------|------------------|----------------|----------------------------|------------|------|------|--------------|----------|
| MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | | ANO CONTABILÍSTICO: 2014 | | ATÉ À DATA : 2014/12/31 | | | | | | | | | | | | | |
| OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO | IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | RESPONSÁVEL | DATAS | | CÓDIGO ORÇAMENTAL | VALOR REALIZADO | 2014 | | | | ANOS SEQUINTE | | | | MODIFICAÇÕES | |
| | | | | INICIO | FIM | | | TOTAL | | FINANC. DEFINIDO | | FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO | 2015 | 2016 | 2017 | | SEQUINTE |
| | | | | | | | | DOT. INICIAL | DOT. CORRIGIDA | DOT. INICIAL | DOT. CORRIGIDA | | | | | | |
| A TRANSPORTAR... | | | | | | | | 710.838,00 | 1.224.999,98 | 710.838,00 | 1.224.999,98 | | | | | 514.161,98 | |
| 1.2.1. | 13 | 2011 A 13 | SEGURANÇA CONTRA INCENDIOS-AQUIZIÇÃO DE MATERIAL DIVERSO DE SINALIZAÇÃO E ALERTA | PROTECÇÃO CIVIL | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020117 | 1.000,00 | 600,00 | 1.000,00 | 600,00 | | | | | -400,00 | |
| 1.2.1. | 14 | 2011 A 14 | PROTICOLO-ARQUALIFICAÇÃO DO PAVILHÃO DOS BOMBEIROS PARA EQUIPAMENTO DESPORTIVO | AUTARQUIA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 080701 | 1.000,00 | 370,00 | 1.000,00 | 370,00 | | | | | -630,00 | |
| 1.2.1. | 15 | 2011 A 15 | TRANSFERENCIA PARA AEBVAF - EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE | PROTECÇÃO CIVIL | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 040701 | 33.000,00 | 30.800,00 | 33.000,00 | 30.800,00 | | | | | -2.200,00 | |
| 1.2.1. | 85 | 2011 I 10 | MELHORAR A REDE DAS SOCAS-DE-INCENDIO | PROTECÇÃO CIVIL | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 070115 | 500,00 | 50,00 | 500,00 | 50,00 | | | | | -450,00 | |
| 1.2.1. | 86 | 2012 A 1 | PROTECÇÃO CIVIL-APOIO A AQUIZIÇÃO DE UMA VIATURA | AUTARQUIA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 080701 | 10,00 | 14.410,00 | 10,00 | 14.410,00 | | | | | 14.400,00 | |
| 1.2.1. | 87 | 2011 I 12 | CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE DIVERSOS PONTOS DE AGUA PARA APOIO AO COMBATE A INCENDIOS | PROTECÇÃO CIVIL | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010401 | 500,00 | 50,00 | 500,00 | 50,00 | | | | | -450,00 | |
| 1.2.1. | 88 | 2011 I 13 | CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE CAMINHOS, ACEIROS E CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BARRIS DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTIVEL NO AMBITO DA DPCI | PROTECÇÃO CIVIL | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010413 | 500,00 | 7.947,63 | 500,00 | 7.947,63 | | | | | 7.447,63 | |
| 1.2.1. | 91 | 2012 I 10 | DEMOLIÇÃO E REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS | PROTECÇÃO CIVIL | 2012/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010413 | 500,00 | 2.990,00 | 500,00 | 2.990,00 | | | | | 2.490,00 | |
| 2. | | | Funções sociais | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1. | | | Educação | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1.1. | | | Ensino não superior | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1.1. | 17 | 2011 A 17 | AQUIZIÇÃO DE MATERIAL DIVERSO PARA AS ACTIVIDADES DE COMPLEMENTO CURRICULAR | DDS | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020121 | 1.000,00 | 783,60 | 1.000,00 | 783,60 | | | | | -216,40 | |
| 2.1.1. | 18 | 2011 A 18 | CANTINA - ALIMENTAÇÃO CONFECIONADA | DDS | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020105 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | | | | | | |
| 2.1.1. | 19 | 2011 A 19 | CANTINA - ALIMENTAÇÃO GENEROS PARA CONFECIONAL | DDS | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020106 | 6.000,00 | 5.200,00 | 6.000,00 | 5.200,00 | | | | | -800,00 | |
| 2.1.1. | 20 | 2011 A 20 | AQUIZIÇÃO DE MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO | DDS | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020120 | 1.000,00 | 500,00 | 1.000,00 | 500,00 | | | | | -500,00 | |
| 2.1.1. | 21 | 2011 A 21 | AQUIZIÇÃO DE LIVROS E MANUAIS ESCOLARES | DDS | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020120 | 5.000,00 | 3.000,00 | 5.000,00 | 3.000,00 | | | | | -2.000,00 | |
| 2.1.1. | 23 | 2011 A 23 | ENCARGOS COM ANIMAÇÃO - ACTUAÇÕES E OUTRAS ACTIVIDADES | DDS | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020225 | 1.050,00 | 650,00 | 1.050,00 | 650,00 | | | | | -400,00 | |
| 2.1.1. | 24 | 2011 A 24 | ENCARGOS COM TRANSPORTES ESCOLARES | DDS | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020210 | 191.500,00 | 161.500,00 | 191.500,00 | 161.500,00 | | | | | -30.000,00 | |
| 2.1.1. | 90 | 2011 I 15 | RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESCOLAS DO CONCELHO | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010305 | 1.000,00 | 3.950,00 | 1.000,00 | 3.950,00 | | | | | 2.950,00 | |
| 2.1.1. | 92 | 2011 A 86 | PROTICOLO ESCOLA EB3 DE ALFÂNDEGA DA FÉ | AUTARQUIA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 080701 | 1.000,00 | 100,00 | 1.000,00 | 100,00 | | | | | -900,00 | |
| 2.1.2. | | | Serviços auxiliares de ensino | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1.2. | 92 | 2011 I 17 | AQUIZIÇÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO PARA AS DIVERSAS ESCOLAS DO CONCELHO | DDS | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07011002 | | | 500,00 | 800,00 | | | | | 300,00 | |
| 2.1.2. | 92 | 2011 I 17 | AQUIZIÇÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO PARA AS DIVERSAS ESCOLAS DO CONCELHO | | | | 0102 070115 | 1.000,00 | 850,00 | 500,00 | 50,00 | | | | | -450,00 | |
| 2.3. | | | Segurança e acção sociais | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.3.2. | | | Acção social | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.3.2. | 01 | 2011 I 92 | PROJECTO RAMPA - REGIME DE APOIO AOS MUNICÍPIOS PARA A ACESSIBILIDADE - ALFÂNDEGA INCLUSIVA | DDS | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 070115 | 1,00 | | 1,00 | | | | | | -1,00 | |
| 2.3.2. | 27 | 2011 A 27 | SUBSIDIOS A APOIOS DE ACÇÃO SOCIAL - CORENTES | DDS | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 040701 | 30.000,00 | 20.629,00 | 30.000,00 | 20.629,00 | | | | | -9.371,00 | |
| 2.3.2. | 29 | 2011 A 29 | SUBSIDIOS PARA DESPESAS DE INVESTIMENTO | DDS | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 080701 | 1.000,00 | 100,00 | 1.000,00 | 100,00 | | | | | -900,00 | |
| 2.3.2. | 32 | 2011 A 32 | PROTICOLO - IAR E SAD EM GEBELIM | DD/DDS | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 080701 | 30.000,00 | 28.000,00 | 30.000,00 | 28.000,00 | | | | | -2.000,00 | |
| 2.3.2. | 33 | 2011 A 33 | PROTICOLO - IAR E SAD EM PARADA | DD/DDS | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 080701 | 40.000,00 | | 40.000,00 | | | | | | -40.000,00 | |

| ENTIDADE | | MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO | | | | | | | | | | | Página : 3 | | | | | | | |
|---|------------------------------|---|--|-------------------------|------------|-------------------|-----------------|--------------|----------------|------------------|----------------|----------------------------|------------|------|-------------|--------------|----------|--|--|--|
| MUNICÍPIO DE ALFANDEGA DA FÉ | | ANO CONTABILÍSTICO: 2014 | | ATÉ À DATA : 2014/12/31 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO | IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | RESPONSÁVEL | DATAS | | CÓDIGO ORÇAMENTAL | VALOR REALIZADO | 2014 | | | | ANOS SEQUINTE | | | | MODIFICAÇÕES | | | | |
| | | | | INICIO | FIM | | | TOTAL | | FINANC. DEFINIDO | | FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO | 2015 | 2016 | 2017 | | SEQUINTE | | | |
| | | | | | | | | DOT. INICIAL | DOT. CORRIGIDA | DOT. INICIAL | DOT. CORRIGIDA | | | | | | | | | |
| A TRANSPORTAR... | | | | | | | 1.117.399,00 | 1.567.480,21 | 1.117.399,00 | 1.567.480,21 | | | | | 450.081,21 | | | | | |
| 2.3.2. | 98 | 2011 I 22 | EQUIPAMENTOS SOCIAIS DE APOIO A IDOSOS NAS DIVERSAS FRGUESIAS | DOM/DDS | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010306 | 500,00 | 50,00 | 500,00 | 50,00 | | | | -450,00 | | | | | |
| 2.3.2. | 01 | 2014 A 1 | ATIVIDADES REALIZADAS COM IDOSOS | DDS | 2014/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020105 | | | 7.000,00 | 3.294,54 | | | | -3.705,46 | | | | | |
| 2.3.2. | 01 | 2014 A 1 | ATIVIDADES REALIZADAS COM IDOSOS | | | | 0102 020210 | | | 3.500,00 | 2.975,00 | | | | -525,00 | | | | | |
| 2.3.2. | 01 | 2014 A 1 | ATIVIDADES REALIZADAS COM IDOSOS | | | | 0102 020225 | 12.500,00 | 7.874,54 | 2.000,00 | 1.605,00 | | | | -395,00 | | | | | |
| 2.4. | | Habitação e serviços colectivos | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.4.1. | | Habitação | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.4.1. | 33 | 2011 A 34 | APOIO A REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO A FAMILÍAS CARENCIADAS | DDS | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 060802 | 40.000,00 | 52.220,00 | 40.000,00 | 52.220,00 | | | | 12.220,00 | | | | | |
| 2.4.2. | | Ordenamento do território | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.4.2. | 02 | 2011 I 25 | INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA EM DIVERSAS FRGUESIAS DO CONCELHO | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010401 | 20.000,00 | 40.700,00 | 20.000,00 | 40.700,00 | | | | 20.700,00 | | | | | |
| 2.4.2. | 14 | 2011 I 37 | REQUALIFICAÇÃO DO BARRIO SOCIAL DE TRAS DO CASTELO DE ALFANDEGA DA FE | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010401 | 2.000,00 | 800,00 | 2.000,00 | 800,00 | | | | -1.200,00 | | | | | |
| 2.4.2. | 15 | 2011 I 38 | AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO URBANO DIVERSO PARA O CONCELHO | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 070115 | 1.000,00 | 3.800,00 | 1.000,00 | 3.800,00 | | | | 2.800,00 | | | | | |
| 2.4.2. | 21 | 2011 I 44 | INTERVENÇÃO DE CONSERVAÇÃO EM VÁRIOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS/PÚBLICOS | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010413 | 5.000,00 | 97.650,00 | 5.000,00 | 97.650,00 | | | | 92.650,00 | | | | | |
| 2.4.2. | 23 | 2011 I 46 | AQUISIÇÃO DE CASAS DEVOLUTAS NO CONCELHO PARA ALARGAMENTO DA REDE VIÁRIA | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010401 | 2.000,00 | 100,00 | 2.000,00 | 100,00 | | | | -1.900,00 | | | | | |
| 2.4.2. | 26 | 2011 A 26 | SERVIÇO DE HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO E CONTROLE DE ÁGUAS PÚBLICAS | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020220 | 23.000,00 | 22.000,00 | 23.000,00 | 22.000,00 | | | | -1.000,00 | | | | | |
| 2.4.2. | 29 | 2011 I 87 | REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA TOPONÍMIA DO CONCELHO | DU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010409 | 1.000,00 | 50,00 | 1.000,00 | 50,00 | | | | -950,00 | | | | | |
| 2.4.2. | 36 | 2011 A 79 | REVISÃO DO PDM | DU | 2010/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020220 | 36.520,00 | 22.520,00 | 36.520,00 | 22.520,00 | | | | -14.000,00 | | | | | |
| 2.4.2. | 80 | 2011 I 94 | CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA TORRE DO RELOGIO E ÁREA ENVOLVENTE | DOM | 2011/09/01 | 2014/12/31 | 0102 07010307 | 150.000,00 | 60.475,00 | 150.000,00 | 60.475,00 | | | | -89.525,00 | | | | | |
| 2.4.3. | | Saneamento | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.4.3. | 36 | 2011 A 37 | ATMAD - TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS | DSU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020220 | 255.268,00 | 250.268,00 | 255.268,00 | 250.268,00 | | | | -5.000,00 | | | | | |
| 2.4.3. | 38 | 2011 I 90 | REPARAÇÕES GERAIS NA REDE GERAL DE SANEAMENTO CONCELHO | DSU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010402 | | | 20.000,00 | 22.150,00 | | | | 2.150,00 | | | | | |
| 2.4.3. | 38 | 2011 I 90 | REPARAÇÕES GERAIS NA REDE GERAL DE SANEAMENTO CONCELHO | | | | 0102 07010411 | 25.000,00 | 22.350,00 | 5.000,00 | 100,00 | | | | -4.900,00 | | | | | |
| 2.4.4. | | Abastecimento de água | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.4.4. | 37 | 2011 A 38 | ATMAD - AQUISIÇÃO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO AO CONCELHO | DSU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 02011601 | 519.500,00 | 337.700,00 | 519.500,00 | 337.700,00 | | | | -181.800,00 | | | | | |
| 2.4.4. | 38 | 2011 A 39 | ANÁLISES DE ÁGUA PARA ACOMPANHAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA | DSU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020220 | 25.000,00 | 27.500,00 | 25.000,00 | 27.500,00 | | | | 2.500,00 | | | | | |
| 2.4.4. | 40 | 2011 I 53 | MELHORAMENTO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DAS FRGUESIAS | DSU | 2011/12/31 | 2014/12/31 | 0102 07010407 | 1.000,00 | 100,00 | 1.000,00 | 100,00 | | | | -900,00 | | | | | |
| 2.4.4. | 47 | 2011 I 60 | ABASTECIMENTO À FRGUESIA DE VALES COM ÁGUA TRATADA DA BARRAGEM DE SAMBADE | DSU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010407 | 10.000,00 | 50,00 | 10.000,00 | 50,00 | | | | -9.950,00 | | | | | |
| 2.4.4. | 48 | 2011 I 61 | AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS PARA A REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA | DSU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010407 | | | 10.000,00 | 16.100,00 | | | | 6.100,00 | | | | | |
| 2.4.4. | 48 | 2011 I 61 | AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS PARA A REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA | | | | 0102 070111 | | | 5.000,00 | 5.100,00 | | | | 100,00 | | | | | |
| 2.4.4. | 48 | 2011 I 61 | AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS PARA A REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA | | | | 0102 070115 | 15.500,00 | 24.150,00 | 500,00 | 2.950,00 | | | | 2.450,00 | | | | | |
| 2.4.4. | 49 | 2011 I 62 | CONSERVAÇÃO DA REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO | DSU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010407 | 50.000,00 | 56.935,20 | 50.000,00 | 56.935,20 | | | | 6.935,20 | | | | | |
| 2.4.4. | 50 | 2011 I 91 | LIGAÇÃO DE ÁGUA A FERRODOSA, PICOES, GOUVEIA E CARREIRA - REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SUL | DSU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010407 | 1.000,00 | 50,00 | 1.000,00 | 50,00 | | | | -950,00 | | | | | |
| 2.4.5. | | Resíduos sólidos | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| ENTIDADE | | MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO | | | | | | | | | | | Página : 4 | | | | |
|---|------------------------------|--|---|-----------|------------|-------------------|-----------------|--------------|----------------|------------------|----------------|----------------------------|------------|------|------------|--------------|----------|
| MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | | ANO CONTABILÍSTICO: 2014 ATÉ À DATA : 2014/12/31 | | | | | | | | | | | | | | | |
| OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO | IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | RESPONSÁVEL | DATAS | | CÓDIGO ORÇAMENTAL | VALOR REALIZADO | 2014 | | | | ANOS SEQUINTE | | | | MODIFICAÇÕES | |
| | | | | INÍCIO | FIM | | | TOTAL | | FINANC. DEFINIDO | | FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO | 2015 | 2016 | 2017 | | SEQUINTE |
| | | | | | | | | DOT. INICIAL | DOT. CORRIGIDA | DOT. INICIAL | DOT. CORRIGIDA | | | | | | |
| A TRANSPORTAR... | | | | | | | 2.313.187,00 | 2.594.722,95 | 2.313.187,00 | 2.594.722,95 | | | | | 281.535,95 | | |
| 2.4.5. | 39 | 2011 A 40 | REPARAÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES | DSU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020220 | 41.000,00 | 44.070,00 | 41.000,00 | 44.070,00 | | | | 3.070,00 | | |
| 2.4.5. | 40 | 2011 A 41 | ATERRO SANITARIO - DEPOSITO DE RESIDUOS SOLIDOS | DSU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020220 | 179.000,00 | 168.800,00 | 179.000,00 | 168.800,00 | | | | -10.200,00 | | |
| 2.4.6. | 42 | 2011 A 43 | Protecção do meio ambiente e conservação da natureza | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 08050102 | 2.000,00 | 100,00 | 2.000,00 | 100,00 | | | | -1.900,00 | | |
| 2.4.6. | 46 | 2011 A 47 | PROTICOLO - ARRANJO DOS MUROS DO CEMITERIO EM PARADA | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 08050102 | 4.000,00 | 100,00 | 4.000,00 | 100,00 | | | | -3.900,00 | | |
| 2.4.6. | 49 | 2011 I 65 | ARRANJOS PAISAGISTICO DE DIVERSOS ESPAÇOS VERDES | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010404 | 10.000,00 | 25.350,00 | 10.000,00 | 25.350,00 | | | | 15.350,00 | | |
| 2.5. | | | Servicos culturais, recreativos e religiosos | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.5.1. | | | Cultura | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.5.1. | 46 | 2011 A 48 | AQUISIÇÃO DE FUNDO DOCUMENTAL PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL | EM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020120 | 1.500,00 | 3.960,00 | 1.500,00 | 3.960,00 | | | | 2.460,00 | | |
| 2.5.1. | 47 | 2011 A 49 | EMCARGOS COM ANIMAÇÃO E ACTIVIDADES SIMILARES | EM/CC | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020225 | 3.000,00 | 7.800,00 | 3.000,00 | 7.800,00 | | | | 4.800,00 | | |
| 2.5.1. | 48 | 2011 A 50 | AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO CORRENTE | EM/CC | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020121 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | | | | | | |
| 2.5.1. | 49 | 2011 A 51 | ACTUAÇÃO DE ARTISTAS A OUTRAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS | EM/CC | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020225 | 5.000,00 | 3.500,00 | 5.000,00 | 3.500,00 | | | | -1.500,00 | | |
| 2.5.1. | 50 | 2011 A 52 | AÇÕES DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS ACTIVIDADES | EM/CC | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020217 | 1.000,00 | 800,00 | 1.000,00 | 800,00 | | | | -200,00 | | |
| 2.5.1. | 51 | 2011 A 53 | TRANSFERENCIAS PARA ASSOCIAÇÕES CULTURAIS | AUTARQUIA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 040701 | | | 19.000,00 | 15.500,00 | | | | -3.500,00 | | |
| 2.5.1. | 51 | 2011 A 53 | TRANSFERENCIAS PARA ASSOCIAÇÕES CULTURAIS | | | | 0102 080701 | 20.000,00 | 15.750,00 | 1.000,00 | 250,00 | | | | -750,00 | | |
| 2.5.1. | 53 | 2011 A 54 | EXPOSIÇÕES E ACTIVIDADES SIMILARES | EM/CC | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020105 | | | 1.000,00 | 270,00 | | | | -730,00 | | |
| 2.5.1. | 53 | 2011 A 54 | EXPOSIÇÕES E ACTIVIDADES SIMILARES | | | | 0102 020216 | | | 500,00 | 2.830,00 | | | | 2.330,00 | | |
| 2.5.1. | 53 | 2011 A 54 | EXPOSIÇÕES E ACTIVIDADES SIMILARES | | | | 0102 020217 | | | 500,00 | 70,00 | | | | -430,00 | | |
| 2.5.1. | 53 | 2011 A 54 | EXPOSIÇÕES E ACTIVIDADES SIMILARES | | | | 0102 020220 | | | 500,00 | 1.430,00 | | | | 930,00 | | |
| 2.5.1. | 53 | 2011 A 54 | EXPOSIÇÕES E ACTIVIDADES SIMILARES | | | | 0102 020225 | 3.000,00 | 10.400,00 | 500,00 | 5.800,00 | | | | 5.300,00 | | |
| 2.5.1. | 89 | 2011 A 83 | PROTICOLO COM FILANDORRA | CULTURA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 040701 | 9.600,00 | 7.600,00 | 9.600,00 | 7.600,00 | | | | -2.000,00 | | |
| 2.5.2. | | | Desporto, recreio e lazer | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.5.2. | 21 | 2008 I 12 | CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS PARA A DINAMIZAÇÃO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | DOM/DU | 2008/09/19 | 2014/12/31 | 9 0102 07010307 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | | | | | | |
| 2.5.2. | 52 | 2011 A 55 | APOIO A COLECTIVIDADES E ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS | AUTARQUIA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 040701 | | | 29.000,00 | 36.170,00 | | | | 7.170,00 | | |
| 2.5.2. | 52 | 2011 A 55 | APOIO A COLECTIVIDADES E ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS | | | | 0102 080701 | 30.000,00 | 65.570,00 | 1.000,00 | 29.400,00 | | | | 28.400,00 | | |
| 2.5.2. | 53 | 2011 A 56 | PERCURSOS PEDESTRES | CC | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020115 | | | 2.000,00 | 100,00 | | | | -1.900,00 | | |
| 2.5.2. | 53 | 2011 A 56 | PERCURSOS PEDESTRES | | | | 0102 020117 | | | 500,00 | 100,00 | | | | -400,00 | | |
| 2.5.2. | 53 | 2011 A 56 | PERCURSOS PEDESTRES | | | | 0102 020121 | 3.000,00 | 300,00 | 500,00 | 100,00 | | | | -400,00 | | |
| 2.5.2. | 54 | 2011 A 57 | ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO, RECREIO E LAZER | CC | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020115 | | | 500,00 | 200,00 | | | | -300,00 | | |
| 2.5.2. | 54 | 2011 A 57 | ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO, RECREIO E LAZER | | | | 0102 020121 | | | 100,00 | 200,00 | | | | 100,00 | | |
| 2.5.2. | 54 | 2011 A 57 | ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO, RECREIO E LAZER | | | | 0102 020220 | | | 500,00 | 50,00 | | | | -450,00 | | |
| 2.5.2. | 54 | 2011 A 57 | ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO, RECREIO E LAZER | | | | 0102 020225 | 2.100,00 | 2.050,00 | 1.000,00 | 1.600,00 | | | | 600,00 | | |
| 2.5.2. | 58 | 2011 I 70 | INTERVENÇÃO EM DIVERSOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS DO CONCELHO | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010302 | 1.000,00 | 94.100,00 | 1.000,00 | 94.100,00 | | | | 93.100,00 | | |

| ENTIDADE | | MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO | | | | | | | | | | | | | Página : 5 | | | |
|---|------------------------------|--|--|---------------|------------|-------------------|-----------------|--------------|----------------|------------------|----------------|----------------------------|------------|------------|------------|--------------|----------|------------|
| MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ | | ANO CONTABILISTICO: 2014 ATÉ À DATA : 2014/12/31 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO | IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | RESPONSÁVEL | DATAS | | CÓDIGO ORÇAMENTAL | VALOR REALIZADO | 2014 | | | | ANOS SEQUINTE | | | | MODIFICAÇÕES | | |
| | | | | INICIO | FIM | | | TOTAL | | FINANC. DEFINIDO | | FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO | 2015 | 2016 | 2017 | | SEQUINTE | |
| | | | | | | | | DOT. INICIAL | DOT. CORRIGIDA | DOT. INICIAL | DOT. CORRIGIDA | | | | | | | |
| A TRANSPORTAR... | | | | | | | 2.630.388,00 | 3.046.973,95 | 2.630.388,00 | 3.046.973,95 | | | | | 416.585,95 | | | |
| 2.5.2. | 61 | 2011 I 85 | SINALIZAÇÃO E MARCAÇÃO DOS PERCURSOS PEDESTRES | CULTURA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 4 | 0102 | 07010409 | 3.000,00 | 310,00 | 3.000,00 | 310,00 | | | | | -2.690,00 |
| 2.5.3. | | Outras actividades cívicas e religiosas | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.5.3. | 56 | 2011 A 59 | APOIO A ORGANIZAÇÕES DE CARACTER CIVICO E RELIGIOSO | AUTARQUIA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 0102 | 040701 | | | 5.000,00 | 8.000,00 | | | | | 3.000,00 |
| 2.5.3. | 56 | 2011 A 59 | APOIO A ORGANIZAÇÕES DE CARACTER CIVICO E RELIGIOSO | | | | | 0102 | 080701 | 10.000,00 | 18.000,00 | 5.000,00 | 10.000,00 | | | | | 5.000,00 |
| 3. | | Funções económicas | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.1. | | Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.1. | 57 | 2011 A 60 | PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO-EDRAP-COOPERATIVA AGRICOLA E MUNICIPIO DE ALF. DA FE | AUTARQUIA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 0102 | 040102 | | | 1.000,00 | 1.000,00 | | | | | |
| 3.1. | 57 | 2011 A 60 | PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO-EDRAP-COOPERATIVA AGRICOLA E MUNICIPIO DE ALF. DA FE | | | | | 0102 | 080102 | 10.000,00 | 1.043,00 | 9.000,00 | 43,00 | | | | | -8.957,00 |
| 3.1. | 58 | 2011 I 73 | MANUTENÇÃO E BENEFICIAÇÃO DOS CAMINHOS RURAIS E FLORESTAIS DO CONCELHO | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 0102 | 07010408 | 15.000,00 | 17.300,00 | 15.000,00 | 17.300,00 | | | | | 2.300,00 |
| 3.1. | 01 | 2014 A 3 | PROTOCOLO "VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS LOCAIS" | | 2014/01/01 | 2014/12/31 | | 0102 | 040102 | 5.000,00 | 9.462,13 | 5.000,00 | 9.462,13 | | | | | 4.462,13 |
| 3.1. | 59 | 2014 I 4 | ORDENAMENTO E RECUPERAÇÃO DE POVAIMENTOS (PRODER) | EXECUTIVO/D U | 2014/01/01 | 2014/12/31 | P | 0102 | 07010413 | | 238.335,33 | | 238.335,33 | | | | | 238.335,33 |
| 3.1. | 60 | 2014 I 5 | MITIGAÇÃO DE IMPACTO E RECUPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PUBLICOS DANIFICADOS NO INCENDIO IM PICOS - FEM | EXECUTIVO/D U | 2014/01/01 | 2015/12/31 | | 0102 | 07010413 | | 71.127,39 | | 71.127,39 | 164.528,15 | | | | 71.127,39 |
| 3.2. | | Indústria e energia | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.2. | 58 | 2011 A 61 | ENCARGOS COM ILUMINAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 0102 | 020225 | 278.500,00 | 245.300,00 | 278.500,00 | 245.300,00 | | | | | -33.200,00 |
| 3.2. | 60 | 2011 I 75 | MANUTENÇÃO E ALARGAMENTO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA NO CONCELHO | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 0102 | 07010404 | 15.000,00 | 29.308,40 | 15.000,00 | 29.308,40 | | | | | 14.308,40 |
| 3.2. | 61 | 2011 I 86 | CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE ALFANDEGA DA FE | DOM/DU | 2010/01/01 | 2014/12/31 | 3 | 0102 | 07010401 | 12.000,00 | 50,00 | 12.000,00 | 50,00 | | | | | -11.950,00 |
| 3.3. | | Transportes e comunicações | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.3.1. | | Transportes rodoviários | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.3.1. | 08 | 2010 I 17 | BENEFICIAÇÃO DO CAMINHO MUNICIPAL 1158 - COLMAGALIS | DOM | 2010/01/01 | 2014/12/31 | 3 | 0102 | 07010401 | 50.000,00 | 122.430,00 | 50.000,00 | 122.430,00 | | | | | 72.430,00 |
| 3.3.1. | 12 | 2011 I 77 | ORDENAMENTO DO TRANSITO E PREVENÇÃO RODOVIARIA NO CONCELHO | DOM/DU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 0102 | 07010409 | 4.000,00 | 21.480,00 | 4.000,00 | 21.480,00 | | | | | 17.480,00 |
| 3.3.1. | 13 | 2011 I 78 | ARRANJO URBANISTICO DO LARGO E BAR DO CASTELO E AREA ENVOLVENTE | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 0102 | 07010307 | 1.000,00 | 250,00 | 1.000,00 | 250,00 | | | | | -750,00 |
| 3.3.1. | 14 | 2011 I 79 | REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DIVERSAS ESTRADAS DO CONCELHO | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 0102 | 07010401 | 50.000,00 | 12.500,00 | 50.000,00 | 12.500,00 | | | | | -37.500,00 |
| 3.3.1. | 15 | 2011 I 80 | REPARAÇÃO DE VARIOS ARRUEAMENTOS NO CONCELHO | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 0102 | 07010401 | 15.000,00 | 11.700,00 | 15.000,00 | 11.700,00 | | | | | -3.300,00 |
| 3.3.2. | | Transportes aéreos | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.3.2. | 55 | 2012 I 4 | CONSTRUÇÃO DE UM HELIPORTO JUNTO AO CENTRO DE SAUDE DE ALFANDEGA DA FE | DOM | 2012/01/01 | 2014/12/31 | | 0102 | 07010413 | 500,00 | 26.436,40 | 500,00 | 26.436,40 | | | | | 25.936,40 |
| 3.4. | | Comércio e turismo | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.4.1. | | Mercados e feiras | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.4.1. | 59 | 2011 A 62 | FESTA DA CEREJA | CC | 2011/01/01 | 2014/12/31 | | 0102 | 020114 | | | 1.000,00 | 50,00 | | | | | -950,00 |
| 3.4.1. | 59 | 2011 A 62 | FESTA DA CEREJA | | | | | 0102 | 020115 | | | 5.000,00 | 5.800,00 | | | | | 800,00 |
| 3.4.1. | 59 | 2011 A 62 | FESTA DA CEREJA | | | | | 0102 | 020117 | | | 2.500,00 | | | | | | -2.500,00 |
| 3.4.1. | 59 | 2011 A 62 | FESTA DA CEREJA | | | | | 0102 | 020118 | | | 500,00 | 50,00 | | | | | -450,00 |
| 3.4.1. | 59 | 2011 A 62 | FESTA DA CEREJA | | | | | 0102 | 020121 | | | 15.000,00 | 4.400,00 | | | | | -10.600,00 |
| 3.4.1. | 59 | 2011 A 62 | FESTA DA CEREJA | | | | | 0102 | 020214 | | | 500,00 | | | | | | -500,00 |

| ENTIDADE | | MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO | | | | | | | | | | | Página : 6 | | | | |
|---|--------------------------------------|--|-------------|------------|------------|-------------------|--------------------|--------------|----------------|------------------|----------------|----------------------------------|------------|------|------|--------------|----------|
| MUNICÍPIO DE ALFANDEGA DA FÉ | | ANO CONTABILÍSTICO: 2014 ATÉ À DATA : 2014/12/31 | | | | | | | | | | | | | | | |
| OBJETIVO / PROGRAMA / PROJETO / AÇÃO | IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. AÇÃO | DESCRIÇÃO | RESPONSÁVEL | DATAS | | CÓDIGO ORÇAMENTAL | VALOR REALIZADO | 2014 | | | | ANOS SEQUINTE | | | | MODIFICAÇÕES | |
| | | | | INICIO | FIM | | | TOTAL | | FINANC. DEFINIDO | | FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO | 2015 | 2016 | 2017 | | SEQUINTE |
| | | | | | | | | DOT. INICIAL | DOT. CORRIGIDA | DOT. INICIAL | DOT. CORRIGIDA | | | | | | |
| A TRANSPORTAR... | | | | | | | 3.099.388,00 | 3.872.006,60 | 3.123.888,00 | 3.882.306,60 | | 164.528,15 | | | | 758.418,60 | |
| 3.4.1. | 59 | 2011 A 62 | | | | 0102 020217 | | | | 10.000,00 | 7.800,00 | | | | | -2.200,00 | |
| 3.4.1. | 59 | 2011 A 62 | | | | 0102 020220 | | | | 500,00 | 3.150,00 | | | | | 2.650,00 | |
| 3.4.1. | 59 | 2011 A 62 | | | | 0102 020225 | 80.000,00 | 85.007,00 | 45.000,00 | 63.757,00 | | | | | | 18.757,00 | |
| 3.4.1. | 60 | 2011 A 63 | CC | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020105 | | | | 500,00 | 50,00 | | | | | -450,00 | |
| 3.4.1. | 60 | 2011 A 63 | | | | 0102 020115 | | | | 500,00 | 50,00 | | | | | -450,00 | |
| 3.4.1. | 60 | 2011 A 63 | | | | 0102 020217 | | | | 500,00 | 500,00 | | | | | | |
| 3.4.1. | 60 | 2011 A 63 | | | | 0102 020220 | | | | 500,00 | 50,00 | | | | | -450,00 | |
| 3.4.1. | 60 | 2011 A 63 | | | | 0102 020225 | 3.500,00 | 650,00 | 1.500,00 | | | | | | | -1.500,00 | |
| 3.4.1. | 61 | 2011 I 81 | DOM | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010303 | | | | 500,00 | 292,00 | | | | | -208,00 | |
| 3.4.1. | 61 | 2011 I 81 | | | | 0102 07010413 | 1.500,00 | 700,00 | 1.000,00 | 408,00 | | | | | | -592,00 | |
| 3.4.1. | 01 | 2014 A 2 | DDS | 2014/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020121 | | | | 2.000,00 | 2.000,00 | | | | | | |
| 3.4.1. | 01 | 2014 A 2 | | | | 0102 020225 | 5.000,00 | 8.500,00 | 3.000,00 | 6.500,00 | | | | | | 3.500,00 | |
| 3.4.2. | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.4.2. | 61 | 2011 A 64 | CC | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 020220 | 18.718,00 | 14.168,00 | 18.718,00 | 14.168,00 | | | | | | -4.550,00 | |
| 3.5. | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.5. | 62 | 2011 A 65 | AUTARQUIA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 04010101 | | | 100.000,00 | 100.000,00 | | | | | | | |
| 3.5. | 62 | 2011 A 65 | | | | 0102 08010101 | 250.000,00 | 179.000,00 | 150.000,00 | 79.000,00 | | | | | | -71.000,00 | |
| 3.5. | 63 | 2011 A 66 | AUTARQUIA | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 090701 | 50.000,00 | 145.575,37 | 50.000,00 | 145.575,37 | | | | | | 95.575,37 | |
| 4. | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4.3. | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4.3. | 72 | 2012 I 6 | DOM | 2012/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010413 | 50.000,00 | 85.500,00 | 50.000,00 | 85.500,00 | | | | | | 35.500,00 | |
| 4.3. | 73 | 2012 I 7 | DOM/DU | 2012/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010413 | 50.000,00 | 135.520,00 | 50.000,00 | 135.520,00 | | | | | | 85.520,00 | |
| 4.3. | 74 | 2012 I 8 | DOM/DU | 2012/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010413 | 300.000,00 | 182.502,37 | 300.000,00 | 182.502,37 | | | | | | -117.497,63 | |
| 4.3. | 76 | 2011 A 80 | DOM/DU | 2011/01/01 | 2014/12/31 | 0102 08050102 | | | 20.000,00 | 55.240,00 | | | | | | 35.240,00 | |
| 4.3. | 76 | 2011 A 80 | | | | 0102 080701 | 60.000,00 | 95.840,00 | 40.000,00 | 40.600,00 | | | | | | 600,00 | |
| 4.3. | 01 | 2014 I 1 | DOM | 2014/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010405 | 1.000,00 | 30,00 | 1.000,00 | 30,00 | | 600.000,00 | | | | -970,00 | |
| 4.3. | 02 | 2014 I 2 | DOM | 2014/01/01 | 2014/12/31 | 0102 07010401 | 1.000,00 | 10,00 | 1.000,00 | 10,00 | | 499.838,26 | | | | -990,00 | |
| 4.3. | 03 | 2014 I 3 | DOM | 2014/01/01 | 2014/12/31 | 0102 070115 | 1.000,00 | 10,00 | 1.000,00 | 10,00 | | 600.000,00 | | | | -990,00 | |
| TOTAL ... | | | | | | | 3.971.106,00 | 4.805.019,34 | 3.971.106,00 | 4.805.019,34 | | 1.864.366,41 | | | | 833.913,34 | |

Em ___ de _____ de _____

Em ___ de _____ de _____

MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FE

Contratação administrativa

1 - Situação dos contratos

Câmara Municipal de Alfândega da Fé

Gerência de 01-01-2014 a 31-12-2014

| Entidade | Contrato | | | | Visto do TC | | Data do | Pagamentos na gerência | | | | Pagamentos acumulados | | | | Obs |
|--|---|------------|--------------|----------------------------|-------------------|------------|--------------------|------------------------|-------------------|------------------|-------------|-----------------------|-------------------|------------------|--------------|-----|
| | Objecto | Data | Valor | Modalidades de adjudicação | Número de registo | Data | primeiro pagamento | Trabalhos normais | Revisão de preços | Trabalhos a mais | Total | Trabalhos normais | Revisão de preços | Trabalhos a mais | Total | |
| José Joaquim Gomes | Fornecimento de Granito | 21-05-2010 | 29.970,00 € | G | | | 06-02-2012 | 5.025,80 | | | 5.025,80 | 17.027,68 | | | 17.027,68 € | |
| Interpiscinas | Restauro das Piscinas | 17-05-2010 | 60.702,18 € | G | | | 19-05-2010 | 6.394,85 | | | 6.394,85 | 32.597,76 € | | | 32.597,76 € | |
| GUALDIM ANCIÃES AMADO & FILHOS LDA | Beneficiação da EM 588 desde EN315 a VALES | 19-10-2011 | 476.341,60 € | | 1691/11 | 15-12-2012 | 28-12-2012 | | 19.072,61 | | 19.072,61 € | 506.873,62 € | 19.072,61 | | 525.946,23 € | |
| GEOTRIBUTO - Consultoria e Informação para o planeamento e Ordenamento do Território | Alteração ao PDM | 29-05-2009 | 72.866,00 € | a) | | | 22-04-2010 | 8.961,78 € | | | 8.961,78 | 71.038,52 € | | | 71.038,52 € | |
| Suma-Serviços Urbanos e meio ambiente S.A. | Serviço de controlo de qualidade da água de consumo | 25-03-2011 | 7.421,15 € | | | | 22-07-2011 | 3.213,50 € | | | 3.213,50 | 5.638,94 € | | | 5.638,94 € | |
| CREDITEX- ALUGUER DE EQUIPAMENTOS S.A | Loçaã+ de bens móveis | 13-06-2012 | 57.600,00 € | | | | 18-09-2012 | 11.801,52 | | | 11.801,52 | 32.298,74 | | | 32.298,74 | |
| Armando Manuel Pires | Sambade - Aldeia tecnológica e turística - Obras de reabilitação e transformação da escola primária de sambade em centro de interpretação | 25-11-2013 | 68.714,06 € | g) | | | 18-02-2014 | 79.446,55 € | | | 79.446,55 | 79.446,55 € | | | 79.446,55 € | |
| Armando Manuel Pires | Sambade - Aldeia tecnológica e turística - Obras de reabilitação e transformação da casa do povo de sambade em centro cultural | | 117.720,47 € | g) | | | 30-09-2014 | 41.578,54 € | | | 41.578,54 | 41.578,54 € | | | 41.578,54 € | |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|------------|-------------|---|--|------------|-------------|--|-------------|-------------|--|-------------|
| Secur-Comercio e representação Lda | Aquisição de equipamentos de proteção individual "EPI" para combate a incêndios em espaços naturais | 22-07-2014 | 5.550,00 € | G | | 28-11-2014 | 6.826,50 € | | 6.826,50 € | 6.826,50 € | | 6.826,50 € |
| Olemak, unipessoal Lda | Aquisição de mobiliário e equipamento para Sambade-Aldeia Tecnologica e Turística-Obra de | 29-07-2014 | 6.617,38 € | G | | 23-12-2014 | 5.000,00 € | | 5.000,00 € | 5.000,00 € | | 5.000,00 € |
| Armando Manuel Pires | Contratação de serviços de uma giratória com operador e camião com operador | 06-08-2014 | 11.520,00 € | G | | 28-08-2014 | 14.169,60 € | | 14.169,60 € | 14.169,60 € | | 14.169,60 € |
| Fernando Rodrigues Antunes | Aquisição de serviços de serviço urbano /arquitetura | 13-08-2014 | 6.000,00 € | G | | 28-08-2014 | 6.000,00 € | | 6.000,00 € | 6.000,00 € | | 6.000,00 € |
| João Pedro Carvalho da Costa Pinto | Aquisição de diverso material relativo à sensibilização e informação na area de prevenção de | 26-08-2014 | 7.335,00 € | G | | 29-08-2014 | 9.022,05 € | | 9.022,05 € | 9.022,05 € | | 9.022,05 € |
| Simultaneo de ideias e música produções de eventos culturais Lda. | Adenda ao contrato-serviços para a realização da festa da cereja 2014 | 08-08-2014 | 452,50 € | G | | | | | | | | |
| José Pedro de Oliveira Rosado | Aquisição material didatico relativo à sensibilização e informação na area de prevenção de incendios. | 21-08-2014 | 6.000,00 € | G | | 29-08-2014 | 7.380,00 € | | 7.380,00 € | 7.380,00 € | | 7.380,00 € |
| Fernando Joaquim Vilares | Aquisição de barras tubos PVC rígido c/anel autoblocante em neoprene 125mm PN16 para | 26-08-2014 | 6.069,00 € | G | | | | | | | | |
| Manuel Meles Lda | Aquisição de uma maquina retroescavadora usada com retoma de uma maquina retroescavadora | 12-09-2014 | 15.000,00 € | G | | | | | | | | |
| Embeiral-Engenharia e construção Lda. | Aquisição de 70 toneladas de massa betuminosa a frio 4/8mm para a rua do Vale do boi em Alfandega da | 24-09-2014 | 3.360,00 € | G | | | | | | | | |
| Campo Dágua-Engenharias Gestão Lda. | Estudo previo do regadio "planalto de Vilarchão/Parada" | 19-09-2014 | 35.900,00 € | G | | 30-10-2014 | 8.831,40 € | | 8.831,40 € | 8.831,40 € | | 8.831,40 € |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|--|------------|--------------|---|----------|------------|------------|--------------|----------|--------|--------------|-------------|--------------|----------|--|--|--------------|
| Fundação Escultor Mestre José Rodrigues | Aquisição da concepção de uma escultura em bronze com a dimensão 118x78x3 cm | 29-09-2014 | 12.500,00 € | G | | | | | | | | | | | | | |
| DH Debater a História, investigação e publicação unipessoal Lda | Estudo Torre de relógio e zona envolvente/Debater a História | 08-10-2014 | 29.885,00 € | G | | | 15-10-2014 | 6.017,65 € | | | 6.017,65 € | 6.017,65 € | | | | | 6.017,65 € |
| Universidade do Minho | Aquisição de serviços de trabalhos de arqueologia na torre do relógio e zona envolvente | 02-12-2014 | 20.360,00 € | G | | | | | | | | | | | | | |
| Fidelidade - Companhia de seguros S.A. | Aquisição de serviços de responsabilidade civil extracontratual autarquias pelo período de um ano | 22-09-2014 | 4.200,00 € | G | | | | 1.400,00 € | | | 1.400,00 € | 1.400,00 € | | | | | 1.400,00 € |
| Ferreira & Bebiano Lda | Intervenção de conservação em vários edifícios públicos - execução de cobertura nas unidades de apoio | 03-06-2014 | 22.703,50 € | | s/n | s/n | | 22.703,50 € | 0,00 | 0,00 € | 22.703,50 € | 22.703,50 € | | | | | 22.703,50 € |
| Higino Pinheiro & Irmão | Beneficiação do Caminho Municipal 1158 - Colmeias | 26-11-2012 | 357.592,13 € | | 965/2011 | 23-10-2013 | | 118.784,46 € | 1.715,55 | 0,00 | 120.500,01 € | | 379.047,66 € | 1.715,55 | | | 380.763,21 € |
| José Joaquim Gomes | Demolição de um Edifício Sito na Rua da Rueca em Gebelim | 17-04-2014 | 2.600,00 € | | s/n | s/n | | 2.600,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 2.600,00 € | 2.600,00 € | | | | | 2.600,00 € |
| Carlos Alberto Rocha | Recuperação da casa 23 sita na rua das Eiras, legitimada pelo acordo de cooperação entre o | 15-04-2014 | 10.080,20 € | | s/n | s/n | 09-05-2014 | 10.685,01 € | 0,00 € | 0,00 € | 10.685,01 € | | 10.685,01 € | | | | 10.685,01 € |
| SinalNorte | Ordenamento do trânsito e prevenção rodoviária no concelho - execução de | 15-05-2014 | 9.408,87 € | | s/n | s/n | 26-11-2014 | 9.973,40 € | 0,00 € | 0,00 € | 9.973,40 € | 9.973,40 € | | | | | 9.973,40 € |
| José António Patrão, Lda | Ampliação da rede de iluminação pública - parque verde | 30-07-2014 | 16.466,43 € | | s/n | s/n | 02-10-2014 | 17.433,22 € | 0,00 € | 0,00 € | 17.433,22 € | 17.433,22 € | | | | | 17.433,22 € |
| Paulo Jorge Pacheco Pires | Sambade - aldeia tecnológica e turística - obras de reabilitação e transformação da escola primária de | 27-08-2014 | 11.971,00 € | | s/n | s/n | 12-09-2014 | 12.689,26 € | 0,00 € | 0,00 € | 12.689,26 € | 12.689,26 € | | | | | 12.689,26 € |

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|--|------------|----------------|--|-----------|-----|------------|--------------|-------------|--------|--------------|----------------|-------------|--------|----------------|
| Paulo Jorge Pacheco Pires | Sambade - aldeia tecnológica e turística - obras de reabilitação e transformação da escola primária de | 27-08-2014 | 3.000,00 € | | s/n | s/n | 02-10-2014 | 3.180,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 3.180,00 € | 3.180,00 € | | | 3.180,00 € |
| Construções Teniz e Alves, LDA | Pinturas da Fé - Capela de Santo Amaro - Legoinha | 11-03-2013 | 105.620,40 € | | s/n | s/n | 16-08-2013 | 70.102,64 € | 0,00 | 0,00 | 70.102,64 € | 111.957,63 € | | | 111.957,63 € |
| Capsfil | Conservação da Torre do relógio e zona envolvente | 25-09-2014 | 396.186,57 € | | 1903/2014 | | | | | | | | | | |
| Total ... | | | 2.476.669,02 € | | | | | 824.774,48 € | 20.788,16 € | 0,00 € | 845.562,64 € | 1.774.691,27 € | 20.788,16 € | 0,00 € | 1.795.479,43 € |

| Disposições Legais | Entidade Beneficiária | Classif. Economica | Transferências Efectuadas | Observações |
|--------------------|--|--------------------|---------------------------|-------------|
| | A.D.A.F. - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE ALF. DA FE | 040701 | 600,00 | |
| | ALCINA DE JESUS CUNHA | 040701 | 26,47 | |
| | ALDA DO CEU RIBEIRO | 040701 | 85,93 | |
| | AMANDINA CELESTE COELHO GASPAR | 040701 | 18,17 | |
| | ANICETO AUGUSTO POUSADA | 040701 | 62,70 | |
| | ANTONIO ADAO CORREIA | 040701 | 29,53 | |
| | ANTONIO FRANCISCO ARAUJO | 040701 | 16,92 | |
| | ANTONIO JOAQUIM ARAUJO | 040701 | 370,00 | |
| | ANTONIO JOSE PENARROIAS | 040701 | 35,71 | |
| | ANTONIO JULIO RIBEIRO GARCIA | 040701 | 53,56 | |
| | APASP - ASSOCIAÇÃO PARA O APOIO SOCIAL DE PARADA | 040701 | 4.500,00 | |
| | ASSOCIACAO HUMANITARIA DOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE ALFANDEGA DA FE | 040701 | 95.396,56 | |
| | ASSOCIACAO DESENVOLVIMENTO DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA - DESTIQUE | 040701 | 13.240,00 | |
| | ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | 04050104 | 191.682,04 | |
| | ASSOCIACAO INDUSTRIAL E COMERCIAL ALFANDEGA DA FE | 040701 | 15.050,00 | |
| | ASSOCIACAO MUSICAL DE ALFANDEGA DA FE | 040701 | 1.300,00 | |
| | ASSOCIACAO NACIONAL DOS MUNICIPIOS PORTUGUESES | 04050104 | 3.402,00 | |
| | ASSOCIACAO RECREATIVA ALFANDEGUENSE | 040701 | 15.000,00 | |
| | ASSOCIACAO RECREATIVA E CULTURAL DE SAMBADE | 040701 | 6.000,00 | |
| | ASSOCIAÇÃO DE CANTARES DE ALF. DA FE | 040701 | 2.050,00 | |
| | ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DO BAIXO SABOR | 040802 | 4.974,03 | |
| | AT-AUTORIDADE TRIBUTARIA E ADUANEIRA | 04050102 | 10.986,99 | |
| | Adrafe Associacao de Beneficiarios E Regantes de Alfandega da Fe | 040701 | 1.000,00 | |
| | Aflocaf - Associacao Produtores Florestais Concelho Alfândega da Fe | 040701 | 3.330,00 | |
| | Alice Dos Prazeres | 040701 | 284,40 | |
| | Ana Paula Ribeiro Morais | 040701 | 500,00 | |
| | Antero Dos Santos Sá | 040701 | 44,67 | |
| | CASA FUTEBOL CLUBE DO PORTO | 040701 | 1.500,00 | |
| | COOPERATIVA AGRICOLA DE ALFANDEGA FE, C.R.L. | 040102 | 5.986,24 | |
| | CRISTIANA MARISA ALEIXO ESCALEIRA | 040701 | 340,00 | |
| | CRUZ VERMELHA PORTUGUESA-NUCLEO DE ALFANDEGA DA FE | 040701 | 1.000,00 | |
| | EDEAF-EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE ALFANDEGA DA FE | 04010101 | 100.000,00 | |
| | ELVIRA MARIA SOEIRO MARTINS | 040701 | 82,00 | |
| | EMPRESA ALFANDEGUENSE, LDA | 040701 | 1.205,35 | |
| | FILANDORRA-TEATRO DO NORDESTE, CRL | 040701 | 7.500,01 | |
| | FREGUESIA DE SOEIMA | 04050102 | 1.000,00 | |
| | FREGUESIA DE VILARES DA VILARIÇA | 04050102 | 3.500,97 | |
| | GUILHERMINA AUGUSTA | 040701 | 44,48 | |
| | JOSE ANTONIO MOREIRAS PEREIRA | 040701 | 26,22 | |
| | JOSE JOAQUIM VILARES ALENDouro | 040701 | 19,39 | |
| | JOSÉ ANTÓNIO PIRES | 040701 | 2,30 | |
| | JUNTA DE FREGUESIA DE VILARCHAO | 04050102 | 4.481,28 | |
| | LEQUE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPE | 040701 | 16.170,78 | |
| | LUCIANO ALBERTO FIGUEIREDO SIMOES | 040701 | 410,78 | |
| | LUCILIA DE LURDES CORTINHAS | 040701 | 93,69 | |
| | MANUEL FERNANDO CASTRO DE OLIVEIRA | 040701 | 450,00 | |
| | MANUEL JOAQUIM GARCIA | 040701 | 61,10 | |
| | MARIA ADELAIDE FERREIRA | 040701 | 9,71 | |
| | MARIA BERNARDINA PINTO | 040701 | 6,83 | |
| | MARIA DA CONCEIÇÃO | 040701 | 16,83 | |
| | MARIA DE LURDES PIRES | 040701 | 24,02 | |
| | MARIA GUILHERMINA FONSECA PACHECO | 040701 | 81,02 | |
| | MARIA MANUELA MEIRELES ESCOBAR | 040701 | 125,60 | |
| | MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | 040802 | 190.170,53 | |
| | Maria Conceição Cristino Simoes Rodrigues | 040701 | 657,04 | |
| | OLIVIA FERNANDES | 040701 | 130,00 | |
| | PAULA LURDES FERREIRA | 040701 | 392,93 | |
| | PAULA RITA DE SÁ | 040701 | 68,91 | |

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
 DESPESAS

2015, INFOR, I, DF, 3581

Período : 2014/01/01 - 2014/12/31

Ano : 2014

Página : 2

| Disposições Legais | Entidade Beneficiária | Classif. Econômica | Transferências Efectuadas | Observações |
|--------------------|---|-----------------------|------------------------------|-------------|
| | PAULO JORGE OLIVEIRA CARVALHO | 040701 | 340,00 | |
| | QUALIFICA-ASSOCIACAO NACIONAL DE MUNICIPIOS E DE PRODUTOS PARA A VALOR.E QUALF | 040701 | 3.296,00 | |
| | SANTA CASA DA MISERICORDIA ALFANDEGA DA FE | 040701 | 2.921,73 | |
| | Sandrina Marisa Ferreira Lamas | 040701 | 500,00 | |
| | Sara Marlene Rachado Vieira | 040701 | 500,00 | |
| | Total | | 713.155,42 | |

| Disposições Legais | Entidade Beneficiária | Classif. Economica | Transferências Efectuadas | Observações |
|--------------------|--|--------------------|---------------------------|-------------|
| | A.D.A.F. - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE ALF. DA FE | 080701 | 2.700,00 | |
| | ADELINO DOS SANTOS AMARO | 080802 | 2.950,00 | |
| | AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALFANDEGA DA FE | 080701 | 5.246,19 | |
| | ALFANDEGATUR- SOCIEDADE DESENVOLVIMENTO TURISTICO | 08010101 | 5.000,00 | |
| | ALFANDEGA DA FE, S.A | | | |
| | ANTONIO FERREIRA AZEVEDO & IRMAO, LDA | 080802 | 629,96 | |
| | ANTONIO JOSE CEPEDA BASTIAO | 080802 | 2.800,00 | |
| | ANTONIO JOSE DOS SANTOS | 080802 | 2.400,00 | |
| | ASSOCIACAO HUMANITARIA DOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE ALFANDEGA DA FE | 080701 | 20.662,18 | |
| | ASSOCIACAO DESENVOLVIMENTO DA TERRA QUENTE TRASMONTANA - DESTAQUE | 080701 | 14.832,75 | |
| | ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | 08050104 | 71.378,17 | |
| | ASSOCIACAO MUSICAL DE ALFANDEGA DA FE | 080701 | 3.535,00 | |
| | ASSOCIACAO RECREATIVA ALFANDEGUENSE | 080701 | 4.800,00 | |
| | ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIARIOS DO VALE DA VILARIÇA | 080701 | 11.492,00 | |
| | Ana Maria Rodrigues Granjo Silva | 080802 | 3.000,00 | |
| | CASA FUTEBOL CLUBE DO PORTO | 080701 | 1.700,00 | |
| | CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE GEBELIM | 080701 | 28.000,00 | |
| | Centro Social E Paroquial de Sambade | 080701 | 7.289,75 | |
| | EDEAF-EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE ALFANDEGA DA FE | 08010101 | 74.000,00 | |
| | EZEQUIEL AMARO PEREIRA | 080802 | 1.125,45 | |
| | FABRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SAMBADE | 080701 | 1.260,00 | |
| | FERNANDA MARIA MONTEIRO CAETANO | 080802 | 2.500,00 | |
| | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 080701 | 535,69 | |
| | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 080802 | 1.562,44 | |
| | FREGUESIA DE CEREJAIS | 08050102 | 15.000,00 | |
| | FREGUESIA DE SAMBADE | 08050102 | 14.421,54 | |
| | Fabrica Igreja Paroquial Freguesia Nossa Senhora Encarnação Valverde | 080701 | 500,00 | |
| | Francisco Antonio Novais Gabriel | 080802 | 1.800,00 | |
| | Freguesia de Ferradosa E Sendim da Serra | 08050102 | 29.524,37 | |
| | Freguesia de Gebelim E Soeima | 08050102 | 9.964,00 | |
| | Freguesia de Parada E Sendim da Ribeira | 08050102 | 15.037,56 | |
| | Freguesia de Pombal E Vales | 08050102 | 7.603,00 | |
| | JOSE FRANCISCO CANCELA | 080802 | 3.000,00 | |
| | JOSE SANTOS CASTILHO | 080802 | 1.250,00 | |
| | JUNTA DE FREGUESIA DE VILARCHAO | 08050102 | 7.840,63 | |
| | LEQUE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPE | 080701 | 6.131,09 | |
| | MOISES JOÃO LAMAS | 080802 | 1.050,00 | |
| | ROSA ANA VERISSIMO | 080802 | 1.650,00 | |
| | SERAFIM DE JESUS JACINTO | 080802 | 2.900,00 | |
| | União De Freguesias De Agrobom, Saldonha E Vale Pereiro | 08050102 | 4.051,32 | |
| | VASCO JOSE | 080802 | 1.500,00 | |
| | VIRIATO DO NASCIMENTO CASTRO | 080802 | 3.000,00 | |
| | Total | | 395.623,09 | |

SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

2015, INFOR, I, DF, 3581

Período : 2014/01/01 - 2014/12/31

Ano : 2014

Página : 1

| Disposições Legais | Finalidade | Entidade Beneficiária | Classif. Econômica | Subsídios Pagos | Observações |
|--------------------|------------|---|-----------------------|----------------------|-------------|
| | | ANILTON DE JESUS ALVES LOPES DURVAL RICARDO ADAO BEBIANO | 050803 050803 | 1.200,00 1.000,00 | |
| | | Total | | 2.200,00 | |

| Disposições Legais | Entidade Financiadora | Classific. Económica | Transferências orçadas | Transferências obtidas | Observações |
|--------------------|--|----------------------|------------------------|------------------------|-------------|
| | CENTRO REGIONAL SEGURANCA SOCIAL (IGFSS) | 0603019908 | 12.828,00 | 12.867,06 | |
| | DIRECCAO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 06030101 | 4.493.473,00 | 4.493.470,09 | |
| | DIRECCAO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 06030102 | 73.720,00 | 73.720,00 | |
| | DIRECCAO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 06030103 | 86.218,00 | 86.218,00 | |
| | DIRECCAO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 0603019905 | 45.890,00 | 33.795,00 | |
| | DIRECCAO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES | 0603019907 | 85.980,00 | 62.900,14 | |
| | FÁBRICA DA IGREJA PARAQUIAL DE VILARCHAO | 060701 | 100,00 | 8.300,00 | |
| | INSTITUTO EMPREGO FORMACAO PROFISSIONAL | 06030701 | 223.846,90 | 139.573,25 | |
| | INSTITUTO EMPREGO FORMACAO PROFISSIONAL DE BRAGANCA | 06030701 | 223.846,90 | 1.200,00 | |
| | Instituto da Conservação da Natureza E Das Florestas, I.p. | 06090102 | 15.000,00 | 16.820,72 | |
| | POPH-PROGRAMA OPERACIONAL DO POTENCIAL HUMANO | 0603019901 | 115.501,50 | 106.852,32 | |
| | Total | | | 5.035.716,58 | |

| Disposições Legais | Entidade Financiadora | Classific. Económica | Transferências orçadas | Transferências obtidas | Observações |
|--------------------|--|-------------------------|---------------------------|---------------------------|-------------|
| | COMISSAO COORDENACAO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (CCDRN) | 10030702 | 391.227,41 | 297.646,96 | |
| | DIRECCAO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 10030101 | 499.275,00 | 499.275,00 | |
| | DIRECCAO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 1003019912 | 223.825,13 | 39.557,80 | |
| | DRAPN - DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE | 1009019906 | 223.769,18 | 111.884,59 | |
| | Total | | 1.338.096,72 | 948.364,35 | |

Período : 2014/01/01 - 2014/12/31

SUBSÍDIOS OBTIDOS

Ano :
Pagina : 1

| Disposições Legais | Entidade Financiadora | Finalidade | Classif. Económica | Subsídios Previstos | Subsídios Recebidos | Observações |
|--------------------|-----------------------|------------|-----------------------|------------------------|------------------------|-------------|
| | | | | | | |
| | Total | | | | | |


Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal
DIVISÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
8.3.5.1 Activos de Rendimento Fixo
ANO
2014

| Descrição do activo (1) | Entidade devedora (2) | Valor em 1 de jan. Valor nominal (3) | Valor em 31 Dez. | | Rendimento | | | Observações (9) |
|-------------------------|-----------------------|--------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------|
| | | | Valor mercado (4) | Valor nominal (5) | Valor mercado (6) | Vencido e cobrado (7) | Vencido p/ cobrar (8) | |
| A curto prazo | | | | | | | | |
| A medio e longo prazos | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | |

Sem Movimentos

Nota: Não existem activos de rendimento fixo

| |
|--|
| <p>O Dirigente responsável pela área Financeira Assinatura.....</p> <p>O Membro de executivo Responsavel pela área Financeira Assinatura</p> |
|--|


Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

8.3.5.2 - Activos de rendimento variável

ANO 2014

(unidade: €)

| Descrição do activo | Entidade devedora | Valor em 1 de Janeiro | | Valor em 31 de Dezembro | | Juros vencidos e recebidos | Juros vencidos e a receber | Obs |
|----------------------------|-------------------|-----------------------|------------------|-------------------------|------------------|----------------------------|----------------------------|-----|
| | | Juros vencidos | Valor de mercado | Valor nominal | Valor de mercado | | | |
| A curto prazo.... | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| A médio e longo prazo..... | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| Total..... | | | | | | | | |

Sem Movimentos

| M.A.F. | | MAPA DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS | | | | | | | | | | | | | Ano : 2014 | | | | |
|---|----------------------|-----------------------------|--------|-----------------|-------------|------------|---|--------------|--------------|--------------|--------|-----------------|------------|-------|------------|-----------------------------------|------------------------|--------------------------|--|
| Caracterização do Empréstimo | Data aprov pela A.M. | Data de contratação | Pr. C. | Anos Decorridos | Visto do TC | | Finalidade do Empréstimo (c) | Capital | | Taxa de Juro | | Encargos do Ano | | | | Encargos ano vencidos e não pagos | Dívida em 1 de Janeiro | Dívida em 31 de Dezembro | Observações |
| | | | | | Nº registo | Data | | Contratado | Utilizado | Inicial | Actual | Amortização | Juros | Total | Juros Mora | | | | |
| MEDIO E LONGO PRAZO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Banco BPI, SA | 1998/03/13 | 1998/03/15 | 25 | 15 | 027404 | 1999/07/29 | 1 - Const 40 fogos p/hab. social em Alf.Fé 8819186-830-001/666 | 729.696,43 | 729.696,43 | 4.3300 | | 33.009,58 | 1.083,13 | | | | 421.191,32 | 388.181,74 | Decreto Lei n.º226/87, de 6 de Junho - Programas de habitação social |
| Caixa Geral de Depósitos | 1999/12/28 | 1999/12/29 | 15 | 15 | 00287 | 2000/05/22 | 1 - Financiamento Diversas Obras QCII 0042/000373/8/91 | 343.372,48 | 343.372,48 | 3.7500 | 2.4376 | 30.503,30 | 487,12 | | | | 30.503,30 | | Linha de credito CCG/BEI - QCA II |
| Caixa Geral de Depósitos | 1999/12/28 | 1999/12/29 | 15 | 15 | 000288 | 2000/05/22 | 1 -Casa da Cultura de Alf.da Fé-1ªFase 0042/000374/6/91 | 89.534,22 | 89.534,22 | 3.7500 | 2.4376 | 7.953,72 | 127,02 | | | | 7.953,72 | | Linha de credito CCG/BEI - QCA II |
| Caixa Geral de Depósitos | 1999/12/28 | 1999/12/29 | 15 | 15 | 000289 | 2000/05/22 | 1 -C.M.1152 Agrobom/Felgueiras/Gebelim 0042/000369/9/91 | 44.891,81 | 44.891,81 | 3.7500 | 2.4376 | 3.987,95 | 63,68 | | | | 3.987,95 | | Linha de credito CCG/BEI - QCA II |
| BANCO COMERCIAL PORTUGUES | 2006/09/30 | 2006/11/08 | 15 | 7 | 196406 | 2007/01/25 | N - Aq.de terr p/o empr. "FUNZONE VILLAGE DOURO -122320891 | 209.943,00 | 209.943,00 | 3.7500 | | 16.345,65 | 470,37 | | | | 136.630,83 | 120.285,18 | |
| BANCO COMERCIAL PORTUGUES | 2006/09/30 | 2006/11/10 | 15 | 7 | 196506 | 2007/01/25 | 1 -Fin complementar do proj. fin.FC-Escola EB1 - 122338351 | 354.375,00 | 354.375,00 | 3.7500 | | 27.551,51 | 792,83 | | | | 230.299,07 | 202.747,56 | Ao abrigo do n.º7 do artigo 33º da Lei 60-A/2005 de 30 de dezembro. |
| Caixa Geral de Depósitos | 2009/02/02 | 2009/08/11 | 5 | 5 | 172609 | 2009/09/30 | N - PREDE - PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINARIO DE DIVIDAS DO ESTADO 9015006538791 | 1.800.000,00 | 1.800.000,00 | 2.2400 | 1.7397 | 328.909,10 | 2.538,34 | | | | 328.909,10 | | RCM N.º 191-A/2008 |
| DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS | 2009/02/02 | 2009/08/20 | 10 | 5 | 172509 | 2009/09/30 | N - PREDE - PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINARIO DE DIVIDAS DO ESTADO | 1.200.000,00 | 1.200.000,00 | | | | | | | | 1.200.000,00 | 1.200.000,00 | RCM N.º 191-A/2008, DE 27 DE NOVEMBRO, C/ ALTER PELA RCM N.º29/2009, DE 30 MARÇO |
| Caixa Geral de Depósitos | 2012/10/27 | 2013/04/08 | 15 | 1 | 736/2013 | 2013/08/29 | N - REEQUILIBRIO FINANCEIRO CGD | 11207636,03 | 11207636,03 | 6.8420 | 7.0074 | 121.048,62 | 769.665,65 | | | | 11207636,03 | 11086587,41 | |
| Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo | 2012/10/27 | 2013/04/15 | 15 | 1 | 735/2013 | 2013/08/29 | N - REEQUILIBRIO FINANCEIRO CA | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 | 6.8420 | | | 367.051,29 | | | | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 | |
| DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS | 2012/10/27 | 2013/05/10 | 20 | 1 | 734/2013 | 2013/08/29 | N - PAEL PROGRAMA DE APOIO A ECONOMIA LOCAL | 686.849,73 | 686.849,73 | 2.9500 | | 31.411,20 | 17.982,83 | | | | 676.432,87 | 645.021,67 | |

| M.A.F. | | MAPA DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS | | | | | | | | | | | | | | Ano : 2014 | | | |
|------------------------------|----------------------|-----------------------------|--------|-----------------|-------------|------------|--|-------------|-------------|--------------|--------|-----------------|--------------|-------|------------|-----------------------------------|------------------------|---|-------------|
| Caracterização do Empréstimo | Data aprov pela A.M. | Data de contratação | Pr. C. | Anos Decorridos | Visto do TC | | Finalidade do Empréstimo (c) | Capital | | Taxa de Juro | | Encargos do Ano | | | | Encargos ano vencidos e não pagos | Dívida em 1 de Janeiro | Dívida em 31 de Dezembro | Observações |
| | | | | | Nº registo | Data | | Contratado | Utilizado | Inicial | Actual | Amortização | Juros | Total | Juros Mora | | | | |
| Caixa Geral de Depósitos | 2013/12/23 | 2014/11/25 | 10 | | 11111 | 2014/12/31 | N -EMPRESTIMO DA EMPRESA MUNICIPAL EDEAF PELA INTERNALIZAÇÃO | 283.914,28 | 283.914,28 | 4.0000 | 4.0000 | | | | | | 283.914,28 | EMPRESTIMO DA EMPRESA MUNICIPAL EDEAF PELA INTERNALIZAÇÃO | |
| Total..... | | | | | | | | 22950212,98 | 22950212,98 | | | 600.720,63 | 1.160.262,26 | | | | 20243544,19 | 19926737,84 | |

Limite de Endividamento..... Médio e Longo Prazo : 5.745.605,34 Curto Prazo : 574.560,53 Líquido : 8.244.158,55

- (a) As colunas serão preenchidas quando se justifique.
 (b) A desagregar por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por unidade.
 (c) Utilizar (1), se estiver isento do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável, e (N), no caso contrário.

Órgão executivo
 Em _____ de 20____

Órgão deliberativo
 Em _____ de 20____

| ENTIDADE | | OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS | | DATA | ANO | PAGINA |
|-------------------|----------|---|---------------|------------|-------------|------------|
| M.A.F. | | | | 2015/04/15 | 2014 | 1 |
| | | MES : 12 - DEZEMBRO | | | | |
| COD. CONTA | TERCEIRO | DESIGNAÇÃO | SALDO INICIAL | | SALDO FINAL | |
| | | | DEBITO | CREDITO | DEVEDOR | CREDOR |
| 21 | | CLIENTES/CONTRIBUINTE/UTENTES | | 5.984,86 | | 5.984,86 |
| 21.7 | | CLIENTES E UTENTES C/CAUÇÕES | | 5.984,86 | | 5.984,86 |
| 21.7.1 | | CAUÇÕES DE LOTEAMENTO E OBRA | | 5.984,86 | | 5.984,86 |
| | 3204 | JOSE AVELINO ABREU | | 3.625,96 | | 3.625,96 |
| | 3272 | JOÃO MANUEL JANUÁRIO | | 50,00 | | 50,00 |
| | 3321 | LEONEL DOS SANTOS | | 100,00 | | 100,00 |
| | 3642 | ANTERO AUGUSTO FERNANDES AMARAL | | 63,00 | | 63,00 |
| | 3653 | ISABEL MARIA BERNARDO ROXO | | 80,00 | | 80,00 |
| | 3655 | JAIME DE JESUS SARO TORRES | | 200,00 | | 200,00 |
| | 4069 | ANA SOFIA DA SILVA ARAÚJO | | 608,40 | | 608,40 |
| | 4265 | ARTUR JOSE PEREIRA | | 456,30 | | 456,30 |
| | 4321 | JOSE ALBERTO BEBIANO | | 801,20 | | 801,20 |
| 22 | | FORNECEDORES | | 420.170,80 | | 516.119,09 |
| 22.1 | | Fornecedores c/corrente | | 396.820,33 | | 513.646,11 |
| | 1003 | MAXI FLOR | | 351,04 | | |
| | 1033 | SANTA CASA DA MISERICORDIA ALFANDEGA DA FE | | 238,00 | | 1.309,34 |
| | 1047 | BRIGANTIA - COOPERATIVA RADIODIFUSAO BRIGANTIA, CRL | | 186,27 | | 195,72 |
| | 1083 | MANUEL MELES, LDA | | 142,50 | | 18.450,00 |
| | 1084 | BRAGANÇAUTO - COMERCIO DE AUTOMOVEIS, LDA | | 582,00 | | |
| | 1117 | AREAL EDITORES, LDA | | 549,58 | | 369,00 |
| | 115 | ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | | 8.782,00 | | 23.874,31 |
| | 1285 | ALFANDEGACAR-AUTOMOVEIS, LDA | | 47,00 | | |
| | 1297 | BRICANTEL-COMERCIO DE MATERIAL ELECTRICO | | 1.788,42 | | 5.293,72 |
| | 1299 | INSTITUTO GESTAO ADMINISTRACAO PUBLICA | | | | 180,00 |
| | 1305 | VODAFONE - TELECEL | | 1.148,39 | | 2.397,00 |
| | 1306 | FILANDORRA-TEATRO DO NORDESTE, CRL | | 1.666,66 | | |
| | 1349 | ALFREDO MOREIRA DA SILVA & FILHOS, LDA | | 1.875,82 | | |
| | 1377 | HIGITOTAL - SISTEMAS E PRODUTOS DE HIGIENE, LDA | | 275,93 | | |
| | 1402 | PALAS & PALAS, LDA | | 1.536,71 | | 1.059,03 |
| | 1418 | LUZIA ANTÓNIA REIS AFONSO MASCARENHAS | | 172,00 | | 140,00 |
| | 1684 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | | 13.055,11 | | 21.336,00 |
| | 1760 | MARIA DE LURDES PACHECO DE ARAUJO | | | | 131,71 |
| | 1790 | J.M.& GONCALVES, LDA | | 845,01 | | |
| | 1895 | EDP DISTRIBUICAO ENERGIA S.A. | | 3.011,04 | | |
| | 1915 | ARMANDO MANUEL PIRES | | 4.797,60 | | 10.522,04 |
| | 1919 | PT COMUNICACOES, S.A. | | 1.177,85 | | 704,64 |
| | 1948 | CARVATAK - SERVICOS DE HIGIENE E LIMPEZA INDUSTRIAL,LDA | | 1.351,04 | | 5.006,74 |
| | 1954 | ADOLFO ANICETO SOUSA FERNANDES | | 50,37 | | |
| | 1978 | FLOW SYSTEMS-SISTEMAS DE MEDICAO DE FLUIDOS, LDA | | 2.277,59 | | |
| | 1999 | VIDREIRA DE MIRANDELA MANUEL BERNARO LEAL CORREIA | | | | 1.002,69 |
| | 2097 | VASCO AUGUSTO ESTEVES REMONDES | | | | 735,54 |
| | 2100 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | | 2.046,75 | | 3.710,17 |
| | 2128 | MEDIDATA.NET | | 9.017,95 | | |
| | 2162 | JOSE JOAQUIM GOMES | | 30.814,82 | | 23.037,65 |
| | 2228 | AGUAS DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO | | 94.814,03 | | 130.028,25 |
| | 2445 | EDEAF-EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE ALFANDEGA DA FE | | | | 22.176,50 |
| | 2463 | TOPGIM-MATERIAL DESPORTIVO E LAZER, LDA | | | | 78,74 |
| | 2576 | FRUTAS VELHO DE MARIA DA CONCEIÇÃO REIS VELHO | | | | 18,12 |
| | 2673 | MECATERMICA SOCIEDADE MECANICA TERMICA, LDA | | 1.794,69 | | 3.281,41 |
| | 2809 | SCHINDLER-ASCENSORES E ESCADAS ROLANTES S.A. | | 647,79 | | 127,49 |
| | 2849 | GUALDIM ANCIAES AMADO & FILHOS, LDA | | 19.072,61 | | |
| | 2861 | MARIA DE LURDES DINIS ONOFRE CORDEIRO - RESTAURANTE O PIPO | | | | 144,00 |
| | 2925 | BRUNO MIGUEL DA SILVA BALTAZAR | | 81,43 | | 120,19 |
| | 2949 | MINFO - COMERCIO DE MICRO INFORMATICA, LDA | | | | 7.446,99 |
| | 2961 | PAULO JORGE CARRAZEDO CALDEIRA NETO | | 2.410,80 | | |
| | 3057 | SEGURMIRANDELA - SISTEMAS DE PREVENÇÃO E SEG. CONTRA INCÊNDIOS, UNIPessoal, LDA | | | | 218,94 |
| | 306 | TUACAR- AUTOMÓVEIS E MÁQUINAS, SA | | 3.925,58 | | 12.577,96 |
| | 3095 | CASA ELECTRO-DIAS DE CARLOS MANUEL LOBO DIAS | | | | 423,76 |
| | 3104 | JORNAL NORDESTE - PRESSNORDESTE, UNIPessoal LDA. | | 719,55 | | 123,00 |
| A TRANSPORTAR ... | | | | 217.238,79 | | 302.205,51 |

| ENTIDADE | | OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS | | DATA | ANO | PAGINA |
|------------|----------|--|---------------|------------|-------------|------------|
| M.A.F. | | | | 2015/04/15 | 2014 | 2 |
| M.A.F. | | MES : 12 - DEZEMBRO | | | | |
| COD. CONTA | TERCEIRO | DESIGNAÇÃO | SALDO INICIAL | | SALDO FINAL | |
| | | | DEBITO | CREDITO | DEVEDOR | CREADOR |
| | | TRANSPORTE ... | | 217.238,79 | | 302.205,51 |
| | 3120 | M. COUTINHO NORDESTE-COM.AUTOMOVEIS, S.A | | | | 1.523,55 |
| | 3234 | EDP SERVIÇO UNIVERSAL, SA | | 27.896,01 | | |
| | 3249 | BRICOFEL-MAQUINAS FERRAMENTAS INDUSTRIAIS E BRICOLAGE | | 232,63 | | |
| | 3268 | AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALFANDEGA DA FE | | 3.588,68 | | 3.273,32 |
| | 3269 | Aflocaf - Associacao Produtores Florestais Concelho Alfândega da Fe | | | | 960,00 |
| | 3368 | TIAGO DE JESUS AIRES CALDEIRA | | 3.717,68 | | |
| | 339 | ANTONIO FERREIRA AZEVEDO & IRMAO, LDA | | 13,04 | | 233,72 |
| | 3402 | GASPE - COMBUSTIVEIS, LDA. | | 833,06 | | 2.696,21 |
| | 3450 | Fernando Peixinho & Jose Lima, Soc. Lda | | 3.960,60 | | 990,15 |
| | 3560 | CANTINHO DE S FRANCISCO UNIPESOAAL LDA | | | | 50,00 |
| | 3639 | Geoatributo - Consultadoria E Informaçao P/ Planeamento Do Territorio | | 8.961,78 | | |
| | 3737 | QUALIFICA-ASSOCIACAO NACIONAL DE MUNICIPIOS E DE PRODUTOS PARA A VALOR.E QUALF | | 1.648,00 | | |
| | 3753 | RESIDUOS DO NORDESTE-EMPRESA INTERMUNICIPAL | | 6.987,85 | | 51.207,31 |
| | 3792 | AUTO IMPERIAL DE BRAGANÇA LDA. | | 174,32 | | |
| | 3796 | INTERPISCINAS-CONSTRUCOAO E MANUTENCAO LDA | | 52.631,10 | | 46.236,25 |
| | 3800 | A. FONSECA RIBEIRO, LDA | | 12.300,00 | | |
| | 3860 | CARPENOR | | 590,40 | | 126,75 |
| | 3866 | ASSOCIACAO CULTURAL SETE SOIS SETE LUAS | | | | 6.990,00 |
| | 3915 | AGENCIA FUNERARIA, MEDEIROS-SOC. UNIPESOAAL, LDA | | 3.630,00 | | |
| | 3917 | NOGUEIRA & MACEDO LDA | | 590,40 | | 2.066,40 |
| | 3943 | MANOSGRAFICA-EVARISTO J.A.N.RODRIGUES | | | | 2.359,14 |
| | 3946 | NORDINERTES - EXTRACÇÃO E COMÉRCIO DE AREIAS E BRITAS, LDA | | 166,48 | | |
| | 3955 | LIVRARIA CONTRAK, UNIPESOAAL, LDA | | 54,00 | | 54,00 |
| | 3970 | GLOBAL TENDAS | | 7.995,00 | | |
| | 3995 | SUMA | | 6.605,40 | | 1.768,39 |
| | 4034 | TRADIÇÃO VALIDA - SUP UNIPESOAAL LDA | | 686,69 | | 937,26 |
| | 4061 | BRIGOFFICE-GRAPISMO PUBLICIDADE | | 36,90 | | |
| | 4065 | EXOTERRA LDA | | 400,00 | | |
| | 4066 | FERNANDO JORGE CAMELO PINTO | | | | 447,72 |
| | 4183 | S.N.S.V.-SOCIEDADE NACIONAL SINALIZACAO VERTICAL LDA | | 272,86 | | |
| | 4209 | ALIPIO DIAS & IRMÃO, LDA | | 204,50 | | |
| | 4259 | EDP COMERCIAL | | 2.633,15 | | 10.610,95 |
| | 4266 | MAXDIGITAL-IMPRESSOES DIGITAIS, LDA | | | | 49,20 |
| | 4294 | SILVIA SINFROSIO ARAUJO BALTAZAR | | | | 40,00 |
| | 4297 | JORNAL AUDIENCIA | | | | 615,00 |
| | 4326 | EGIASIST, LDA - CONCESSIONARIO ROCA | | | | 615,78 |
| | 4337 | SEGTRAWEAR - COMERCIO INTERNACIONAL UNIPESOAAL, LDA | | | | 110,45 |
| | 4368 | Natercia Maria Silva Santos | | 1.823,20 | | |
| | 4373 | LUIS CARLOS MEIRELES,UNIPESOAAL LDA | | | | 189,42 |
| | 4383 | ANTONIO MANUEL POVOA, UNIPESOAAL, LDA | | 873,58 | | 3.667,44 |
| | 4441 | REBELPAY - INFORMATICA E PUBLICIDADE UNIPESOAAL, LDA | | | | 214,16 |
| | 4452 | CLIGERAL-SERVIÇOS CLINICOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA GERAL, LDA | | | | 1.584,00 |
| | 4475 | CARLOS MANUEL MOTA NENO | | | | 150,55 |
| | 4482 | ANTEROS EMPREITEIROS S. A. | | 3.179,68 | | |
| | 4495 | Performadvance, Reparacoes Gerais, Unipessoal, Lda | | | | 2.337,00 |
| | 4496 | Hernriquejvcardoso, Unip, Lda - Minfo Bragança | | 1.971,40 | | |
| | 45 | EMPRESA ALFANDEGUENSE, LDA | | | | 37.111,53 |
| | 4524 | O SOL E ESSENCIAL S.A. | | | | 159,90 |
| | 4540 | Fundação Escultor José Rodrigues | | | | 15.375,00 |
| | 4560 | Editora Trampolim | | 166,88 | | |
| | 4562 | Deloitte & Associados, Sroc S.a. | | 28.317,06 | | |
| | 4614 | Olemak Unipessoal, Lda | | | | 3.139,38 |
| | 4620 | Antalis Portugal S.a | | | | 744,27 |
| | 4630 | Múrias Mauritti Lda | | | | 636,11 |
| | | A TRANSPORTAR ... | | 400.381,12 | | 501.475,82 |

| ENTIDADE | | OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS | | DATA | ANO | PAGINA |
|------------------------|----------|---|---------------|------------|-------------|---------------|
| M.A.F. | | | | 2015/04/15 | 2014 | 3 |
| M.E.S. : 12 - DEZEMBRO | | | | | | |
| COD. CONTA | TERCEIRO | DESIGNAÇÃO | SALDO INICIAL | | SALDO FINAL | |
| | | | DEBITO | CREDITO | DEVEDOR | CREDOR |
| | | TRANSPORTE ... | | 400.381,12 | | 501.475,82 |
| | 4705 | Embeiral Engenharia E Construção | | | | 2.344,87 |
| | 4742 | FERNANDO NASCIMENTO SALVADOR | | | | 282,90 |
| | 4745 | João Duarte Morgado Unipessoal, Lda | | | | 645,75 |
| | 4748 | Kalandraka Editora Portugal Unipessoal, Lda | | | | 43,20 |
| | 4750 | DINALIVROS | | | | 18,09 |
| | 4752 | Babel Distribuidora | | | | 13,90 |
| | 4754 | Lavandaria Marília Leria | | | | 73,80 |
| | 4759 | ILIDIO JOSÉ CARVALHO CORREIA UNIPESSOAL LDA | | | | 282,29 |
| | 4760 | Mcgad, Lda | | | | 79,95 |
| | 4763 | SOCIEDADE DE TRANSPORTES CARRAZEDA VILA FLOR, LDA | | | | 250,00 |
| | 4765 | Gc - Grafica De Coimbra, 2 Publicações, Lda | | | | 15,30 |
| | 4772 | Identificodestaque Comunicação, Lda | | | | 430,50 |
| | 4774 | Quadrimóvel - Industria Comercio Quadros, Lda | | | | 1.987,84 |
| | 4778 | Multicenter Emblematicfuture Unipessoal, Lda | | | | 86,12 |
| | 4779 | Terras De Aventura - Desporto E Lazer, Lda | | | | 548,00 |
| | 4784 | Lisbon Marriott Hotel | | | | 110,00 |
| | 49 | COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE MUNDIAL | | | | 399,79 |
| | 735 | EMIDIO MORENO & IRMAOS, LDA | | | | 3.542,30 |
| | 76 | MARIO GONCALVES, LDA | 570,70 | | | 3.876,54 |
| | 89 | PROBLOC | | | | 941,01 |
| | 904 | ALFANDEGATUR- SOCIEDADE DESENVOLVIMENTO TURISTICO ALFANDEGA DA FE, S.A | 836,00 | | | 2.183,00 |
| | 973 | AFONSO & IRMAOS, LDA | 1.017,37 | | | |
| 22.8 | | Fornecedores - Facturas em recepção e conferência | 23.350,47 | | | 2.472,98 |
| | 1551 | PAPELARIA LAGEADO / JORGE MANUEL SIMÕES BRUXELA | | | | 172,95 |
| | 1684 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | | | | 2.300,03 |
| | 3753 | RESIDUOS DO NORDESTE-EMPRESA INTERMUNICIPAL | 14.386,17 | | | |
| | 45 | EMPRESA ALFANDEGUENSE, LDA | 8.964,30 | | | |
| 23 | | EMPRÉSTIMOS OBTIDOS | 19.165.732,57 | | | 19.926.737,84 |
| 23.1 | | Em moeda nacional | 19.165.732,57 | | | 19.926.737,84 |
| 23.1.2 | | De médio e longo prazo | 19.165.732,57 | | | 19.926.737,84 |
| 23.1.2.1 | | Empréstimos bancários | 17.559.474,96 | | | 18.081.716,17 |
| 23.1.2.1.2 | | CAIXA GERAL DE DEPOSITOS/BEI | 42.444,97 | | | |
| 23.1.2.1.2.6 | | EMPRESTIMO N.º0042/000369/9/91 | 3.987,95 | | | |
| | 113 | CAIXA GERAL DE DEPOSITOS- DBI | 3.987,95 | | | |
| 23.1.2.1.2.7 | | EMPRESTIMO N.º0042/000373/8/91 | 30.503,30 | | | |
| | 113 | CAIXA GERAL DE DEPOSITOS- DBI | 30.503,30 | | | |
| 23.1.2.1.2.8 | | EMPRESTIMO N.º0042/000374/6/91 | 7.953,72 | | | |
| | 113 | CAIXA GERAL DE DEPOSITOS- DBI | 7.953,72 | | | |
| 23.1.2.1.3 | | EMPRESTIMOS DE MEDIO E LONGO PRAZO | 11.171.190,99 | | | 11.758.683,43 |
| 23.1.2.1.3.1 | | EMPRESTIMO N.º 8819186-830-001/0666-BPI | 421.191,32 | | | 388.181,74 |
| | 2299 | BANCO BPI, SA SOCIEDADE ABERTA | 421.191,32 | | | 388.181,74 |
| 23.1.2.1.3.3 | | EMPRESTIMO REEQUILIBRIO CGD 9015007638991 | 10.749.999,67 | | | 11.086.587,41 |
| | 113 | CAIXA GERAL DE DEPOSITOS- DBI | 10.749.999,67 | | | 11.086.587,41 |
| 23.1.2.1.3.4 | | EMPRESTIMO EDEAF - INTERNALIZAÇÃO - N.º9015006831991 | | | | 283.914,28 |
| | 113 | CAIXA GERAL DE DEPOSITOS- DBI | | | | 283.914,28 |
| 23.1.2.1.4 | | CAIXA GERAL DEPOSITOS EMP | 328.909,10 | | | |
| 23.1.2.1.4.8 | | EMPRESTIMO 9015/006538/791 PRED (ENTRA) | 328.909,10 | | | |
| | 113 | CAIXA GERAL DE DEPOSITOS- DBI | 328.909,10 | | | |
| 23.1.2.1.5 | | MILLENNIUM BCP | 366.929,90 | | | 323.032,74 |
| 23.1.2.1.5.1 | | EMPRESTIMO MLP (354375.00) -CONTR 122338351 | 230.299,07 | | | 202.747,56 |
| | 2979 | BANCO COMERCIAL PORTUGUES S.A. | 230.299,07 | | | 202.747,56 |
| 23.1.2.1.5.2 | | EMPRESTIMO MLP (209943.00) CONTR N.º 122320891 | 136.630,83 | | | 120.285,18 |
| | 2979 | BANCO COMERCIAL PORTUGUES S.A. | 136.630,83 | | | 120.285,18 |
| 23.1.2.1.6 | | CREDITO AGRICOLA | 5.650.000,00 | | | 6.000.000,00 |
| 23.1.2.1.6.2 | | REEQUILIBRIO FINANCIERO - CA | 5.650.000,00 | | | 6.000.000,00 |
| | 3872 | CAIXA DE CREDITO AGRICOLA MUTUO DA REGIAO DE BRAGANÇA E ALTO DOURO, CRL | 5.650.000,00 | | | 6.000.000,00 |
| | | A TRANSPORTAR ... | 17.985.630,62 | | | 18.603.820,12 |

| ENTIDADE | | OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS | | | DATA | ANO | PAGINA |
|--------------|----------|--|---------------|---------------|-------------|---------------|--------|
| M.A.F. | | MES : 12 - DEZEMBRO | | | 2015/04/15 | 2014 | 4 |
| COD. CONTA | TERCEIRO | DESIGNAÇÃO | SALDO INICIAL | | SALDO FINAL | | |
| | | | DEBITO | CREDITO | DEVEDOR | CREDOR | |
| | | TRANSPORTE ... | | 17.985.630,62 | | 18.603.820,12 | |
| 23.1.2.3 | | Outros empréstimos obtidos | | 1.606.257,61 | | 1.845.021,67 | |
| 23.1.2.3.2 | | DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS | | 1.606.257,61 | | 1.845.021,67 | |
| 23.1.2.3.2.4 | | DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS-PRED | | 1.200.000,00 | | 1.200.000,00 | |
| | 1368 | DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS | | 1.200.000,00 | | 1.200.000,00 | |
| 23.1.2.3.2.5 | | DIRECÇÃO GERAL TES E FINANÇAS - PAEL | | 406.257,61 | | 645.021,67 | |
| | 1368 | DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS | | 406.257,61 | | 645.021,67 | |
| 24 | | ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS | | 43.612,96 | | 35.625,69 | |
| 24.2 | | Retenção de impostos sobre rendimentos | | 22.063,26 | | 19.884,40 | |
| 24.2.1 | | Trabalho dependente | | 20.463,00 | | 17.734,00 | |
| 24.2.2 | | Trabalho independente | | 198,26 | | 1.050,40 | |
| 24.2.3 | | Sobre Taxa Extraordinaria 3,5% | | 1.402,00 | | 1.100,00 | |
| 24.4 | | Restantes impostos | | | | 7,31 | |
| 24.4.4 | | SEF-SERVIÇOS DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS | | | | 7,31 | |
| 24.5 | | Contribuições para a Segurança Social | | 21.549,70 | | 15.733,98 | |
| 24.5.1 | | CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES | | 11.199,12 | | 11.575,35 | |
| 24.5.1.1 | | CGA-DESCONTO DO PESSOAL | | 11.199,12 | | 11.575,35 | |
| 24.5.2 | | ADSE | | 3.471,45 | | | |
| 24.5.2.1 | | ADSE-DESCONTOS DO PESSOAL | | 3.471,45 | | | |
| 24.5.3 | | IGFSS - SEGURANÇA SOCIAL | | 6.879,13 | | 4.158,63 | |
| 24.5.3.1 | | I.G.F.S.S.- DESCONTOS DO PESSOAL | | 6.879,13 | | 4.158,63 | |
| 26 | | OUTROS DEVEDORES E CREDORES | | 885.836,59 | | 293.961,21 | |
| 26.1 | | Fornecedores de imobilizado | | 61.893,40 | | | |
| 26.1.5 | | FORNECEDORES DE IMOBILIZADO - OBRAS EMPREITADAS | | 61.893,40 | | | |
| | 3695 | HIGINO PINHEIRO & IRMAO LDA. | | 61.893,40 | | | |
| 26.2 | | Pessoal | | 831,68 | | 460,61 | |
| 26.2.6 | | Cauções do pessoal | | 501,16 | | 300,00 | |
| | 102 | RUI PAULO ALMENDRA ARAUJO | | 99,76 | | 100,00 | |
| | 1594 | MANUEL LEOPOLDO REBOREDO JACOB | | 100,00 | | 100,00 | |
| | 451 | JOSE PAULO CUNHA | | | | 100,00 | |
| | 943 | TESOUREIRO DO MUNICIPIO DE ALF.DA FE | | 301,40 | | | |
| 26.2.9 | | Outras operações com o pessoal | | 330,52 | | 160,61 | |
| 26.2.9.2 | | Execuções Fiscais | | 330,52 | | 160,61 | |
| 26.3 | | Sindicatos | | 494,48 | | 508,10 | |
| 26.3.1 | | STAL | | 379,44 | | 405,84 | |
| 26.3.4 | | SINTAP | | 85,22 | | 89,48 | |
| 26.3.7 | | STAE-SINDICATO T. SUPERIORES,T.ADMI | | 29,82 | | 12,78 | |
| 26.8 | | Devedores e credores diversos | | 822.617,03 | | 292.992,50 | |
| 26.8.2 | | Devedores de transferências p/as autarquias locais | | 365,24 | | 518,33 | |
| 26.8.2.1 | | Estado | | 365,24 | | 518,33 | |
| 26.8.2.1.3 | | IVA - INVERSÃO | | 365,24 | | 416,76 | |
| 26.8.2.1.4 | | IVA AQUISIÇÕES INTRACOMUNITARIAS | | | | 101,57 | |
| 26.8.4 | | Credores de transferências das autarquias locais | | 40.006,15 | | | |
| 26.8.4.4 | | Famílias | | 4.291,55 | | | |
| 26.8.4.9 | | Outros | | 35.714,60 | | | |
| 26.8.5 | | DEVEDORES E CREDORES DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS | | 532,74 | | 215,35 | |
| 26.8.5.2 | | DIRECÇÃO GERAL DAS FLORESTAS | | 185,04 | | 7,80 | |
| 26.8.5.2.3 | | RENOVAÇÃO CARTA DA CAÇADOR DENTRO DO PRAZO | | 169,79 | | 7,80 | |
| 26.8.5.2.4 | | RENOVAÇÃO CARTA DA CAÇADOR FORA DO PRAZO | | 15,25 | | | |
| 26.8.5.9 | | OUTROS | | 347,70 | | 207,55 | |
| 26.8.5.9.1 | | DESCONTOS DE VENCIMENTOS PARA PENHORAS | | 268,14 | | 138,23 | |
| 26.8.5.9.2 | | ATAM | | 58,89 | | 48,65 | |
| 26.8.5.9.5 | | SEGURO DE GRUPO-COMPANHIA SEGUROS IMPERIO BONANÇA | | 20,67 | | 20,67 | |
| 26.8.8 | | OUTROS DEVEDORES | | 166.529,02 | | 124.905,83 | |
| 26.8.8.1 | | DEVEDORES PARA ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO | | 44.871,43 | | 52.668,72 | |
| 26.8.8.1.1 | | DEVEDORES PARA ALIENAÇÃO DE IMOB.- CONTA IND. | | 44.871,43 | | 52.668,72 | |
| | 2162 | JOSE JOAQUIM GOMES | | 4.252,35 | | 5.669,80 | |
| | 2958 | PEDRO RICARDO REALISTA CARVALHO | | 4.758,90 | | 6.345,20 | |
| | 4238 | CARLOS MANUEL ARAUJO PINTO MORAIS | | 13.777,18 | | | |
| | | A TRANSPORTAR ... | | 19.762.413,31 | | 20.498.184,87 | |

| ENTIDADE | | OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS | | DATA | ANO | PAGINA |
|------------|----------|---|---------------|---------------|-------------|---------------|
| M.A.F. | | | | 2015/04/15 | 2014 | 5 |
| COD. CONTA | TERCEIRO | DESIGNAÇÃO | SALDO INICIAL | | SALDO FINAL | |
| | | | DEBITO | CREDITO | DEVEDOR | CREDOR |
| | | TRANSPORTE ... | | 19.762.413,31 | | 20.498.184,87 |
| 26.8.8.9 | 4245 | GABRIEL AUGUSTO BRANCO COELHO MOREIRA | | 7.992,00 | | 7.992,00 |
| | 4321 | JOSE ALBERTO BEBIANO | | 8.622,30 | | 11.496,40 |
| | 4344 | NUNO MIGUEL PESQUEIRA CANTEIRO | | | | 2.936,32 |
| | 4472 | VERDADE E RIGOR SA | | 5.468,70 | | 18.229,00 |
| 26.8.8.9 | | OUTROS DEVEDORES DIVERSOS | | 121.657,59 | | 72.237,11 |
| 26.8.8.9.1 | | FORNECEDORES COM CAUÇÃO-INDIVIDUAL | | 121.657,59 | | 72.237,11 |
| | 1045 | LEITE & ALVES, LDA | | 998,59 | | 998,59 |
| | 1384 | EMPREITEL - S.A | | 2.839,33 | | 2.839,33 |
| | 1474 | SANABA, LDA | | 2.149,22 | | |
| | 1538 | SOPUBLICAS-SOC. OBRAS PUB. CONSTRUÇOES, S.A. | | 35,15 | | |
| | 1539 | ENORTE-EMPREITEIROS, S.A. | | 0,01 | | |
| | 1629 | VALENTIM AUGUSTO INOCENCIO | | 1.062,60 | | 1.062,60 |
| | 1862 | FERREIRA & BEBIANO, LDA | | 1.643,43 | | 2.470,12 |
| | 1915 | ARMANDO MANUEL PIRES | | 3.660,79 | | 11.724,25 |
| | 1974 | CARLOS ALBERTO ROCHA | | | | 504,01 |
| | 2038 | C. ALVES & PIMENTEL, LDA | | 2.107,20 | | 2.107,20 |
| | 2361 | LADARIO-SOC.CONSTRUÇOES LDA | | 3.694,47 | | 3.694,47 |
| | 2453 | CONSTRUÇOES NOGUEIRA & COSTA LDA | | 994,72 | | 994,72 |
| | 2631 | ECOTECNICA-ELEVACAO E TRATAMENTO DE AGUAS E ESGOTOS LDA. | | 15.693,82 | | |
| | 2849 | GUALDIM ANCIAES AMADO & FILHOS, LDA | | 15.140,65 | | 16.936,74 |
| | 3418 | SILVICORGO-TRANSPORTES E SERVIÇOS, LDA | | 1.084,89 | | 1.084,89 |
| | 3695 | HIGINO PINHEIRO & IRMAO LDA. | | 2.204,52 | | 17.879,61 |
| | 4181 | JAIIME NOGUEIRA E FILHOS, LDA | | 62.265,43 | | |
| | 4256 | LUIS ANTONIO CANTEIRO | | | | 112,50 |
| | 4382 | JOSE ANTONIO PATRAO, LDA | | 4.478,67 | | 822,32 |
| | 4482 | ANTEROS EMPREITEIROS S. A. | | | | 149,99 |
| | 4623 | PAULO JORGE PACHECO PIRES | | | | 748,55 |
| | 4766 | Floponor-florestas E Obras Publicas Do Norte S.a. | | | | 6.503,12 |
| | 713 | EFACEC AMBIENTE, S.A. | | 1.604,10 | | 1.604,10 |
| 26.8.9 | | Credores Diversos - Outros | | 615.183,88 | | 167.352,99 |
| 26.8.9.9 | | OUTROS CREDITORES DIVERSOS | | 615.183,88 | | 167.352,99 |
| | 1033 | SANTA CASA DA MISERICORDIA ALFANDEGA DA FE | | 320,00 | | |
| | 115 | ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | | 222.117,47 | | 72.575,19 |
| | 1175 | ASSOCIACAO DESENVOLVIMENTO DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA - DESTEQUE | | 7.416,00 | | |
| | 1306 | FILANDORRA-TEATRO DO NORDESTE, CRL | | 1.666,66 | | |
| | 1373 | ASSOCIACAO PARA A PROMOCAO DO BEM ESTAR | | | | 2.500,00 |
| | 174 | CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES | | 10.028,99 | | |
| | 2824 | Casais - Engenharia E Constuções | | 346.055,40 | | 86.513,85 |
| | 2872 | CENTRO REGIONAL SEGURANCA SOCIAL (IGFSS) | | 9.783,87 | | 100,00 |
| | 3268 | AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALFANDEGA DA FE | | 7.275,14 | | |
| | 3269 | Aflocaf - Associacao Produtores Florestais Concelho Alfândega da Fe | | 480,00 | | 1.080,00 |
| | 3862 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DE SISTEMA DE SAÚDE-IP | | | | 4.352,00 |
| | 4034 | TRADIÇÃO VALIDA - SUP UNIPESSOAL LDA | | 154,35 | | |
| | 4049 | A.D.A.F. - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE ALF. DA FE | | 2.500,00 | | |
| | 4523 | JOSE FRANCISCO CANCELA | | 3.000,00 | | |
| | 4564 | LUIS MANUEL ALENDOURO CORDEIRO | | 750,00 | | |
| | 4727 | RUFINO ANTONIO RIBEIRO | | | | 231,95 |
| | 894 | Centro Social E Paroquial de Sambade | | 636,00 | | |
| | 991 | ASSOCIACAO INDUSTRIAL E COMERCIAL ALFANDEGA DA FE | | 3.000,00 | | |
| 27 | | ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS | | 4.605.621,58 | | 6.648.958,89 |
| 27.3 | | Acréscimos de custo | | 186.613,82 | | 187.021,85 |
| 27.3.2 | | Renumerações a liquidar | | 140.684,69 | | 124.064,98 |
| 27.3.3 | | Juros a liquidar | | 45.929,13 | | 35.081,22 |
| 27.3.9 | | Outros acréscimos de custos | | | | 27.875,65 |
| 27.4 | | Proveitos diferidos | | 4.419.007,76 | | 6.461.937,04 |
| 27.4.5 | | Subsídios para investimentos | | 4.419.007,76 | | 6.461.937,04 |
| | | A TRANSPORTAR ... | | 20.707.951,60 | | 20.965.450,54 |

| ENTIDADE | | OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS | | DATA | ANO | PAGINA |
|-----------------|----------|---|---------------|---------------|-------------|---------------|
| M.A.F. | | | | 2015/04/15 | 2014 | 6 |
| | | MES : 12 - DEZEMBRO | | | | |
| COD. CONTA | TERCEIRO | DESIGNAÇÃO | SALDO INICIAL | | SALDO FINAL | |
| | | | DEBITO | CREDITO | DEVEDOR | CREDOR |
| TRANSPORTE ... | | | | 20.707.951,60 | | 20.965.450,54 |
| 27.4.5.1 | | Administrações públicas | | 122.581,47 | | 546.311,20 |
| 27.4.5.1.1 | | Orçamento do Estado | | 122.581,47 | | 546.311,20 |
| 27.4.5.1.1.9 | | Outras | | 122.581,47 | | 546.311,20 |
| 27.4.5.1.1.9.01 | | Candidatura nº 048080/2011/65-Acções de inv, sens | | 122.581,47 | | |
| 27.4.5.1.1.9.02 | | cANDIDATURA Ordenamento e Recuperação de Povoamento -PRODER | | | | 223.769,18 |
| 27.4.5.1.1.9.03 | | CANDIDATURA FEM | | | | 322.542,02 |
| 27.4.5.4 | | Exterior | 4.296.426,29 | | | 5.915.625,84 |
| 27.4.5.4.1 | | FEDER | 4.296.426,29 | | | 5.915.625,84 |
| 27.4.5.4.1.1 | | FEDER | 4.296.426,29 | | | 5.915.625,84 |
| 27.4.5.4.1.1.01 | | NORTE-04-0450-FEDER-000100 | 1.477.187,26 | | | 1.401.315,68 |
| 27.4.5.4.1.1.04 | | NORTE-10-0241-FEDER-000239 PRU | 1.260.717,47 | | | 1.170.388,03 |
| 27.4.5.4.1.1.05 | | NORTE-04-0450-FEDER-000163 - PARA MOBILIDADE | 127.830,31 | | | 122.269,58 |
| 27.4.5.4.1.1.06 | | NORTE-10-0350-FEDER-000227 - ENTRADA POENTE | 302.694,25 | | | 287.496,21 |
| 27.4.5.4.1.1.07 | | NORTE -04-0450-FEDER 000174 - VALES E COLMEIAS | 848.303,77 | | | 825.634,25 |
| 27.4.5.4.1.1.09 | | Sambade | 279.693,23 | | | 279.693,23 |
| 27.4.5.4.1.1.10 | | CENTRO DE DORMAÇÃO DESPORTIVA - 2008 | | | | 865.403,01 |
| 27.4.5.4.1.1.11 | | Estrada de ligação encisia - vilarelhos | | | | 430.802,10 |
| 27.4.5.4.1.1.12 | | Centro de Manutenção Fisica - 2005 | | | | 493.214,95 |
| 27.4.5.4.1.1.13 | | REQUALIFICAÇÃO DO PAVILHAO DO ARA | | | | 39.408,80 |
| 29 | | PROVISÕES | | | | 286.734,78 |
| 29.2 | | Para riscos e encargos | | | | 286.734,78 |
| 29.2.1 | | Processos judiciais em curso | | | | 286.734,78 |
| TOTAL ... | | | | 25.126.959,36 | | 27.714.122,36 |

| | |
|--|------------|
| RELAÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS E NÃO PAGOS | PÁGINA : 1 |
|--|------------|

| |
|---------------------------------|
| a) MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ |
|---------------------------------|

| |
|--|
| Período: 1 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2014 |
|--|

| Classificação | Descrição da Dívida | Factura | | | Credor | Valor da Dívida | | Justificação do não Pagamento |
|---------------|---------------------|---|---------------------|------------|---------------|--|-----------|---|
| | | Número | Emissão | Vencimento | | (1) | (2) | |
| | | | | | TRANSPORTE | | | |
| 0102 | 010301 | | DUODECIMOS-NOVEMBRO | 2014/11/05 | 2014/12/05 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DE SISTEMA DE SAÚDE-IP | 4.352,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020101 | FACTURA nº 1024 VALOR TOTAL: 642.06 VALOR S/ IVA: 522.00 VALOR IVA: 120.06 | 1024 | 2014/11/12 | 2014/12/12 | ARMANDO MANUEL PIRES | 642,06 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020101 | FACTURA nº 1025 VALOR TOTAL: 642.06 VALOR S/ IVA: 522.00 VALOR IVA: 120.06 | 1025 | 2014/11/12 | 2014/12/12 | ARMANDO MANUEL PIRES | 642,06 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020101 | FACTURA nº 1018 VALOR TOTAL: 321.03 VALOR S/ IVA: 261.00 VALOR IVA: 60.03 | 1018 | 2014/11/12 | 2014/12/12 | ARMANDO MANUEL PIRES | 321,03 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020101 | FACTURA nº 1019 VALOR TOTAL: 642.06 VALOR S/ IVA: 522.00 VALOR IVA: 120.06 | 1019 | 2014/11/12 | 2014/12/12 | ARMANDO MANUEL PIRES | 642,06 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020101 | FACTURA nº 1026 VALOR TOTAL: 313.65 VALOR S/ IVA: 255.00 VALOR IVA: 58.65 | 1026 | 2014/11/12 | 2014/12/12 | ARMANDO MANUEL PIRES | 313,65 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020101 | FACTURA nº 1020 VALOR TOTAL: 642.06 VALOR S/ IVA: 522.00 VALOR IVA: 120.06 | 1020 | 2014/11/12 | 2014/12/12 | ARMANDO MANUEL PIRES | 642,06 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020101 | FACTURA nº 1021 VALOR TOTAL: 3166.02 VALOR S/ IVA: 2574.00 VALOR IVA: 592.02 | 1021 | 2014/11/12 | 2014/12/12 | ARMANDO MANUEL PIRES | 3.166,02 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020101 | FACTURA nº 1022 VALOR TOTAL: 332.10 VALOR S/ IVA: 270.00 VALOR IVA: 62.10 | 1022 | 2014/11/12 | 2014/12/12 | ARMANDO MANUEL PIRES | 332,10 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02010201 | FACTURA nº 1410PAF/10 VALOR TOTAL: 149.23 VALOR S/ IVA: 149.23 VALOR IVA: 0.00 | 1410PAF/10 | 2014/10/02 | 2014/11/01 | GASPE - COMBUSTÍVEIS, LDA. | 14,88 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02010201 | FACTURA nº 1410PAF/23 VALOR TOTAL: 65.38 VALOR S/ IVA: 65.38 VALOR IVA: 0.00 | 1410PAF/23 | 2014/10/04 | 2014/11/03 | GASPE - COMBUSTÍVEIS, LDA. | 65,38 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02010201 | FACTURA nº 1410PAF/49 VALOR TOTAL: 642.43 VALOR S/ IVA: 642.43 VALOR IVA: 0.00 | 1410PAF/49 | 2014/10/07 | 2014/11/06 | GASPE - COMBUSTÍVEIS, LDA. | 58,02 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02010201 | FACTURA nº 1410PAF/72 VALOR TOTAL: 704.36 VALOR S/ IVA: 704.36 VALOR IVA: 0.00 | 1410PAF/72 | 2014/10/10 | 2014/11/09 | GASPE - COMBUSTÍVEIS, LDA. | 89,01 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02010201 | FACTURA nº 1410PAF/43 VALOR TOTAL: 233.98 VALOR S/ IVA: 233.98 VALOR IVA: 0.00 | 1410PAF/43 | 2014/10/06 | 2014/11/05 | GASPE - COMBUSTÍVEIS, LDA. | 5,34 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02010201 | FACTURA nº C009754C4/1781 VALOR TOTAL: 994.19 VALOR S/ IVA: 808.27 VALOR IVA: 185.92 | C009754C4/1781 | 2014/11/21 | 2014/12/21 | TUACAR- AUTOMÓVEIS E MÁQUINAS, SA | 994,19 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02010201 | FACTURA nº FT622T00A2ECC009754C4/1783 VALOR TOTAL: 467.10 VALOR S/ IVA: 379.77 VALOR IVA: 87.33 | 1783 | 2014/12/01 | 2014/12/31 | TUACAR- AUTOMÓVEIS E MÁQUINAS, SA | 467,10 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02010202 | FACTURA nº 1410PAF/43 VALOR TOTAL: 233.98 VALOR S/ IVA: 233.98 VALOR IVA: 0.00 | 1410PAF/43 | 2014/10/06 | 2014/11/05 | GASPE - COMBUSTÍVEIS, LDA. | 228,64 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02010202 | FACTURA nº 1410PAF/49 VALOR TOTAL: 642.43 VALOR S/ IVA: 642.43 VALOR IVA: 0.00 | 1410PAF/49 | 2014/10/07 | 2014/11/06 | GASPE - COMBUSTÍVEIS, LDA. | 584,41 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02010202 | FACTURA nº 1410PAF/54 VALOR TOTAL: 182.71 VALOR S/ IVA: 182.71 VALOR IVA: 0.00 | 1410PAF/54 | 2014/10/08 | 2014/11/07 | GASPE - COMBUSTÍVEIS, LDA. | 182,71 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02010202 | FACTURA nº 1410PAF/72 VALOR TOTAL: 704.36 VALOR S/ IVA: 704.36 VALOR IVA: 0.00 | 1410PAF/72 | 2014/10/10 | 2014/11/09 | GASPE - COMBUSTÍVEIS, LDA. | 615,35 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02010202 | FACTURA nº 1410PAF/63 VALOR TOTAL: 330.50 VALOR S/ IVA: 330.50 VALOR IVA: 0.00 | 1410PAF/63 | 2014/10/09 | 2014/11/08 | GASPE - COMBUSTÍVEIS, LDA. | 330,50 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02010202 | FACTURA nº 1410PAF/10 VALOR TOTAL: 149.23 VALOR S/ IVA: 149.23 VALOR IVA: 0.00 | 1410PAF/10 | 2014/10/02 | 2014/11/01 | GASPE - COMBUSTÍVEIS, LDA. | 134,35 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02010202 | FACTURA nº 1410PAF/12 VALOR TOTAL: 237.27 VALOR S/ IVA: 237.27 VALOR IVA: 0.00 | 1410PAF/12 | 2014/10/03 | 2014/11/02 | GASPE - COMBUSTÍVEIS, LDA. | 237,27 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02010202 | FACTURA nº 1411L/580 VALOR TOTAL: 80.00 VALOR S/ IVA: 80.00 VALOR IVA: 0.00 | 1411L/580 | 2014/11/21 | 2014/12/21 | GASPE - COMBUSTÍVEIS, LDA. | 80,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02010202 | FACTURA nº 1410PAF/92 VALOR TOTAL: 70.35 VALOR S/ IVA: 70.35 VALOR IVA: 0.00 | 1410PAF/92 | 2014/10/11 | 2014/11/10 | GASPE - COMBUSTÍVEIS, LDA. | 70,35 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| | | | | | A TRANSPORTAR | | 15.210,54 | |

| Classificação Orçamental | Descrição da Dívida | Factura | | | Credor | Valor da Dívida | | Justificação do não Pagamento |
|--------------------------|---------------------|---|------------------------|------------|---------------|--|----------|---|
| | | Número | Emissão | Vencimento | | (1) | (2) | |
| | | | | | TRANSPORTE | 15.210,54 | | |
| 0102 | 02010202 | FACTURA nº FT622T00A2ZC009754C4/1784 VALOR TOTAL: 1451.21 VALOR S/ IVA: 1179.87 VALOR IVA: 271.34 | 1784 | 2014/12/01 | 2014/12/31 | TUACAR- AUTOMÓVEIS E MÁQUINAS, SA | 1.451,21 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02010202 | FACTURA nº C009754C4/1777 VALOR TOTAL: 4343.20 VALOR S/ IVA: 3531.10 VALOR IVA: 812.10 | C009754C4/1777 | 2014/11/06 | 2014/12/06 | TUACAR- AUTOMÓVEIS E MÁQUINAS, SA | 4.343,20 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02010202 | FACTURA nº FT622T00A2ZC009754C4/1782 VALOR TOTAL: 3898.25 VALOR S/ IVA: 3169.31 VALOR IVA: 728.94 | FT622T00A2ZC00975/1782 | 2014/12/01 | | TUACAR- AUTOMÓVEIS E MÁQUINAS, SA | 3.898,25 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02010299 | FACTURA nº 03/268 VALOR TOTAL: 61.50 VALOR S/ IVA: 50.00 VALOR IVA: 11.50 | 03/268 | 2014/12/09 | 2015/01/08 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | 61,50 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02010299 | FACTURA nº 141/14g VALOR TOTAL: 24.00 VALOR S/ IVA: 19.51 VALOR IVA: 4.49 | 141/14g | 2014/12/01 | 2014/12/31 | TUACAR- AUTOMÓVEIS E MÁQUINAS, SA | 24,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020104 | FACTURA nº 1/2448/2014 VALOR TOTAL: 1060.16 VALOR S/ IVA: 861.92 VALOR IVA: 198.24 Nº REQUISIÇÃO: 4 | 1/2448/2014 | 2014/10/14 | 2014/11/13 | CARVATAK - SERVICOS DE HIGIENE E LIMPEZA INDUSTRIAL, LDA | 1.060,14 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020104 | FACTURA nº 1/2804/2014 VALOR TOTAL: 176.81 VALOR S/ IVA: 143.75 VALOR IVA: 33.06 Nº REQUISIÇÃO: 2 | 1/2804/2014 | 2014/11/27 | 2014/12/27 | CARVATAK - SERVICOS DE HIGIENE E LIMPEZA INDUSTRIAL, LDA | 176,81 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020104 | FACTURA nº 1/2338/2014 VALOR TOTAL: 2132.35 VALOR S/ IVA: 1733.62 VALOR IVA: 398.73 LOCAL DESCARGA: INST. Nº REQUISIÇÃO: 42 | 1/2338/2014 | 2014/10/01 | 2014/10/31 | CARVATAK - SERVICOS DE HIGIENE E LIMPEZA INDUSTRIAL, LDA | 2.132,35 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020105 | ENVIA RECIBO DAS REFEIÇÕES DOS ALUNOS DA ESCOLA DO 1º. CICLO E JARDINS DE INFANCIA - NOVEMBRO/2014 | 648 | 2014/11/28 | 2014/12/28 | AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALFANDEGA DA FE | 3.273,32 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020105 | FACTURA nº 002/2922 VALOR TOTAL: 140.00 VALOR S/ IVA: 113.82 VALOR IVA: 26.18 | 002/2922 | 2014/11/18 | 2014/12/18 | LUZIA ANTÓNIA REIS AFONSO MASCARENHAS | 140,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020105 | FACTURA nº 655 VALOR TOTAL: 131.71 VALOR S/ IVA: 131.71 VALOR IVA: 0.00 | 655 | 2014/11/26 | 2014/12/26 | MARIA DE LURDES PACHCO DE ARAUJO | 131,71 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020105 | FACTURA nº SCA/45 VALOR TOTAL: 220.00 VALOR S/ IVA: 220.00 VALOR IVA: 0.00 LOCAL DESCARGA: @ | SCA/45 | 2014/10/31 | 2014/11/30 | SANTA CASA DA MISERICORDIA ALFANDEGA DA FE | 220,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020105 | FACTURA nº SCA/41 VALOR TOTAL: 102.00 VALOR S/ IVA: 102.00 VALOR IVA: 0.00 | SCA/41 | 2014/10/03 | 2014/11/02 | SANTA CASA DA MISERICORDIA ALFANDEGA DA FE | 102,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020105 | FACTURA nº SCA/49 VALOR TOTAL: 182.00 VALOR S/ IVA: 182.00 VALOR IVA: 0.00 LOCAL DESCARGA: V/MORADA | SCA/49 | 2014/12/15 | 2015/01/14 | SANTA CASA DA MISERICORDIA ALFANDEGA DA FE | 182,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020106 | FACTURA nº 932 VALOR TOTAL: 120.19 VALOR S/ IVA: 103.33 VALOR IVA: 16.86 | 932 | 2014/11/18 | 2014/12/18 | BRUNO MIGUEL DA SILVA BALTAZAR | 120,19 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020106 | FACTURA nº CRT/488 VALOR TOTAL: 130.59 VALOR S/ IVA: 123.20 VALOR IVA: 7.39 | CRT/488 | 2014/11/30 | 2014/12/30 | ILIDIO JOSÉ CARVALHO CORREIA UNIPESOAAL LDA | 130,59 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020106 | M-FACTURA nº CRT/431 VALOR TOTAL: 151.70 VALOR S/ IVA: 143.11 VALOR IVA: 8.59 | CRT/431 | 2014/10/31 | | ILIDIO JOSÉ CARVALHO CORREIA UNIPESOAAL LDA | 151,70 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020106 | FACTURA nº 51/000259 VALOR TOTAL: 70.40 VALOR S/ IVA: 57.24 VALOR IVA: 13.16 | 51/000259 | 2014/12/03 | 2015/01/02 | TRADIÇÃO VALIDA - SUP UNIPESOAAL LDA | 70,40 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020107 | FACTURA nº 38487 VALOR TOTAL: 767.09 VALOR S/ IVA: 623.65 VALOR IVA: 143.44 | 38487 | 2014/11/14 | 2014/12/14 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 304,67 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020107 | FACTURA nº 38486 VALOR TOTAL: 1148.25 VALOR S/ IVA: 933.54 VALOR IVA: 214.71 | 38486 | 2014/11/14 | 2014/12/14 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 42,51 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020107 | FACTURA nº 14k-00035 VALOR TOTAL: 1595.07 VALOR S/ IVA: 1296.80 VALOR IVA: 298.27 | 14k-00035 | 2014/10/10 | 2014/11/09 | JOSE JOAQUIM GOMES | 337,89 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020108 | FACTURA nº 20140/113479 VALOR TOTAL: 718.44 VALOR S/ IVA: 584.10 VALOR IVA: 134.34 | 20140/113479 | 2014/11/07 | 2014/12/07 | Antalis Portugal S.a | 718,44 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020108 | FACTURA nº 20140/113478 VALOR TOTAL: 25.83 VALOR S/ IVA: 21.00 VALOR IVA: 4.83 | 20140/113478 | 2014/11/07 | 2014/12/07 | Antalis Portugal S.a | 25,83 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020108 | FACTURA nº 14-00229 VALOR TOTAL: 32.90 VALOR S/ IVA: 26.75 VALOR IVA: 6.15 | 14-00229 | 2014/12/18 | 2015/01/17 | REBELPAY - INFORMATICA E PUBLICIDADE UNIPESOAAL, LDA | 32,90 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020112 | FACTURA nº 14-237 VALOR TOTAL: 173.43 VALOR S/ IVA: 141.00 VALOR IVA: 32.43 | 14-237 | 2014/09/30 | 2014/10/30 | ANTONIO MANUEL POVOA, UNIPESOAAL, LDA | 173,43 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| | | | | | A TRANSPORTAR | 34.515,58 | | |

| Classificação Orçamental | Descrição da Dívida | Factura | | | Credor | Valor da Dívida | | Justificação do não Pagamento |
|-----------------------------|---------------------|---|---------------|------------|---------------|--|-----------|---|
| | | Número | Emissão | Vencimento | | (1) | (2) | |
| | | | | | TRANSPORTE | 34.515,58 | | |
| 0102 | 020112 | FACTURA nº 14-234 VALOR TOTAL: 330.87 VALOR S/ IVA: 269.00 VALOR IVA: 61.87 LOCAL DESCARGA: EXP-LC-: | 14-234 | 2014/09/30 | 2014/10/30 | ANTONIO MANUEL POVOA, UNIPessoal, LDA | 330,87 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020112 | FACTURA nº 14-235 VALOR TOTAL: 1060.33 VALOR S/ IVA: 862.06 VALOR IVA: 198.27 | 14-235 | 2014/09/30 | 2014/10/30 | ANTONIO MANUEL POVOA, UNIPessoal, LDA | 1.060,33 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020112 | FACTURA nº 14-262 VALOR TOTAL: 207.77 VALOR S/ IVA: 168.92 VALOR IVA: 38.85 | 14-262 | 2014/11/18 | 2014/12/18 | ANTONIO MANUEL POVOA, UNIPessoal, LDA | 207,77 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020112 | FACTURA nº 14-263 VALOR TOTAL: 375.20 VALOR S/ IVA: 305.04 VALOR IVA: 70.16 | 14-263 | 2014/11/18 | 2014/12/18 | ANTONIO MANUEL POVOA, UNIPessoal, LDA | 375,20 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020112 | FACTURA nº 14-264 VALOR TOTAL: 130.06 VALOR S/ IVA: 105.74 VALOR IVA: 24.32 | 14-264 | 2014/11/18 | | ANTONIO MANUEL POVOA, UNIPessoal, LDA | 130,06 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020112 | FACTURA nº 14-236 VALOR TOTAL: 151.29 VALOR S/ IVA: 123.00 VALOR IVA: 28.29 | 14-236 | 2014/09/30 | 2014/10/30 | ANTONIO MANUEL POVOA, UNIPessoal, LDA | 151,29 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020112 | FACTURA nº 14-243 VALOR TOTAL: 748.90 VALOR S/ IVA: 608.86 VALOR IVA: 140.04 | 14-243 | 2014/10/07 | 2014/11/06 | ANTONIO MANUEL POVOA, UNIPessoal, LDA | 748,90 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020112 | FACTURA nº 14-266 VALOR TOTAL: 207.77 VALOR S/ IVA: 168.92 VALOR IVA: 38.85 Nº REQUISIÇÃO: 5 | 14-266 | 2014/11/19 | 2014/12/19 | ANTONIO MANUEL POVOA, UNIPessoal, LDA | 207,77 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020112 | FACTURA nº 201 VALOR TOTAL: 150.55 VALOR S/ IVA: 122.40 VALOR IVA: 28.15 | 201 | 2014/10/23 | 2014/11/22 | CARLOS MANUEL MOTA NENO | 150,55 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020115 | FACTURA nº 0426 VALOR TOTAL: 40.00 VALOR S/ IVA: 40.00 VALOR IVA: 0.00 | 0426 | 2014/12/19 | 2015/01/18 | SILVIA SINFROSIO ARAUJO BALTAZAR | 40,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020115 | INSTRUÇÃO DE SERVIÇO nº 51/000184 VALOR TOTAL: 37.74 VALOR S/ IVA: 32.93 VALOR IVA: 4.81 | 51/000184 | 2014/09/03 | 2014/10/03 | TRADIÇÃO VALIDA - SUP UNIPessoal LDA | 37,74 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02011601 | FACTURA nº 3130386764 VALOR TOTAL: 25640.98 VALOR S/ IVA: 24189.60 VALOR IVA: 1451.38 | 3130386764 | 2014/10/31 | 2014/11/30 | AGUAS DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO | 25.640,98 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02011601 | FACTURA nº 3130386826 VALOR TOTAL: 23327.31 VALOR S/ IVA: 22006.90 VALOR IVA: 1320.41 | 3130386826 | 2014/11/30 | 2015/01/29 | AGUAS DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO | 23.327,31 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 02011601 | FACTURA nº 3130386702 VALOR TOTAL: 29922.42 VALOR S/ IVA: 28228.70 VALOR IVA: 1693.72 | 3130386702 | 2014/09/30 | 2014/11/29 | AGUAS DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO | 29.922,42 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020117 | M-FACTURA nº 76/14633/2014 VALOR TOTAL: 369.00 VALOR S/ IVA: 300.00 VALOR IVA: 69.00 | 76/14633/2014 | 2014/11/03 | | AREAL EDITORES, LDA | 369,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020117 | FATURA Nº. 1/2519/2014 | 1/2519/2014 | 2014/10/22 | 2014/11/21 | CARVATAK - SERVICOS DE HIGIENE E LIMPEZA INDUSTRIAL, LDA | 98,40 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020117 | FACTURA nº 38815 VALOR TOTAL: 333.23 VALOR S/ IVA: 270.92 VALOR IVA: 62.31 | 38815 | 2014/12/18 | 2015/01/17 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 33,21 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020117 | FACTURA nº 14k-00040 VALOR TOTAL: 1047.76 VALOR S/ IVA: 851.82 VALOR IVA: 195.94 | 14k-00040 | 2014/11/18 | 2014/12/18 | JOSE JOAQUIM GOMES | 160,53 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020117 | FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 198,30 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 198,30 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 198,30 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 198,30 - | 1126 | 2010/06/09 | 2012/12/31 | JOSE JOAQUIM GOMES | 198,30 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020117 | FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 179,54 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 179,54 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 179,54 - | 1125 | 2010/06/09 | 2012/12/31 | JOSE JOAQUIM GOMES | 13,36 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020117 | FACTURA nº 001001251 VALOR TOTAL: 717.09 VALOR S/ IVA: 583.00 VALOR IVA: 134.09 LOCAL DESCARGA: DATA | 001001251 | 2014/11/18 | 2014/12/18 | PALAS & PALAS, LDA | 717,09 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020117 | FACTURA nº 268 VALOR TOTAL: 110.45 VALOR S/ IVA: 89.80 VALOR IVA: 20.65 | 268 | 2014/09/16 | 2014/10/16 | SEGTRAWEAR - COMERCIO INTERNACIONAL UNIPessoal, LDA | 110,45 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020117 | FACTURA nº 51/000263 VALOR TOTAL: 52.80 VALOR S/ IVA: 42.92 VALOR IVA: 9.88 | 51/000263 | 2014/12/11 | 2015/01/10 | TRADIÇÃO VALIDA - SUP UNIPessoal LDA | 52,80 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020120 | M-FACTURA nº 2014/3635 VALOR TOTAL: 13.90 VALOR S/ IVA: 13.11 VALOR IVA: 0.79 | 2014/3635 | 2014/10/07 | | Babel Distribuidora | 13,90 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020120 | M-FACTURA nº 399066/PT VALOR TOTAL: 18.09 VALOR S/ IVA: 16.50 VALOR IVA: 1.59 | 399066/PT | 2014/10/02 | 2014/11/01 | DINALIVROS | 18,09 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020120 | M-FACTURA nº 14A/727 VALOR TOTAL: 15.30 VALOR S/ IVA: 14.31 VALOR IVA: 0.99 | 14A/727 | 2014/10/17 | 2014/11/16 | Gc - Grafica De Coimbra, 2 Publicações, Lda | 15,30 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| | | | | | A TRANSPORTAR | 118.647,20 | | |

| Classificação Orçamental | Descrição da Dívida | Factura | | | Credor | Valor da Dívida | | Justificação do não Pagamento |
|--------------------------|---------------------|---|----------------|------------|---------------|--|----------|--|
| | | Número | Emissão | Vencimento | | (1) | (2) | |
| | | | | | TRANSPORTE | 118.647,20 | | |
| 0102 | 020120 | FACTURA nº 03/1269 VALOR TOTAL: 43.20 VALOR S/ IVA: 40.75 VALOR IVA: 2.45 LOCAL DESCARGA: LARGO Nº REQUISIÇÃO: 1 | 03/1269 | 2014/09/29 | 2014/10/29 | Kalandraka Editora Portugal Unipessoal, Lda | 43,20 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020120 | FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 54,00 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 54,00 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 54,00 - FACTURA nº 24 VALOR TOTAL: 54.00 VALOR S/ IVA: 50.94 VALOR IVA: 3.06 | 24 | 2011/04/08 | 2011/05/08 | LIVRARIA CONTRAK, UNIPESSOAL, LDA | 54,00 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020120 | FACTURA nº 001/576 VALOR TOTAL: 172.95 VALOR S/ IVA: 140.61 VALOR IVA: 32.34 LOCAL DESCARGA: Ø Nº REQUISIÇÃO: 1582 | 001/576 | 2014/10/30 | 2014/11/29 | PAPELARIA LAGEADO / JORGE MANUEL SIMÕES BRUXELA | 172,95 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020121 | FACTURA nº 1/1016751 VALOR TOTAL: 1040.58 VALOR S/ IVA: 846.00 VALOR IVA: 194.58 LOCAL DESCARGA: VOSSAS Nº REQUISIÇÃO: 1182 | 1/1016751 | 2014/07/18 | 2014/08/17 | BRICANTEL-COMERCIO DE MATERIAL ELECTRICO | 517,83 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020121 | FACTURA nº 1/2323/2014 VALOR TOTAL: 369.00 VALOR S/ IVA: 300.00 VALOR IVA: 69.00 | 1/2323/2014 | 2014/10/01 | 2014/10/31 | CARVATAK - SERVICOS DE HIGIENE E LIMPEZA INDUSTRIAL, LDA | 369,00 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020121 | FACTURA nº 38157 VALOR TOTAL: 56.62 VALOR S/ IVA: 46.03 VALOR IVA: 10.59 | 38157 | 2014/10/17 | 2014/11/16 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 56,62 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020121 | FACTURA nº 38231 VALOR TOTAL: 49.48 VALOR S/ IVA: 40.23 VALOR IVA: 9.25 | 38231 | 2014/10/23 | 2014/11/22 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 49,48 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020121 | FACTURA nº 38486 VALOR TOTAL: 1148.25 VALOR S/ IVA: 933.54 VALOR IVA: 214.71 | 38486 | 2014/11/14 | 2014/12/14 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 44,98 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020121 | FACTURA nº 38159 VALOR TOTAL: 303.17 VALOR S/ IVA: 246.48 VALOR IVA: 56.69 | 38159 | 2014/10/17 | 2014/11/16 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 303,17 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020121 | FACTURA nº 38799 VALOR TOTAL: 27.64 VALOR S/ IVA: 22.47 VALOR IVA: 5.17 | 38799 | 2014/12/17 | 2015/01/16 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 22,77 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020121 | FACTURA nº 38139 VALOR TOTAL: 594.79 VALOR S/ IVA: 483.57 VALOR IVA: 111.22 | 38139 | 2014/10/16 | 2014/11/15 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 594,79 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020121 | FACTURA nº 38138 VALOR TOTAL: 290.44 VALOR S/ IVA: 236.13 VALOR IVA: 54.31 | 38138 | 2014/10/16 | 2014/11/15 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 290,44 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020121 | FACTURA nº 38131 VALOR TOTAL: 232.86 VALOR S/ IVA: 189.32 VALOR IVA: 43.54 | 38131 | 2014/10/16 | 2014/11/15 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 232,86 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020121 | FACTURA nº 38685 VALOR TOTAL: 287.88 VALOR S/ IVA: 234.05 VALOR IVA: 53.83 | 38685 | 2014/12/04 | 2015/01/03 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 287,88 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020121 | FACTURA nº 38815 VALOR TOTAL: 333.23 VALOR S/ IVA: 270.92 VALOR IVA: 62.31 | 38815 | 2014/12/18 | 2015/01/17 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 300,02 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020121 | FACTURA nº 38156 VALOR TOTAL: 292.46 VALOR S/ IVA: 237.77 VALOR IVA: 54.69 | 38156 | 2014/10/17 | 2014/11/16 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 292,46 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020121 | | 038485 | 2014/11/14 | 2014/12/14 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 168,51 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020121 | FACTURA nº 03/214 VALOR TOTAL: 205.41 VALOR S/ IVA: 167.00 VALOR IVA: 38.41 LOCAL DESCARGA: LARGO | 03/214 | 2014/09/29 | 2014/10/29 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | 205,41 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020121 | FACTURA nº 03/213 VALOR TOTAL: 49.20 VALOR S/ IVA: 40.00 VALOR IVA: 9.20 | 03/213 | 2014/09/23 | 2014/10/23 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | 49,20 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020121 | FACTURA nº 14k-00040 VALOR TOTAL: 1047.76 VALOR S/ IVA: 851.82 VALOR IVA: 195.94 | 14k-00040 | 2014/11/18 | 2014/12/18 | JOSE JOAQUIM GOMES | 34,43 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020121 | FACTURA nº 1/2331 VALOR TOTAL: 1436.64 VALOR S/ IVA: 1168.00 VALOR IVA: 268.64 | 1/2331 | 2014/11/07 | 2014/12/07 | MANOSGRAFICA-EVARISTO J.A.N.RODRIGUES | 1.436,64 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020121 | FACTURA nº C13/7475 VALOR TOTAL: 79.95 VALOR S/ IVA: 65.00 VALOR IVA: 14.95 | C13/7475 | 2014/10/13 | 2014/11/12 | Mogad, Lda | 79,95 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020121 | FACTURA nº 51/000185 VALOR TOTAL: 207.46 VALOR S/ IVA: 174.42 VALOR IVA: 33.04 | 51/000185 | 2014/09/03 | 2014/10/03 | TRADIÇÃO VALIDA - SUP UNIPESSOAL LDA | 207,46 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000808547 VALOR TOTAL: 101.53 VALOR S/ IVA: 101.53 VALOR IVA: 0.00 | 11140000808547 | 2014/11/28 | 2015/01/02 | EDP COMERCIAL | 101,53 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000808614 VALOR TOTAL: 101.53 VALOR S/ IVA: 101.53 VALOR IVA: 0.00 | 11140000808614 | 2014/11/28 | 2015/01/02 | EDP COMERCIAL | 101,53 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000810358 VALOR TOTAL: 7.34 VALOR S/ IVA: 7.34 VALOR IVA: 0.00 | 11140000810358 | 2014/12/01 | 2015/01/05 | EDP COMERCIAL | 7,34 | NÃO COMPRECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| | | | | | A TRANSPORTAR | 124.671,65 | | |

| Classificação Orçamental | Descrição da Dívida | Factura | | | Credor | Valor da Dívida | | Justificação do não Pagamento |
|-----------------------------|---------------------|--|--------------|------------|---------------|-----------------|----------|---|
| | | Número | Emissão | Vencimento | | (1) | (2) | |
| | | | | | TRANSPORTE | 124.671,65 | | |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000810481 VALOR TOTAL: 19.92 VALOR S/ IVA: 19.92 VALOR IVA: 0.00 | 111400008104 | 2014/12/01 | 2015/01/05 | EDP COMERCIAL | 19,92 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000810615 VALOR TOTAL: 19.92 VALOR S/ IVA: 19.92 VALOR IVA: 0.00 | 111400008106 | 2014/12/01 | 2015/01/05 | EDP COMERCIAL | 19,92 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000810734 VALOR TOTAL: 65.72 VALOR S/ IVA: 65.72 VALOR IVA: 0.00 | 111400008107 | 2014/12/01 | 2015/01/05 | EDP COMERCIAL | 65,72 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000810771 VALOR TOTAL: 4.37 VALOR S/ IVA: 4.37 VALOR IVA: 0.00 | 111400008107 | 2014/12/01 | | EDP COMERCIAL | 4,37 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000810884 VALOR TOTAL: 65.72 VALOR S/ IVA: 65.72 VALOR IVA: 0.00 | 111400008108 | 2014/12/01 | 2015/01/05 | EDP COMERCIAL | 65,72 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000812691 VALOR TOTAL: 61.97 VALOR S/ IVA: 61.97 VALOR IVA: 0.00 | 111400008126 | 2014/11/05 | 2015/01/05 | EDP COMERCIAL | 61,97 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000813091 VALOR TOTAL: 1469.13 VALOR S/ IVA: 1469.13 VALOR IVA: 0.00 | 111400008130 | 2014/12/01 | 2015/01/05 | EDP COMERCIAL | 1.469,13 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000813847 VALOR TOTAL: 59.52 VALOR S/ IVA: 59.52 VALOR IVA: 0.00 | 111400008138 | 2014/12/01 | 2015/01/05 | EDP COMERCIAL | 59,52 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000816739 VALOR TOTAL: 26.30 VALOR S/ IVA: 26.30 VALOR IVA: 0.00 | 111400008167 | 2014/12/01 | 2015/01/05 | EDP COMERCIAL | 26,30 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000816901 VALOR TOTAL: 30.15 VALOR S/ IVA: 30.15 VALOR IVA: 0.00 | 111400008169 | 2014/12/01 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 30,15 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000816942 VALOR TOTAL: 12.48 VALOR S/ IVA: 12.48 VALOR IVA: 0.00 | 111400008169 | 2014/12/01 | 2015/01/05 | EDP COMERCIAL | 12,48 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000808546 VALOR TOTAL: 101.53 VALOR S/ IVA: 101.53 VALOR IVA: 0.00 | 111400008085 | 2014/11/28 | 2015/01/02 | EDP COMERCIAL | 101,53 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000820215 VALOR TOTAL: 23.81 VALOR S/ IVA: 23.81 VALOR IVA: 0.00 | 111400008202 | 2014/12/01 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 23,81 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000820229 VALOR TOTAL: 10.07 VALOR S/ IVA: 10.07 VALOR IVA: 0.00 | 111400008202 | 2014/12/01 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 10,07 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000820321 VALOR TOTAL: 25.89 VALOR S/ IVA: 25.89 VALOR IVA: 0.00 | 111400008203 | 2014/12/01 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 25,89 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000820804 VALOR TOTAL: 43.29 VALOR S/ IVA: 43.29 VALOR IVA: 0.00 Nº REQUISIÇÃO: 13 | 111400008208 | 2014/12/01 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 43,29 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000821291 VALOR TOTAL: 11.92 VALOR S/ IVA: 11.92 VALOR IVA: 0.00 | 111400008212 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 11,92 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000808452 VALOR TOTAL: 101.10 VALOR S/ IVA: 101.10 VALOR IVA: 0.00 | 111400008084 | 2014/11/28 | | EDP COMERCIAL | 101,10 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000821584 VALOR TOTAL: 41.01 VALOR S/ IVA: 41.01 VALOR IVA: 0.00 | 111400008215 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 41,01 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000821620 VALOR TOTAL: 12.74 VALOR S/ IVA: 12.74 VALOR IVA: 0.00 | 111400008216 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 12,74 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000821622 VALOR TOTAL: 87.43 VALOR S/ IVA: 87.43 VALOR IVA: 0.00 | 111400008216 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 87,43 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000822104 VALOR TOTAL: 22.27 VALOR S/ IVA: 22.27 VALOR IVA: 0.00 | 111400008221 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 22,27 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000822119 VALOR TOTAL: 14.63 VALOR S/ IVA: 14.63 VALOR IVA: 0.00 | 111400008221 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 14,63 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000822347 VALOR TOTAL: 9.52 VALOR S/ IVA: 9.52 VALOR IVA: 0.00 | 111400008223 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 9,52 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000822629 VALOR TOTAL: 9.52 VALOR S/ IVA: 9.52 VALOR IVA: 0.00 | 111400008226 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 9,52 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000822700 VALOR TOTAL: 5.97 VALOR S/ IVA: 5.97 VALOR IVA: 0.00 | 111400008227 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 5,97 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000822741 VALOR TOTAL: 344.54 VALOR S/ IVA: 344.54 VALOR IVA: 0.00 | 111400008227 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 344,54 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000817376 VALOR TOTAL: 455.10 VALOR S/ IVA: 455.10 VALOR IVA: 0.00 | 111400008173 | 2014/12/01 | 2014/12/31 | EDP COMERCIAL | 455,10 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000796436 VALOR TOTAL: 94.55 VALOR S/ IVA: 94.55 VALOR IVA: 0.00 | 111400007964 | 2014/11/25 | 2014/12/31 | EDP COMERCIAL | 94,55 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| | | | | | A TRANSPORTAR | 127.921,74 | | |

| Classificação Orçamental | Descrição da Dívida | Factura | | | Credor | Valor da Dívida | | Justificação do não Pagamento |
|-----------------------------|---------------------|---|--------------------|------------|---------------|-----------------|--------|---|
| | | Número | Emissão | Vencimento | | (1) | (2) | |
| | | | | | TRANSPORTE | 127.921,74 | | |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000822791 VALOR TOTAL: 28.24 VALOR S/ IVA: 28.24 VALOR IVA: 0.00 | 111400008227 91 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 28,24 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000822809 VALOR TOTAL: 14.20 VALOR S/ IVA: 14.20 VALOR IVA: 0.00 | 111400008228 09 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 14,20 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000822862 VALOR TOTAL: 9.52 VALOR S/ IVA: 9.52 VALOR IVA: 0.00 | 111400008228 62 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 9,52 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000822918 VALOR TOTAL: 7.50 VALOR S/ IVA: 7.50 VALOR IVA: 0.00 | 111400008229 18 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 7,50 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000823309 VALOR TOTAL: 18.77 VALOR S/ IVA: 18.77 VALOR IVA: 0.00 | 111400008233 09 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 18,77 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000823326 VALOR TOTAL: 12.28 VALOR S/ IVA: 12.28 VALOR IVA: 0.00 | 111400008233 26 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 12,28 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000823339 VALOR TOTAL: 9.52 VALOR S/ IVA: 9.52 VALOR IVA: 0.00 | 111400008233 39 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 9,52 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000823376 VALOR TOTAL: 14.20 VALOR S/ IVA: 14.20 VALOR IVA: 0.00 | 111400008233 76 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 14,20 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000823401 VALOR TOTAL: 14.20 VALOR S/ IVA: 14.20 VALOR IVA: 0.00 | 111400008234 01 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 14,20 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000823408 VALOR TOTAL: 9.89 VALOR S/ IVA: 9.89 VALOR IVA: 0.00 | 111400008234 08 | 2014/12/01 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 9,89 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000823418 VALOR TOTAL: 9.52 VALOR S/ IVA: 9.52 VALOR IVA: 0.00 | 111400008234 18 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 9,52 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000823530 VALOR TOTAL: 56.33 VALOR S/ IVA: 56.33 VALOR IVA: 0.00 | 111400008235 30 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 56,33 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000823532 VALOR TOTAL: 5.22 VALOR S/ IVA: 5.22 VALOR IVA: 0.00 | 111400008235 32 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 5,22 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000823553 VALOR TOTAL: 9.52 VALOR S/ IVA: 9.52 VALOR IVA: 0.00 | 111400008235 53 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 9,52 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000823567 VALOR TOTAL: 9.52 VALOR S/ IVA: 9.52 VALOR IVA: 0.00 | 111400008235 67 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 9,52 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000823598 VALOR TOTAL: 4.69 VALOR S/ IVA: 4.69 VALOR IVA: 0.00 | 111400008235 98 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 4,69 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000823619 VALOR TOTAL: 56.33 VALOR S/ IVA: 56.33 VALOR IVA: 0.00 | 111400008236 19 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 56,33 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000823635 VALOR TOTAL: 14.20 VALOR S/ IVA: 14.20 VALOR IVA: 0.00 | 111400008236 35 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 14,20 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000823669 VALOR TOTAL: 21.32 VALOR S/ IVA: 21.32 VALOR IVA: 0.00 | 111400008236 69 | 2014/12/01 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 21,32 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000824186 VALOR TOTAL: 9.52 VALOR S/ IVA: 9.52 VALOR IVA: 0.00 | 111400008241 86 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 9,52 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000824206 VALOR TOTAL: 12.16 VALOR S/ IVA: 12.16 VALOR IVA: 0.00 | 111400008242 06 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 12,16 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000824217 VALOR TOTAL: 703.80 VALOR S/ IVA: 703.80 VALOR IVA: 0.00 | 111400008242 17 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 703,80 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000824225 VALOR TOTAL: 29.29 VALOR S/ IVA: 29.29 VALOR IVA: 0.00 | 111400008242 25 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 29,29 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000824234 VALOR TOTAL: 9.52 VALOR S/ IVA: 9.52 VALOR IVA: 0.00 | 111400008242 34 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 9,52 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000824260 VALOR TOTAL: 387.72 VALOR S/ IVA: 387.72 VALOR IVA: 0.00 | 111400008242 60 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 387,72 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000824274 VALOR TOTAL: 7.50 VALOR S/ IVA: 7.50 VALOR IVA: 0.00 | 111400008242 74 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 7,50 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000824281 VALOR TOTAL: 1.73 VALOR S/ IVA: 1.73 VALOR IVA: 0.00 | 111400008242 81 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 1,73 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000824293 VALOR TOTAL: 14.20 VALOR S/ IVA: 14.20 VALOR IVA: 0.00 | 111400008242 93 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 14,20 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000824307 VALOR TOTAL: 4.69 VALOR S/ IVA: 4.69 VALOR IVA: 0.00 | 111400008243 07 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 4,69 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| | | | | | A TRANSPORTAR | 129.426,84 | | |

| Classificação Orçamental | Descrição da Dívida | Factura | | | Credor | Valor da Dívida | | Justificação do não Pagamento |
|-----------------------------|---------------------|---|--------------------|------------|---------------|---|----------|---|
| | | Número | Emissão | Vencimento | | (1) | (2) | |
| | | | | | TRANSPORTE | 129.426,84 | | |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000824322 VALOR TOTAL: 14.20 VALOR S/ IVA: 14.20 VALOR IVA: 0.00 | 111400008243 22 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 14,20 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000824339 VALOR TOTAL: 14.20 VALOR S/ IVA: 14.20 VALOR IVA: 0.00 | 111400008243 39 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 14,20 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000824357 VALOR TOTAL: 14.20 VALOR S/ IVA: 14.20 VALOR IVA: 0.00 | 111400008243 57 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 14,20 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000830641 VALOR TOTAL: 29.31 VALOR S/ IVA: 29.31 VALOR IVA: 0.00 | 111400008306 41 | 2014/12/05 | 2015/01/09 | EDP COMERCIAL | 29,31 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000831665 VALOR TOTAL: 493.81 VALOR S/ IVA: 493.81 VALOR IVA: 0.00 | 111400008316 65 | 2014/12/01 | 2015/01/09 | EDP COMERCIAL | 493,81 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000832404 VALOR TOTAL: 56.59 VALOR S/ IVA: 56.59 VALOR IVA: 0.00 | 111400008324 04 | 2014/12/06 | 2015/01/12 | EDP COMERCIAL | 56,59 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000833640 VALOR TOTAL: 10.61 VALOR S/ IVA: 10.61 VALOR IVA: 0.00 | 111400008336 40 | 2014/12/01 | 2015/01/12 | EDP COMERCIAL | 10,61 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000833643 VALOR TOTAL: 1367.09 VALOR S/ IVA: 1367.09 VALOR IVA: 0.00 | 111400008336 43 | 2014/12/03 | 2015/01/12 | EDP COMERCIAL | 1.367,09 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000837515 VALOR TOTAL: 229.28 VALOR S/ IVA: 229.28 VALOR IVA: 0.00 Nº REQUISIÇÃO: 14900 | 111400008375 15 | 2014/12/05 | 2015/01/12 | EDP COMERCIAL | 229,28 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000837527 VALOR TOTAL: 3145.29 VALOR S/ IVA: 3145.29 VALOR IVA: 0.00 Nº REQUISIÇÃO: 122 | 111400008375 27 | 2014/12/05 | 2015/01/12 | EDP COMERCIAL | 3.145,29 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000837733 VALOR TOTAL: 58.97 VALOR S/ IVA: 58.97 VALOR IVA: 0.00 | 111400008377 33 | 2014/12/05 | 2015/01/12 | EDP COMERCIAL | 58,97 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000823459 VALOR TOTAL: 4.69 VALOR S/ IVA: 4.69 VALOR IVA: 0.00 | 111400008234 59 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 4,69 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 1140000822935 VALOR TOTAL: 4.69 VALOR S/ IVA: 4.69 VALOR IVA: 0.00 | 114000082293 5 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 4,69 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº 11140000821577 VALOR TOTAL: 7.80 VALOR S/ IVA: 7.80 VALOR IVA: 0.00 | 111400008215 77 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 7,80 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020201 | FACTURA nº COC9754C4/1797 VALOR TOTAL: 1040.00 VALOR S/ IVA: 845.53 VALOR IVA: 194.47 | COC9754C4/17 97 | 2014/12/19 | 2015/01/18 | TUACAR- AUTOMÓVEIS E MÁQUINAS, SA | 1.040,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 577 VALOR TOTAL: 73.80 VALOR S/ IVA: 60.00 VALOR IVA: 13.80 | 577 | 2014/10/23 | 2014/11/22 | ANTONIO FERREIRA AZEVEDO & IRMAO, LDA | 73,80 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 14-238 VALOR TOTAL: 61.50 VALOR S/ IVA: 50.00 VALOR IVA: 11.50 | 14-238 | 2014/09/30 | 2014/10/30 | ANTONIO MANUEL POVOA, UNIPessoal, LDA | 61,50 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 14-265 VALOR TOTAL: 30.75 VALOR S/ IVA: 25.00 VALOR IVA: 5.75 | 14-265 | 2014/11/19 | 2014/12/19 | ANTONIO MANUEL POVOA, UNIPessoal, LDA | 30,75 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 14-228 VALOR TOTAL: 108.39 VALOR S/ IVA: 88.12 VALOR IVA: 20.27 | 14-228 | 2014/09/25 | 2014/10/25 | ANTONIO MANUEL POVOA, UNIPessoal, LDA | 108,39 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 14a-36 VALOR TOTAL: 38.13 VALOR S/ IVA: 31.00 VALOR IVA: 7.13 | 14a-36 | 2014/10/07 | 2014/11/06 | ANTONIO MANUEL POVOA, UNIPessoal, LDA | 38,13 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 14-225 VALOR TOTAL: 43.05 VALOR S/ IVA: 35.00 VALOR IVA: 8.05 | 14-225 | 2014/09/23 | 2014/10/23 | ANTONIO MANUEL POVOA, UNIPessoal, LDA | 43,05 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 1000 VALOR TOTAL: 1771.20 VALOR S/ IVA: 1440.00 VALOR IVA: 331.20 | 1000 | 2014/09/09 | 2014/10/09 | ARMANDO MANUEL PIRES | 1.771,20 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 01135 VALOR TOTAL: 79.03 VALOR S/ IVA: 64.25 VALOR IVA: 14.78 | 01135 | 2014/10/31 | 2014/11/30 | CARPENOR | 79,03 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 14 +00529 VALOR TOTAL: 47.72 VALOR S/ IVA: 38.80 VALOR IVA: 8.92 | 00529 | 2014/12/09 | 2015/01/08 | CARPENOR | 47,72 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 1/1954/2014 VALOR TOTAL: 602.70 VALOR S/ IVA: 490.00 VALOR IVA: 112.70 | 1/1954/2014 | 2014/08/13 | 2014/09/12 | CARVATAK - SERVICOS DE HIGIENE E LIMPEZA INDUSTRIAL, LDA | 602,70 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 1050 VALOR TOTAL: 28.29 VALOR S/ IVA: 23.00 VALOR IVA: 5.29 | 1050 | 2014/09/15 | 2014/10/15 | CASA ELECTRO-DIAS DE CARLOS MANUEL LOBO DIAS | 28,29 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 1048 VALOR TOTAL: 119.93 VALOR S/ IVA: 97.50 VALOR IVA: 22.43 | 1048 | 2014/08/27 | 2014/09/26 | CASA ELECTRO-DIAS DE CARLOS MANUEL LOBO DIAS | 119,93 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 1049 VALOR TOTAL: 226.34 VALOR S/ IVA: 184.00 VALOR IVA: 42.34 | 1049 | 2014/09/09 | 2014/10/09 | CASA ELECTRO-DIAS DE CARLOS MANUEL LOBO DIAS | 226,34 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| | | | | | A TRANSPORTAR | 139.148,40 | | |

| Classificação Orçamental | Descrição da Dívida | Factura | | | Credor | Valor da Dívida | | Justificação do não Pagamento |
|-----------------------------|---------------------|---|------------|------------|---------------|---|----------|---|
| | | Número | Emissão | Vencimento | | (1) | (2) | |
| | | | | | TRANSPORTE | 139.148,40 | | |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 20140304 VALOR TOTAL: 255.72 VALOR S/ IVA: 207.90 VALOR IVA: 47.82 Nº REQUISIÇÃO: 01825 | 20140304 | 2014/12/09 | 2015/01/08 | EGIASSIST, LDA - CONCESSIONARIO ROCA | 255,72 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 2014/25585 VALOR TOTAL: 2054.59 VALOR S/ IVA: 1670.40 VALOR IVA: 384.19 | 2014/25585 | 2014/10/10 | 2014/11/09 | Embeiral Engenharia E Construção | 2.054,59 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 38123 VALOR TOTAL: 1494.87 VALOR S/ IVA: 1215.34 VALOR IVA: 279.53 | 38123 | 2014/10/15 | 2014/11/14 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 1.494,87 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 38483 VALOR TOTAL: 126.08 VALOR S/ IVA: 102.50 VALOR IVA: 23.58 | 38483 | 2014/11/14 | 2014/12/14 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 126,08 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 38482 VALOR TOTAL: 1716.48 VALOR S/ IVA: 1395.51 VALOR IVA: 320.97 | 38482 | 2014/11/14 | 2014/12/14 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 1.716,48 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 03/267 VALOR TOTAL: 53.51 VALOR S/ IVA: 43.50 VALOR IVA: 10.01 | 03/267 | 2014/11/26 | 2014/12/26 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | 53,51 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 03/206 VALOR TOTAL: 145.63 VALOR S/ IVA: 118.40 VALOR IVA: 27.23 | 03/206 | 2014/09/08 | 2014/10/08 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | 145,63 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 03/211 VALOR TOTAL: 18.45 VALOR S/ IVA: 15.00 VALOR IVA: 3.45 | 03/211 | 2014/09/22 | 2014/10/22 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | 18,45 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 03/212 VALOR TOTAL: 15.38 VALOR S/ IVA: 12.50 VALOR IVA: 2.88 | 03/212 | 2014/09/23 | 2014/10/23 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | 15,38 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 03/258 VALOR TOTAL: 36.90 VALOR S/ IVA: 30.00 VALOR IVA: 6.90 | 03/258 | 2014/11/18 | 2014/12/18 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | 36,90 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 03/272 VALOR TOTAL: 78.72 VALOR S/ IVA: 64.00 VALOR IVA: 14.72 LOCAL DESCARGA: LARGO | 03/272 | 2014/12/11 | 2015/01/10 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | 78,72 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 03/257 VALOR TOTAL: 147.60 VALOR S/ IVA: 120.00 VALOR IVA: 27.60 | 03/257 | 2014/11/18 | 2014/12/18 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | 147,60 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 03/256 VALOR TOTAL: 531.18 VALOR S/ IVA: 431.85 VALOR IVA: 99.33 | 03/256 | 2014/11/17 | 2014/12/17 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | 531,18 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 03/225 VALOR TOTAL: 102.71 VALOR S/ IVA: 83.50 VALOR IVA: 19.21 LOCAL DESCARGA: FT | 03/225 | 2014/10/01 | 2014/10/31 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | 102,71 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 03/228 VALOR TOTAL: 54.12 VALOR S/ IVA: 44.00 VALOR IVA: 10.12 | 03/228 | 2014/10/07 | 2014/11/06 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | 54,12 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 03/ 271 VALOR TOTAL: 78.72 VALOR S/ IVA: 64.00 VALOR IVA: 14.72 | 03/271 | 2014/12/11 | 2015/01/10 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | 78,72 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 03/255 VALOR TOTAL: 914.55 VALOR S/ IVA: 743.54 VALOR IVA: 171.01 | 03/255 | 2014/11/17 | 2014/12/17 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | 914,55 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 03/241 VALOR TOTAL: 98.52 VALOR S/ IVA: 80.10 VALOR IVA: 18.42 | 03/241 | 2014/10/28 | 2014/11/27 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | 98,52 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 03/270 VALOR TOTAL: 579.33 VALOR S/ IVA: 471.00 VALOR IVA: 108.33 | 03/270 | 2014/12/11 | 2015/01/10 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | 579,33 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 03/269 VALOR TOTAL: 332.10 VALOR S/ IVA: 270.00 VALOR IVA: 62.10 | 03/269 | 2014/12/09 | 2015/01/08 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | 332,10 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 13/452 VALOR TOTAL: 35.67 VALOR S/ IVA: 29.00 VALOR IVA: 6.67 | 13/452 | 2014/11/07 | 2014/12/07 | LUIS CARLOS MEIRELES, UNIPessoal LDA | 35,67 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 13/453 VALOR TOTAL: 153.75 VALOR S/ IVA: 125.00 VALOR IVA: 28.75 | 13/453 | 2014/11/07 | 2014/12/07 | LUIS CARLOS MEIRELES, UNIPessoal LDA | 153,75 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 294 VALOR TOTAL: 73.80 VALOR S/ IVA: 60.00 VALOR IVA: 13.80 | 294 | 2014/12/02 | 2015/01/01 | Lavandaria Marília Leria | 73,80 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FATURA Nº. 1/78 | 1/78 | 2014/11/19 | 2014/12/19 | Multicenter Emblematikfuture Unipessoal, Lda | 86,12 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 001001232 VALOR TOTAL: 341.94 VALOR S/ IVA: 278.00 VALOR IVA: 63.94 LOCAL DESCARGA: DATA | 001001232 | 2014/11/12 | 2014/12/12 | PALAS & PALAS, LDA | 341,94 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 1/3198 VALOR TOTAL: 86.00 VALOR S/ IVA: 69.92 VALOR IVA: 16.08 | 1/3198 | 2014/10/24 | 2014/11/23 | PROBLOC | 86,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 49/2014 VALOR TOTAL: 2337.00 VALOR S/ IVA: 1900.00 VALOR IVA: 437.00 | 49/2014 | 2014/09/12 | 2014/10/12 | Performadance, Reparacoes Gerais, Unipessoal, Lda | 2.337,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 51/000181 VALOR TOTAL: 3.90 VALOR S/ IVA: 3.17 VALOR IVA: 0.73 | 51/000181 | 2014/09/03 | 2014/10/03 | TRADIÇÃO VALIDA - SUP UNIPessoal LDA | 3,90 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| | | | | | A TRANSPORTAR | 151.101,74 | | |

| Classificação Orçamental | Descrição da Dívida | Factura | | | Credor | Valor da Dívida | | Justificação do não Pagamento |
|--------------------------|---------------------|--|--------------|------------|---------------|--|----------|---|
| | | Número | Emissão | Vencimento | | (1) | (2) | |
| | | | | | TRANSPORTE | 151.101,74 | | |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 1221 VALOR TOTAL: 88.56 VALOR S/ IVA: 72.00 VALOR IVA: 16.56 | 1221 | 2014/11/19 | 2014/12/19 | VASCO AUGUSTO ESTEVES REMONDES | 88,56 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 1195 VALOR TOTAL: 103.32 VALOR S/ IVA: 84.00 VALOR IVA: 19.32 | 1195 | 2014/09/23 | 2014/10/23 | VASCO AUGUSTO ESTEVES REMONDES | 103,32 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 1197 VALOR TOTAL: 377.20 VALOR S/ IVA: 377.20 VALOR IVA: 0.00 | 1197 | 2014/09/30 | 2014/10/30 | VASCO AUGUSTO ESTEVES REMONDES | 346,86 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 1210 VALOR TOTAL: 73.80 VALOR S/ IVA: 60.00 VALOR IVA: 13.80 | 1210 | 2014/11/04 | 2014/12/04 | VASCO AUGUSTO ESTEVES REMONDES | 73,80 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº J218 VALOR TOTAL: 59.04 VALOR S/ IVA: 48.00 VALOR IVA: 11.04 | J218 | 2014/11/13 | 2014/12/13 | VASCO AUGUSTO ESTEVES REMONDES | 59,04 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020203 | FACTURA nº 1218 VALOR TOTAL: 63.96 VALOR S/ IVA: 52.00 VALOR IVA: 11.96 | 1218 | 2014/11/17 | 2014/12/17 | VASCO AUGUSTO ESTEVES REMONDES | 63,96 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020209 | FACTURA nº A581095297 VALOR TOTAL: 59.30 VALOR S/ IVA: 59.30 VALOR IVA: 0.00 | A581095297 | 2014/12/13 | 2015/01/06 | PT COMUNICACOES, S.A. | 59,30 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020209 | FACTURA nº A581349898 VALOR TOTAL: 501.46 VALOR S/ IVA: 501.46 VALOR IVA: 0.00 | A581349898 | 2014/12/16 | 2015/01/08 | PT COMUNICACOES, S.A. | 501,46 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020209 | FATURA Nº. A581349900 | A581349900 | 2014/12/16 | 2015/01/08 | PT COMUNICACOES, S.A. | 75,28 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020209 | FATURA Nº. A581349897 | A581349897 | 2014/12/16 | 2015/01/08 | PT COMUNICACOES, S.A. | 68,60 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020209 | FACTURA nº 000000142554541 VALOR TOTAL: 1212.19 VALOR S/ IVA: 985.62 VALOR IVA: 226.57 | 000000142554 | 2014/11/20 | 2015/01/19 | VODAFONE - TELECEL | 1.212,19 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020209 | FACTURA nº 000000140141862 VALOR TOTAL: 1184.81 VALOR S/ IVA: 963.26 VALOR IVA: 221.55 | 000000140141 | 2014/09/20 | 2014/10/20 | VODAFONE - TELECEL | 1.184,81 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020210 | FACTURA nº 11/754 VALOR TOTAL: 293.25 VALOR S/ IVA: 276.65 VALOR IVA: 16.60 | 11/754 | 2014/10/31 | 2014/11/30 | EMPRESA ALFANDEGUENSE, LDA | 293,25 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020210 | FACTURA nº 11/782 VALOR TOTAL: 255.00 VALOR S/ IVA: 240.57 VALOR IVA: 14.43 | 11/782 | 2014/11/28 | 2014/12/28 | EMPRESA ALFANDEGUENSE, LDA | 255,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020210 | FACTURA nº 11/783 VALOR TOTAL: 3392.00 VALOR S/ IVA: 3200.00 VALOR IVA: 192.00 | 11/783 | 2014/11/28 | | EMPRESA ALFANDEGUENSE, LDA | 3.392,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020210 | FACTURA nº 11/755 VALOR TOTAL: 3900.80 VALOR S/ IVA: 3680.00 VALOR IVA: 220.80 | 11/755 | 2014/10/31 | 2014/11/30 | EMPRESA ALFANDEGUENSE, LDA | 3.900,80 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020210 | FACTURA nº 11/780 VALOR TOTAL: 3539.50 VALOR S/ IVA: 3339.15 VALOR IVA: 200.35 | 11/780 | 2014/11/28 | 2014/12/28 | EMPRESA ALFANDEGUENSE, LDA | 3.539,50 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020210 | FACTURA nº 11/753 VALOR TOTAL: 7244.85 VALOR S/ IVA: 6834.76 VALOR IVA: 410.09 | 11/753 | 2014/10/31 | 2014/11/30 | EMPRESA ALFANDEGUENSE, LDA | 7.244,85 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020210 | FACTURA nº 11/752 VALOR TOTAL: 4180.77 VALOR S/ IVA: 3944.12 VALOR IVA: 236.65 | 11/752 | 2014/10/31 | 2014/11/30 | EMPRESA ALFANDEGUENSE, LDA | 4.180,77 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020210 | FACTURA nº 11/813 VALOR TOTAL: 1865.60 VALOR S/ IVA: 1760.00 VALOR IVA: 105.60 | 11/813 | 2014/12/16 | | EMPRESA ALFANDEGUENSE, LDA | 1.865,60 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020210 | FACTURA nº 11/812 VALOR TOTAL: 140.25 VALOR S/ IVA: 132.31 VALOR IVA: 7.94 | 11/812 | 2014/12/16 | 2015/01/15 | EMPRESA ALFANDEGUENSE, LDA | 140,25 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020210 | FACTURA nº 11/811 VALOR TOTAL: 3545.83 VALOR S/ IVA: 3345.12 VALOR IVA: 200.71 | 11/811 | 2014/12/16 | 2015/01/15 | EMPRESA ALFANDEGUENSE, LDA | 3.545,83 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020210 | FACTURA nº 11/810 VALOR TOTAL: 1946.73 VALOR S/ IVA: 1836.54 VALOR IVA: 110.19 | 11/810 | 2014/12/16 | 2015/01/15 | EMPRESA ALFANDEGUENSE, LDA | 1.946,73 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020210 | FACTURA nº 11/781 VALOR TOTAL: 6447.00 VALOR S/ IVA: 6082.08 VALOR IVA: 364.92 | 11/781 | 2014/11/28 | 2014/12/28 | EMPRESA ALFANDEGUENSE, LDA | 6.447,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020210 | FACTURA nº 11/802 VALOR TOTAL: 129.95 VALOR S/ IVA: 122.59 VALOR IVA: 7.36 | 11/802 | 2014/11/28 | 2014/12/28 | EMPRESA ALFANDEGUENSE, LDA | 129,95 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020210 | FACTURA nº 14/237 VALOR TOTAL: 53.42 VALOR S/ IVA: 50.40 VALOR IVA: 3.02 | 14/237 | 2014/10/31 | 2014/11/30 | SOCIEDADE DE TRANSPORTES CARRAZEDA VILA FLOR, LDA | 53,42 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020210 | FACTURA nº 14/238 VALOR TOTAL: 102.40 VALOR S/ IVA: 96.60 VALOR IVA: 5.80 | 14/238 | 2014/10/31 | 2014/11/30 | SOCIEDADE DE TRANSPORTES CARRAZEDA VILA FLOR, LDA | 102,40 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020210 | FACTURA nº 14/261 VALOR TOTAL: 89.04 VALOR S/ IVA: 84.00 VALOR IVA: 5.04 | 14/261 | 2014/11/28 | 2014/12/28 | SOCIEDADE DE TRANSPORTES CARRAZEDA VILA FLOR, LDA | 94,18 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020211 | M FACTURA nº 3399/ACC14 VALOR TOTAL: 278.00 VALOR S/ IVA: 226.02 VALOR IVA: 51.98 | 3399/ACC14 | 2014/10/30 | 2014/11/29 | ALFANDEGATUR- SOCIEDADE DESENVOLVIMENTO TURISTICO ALFANDEGA DA FE, S.A | 278,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020211 | FACTURA nº 998559 VALOR TOTAL: 110.00 VALOR S/ IVA: 103.77 VALOR IVA: 6.23 | 998559 | 2014/11/26 | 2014/12/26 | Lisbon Marriott Hotel | 110,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| | | | | | A TRANSPORTAR | 192.458,45 | | |

| Classificação Orçamental | Descrição da Dívida | Factura | | | Credor | Valor da Dívida | | Justificação do não Pagamento |
|--------------------------|---------------------|--|---------------|------------|---------------|---|-----------|--|
| | | Número | Emissão | Vencimento | | (1) | (2) | |
| | | | | | TRANSPORTE | 192.458,45 | | |
| 0102 | 020212 | FACTURA nº 0142094912 VALOR TOTAL: 350.00 VALOR S/ IVA: 350.00 VALOR IVA: 0.00 | 0142094912 | 2014/11/26 | 2015/01/15 | COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE MUNDIAL | 350,00 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020212 | FACTURA nº 0044828140 VALOR TOTAL: 49.79 VALOR S/ IVA: 49.79 VALOR IVA: 0.00 | 0044828140 | 2014/11/22 | 2015/01/10 | COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE MUNDIAL | 49,79 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020215 | FACTURA nº 867/2014 VALOR TOTAL: 180.00 VALOR S/ IVA: 180.00 VALOR IVA: 0.00 | 867/2014 | 2014/11/18 | 2014/12/18 | INSTITUTO GESTAO ADMINISTRACAO PUBLICA | 180,00 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020217 | FACTURA nº 452/2014 VALOR TOTAL: 195.72 VALOR S/ IVA: 159.12 VALOR IVA: 36.60 | 452/2014 | 2014/11/18 | 2014/12/18 | BRIGANTIA - COOPERATIVA RADIODIFUSAO BRIGANTIA, CRL | 195,72 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020217 | FACTURA nº 1245 VALOR TOTAL: 615.00 VALOR S/ IVA: 500.00 VALOR IVA: 115.00 | serial-nº1245 | 2014/10/09 | 2014/11/08 | JORNAL AUDIENCIA | 615,00 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020217 | FACTURA nº A/24001210 VALOR TOTAL: 49.20 VALOR S/ IVA: 40.00 VALOR IVA: 9.20 Nº REQUISICÃO: 20142186 | A/24001210 | 2014/11/30 | 2014/12/30 | MAXDIGITAL-IMPRESSORES DIGITAIS, LDA | 49,20 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020217 | FACTURA nº 2014/819 VALOR TOTAL: 159.90 VALOR S/ IVA: 130.00 VALOR IVA: 29.90 | 2014/819 | 2014/12/05 | 2015/01/04 | O SOL E ESSENCIAL S.A. | 159,90 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020219 | FACTURA nº A13/986 VALOR TOTAL: 341.82 VALOR S/ IVA: 277.90 VALOR IVA: 63.92 | A13/986 | 2014/09/04 | 2014/10/04 | MECATERMICA SOCIEDADE MECANICA TERMICA, LDA | 341,82 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020219 | FACTURA nº A13/1161 VALOR TOTAL: 341.82 VALOR S/ IVA: 277.90 VALOR IVA: 63.92 LOCAL DESCARGA: MO-ADA | A13/1161 | 2014/12/17 | 2015/01/16 | MECATERMICA SOCIEDADE MECANICA TERMICA, LDA | 341,82 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020219 | FACTURA nº A13/1100 VALOR TOTAL: 341.82 VALOR S/ IVA: 277.90 VALOR IVA: 63.92 | A13/1100 | 2014/11/13 | 2014/12/13 | MECATERMICA SOCIEDADE MECANICA TERMICA, LDA | 341,82 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020219 | FACTURA nº A13/1060 VALOR TOTAL: 341.82 VALOR S/ IVA: 277.90 VALOR IVA: 63.92 | A13/1060 | 2014/10/13 | 2014/11/12 | MECATERMICA SOCIEDADE MECANICA TERMICA, LDA | 341,82 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020219 | FACTURA nº 2143081 VALOR TOTAL: 885.60 VALOR S/ IVA: 720.00 VALOR IVA: 165.60 | 2143081 | 2014/12/22 | 2015/01/21 | NOGUEIRA & MACEDO LDA | 885,60 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020219 | FACTURA nº 2143082 VALOR TOTAL: 1180.80 VALOR S/ IVA: 960.00 VALOR IVA: 220.80 | 2143082 | 2014/12/22 | 2015/01/21 | NOGUEIRA & MACEDO LDA | 1.180,80 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020219 | FACTURA nº 354796277 VALOR TOTAL: 127.49 VALOR S/ IVA: 103.65 VALOR IVA: 23.84 | 354796277 | 2014/12/01 | 2014/12/31 | SCHINDLER-ASCENSORES E ESCADAS ROLANTES S.A. | 127,49 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 3130386855 VALOR TOTAL: 20970.96 VALOR S/ IVA: 19783.93 VALOR IVA: 1187.03 | 3130386855 | 2014/11/30 | 2014/12/30 | AGUAS DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO | 20.970,96 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 3130386730 VALOR TOTAL: 12970.08 VALOR S/ IVA: 12235.92 VALOR IVA: 734.16 | 3130386730 | 2014/09/30 | 2014/11/29 | AGUAS DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO | 12.970,08 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 3130386794 VALOR TOTAL: 15955.32 VALOR S/ IVA: 15052.19 VALOR IVA: 903.13 | 3130386794 | 2014/10/31 | 2014/11/30 | AGUAS DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO | 15.955,32 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 103/2014069 VALOR TOTAL: 6990.00 VALOR S/ IVA: 6990.00 VALOR IVA: 0.00 | 103/2014069 | 2014/10/17 | 2014/11/16 | ASSOCIACAO CULTURAL SETE SOIS SETE LUAS | 6.990,00 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FATURA Nº. 1/2519/2014 | 1/2519/2014 | 2014/10/22 | 2014/11/21 | CARVATAK - SERVICOS DE HIGIENE E LIMPEZA INDUSTRIAL, LDA | 430,50 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 20140288 VALOR TOTAL: 360.06 VALOR S/ IVA: 292.73 VALOR IVA: 67.33 Nº REQUISICÃO: 1795 | 20140288 | 2014/12/03 | 2015/01/02 | EGIASSIST, LDA - CONCESSIONARIO ROCA | 360,06 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 41/678 VALOR TOTAL: 990.15 VALOR S/ IVA: 805.00 VALOR IVA: 185.15 | 41/678 | 2014/11/28 | 2014/12/28 | Fernando Peixinho & Jose Lima, Soc. Lda | 990,15 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA Nº. 1400/000025 | 1400/000025 | 2014/12/05 | 2015/01/04 | Míriás Mauritti Lda | 86,10 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 2014/364 VALOR TOTAL: 18281.32 VALOR S/ IVA: 17246.53 VALOR IVA: 1034.79 | 2014/364 | 2014/11/14 | 2015/01/13 | RESIDUOS DO NORDESTE-EMPRESA INTERMUNICIPAL | 18.281,32 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 2014/409 VALOR TOTAL: 14770.63 VALOR S/ IVA: 13934.56 VALOR IVA: 836.07 | 2014/409 | 2014/12/10 | 2015/01/09 | RESIDUOS DO NORDESTE-EMPRESA INTERMUNICIPAL | 14.770,63 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 2014/330 VALOR TOTAL: 18155.36 VALOR S/ IVA: 17127.70 VALOR IVA: 1027.66 | 2014/330 | 2014/10/14 | 2014/11/13 | RESIDUOS DO NORDESTE-EMPRESA INTERMUNICIPAL | 18.155,36 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 11/2298 VALOR TOTAL: 218.94 VALOR S/ IVA: 178.00 VALOR IVA: 40.94 LOCAL DESCARGA: DESCARGA: | 11/2298 | 2014/08/04 | 2014/09/03 | SEGURMIRANDELA - SISTEMAS DE PREVENÇÃO E SEG. CONTRA INCÊNDIOS, UNIPESSOAL, LDA | 218,94 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 3000181262 VALOR TOTAL: 124.97 VALOR S/ IVA: 101.60 VALOR IVA: 23.37 | 3000181262 | 2014/11/30 | 2014/12/30 | SUMA | 124,97 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 3000180674 VALOR TOTAL: 248.58 VALOR S/ IVA: 202.10 VALOR IVA: 46.48 | 3000180674 | 2014/09/30 | 2014/10/30 | SUMA | 248,58 | NÃO COMPARCEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| | | | | | A TRANSPORTAR | 308.172,20 | | |

| Classificação Orçamental | Descrição da Dívida | Factura | | | Credor | Valor da Dívida | | Justificação do não Pagamento |
|--------------------------|---------------------|--|----------------|------------|---------------|--|----------|---|
| | | Número | Emissão | Vencimento | | (1) | (2) | |
| | | | | | TRANSPORTE | 308.172,20 | | |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 3000180673 VALOR TOTAL: 23.25 VALOR S/ IVA: 18.90 VALOR IVA: 4.35 | 3000180673 | 2014/09/30 | 2014/10/30 | SUMA | 23,25 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 3000181287 VALOR TOTAL: 312.48 VALOR S/ IVA: 254.05 VALOR IVA: 58.43 | 3000181287 | 2014/11/30 | 2014/12/30 | SUMA | 312,48 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 3000180675 VALOR TOTAL: 255.84 VALOR S/ IVA: 208.00 VALOR IVA: 47.84 | 3000180675 | 2014/09/30 | 2014/10/30 | SUMA | 255,84 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 3000180884 VALOR TOTAL: 261.99 VALOR S/ IVA: 213.00 VALOR IVA: 48.99 | 3000180884 | 2014/10/31 | 2014/11/30 | SUMA | 261,99 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 300181384 VALOR TOTAL: 1.60 VALOR S/ IVA: 1.30 VALOR IVA: 0.30 | 300181384 | 2014/11/30 | 2014/12/30 | SUMA | 1,60 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 3000180942 VALOR TOTAL: 8.61 VALOR S/ IVA: 7.00 VALOR IVA: 1.61 | 3000180942 | 2014/10/31 | 2014/11/30 | SUMA | 8,61 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 3000180943 VALOR TOTAL: 169.94 VALOR S/ IVA: 138.16 VALOR IVA: 31.78 | 3000180943 | 2014/10/31 | 2014/11/30 | SUMA | 169,94 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 3000180944 VALOR TOTAL: 262.73 VALOR S/ IVA: 213.60 VALOR IVA: 49.13 | 3000180944 | 2014/10/31 | 2014/11/30 | SUMA | 262,73 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020220 | FACTURA nº 3000180945 VALOR TOTAL: 98.40 VALOR S/ IVA: 80.00 VALOR IVA: 18.40 | 3000180945 | 2014/10/31 | 2014/11/30 | SUMA | 98,40 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 3634 VALOR TOTAL: 45.00 VALOR S/ IVA: 42.45 VALOR IVA: 2.55 | 3634 | 2014/11/27 | 2014/12/27 | ALFANDEGATUR- SOCIEDADE DESENVOLVIMENTO TURISTICO ALFANDEGA DA FE, S.A | 45,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 3445/ACC14 VALOR TOTAL: 90.00 VALOR S/ IVA: 90.00 VALOR IVA: 0.00 | 3445/ACC14 | 2014/11/04 | 2014/12/04 | ALFANDEGATUR- SOCIEDADE DESENVOLVIMENTO TURISTICO ALFANDEGA DA FE, S.A | 90,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 3511 VALOR TOTAL: 630.00 VALOR S/ IVA: 512.20 VALOR IVA: 117.80 Nº REQUISIÇÃO: 1719 | 3511 | 2014/11/12 | 2014/12/12 | ALFANDEGATUR- SOCIEDADE DESENVOLVIMENTO TURISTICO ALFANDEGA DA FE, S.A | 72,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 3492 VALOR TOTAL: 72.00 VALOR S/ IVA: 58.54 VALOR IVA: 13.46 | 3492 | 2014/11/10 | 2014/12/10 | ALFANDEGATUR- SOCIEDADE DESENVOLVIMENTO TURISTICO ALFANDEGA DA FE, S.A | 630,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 3188 VALOR TOTAL: 1068.00 VALOR S/ IVA: 1068.00 VALOR IVA: 0.00 | 3188 | 2014/10/09 | 2014/11/08 | ALFANDEGATUR- SOCIEDADE DESENVOLVIMENTO TURISTICO ALFANDEGA DA FE, S.A | 1.068,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 998 VALOR TOTAL: 184.50 VALOR S/ IVA: 150.00 VALOR IVA: 34.50 | 998 | 2014/09/08 | 2014/10/08 | ARMANDO MANUEL PIRES | 184,50 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 1016 VALOR TOTAL: 184.50 VALOR S/ IVA: 150.00 VALOR IVA: 34.50 | 1016 | 2014/11/12 | 2014/12/12 | ARMANDO MANUEL PIRES | 184,50 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 999 VALOR TOTAL: 500.00 VALOR S/ IVA: 500.00 VALOR IVA: 0.00 Nº REQUISIÇÃO: 3 | 999 | 2014/09/09 | 2014/10/09 | ARMANDO MANUEL PIRES | 500,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 316 VALOR TOTAL: 50.00 VALOR S/ IVA: 47.17 VALOR IVA: 2.83 | 316 | 2014/11/06 | 2014/12/06 | CANTINHO DE S FRANCISCO UNIPessoal LDA | 50,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 411124 VALOR TOTAL: 1584.00 VALOR S/ IVA: 1584.00 VALOR IVA: 0.00 | 411124 | 2014/10/31 | 2014/11/30 | CLIGERAL-SERVIÇOS CLINICOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA GERAL, LDA | 1.584,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 11140000822777 VALOR TOTAL: 91.22 VALOR S/ IVA: 91.22 VALOR IVA: 0.00 | 11140000822777 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 91,22 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 11140000822758 VALOR TOTAL: 103.41 VALOR S/ IVA: 103.41 VALOR IVA: 0.00 | 11140000822758 | 2014/12/03 | 2015/01/07 | EDP COMERCIAL | 103,41 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 001/10707 VALOR TOTAL: 18.12 VALOR S/ IVA: 17.09 VALOR IVA: 1.03 LOCAL DESCARGA: V/M--EDA | 001/10707 | 2014/11/14 | 2014/12/14 | FRUTAS VELHO DE MARIA DA CONCEIÇÃO REIS VELHO | 18,12 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 56/2014 VALOR TOTAL: 430.50 VALOR S/ IVA: 350.00 VALOR IVA: 80.50 | 56/2014 | 2014/10/28 | 2014/11/27 | Identificodestaque Comunicação, Lda | 430,50 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 2308/2014C VALOR TOTAL: 123.00 VALOR S/ IVA: 100.00 VALOR IVA: 23.00 | 2308/2014C | 2014/11/28 | 2014/12/28 | JORNAL NORDESTE - PRESSNORDESTE, UNIPessoal LDA. | 123,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 0014 VALOR TOTAL: 144.00 VALOR S/ IVA: 144.00 VALOR IVA: 0.00 | 0014 | 2014/12/17 | 2015/01/16 | MARIA DE LURDES DINIS ONOFRE CORDEIRO - RESTAURANTE O PIPO | 144,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº. 1400/000026 | 1400/000026 | 2014/12/05 | 2015/01/04 | Mírias Mauritti Lda | 550,01 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 14-00217 VALOR TOTAL: 56.09 VALOR S/ IVA: 45.60 VALOR IVA: 10.49 | 14-00217 | 2014/11/26 | 2014/12/26 | REBELPAY - INFORMATICA E PUBLICIDADE UNIPessoal, LDA | 56,09 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 51/000183 VALOR TOTAL: 374.80 VALOR S/ IVA: 306.30 VALOR IVA: 68.50 | 51/000183 | 2014/09/03 | 2014/10/03 | TRADIÇÃO VALIDA - SUP UNIPessoal LDA | 374,80 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 51/000249 VALOR TOTAL: 73.54 VALOR S/ IVA: 66.05 VALOR IVA: 7.49 | 51/000249 | 2014/11/21 | 2014/12/21 | TRADIÇÃO VALIDA - SUP UNIPessoal LDA | 73,54 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| | | | | | A TRANSPORTAR | 315.939,73 | | |

| Classificação Orçamental | Descrição da Dívida | Factura | | | Credor | Valor da Dívida | | Justificação do não Pagamento |
|--------------------------|---------------------|--|------------|------------|---------------|---|----------|---|
| | | Número | Emissão | Vencimento | | (1) | (2) | |
| | | | | | TRANSPORTE | 315.939,73 | | |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 51/000182 VALOR TOTAL: 93.12 VALOR S/ IVA: 80.09 VALOR IVA: 13.03 | 51/000182 | 2014/09/03 | 2014/10/03 | TRADIÇÃO VALIDA - SUP UNIPessoal LDA | 93,12 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 51/000256 VALOR TOTAL: 23.53 VALOR S/ IVA: 19.14 VALOR IVA: 4.39 | 51/000256 | 2014/11/29 | 2014/12/29 | TRADIÇÃO VALIDA - SUP UNIPessoal LDA | 23,50 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 135/14 VALOR TOTAL: 360.01 VALOR S/ IVA: 292.69 VALOR IVA: 67.32 | 135/14 | 2014/11/21 | 2014/12/21 | TUACAR- AUTOMÓVEIS E MÁQUINAS, SA | 360,01 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 020225 | FACTURA nº 364 VALOR TOTAL: 548.00 VALOR S/ IVA: 445.53 VALOR IVA: 102.47 | 364 | 2014/12/04 | 2015/01/03 | Terras De Aventura - Desporto E Lazer, Lda | 548,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 030502 | FACTURA nº 2300000641 VALOR TOTAL: 505.79 VALOR S/ IVA: 505.79 VALOR IVA: 0.00 | 2300000641 | 2014/10/31 | 2014/11/30 | AGUAS DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO | 505,79 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 030502 | FACTURA nº 2300000535 VALOR TOTAL: 237.76 VALOR S/ IVA: 237.76 VALOR IVA: 0.00 | 2300000535 | 2014/09/30 | 2014/10/30 | AGUAS DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO | 237,76 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 030502 | FACTURA nº 2300000703 VALOR TOTAL: 497.63 VALOR S/ IVA: 497.63 VALOR IVA: 0.00 | 2300000703 | 2014/11/30 | 2014/12/30 | AGUAS DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO | 497,63 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 04050104 | FACTURA nº 2/223 VALOR TOTAL: 7466.00 VALOR S/ IVA: 7466.00 VALOR IVA: 0.00 | 2/223 | 2014/12/11 | 2015/01/10 | ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | 7.466,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 04050104 | FACTURA nº 188 VALOR TOTAL: 8942.31 VALOR S/ IVA: 8942.31 VALOR IVA: 0.00 | 188 | 2014/10/28 | 2014/11/27 | ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | 8.942,31 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 04050104 | FACTURA nº 203 VALOR TOTAL: 7466.00 VALOR S/ IVA: 7466.00 VALOR IVA: 0.00 | 203 | 2014/11/03 | 2014/12/03 | ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | 7.466,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 04050104 | FACTURA nº 187 VALOR TOTAL: 766.98 VALOR S/ IVA: 766.98 VALOR IVA: 0.00 | 187 | 2014/10/28 | 2014/11/27 | ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | 766,98 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 04050104 | FACTURA nº 2/178 VALOR TOTAL: 7466.00 VALOR S/ IVA: 7466.00 VALOR IVA: 0.00 | 2/178 | 2014/10/03 | 2014/11/02 | ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | 7.466,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 04050104 | FACTURA nº 52 VALOR TOTAL: 7466.00 VALOR S/ IVA: 7466.00 VALOR IVA: 0.00 | 52 | 2014/04/02 | 2014/05/02 | ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | 7.466,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 04050104 | FACTURA nº 163 VALOR TOTAL: 7466.00 VALOR S/ IVA: 7466.00 VALOR IVA: 0.00 | 163 | 2014/09/03 | 2014/10/03 | ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | 7.466,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 04050104 | FACTURA nº 64 VALOR TOTAL: 841.87 VALOR S/ IVA: 841.87 VALOR IVA: 0.00 | 64 | 2014/05/05 | 2014/06/04 | ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | 841,87 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 04050104 | FACTURA nº 76 VALOR TOTAL: 7466.00 VALOR S/ IVA: 7466.00 VALOR IVA: 0.00 | 76 | 2014/05/07 | 2014/06/06 | ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | 7.466,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 04050104 | FACTURA nº 129 VALOR TOTAL: 8942.31 VALOR S/ IVA: 8942.31 VALOR IVA: 0.00 | 128 | 2014/07/21 | 2014/08/20 | ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | 819,72 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 04050104 | FACTURA nº 108 VALOR TOTAL: 7466.00 VALOR S/ IVA: 7466.00 VALOR IVA: 0.00 | 108 | 2014/07/03 | 2014/08/02 | ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | 7.466,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 04050104 | FACTURA nº 93 VALOR TOTAL: 7466.00 VALOR S/ IVA: 7466.00 VALOR IVA: 0.00 | 93 | 2014/06/03 | 2014/07/03 | ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | 7.466,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 04050104 | FACTURA nº 2/147 VALOR TOTAL: 7466.00 | 2/147 | 2014/08/01 | 2014/08/31 | ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | 7.466,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 040701 | PEDIDO DE APOIO | 3200 | 2014/10/17 | 2014/11/16 | ASSOCIACAO PARA A PROMOCAO DO BEM ESTAR | 2.500,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 040701 | ENVIA FATURA Nº. 78A - PROTOCOLO AFLOCAF/MUNICIPIO DE ALF. DA FE | 0078 | 2014/11/03 | 2014/12/03 | Aflocaf - Associacao Produtores Florestais Concelho Alfândega da Fe | 960,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 040701 | ENVIA FACTURA Nº. 81 A - PROTOCOLO AFLOCAF/MUNICIPIO DE ALF. DA FE - PRESTACAO DE SERVICIOS | 0081A | 2014/12/01 | 2014/12/31 | Aflocaf - Associacao Produtores Florestais Concelho Alfândega da Fe | 1.080,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 040701 | FACTURA nº 11/768 VALOR TOTAL: 230.00 VALOR S/ IVA: 216.98 VALOR IVA: 13.02 | 11/768 | 2014/10/31 | 2014/11/30 | EMPRESA ALFANDEGUENSE, LDA | 230,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 040701 | FACTURA nº SCA/43 VALOR TOTAL: 201.80 VALOR S/ IVA: 201.80 VALOR IVA: 0.00 LOCAL DESCARGA: @ | SCA/43 | 2014/10/31 | 2014/11/30 | SANTA CASA DA MISERICORDIA ALFANDEGA DA FE | 201,80 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 040701 | FACTURA nº SCA/36 VALOR TOTAL: 200.00 VALOR S/ IVA: 200.00 VALOR IVA: 0.00 | SCA/36 | 2014/08/29 | 2014/09/28 | SANTA CASA DA MISERICORDIA ALFANDEGA DA FE | 200,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 040701 | FACTURA nº SCA/39 VALOR TOTAL: 187.00 VALOR S/ IVA: 187.00 VALOR IVA: 0.00 LOCAL DESCARGA: @ | SCA/39 | 2014/10/03 | 2014/11/02 | SANTA CASA DA MISERICORDIA ALFANDEGA DA FE | 187,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 040701 | FACTURA nº SCA/50 VALOR TOTAL: 216.54 VALOR S/ IVA: 216.54 VALOR IVA: 0.00 LOCAL DESCARGA: @ | SCA/50 | 2014/12/15 | 2015/01/14 | SANTA CASA DA MISERICORDIA ALFANDEGA DA FE | 216,54 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 06020305 | NOTIFICACAO DE CONTRA ORDENACAO E DE PAGAMENTO VOLUNTARIO | 11612/14 | 2014/12/16 | 2015/01/15 | CENTRO REGIONAL SEGURANCA SOCIAL (IGFSS) | 100,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 06020305 | RESTITUICAO | | 2014/08/28 | 2014/09/27 | RUFINO ANTONIO RIBEIRO | 231,95 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| | | | | | A TRANSPORTAR | 402.677,71 | | |

| Classificação Orçamental | Descrição da Dívida | Factura | | | Credor | Valor da Dívida | | Justificação do não Pagamento |
|--------------------------|---------------------|---|-------------|------------|---------------|--|-----------|---|
| | | Número | Emissão | Vencimento | | (1) | (2) | |
| | | | | | TRANSPORTE | 402.677,71 | | |
| 0102 | 07010302 | FATURA Nº. 1/2519/2014 | 1/2519/2014 | 2014/10/22 | 2014/11/21 | CARVATAK - SERVICOS DE HIGIENE E LIMPEZA INDUSTRIAL, LDA | 136,84 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010302 | FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 58.632,00 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 67.008,90 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 67.008,90 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 67.008,90 - | 410 | 2010/06/07 | 2013/12/31 | INTERPISCINAS-CONSTRUCAO E MANUTENCAO LDA | 46.236,25 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010302 | FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 26.481,62 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 29.970,00 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 29.970,00 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 29.970,00 - | 1112 | 2010/06/01 | 2013/12/31 | JOSE JOAQUIM GOMES | 14.686,37 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010307 | FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 707,90 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 707,90 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 707,90 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 707,90 - | 1123 | 2010/06/08 | 2012/12/31 | JOSE JOAQUIM GOMES | 707,90 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010307 | FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 15,97 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 15,97 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 15,97 - | 1128 | 2010/06/09 | 2012/12/31 | JOSE JOAQUIM GOMES | 15,97 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010307 | FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 44,60 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 44,60 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 44,60 - | 1127 | 2010/06/08 | 2012/12/31 | JOSE JOAQUIM GOMES | 44,60 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010307 | FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 1.110,80 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 1.110,80 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 1.110,80 - | 1121 | 2010/06/08 | 2013/12/31 | JOSE JOAQUIM GOMES | 1.110,80 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010307 | FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 1.080,00 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 1.080,00 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 1.080,00 - | 1119 | 2010/06/08 | 2013/12/31 | JOSE JOAQUIM GOMES | 570,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010307 | FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 132,00 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 132,00 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 132,00 - | 1130 | 2010/06/09 | 2012/12/31 | JOSE JOAQUIM GOMES | 132,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010307 | FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 1.047,33 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 1.047,33 - FAC. TRANSITADA-VALOR INICIAL: 1.047,33 - | 1129 | 2010/06/09 | 2013/12/31 | JOSE JOAQUIM GOMES | 1.047,33 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010307 | FATURA Nº. 2014/219 | 2014/219 | 2014/11/05 | 2014/12/05 | João Duarte Morgado Unipessoal, Lda | 645,75 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010401 | FATURA nº 1/103511 VALOR TOTAL: 1107.00 VALOR S/ IVA: 900.00 VALOR IVA: 207.00 Nº REQUISIÇÃO: 1528 | 1/103511 | 2014/10/30 | 2014/11/29 | BRICANTEL-COMERCIO DE MATERIAL ELECTRICO | 1.107,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010401 | FATURA nº 2014/25584 VALOR TOTAL: 290.28 VALOR S/ IVA: 236.00 VALOR IVA: 54.28 Nº REQUISIÇÃO: 1512 | 2014/25584 | 2014/10/10 | 2014/11/09 | Embeiral Engenharia E Construção | 290,28 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010401 | FATURA nº 38774 VALOR TOTAL: 2672.74 VALOR S/ IVA: 2172.96 VALOR IVA: 499.78 | 38774 | 2014/12/15 | 2015/01/14 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 2.672,74 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010401 | FATURA Nº. 35432 | 35432 | 2014/02/20 | | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 109,07 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010402 | FATURA Nº. 35432 | 35432 | 2014/02/20 | | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 157,32 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010402 | FATURA nº 38690 VALOR TOTAL: 866.78 VALOR S/ IVA: 756.32 VALOR IVA: 110.46 | 38690 | 2014/12/05 | 2015/01/04 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 717,46 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010402 | FATURA nº 38814 VALOR TOTAL: 1047.27 VALOR S/ IVA: 851.44 VALOR IVA: 195.83 | 38814 | 2014/12/18 | 2015/01/17 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 1.047,27 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010402 | FATURA nº A13/1076 VALOR TOTAL: 630.50 VALOR S/ IVA: 512.60 VALOR IVA: 117.90 | A13/1076 | 2014/10/22 | 2014/11/21 | MECATERMICA SOCIEDADE MECANICA TERMICA, LDA | 630,50 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010402 | M- FATURA nº A13/1085 VALOR TOTAL: 150.80 VALOR S/ IVA: 122.60 VALOR IVA: 28.20 | A13/1085 | 2014/11/03 | 2014/12/03 | MECATERMICA SOCIEDADE MECANICA TERMICA, LDA | 150,80 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| | | | | | A TRANSPORTAR | 474.893,96 | | |

| Classificação Orçamental | Descrição da Dívida | Factura | | | Credor | Valor da Dívida | | Justificação do não Pagamento |
|--------------------------|---------------------|---|-----------|------------|---------------|--|----------|---|
| | | Número | Emissão | Vencimento | | (1) | (2) | |
| | | | | | TRANSPORTE | 474.893,96 | | |
| 0102 | 07010404 | FACTURA nº 1/103699 VALOR TOTAL: 258.30 VALOR S/ IVA: 210.00 VALOR IVA: 48.30 Nº REQUISIÇÃO: 1525 | 1/103699 | 2014/11/11 | 2014/12/11 | BRICANTEL-COMERCIO DE MATERIAL ELECTRICO | 258,30 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010404 | FACTURA nº 1/103701 VALOR TOTAL: 424.47 VALOR S/ IVA: 345.10 VALOR IVA: 79.37 Nº REQUISIÇÃO: 1583 | 1/103701 | 2014/11/11 | 2014/12/11 | BRICANTEL-COMERCIO DE MATERIAL ELECTRICO | 424,47 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010404 | FACTURA nº 1/103986 VALOR TOTAL: 483.83 VALOR S/ IVA: 393.36 VALOR IVA: 90.47 | 1/103986 | 2014/11/26 | 2014/12/26 | BRICANTEL-COMERCIO DE MATERIAL ELECTRICO | 483,83 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010404 | FACTURA nº 1/103512 VALOR TOTAL: 897.90 VALOR S/ IVA: 730.00 VALOR IVA: 167.90 Nº REQUISIÇÃO: 324 | 1/103512 | 2014/10/30 | 2014/11/29 | BRICANTEL-COMERCIO DE MATERIAL ELECTRICO | 897,90 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010404 | FACTURA nº 1/103517 VALOR TOTAL: 1395.29 VALOR S/ IVA: 1134.38 VALOR IVA: 260.91 | 1/103517 | 2014/10/30 | 2014/11/29 | BRICANTEL-COMERCIO DE MATERIAL ELECTRICO | 1.395,29 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010404 | FACTURA nº 14K-00045 VALOR TOTAL: 1447.10 VALOR S/ IVA: 1176.50 VALOR IVA: 270.60 Nº REQUISIÇÃO: 1820 | 14K-00045 | 2014/12/05 | 2015/01/04 | JOSE JOAQUIM GOMES | 1.447,10 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010404 | FACTURA nº 14K-00035 VALOR TOTAL: 1595.07 VALOR S/ IVA: 1296.80 VALOR IVA: 298.27 | 14K-00035 | 2014/10/10 | 2014/11/09 | JOSE JOAQUIM GOMES | 1.183,26 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010404 | FACTURA nº 140015844 VALOR TOTAL: 461.87 VALOR S/ IVA: 375.50 VALOR IVA: 86.37 LOCAL DESCARGA: VOSSA | 140015844 | 2014/11/05 | 2014/12/05 | MARIO GONCALVES, LDA | 461,85 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010407 | FACTURA nº 1017 VALOR TOTAL: 1180.80 VALOR S/ IVA: 960.00 VALOR IVA: 220.80 | 1017 | 2014/11/12 | 2014/12/12 | ARMANDO MANUEL PIRES | 1.180,80 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010407 | FACTURA nº 1070 VALOR TOTAL: 49.20 VALOR S/ IVA: 40.00 VALOR IVA: 9.20 | 1070 | 2014/11/19 | 2014/12/19 | CASA ELECTRO-DIAS DE CARLOS MANUEL LOBO DIAS | 49,20 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010407 | FACTURA nº 38769 VALOR TOTAL: 236.71 VALOR S/ IVA: 192.45 VALOR IVA: 44.26 | 38769 | 2014/12/15 | 2015/01/14 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 236,71 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010407 | FACTURA nº 38060 VALOR TOTAL: 7464.87 VALOR S/ IVA: 6069.00 VALOR IVA: 1395.87 | 38060 | 2014/10/09 | 2014/11/08 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 7.464,87 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010407 | FACTURA nº 005 A VALOR TOTAL: 447.72 VALOR S/ IVA: 364.00 VALOR IVA: 83.72 LOCAL DESCARGA: DATA | 005A | 2014/10/07 | 2014/11/06 | FERNANDO JORGE CAMELO PINTO | 447,72 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010407 | FACTURA nº 14K-00035 VALOR TOTAL: 1595.07 VALOR S/ IVA: 1296.80 VALOR IVA: 298.27 | 14K-00035 | 2014/10/10 | 2014/11/09 | JOSE JOAQUIM GOMES | 92,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010407 | FACTURA nº 14K-00044 VALOR TOTAL: 173.61 VALOR S/ IVA: 141.15 VALOR IVA: 32.46 | 14K-00044 | 2014/12/03 | 2015/01/02 | JOSE JOAQUIM GOMES | 2,15 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010407 | FACTURA nº 14K-00046 VALOR TOTAL: 221.40 VALOR S/ IVA: 180.00 VALOR IVA: 41.40 Nº REQUISIÇÃO: 41838 | 14K-00046 | 2014/12/09 | 2015/01/08 | JOSE JOAQUIM GOMES | 221,40 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010407 | FACTURA nº 140015845 VALOR TOTAL: 93.58 VALOR S/ IVA: 76.08 VALOR IVA: 17.50 | 140015845 | 2014/11/05 | 2014/12/05 | MARIO GONCALVES, LDA | 93,58 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010407 | FACTURA nº 140014370 VALOR TOTAL: 136.28 VALOR S/ IVA: 110.80 VALOR IVA: 25.48 Nº REQUISIÇÃO: 0 | 140014370 | 2014/10/10 | 2014/11/09 | MARIO GONCALVES, LDA | 136,28 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010407 | FACTURA nº 140012405 VALOR TOTAL: 3307.67 VALOR S/ IVA: 2689.16 VALOR IVA: 618.51 Nº REQUISIÇÃO: 0033 | 140012405 | 2014/09/03 | 2014/10/03 | MARIO GONCALVES, LDA | 3.099,60 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010407 | FACTURA nº 140012456 VALOR TOTAL: 108.44 VALOR S/ IVA: 88.16 VALOR IVA: 20.28, com NOTA de credito nº 140000414 no valor de 23.20 | 140012456 | 2014/09/04 | 2014/10/04 | MARIO GONCALVES, LDA | 85,23 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010409 | FACTURA nº 1/104240 VALOR TOTAL: 209.10 VALOR S/ IVA: 170.00 VALOR IVA: 39.10 | 1/104240 | 2014/12/10 | 2015/01/09 | BRICANTEL-COMERCIO DE MATERIAL ELECTRICO | 209,10 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FACTURA nº 579 VALOR TOTAL: 110.70 VALOR S/ IVA: 90.00 VALOR IVA: 20.70 | 579 | 2014/10/23 | 2014/11/22 | ANTONIO FERREIRA AZEVEDO & IRMAO, LDA | 110,70 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FACTURA nº 583 VALOR TOTAL: 49.22 VALOR S/ IVA: 40.02 VALOR IVA: 9.20 | 583 | 2014/10/27 | 2014/11/26 | ANTONIO FERREIRA AZEVEDO & IRMAO, LDA | 49,22 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FACTURA nº 38686 VALOR TOTAL: 844.41 VALOR S/ IVA: 686.51 VALOR IVA: 157.90 | 38686 | 2014/12/04 | 2015/01/03 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 844,40 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| | | | | | A TRANSPORTAR | 495.768,92 | | |

| Classificação Orçamental | Descrição da Dívida | Factura | | | Credor | Valor da Dívida | | Justificação do não Pagamento |
|--------------------------|---------------------|--|----------------|------------|---------------|---|-----------|---|
| | | Número | Emissão | Vencimento | | (1) | (2) | |
| | | | | | TRANSPORTE | 495.768,92 | | |
| 0102 | 07010413 | FACTURA nº 38487 VALOR TOTAL: 767.09 VALOR S/ IVA: 623.65 VALOR IVA: 143.44 | 38487 | 2014/11/14 | 2014/12/14 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 303,99 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FACTURA nº 38750 VALOR TOTAL: 175.25 VALOR S/ IVA: 142.48 VALOR IVA: 32.77 | 38750 | 2014/12/12 | 2015/01/11 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 175,25 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FACTURA nº 38690 VALOR TOTAL: 866.78 VALOR S/ IVA: 756.32 VALOR IVA: 110.46 | 38690 | 2014/12/05 | 2015/01/04 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 149,32 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FACTURA nº 38486 VALOR TOTAL: 1148.25 VALOR S/ IVA: 933.54 VALOR IVA: 214.71 | 38486 | 2014/11/14 | 2014/12/14 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 1.060,76 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FACTURA nº 38229 VALOR TOTAL: 139.78 VALOR S/ IVA: 113.64 VALOR IVA: 26.14 | 38229 | 2014/10/23 | 2014/11/22 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 139,78 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FATURA Nº. 35431 | 35431 | 2014/02/20 | 2014/03/22 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 2.010,87 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FACTURA nº 15/2014 VALOR TOTAL: 282.90 VALOR S/ IVA: 230.00 VALOR IVA: 52.90 | 15/2014 | 2014/09/12 | 2014/10/12 | FERNANDO NASCIMENTO SALVADOR | 282,90 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FATURA Nº. 00281 | 00281 | 2014/10/07 | 2014/11/06 | Fundação Escultor José Rodrigues | 15.375,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FACTURA nº 14K-00040 VALOR TOTAL: 1047.76 VALOR S/ IVA: 851.82 VALOR IVA: 195.94 | 14K-00040 | 2014/11/18 | 2014/12/18 | JOSE JOAQUIM GOMES | 852,80 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FACTURA nº 14K-00035 VALOR TOTAL: 1595.07 VALOR S/ IVA: 1296.80 VALOR IVA: 298.27 | 14K-00035 | 2014/10/10 | 2014/11/09 | JOSE JOAQUIM GOMES | 8,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FACTURA nº 14K-00044 VALOR TOTAL: 173.61 VALOR S/ IVA: 141.15 VALOR IVA: 32.46 | 14K-00044 | 2014/12/03 | 2015/01/02 | JOSE JOAQUIM GOMES | 171,46 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FACTURA nº A13/1099 VALOR TOTAL: 959.40 VALOR S/ IVA: 780.00 VALOR IVA: 179.40 | A13/1099 | 2014/11/13 | 2014/12/13 | MECATERMICA SOCIEDADE MECANICA TERMICA, LDA | 959,40 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FACTURA nº A13/1043 VALOR TOTAL: 173.43 VALOR S/ IVA: 141.00 VALOR IVA: 32.43 | A13/1043 | 2014/10/07 | 2014/11/06 | MECATERMICA SOCIEDADE MECANICA TERMICA, LDA | 173,43 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FACTURA nº 5/140001259 VALOR TOTAL: 7446.99 VALOR S/ IVA: 6054.46 VALOR IVA: 1392.53 Nº REQUISIÇÃO: 5140413 | 5/140001259 | 2014/11/28 | 2014/12/28 | MINFO - COMERCIO DE MICRO INFORMATICA, LDA | 7.446,99 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FACTURA nº 2014/92 VALOR TOTAL: 8139.38 VALOR S/ IVA: 6617.38 VALOR IVA: 1522.00 | 2014/92 | 2014/10/24 | 2014/11/23 | Olemak Unipessoal, Lda | 3.139,38 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FACTURA nº 1/2901 VALOR TOTAL: 371.07 VALOR S/ IVA: 301.68 VALOR IVA: 69.39 | 1/2901 | 2014/09/29 | 2014/10/29 | PROBLOC | 371,07 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FACTURA nº 1/4593 VALOR TOTAL: 1987.84 VALOR S/ IVA: 1616.13 VALOR IVA: 371.71 LOCAL DESCARGA: K-ATTICULA | 1/4593 | 2014/10/31 | 2014/11/30 | Quadrínovel - Industria Comercio Quadros, Lda | 1.987,84 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FACTURA nº 30060 VALOR TOTAL: 78.74 VALOR S/ IVA: 64.02 VALOR IVA: 14.72 | 30060 | 2014/10/29 | 2014/11/28 | TOPGIM-MATERIAL DESPORTIVO E LAZER, LDA | 78,74 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010413 | FACTURA nº PTF4353 VALOR TOTAL: 1002.69 VALOR S/ IVA: 815.20 VALOR IVA: 187.49 LOCAL DESCARGA: A | PTF4353 | 2014/10/16 | 2014/11/15 | VIDEIRA DE MIRANDELA MANUEL BERNARDO LEAL CORREIA | 1.002,69 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010601 | FACTURA nº 110-2014-00012 VALOR TOTAL: 18.45 VALOR S/ IVA: 15.00 VALOR IVA: 3.45 | 110-2014-00012 | 2014/09/18 | 2014/10/18 | MANUEL MELES, LDA | 18.450,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010602 | M-FACTURA nº 11/1373 VALOR TOTAL: 3542.30 VALOR S/ IVA: 2879.92 VALOR IVA: 662.38 LOCAL DESCARGA: LL--TALACÕES | 11/1373 | 2014/11/04 | 2014/12/04 | EMIDIO MORENO & IRMAOS, LDA | 3.542,30 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07010602 | FACTURA nº OPC4714888 VALOR TOTAL: 1523.55 VALOR S/ IVA: 1523.55 VALOR IVA: 0.00 | OPC4714888 | 2014/11/19 | 2014/12/19 | M. COUTINHO NORDESTE-COM.AUTOMOVEIS, S.A | 1.523,55 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 070107 | FACTURA nº 14-00228 VALOR TOTAL: 60.17 VALOR S/ IVA: 48.92 VALOR IVA: 11.25 | 14-00228 | 2014/12/18 | 2015/01/17 | REBELPAY - INFORMATICA E PUBLICIDADE UNIPESSOAL, LDA | 60,17 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 070107 | FACTURA nº FT-14-00216 VALOR TOTAL: 65.01 VALOR S/ IVA: 52.85 VALOR IVA: 12.16 | FT-14-00216 | 2014/11/26 | 2014/12/26 | REBELPAY - INFORMATICA E PUBLICIDADE UNIPESSOAL, LDA | 65,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07011002 | FACTURA nº 38657 VALOR TOTAL: 26.00 VALOR S/ IVA: 21.14 VALOR IVA: 4.86 | 38657 | 2014/12/01 | 2014/12/31 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 26,00 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07011002 | FACTURA nº 38487 VALOR TOTAL: 767.09 VALOR S/ IVA: 623.65 VALOR IVA: 143.44 | 38487 | 2014/11/14 | 2014/12/14 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 158,42 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 07011002 | FACTURA nº 03/259 VALOR TOTAL: 206.64 VALOR S/ IVA: 168.00 VALOR IVA: 38.64 | 03/259 | 2014/11/18 | 2014/12/18 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | 206,64 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 070113 | FATURA Nº. 1/2282 | 1/2282 | 2014/10/06 | 2014/11/05 | MANOSGRAFICA-EVARISTO J.A.N.RODRIGUES | 922,50 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 08050104 | FACTURA nº 128 VALOR TOTAL: 819.72 VALOR S/ IVA: 819.72 VALOR IVA: 0.00 | 129 | 2014/07/21 | 2014/08/20 | ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | 8.942,31 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| | | | | | A TRANSPORTAR | 565.355,48 | | |

| Classificação Orçamental | Descrição da Dívida | Factura | | | Credor | Valor da Dívida | | Justificação do não Pagamento |
|-----------------------------|---------------------|--|---------|------------|---------------|---|----------|---|
| | | Número | Emissão | Vencimento | | (1) | (2) | |
| | | | | | TRANSPORTE | 565.355,48 | | |
| 0102 | 08050104 | FACTURA nº 65 VALOR TOTAL: 8942.31 VALOR S/IVA: 8942.31 VALOR IVA: 0.00 | 65 | 2014/05/05 | 2014/06/04 | ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | 8.942,31 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| 0102 | 080802 | FACTURA nº 1/3197 VALOR TOTAL: 483.94 VALOR S/IVA: 393.45 VALOR IVA: 90.49 | 1/3197 | 2014/10/24 | 2014/11/23 | PROBLOC | 483,94 | NÃO COMPARECEU PARA RECEBER/FALTA DE DISPONIBIL |
| | | | | | A TRANSPORTAR | | | |
| | | | | | TOTAL GERAL | 574.781,73 | | |

- a) Designação do organismo ou serviço.
b) Dirigente, dependente do órgão executivo, responsável pela área administrativa e / ou financeira.
c) Membros do órgão executivo.
(1) Entidades privadas.
(2) Estado e Outros Entes Públicos.

Aprovado em reunião do executivo, de ____ de _____ de 200 __

Assinaturas (c)

Em, ____ de _____ de 200 __

O Responsável pelos Serviços (b)

Edital n.º 88/2014**Projeto de decisão relativo à classificação como Monumento de Interesse Municipal do Edifício da “Assembleia de Abrantes”**

Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque, Presidente da Câmara Municipal de Abrantes: Torna público, em cumprimento do estabelecido no n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos e para os efeitos do disposto na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro e no Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, ao abrigo da competência própria prevista na alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que, nas reuniões do Executivo Municipal realizadas no dia 16 de setembro e 3 de dezembro de 2013, a Câmara Municipal de Abrantes deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, aprovar o projeto de decisão relativo à classificação como Monumento de Interesse Municipal do Edifício da “Assembleia de Abrantes”, sito no Largo General Avelar Machado/Rua Nossa Senhora da Conceição/Rua do Montepio Abrantino, freguesia de São João, concelho de Abrantes, conforme planta anexa que é parte integrante da presente publicação e proceder a audiência prévia dos interessados, atendendo a que se trata de um bem imóvel cuja proteção e valorização representa um valor cultural de significado predominante para o Município de Abrantes. Os interessados podem, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar da publicação do presente Edital na 2.ª série do *Diário da República*, apresentar quaisquer reclamações por escrito, de modo fundamentado, dirigidas à Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, deste Município, sito na Praça Raimundo Soares, 2200-366 Abrantes, no prazo referido.

Para efeitos previstos no parágrafo anterior, o processo poderá ser consultado todos os dias úteis na Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, deste Município, entre as 9h:00 e as 12h:30 e entre as 14h:00 e as 17h:30, dentro do prazo indicado.

E, para constar, se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

7 de janeiro de 2014. — A Presidente da Câmara, *Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque*.

307546417

MUNICÍPIO DE ALENQUER**Aviso (extrato) n.º 1577/2014**

Para os devidos efeitos se faz público que, por meu despacho de 11 de outubro de 2013, proferido nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, designei como Vice-Presidente da Câmara e meu substituto nas minhas faltas e impedimentos o Vereador Rui Fernando de Sousa Santos Soares da Costa, em regime de permanência a tempo inteiro, com efeitos a partir daquela data.

29 de novembro de 2013. — O Presidente da Câmara, *Dr. Pedro Miguel Ferreira Folgado*.

307529723

MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ**Edital n.º 89/2014**

Berta Ferreira Milheiro Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé,

Torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que, a Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada no dia 30 de novembro de 2013, sob proposta da Câmara Municipal de 25 de novembro de 2013, aprovou os seguintes Regulamentos:

Primeira Alteração ao Regulamento de Sistema de Controlo Interno; Regulamento dos Processos de Execução Fiscal e Procedimentos de Execução de Coimas.

Os referidos regulamentos entram em vigor no dia seguinte ao da publicação do presente edital no *Diário da República* e o seu conteúdo encontra-se disponível no sítio da Internet www.cm-alfandegadafé.pt.

14 de janeiro de 2014. — A Presidente da Câmara Municipal, *Berta Ferreira Milheiro Nunes*.

307561223

MUNICÍPIO DE FAFE**Despacho n.º 1787/2014**

Raul Jorge Fernandes Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Fafe, no cumprimento do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, torna público as seguintes deliberações:

1 — Deliberação da Assembleia Municipal de Fafe, tomada em sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013, relativa à estrutura e organização dos serviços municipais, nos seguintes termos:

a) Foram aprovados:

a.1) Alterações ao regulamento da estrutura dos serviços municipais, as quais se publicam;

a.2) Republicação do regulamento da organização e estrutura dos serviços municipais, constituindo o anexo A;

a.3) Republicação do organigrama da estrutura nuclear que constitui o anexo I;

a.4) O Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Fafe, a publicar nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

2 — Deliberação da Câmara Municipal de Fafe de 09/01/2014, que aprovou, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, alterações de competências no Regulamento da estrutura orgânica flexível dos serviços municipais, cujo organigrama constitui o Anexo II, e republicação do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível dos Serviços Municipais, que se publicam na íntegra.

16 de janeiro de 2014. — O Presidente, *Raul Cunha*.

Deliberação da Assembleia Municipal de Fafe de 27/12/2013**Organização e estrutura dos serviços municipais****Nota justificativa**

A estrutura e organização dos serviços municipais em vigor, conformatada nos respetivos diplomas reguladores (Decreto-Lei n.º 305/2009 e Lei n.º 49/2012), embora consonante com o que se pretende em termos de funcionamento geral dos serviços autárquicos e apesar do pequeno período vigente desde a última reorganização ocorrida em final de 2012, carece de pequenos ajustamentos que, sem interferirem nas grandes linhas de organização, têm como objetivo, o desiderato enunciado no Decreto-Lei n.º 305/2009, isto é, dotar os serviços de «...condições para o cumprimento adequado do seu amplo leque de atribuições, respeitantes quer à prossecução de interesses locais por natureza, quer de interesses gerais que podem ser prosseguidos de forma mais eficiente pela administração autárquica em virtude da sua relação de proximidade com as populações, no quadro do princípio constitucional da subsidiariedade».

Nestes termos, através dos ajustamentos que se pretendem introduzir, objetiva-se uma adequada revisão das atribuições de algumas das unidades orgânicas, com vista a facilitar a prossecução de atribuições dos serviços de uma forma que se entende mais conforme com um funcionamento harmonioso dos serviços, sem prejuízo de a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica deverem pautar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos e demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e constantes no Código do Procedimento Administrativo.

Tendo presente o quadro legal em vigor, designadamente os dois diplomas atrás referidos, bem como a análise efetuada ao funcionamento dos serviços municipais, tal como se atrás se referiu, propõem-se alguns ajustamentos a nível de atribuições de unidades orgânicas, sem, contudo, desvirtuar o modelo de estrutura hierarquizada oportunamente aprovado e em vigor.

Assim, obedecendo ao modelo de estrutura hierarquizada, propõem-se ligeiras modificações na estrutura municipal, que passam pela estrutura nuclear, pela estrutura flexível e pelas subunidades orgânicas.

Nesta conformidade, e, em sede de estrutura nuclear, mais concretamente no respeitante ao Regulamento da organização e estrutura dos serviços municipais, aprovado em sessão ordinária de 14 de dezembro



Dr^a Berta Nunes, 21-06-2013
à reunião de câmara

Proposta de Primeira Alteração ao Regulamento de Sistema de Controlo Interno

Preâmbulo

O POCAL – Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, Decreto - Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e a Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, visa criar as condições para uma integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade pública moderna que se pautela pela fiabilidade e credibilidade dos registos, constituindo assim um instrumento fundamental de apoio à gestão das Autarquias Locais.

A Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, estabelece na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º, que compete ao executivo municipal elaborar e aprovar a norma de controlo interno, sob proposta da Sr.^a Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 68.º do mesmo diploma legal.

A norma de controlo interno deve ser elaborada através de regulamento interno; dispõe o artigo 116.º do Código de Procedimento Administrativo que o “Proposta de Alteração ao Regulamento de Sistema de Controlo Interno (RSCI)” “é acompanhado de uma nota justificativa fundamentada” que se apresenta neste preâmbulo.

Considerando que:

- 1) O RSCI da Câmara Municipal entrou em vigor há cerca de 2 anos, carece de ser ajustado e atualizado, face vastíssima legislação aplicável vem como à alteração da estrutura orgânica da Câmara Municipal.
- 2) O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54 - A/99, de 22 de Fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, e posteriores alterações, consubstanciou a reforma da administração financeira e das contas públicas no sector da administração autárquica, que consistiu na adaptação das regras do Plano Oficial de Contabilidade Pública à administração local, ao abrigo do disposto no artigo 6.º, n.º 2, da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto (Anterior Lei das Finanças Locais).
Um dos principais objetivos do POCAL foi a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade pública moderna, constituindo um instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais.
- 3) A atual lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, veio introduzir novas regras relativamente ao controlo do endividamento e aos procedimentos quando às matérias relacionadas com as finanças locais.
- 4) A Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – regulamentada pelo Decreto-Lei 127/2012, de 21 de Junho, constituiu uma importante alteração quanto à assunção de novos compromissos estabelecendo regras extremamente rígidas para o efeito.
- 5) As crescentes preocupações inerentes à gestão económica, eficiente e eficaz das atividades desenvolvidas pelas autarquias locais, no âmbito das suas atribuições, exige um conhecimento integral e exato da composição do património autárquico e do contributo deste para o desenvolvimento das comunidades locais.

No âmbito dos poderes de fiscalização da atividade financeira da Câmara Municipal, o regulamento depois de aprovado, pela Câmara Municipal, deve ser ainda submetido a conhecimento da Assembleia Municipal.

Assim, e nos termos das disposições conjugadas dos artigos 112.º, n.º 7 e 241.º da Constituição da República Portuguesa e em execução da competência cometida a esta Câmara Municipal, nos termos da alínea e), do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, é aprovada na reunião de câmara de ____/____/_____, a Primeira Alteração ao Regulamento do Sistema de Controlo Interno, que depois de cumpridos todos os procedimentos inerentes sobre esta matéria, será o mesmo publicitado por Edital no Diário da República e na página oficial do Município em: <http://www.cm-alfandegadafe.pt>

RCM de 25/11/2013

Deliberado, por unanimidade, aprovar a primeira alteração a ao Regulamento do Sistema de Controlo Interno e enviá-lo à próxima sessão da Assembleia Municipal também para aprovação.



CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

O presente regulamento visa estabelecer um conjunto de regras definidoras de políticas, métodos e procedimentos de controlo que permitam assegurar o desenvolvimento das atividades atinentes à evolução patrimonial, de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

O presente regulamento é aplicável a todos os serviços da autarquia.

CAPÍTULO II

Organização dos serviços

Artigo 3.º

Organização e funcionamento das unidades orgânicas

No âmbito da organização dos Serviços Municipais, as funções e atribuições cometidas aos diversos serviços, serão em tudo o que não contrariar o presente documento, as que constam na Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Alfândega da Fé em vigor.

Artigo 4.º

Nomeação e competência dos diversos responsáveis

1 – O Regulamento do Sistema de Controlo Interno é gerido e coordenado pelo órgão executivo, que o aprova e mantém em funcionamento assegurando o seu acompanhamento e avaliação permanente, conforme disposto no ponto 2.9.3 do POCAL.

2 – Na definição das funções de controlo e na nomeação dos respectivos responsáveis, presente neste regulamento, atende-se:

- a) À identificação das responsabilidades funcionais;
- b) Aos circuitos obrigatórios dos documentos e às verificações respectivas;
- c) Ao cumprimento dos princípios da segregação das funções de acordo com as normas legais e os princípios de gestão, nomeadamente para salvaguardar a separação entre o controlo físico e o processamento dos correspondentes registos.

3 – Compete aos dirigentes intermédios de 2.º grau das diversas divisões, sectores, subunidades orgânicas, a implementação e o cumprimento das normas constantes no presente Regulamento.

4 - A nova estrutura organizacional entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2013, sem prejuízo da suspensão resultante do n.º 7 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto.

Artigo 5.º

Identificação funcional dos documentos administrativos

É da responsabilidade geral que todos os documentos que integram os processos administrativos internos, todos os despachos e informações que sobre ele forem exaradas, bem como os documentos do sistema contabilístico, devem

sempre identificar os eleitos, dirigentes, funcionários e agentes seus subscritores e a qualidade em que o fazem, de forma bem legível, conforme o disposto no ponto 2.9.6 do POCAL.

Artigo

Gestão administrativa financeira

A unidade orgânica à qual está cometida a gestão administrativa e financeira do município é à Divisão Administrativa e Financeira (DAF).

Artigo 6.º

Funções comuns

Constituem funções comuns, às diversas unidades orgânicas:

- a) Colaborar na elaboração do orçamento, plano plurianual de investimentos, e documentos de prestação de contas;
- b) Emitir requisições internas, tendo em vista a aquisição de bens e serviços e, bem assim, a execução de empreitadas de obras públicas;
- c) Velar pela conservação do património afecto.

Secção I

Competências

Artigo 7.º

Divisão administrativa e financeira

1 - Divisão Administrativa e Financeira (DAF):

- a) Assegurar que a constituição, controlo e reconstituição dos fundos de maneiio se efetua de acordo como o previsto no regulamento dos fundos de maneiio, aprovado pelo executivo;
- b) Apoiar o órgão executivo na definição da política e linhas estratégicas do município;
- c) Coordenar as atividades e operações conducentes à obtenção dos meios de financiamento do município, em cumprimento das normas aplicáveis no que concerne à contração de empréstimos ou outros financiamentos previstos na lei;
- d) Assegurar a realização de todos os procedimentos conducentes à celebração de contratos de concessão e acompanhar a sua execução;
- e) Dinamizar e coordenar as atividades conducentes à elaboração dos principais instrumentos de gestão do município, designadamente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, bem como dos documentos legais de prestação de contas, designadamente o balanço, a demonstração de resultados, os mapas de execução orçamental, os anexos às demonstrações financeiras e o relatório de gestão;
- f) Assegurar a execução das deliberações da Câmara, Assembleia Municipal e despachos do presidente da Câmara ou do vereador com responsabilidade política na direção da divisão;
- g) Assegurar a implementação do sistema de controlo interno na divisão;
- h) Assegurar e promover o relacionamento funcional com as outras áreas orgânicas da Câmara;
- i) Coordenar o arquivo do município no que respeita à sua classificação, conservação, arrumação e atualização;
- j) Executar as tarefas inerentes à receção, registo, classificação, distribuição e expedição de correspondência e outros documentos;
- k) Proceder à gestão administrativa do pessoal ao serviço da Câmara, mantendo atualizados os respetivos processos individuais;
- l) Proceder a todos os atos relativos ao processamento dos vencimentos dos trabalhadores ao serviço da autarquia;
- m) Assegurar a informação necessária entre os serviços com vista ao bom funcionamento da divisão.

Artigo 8.º

Sector Económico – Financeiro

Compete ao Sector Económico -Financeiro:

- a) Apoiar na elaboração e recolha de informação, bem como seguir a metodologia correcta para a elaboração dos documentos previsionais (nomeadamente orçamento e grandes opções do plano);
- b) Elaborar estudos financeiros, sempre que solicitados pelo Chefe de Divisão, presidente da Câmara ou vereador com responsabilidade política na direcção da divisão;
- c) Desencadear as operações necessárias ao encerramento do ano económico;
- d) Verificação e coerência dos documentos da contabilidade patrimonial e orçamental;
- e) Organizar a apresentação de contas e respectivo relatório de gestão;
- f) Elaborar e actualizar normas e regulamentos internos;
- g) Assegurar que os procedimentos contabilísticos e orçamentais são aplicados com rigor;
- h) Garantir, produzir e prestar informação clara e precisas as entidades externas, que a solicitem;
- i) Partilhar informações e conhecimentos com os restantes serviços da divisão e disponibilizar -se para os apoiar quando solicitado;
- j) Assegura a correcta elaboração dos processos inerentes a realização de acordos de pagamento entre entidades externas e manter a informação actualizada;
- k) Assegurar a correcta aplicação dos princípios contabilísticos estabelecidos no ponto 3.2 do POCAL;

Artigo 10.º

Secção de Aprovisionamento e Património

1 — Compete à Secção de Aprovisionamento e Património, no âmbito do aprovisionamento:

- a) Proceder ao estudo das previsões anuais com a colaboração dos diversos sectores para a aquisição de diverso material, tendo em conta uma correcta gestão de stocks;
- b) Participar na elaboração de programas de concurso e caderno de encargos, para consultas ao mercado e concursos de aquisição de materiais e outros bens e serviços Proceder à aquisição de bens e serviços necessários à actividade municipal, de acordo com critérios técnicos, económicos e de qualidade;
- c) Promover a análise e relatório das propostas apresentadas pelos fornecedores e prestadores de serviços a submeter a despacho superior;
- d) Emitir requisições concernentes a todos os materiais e serviços em consonância com a reposição de stocks e após terem sido cabimentadas pela secção de contabilidade, fazer o envio aos respectivos fornecedores;
- e) Administrar o material de expediente, proceder à sua distribuição interna, propondo medidas tendentes a racionalizar as aquisições e consumos, e manter actualizado, através de registo, o respectivo ficheiro;
- f) Estabelecer medidas de actuação tendentes ao correcto enquadramento dos serviços com o sector armazém;

2 — Compete ainda à Secção de Aprovisionamento e Património, no âmbito do património:

- a) Organizar e manter actualizado o inventário e cadastro dos bens, incluindo prédios urbanos e outros imóveis;
- b) Executar e acompanhar, através de elementos fornecidos pelos diversos serviços, todo o processo de inventariação do património municipal (nomeadamente aquisição, alienação, oneração, transferência, abate ou permuta);
- c) Assegurar a gestão e controlo do património;
- d) Realizar inventariações de acordo com as necessidades dos serviços;
- e) Promover a inscrição nas matrizes prediais e na conservatória do registo predial de todos os bens próprios imobiliários do município;
- f) Gerir e promover a inscrição das cedências em loteamentos, após comunicação pela Divisão de Urbanismo.

Artigo 11.º

Secção de Contabilidade

São atribuições da Secção de Contabilidade:

- a) Colaborar na coordenação e controlo de toda a actividade financeira, designadamente do cabimento de verbas;
- b) Coligir todos os elementos necessários à elaboração do orçamento, colaborar na elaboração do plano plurianual de investimento e respectivas modificações;
- c) Promover o acompanhar e controlo do orçamento e das grandes opções do plano;
- d) Promover a conferência da arrecadação de receitas e o pagamento das despesas autorizadas;
- e) Proceder a todos os registos contabilísticos de conformidade com as regras que regem o plano oficial de contabilidade das autarquias locais (POCAL);
- f) Exercer o controlo da tesouraria, nomeadamente quanto à arrecadação de receitas eventuais e liquidação de juros de mora;
- g) Enviar ao tribunal de contas os documentos de prestação de contas e documentos previsionais, bem como as outras entidades, de acordo com a lei e nos prazos legalmente estipulados;
- h) Reunir os elementos necessários e elaborar os documentos para efeitos fiscais;
- i) Verificar diariamente a exactidão de todas as operações e movimentos da tesouraria;

Artigo 12.º

Sector de Tesouraria

São atribuições do Sector de Tesouraria:

- a) Promover a arrecadação das receitas virtuais e eventuais e liquidação de juros de mora;
- b) Promover o Pagamento de todas as despesas depois de devidamente autorizadas e verificadas as condições necessárias à sua efectivação;
- c) Elaborar os diários de tesouraria e resumos diários de tesouraria, remetendo -os diariamente à contabilidade, juntamente com os respectivos documentos de receita e de despesa;
- d) Escrituração dos livros de tesouraria e cumprimento das disposições legais regulamentares sobre contabilidade municipal;
- e) Emissão de certidões de dívida e envio para o Serviço de Execuções Fiscais;
- f) Cumprir as demais disposições legais e regulamentares sobre a contabilidade municipal;

Secção II

Organização dos documentos

Artigo 13.º

Processos

1 - Para além das funções e competências que estão atribuídas à Divisão Financeira e Administrativa, suas secções e respectivos sectores, é de todo interesse que os serviços desta estrutura orgânica, mantenham os elementos constitutivos de um processo de despesa organizados em termos processuais de modo a permitir para cada caso a identificação de todas as fases e respectiva sequencialidade. A relação dos documentos que sustentam a realização da despesa vem como os actos administrativos inerentes da actividade administrativa, devem conter a identificação dos diferentes despachos autorizações e a denominação dos responsáveis pela execução de cada acto e cada fase (segregação de funções) deverão estar numerados sequencialmente e agregados numa "capa de processo".

Capa de Processo deverá conter os seguintes elementos:

- a) Câmara Municipal de Alfândega da Fé;
- b) Designação da divisão/secção sector/serviço;
- c) Número ou designação atribuído ao processo, seguido da menção do ano a que diz respeito;
- d) Designação do tema ou assunto;

e) Designação da entidade requerente se for caso disso;

f) Data do início da formação do processo.

2 - Cabe a cada serviço municipal organizar os respectivos processos, adaptando estas normas, de acordo com a natureza dos mesmos.

Secção III

Caracterização e normas

Artigo 14.º

Natureza jurídica

Município de Alfândega da Fé – pessoa colectiva de direito público dotado de autonomia estatutária, administrativa, financeira e patrimonial.

Artigo 15.º

Pressupostos legais

A verificação do cumprimento dos todos os diplomas legais aplicáveis às autarquias locais, em vigor e outros que venham a ser publicados posteriormente.

Enquadramento regulamentar

- A verificação do cumprimento do Regulamento do Inventário e Cadastro do Património da Câmara Municipal de Alfândega da Fé;
- A verificação do cumprimento do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais do Município de Alfândega da Fé.
- A verificação do cumprimento das disposições do Plano Director Municipal de Alfândega da Fé;
- A verificação do cumprimento do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal;
- A verificação do cumprimento dos restantes regulamentos municipais em vigor.

CAPÍTULO III

Organização contabilística, orçamental e patrimonial

Artigo 16.º

Princípios orçamentais

Tendo em vista a elaboração e a execução do orçamento do município, deverão ser tomadas em consideração, os seguintes princípios orçamentais, de acordo com o ponto 3.1 do POCAL.

- a) Princípio da independência – a elaboração, aprovação e execução do orçamento das autarquias locais é independente do Orçamento do Estado;
- b) Princípios da anualidade – os montantes previstos no orçamento são anuais, coincidindo o ano económico com o ano civil;
- c) Princípio da unidade – o orçamento das autarquias locais é único;
- d) Princípio da universalidade – o orçamento compreende todas as despesas e receitas, inclusive as dos serviços municipalizados, em termos globais, devendo o orçamento destes serviços apresentar-se em anexo;
- e) Princípio do equilíbrio – o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes;
- f) Princípio da especificação – o orçamento discrimina suficientemente todas as despesas e receitas nele previstas;

- g) Princípio da não consignação – o produto de quaisquer receitas não pode ser afecto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afectação for permitida por lei;
- h) Princípio da não compensação – todas as despesas e receitas são inscritas pela sua importância integral, sem deduções de qualquer natureza.

Artigo 17.º

Princípios contabilísticos

A aplicação dos princípios contabilísticos fundamentais abaixo descritos, deve levar à obtenção de uma imagem real e apropriada da situação financeira, assim como dos resultados e da respectiva execução orçamental do município:

- a) Princípio da entidade contabilística – constitui entidade contabilística todo o ente público ou de direito privado que esteja obrigado a elaborar e apresentar contas de acordo com o POCAL. Quando as estruturas organizativas e as necessidades de gestão e informação o requeiram, podem ser criadas sub-entidades contabilísticas, desde que esteja devidamente assegurada a coordenação com o sistema central;
- b) Princípio da continuidade – considera-se que a entidade opera continuamente, com duração ilimitada;
- c) Princípio da consistência – considera-se que a entidade não altera as suas políticas contabilísticas de um exercício para o outro. Se o fizer e a alteração tiver efeitos materialmente relevantes, esta deve ser referida de acordo com o anexo às demonstrações financeiras;
- d) Princípio da especialização (ou do acréscimo) – os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem;
- e) Princípios do custo histórico – os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou de produção;
- f) Princípio da prudência – significa que é possível integrar nas contas um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas ou a deliberada quantificação de activos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso;
- g) Princípios da materialidade – as demonstrações financeiras devem evidenciar todos os elementos que sejam relevantes e que possam afectar avaliações ou decisões dos órgãos das autarquias locais e dos interessados em geral;
- h) Princípio da não compensação – os elementos das rubricas do activo e do passivo (balanço), dos custos e perdas e de proveitos e ganhos (demonstração de resultados) são apresentados em separado, não podendo ser compensados.

CAPÍTULO IV

Documentos e regras previsionais

Secção I

Documentos previsionais

Artigo 18.º

Documentos previsionais

Os documentos previsionais a adoptar pela Câmara Municipal são as grandes Opções do Plano e o Orçamento.

Artigo 19.º

Grandes opções do plano

- 1 – Nas grandes opções do plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia e incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimento (PPI) e as Actividades mais relevante da gestão autárquica (PAM).
- 2 – Os princípios gerais de execução, descrição e mensuração das grandes opções do plano estão explicitados no ponto 2.3 das considerações técnicas do POCAL.

Artigo 20.º

Orçamento

1 - No cumprimento dos princípios orçamentais determinados pelo POCAL, pela Lei das Finanças Locais (Lei n.º 02/2007, de 15 de Janeiro) e pela Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto), deverá ser apresentado um orçamento único e anual, que contenha todas as receitas e todas as despesas que se prevêem cobrar no período financeiro coincidente com o ano civil.

2 – O orçamento de acordo com os termos citados constitui na sua essência a previsão anual de receitas e despesas de acordo com o quadro e código de contas descritos no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, em dois mapas:

a) Mapa resumo das despesas e receitas da autarquia;

b) Mapa das receitas e despesas desagregadas pela classificação económica e orgânica.

3 – A descrição, execução, princípios, regras previsionais, alterações e revisões ao orçamento encontram-se dispostas, respectivamente, nos pontos 2.3.2, 2.3.4, 3.1, 3.3 e 8.3.1 do POCAL e, entretanto, pelas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril.

4 – Nos termos dos artigos 13.º e 49.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Setembro, determina-se em que sessão, respectivamente a Assembleia de Freguesia e Assembleia Municipal, aprovarão as opções do plano e a proposta de orçamento. Assim deverão ser aprovados estes documentos, na reunião ordinária de Dezembro, salvo no ano imediato ao da realização de eleições gerais em que a aprovação terá lugar no final de Abril.

5 – A sua inexistência nos prazos determinados na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Setembro, poderá provocar a dissolução dos órgãos da autarquia.

Secção II**Competências para a elaboração, aprovação e apreciação dos documentos de prestação de contas**

Artigo 21.º

Preparação e elaboração

1 – Compete à Divisão Administrativa e Financeira, no âmbito das suas competências, com o apoio do Sector Económico – Financeiro, a preparação dos documentos previsionais em consonância com as directivas emanadas pelo órgão executivo.

2 – As divisões, secções, sectores, e gabinetes no período que antecede a elaboração do orçamento e das grandes opções do plano da autarquia, de acordo com o prazo a estipular pelo órgão executivo, deverão evidenciar as necessidades de despesa para o ano seguinte no que se refere a consumos e outras despesas correntes e despesas de investimento.

3 – A preparação dos documentos previsionais deve ficar, em regra, concluída no último trimestre do exercício económico anterior ao que dizem respeito, atendendo contudo, ao carácter de excepção previsto no artigo 88.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

4 – Nos termos já enunciados, e de acordo com as competências legais, o órgão executivo da autarquia local elabora e aprova os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação do órgão deliberativo, alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Artigo 22.º

Aprovação

1 - O órgão deliberativo, sob proposta do executivo, aprecia e vota os documentos de prestação de contas alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, na sessão realizada em Abril de cada ano, devendo a convocatória para a citada sessão ser efectuada com, pelo menos,

oito dias de antecedência artigo 49.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2- A proposta apresentada pelo órgão executivo ao deliberativo não pode ser alterada por este e carece da devida fundamentação quando rejeitada (n.º 6 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro).

3 – O órgão deliberativo deverá aprovar o orçamento de modo a que possa entrar em vigor em 1 de Janeiro do ano a que diz respeito, salvo se atender ao carácter de excepção previsto no artigo 88.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

4 – Após a aprovação dos documentos previsionais, mediante cópia da acta de deliberação, o Sector de Contabilidade regista-os e confere os registos contabilísticos de abertura da execução económica.

5 – O Sector de Contabilidade deve organizar um arquivo de suporte à entrada em vigor dos orçamentos e grandes opções do plano com os seguintes documentos:

- a) Cópia, de preferência em suporte informático, do orçamento e grandes opções do plano;
- b) Cópia, de preferência em suporte informático, das actas de deliberação de aprovação dos documentos previsionais;
- c) Cópia, de preferência em suporte informático, do diário dos movimentos contabilísticos de aprovação/abertura.

Artigo 23.º

Atrasos na aprovação

1 – Em caso de atraso na aprovação do orçamento, manter-se-á em execução o orçamento em vigor no ano anterior, com as modificações que, entretanto, lhe tenham sido introduzidas até 31 de Dezembro.

2 – O orçamento que venha a ser aprovado pelo órgão deliberativo já no decurso do ano económico a que se destina, integrará a parte do orçamento referida no número anterior que tenha sido executada até à sua entrada em vigor.

Secção III

Publicidade dos documentos de prestação de contas

Artigo 24.º

Remessa às entidades

1 - As autarquias locais dão publicidade, até 30 dias após a apreciação e aprovação pelo órgão deliberativo, de acordo com o estipulado no art.4.º do POCAL dos seguintes documentos:

- a) Plano plurianual de investimentos;
- b) Orçamento;
- c) Fluxos de caixa;
- d) Balanço, quando aplicável;
- e) Demonstração de resultados, quando aplicável;
- f) Relatório de gestão.

2 – Compete à Secção de Contabilidade dar a devida publicidade aos mesmos e remeter às entidades que se mencionam.

Remete respectivamente:

À comissão de coordenação regional respectiva, até 30 dias após a sua aprovação e independentemente da apreciação pelo órgão deliberativo, cópia dos seguintes documentos, quando aplicável: de acordo com as alíneas c) a g) do n.º 1 do art. 6.º do POCAL.

- a) Plano plurianual de investimentos;
- b) Orçamento;
- c) Execução anual do plano plurianual de investimentos;
- d) Mapas de execução orçamental;
- e) Balanço;

- f) Demonstração de resultados;
- g) Anexos às demonstrações financeiras.

Remete os documentos de prestação de contas ao Instituto Nacional de Estatística até 30 dias após a sua aprovação. (artigo 7.º do POCAL).

Deve remeter à Direcção-Geral do Orçamento os seus orçamentos, contas trimestrais e contas anuais nos 30 dias subsequentes, respectivamente, à sua aprovação e ao período a que respeitam. (art. 8.º do POCAL).

Deve remeter ao Tribunal de Contas os documentos de prestação de contas das autarquias locais em que se consideram; de acordo com o [n.º1 do artigo 51º da LFL), conjugado com a alínea e) do n.º 2 do artigo 34º e alínea b) do n.º 1 do artigo 64º da LAL, e com o n.º 4 do artigo 52º da Lei n.º 98/97, de 26/08 – LOPTC – Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, com as alterações introduzidas pelas Leis n.os 48/2006, de 29 de Agosto; 35/2007, de 13 de Agosto; 3-B/2010, de 28 de Abril; 61/2011, de 07 de Dezembro e 2/2012, de 06 de Janeiro, instruídas de acordo com a Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, publicada no D.R, n.º191, II série, de 2001.08.18.

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão.

Os documentos de prestação de contas são enviados ao Tribunal de Contas dentro do prazo legalmente fixado para o efeito, após a respectiva aprovação pelo órgão executivo, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo. (n.º 1., artigo 51.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro).

A Resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas, publicada no D. R. n.º 191, II Série, de 2001.08.18, determina ainda que os documentos de prestação de contas apresentados pelas autarquias locais cujo movimento anual da receita seja igual ou superior a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública sejam acompanhados da seguinte documentação:

- Guia de remessa;
- Acta da reunião em que foi discutida e votada a conta;
- Norma de controlo interno e suas alterações;
- Síntese das reconciliações bancárias;
- Relação nominal dos responsáveis.

Verificando-se atraso na elaboração das contas por razões ponderosas, excepcionais e devidamente fundamentadas, reconhecidas pelo Tribunal de Contas, as entidades em causa devem disso informar aquele organismo e solicitar-lhe prorrogação do prazo de envio de contas.

À Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), em aplicação informática própria disponibilizada por esta entidade para o efeito. Esta informação será remetida por ficheiro constante da aplicação definida e fornecida pela Direcção-Geral das Autarquias Locais (n.º6., artigo 50.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro).

Artigo 25.º

Publicidade de documentação contabilística, fiscal e regulamentar

1 - De acordo com o artigo 49.º da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro, os municípios devem disponibilizar, quer em formato papel em local visível nos edifícios da câmara municipal e da assembleia municipal quer no respectivo sítio na Internet: <http://www.cm-alfandegadafe.pt>.

- a) O mapa resumo das despesas segundo as classificações económica e funcional e das receitas segundo a classificação económica;
- b) Os valores em vigor relativos às taxas do IMI e de derrama sobre o IRC;
- c) A percentagem da participação variável no IRS, nos termos do artigo 20.º;
- d) Os tarifários de água, saneamento e resíduos querem o prestador do serviço seja o município, um serviço municipalizado, uma empresa municipal, intermunicipal, concessionária ou um parceiro privado no âmbito de uma parceria público - privada;
- e) Os regulamentos de taxas municipais;
- f) O montante total das dívidas desagregado por rubricas e individualizando os empréstimos bancários.

2 - As autarquias locais, as respectivas associações e as entidades do sector empresarial local devem disponibilizar no respectivo sítio na Internet os documentos previsionais e de prestação de contas referidos na presente lei, nomeadamente:

- a) Os planos de actividades e os relatórios de actividades dos últimos dois anos;
- b) Os planos plurianuais de investimentos e os orçamentos, bem como os relatórios de gestão, os balanços e a demonstração de resultados, inclusivamente os consolidados, os mapas de execução orçamental e os anexos às demonstrações financeiras, dos últimos dois anos;
- c) Os dados relativos à execução anual dos planos plurianuais.

Assim, cumpre à Câmara Municipal de Alfândega da Fé, através dos seus órgãos e respectivos serviços, cumprir com o estipulado, publicando-se o orçamento do ano económico corrente, bem como todos os documentos da prestação de contas dos dois últimos anos encerrados.

Secção IV

Modificação dos documentos previsionais

Artigo 26.º

Competências dos órgãos autárquicos nas modificações aos documentos previsionais

1 - Alteração Câmara Municipal - Decorre do artigo 64º, ponto 2, alínea d) compete à Câmara Municipal executar as opções do plano e o orçamento aprovado, bem como aprovar as suas alterações.

2 - Revisão Assembleia Municipal - Decorre do artigo 53º, ponto 2, alínea b) que compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara, aprovar as opções do plano e a proposta do orçamento, bem como as respectivas revisões.

Artigo 27.º

Processos de Modificação Orçamental e Modificação do PPI

O POCAL institui, como já acontecia com o Decreto – Lei n.º 341/83 de 21/7 regras para a introdução de modificações orçamentais e de modificações no PPI, que não podem afectar de qualquer modo o grau e o tipo de desagregação das despesas e receitas constantes do orçamento inicial e que não podem igualmente prejudicar as regras previsionais e os princípios orçamentais (em particular o princípio do equilíbrio orçamental).

Começamos por sublinhar a este respeito que o POCAL elimina a prática das “dotações provisionais” que estava prevista no artigo 22.º do D. Lei 341/83 de 21/7. “Poderá ser inscrita quer nas despesas correntes quer nas receitas correntes uma dotação provisional para servir exclusivamente de contrapartida de reforços e de inscrições, através de revisões e alterações orçamentais”.

As modificações orçamentais visam ocorrer a despesas não previstas ou com insuficiente dotação e são de dois tipos: as alterações orçamentais e revisões orçamentais

Alterações Orçamentais:

No excepcionado no ponto 8.3.1.3. e no ponto 8.3.1.5. do POCAL, estão referenciadas as contrapartidas que servem de base às alterações orçamentais.

Trata-se aqui, por regra, de transferências de dotação entre diferentes rubricas orçamentais sem implicar o aumento do montante total do orçamento de despesa. São da competência do executivo municipal e não existe qualquer limitação quanto ao número anual de alterações orçamentais que podem ser efectuadas.

As alterações orçamentais não afectam o equilíbrio global porque se traduzem em aumentos de dotações de despesa ou receita em algumas rubricas com contrapartida de diminuições ou de anulações de dotações noutras rubricas.

As alterações podem ainda incluir reforços ou inscrições de dotações de despesa por contrapartida do produto da contracção de empréstimos ou de receitas legalmente consignadas.”

Revisões Orçamentais:

Nos pontos 8.3.1.3. e 8.3.1.4. do POCAL, estabelecem-se as contrapartidas para a assumpção obrigatória da forma de revisão ao orçamento.

O POCAL contempla, de facto, três situações em que poderá ser efectuada uma “revisão” orçamental, aprovada, no entanto, pelo executivo, mesmo com aumento do montante global da despesa:

- receitas legalmente consignadas
- empréstimos contratados
- nova tabela de vencimentos publicada após a aprovação do orçamento inicial

Quando a modificação implica o aumento do montante global da despesa – salvo nos três casos anteriormente referidos – são da competência da Assembleia Municipal e deixam de estar condicionadas a um limite anual.

Mais se acresce que, a inscrição de rubricas da receita previstas no ponto 8.3.1.3. obriga à efectivação de uma revisão orçamental.

São excepcionadas desta alínea, as receitas legalmente consignadas e os empréstimos contratados.

A inscrição de novas rubricas da despesa, resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações ou no caso de aumento da despesa, com excepção das referenciadas como contrapartida das alterações (rubricas orçamentais exclusivamente utilizadas em contrapartida de receitas legalmente consignadas e empréstimos contratados), leva à necessidade da elaboração, apreciação e aprovação de uma revisão orçamental.

As contrapartidas para o aumento global da despesa, que deverão, repete-se, manter a regra do duplo equilíbrio, poderão derivar, para além das atrás referidas:

- aplicação do saldo apurado da gerência anterior
- excesso de cobrança de receitas
- outras receitas que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar

Ainda no âmbito da revisão ao orçamento com a introdução do POCAL poder-se-á incorporar o saldo de gerência no orçamento de receita através de uma revisão orçamental, exigindo, para o efeito, a movimentação da conta 03211- Utilização do saldo de gerência. O saldo da gerência anterior deverá ser classificado economicamente na rubrica – 160101 Saldo orçamental na posse do serviço.

Também o Plano Plurianual de Investimentos pode ser objecto de revisões e alterações a aprovar pelos órgãos municipais:

Revisões ao PPI

No ponto 8.3.2.2. do POCAL, encontra-se estabelecido a situação enquadrada pela modificação titulada como revisão ao PPI, cujo texto se cita “as revisões do plano plurianual de investimentos têm lugar sempre que se torne necessário incluir e/ou anular projectos nele considerados, que deverá ser submetida a aprovação da Assembleia Municipal.

Estas situações circunscrevem-se na inclusão e/ou anulação de projectos inscritos no documento anteriormente aprovado, ou seja, é vedado ao executivo retirar ou inscrever novos projectos, inferindo assim a ideia de que cabe apenas ao executivo a gestão dos projectos por si propostos e aprovados pelo deliberativo.

Alterações ao PPI

No ponto 8.3.2.3. do POCAL, encontram-se estabelecidas as situações enquadradas pela modificação titulada como alteração ao PPI, cujo texto se cita “a realização antecipada de acções previstas para anos posteriores ou a modificação do montante das despesas de qualquer projecto constante no plano plurianual de investimentos aprovado devem ser precedidas de uma alteração ao plano, sem prejuízo das adequadas modificações no orçamento, quando for o caso”.

Secção V

A elaboração do orçamento das autarquias locais deve obedecer às regras previsionais, bem como aos princípios e regras na execução do orçamento, que se discriminam.

Artigo 28.º

Regras previsionais do orçamento

1 - As importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento de receita não podem ser superiores a metade das cobranças efectuadas nos últimos 24 meses que antecedem a sua elaboração, excepto no que respeita a novas receitas ou a actualizações de impostos, bem como dos Regulamentos de Licenças, Taxas e Tarifas que já tinham sido objecto de deliberação, devendo-se para isso juntar ao orçamento, os estudos ou análises técnicas elaboradas para determinação dos seus montantes.

2 – As importâncias relativas a transferências correntes e de capital só podem ser inscritas no orçamento desde que estejam em conformidade com a efectiva atribuição ou aprovação pela entidade competente, excepto quando se trate de receitas provenientes de fundos comunitários, em que os montantes das respectivas dotações de despesa, resultantes de uma previsão de valor superior ao da receita do fundo comunitário aprovado, não podem ser utilizados como contrapartida de alterações orçamentais para outras dotações.

3 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, até à publicação do orçamento de Estado para o ano a que respeita o orçamento da autarquia, as importâncias relativas às transferências financeiras, a considerar neste último orçamento, não podem ultrapassar as constantes do Orçamento de Estado em vigor, actualizadas com base na taxa de inflação prevista.

4 - As importâncias referentes aos empréstimos de curto, médio e longo prazo, só podem ser objecto de inscrição orçamental depois da sua efectiva contratação, independentemente da eficácia do respectivo contrato.

5 – As importâncias previstas para despesas com pessoal devem ter em conta apenas o pessoal que ocupe os lugares do quadro, requisitado e em comissão de serviço, tendo em conta, em função do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública – SIADAP – o nível salarial que o funcionário atinge no ano a que o orçamento respeita, e aquele pessoal contratado a termo resolutivo, bem como aqueles cujos contratos ou abertura de concurso para ingresso estejam devidamente aprovadas no momento da elaboração do orçamento.

6 – No orçamento inicial, as importâncias a considerar nas rubricas «Remunerações de Pessoal» devem corresponder à tabela de vencimentos em vigor, sendo actualizada com base na taxa de inflação prevista, se ainda não tiver sido publicada a tabela correspondente ao ano a que o orçamento respeita.

Artigo 29.º

Princípios e regras na execução do orçamento

1 - Na execução do orçamento das autarquias locais devem ser respeitados os seguintes princípios e regras (conforme o ponto 2.3.4 – Execução orçamental do POCAL).

- a) As receitas só podem ser liquidadas e arrecadadas se tiverem sido objecto de inscrição orçamental adequada;
- b) A cobrança de receitas pode no entanto ser efectuada para além dos valores inscritos no orçamento;
- c) As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de Dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do orçamento do ano em que a cobrança se efectuar;
- d) As despesas só podem ser cativadas, assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento e com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso, respectivamente. Da leitura que se faz desta alínea devem:

“Os órgãos municipais e respectivos serviços devem actuar no âmbito das suas atribuições e competências bem como a delimitação da intervenção da administração local, concretizada através da Lei n.º159/99, de 14 de Setembro; sob pena de efectuarem despesas ilegais”.

“A elaboração do plano plurianual de investimento exige a apresentação da actividade global da autarquia, respeitando-se, no entanto, a delimitação das atribuições definidas no Capítulo II (DELIMITAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETENCIAS EM GERAL) da Lei n.º159/99, de 14 de Setembro, podendo apenas aí ser inscritos, projectos relativos aos investimentos relacionados com as atribuições, taxativamente, referidas naquele diploma.” As despesas relativas em investimentos que extravasem aquelas atribuições são ilegais, sendo-as, também, as que se reportem a projectos não inscritos no plano plurianual de investimentos, embora no âmbito das autarquias”.

“Os órgãos municipais e os seus serviços devem respeitar os formalismos para a realização das despesas públicas, que estão tipificadas no Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de Junho na parte ainda não revogada, e no Decreto – Lei n.º18/2008, 29 de Janeiro, na sua redacção mais actualizada”.

- f) As dotações orçamentais da despesa constituem o limite máximo a utilizar na sua realização;
- f) As despesas a realizar com a compensação em receitas legalmente consignadas podem ser autorizadas até à concorrência das importâncias arrecadadas;
- g) As ordens de pagamento de despesa caducam em 31 de Dezembro do ano a que respeitam, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até essa data ser processado por conta das verbas adequadas do orçamento que estiver em vigor no momento em que se proceda ao seu pagamento;
- h) O credor pode requerer o pagamento dos encargos referidos na alínea g) no prazo improrrogável de três anos a contar de 31 de Dezembro do ano a que respeita o crédito;
- i) Os serviços, no prazo improrrogável definido na alínea anterior, devem tomar a iniciativa de satisfazer os encargos, assumidos e não pagos, sempre que não seja imputável ao credor a razão do não pagamento.

2 - Os documentos previsionais para o ano seguinte deverão ser preparados e apresentados ao Executivo Municipal até final do mês de Novembro.

CAPÍTULO V

Receita e Despesa

Secção I

Receita – disposições gerais

Artigo 30.º

Objetivo e Âmbito

1 – O objectivo da presente Secção é o de garantir o adequado procedimento de arrecadação de receitas dando execução ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município em vigor, bem como do cumprimento dos pressupostos de alienação de bens e serviços de forma a assegurar:

- a) O controlo dos preços praticados e a sua conformidade com a tabela aprovada;
- b) Que sejam cumpridos os preceitos legais de alienação de imobilizado;
- c) Que sejam constituídas as provisões adequadas para devedores de cobrança duvidosa.

2 – A normalização dos procedimentos referidos no número anterior objectiva também a normalização da escrituração contabilística;

3 – Compreendem-se no âmbito do presente capítulo as receitas correspondentes à repartição dos recursos públicos e demais receitas do município em conformidade com o disposto na Lei das Finanças Locais.

Artigo 31.º

Fases de execução da receita e despesa

Constituem fases de execução da receita da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, as seguintes:

- a) Abertura do orçamento da receita;
- b) Revisões e alterações ao orçamento da receita;
- c) Liquidação da receita, reflexão na conta da execução do orçamento;
- d) Cobrança compreende a anulação da dívida em virtude do seu recebimento.

Artigo 32.º

Abertura do orçamento

1 – Os procedimentos de abertura da receita compreendem os movimentos contabilísticos correspondentes ao reconhecimento das previsões iniciais e das previsões corrigidas por contrapartida do orçamento da receita do exercício, por rubrica da classificação orçamental da receita.

2 – Os lançamentos de abertura do orçamento deverão ser efectuados no início do exercício económico por funcionário do Secção de Contabilidade, após autorização da Divisão Financeira.

Artigo 33.º

Regras de liquidação e cobrança de receitas

1 – A liquidação e cobrança da receita só se poderão realizar se a verba tiver sido objecto de inscrição na rubrica orçamental.

2 – Se o valor da cobrança exceder a quantia inscrita, esta poderá ser arrecadada para além dos valores estabelecidos.

3 – No caso de se verificar que em 31 de Dezembro existem receitas liquidadas e não cobradas, estas devem transitar para o orçamento do ano económico seguinte nas mesmas rubricas em que estavam previstas para o ano findo.

4 – Os procedimentos de emissão e cobrança da guia de recebimento embora possam ocorrer na mesma data, dentro do mesmo serviço emissor, poderão ser efectuados por funcionários distintos.

5 – O reconhecimento contabilístico de um direito a cobrar impõe o cumprimento em simultâneo dos seguintes requisitos:

- Que se tenha produzido um facto que tenha dado origem ao nascimento de um direito a cobrar;

- Que o direito a cobrar tenha um valor, certo determinado e datado;
- Que o devedor possa ser individualizado e determinado.

Artigo 34.º

Responsabilidade da liquidação de receitas

1 – São serviços responsáveis pela arrecadação da receita no âmbito do referido no número anterior:

- a) A Divisão Administrativa e Financeira, através da Secção de Contabilidade - Sector da Tesouraria;
- b) O serviço responsável pelas execuções fiscais, quando existir.

Artigo 35.º

Tesouraria

1 – Na tesouraria encontra-se centralizado todo o fluxo monetário, com passagem obrigatória de todas as receitas e despesas orçamentais, bem como de outros fundos extra-orçamentais cuja contabilização esteja a cargo do município, designadamente por fundos de tesouraria e contas de ordem.

2 – Incumbem à tesouraria ou aos postos de cobrança a existirem as tarefas de arrecadação e cobrança de receitas municipais e de outras pessoas colectivas de direito público que lhe sejam atribuídas por lei, de pagamento de despesas municipais e de liquidação e cobrança de juros de mora quando se trate de receitas na fase de pagamento coercivo.

3 – As operações de tesouraria constituem movimentos de fundos nos cofres municipais, não orçamentados, de que o município não pode dispor por não constituírem receitas municipais.

4 – Os recebimentos e pagamentos são registados diariamente na folha de caixa, com base na qual é elaborado o resumo diário de tesouraria que é diariamente verificado e conferido pela Secção de Contabilidade.

5 - De acordo com o Decreto-Lei n.º26/2002, de 14 de Fevereiro, veio recriar contas próprias para as operações de tesouraria, para recebimentos e pagamentos, as quais deverão ser seguidas pelos serviços de tesouraria, que se mencionam:

Na óptica dos recebimentos e pagamentos foi criado o agrupamento **-17.00 Operações extra-orçamentais** com a seguinte desagregação para as operações de tesouraria:

- 17.01 - <Operações de Tesouraria - Retenção de receitas do Estado>;
- 17.02. - <Outras Operações de Tesouraria>.

Artigo 36.º

Cobrança de receitas

1 – Compete à tesouraria proceder à cobrança das receitas municipais;

2 – Podem, mediante despacho do presidente do órgão executivo, ser efectuadas cobranças por serviços ou entidades diversas do tesoureiro, nomeadamente nas receitas relativas a águas e saneamento que serão efectuadas pelos cobradores de consumos, das receitas relativas a ocupação de lugares em mercados e feiras; das receitas provenientes do cinema ou outros serviços que sejam criados.

3 – As cobranças previstas no número anterior são entregues ao tesoureiro, através de guias de recebimento, no próprio dia ou no dia seguinte à cobrança, durante o horário de funcionamento da tesouraria e efectuadas através da emissão de documentos de receita com numeração sequencial e onde conste a identificação do serviço de cobrança.

4 – Na descrição da receita deve ser referido o facto que lhe deu origem, e dever-se-á citar a alínea e artigo da Tabela e Taxas do Município de Alfândega da Fé, que sustenta o cálculo do valor a cobrar.

Artigo 37.º

Documentos obrigatórios da arrecadação da receita

São documentos obrigatórios de suporte ao registo de receita:

- a) Guia de recebimento (SC-1);
- b) Guia de débito ao tesoureiro (SC-2);
- c) Guia de anulação da receita virtual;
- d) Factura ou documento equivalente – nos termos art. 36 do Código do IVA.

Subsecção I

Tipos de receitas

Artigo 38.º

Receitas

1. As receitas podem ser cobradas virtual ou eventualmente.
2. As receitas são cobradas virtualmente se os respectivos documentos de cobrança forem debitados ao Tesoureiro por deliberação do órgão executivo. Estas receitas são movimentadas em “Contas de Ordem – Recibos para Cobrança”.

Subsecção II

Receita eventual

Artigo 39.º

Âmbito

Entende-se por receita eventual, toda a receita cuja cobrança se verifica no momento imediato à sua liquidação.

Artigo 40.º

Emissão das guias de recebimento - procedimentos

- 1 – Somente os serviços emissores podem proceder à emissão de guias de recebimento.
- 2 – A emissão de guias de recebimento deve efectuar-se em duplicado, sendo:
 - a) Original para o cliente, utente ou contribuinte;
 - b) Duplicado para a Secção de Contabilidade.
- 3 – O serviço emissor de receita envia o original e duplicado para a tesouraria que, após verificação do conteúdo da mesma, efectua a cobrança e opõe a menção «Conferido e Recebido» quer no original como no duplicado, devolvendo o original ao cliente, utente ou contribuinte.
- 4 – No momento a seguir ao da cobrança, o funcionário da tesouraria deverá registar a guia de recebimento cobrada na folha de caixa.
- 5 – Diariamente, a tesouraria deve emitir listagens em duplicado da folha de caixa e resumo diário da tesouraria acompanhadas dos duplicados das guias de recebimento, destinando-os à Secção de Contabilidade.
- 6 – A Secção de Contabilidade após verificação das guias de recebimento deve confrontá-los com os valores constantes nos mapas enviados pela tesouraria fazendo disso, evidência através da oposição da menção «Conferido com...», procedendo-se então ao registo contabilístico.
- 7 – Após a validação da folha de caixa e do resumo diário de tesouraria efectuado pela Secção de Contabilidade em ambas as cópias, uma delas deverá servir de suporte ao registo contabilístico sendo a outra reenviada para tesouraria.
- 8 – Com a implementação da desmaterialização de processos as cópias referidas, passarão a circular em suporte digital.

Subsecção III

Receitas virtuais

Artigo 41.º

Âmbito

Entende-se por receita virtual, aquela em que os documentos de cobrança tenham sido previamente debitados ao tesoureiro quer, por força da lei, quer por despacho ou deliberação do órgão executivo.

Artigo 42.º

Liquidação

- 1 – Cabe ao serviço emissor a responsabilidade de elaborar uma guia de débito ao tesoureiro pelo valor da receita que passa a virtual, até ao segundo dia posterior ao termo do prazo de cobrança.
- 2 – Excepcionam-se do número anterior as guias de débito provenientes da cobrança de água, saneamento que serão debitados ao tesoureiro até ao segundo dia útil do mês seguinte a que se reportam.
- 3 – No caso previsto no número anterior é permitido aos munícipes efectuarem o respectivo pagamento na Tesouraria, entre a data limite da factura e o último dia útil do mês.
- 4 – As guias de débito ao tesoureiro são previamente aprovadas pelo Presidente da Câmara.
- 5 – A guia de débito referida no número anterior comporta uma, listagem com identificação, valor e número das guias de recebimento de todos os clientes que compõem o total da receita virtual.
- 6 – Após a recepção dos elementos a que é feita referência no número anterior, a tesouraria deverá proceder à notificação de falta de pagamento junto dos clientes, utentes e contribuintes.

Artigo 43.º

Guia de débito

- 1 – A guia de débito ao tesoureiro a emitir em duplicado deverá ser enviada à tesouraria para ser validada por esta o que, após confirmação dos totais, é rubricada pelo tesoureiro destinando-se:
 - a) O original para a tesouraria;
 - b) O duplicado para a Secção de Contabilidade.
- 2 – Com a implementação da desmaterialização de processos os documentos referidos passarão a circular em suporte digital.

Artigo 44.º

Cobrança dentro do prazo

- 1 – Quando o cliente, utente ou contribuinte efectua o pagamento em dívida dentro do prazo estipulado pela notificação, a tesouraria procederá à eliminação do cliente da respectiva listagem da guia de débito dando lugar à emissão de nova guia de receita em duplicado com juros incluídos e tendo como destinatários:
 - a) Original para o cliente;
 - b) Duplicado para a Contabilidade.
- 2 – Após o recebimento de todos os conhecimentos de uma guia de débito, a tesouraria deverá enviar o original da mesma para a Secção de Contabilidade.
- 3 – Diariamente, e no envio da folha de caixa e do resumo diário de tesouraria, a tesouraria deverá explicitar os valores cobrados relativamente às liquidações da receita virtual.
- 4 – Com a implementação da desmaterialização de processos as cópias referidas, passarão a circular em suporte digital.

Artigo 45.º

Cobrança diferida

- 1 – Não sendo liquidada a receita virtual no prazo previsto pela notificação referida no n.º 1 do artigo 44.º, deverá a tesouraria emitir um certificado de dívida, acompanhado da respectiva relação de dívida, remetendo o original para a entidade competente das execuções fiscais.
- 2 – A entidade competente institui o processo com base na tramitação prevista no Código do Procedimento e do Processo Tributário.
- 3 – A entidade competente, após a liquidação, emite guia com os valores de taxa de justiça e encargos.
- 4 – A tesouraria emite recibo no valor em dívida acrescido dos juros de mora.
- 5 – Cabe à tesouraria a cobrança dos documentos referidos nos números 3 e 4.
- 6 – A entidade competente envia à Secção de Contabilidade, nos meses de Julho e Janeiro, uma relação semestral (Janeiro/Junho; Julho/Dezembro), dos clientes, utentes e contribuintes, com descrição do montante total em dívida.
- 7 – A Secção de Contabilidade deverá proceder às devidas regularizações contabilísticas da conta corrente de terceiros, transferindo os saldos da conta de clientes conta corrente, para clientes de cobrança duvidosa.

Artigo 46.º

Anulação da receita virtual

- 1 – São anuladas as receitas virtuais aquando da verificação de erros resultantes da sua cobrança ou por decisão do órgão executivo, proveniente de reclamação ou impugnação.
- 2 – Compete ao serviço de execuções fiscais enviar aos respectivos serviços emissores proposta de anulação de receitas incobráveis. O serviço emissor elabora informação e submete à consideração do órgão executivo.
- 3 – Mediante aprovação, o serviço emissor elabora em duplicado a guia de anulação de receita virtual, sendo:
 - a) Original para a tesouraria;
 - b) Duplicado para a Secção de Contabilidade.
- 4 – Após a emissão da guia de anulação da receita virtual, a tesouraria deve proceder ao seu registo, anexando o duplicado à folha de caixa e resumo diário de tesouraria, enviando-os para a Secção de Contabilidade.
- 5 – A Secção de Contabilidade procede à anulação contabilística da receita virtual.
- 6 – Com a implementação da desmaterialização de processos as copias referidas, passarão a circular em suporte digital.

Subsecção IV**Da constituição e anulação de provisões**

Artigo 47.º

Constituição de provisões

- 1 – A constituição de provisões diz respeito apenas às situações a que estejam associados riscos, nomeadamente, às aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais; não devendo a sua importância ser superior às necessidades.
- 2 – As provisões constituídas devem permitir a tradução da realidade dos valores contabilísticos afectos aos resultados e ao património da Autarquia, devendo estas estar de acordo com o princípio da prudência.
- 3 – Para efeitos de constituição de provisões para cobranças duvidosas, consideram-se as dívidas que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.
- 4 – O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas no parágrafo anterior é determinado de acordo com as seguintes percentagens:
 - a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 e até 12 meses;

b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

5 – As dívidas que tenham sido reclamadas judicialmente ou em que o devedor tenha pendente processo de execução ou esteja em curso processo especial de recuperação da empresa ou de falências são tratados como “Custos e Perdas Extraordinárias”, quando resulte do respectivo processo judicial a dificuldade da sua cobrança e sejam dadas como perdidas.

6 – O serviço de execução fiscal remete numa base diária a informação relativa aos utentes sobre os quais tenha sido emitida uma Certidão da Dívida mencionando no seu conteúdo uma discriminação exaustiva dos clientes/utentes e respectiva natureza económica das dívidas em execução fiscal.

7 – A Secção de Contabilidade após recepcionar a informação sobre execuções, deve proceder às respectivas regularizações dos valores das contas de clientes, contribuintes e utentes, para a sub-conta 2181 – *Cobranças em atraso* ou 2182- *Cobranças em litígio*, consoante os casos.

Artigo 48.º

Anulação de provisões

1 – Não se deve proceder à anulação e sequente constituição de uma provisão.

2 – A extinção da causa que deu origem à constituição da provisão, cobrada a importância em causa ou reconhecimento da sua incobabilidade, deverá ser de imediato participado à Secção de Contabilidade, de modo a que a regularização contabilística seja de imediato realizada.

Artigo 49.º

Excepção à constituição de provisões

Não são consideradas de cobrança duvidosa e por consequência não é permitida a constituição de provisão referente às seguintes dívidas:

1 – Do Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais;

2 – As cobertas por garantia, seguro ou caução, com a percentagem de desconto ou descoberto obrigatório.

Secção II

Despesa

Artigo 50.º

Considerações gerais

1 – As despesas apenas podem ser calculadas, assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem insertas no orçamento e com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso, respectivamente.

2 – As dotações orçamentais da despesa constituem o limite máximo a utilizar na sua realização.

3 – Não podem ser assumidos compromissos que excedam os fundos disponíveis, calculados para cada mês.

4 – As despesas a realizar com a compensação em receitas legalmente consignadas podem ser autorizadas até à concordância das importâncias arrecadadas.

5 – A assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contrato de locação, acordos de cooperação técnica e financiamento, está sujeita a autorização previa por parte da assembleia municipal.

6 – As ordens de pagamento de despesa caducam em 31 de Dezembro do ano a que respeitam, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até essa data ser processados por conta de verbas adequadas do orçamento que estiver em vigor no momento em que se procede ao seu pagamento.

7 – O credor pode requerer o pagamento dos encargos referidos no número anterior, no prazo improrrogável de três anos a contar de 31 de Dezembro do ano a que respeita o crédito.

8 – Os serviços, no prazo improrrogável definido no número anterior, devendo tomar a iniciativa de satisfazer os encargos, assumidos e não pagos, sempre que não seja imputável ao credor a razão do não pagamento.

Artigo 51.º

Despesas

1 - O processo de realização de despesas, em termos gerais, envolve as operações a seguir discriminadas:

- a) Na fase de cabimento dispor-se-á de uma proposta de cabimento, eventualmente ainda com valor estimado;
- b) Na fase do compromisso dispor-se-á de uma requisição externa, uma nota de encomenda ou contrato ou documento equivalente que vincula a Câmara Municipal para com um terceiro, cujo valor deve ser definitivo;
- c) Na fase de processamento da obrigação dispor-se-á da factura ou documento equivalente, que titula a dívida, correspondente ao registo contabilístico dos factos enumerados;
- d) Na fase de autorização do pagamento, o presidente da Câmara ou seu substituto legal valida o documento suporte da ordem de pagamento;
- e) Na fase de pagamento proceder-se-á ao registo contabilístico dos meios de pagamento emitidos pelo Secção de Contabilidade e validados pelo tesoureiro ou seu substituto legal, registando a diminuição de disponibilidades e dívidas para com terceiros. Esta fase permite controlar a execução do orçamento uma vez que é registada na conta 252 – Credores para execução do orçamento;

2 - A entidade competente, no decorrer do processo de autorização da despesa, deve cumprir os seguintes requisitos:

2.1 - Na fase da autorização da despesa, a entidade competente deve verificar:

- a) A sua conformidade legal, ou seja se existe enquadramento legal para a realização da despesa;
- b) A sua regularidade financeira, ou seja se existe no Orçamento dotação disponível para a classificação económica a que a despesa diz respeito.

2.2. – Na fase do cabimento dispor-se-á, como documento do seu suporte contabilístico, de uma Requisição Interna, Despacho, Deliberação ou documento equivalente, ainda que com um valor estimado.

2.3 – Na fase do compromisso dispor-se-á, como documento do seu suporte contabilístico, de uma Requisição Externa, Contrato, ou Documento equivalente, que vincule a Autarquia para com um terceiro e, cujo valor deve ser o definitivo.

3 – Na fase de processamento e liquidação dispor-se-á, como documento do seu suporte contabilístico, de uma Factura ou Documento equivalente, que titule a dívida e evidencie o bem ou serviço adquirido dando lugar à emissão da ordem de pagamento.

4 – Na fase de pagamento, procede-se ao registo contabilístico dos meios de pagamento emitidos pela Contabilidade, pagos e registados pela Tesouraria, registando assim a diminuição das disponibilidades e dívidas para com terceiros.

5 – Por regra, no âmbito do Código dos Contratos Públicos, competirá à Divisão Financeira, através da Secção de Aprovisionamento e Património a realização das compras com base em requisições internas/externas ou contratos, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente em matéria de autorização, assunção de compromissos, de concurso e de contrato.

Artigo 52.º

Documentos obrigatórios da liquidação da despesa

São documentos obrigatórios de suporte ao registo da despesa:

- a) Proposta de realização de despesa;
- b) Proposta de cabimento;
- c) Requisição interna (SC-3);
- d) Requisição externa (SC-4);
- e) Guia de remessa, quando aplicável
- f) Ordem de pagamento (SC-5);
- g) Fatura;

- h) Folha de remunerações (SC-6);
- i) Guia de reposições abatidas nos pagamentos (SC-7).

Artigo 53.º

Ordens de pagamento

- 1 – As ordens de pagamento destinam-se à liquidação e autorização de pagamento das despesas liquidadas.
- 2 – Compete à Secção de Contabilidade emitir ordens de pagamento com base em documentos externos (facturas ou documentos equivalentes previamente conferidos por aquela secção, em matéria de facto e de direito) e internos (deliberações).
- 3 – As ordens de pagamento são assinadas pelos funcionários que as emitem e pelo chefe do serviço que as confere. Posteriormente são submetidas a despacho do presidente, após o que são enviadas ao tesoureiro para proceder ao pagamento, o qual privilegiará, sempre que possível, o pagamento electrónico.
- 4 – São anexados às ordens de pagamento, os documentos que serviram de base à sua elaboração, bem como os recibos justificativos dos pagamentos efectuados.

Subsecção única

Custos

Artigo 54.º

Contabilidade de Custos

- 1 - A contabilidade de custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços.
- 2 – Pretende-se com o sistema de contabilidade de custos efectuar diferentes reclassificações dos custos de forma a obter informação sobre os custos por cada função, por cada bem produzido e por cada serviço prestado.
- 3 - Os documentos da contabilidade de custos consubstanciam-se nas seguintes fichas:
 - a) Materiais, complementados com a Guia de Saída, Entrada e Guia de Devolução ou reentrada de materiais do armazém;
 - b) Cálculo de custo/hora da mão-de-obra;
 - c) Mão-de-obra;
 - d) Cálculo do custo/hora de máquinas e viaturas;
 - e) Máquinas e viaturas;
 - f) Apuramento de custos indirectos;
 - g) Apuramento de custos de bem ou serviço;
 - h) Apuramento de custos directos da função;
 - i) Apuramento de custos por função.
2. Os registos a efectuar nas fichas referidas nas alíneas anteriores, são da responsabilidade de quem executa a função, bem ou serviço.

Subsecção única

Procedimentos de auditoria

Artigo 55.º

Objetivo

Os procedimentos de auditoria têm como objetivo validar as informações contabilísticas com a finalidade de permitir:

- a) Que os cabimentos se encontrem devidamente suportados por propostas de cabimento/informações de despesa;
- b) Que os compromissos se encontram devidamente suportados por requisições externas ou documento equivalente;
- c) Que as facturas inerentes às aquisições se encontram correctamente contabilizadas;
- d) O controlo das dívidas a pagar aos fornecedores e outros credores é efectuada, e os pagamentos respeitam o prazo médio definido pela Câmara;
- e) A análise do controlo interno efectuado na área.

Artigo 56.º

Procedimentos de auditoria

1 – O controlo das dívidas a pagar aos fornecedores e outros credores deve ser efectuado periodicamente, com uma análise ponderada dos dados apresentados:

2 – Devem ser utilizados mapas contabilísticos para o apoio na análise de conformidade a efectuar.

Os mapas a serem impressos são:

- a) Balancete detalhado de fornecedores, com indicação do montante e da natureza dos saldos;
- b) Extracto de fornecedores, quando o volume/montante de operações seja elevado;
- c) Balancete detalhado da conta «Outros devedores e credores» no que respeita aos credores da Câmara Municipal de Alfândega da Fé;
- d) Extractos de conta «Outros credores» quando o volume/montante das operações o justifique;
- e) Extracto da conta «Estado e outros entes públicos»;
- f) Balancete detalhado por classificação económica e extracto da conta 252 enquanto conta de controlo de execução da despesa orçamental.

3 – O extracto de fornecedores e outros credores tem como objectivo analisar a conformidade dos movimentos nela efectuada, cruzando a informação com a conta de execução orçamental com o objectivo de garantir a execução corrente dos procedimentos integrados na contabilidade da Câmara Municipal de Alfândega da Fé na vertente orçamental.

CAPÍTULO VI

Métodos e procedimentos de controlo

Secção I

Disponibilidades

Subsecção I

Movimentos de caixa e movimentos bancários

Artigo 57.º

Numerário

1. A importância em numerário existente em caixa no momento do seu encerramento diário não deve ultrapassar o montante adequado às necessidades diárias da autarquia, sendo este montante definido pelo órgão executivo; conforme (ponto 2.9.10.1 do POCAL). Assim, a importância em numerário existente em caixa no momento do seu encerramento diário não deve ultrapassar o valor máximo de € 2.500,00.

2. Em consequência do disposto no número anterior, dever-se-á promover uma aplicação segura dos valores excedentes, competindo à Divisão Financeira decidir sobre a forma de aplicação, com conhecimento prévio do Executivo. Fundo fixo de caixa

Artigo 58.º

Pagamentos

- 1 – Os pagamentos podem ser efectuados através de numerário, cheque ou transferência bancária, vales postais e outros meios de pagamento em função do montante a pagar, privilegiando-se sempre o pagamento electrónico, revestindo carácter excepcional o pagamento em numerário.
- 2 - Tanto os cheques como as ordens de transferências bancárias deverão recolher sempre duas assinaturas, uma delas será sempre a do tesoureiro e a outra do presidente da autarquia ou pessoa que ele designe.
- 3 - Qualquer que seja o meio de pagamento utilizado, o mesmo deverá sempre registado nas respectivas ordens de pagamento e nas contas correntes da instituição bancária. Ou seja, aquando a realização do pagamento é aposto o carimbo na ordem de pagamento com a designação de pago.
- 4 – Para pagamentos superiores a 4.987,98 €, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Secção de Contabilidade deve solicitar ao fornecedor uma certidão da segurança social e certidão das finanças em como não é devedora à Fazenda Pública.
- 5 – No acto de pagamento deve ser entregue o respectivo recibo, e na falta deste, é necessário apor o carimbo e assinatura da entidade na ordem de pagamento.
- 6 – Os pagamentos só podem ser realizados quando os compromissos tiverem sido assumidos em conformidade com as regras e procedimentos previstos na lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro – LCPA.

Artigo 59.º

Os recebimentos por correio

- 1 – A correspondência é recebida pela Secção de Expediente Geral, onde será tratada e registada informaticamente com os seguintes dados:
- a) A data de recebimento;
 - b) O nome do cliente/contribuinte/utente;
 - c) A data e referência da carta;
 - d) O número do cheque ou vale;
 - e) O banco e respectivo valor;
 - f) Outra informação que a aplicação informática permita registar.
- 2 – Efectuado o registo, devem os cheques ou vales ser remetidos para o respectivo serviço emissor de receita a fim de ser emitida a guia de recebimento.
- 3 – No documento de suporte que acompanha os valores deverá ser aposta a indicação de retirada dos mesmos e respectiva assinatura e data.

Artigo 60.º

Os recebimentos por multibanco

- 1 – Os valores recebidos através do sistema interbancário deverão ser objecto de reconciliação diária, a realizar pelo tesoureiro ou funcionário que o substitua.
- 2 – Diariamente deverá proceder-se ao encerramento do multibanco. Esta operação corresponde à transmissão da informação e crédito respectivo na conta.
- 3 – O serviço emissor deve enviar com periodicidade diária à tesouraria, as guias de recebimento cujas liquidações foram efectuadas por multibanco. A tesouraria deve proceder á consulta do extracto bancário, preferencialmente através do recurso à internet, validando a entrada do valor no banco respectivo.

Artigo 61.º

Contas bancárias

1 – A abertura de contas em instituições bancárias carece de autorização prévia do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela Câmara Municipal de Alfândega da Fé e movimentadas, simultaneamente pelo tesoureiro ou seu substituto e pelo presidente do órgão executivo, seu substituto legal ou por outro membro deste órgão com competência delegada.

2 – Compete à tesouraria manter permanentemente actualizadas as contas correntes relativas as todas as contas bancárias tituladas em nome do município.

3 – A tesouraria diligenciará, junto das instituições de crédito, a obtenção dos extractos de todas as contas de que a autarquia seja titular. (Ponto 2.9.10.1.12 do POCAL).

Artigo 62.º

Emissão e guarda de cheques

1 – Compete ao Sector da Tesouraria a emissão dos cheques para pagamento de despesas efectuadas, sempre em função da ordem de pagamento e após conferência dos respectivos documentos de suporte.

2 – Os cheques deverão ser emitidos nominalmente e cruzados, devendo o espaço em frente do nome do beneficiário ser inutilizado com um traço horizontal, sendo registados, por ordem sequencial, na respectiva conta corrente da instituição bancária.

3 – Os cheques deverão ser assinados por duas pessoas, sendo uma, o(a) presidente da Câmara ou o membro do mesmo órgão em quem ele delegue competência e a outra o tesoureiro, ou funcionário que o substitua.

4 – A guarda dos cheques não preenchidos, bem como os que tenham sido emitidos e anulados, inutilizando-se, neste caso as assinaturas, é da responsabilidade, respectivamente da Secção de Contabilidade e da tesouraria, devendo providenciar-se local próprio para a sua guarda e arquivo sequencial.

5 – Findo período de validade dos cheques em trânsito, se procede ao respectivo cancelamento junto da instituição bancária, efectuando-se os necessários registos contabilísticos de regularização.

6 – Em caso algum será permitida a assinatura de cheques em branco ou a sua emissão sem estar na presença do documento de suporte da despesa.\

7 – Não podem existir em caixa: cheques pré-datados; cheques sacados por terceiros e devolvidos pelo banco; documentos justificativos de despesa efectuadas, com excepção de ordens de pagamento do município. Pois tem que existir receita e despesa realizada, para poder ser paga, para evitar eventuais desvios monetários.

Artigo 63.º

Documentos obrigatórios de tesouraria

Na tesouraria são usados os seguintes documentos obrigatórios:

- a) Folha de caixa (SC-8);
- b) Resumo diário de tesouraria (SC-9).

Subsecção II**Procedimentos de auditoria**

Artigo 64.º

Reconciliações bancárias

1 – As reconciliações bancárias serão realizadas no final de cada mês por um funcionário designado para o efeito por despacho do presidente da Câmara, que não se encontre afecto à tesouraria e que não tenha acesso às respectivas contas correntes, devendo ser confrontadas com os respectivos registos contabilísticos.

2 – Quando se verificarem diferenças nas reconciliações bancárias, estas são averiguadas e prontamente regularizadas, se tal se justificar.

3 – Após cada reconciliação bancária, a Secção de Contabilidade analisa a validade dos cheques em trânsito, promovendo o respectivo cancelamento, junto da instituição bancária respectiva, nas situações que o justifiquem, efectuando os necessários registos contabilísticos de regularização.

4 – O responsável pela elaboração das reconciliações bancárias deverá organizar e manter em pasta própria as reconciliações dos bancos, os extractos da conta respectiva da contabilidade.

5 – Na data do encerramento do exercício é necessário proceder a uma visualização de todos os documentos relativos a bancos do exercício posterior, com o objectivo de verificar se contém erros em operações relativas ao exercício encerrado.

Artigo 65.º

Contagem dos valores à guarda do tesoureiro

1 – O estado de responsabilidade do tesoureiro pelos fundos, montantes e documentos entregues à sua guarda é verificado, na presença daquele ou seu substituto, através de contagem física do numerário e documentos sob a sua responsabilidade, a realizar pelo funcionário a designar por despacho do presidente da Câmara, nas seguintes situações:

- a) Trimestralmente e sem prévio aviso;
- b) No encerramento das contas de cada exercício económico;
- c) No final e no início do mandato do órgão executivo eleito ou do órgão que o substituiu, no caso de aquele ter sido dissolvido;
- d) Quando for substituído o tesoureiro.

2 – São lavrados termos da contagem dos montantes sob a responsabilidade do tesoureiro, assinados pelos seus intervenientes e, obrigatoriamente, pelo presidente do órgão executivo, pelo dirigente para o efeito designado e pelo tesoureiro, nos casos referidos na alínea c) do número anterior, e ainda pelo tesoureiro cessante, nos casos referidos na alínea d) do mesmo número.

3 – O tesoureiro responde directamente perante o órgão executivo pelo conjunto das importâncias que lhe são confiadas e os outros funcionários e agentes em serviço na tesouraria respondem perante o respectivo tesoureiro pelos seus actos e omissões que se traduzam em situações de alcance, qualquer que seja a sua natureza, para o que o tesoureiro deve estabelecer um sistema de apuramento diário de contas relativo a cada caixa, segundo o que se encontra em vigor nas tesourarias da Fazenda Pública, com as necessárias adaptações.

4 – A responsabilidade por situações de alcance não são imputáveis ao tesoureiro estranho aos factos que as originaram ou mantêm, excepto se, no desempenho das suas funções de gestão, controlo e apuramento de importâncias, houver procedido com culpa.

5 – Sempre que, no âmbito das acções inspectivas, se realize a contagem dos montantes sob responsabilidade do tesoureiro, o presidente do órgão executivo, mediante requisição do inspector ou do inquiridor, deve dar instruções às instituições de crédito para que forneçam directamente àquele, todos os elementos de que necessite para o exercício das suas funções.

Secção II

Terceiros

Subsecção I

Relações com terceiros

Artigo 66.º

Reconciliações

Periodicamente são feitas por um funcionário para tal designado que deve ser da Divisão Financeira designado para o efeito por despacho do presidente da Câmara Municipal, as seguintes reconciliações:

- a) Reconciliações nas contas de empréstimos bancários com instituições de crédito, controlando-se o cálculo dos respectivos juros;
- b) Reconciliações na conta de devedores e credores;
- c) Reconciliações nas contas «Estado e outros entes públicos»;
- d) Reconciliações entre extractos de conta corrente de clientes e fornecedores com as respectivas contas da autarquia.

Artigo 67.º

Realização de despesas

Por uma questão de operacionalização e racionalização de meios o desenvolvimento de todos os procedimentos relativos à realização de despesas com locação ou aquisição de bens e serviços compete Divisão Financeira através da Secção de Aprovisionamento e Património e à Divisão de Obras Municipais através do Sector de Obras por Empreitada, organizar toda a documentação a aprovar pelo presidente da câmara, relativo a toda a tramitação precedente à contratação, e, respectivamente à Divisão de Serviços urbanos através do Sector de Gestão de Obras por empreitada assumir a fiscalização e gestão das obras municipais por empreitada após a respectiva consignação, nos termos do Código dos Contratos Públicos, auto esse que deverá, entre outros intervenientes legais, ser assinado pela chefia municipal, para a tramitação precedente à assunção de despesa.

Artigo 68.º

Recepção de bens

1 – A recepção dos bens é feita pelo serviço requisitante.

2 – São serviços requisitantes:

- a) O armazém no que se refere às existências;
- b) As unidades orgânicas de destino dos bens, nomeadamente a Secção de Aprovisionamento e Património.

3 – O serviço requisitante, tendo em consideração os aspectos quantitativos e qualitativos, confere física, qualitativa e quantitativa e confirma a recepção dos bens, fazendo menção disso na guia de remessa ou documento equivalente, enviando-a de seguida para a Secção de Contabilidade.

4 – A menção prevista no anterior deve conter de forma bem legível: indicação de conferido e recebido; identificação do serviço, data de identificação e rubrica do funcionário.

5 – Quando não houver possibilidade de efectuar de imediato a conferência do número anterior, deve tal facto ser mencionado nos documentos respectivos, ficando os materiais sujeitos a posterior conferência.

6 – Não havendo coincidência entre as quantidades contadas e as mencionadas na guia de remessa e na requisição externa, deverá o serviço receptor informar de imediato o Sector de Aprovisionamento e Património para que este contacte o fornecedor e se esclareça a situação.

Artigo 69.º

Facturação de terceiros

1 – A Secção de Contabilidade e Aprovisionamento procede:

- a) À verificação dos requisitos legais mínimos das facturas ou documento equivalentes, nos termos do CIVA;
- b) À verificação dos cálculos efectuados e de eventuais benefícios concedidos;
- c) À confirmação da salvaguarda, quanto à autorização da despesa e ao cabimento e compromisso, da conformidade legal e da regularidade financeira;
- d) Ao confronto com a guia de remessa, requisição externa, auto de medição ou contrato, tendo em conta as quantidades e valores requisitados e os efectivamente fornecidos ou prestados;
- e) Os documentos referidos na alínea anterior deverão fazer referência expressa aos documentos que originaram o cabimento e o compromisso da despesa devendo conter o carimbo e a assinatura do funcionário com competência para efectuar a recepção dos bens, ou do fiscal da obra, no caso de autos de medição, bem como o visto do chefe máximo da unidade orgânica.

3 – Após a sua conferência a Secção de Contabilidade envia à Secção de Aprovisionamento e Património as cópias digitalizadas das facturas.

4 – Caso existam facturas recebidas com mais de uma via, é aposto nas cópias, de forma clara e evidente, um carimbo de «Duplicado».

Artigo 70.º

Apoios financeiros

1 - A atribuição de apoios financeiros é efectuada de acordo com o estipulado na lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

2 - Os apoios financeiros são atribuídos mediante deliberação do Órgão Executivo.

1 - Os subsídios que o Órgão Executivo atribuir deverão cumprir o disposto no diploma citado; nomeadamente:

- a) - As entidades beneficiárias têm que se encontrar legalmente constituídas;
 - b) - Têm de prosseguir fins de interesse público na área do Município.
- 2) - Dos subsídios concedidos deverá ser dada publicitação no âmbito do disposto no artigo 1.º da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto.
- 3) - Todas entidades subsidiadas deverão apresentar anualmente contas e/ou relatórios de actividades.
- 4 - Compete às unidades orgânicas proponentes possuir, devidamente actualizado, um cadastro das entidades apoiadas, do qual conste, designadamente: os estatutos publicados em Diário da República, a composição dos órgãos sociais e o número de identificação fiscal.
- 5 - Sempre que sejam celebrados protocolos e contratos-programa com outras entidades, produzindo efeitos financeiros, os mesmos deverão ser dados a conhecer à Divisão Financeira, devendo enviar uma cópia, de preferência em suporte digital, para esta Divisão, de modo a poder ser feito o adequado controlo da sua execução financeira.

Artigo 71.º

Contracção de empréstimos

O processo de contracção de empréstimos por parte da autarquia, encontra-se sujeito na Resolução nº 14/2011, de 16 de agosto, do Tribunal de Contas, devendo ainda obedecer aos seguintes procedimentos:

- 1 – A Divisão Financeira deverá proceder à consulta de, pelo menos, três entidades bancárias;
- 2 – Do processo de consulta às entidades bancárias referida no parágrafo anterior deverá decorrer informação relacionada com:
 - a) Montante do empréstimo;
 - b) Modalidade (abertura de crédito ou contrato mútuo);
 - c) Finalidade;

- d) Prazos de amortização;
 - e) Períodos de diferimento;
 - f) Periodicidade de reembolso de capitais e juros;
 - g) Possibilidades de amortizações antecipadas e garantias exigidas;
 - h) Taxa de juro;
 - i) Mapa demonstrativo da capacidade de endividamento municipal, no caso de empréstimos de médio e longo prazo.
 - l) No caso de contratos para saneamento ou reequilíbrio financeiro, estudo fundamentado sobre a situação financeira da autarquia e plano de saneamento ou reequilíbrio financeiro para o período a que respeita o empréstimo.
- 3 – O contrato só deverá ser exarado após a validação e inclusão de parecer das entidades e órgãos competentes.
- 4 – Após validação, deve proceder-se à remissão do processo para visto prévio do Tribunal de Contas.
- 5 – A recusa de visto é sempre comunicada pelo Tribunal de Contas à autarquia através de notificação formal e escrita da decisão tomada.

Artigo 72.º

Controlo do endividamento

A decisão de contrair ou aumentar o endividamento deve ser tomada com base em informação da Chefe da Divisão Financeira a fim de prevenir a violação dos limites fixados pela legislação em vigor.

Artigo 73.º

Procedimentos de controlo sobre empréstimos

Constituem objectos dos procedimentos de controlo sobre empréstimos obtidos os seguintes:

- a) Verificar se foram cumpridos os normativos legais na contracção de empréstimos;
- b) Validação dos valores contabilizados nas amortizações segundo as regras do POCAL;
- c) Confirmação dos valores dos juros contabilizados pela autarquia de acordo com os empréstimos contratados.

Artigo 74.º

Juros moratórios

1 - A partir de 1 de Setembro de 2010, o Estado e demais entidades públicas, incluindo as Regiões Autónomas e as autarquias locais, estão obrigados ao pagamento de juros moratórios pelo atraso no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária, independentemente da sua fonte, de acordo com a Lei n.º3/2010, de 27 de Abril.

2 - Por regra, e caso não exista outra disposição legal que determine a aplicação de taxa diversa, a taxa de juro aplicável será a taxa de juros legal, actualmente fixada nos 4% ao ano, nos termos da Portaria n.º 291/2003, de 8 de Abril, publicada por força do nº1 do artigo 559º do Código Civil.

3 - A Lei ora aprovada introduz alterações ao regime especial relativo aos atrasos de pagamento em transacções comerciais, determinando que sempre que do contrato não conste a data ou o prazo de pagamento, são devidos juros, os quais se vencem automaticamente, sem necessidade de novo aviso 30 dias após a data de aceitação ou verificação quando esteja previsto um processo mediante o qual deva ser determinada a conformidade dos bens ou serviços e o devedor receba a factura ou documento equivalente em data anterior.

4 – Constando do contrato data ou prazo de pagamento, os pagamentos devidos pelo contraente público devem ser efectuados no prazo de 30 dias após entrega das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem.

5 - É, ainda, aditado um novo artigo ao CCP (299-Aº), relativo ao vencimento das obrigações pecuniárias, o qual estabelece que são nulas as cláusulas contratuais, que sem motivo atendível e justificado face às circunstâncias concretas, estabeleçam prazos superiores a 60 dias para o vencimento das obrigações pecuniárias.

6 - No que concerne aos atrasos nos pagamentos, estipula-se que a obrigação de pagamento de juros de mora se vence automaticamente, sem necessidade de novo aviso, uma vez vencida a obrigação pecuniária nos termos supra

referidos, prevendo-se ainda a nulidade das cláusulas contratuais que excluam a responsabilidade pela mora, bem como as que limitem, sem justificação concreta atendível, a responsabilidade pela mesma.

Assim, cumpre à Câmara Municipal de Alfândega da Fé, através dos seus órgãos e respectivos serviços, cumprir com o estipulado. Devendo no entanto atender a cada caso específico.

Subsecção II

Pessoal

Artigo 75.º

Âmbito

Consideram-se no âmbito da presente secção e, nos termos da legislação aplicável, como despesas com o pessoal e membros dos órgãos autárquicos, as remunerações certas e permanentes, vencimentos, salários, gratificações, subsídios de refeição, subsídios de férias e de natal, dos membros dos órgãos autárquicos, do pessoal do quadro e do pessoal em qualquer outra situação e outros encargos legalmente previstos.

Artigo 76.º

A gestão de recursos humanos

A gestão administrativa de recursos humanos e processamento de remunerações está directamente cometida à Secção de Recursos Humanos de acordo com as funções e competências que lhe foram atribuídas no âmbito da organização dos serviços municipais.

Artigo 77.º

Processo individual

A Secção de Recursos Humanos deve elaborar e manter actualizado o processo individual e cadastro de todos os funcionários da autarquia. Este deverá incluir todos os documentos inerentes à contratação do funcionário.

Artigo 78.º

Procedimentos de recrutamento e selecção de pessoal

1 - A Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, vem estabelecer o novo modelo de estruturação de vínculos, carreiras, remunerações e demais normas relativas ao regime laboral dos recursos humanos da Administração Pública.

2 - Neste âmbito as regras relativas ao recrutamento e selecção trabalhadores para contrato de trabalho em funções públicas passaram a constar de novos diplomas legais que regulamentam a Lei nº 12-A/2008.

3 - Relativamente a qual procedimento de recrutamento e selecção utilizar de acordo com as previsões constantes do mapa de pessoal, importa observar o disposto no artigo 5.º da Lei n.º12-A/2008, daqui decorre que o mapa de pessoal deve compreender a totalidade dos postos de trabalho necessários ao desenvolvimento das actividades do serviço, quer sejam (ou venham a ser) destinados a trabalhadores em regime de contrato por tempo indeterminado ou a trabalhadores em regime de contrato a termo resolutivo. Funcionando o mapa de pessoal como um instrumento de gestão dos recursos humanos, contendo a estimativa dos trabalhadores que são necessários em cada ano, podendo ser mantido, aumentado ou diminuído, aquando da necessidade de recrutamento devem ter-se em atenção as regras definidas no artigo 6.º do seu número 3 resulta que em regra, para ocupar os postos de trabalho necessários à execução das actividades do serviço, recorrer-se-á ao contrato de trabalho por tempo indeterminado, excepto quando essas actividades sejam de natureza temporária, caso em que se pode recorrer ao contrato a termo resolutivo.

Quando se utilize o recrutamento por tempo indeterminado, deve agir-se de acordo com o preceituado no número 4 do mesmo artigo (ver também o número 1 do artigo 52.º). Já no caso do recrutamento por contrato a termo resolutivo deve começar por se proceder de acordo com o disposto no número 5, ainda do artigo 6.º.

Quando seja impossível ocupar todos ou alguns dos postos e trabalho colocados a concurso nos termos dos números 4 ou 5 (consoante o caso), pode então proceder-se nos termos do número 6, todos da Lei 12-A/2008.

4 - Refira-se que estas regras são desenvolvidas pela Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro (designadamente quanto às situações em que é permitido contratar a termo resolutivo e quais os prazos de duração) e concretizadas pela Portaria nº 83-A/2008, de 22 de Janeiro, na redacção actual (ao nível da tramitação dos procedimentos, prevendo, entre outras matérias, as diligências a tomar e os métodos de selecção aplicáveis).

Atendendo à relativa complexidade do novo quadro normativo do recrutamento e selecção e da sua muito recente implementação, sugere-se um acompanhamento assíduo da informação que sobre o assunto vem sendo disponibilizada pela Direcção-Geral da Administração e Emprego Público, em www.dgaep.gov.pt.

5 - Relativamente à aludida consulta prévia à Bolsa de Emprego Público, importa sublinhar que as normas que instituíam esse procedimento (artigos 34.º e 41.º da Lei nº 53/2006, de 7 de Dezembro) foram revogadas pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro. Em seu lugar foi instituída a consulta à entidade centralizada para constituição de reservas de recrutamento, em conformidade com o preceituado no artigo 4.º da Portaria nº 83-A/2009, na redacção actual.

6 – Procedimentos administrativos inerentes aos concursos:

6.1 - A abertura do concurso é antecipada de um despacho autorizado por parte do presidente da Câmara Municipal e que, deverá ser remetido para a Secção de Contabilidade para registo do respectivo cabimento, devendo ser visado pelo responsável daquela Secção.

6.2 – Depois de lançado o concurso e, após selecção do candidato nos termos da legislação em vigor, citada e outra que venha a vigorar é elaborado e assinado o contrato pelos outorgantes, cujas assinaturas são autenticadas pela aposição do selo branco.

Assim, cumpre à Câmara Municipal de Alfândega da Fé, através dos seus órgãos e respectivos serviços, cumprir com as normas e procedimentos aqui mencionadas e outras que venham a ser publicadas, sobre esta matéria.

Atendendo à especificidade dos contratos de tarefa e avença é criado um artigo com os respectivos fundamentos e requisitos.

Artigo 79.º

Contratos de tarefa e de avença

1 – Contrato de tarefa – este contrato é aplicável na execução de trabalhos específicos, com natureza excepcional, sem subordinação hierárquica, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido, apenas se admitindo recorrer a este tipo de contrato quando não existam funcionários com as qualificações adequadas ao exercício das funções objecto da tarefa e a celebração de contrato a termo certo for desadequada.

2 – Contrato de avença – este contrato tem como objectivo prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, apenas se podendo recorrer a este tipo de contrato quando não existam funcionários com as qualificações adequadas ao exercício das funções objecto da avença.

3 – O desenvolvimento do procedimento de contratação obedece ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção mais actualizada. Excepção – Despacho n.º16066/2008, de 12 de Junho.

4 – A Secção de Recursos Humanos antes de abrir um procedimento para a contratação de trabalhadores nos regimes de tarefa ou avença terá de efectuar uma informação para que a Secção de Contabilidade cabimente o valor previsto.

5 – Os contratos são celebrados em duplicado. O original fica arquivado na Secção de Recursos Humanos e o duplicado é entregue ao trabalhador, sendo emitido um exemplar para o Sector de Contabilidade para registo do compromisso.

6 – O serviço no qual se enquadra o trabalhador deverá ficar com cópia do contrato, dado que o serviço tem como atribuição verificar se as cláusulas estão a ser cumpridas e se está a ocorrer alguma anomalia na prestação de serviços.

Artigo 80.º

Processamento de vencimentos

O processamento de vencimentos deverá obedecer aos seguintes procedimentos:

- a) A Secção de Recursos Humanos deve emitir mensalmente e enviar para todos os serviços uma listagem, extraída das fichas de ponto, do absentismo, reportado a uma base diária;
- b) Os responsáveis de cada serviço devem justificar e confirmar, ou não, os dados incluídos na listagem referida na alínea anterior;
- c) O processamento de vencimentos é efectuado exclusivamente pela Secção de Recursos Humanos, de preferência até aos cinco dias úteis anteriores à data de pagamento dos vencimentos, aprovada anualmente para cada mês;
- d) A introdução de alterações nas folhas de vencimentos só poderá ser efectuada por funcionário autorizado e na presença de documentos comprovativos devidamente autorizados e visados;
- e) Os mapas de vencimentos e respectivas folhas devem ser aprovados pelo responsável pela Divisão Financeira mediante confronto com os respectivos documentos de suporte de forma a garantir o cumprimento dos preceitos legais em vigor, sendo posteriormente enviados para a Secção de Contabilidade;
- f) A Secção de Contabilidade regista o cabimento e emite a ordem de pagamento;
- g) As folhas de vencimento, respectivos mapas resumo e ordem de pagamento, devem ser aprovadas pelo presidente da Câmara Municipal, após o que, regressam à Divisão Financeira que deverá remeter à Secção de Contabilidade para o registo do respectivo compromisso e restantes movimentos contabilísticos na contabilidade patrimonial;
- h) Os vencimentos processados e visados nos termos das alíneas anteriores são pagos, regra geral, através de uma ordem de transferência bancária com os dados dos funcionários, respectivas contas bancárias e valores a transferir, devendo os serviços evoluir no sentido do pagamento electrónico pela via e forma a acertar com a instituição bancária respectiva.

Artigo 81.º

Horas extraordinárias, nocturnas e em dias de descanso

1 - A prestação de trabalho extraordinário e em dia de descanso semanal, descanso complementar e feriados deve ser previamente autorizada pelo presidente da Câmara Municipal, ou por quem aquele tenha delegado competência para o efeito. Desta forma, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

- a) A autorização prévia é submetida à consideração superior do presidente da Câmara Municipal através do preenchimento de documento próprio, sendo este visado por despacho do responsável do serviço e pelo funcionário;
- b) A Secção de Recursos Humanos deverá preencher os campos correspondentes ao histórico de trabalho extraordinário e informação, de forma a garantir o cumprimento do estabelecido na legislação em vigor, nomeadamente no que diz respeito aos limites ao trabalho extraordinário;
- c) Após prestação do trabalho extraordinário, com a periodicidade mensal é efectuado o preenchimento da folha de horas que será visada pelo respectivo superior hierárquico, e submetida a despacho do presidente da Câmara Municipal.

2 - Deverá ser observado pelos serviços municipais competentes as condições da prestação de trabalho extraordinário nos termos da lei em vigor.

Artigo 82.º

Abono de ajudas de custo

1 – Conforme a detecção da necessidade de deslocação pelo funcionário, este deverá formalizar um pedido de deslocação em serviço, a autorizar pelo presidente da Câmara Municipal ou seu substituto legal.

2 – O funcionário, após deslocação em serviço, preenche o boletim itinerário com indicação das horas de realização, número de quilómetros efectuados em viatura própria (se previamente autorizado para o efeito) ou documentos referentes a deslocações pagas pelo funcionário, quando aplicável.

3 – O boletim itinerário é entregue na Secção de Recursos Humanos que o remete para visto do presidente da Câmara ou seu substituto legal.

4 – O processamento contabilístico das ajudas de custo poderá ser enquadrado no processamento de salários ou individualmente, cabendo à Secção de Contabilidade a emissão da ordem de pagamento e arquivo de documentos de despesa.

Artigo 83.º

Prestações sociais directas

1 – Os funcionários apresentam documento específico para o abono em causa, entregando os documentos de prova necessários.

2 – Esses documentos serão entregues na Secção de Recursos Humanos, que os confere e os processa.

Artigo 84.º

Controlo de assiduidade

1 – A Secção de Recursos Humanos deve emitir mensalmente listagens de assiduidade de pessoal discriminadas com o total de horas nocturnas normais e extras, bem como o absentismo, reportadas a uma base diária, sendo conferidas e submetidas a despacho do chefe da Divisão Administrativa e Financeira, na sua ausência ou vacatura do lugar pelo órgão executivo.

2 – Quando os funcionários necessitam faltar ao serviço, estes devem preencher um documento que é assinado pelo próprio e validado pelo chefe de divisão ou outro responsável pelo serviço.

Artigo 85.º

Controlo do período de férias

1 – O plano de férias é elaborado pela Secção de Pessoal, tendo por base os elementos fornecidos por cada uma das unidades orgânicas. O referido plano é aprovado pelo responsável da unidade orgânica bem como pelo presidente da Câmara Municipal, ou responsável com competência delegada.

2 – Caso os funcionários necessitem de alterar as suas férias, é feito pedido de alteração de férias, com parecer do chefe de divisão ou responsável pela unidade orgânica e visto do presidente da Câmara Municipal ou seu substituto legal ou ainda o responsável com competência delegada pela unidade orgânica.

3 – Estes documentos são remetidos à Secção de Pessoal que deverá proceder ao controlo do mínimo de dias de acordo com a legislação em vigor, proceder às alterações ao mapa de férias, remetendo cópia, de preferência em suporte digital, ao chefe de divisão.

Secção III

Existências

Artigo 86.º

Gestão de armazém

1 – Compete à Secção de Aproveitamento e Património e ao Sector de Armazém Equipamentos e Oficinas efectuar os registos nas fichas de existências do armazém, no mais curto espaço de tempo possível, após a verificação dos factos a registar (entradas e saídas em armazém) a fim de garantir que o saldo corresponda permanentemente aos bens existentes no respectivo armazém, para além da obtenção de um nível óptimo que permita fazer face às necessidades, sem que existam nem artigos em excesso, nem rupturas de *stocks*.

2 – Os registos nas fichas de existências são feitos por pessoas que, sempre que possível, não procedam ao manuseamento físico das existências em armazém.

3 – Compete ao presidente da Câmara designar o responsável pelo armazém.

- 4 – Compete ao responsável do armazém, a recepção, armazenamento e entrega de todas as existências necessárias ao regular funcionamento dos serviços municipais.
- 5 – Quando for atingido o *stock* mínimo de determinado material, deverá o responsável pelo armazém elaborar um pedido de aquisição de material, através de uma requisição interna ou documento que designaremos por Informação/Proposta, a usar pelos serviços requisitantes quando não existirem bens em stock, solicitando à Secção de Aprovisionamento e Património a sua necessidade de aquisição ou compra do respectivo material, devendo este serviço dar conhecimento à Chefe da Divisão Financeira, sendo posteriormente submetida a despacho do presidente da Câmara Municipal para autorizar a realização da despesa, tal como se encontra estipulado no art. 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos.
- 6 – Entradas e saídas de existências:
- 6.1 - As entradas de materiais nos armazéns apenas são permitidas mediante a respectiva Guia de Remessa devidamente conferida.
- 6.2 - As saídas de materiais dos armazéns apenas são permitidas mediante a respectiva Requisição Interna, que deverá ser preenchida pelo armazém na parte que lhe corresponde. O original da Requisição Interna deverá ser remetido à Secção de Aprovisionamento e Património, ficando o armazém com uma cópia digitalizada e o receptor do(s) bem(s) com outra.
- 6.3 - O armazém emitirá uma guia de saída de existências com os seguintes exemplares:
- Original e duplicado que acompanham os bens;
 - Triplificado para o próprio armazém.
- 6.4 - As sobras de materiais darão, obrigatoriamente, entrada em armazém, que emitirá uma guia de devolução ou reentrada, cuja cópia será enviada à Secção de Aprovisionamento e Património.
- 6.5 - É expressamente proibido recepcionar qualquer bem sem que o mesmo venha acompanhado pela competente guia.
- 6.6 – O armazenamento será feito em instalações que garantam boas condições de conservação de bens, bem como a facilidade de acesso, manuseamento e controlo dos mesmos, assegurando-se que o acesso ao armazém esteja limitado aos funcionários autorizados.
- 6.7 – Os pedidos de material são todos, sem excepção, efectuados ao armazém mediante apresentação de uma requisição interna.
- 7 – Após implementação da desmaterialização de processos, todos os documentos referidos passarão a circular em suporte digital.

Artigo 87.º

Controlo de existências

- 1 – As existências são sujeitas a inventariações físicas:
- Mensalmente, através de testes de amostragem;
 - No final de cada ano, através de contagem de todos os bens.
- 2 – Após as inventariações físicas referidas no número anterior, proceder-se-á às necessárias regularizações e ao apuramento de responsabilidades, quando for caso disso.
- 3 – As inventariações previstas nos números anteriores são efectuadas por funcionários que não estejam ligados à recepção e entrega de bens, designado pelo executivo ou dirigente com competências delegadas.
- 4 – É adoptado o sistema de inventário permanente, de acordo com o ponto 2.9.10.3.3 do POCAL.

Secção IV
Viaturas e equipamentos

Artigo 88.º

Viaturas e máquinas

1 – De acordo com o estabelecido do Regulamento Interno de Uso de Veículos Municipais, aprovado para o efeito e disponível no site do Município em: <http://www.cm-alfandegadafe.pt/documentos>.

Artigo 89.º

Equipamentos

1 – A utilização de equipamentos afectos às divisões, secções, sectores ou outros serviços, dependerá da autorização prévia do responsável daqueles.

2 – Os utilizadores dos equipamentos deverão zelar pela sua manutenção e conservação em boas condições.

Artigo 90.º

Reparação e manutenção de equipamentos e viaturas

1 – De acordo com o estabelecido do Regulamento Interno de Uso de Veículos Municipais, aprovado para o efeito e disponível no site do Município em: <http://www.cm-alfandegadafe.pt/documentos>.

Secção V
Imobilizado

Artigo 91.º

Normas gerais

1 – Compreendem-se no âmbito do presente capítulo os bens activos com continuidade ou permanência, de período superior a um ano, e que não se destinem a ser vendidos ou transformados no decurso normal das operações da autarquia, quer sejam da sua propriedade ou estejam sobre sua administração e controlo, incluído os bens de domínio público, quer estejam em regime de locação financeira.

2 – Devem encontrar-se inventariados e reflectidos no Balanço da autarquia:

- a) O imobilizado corpóreo (imobilizado operacional) que a entidade é proprietária;
- b) O imobilizado incorpóreo, que a entidade é proprietária;
- c) Os Bens de Domínio Público que a entidade tem sob seu controlo ou administra;
- d) Os Bens em regime de Locação Financeira;
- e) Os investimentos Financeiros.

3 – A gestão do imobilizado relativo a bens móveis e imóveis do município baseia-se no Regulamento do Inventário e Cadastro do Património do Município de Alfândega da Fé.

4 – Para efeitos de inventariação inicial e actualizações dos bens, recomenda-se a utilização das regras, e princípios e critérios de valorimetria previstos no CIVE aprovadas pela Portaria n.º671/2000, de 17 de Abril, já que os mesmos não contrariam o definido no POCAL.

Artigo 92.º

Controlo periódico

1 - Compete à Secção de Aprovisionamento e Património elaborar o cadastro e inventário dos bens móveis e assegurar o seu controlo e gestão nos termos do presente Regulamento e no Regulamento de Inventário e Cadastro do Património, assim como compete ainda a este serviço:

2 – Numa base mensal, ou sempre que se justifique, efectuar controlos físicos ao Inventário, no sentido de validar a informação constante da aplicação de Gestão do Património.

3 – Emitir e rubricar uma listagem dos bens, atribuídos por serviço, da autarquia e rubricada pelo responsável do serviço. Estas listagens ficam à guarda dos responsáveis dos serviços, expostos em local visível, de modo a que estes possam zelar pela manutenção e controlo dos bens que lhe estão afectos e dos quais são responsáveis, sendo arquivada na Secção de Aprovisionamento e Património uma cópia digital desta listagem devidamente rubricada pelas partes.

4 – Os Controlos de Inventário são realizados por funcionários da Secção de Aprovisionamento e Património.

O trabalho deve processar-se do seguinte modo:

- a) Secção de Aprovisionamento e Património deverá sempre que possível emitir mensalmente uma listagem de bens por serviço responsável;
- b) Verificação, através do Número de Identificação, (Código do CIVE) e confirmação directa com a listagem emitida, registando os desvios;
- c) As contagens físicas do inventário devem ser realizadas parcialmente e por etapas, isto é, as contagens são realizadas por serviço, sendo imediatamente corrigidos na aplicação de gestão do património os desvios encontrados;
- d) No final da contagem física são apuradas as responsabilidades pelos desvios e situações anormais detectadas;
- e) Regularizados os desvios, deve a Secção de Aprovisionamento e Património emitir nova listagem, sendo entregue ao responsável do serviço para que este possa zelar pela actualização da mesma.

Artigo 93.º

Aquisição

As operações relativas a aquisições de imobilizado efectuam-se de acordo com o Plano Plurianual do Investimentos e com base em deliberação do órgão executivo ou despacho do Presidente da Câmara, conforme as respectivas competências devendo ser efectuadas através de requisição externa ou documento equivalente, designadamente contrato, emitidos pelos responsáveis e após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente em matéria de empreitadas e fornecimentos.

Artigo 94.º

Registo de propriedade

1 – Compete à Secção de Aprovisionamento e Património promover:

- a) O registo de propriedade dos bens móveis a isso sujeito;
- b) A inscrição na matriz predial e respectivos registos na conservatória do registo predial de todos os bens imóveis, adquiridos pelo município, no prazo de trinta dias a contar da celebração da respectiva escritura.

2 – Excepcionam-se do disposto na alínea b) do número anterior, as aquisições de imóveis sujeitas a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, casos em que os registos serão efectivados no prazo de trinta dias a contar da data da comunicação, por parte do Tribunal de Contas, em como o processo se encontra visado.

3 – Se o imóvel constituir um prédio urbano, com excepção de terrenos destinados a construção urbana, deverá, ainda, a Secção de Aprovisionamento e Património requerer, junto das entidades competentes, o averbamento ou cancelamento, consoante os casos, dos contratos da água, saneamento, fornecimento de energia eléctrica ou de serviço de telefone, entre outros.

Artigo 95.º

Fichas de imobilizado

As fichas de imobilizado deverão ser mantidas permanentemente actualizadas pela Secção de Aprovisionamento e Património, no que se refere à sua identificação, caracterização e valorização, tendo em conta as disposições legais aplicáveis, nomeadamente o Regulamento do Inventário e Cadastro do Património do Município de Alfândega da Fé.

Artigo 96.º

Controlo de imobilizado

1 – Durante os meses de Novembro e Dezembro de cada ano, a Secção de Aprovisionamento e Património deve fazer a verificação física de todos os bens do imobilizado e sua operacionalidade, conferindo-a com os registos. Havendo diferença, procede-se de imediato às necessárias regularizações e ao apuramento de responsabilidades quando for caso disso.

2 – Em Janeiro de cada ano, a Secção de Aprovisionamento e Património enviará a cada serviço um inventário patrimonial actualizado da sua responsabilidade a fim de o mesmo ser devidamente subscrito.

3 – Cada funcionário é responsável pelos bens e equipamentos que lhe sejam distribuídos, para o que subscreverá o documento de posse no momento da entrega eventual de cada bem ou equipamento constante do inventário.

4 – Relativamente aos bens e equipamentos colectivos, o dever consignado no número anterior é cometido ao responsável da secção ou sector em que se integram.

Artigo 97.º

Das fichas de cadastro e os registos contabilísticos

Anualmente é efectuada a comparação entre os registos contabilísticos e os registos constantes no cadastro de imobilizado quanto aos montantes de aquisição e das amortizações acumuladas, bem como os abates verificados no exercício, com o objectivo de detectar bens que tenham sido abatidos ou adquiridos sem que se tenha procedido à actualização dos registos.

Artigo 98.º

Abate de bens

1 – Sempre que por qualquer motivo, um bem ou equipamento deixe de ter utilidade, deve o funcionário a quem mesmo esteja afecto ou distribuído, comunicar tal facto ao respectivo superior hierárquico que, emitindo parecer positivo, remete o respectivo documento à Secção de Aprovisionamento e Património.

Artigo 99.º

Obras por administração directa

1 – Todas e qualquer obra realizada por administração directa deverá ser aprovada pelos respectivos órgãos e constar no Plano Plurianual de Investimentos, só se podendo realizar desde que as verbas estejam inscritas no orçamento em vigor.

2 – Para cada obra deverá ser elaborada uma folha de obra, a qual deverá conter informações relativas a mão-de-obra utilizada, máquinas, viaturas e outros equipamentos utilizados, bem como os materiais aplicados na obra. Os serviços municipais competentes devem utilizar as fichas mencionadas no ponto 2.8.3.6. do POCAL.

3 – A folha de obra deverá ser preenchida diariamente pelo responsável e enviada no final de cada mês à Secção de Aprovisionamento e Património. Deve ainda ser enviada a título informativo aos responsáveis da Divisão Financeira, Divisão de Obras Municipais e Divisão de Serviços Urbano.

4 – Dever-se-á proceder de igual modo, no que diz respeito à execução de qualquer outro tipo de actividades desenvolvidas pelo município, tais como feiras, festividades e outros eventos, a cargo dos serviços municipais.

5 – A Secção de Aprovisionamento e Património deverá elaborar um relatório mensal em que mencionará as obras em curso por administração directa, o seu custo à data da realização do referido relatório, tendo como base os dados mencionados no número 2 do presente artigo, para apuramento dos respectivos custos, e eventuais desvios.

Artigo 100.º

Obras de empreitadas

1 - Todas e qualquer obra realizada por empreitada, deverá ser aprovada pelos respectivos órgãos e constar no Plano Plurianual de Investimentos, só se podendo realizar desde que as verbas estejam inscritas no orçamento em vigor.

Artigo 101.º

Imobilizações em curso

1 – No final de cada exercício é efectuada uma análise e avaliação cuidadosa ao estado de execução física de todas as construções pelos serviços operativos executores, conjuntamente com a Secção de Aprovisionamento e Património.

2 – Sempre que um bem se torne operacional é elaborado uma informação pelo serviço operativo executor, visando a transferência dos mesmos para os bens de domínio publico, imobilizado incorpóreo, imobilizado corpóreo ou investimentos financeiros pela Secção de Contabilidade que, após proceder à valorização do bem, enviará a informação à Secção de Aprovisionamento e Património, a fim de proceder à sua inventariação.

Artigo 102.º

Controle orçamental

A Divisão Administrativa e Financeira deverá elaborar mensalmente um mapa síntese demonstrativo da execução orçamental, em que se evidencie a evolução das despesas e receitas do município.

CAPÍTULO VII**Controlo de dados e documentação**

Artigo 103.º

Gabinete de Informática

1 - Ao Gabinete de Informática compete, designadamente:

- a) Planear, administrar e dar suporte a todas as soluções e meios tecnológicos da Câmara Municipal, nas diversas vertentes, bem como garantir o suporte adequado aos meios tecnológicos de outras entidades do concelho, cujas competências nessa área estejam delegadas na Câmara Municipal;
- b) Executar tarefas de recolha e tratamento automático de informação das aplicações e rotinas que sejam implementadas nos equipamentos atribuídos;
- c) Programar e controlar circuitos de informação destinada ao tratamento automático dentro do núcleo nas relações com os utilizadores, em ordem a se executarem tarefas de acordo com as condições e prazos estabelecidos;
- d) Gerir o sistema informático do município; assegurar a execução dos procedimentos destinados a permitir a adequada manutenção e protecção dos arquivos e ficheiros, qualquer que seja o seu suporte;
- e) Assegurar a ligação entre a informática e as restantes unidades orgânicas da Câmara Municipal com vista à produção e divulgação de informação e a correcta utilização dos equipamentos;
- f) Assegurar os meios necessários à segurança da informação.

2 – Só os técnicos de informática terão acesso a todo o sistema informático implementado, na qualidade de administradores do sistema.

3 – O acesso a dispositivos de entrada e saída de dados, será restrito e totalmente controlado pelos informáticos, que poderá em caso de comprovada funcionalidade atribuir acessos especiais aos utilizadores, devendo estes respeitar integralmente os procedimentos estabelecidos pelos informáticos.

Artigo 104.º

Recepção de correspondência

1 – A recepção, registo e distribuição de correspondência e ou documentação dirigida ao município, encontra-se centralizada na Secção de Expediente Geral.

2 - Compete à Secção de Expediente Geral:

- a) Garantir a prestação de serviços de apoio que assegurem o regular funcionamento da organização, através da gestão eficiente dos meios e recursos disponíveis no âmbito do expediente, dos serviços gerais e de apoio aos órgãos municipais;
- b) Assegurar a difusão das decisões e directivas dos órgãos e serviços municipais, pelos meios adequados;
- c) Assegurar a normalização da documentação interna;
- d) Executar as tarefas administrativas de carácter geral que não estejam cometidas a outros serviços, designadamente a emissão de certidões, autenticações e notificações;
- e) Assegurar o serviço de telefone, portaria e limpeza das instalações;
- f) Diligenciar na resposta ou no encaminhamento dos pedidos de informação e demais solicitações recepcionadas pelos órgãos municipais.

3 – Procedimentos complementares:

3.1 – Os diferentes serviços, sempre que se trate de correspondência ou documentação que esteja relacionada directamente com esses serviços, deverão ficar com uma cópia digitalizada, sempre que se mostre necessário, para mais facilmente poderem acompanhar os assuntos e para uma mais rápida consulta em caso de necessidade.

3.2 - O Sector de Expediente Geral deverá promover pela eliminação da circulação física dos documentos, digitalizando-os e introduzindo, gradualmente, a prática da sua circulação electrónica pelos diversos serviços.

Artigo 105.º

Emissão de correspondência

1 – Nos serviços de emissão de correspondência deverá constar nos seus arquivos uma cópia digitalizada do documento emitido, ou do original, caso se trate de fax ou confirmação no caso de *e-mail*.

2 – Ao funcionário responsável pela entrega da correspondência via CTT competirá o registo diário de correspondência emitida em impresso próprio dos CTT, cujo duplicado, após certificação daqueles serviços, será arquivado em dossier próprio organizado sequencialmente por mês.

3 – O funcionário responsável deste serviço procederá ao apuramento e conferência de valor de correspondência avançada facturada pelos CTT, e pondo a expressão «Conferido» datado e assinado.

4 – As restantes formas de envio de correspondência, nomeadamente fax ou *e-mail*, poderão ser remetidas pelos próprios serviços emissores, obtendo-se sempre o relatório do seu envio, o qual ficará anexado a digitalização dos originais.

Artigo 106.º

Organização da documentação oficial

Os originais da documentação oficial devem ter uma numeração sequencial para cada ano civil, devendo ser arquivados na Secção de Expediente Geral, em pastas próprias e por assuntos, devidamente rubricados e assinados, com indicação que o assunto foi tratado pelo serviço competente, em data x, devendo articular-se com a Secção de Arquivo no que se refere ao arquivo corrente, tal como se encontra mencionado no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais do Município de Alfândega da Fé.

CAPÍTULO VIII**Apoio aos órgãos representativos do município**

Artigo 107.º

Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos

1 - Compete à Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos:

- a) Prestar o apoio técnico-administrativo às actividades desenvolvidas pelos serviços operativos que não tenham enquadramento funcional nos respectivos sectores de apoio administrativo;
- b) Apoiar administrativa e logisticamente os órgãos municipais em matérias que não estejam cometidas expressamente a outros serviços;
- c) Assegurar o expediente relativo à convocação das reuniões e distribuir as ordens de trabalho e documentação anexa;
- d) Organizar e manter actualizado o sumário das deliberações para divulgação e publicação;
- e) Remeter ao Ministério Público, no prazo devido, cópias das actas das reuniões dos órgãos autárquicos e outras entidades públicas municipais, e, bem assim, processos, documentos e outros elementos que sejam requisitados;
- f) Assegurar as tarefas administrativas referentes à instalação dos órgãos do município;
- g) Manter actualizada a lista dos elementos que compõem os órgãos do município, promovendo as acções necessárias ao preenchimento das vagas operadas por suspensão, renúncia ou perda de mandato dos seus membros;
- h) Assegurar o secretariado do presidente da Assembleia Municipal;
- i) Assegurar o atendimento dos munícipes e das entidades que se dirigem à Assembleia Municipal ou aos seus eleitos;
- j) Promover a encadernação das actas dos órgãos do município;
- k) Assegurar as demais funções que lhe forem cometidas por lei, deliberação ou despacho;
- l) Assegurar as funções de notariado privativo da Câmara Municipal, em observância do disposto no Código do Notariado;
- m) Remeter aos serviços competentes da Administração Central ou de outras autoridades públicas, as informações, documentos, certidões ou fotocópias nos casos legalmente previstos.
- n) Desempenhar outras tarefas no âmbito das suas atribuições.

CAPÍTULO IX**Outras disposições – certificação legal**

Artigo 108.º

Auditor externo

1 - As contas anuais dos municípios e das associações de municípios que detenham capital em fundações ou em entidades do sector empresarial local devem ser verificadas por auditor externo.

2 - A sua contratação é efectuada por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, de entre os revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

3 - Compete ao Auditor externo:

- a) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- b) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;
- c) Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- d) Remeter semestralmente ao órgão deliberativo do município ou da entidade associativa municipal, consoante o caso, informação sobre a respectiva situação económica e financeira;

e) Emitir parecer sobre as contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal.

4 - Compete à Chefe da Divisão Financeira o acompanhamento e resposta célere a todas as solicitações efectuadas pelo auditor externo de modo à boa prossecução do seu trabalho.

CAPÍTULO X

Responsabilidade funcional

Artigo 109.º

Implicações Disciplinares

A violação de regras estabelecidas no presente Regulamento, sempre que indicie infracção disciplinar, dará lugar à imediata instauração do procedimento competente, nos termos prescritos no Estatuto Disciplinar.

Artigo 110.º

Processo Individual

As informações de serviço que dêem conta da violação das regras estabelecidas no presente Regulamento, ou outras que se venham a verificar no desempenho das suas funções, integrarão o processo individual do funcionário visado.

CAPÍTULO XI

Disposições finais e transitórias

Artigo 111.º

Norma supletiva

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente Regulamento, aplicar-se-ão as disposições legais enunciadas no POCAL, bem como a demais legislação aplicável aos municípios.

Artigo 112.º

Casos omissos

As dúvidas de interpretação e os casos omissos serão resolvidos por deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 113.º

Remessa de cópias da presente norma

A Câmara Municipal deve remeter à Inspeção-Geral de Finanças cópia da norma de controlo interno, bem como de todas as suas alterações, no prazo de 30 dias após a sua aprovação.

Artigo 114.º

Norma revogatória

São revogadas todas as disposições regulamentares, actualmente em vigor, na parte em que contrariem as regras e princípios estabelecidos no presente Regulamento.

Artigo 115.º

Entrada em vigor e publicidade

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte à publicação de edital, relativo à sua aprovação pelos órgãos competentes, no *Diário da República*, publicitando-se o seu conteúdo no endereço electrónico do Município em: <http://www.cm-alfandegadafe.pt/>

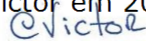
RCM de 24-06-2013

Deliberado, por unanimidade, dos presentes, aprovar a presente proposta de Regulamento e remetê-la à próxima sessão da Assembleia Municipal, também para aprovação. Esteve ausente o Senhor Vice-Presidente, Eduardo Tavares.



Terminado o periodo de discussao publica, nao foram apresentadas sugestoes de melhoria, assim deve o presente documento ser remetido a RC e AM para aprovação

Carla Victor em 20-11-2013



| ENTIDADE | | RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA Nº. 250 | | | | | | | DATA | ANO | PÁGINA |
|---------------------------|------------------|---|---------------|---------------|------------|------------|---------------|---------------|------------|---------|--------|
| M.A.F. | | Data : 2014/12/31 | | | | | | | 2015/04/15 | 2014 | 1 |
| CONTA | CX/BC | DESIGNAÇÃO | ANTERIOR | | DO DIA | | ACUMULADO | | SALDO | | |
| | | | DÉBITO | CRÉDITO | DÉBITO | CRÉDITO | DÉBITO | CRÉDITO | DEVEDOR | CREADOR | |
| 11 | | CAIXA | 11.411.673,40 | 11.410.646,54 | 212.278,40 | 212.184,55 | 11.623.951,80 | 11.622.831,09 | 1.120,71 | | |
| 11.1 | | Caixa | 11.411.673,40 | 11.410.646,54 | 212.278,40 | 212.184,55 | 11.623.951,80 | 11.622.831,09 | 1.120,71 | | |
| | | CAIXA | 11.411.673,40 | 11.410.646,54 | 212.278,40 | 212.184,55 | 11.623.951,80 | 11.622.831,09 | 1.120,71 | | |
| 12 | | DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS SI | 10.431.260,77 | 10.203.003,50 | 322.901,08 | 183.717,88 | 10.754.161,85 | 10.386.721,38 | 367.440,47 | | |
| 12.1 | | CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS | 9.595.639,13 | 9.385.389,77 | 322.901,08 | 182.155,33 | 9.918.540,21 | 9.567.545,10 | 350.995,11 | | |
| 12.1.1 | | CONTA A ORDEM | 9.595.639,13 | 9.385.389,77 | 322.901,08 | 182.155,33 | 9.918.540,21 | 9.567.545,10 | 350.995,11 | | |
| | 0035/0000166630 | CGD | 8.462.740,13 | 8.333.618,41 | 211.016,49 | 70.655,33 | 8.673.756,62 | 8.404.273,74 | 269.482,88 | | |
| | 0035/00005806430 | CGD | 184.734,29 | 104.926,23 | | | 184.734,29 | 104.926,23 | 79.808,06 | | |
| | 0035/00007191530 | CGD | 297.664,90 | 297.083,66 | | | 297.664,90 | 297.083,66 | 581,24 | | |
| | 0035/00009345530 | CGD | 288.199,98 | 288.180,91 | | | 288.199,98 | 288.180,91 | 19,07 | | |
| | 0035/00009716730 | CGD | 239.144,24 | 239.078,51 | | | 239.144,24 | 239.078,51 | 65,73 | | |
| | 0035/00009717530 | CGD | 16.504,33 | 16.402,05 | 111.884,59 | 111.500,00 | 128.388,92 | 127.902,05 | 486,87 | | |
| | 0035/00009854630 | CGD | 106.651,26 | 106.100,00 | | | 106.651,26 | 106.100,00 | 551,26 | | |
| 12.3 | | BANCO COMERCIAL PORTUGUES | 115.760,15 | 114.933,76 | | | 115.760,15 | 114.933,76 | 826,39 | | |
| 12.3.1 | | CONTA A ORDEM | 115.760,15 | 114.933,76 | | | 115.760,15 | 114.933,76 | 826,39 | | |
| | 0017/00004225449 | B.C.P. | 115.760,15 | 114.933,76 | | | 115.760,15 | 114.933,76 | 826,39 | | |
| 12.4 | | CREBITO AGRICOLA MUTUO | 665.112,32 | 650.594,92 | | | 665.112,32 | 650.594,92 | 14.517,40 | | |
| 12.4.1 | | CONTA A ORDEM - BALCÃO ALFÂNDEGA DA FÉ | 47.695,35 | 43.158,02 | | | 47.695,35 | 43.158,02 | 4.537,33 | | |
| | 0045/40052203217 | C.C.A.M | 47.695,35 | 43.158,02 | | | 47.695,35 | 43.158,02 | 4.537,33 | | |
| 12.4.2 | | CONTA A ORDEM - BALCAO MIRANDELA | 617.416,97 | 607.436,90 | | | 617.416,97 | 607.436,90 | 9.980,07 | | |
| | 0045/40237809541 | C.C.A.M | 617.416,97 | 607.436,90 | | | 617.416,97 | 607.436,90 | 9.980,07 | | |
| 12.5 | | BANCO PORTUGUES DO INVESTIMENTO | 54.749,17 | 52.085,05 | | 1.562,55 | 54.749,17 | 53.647,60 | 1.101,57 | | |
| 12.5.1 | | CONTA A ORDEM | 54.749,17 | 52.085,05 | | 1.562,55 | 54.749,17 | 53.647,60 | 1.101,57 | | |
| | 0010/00008819186 | B.P.I. | 54.749,17 | 52.085,05 | | 1.562,55 | 54.749,17 | 53.647,60 | 1.101,57 | | |
| TOTAL DE DISPONIBILIDADES | | | 21.842.934,17 | 21.613.650,04 | 535.179,48 | 395.902,43 | 22.378.113,65 | 22.009.552,47 | 368.561,18 | | |
| DOCUMENTOS | | | 1.033.778,04 | 970.010,96 | | 3.505,42 | 1.033.778,04 | 973.516,38 | 60.261,66 | | |
| DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS | | | 9.091.160,37 | 8.977.554,62 | 211.980,02 | 72.574,64 | 9.303.140,39 | 9.050.129,26 | 253.011,13 | | |
| DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS | | | 818.845,25 | 703.166,87 | 298,38 | 426,71 | 819.143,63 | 703.593,58 | 115.550,05 | | |

TESOUREIRO

FUNCIONÁRIO

ORGÃO EXECUTIVO

PERÍODO DE 2014/01/01 A 2014/12/31

Pág. 1

| Instituição Bancária | | Saldo do Extracto Bancário | Saldo Contabilístico | Observações |
|----------------------|--------------|----------------------------------|-------------------------|-------------|
| Banco | N.º de Conta | | | |
| 0010 | B.P.I. | 00008819186 | 1.101,57 | 1.101,57 |
| 0017 | B.C.P. | 00004225449 | 826,39 | 826,39 |
| 0035 | CGD | 00000166630 | 292.113,33 | 269.482,88 |
| 0035 | CGD | 00005806430 | 79.808,06 | 79.808,06 |
| 0035 | CGD | 00007191530 | 581,24 | 581,24 |
| 0035 | CGD | 00008467730 | | |
| 0035 | CGD | 00009345530 | 19,07 | 19,07 |
| 0035 | CGD | 00009716730 | 65,73 | 65,73 |
| 0035 | CGD | 00009717530 | 486,87 | 486,87 |
| 0035 | CGD | 00009854630 | 551,26 | 551,26 |
| 0045 | C.C.A.M | 40052203217 | 4.537,33 | 4.537,33 |
| 0045 | C.C.A.M | 40237809541 | 9.980,07 | 9.980,07 |
| | | Total | 367.440,47 | |



Município de Alfândega da Fé

DIVISÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA (DAF)

MAPA DE FUNDOS DE MANEIO

| | |
|-------------------------------|--|
| Designação da entidade | |
| Gerência | |

| | |
|-----------------------------------|--|
| Titular do Fundo de Maneio | |
| Orçamental | |
| Valor do Fundo | |
| Data de constituição | |

| Ordem de pagamento | | | Ordem de pagamento | | | Ordem de pagamento | | |
|------------------------|---------------|-------|--------------------|---------------|-------|--------------------|-------------------------|-------|
| Nº | Data | Valor | Nº | Data | Valor | Nº | Data | Valor |
| | transporte | | | transporte | | | transporte | |
| Não foi constituído FM | | | | | | | | |
| | a transportar | | | a transportar | | | a transportar/ total | |

O Dirigente responsável pela área Financeira

Assinatura.....

O Membro do executivo responsável pela área/ pelouro financeiro

Assinatura.....

| |
|---|
| RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS QUE NA GERÊNCIA RECEBERAM PARTICIPAÇÃO EMOLUMENTAR E/OU CUSTAS DE EXECUÇÕES FISCAIS |
|---|

| | |
|-------------------------------|------------------------------|
| Designação da Entidade | Município de Alfândega da Fé |
|-------------------------------|------------------------------|

| | |
|-----------------|--|
| Gerência | 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 |
|-----------------|--|

| Nome | Categoria | | Remuneração base Auferida (1) | Emolumentos(2) | Custas de Execuções Fiscais anual (3) | Subtotal (4)=(2)+(3) | Total (5)=(1)+(4) |
|----------------------------------|------------------------|---|---|--|--|---|--|
| VIRGINIA GLÓRIA MORAIS AZEVEDO | Coordenador Tecnico | ----- ----- ----- | 1304,46 ----- ----- | ----- ----- ----- | 1179,1 ----- ----- | 1179,1 ----- ----- | 2.483,56 ----- ----- |
| LUCIA NEVES SALGUEIRO SIMÕES | Assistente Técnico | ----- ----- ----- ----- ----- | 995,51 ----- ----- ----- ----- | ----- ----- ----- ----- ----- | 1179,10 ----- ----- ----- ----- | 1179,10 ----- ----- ----- ----- | 2.174,61 ----- ----- ----- ----- |
| CARLOS FERNANDO RODRIGUES PARADA | Coordenador Tecnico | ----- ----- ----- ----- ----- | 1304,46 ----- ----- ----- ----- | 175,00 ----- ----- ----- ----- | ----- ----- ----- ----- ----- | 175,00 ----- ----- ----- ----- | 1.479,46 ----- ----- ----- ----- |

O Dirigente Responsável pela área Administrativa e Financeira

Assinatura : _____

O Membro Executivo Responsável pela área Administrativa e Financeiro

Assinatura: _____

ANEXO VII

| | | |
|--|--|--|
| | RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES | |
|--|--|--|

| | |
|-------------------------------|------------------------------|
| Designação da entidade | Município de Alfândega da Fé |
|-------------------------------|------------------------------|

| | |
|-----------------|---|
| Gerência | 1 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 |
|-----------------|---|

| Situação na entidade a que respeita a conta | | | | Cargos acumulados Funções públicas e/ou privadas | | |
|---|--------------------|--------------------|---------------------|---|----------------------|---------------------------------|
| Nome | Cargo ou função | Data do provimento | Forma do provimento | Cargo ou função | Regime de Acumulação | Data do Despacho de autorização |
| Miguel Alexandre E. Cortinhas | Técnico Superior | 2003.12.23 | CTI | TOC | | 2009.11.30 |
| Armando José Pereira Rodrigues | Técnico Superior | 1995.06.12 | CTI | Perito Avaliador | | 2011.01.10 |
| José Mário Rodrigues Pereira | Assistente Técnico | 1999.11.02 | CTI | Topografia | | 2011.03.02 |
| Ana Sofia Coutinho Cabeceiro | Técnico Superior | 2003.03.24 | CTI | Sócio – Gerente | | 2012.02.14 |

O Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou Pessoal

O Membro do executivo responsável pela área recursos humanos

Assinatura : _____

Assinatura : _____

ANEXO VIII

| | | |
|--|---|--|
| | RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS | |
|--|---|--|

| | |
|-------------------------------|-------------------------------------|
| Designação da Entidade | Município de Alfândega da Fé |
|-------------------------------|-------------------------------------|

| | |
|-----------------|---|
| Gerência | 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 |
|-----------------|---|

| Nome | Situação na Entidade/Cargo | Remuneração Anual Líquida Auferida | Período de Responsabilidade | Morada |
|---------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|--------------------------------|--|
| BERTA FERREIRA MILHEIRO NUNES | Presidente | 31.437,67 € | 1 jan 2014 a 31 dez 2014 | Bairro da Coutada 5350-001 Alfândega da Fé |
| EDUARDO MANUEL DOBRÕES TAVARES | Vice Presidente | 23.774,42 € | 1 jan 2014 a 31 dez 2014 | Loteamento da Coutada, bloco A/11 - 2º direito, 5350-001 Alfândega da Fé |
| ANTONIO MANUEL AMARAL SALGUEIRO | Vereador em Regime de Permanência | 22.612,34 € | 1 jan 2014 a 31 dez 2014 | Lugar de "Tapados"s/n 5350- 005 Alfândega da Fé |
| ARTUR ANTÓNIO RABAÇAL ARAGÃO | Vereador | 1.099,08 € | 1 jan 2014 a 31 dez 2014 | Loteamento Vale do Abade, B11-r/c Esq. 5350-433 Alfândega da Fé |
| CARLOS ALBERTO NEVES BEBIANO | Vereador | 2.365,02 € | 1 jan 2014 a 31 dez 2014 | Rua Raúl Rego, Lote n.º 127, Bloco 1, 1º A 5370-436 Mirandela |

O Dirigente Responsável pela Área Administrativa e Financeira

Assinatura: _____

| ENTIDADE | BALANCETE ANALITICO DO PLANO ANALITICO | | | | 2015 INFORM. DE 2015 | | |
|------------------|--|-------------------|---------------|--------------|----------------------|---------|--------------|
| | M.A.F. | PERIODO : Janeiro | A Apuramento | | 2015/03/26 | 2014 | 1 |
| COD. CONTA | DESIGNACAO | DO PERIODO | | ACUMULADO | | SALDO | |
| | | DEBITO | CREDITO | DEBITO | CREDITO | DEVEDOR | CREADOR |
| 90 | CUSTOS/PROVEITOS POR NATUREZA REFLECTIDOS | 1.746.470,25 | 10.496.375,22 | 1.746.470,25 | 10.496.375,22 | | 8.749.904,97 |
| 90.61 | CUSTO MERC. VENDIDAS E MATERIAS CONSUMID | | 182.591,71 | | 182.591,71 | | 182.591,71 |
| 90.62 | FORNECIMENTO E SERV. EXTERNOS | 45.644,41 | 1.852.305,26 | 45.644,41 | 1.852.305,26 | | 1.806.660,85 |
| 90.63 | TRANSF. E SUBS. CORRENTES E PREST.SOCIAIS | 2.500,00 | 774.259,74 | 2.500,00 | 774.259,74 | | 771.759,74 |
| 90.64 | CUSTOS COM PESSOAL | 177.649,43 | 3.030.574,26 | 177.649,43 | 3.030.574,26 | | 2.852.924,83 |
| 90.65 | OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS | | 550,00 | | 550,00 | | 550,00 |
| 90.66 | AMORTIZACOES E AJUSTAMENTOS EXERCICIO | | 896.563,06 | | 896.563,06 | | 896.563,06 |
| 90.67 | PROVISOES DO EXERCICIO | | 286.734,78 | | 286.734,78 | | 286.734,78 |
| 90.68 | CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS | 46.483,56 | 1.543.525,96 | 46.483,56 | 1.543.525,96 | | 1.497.042,40 |
| 90.69 | CUSTOS E PERDAS EXTRAORDIARIAS | 1.474.192,85 | 1.929.270,45 | 1.474.192,85 | 1.929.270,45 | | 455.077,60 |
| 91 | ESTRUTURA ORGANICA | 7.874.597,41 | 7.874.597,41 | 7.874.597,41 | 7.874.597,41 | | |
| 91.1 | SECÇÕES | 5.979.079,39 | 5.979.079,39 | 5.979.079,39 | 5.979.079,39 | | |
| 91.1.1 | ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL | 5.979.079,39 | 5.979.079,39 | 5.979.079,39 | 5.979.079,39 | | |
| 91.1.1.1 | ASSEMBLEIA MUNICIPAL | 11.709,42 | 11.709,42 | 11.709,42 | 11.709,42 | | |
| 91.1.1.1.1 | ASSEMBLEIA MUNICIPAL | 11.709,42 | 11.709,42 | 11.709,42 | 11.709,42 | | |
| 91.1.1.1.2 | CÂMARA MUNICIPAL | 5.967.369,97 | 5.967.369,97 | 5.967.369,97 | 5.967.369,97 | | |
| 91.1.1.1.2.00 | PRESIDENTE DA CÂMARA E VEREADORES | 1.387.413,26 | 1.387.413,26 | 1.387.413,26 | 1.387.413,26 | | |
| 91.1.1.1.2.01 | GABINETES DE APOIO | 529.808,48 | 529.808,48 | 529.808,48 | 529.808,48 | | |
| 91.1.1.1.2.01.01 | Gabinete de Apoio ao Executivo | 83.969,85 | 83.969,85 | 83.969,85 | 83.969,85 | | |
| 91.1.1.1.2.01.02 | GPCM - Gabinete de Protecção Civil Municipal | 59.715,81 | 59.715,81 | 59.715,81 | 59.715,81 | | |
| 91.1.1.1.2.01.03 | GJ - Gabinete Juridico | 304.635,73 | 304.635,73 | 304.635,73 | 304.635,73 | | |
| 91.1.1.1.2.01.04 | GVM - Gabinete de Medicina Veterinária | 50.823,65 | 50.823,65 | 50.823,65 | 50.823,65 | | |
| 91.1.1.1.2.01.05 | GCAE - Gabinete de Candidaturas | 30.663,44 | 30.663,44 | 30.663,44 | 30.663,44 | | |
| 91.1.1.1.2.02 | DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF) | 817.268,47 | 817.268,47 | 817.268,47 | 817.268,47 | | |
| 91.1.1.1.2.02.00 | Custos Comuns DAF | 80.028,43 | 80.028,43 | 80.028,43 | 80.028,43 | | |
| 91.1.1.1.2.02.01 | Gabinete de Informática | 6.406,22 | 6.406,22 | 6.406,22 | 6.406,22 | | |
| 91.1.1.1.2.02.02 | Secção de Recursos Humanos | 101.949,19 | 101.949,19 | 101.949,19 | 101.949,19 | | |
| 91.1.1.1.2.02.03 | Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos | 46.509,57 | 46.509,57 | 46.509,57 | 46.509,57 | | |
| 91.1.1.1.2.02.04 | Secção de Arquivo e Reprografia | 35.069,32 | 35.069,32 | 35.069,32 | 35.069,32 | | |
| 91.1.1.1.2.02.05 | Secção de Aprovisionamento e Património | 247.458,61 | 247.458,61 | 247.458,61 | 247.458,61 | | |
| 91.1.1.1.2.02.06 | Secção de Contabilidade | 110.746,17 | 110.746,17 | 110.746,17 | 110.746,17 | | |
| 91.1.1.1.2.02.07 | Setor de Expediente Geral | 29.147,66 | 29.147,66 | 29.147,66 | 29.147,66 | | |
| 91.1.1.1.2.02.08 | Setor de Licenças Administrativas | 36.425,50 | 36.425,50 | 36.425,50 | 36.425,50 | | |
| 91.1.1.1.2.02.09 | Sector Económico Financeiro | 39.050,01 | 39.050,01 | 39.050,01 | 39.050,01 | | |
| 91.1.1.1.2.02.10 | Sector de Tesouraria | 84.477,79 | 84.477,79 | 84.477,79 | 84.477,79 | | |
| 91.1.1.1.2.03 | DIVISÃO DESENVOLVIM. ECONOMICO, SOCIAL E CULTURAL | 1.031.260,86 | 1.031.260,86 | 1.031.260,86 | 1.031.260,86 | | |
| 91.1.1.1.2.03.00 | Custos Comuns - DDESC | 34.309,02 | 34.309,02 | 34.309,02 | 34.309,02 | | |
| 91.1.1.1.2.03.01 | Gabinete de Formação | 16.995,86 | 16.995,86 | 16.995,86 | 16.995,86 | | |
| 91.1.1.1.2.03.02 | Gabinete de Comunicação e Divulgação | 30.476,56 | 30.476,56 | 30.476,56 | 30.476,56 | | |
| 91.1.1.1.2.03.03 | Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo | 23.550,90 | 23.550,90 | 23.550,90 | 23.550,90 | | |
| 91.1.1.1.2.03.04 | Secção Ass. Culturais, Promoção Turística e Despor | 344.509,75 | 344.509,75 | 344.509,75 | 344.509,75 | | |
| 91.1.1.1.2.03.05 | Setor de Educação | 277.227,63 | 277.227,63 | 277.227,63 | 277.227,63 | | |
| 91.1.1.1.2.03.06 | Setor de Ação Social e Saúde | 56.930,11 | 56.930,11 | 56.930,11 | 56.930,11 | | |
| 91.1.1.1.2.03.07 | Setor de Biblioteca Municipal | 247.261,03 | 247.261,03 | 247.261,03 | 247.261,03 | | |
| 91.1.1.1.2.04 | DIVISÃO DE URBANISMO E AMBIENTE | 512.530,67 | 512.530,67 | 512.530,67 | 512.530,67 | | |
| 91.1.1.1.2.04.00 | Custos Comuns - DUA | 98.246,08 | 98.246,08 | 98.246,08 | 98.246,08 | | |
| 91.1.1.1.2.04.01 | Gabinete da Qualidade | 837,00 | 837,00 | 837,00 | 837,00 | | |
| 91.1.1.1.2.04.02 | Gabinete Técnico Florestal | 21.334,20 | 21.334,20 | 21.334,20 | 21.334,20 | | |
| 91.1.1.1.2.04.03 | Secção de Apoio Administrativo | 51.123,89 | 51.123,89 | 51.123,89 | 51.123,89 | | |
| 91.1.1.1.2.04.04 | Setor de Ordenamento Território | 30.711,53 | 30.711,53 | 30.711,53 | 30.711,53 | | |
| 91.1.1.1.2.04.05 | Setor de Planeamento Urbano | 41.798,49 | 41.798,49 | 41.798,49 | 41.798,49 | | |
| 91.1.1.1.2.04.06 | Setor de Gestão Urbanística | 21.744,05 | 21.744,05 | 21.744,05 | 21.744,05 | | |
| 91.1.1.1.2.04.07 | Setor de Ambiente | 179.072,08 | 179.072,08 | 179.072,08 | 179.072,08 | | |
| 91.1.1.1.2.04.08 | Setor de Fiscalização Municipal | 67.663,35 | 67.663,35 | 67.663,35 | 67.663,35 | | |
| 91.1.1.1.2.05 | DIVISÃO DE OBRAS | 1.689.088,23 | 1.689.088,23 | 1.689.088,23 | 1.689.088,23 | | |
| 91.1.1.1.2.05.00 | Custos Comuns - DO | 543.010,12 | 543.010,12 | 543.010,12 | 543.010,12 | | |
| 91.1.1.1.2.05.01 | Setor de projectos e Apoio Técnico | 14.713,45 | 14.713,45 | 14.713,45 | 14.713,45 | | |
| 91.1.1.1.2.05.02 | Sector de Obras por Empreitada | 48.884,39 | 48.884,39 | 48.884,39 | 48.884,39 | | |
| 91.1.1.1.2.05.03 | Sector de Obras por Administração Direta | 317.093,43 | 317.093,43 | 317.093,43 | 317.093,43 | | |
| 91.1.1.1.2.05.04 | Setor de Infraestruturas Urbanas | 20.825,49 | 20.825,49 | 20.825,49 | 20.825,49 | | |
| 91.1.1.1.2.05.05 | Setor de Higiene e Segurança no Trabalho | 72.801,80 | 72.801,80 | 72.801,80 | 72.801,80 | | |
| | A TRANSPORTAR ... | 7.053.790,09 | 15.803.695,06 | 7.053.790,09 | 15.803.695,06 | | 8.749.904,97 |

| ENTIDADE | BALANCETE ANALITICO DO PLANO ANALITICO | | | | 2015 INFORM. DE 2015 | | |
|----------------|--|-------------------|---------------|--------------|----------------------|---------|--------------|
| | M.A.F. | PERIODO : Janeiro | A Apuramento | | 2015/03/26 | 2014 | 2 |
| COD. CONTA | DESIGNACAO | DO PERIODO | | ACUMULADO | | SALDO | |
| | | DEBITO | CREDITO | DEBITO | CREDITO | DEVEDOR | CREADOR |
| | TRANSPORTE ... | 7.053.790,09 | 15.803.695,06 | 7.053.790,09 | 15.803.695,06 | | 8.749.904,97 |
| 91.1.1.2.05.06 | Setor de Armazen, Equipamento e Oficinas | 671.759,55 | 671.759,55 | 671.759,55 | 671.759,55 | | |
| 91.2 | Custos de Funcionamento - Edificios | 1.728.611,78 | 1.728.611,78 | 1.728.611,78 | 1.728.611,78 | | |
| 91.2.1 | Custos Gerais | 1.728.611,78 | 1.728.611,78 | 1.728.611,78 | 1.728.611,78 | | |
| 91.2.1.1 | Edificios | 1.673.374,66 | 1.673.374,66 | 1.673.374,66 | 1.673.374,66 | | |
| 91.2.1.1.01 | ARMAZÉM MUNICIPAL | 3.242,11 | 3.242,11 | 3.242,11 | 3.242,11 | | |
| 91.2.1.1.03 | BIBLIOTECA MUNICIPAL (CIL 0052445668) | 11.006,55 | 11.006,55 | 11.006,55 | 11.006,55 | | |
| 91.2.1.1.04 | CAMPO DE FUTEBOL DE SAMBADE | 1.581,06 | 1.581,06 | 1.581,06 | 1.581,06 | | |
| 91.2.1.1.05 | CASA DA CULTURA | 7.060,87 | 7.060,87 | 7.060,87 | 7.060,87 | | |
| 91.2.1.1.06 | CEMITERIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ - AMPLIAÇÃO | 17.617,38 | 17.617,38 | 17.617,38 | 17.617,38 | | |
| 91.2.1.1.07 | CENTRO DE FORMAÇÃO DESPORTIVA DE AFE (CAMPO) | 71.334,91 | 71.334,91 | 71.334,91 | 71.334,91 | | |
| 91.2.1.1.08 | CENTRO DE MANUTENÇÃO FISICA ALFÂNDEGA DA FÉ - SPA | 27.003,95 | 27.003,95 | 27.003,95 | 27.003,95 | | |
| 91.2.1.1.11 | EDIFICIO DO MUNICIPIO (CASA GRANDE CIL 0113653605) | 23.826,35 | 23.826,35 | 23.826,35 | 23.826,35 | | |
| 91.2.1.1.12 | EDIFICIO ANTIGO-PAÇOS DO CONCELHO (CIL 0104074088) | 37.024,86 | 37.024,86 | 37.024,86 | 37.024,86 | | |
| 91.2.1.1.13 | ESCOLA AGROBOM (CIL 0022152435) | 83,71 | 83,71 | 83,71 | 83,71 | | |
| 91.2.1.1.14 | ESCOLA CARREIRA DA BOLA-ALF FÉ (CIL 0022182928) | 103,86 | 103,86 | 103,86 | 103,86 | | |
| 91.2.1.1.15 | ESCOLA DA EUCISIA (CIL 0022180237) | 256,52 | 256,52 | 256,52 | 256,52 | | |
| 91.2.1.1.16 | ESCOLA DA PARADA-R. ESCOLA (CIL 0022163422) | 1.659,86 | 1.659,86 | 1.659,86 | 1.659,86 | | |
| 91.2.1.1.17 | ESCOLA DAS EIRAS - ALFANDEGA DA FÉ | 386,91 | 386,91 | 386,91 | 386,91 | | |
| 91.2.1.1.18 | ESCOLA DE GEBELIM (CIL 0022162166) | 353,44 | 353,44 | 353,44 | 353,44 | | |
| 91.2.1.1.19 | ESCOLA DE SAMBADE (0022167221) | 2.587,09 | 2.587,09 | 2.587,09 | 2.587,09 | | |
| 91.2.1.1.20 | ESCOLA DE SOEIMA (0022170277) | 24,35 | 24,35 | 24,35 | 24,35 | | |
| 91.2.1.1.21 | ESCOLA DOS CEREJAIS-R SANTUARIO (CIL 0022159336) | 479,42 | 479,42 | 479,42 | 479,42 | | |
| 91.2.1.1.22 | ESCOLA FERRADOSA (CIL 00022162097) | 192,21 | 192,21 | 192,21 | 192,21 | | |
| 91.2.1.1.23 | ESCOLA PICOES (CIL 0022164983) | 31,61 | 31,61 | 31,61 | 31,61 | | |
| 91.2.1.1.24 | ESCOLA POMBAL (CIL 0022165292) | 46,84 | 46,84 | 46,84 | 46,84 | | |
| 91.2.1.1.25 | ESCOLA SALDONHA (CIL 0022165884) | 52,12 | 52,12 | 52,12 | 52,12 | | |
| 91.2.1.1.26 | ESCOLA SARDÃO-SENDIM DA RIBEIRA (CIL 0022182201) | 149,31 | 149,31 | 149,31 | 149,31 | | |
| 91.2.1.1.27 | ESCOLA VALPEREIRO (CIL 0022170882) | 1.198,28 | 1.198,28 | 1.198,28 | 1.198,28 | | |
| 91.2.1.1.28 | ESCOLA VALVERDE | 226,37 | 226,37 | 226,37 | 226,37 | | |
| 91.2.1.1.29 | ESCOLA VILARCHÃO | 11,99 | 11,99 | 11,99 | 11,99 | | |
| 91.2.1.1.30 | ESCOLA VILARELHOS (CIL 0022174635) | 557,40 | 557,40 | 557,40 | 557,40 | | |
| 91.2.1.1.31 | ESCOLA VILARES DA VILARIÇA (CIL 0022187344) | 216,86 | 216,86 | 216,86 | 216,86 | | |
| 91.2.1.1.32 | JARDIM MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ | 2.523,05 | 2.523,05 | 2.523,05 | 2.523,05 | | |
| 91.2.1.1.33 | MERCADO MUNICIPAL (CIL 0111954896) | 1.406.414,06 | 1.406.414,06 | 1.406.414,06 | 1.406.414,06 | | |
| 91.2.1.1.34 | PISCINAS DO ARA E ESPAÇO ENVOLVENTE | 209,89 | 209,89 | 209,89 | 209,89 | | |
| 91.2.1.1.35 | TALHOS MUNICIPAIS | 11,93 | 11,93 | 11,93 | 11,93 | | |
| 91.2.1.1.36 | TORRE DO RELÓGIO (CIL 0022182187) | 53,35 | 53,35 | 53,35 | 53,35 | | |
| 91.2.1.1.37 | CORETO MUNICIPAL (CIL 0022157591) | 87,59 | 87,59 | 87,59 | 87,59 | | |
| 91.2.1.1.40 | ESCOLA PRÉ PRIMARIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ | 994,02 | 994,02 | 994,02 | 994,02 | | |
| 91.2.1.1.41 | ESCOLA EBI ALFANDEGA DA FÉ | 1.529,19 | 1.529,19 | 1.529,19 | 1.529,19 | | |
| 91.2.1.1.42 | APARTAMENTO TURISTICO DE SENDIM DA SERRA | 1.294,36 | 1.294,36 | 1.294,36 | 1.294,36 | | |
| 91.2.1.1.43 | APARTAMENTO TURISTICO DE VALES | 1.501,57 | 1.501,57 | 1.501,57 | 1.501,57 | | |
| 91.2.1.1.44 | APARTAMENTO TURISTICO DE COVELAS | 1.476,87 | 1.476,87 | 1.476,87 | 1.476,87 | | |
| 91.2.1.1.45 | APARTAMENTO TURISTICO DE GOUVEIA | 54,90 | 54,90 | 54,90 | 54,90 | | |
| 91.2.1.1.46 | APARTAMENTO TURISTICO DE CABREIRA | 1.021,96 | 1.021,96 | 1.021,96 | 1.021,96 | | |
| 91.2.1.1.47 | APARTAMENTO TURISTICO DE COLMEIAS | 1.560,59 | 1.560,59 | 1.560,59 | 1.560,59 | | |
| 91.2.1.1.48 | CONJUNTO HABITACIONAL BAIRRO VALE TELHEIRO | 2.451,93 | 2.451,93 | 2.451,93 | 2.451,93 | | |
| 91.2.1.1.49 | BAR DO CASTELO (CIL 0116234607) | 934,76 | 934,76 | 934,76 | 934,76 | | |
| 91.2.1.1.50 | BAIRRO SOCIAL TRÁS DE CASTELO | 34.152,10 | 34.152,10 | 34.152,10 | 34.152,10 | | |
| 91.2.1.1.53 | ESPAÇO DE LAZER E BEM ESTAR DE PARADA | 616,47 | 616,47 | 616,47 | 616,47 | | |
| 91.2.1.1.54 | ESCOLA CASTELO AFE (CIL 0022181652) | 276,35 | 276,35 | 276,35 | 276,35 | | |
| 91.2.1.1.55 | ESCOLA SENDIM DA RIBEIRA (CIL 0022169502) | 50,61 | 50,61 | 50,61 | 50,61 | | |
| 91.2.1.1.56 | RECINTO DA FEIRA (CIL 0074714689) | 4.220,48 | 4.220,48 | 4.220,48 | 4.220,48 | | |
| 91.2.1.1.57 | MERCADO MUNICIPAL, 25 (CIL 0075409226) | 3.622,44 | 3.622,44 | 3.622,44 | 3.622,44 | | |
| 91.2.1.2 | OUTROS EQUIPAMENTOS | 52.442,32 | 52.442,32 | 52.442,32 | 52.442,32 | | |
| 91.2.1.2.01 | 0022163307 BA - Rua das Alminhas -Gouveia | 578,62 | 578,62 | 578,62 | 578,62 | | |
| 91.2.1.2.02 | 0022178651 BA - Rua da Portela da Fonte -Agrobom | 146,08 | 146,08 | 146,08 | 146,08 | | |
| 91.2.1.2.03 | 0022178673 BA - Rua do Ribeiro -Cabreira, Gouveia | 400,27 | 400,27 | 400,27 | 400,27 | | |
| | A TRANSPORTAR ... | 9.400.049,27 | 18.149.954,24 | 9.400.049,27 | 18.149.954,24 | | 8.749.904,97 |

| ENTIDADE | BALANCETE ANALITICO DO PLANO ANALITICO | | | | 2015 INFORM. DE 2015 | | |
|----------------|--|-------------------|---------------|---------------|----------------------|---------|--------------|
| | M.A.F. | PERIODO : Janeiro | A Apuramento | | 2015/03/26 | 2014 | 3 |
| COD. CONTA | DESIGNACAO | DO PERIODO | | ACUMULADO | | SALDO | |
| | | DEBITO | CREDITO | DEBITO | CREDITO | DEVEDOR | CREADOR |
| | TRANSPORTE ... | 9.400.049,27 | 18.149.954,24 | 9.400.049,27 | 18.149.954,24 | | 8.749.904,97 |
| 91.2.1.2.04 | 0022178695 BA - Rua da Igreja -Felgueiras, Agrobom | 318,71 | 318,71 | 318,71 | 318,71 | | |
| 91.2.1.2.05 | 0022178811 BA - Rua Igreja -Sendim da Ribeira | 166,67 | 166,67 | 166,67 | 166,67 | | |
| 91.2.1.2.06 | 0022178833 BA - Rua principal -Vale Pereiro | 303,60 | 303,60 | 303,60 | 303,60 | | |
| 91.2.1.2.07 | 0022178855 BA - Largo do cruzeiro -Vilarelhos | 235,55 | 235,55 | 235,55 | 235,55 | | |
| 91.2.1.2.08 | 0022178866 BA - Rua da Igreja -Vilares da Vilarica | 501,19 | 501,19 | 501,19 | 501,19 | | |
| 91.2.1.2.09 | 0022181388 BA - Lugar soute fora -Furo de Colmeais | 789,21 | 789,21 | 789,21 | 789,21 | | |
| 91.2.1.2.11 | 0022181413 BA - Largo da praça -Vilarchão | 77,11 | 77,11 | 77,11 | 77,11 | | |
| 91.2.1.2.12 | 0022181424 BA - Largo do Cabecinho -Parada | 62,67 | 62,67 | 62,67 | 62,67 | | |
| 91.2.1.2.13 | 0022182198 Rua do Pocinho - Vilarchão | 64,45 | 64,45 | 64,45 | 64,45 | | |
| 91.2.1.2.14 | 0022185041 BA - R. Portelinha-Picões, Ferradosa | 827,80 | 827,80 | 827,80 | 827,80 | | |
| 91.2.1.2.15 | 0022185291 BA - largo S. Amaro-Legoinha-Vilarchão | 273,70 | 273,70 | 273,70 | 273,70 | | |
| 91.2.1.2.16 | 0022185826 BA - R. Cabecinho-Cruzamento da Parada | 122,30 | 122,30 | 122,30 | 122,30 | | |
| 91.2.1.2.17 | 0022186055 BA - Largo do tanque -Saldonha | 233,36 | 233,36 | 233,36 | 233,36 | | |
| 91.2.1.2.18 | 0022188028 BA - Rua Calvário-Vilares da Vilarica | 310,90 | 310,90 | 310,90 | 310,90 | | |
| 91.2.1.2.19 | 0022188039 BA - Rua Santo António -Sambade | 253,72 | 253,72 | 253,72 | 253,72 | | |
| 91.2.1.2.20 | 0052109281 BA - Rua da Serra, Ferradosa | 401,30 | 401,30 | 401,30 | 401,30 | | |
| 91.2.1.2.21 | 0075028388 BA - EN 315 -Sambade(0022183113) | 502,34 | 502,34 | 502,34 | 502,34 | | |
| 91.2.1.2.23 | 0113658191 BA-Lugr V. Abade,Alfandega Da Fe | 160,17 | 160,17 | 160,17 | 160,17 | | |
| 91.2.1.2.24 | 0022161243 BA - Estrada Municipal -Eucisia | 43.448,14 | 43.448,14 | 43.448,14 | 43.448,14 | | |
| 91.2.1.2.25 | 0112757471 - Lugar da Estevainha | 1.288,31 | 1.288,31 | 1.288,31 | 1.288,31 | | |
| 91.2.1.2.28 | 0070173067 BA - Lugar da Estevainha, AFE | 966,17 | 966,17 | 966,17 | 966,17 | | |
| 91.2.1.2.29 | SEMAFOROS | 9,98 | 9,98 | 9,98 | 9,98 | | |
| 91.2.1.3 | ETARES DO CONCELHO | 2.794,80 | 2.794,80 | 2.794,80 | 2.794,80 | | |
| 91.2.1.3.01 | ETAR DE VALVERDE (CIL 0117240423) | 43,84 | 43,84 | 43,84 | 43,84 | | |
| 91.2.1.3.02 | ETAR COLMEAIS(506647498011-0106045641-0106966528 | 1.161,84 | 1.161,84 | 1.161,84 | 1.161,84 | | |
| 91.2.1.3.03 | ETAR GEBELIM 506647498015-0105066748-0106966324 | 732,25 | 732,25 | 732,25 | 732,25 | | |
| 91.2.1.3.04 | ETAR EIRA-PARADA 0106133029-0106966619-01069666789 | 541,67 | 541,67 | 541,67 | 541,67 | | |
| 91.2.1.3.05 | ETAR CEREJAIS (0113492585) | 30,73 | 30,73 | 30,73 | 30,73 | | |
| 91.2.1.3.06 | ETAR CARRAQUEIRA PARADA (0106045754) | 147,28 | 147,28 | 147,28 | 147,28 | | |
| 91.2.1.3.07 | ETAR EUCISIA (0113492608) | 29,83 | 29,83 | 29,83 | 29,83 | | |
| 91.2.1.3.08 | ETAR - FERRADOSA (0113535709) | 107,36 | 107,36 | 107,36 | 107,36 | | |
| 91.3 | PROGRAMAS IEFP | 166.906,24 | 166.906,24 | 166.906,24 | 166.906,24 | | |
| 91.3.1 | ESTÁGIOS PROFISSIONAIS | 74.512,77 | 74.512,77 | 74.512,77 | 74.512,77 | | |
| 91.3.2 | PROGRAMAS CEI | 7.714,64 | 7.714,64 | 7.714,64 | 7.714,64 | | |
| 91.3.3 | PROGRAMAS CEI+ | 84.678,83 | 84.678,83 | 84.678,83 | 84.678,83 | | |
| 92 | SUBSIDIOS, TRANSFERÊNCIAS E CUSTOS FINANCEIROS | 1.929.203,47 | 1.929.203,47 | 1.929.203,47 | 1.929.203,47 | | |
| 92.01 | FUNCOES GERAIS | 62.001,55 | 62.001,55 | 62.001,55 | 62.001,55 | | |
| 92.01.01 | SERVICOS GERAIS | 61.799,82 | 61.799,82 | 61.799,82 | 61.799,82 | | |
| 92.01.01.01 | ADMINISTRACAO GERAL | 61.799,82 | 61.799,82 | 61.799,82 | 61.799,82 | | |
| 92.01.01.01.00 | ADMINISTRACAO GERAL | 27.143,39 | 27.143,39 | 27.143,39 | 27.143,39 | | |
| 92.01.01.01.01 | COMUNICAÇÕES | 34.656,43 | 34.656,43 | 34.656,43 | 34.656,43 | | |
| 92.01.02 | SEGURANCA E ORDEM PÚBLICAS | 201,73 | 201,73 | 201,73 | 201,73 | | |
| 92.01.02.01 | PROTECCAO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS | 201,73 | 201,73 | 201,73 | 201,73 | | |
| 92.02 | FUNCOES SOCIAIS | 460.697,68 | 460.697,68 | 460.697,68 | 460.697,68 | | |
| 92.02.04 | HABITACAO E SERVICOS COLECTIVOS | 458.697,68 | 458.697,68 | 458.697,68 | 458.697,68 | | |
| 92.02.04.03 | SANEAMENTO | 173.515,22 | 173.515,22 | 173.515,22 | 173.515,22 | | |
| 92.02.04.04 | ABASTECIMENTO DE AGUA | 247.665,78 | 247.665,78 | 247.665,78 | 247.665,78 | | |
| 92.02.04.05 | RESIDUOS SOLIDOS | 36.436,68 | 36.436,68 | 36.436,68 | 36.436,68 | | |
| 92.02.04.06 | PROTECCAO MEIO AMB. E CONS. DA NATURE | 1.080,00 | 1.080,00 | 1.080,00 | 1.080,00 | | |
| 92.02.05 | SERVICOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIG. | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | | |
| 92.02.05.01 | CULTURA | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | | |
| 92.03 | FUNCOES ECONOMICAS | 177.788,46 | 177.788,46 | 177.788,46 | 177.788,46 | | |
| 92.03.02 | INDÚSTRIA E ENERGIA | 177.788,46 | 177.788,46 | 177.788,46 | 177.788,46 | | |
| 92.03.02.02 | ENERGIA | 177.788,46 | 177.788,46 | 177.788,46 | 177.788,46 | | |
| 92.04 | OUTRAS FUNCOES | 1.228.715,78 | 1.228.715,78 | 1.228.715,78 | 1.228.715,78 | | |
| 92.04.01 | OPERACOES DA DIVIDA AUTARQUICA | 1.211.334,01 | 1.211.334,01 | 1.211.334,01 | 1.211.334,01 | | |
| 92.04.01.01 | INSTITUICOES DE CREDITO | 1.195.343,49 | 1.195.343,49 | 1.195.343,49 | 1.195.343,49 | | |
| 92.04.01.02 | OUTROS | 15.990,52 | 15.990,52 | 15.990,52 | 15.990,52 | | |
| | A TRANSPORTAR ... | 11.532.889,36 | 20.282.794,33 | 11.532.889,36 | 20.282.794,33 | | 8.749.904,97 |

| ENTIDADE | BALANCETE ANALITICO DO PLANO ANALITICO | | | | 2015 - INFORM. DE 2015 | | |
|-------------------|--|-------------------|---------------|---------------|------------------------|--------------|--------------|
| | M.A.F. | PERIODO : Janeiro | A Apuramento | | 2015/03/26 | 2014 | 4 |
| COD. CONTA | DESIGNACAO | DO PERIODO | | ACUMULADO | | SALDO | |
| | | DEBITO | CREDITO | DEBITO | CREDITO | DEVEDOR | CREADOR |
| | TRANSPORTE ... | 11.532.889,36 | 20.282.794,33 | 11.532.889,36 | 20.282.794,33 | | 8.749.904,97 |
| 92.04.02 | TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRACOES | 17.381,77 | 17.381,77 | 17.381,77 | 17.381,77 | | |
| 92.04.02.02 | PROTOCOLOS COM FREGUESIAS | 17.381,77 | 17.381,77 | 17.381,77 | 17.381,77 | | |
| 92.04.02.02.18 | VILARCHAO | 2.974,63 | 2.974,63 | 2.974,63 | 2.974,63 | | |
| 92.04.02.02.26 | UNIÃO DAS FREGUESIAS DE POMBAL E VALES | 7.603,00 | 7.603,00 | 7.603,00 | 7.603,00 | | |
| 92.04.02.02.27 | FREGUESIA DE SAMBADE | 6.804,14 | 6.804,14 | 6.804,14 | 6.804,14 | | |
| 93 | GESTÃO DE ACTIVIDADES E OBRAS ADMIN.DIRECTA | 20.187,80 | 20.187,80 | 20.187,80 | 20.187,80 | | |
| 93.01 | ACTIVIDADES MUNICIPAIS | 20.187,80 | 20.187,80 | 20.187,80 | 20.187,80 | | |
| 93.01.02 | MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INSTALAÇÕES | 19.582,60 | 19.582,60 | 19.582,60 | 19.582,60 | | |
| 93.01.02.01 | EDIFICIOS DO MUNICIPIO | 19.498,97 | 19.498,97 | 19.498,97 | 19.498,97 | | |
| 93.01.02.01.01 | EDIFICIO SEDE PAÇOS DO CONCELHO | 509,24 | 509,24 | 509,24 | 509,24 | | |
| 93.01.02.01.11 | ESCOLAS DESATIVAS DO CONCELHO | 467,88 | 467,88 | 467,88 | 467,88 | | |
| 93.01.02.01.11.01 | Escola de Vilares da Vilarica (CIL 0022176084) | 467,88 | 467,88 | 467,88 | 467,88 | | |
| 93.01.02.01.13 | MERCADO MUNICIPAL | 18.000,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | | |
| 93.01.02.01.24 | CASAS DE BANHO PUBLICAS (CIL 0022154773) | 433,29 | 433,29 | 433,29 | 433,29 | | |
| 93.01.02.01.26 | ANTIGO EDIFICIO DA CÂMARA MUNICIPAL | 88,56 | 88,56 | 88,56 | 88,56 | | |
| 93.01.02.02 | ESPAÇOS VERDES | 83,63 | 83,63 | 83,63 | 83,63 | | |
| 93.01.02.02.04 | ESPAÇOS VERDES | 83,63 | 83,63 | 83,63 | 83,63 | | |
| 93.01.06 | ACCAO SOCIAL | 100,20 | 100,20 | 100,20 | 100,20 | | |
| 93.01.06.01 | HABITACAO SOCIAL - MANUTENÇÃO | 100,20 | 100,20 | 100,20 | 100,20 | | |
| 93.01.06.01.02 | HABITACAO SOCIAL - Eiras | 100,20 | 100,20 | 100,20 | 100,20 | | |
| 93.01.10 | CULTURA | 505,00 | 505,00 | 505,00 | 505,00 | | |
| 93.01.10.05 | ACTIVIDADES DIVERSAS | 505,00 | 505,00 | 505,00 | 505,00 | | |
| 93.01.10.05.02 | FEIRA DA CEREJA | 505,00 | 505,00 | 505,00 | 505,00 | | |
| 94 | FUNCOES GERAIS | 8.749.904,97 | | 8.749.904,97 | | 8.749.904,97 | |
| 94.01 | FUNCOES GERAIS | 2.857.076,57 | | 2.857.076,57 | | 2.857.076,57 | |
| 94.01.01 | SERVICOS GERAIS | 2.847.597,61 | | 2.847.597,61 | | 2.847.597,61 | |
| 94.01.01.01 | ADMINISTRACAO GERAL | 2.847.597,61 | | 2.847.597,61 | | 2.847.597,61 | |
| 94.01.02 | SEGURANCA E ORDEM PÚBLICAS | 9.478,96 | | 9.478,96 | | 9.478,96 | |
| 94.01.02.01 | PROTECCAO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS | 9.478,96 | | 9.478,96 | | 9.478,96 | |
| 94.02 | FUNCOES SOCIAIS | 3.286.082,86 | | 3.286.082,86 | | 3.286.082,86 | |
| 94.02.01 | EDUCACAO | 553.149,45 | | 553.149,45 | | 553.149,45 | |
| 94.02.01.01 | ENSINO NAO SUPERIOR | 146.803,74 | | 146.803,74 | | 146.803,74 | |
| 94.02.01.02 | SERVICOS AUXILIARES DE ENSINO | 406.345,71 | | 406.345,71 | | 406.345,71 | |
| 94.02.02 | SAÚDE | 252,60 | | 252,60 | | 252,60 | |
| 94.02.02.01 | SERVICOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE | 252,60 | | 252,60 | | 252,60 | |
| 94.02.03 | SEGURANCA E ACCAO SOCIAIS | 115.674,04 | | 115.674,04 | | 115.674,04 | |
| 94.02.03.02 | ACCAO SOCIAL | 115.674,04 | | 115.674,04 | | 115.674,04 | |
| 94.02.04 | HABITACAO E SERVICOS COLECTIVOS | 967.572,50 | | 967.572,50 | | 967.572,50 | |
| 94.02.04.01 | HABITACAO | 50.698,64 | | 50.698,64 | | 50.698,64 | |
| 94.02.04.02 | ORDENAMENTO DO TERRITORIO | 417,60 | | 417,60 | | 417,60 | |
| 94.02.04.03 | SANEAMENTO | 223.369,35 | | 223.369,35 | | 223.369,35 | |
| 94.02.04.04 | ABASTECIMENTO DE AGUA | 428.060,33 | | 428.060,33 | | 428.060,33 | |
| 94.02.04.05 | RESIDUOS SOLIDOS | 235.970,30 | | 235.970,30 | | 235.970,30 | |
| 94.02.04.06 | PROTECCAO MEIO AMB. E CONS. DA NATURE | 29.056,28 | | 29.056,28 | | 29.056,28 | |
| 94.02.05 | SERVICOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIG. | 1.649.434,27 | | 1.649.434,27 | | 1.649.434,27 | |
| 94.02.05.01 | CULTURA | 1.341.702,37 | | 1.341.702,37 | | 1.341.702,37 | |
| 94.02.05.02 | DESPORTO RECREIO E LAZER | 307.731,90 | | 307.731,90 | | 307.731,90 | |
| 94.03 | FUNCOES ECONOMICAS | 391.033,14 | | 391.033,14 | | 391.033,14 | |
| 94.03.02 | INDÚSTRIA E ENERGIA | 249.046,70 | | 249.046,70 | | 249.046,70 | |
| 94.03.02.02 | ENERGIA | 249.046,70 | | 249.046,70 | | 249.046,70 | |
| 94.03.03 | TRANSPORTES E COMUNICACOES | 12.946,99 | | 12.946,99 | | 12.946,99 | |
| 94.03.03.01 | TRANSPORTES RODOVIARIOS | 12.946,99 | | 12.946,99 | | 12.946,99 | |
| 94.03.04 | COMERCIO E TURISMO | 53.096,89 | | 53.096,89 | | 53.096,89 | |
| 94.03.04.01 | MERCADOS E FEIRAS | 43.417,73 | | 43.417,73 | | 43.417,73 | |
| 94.03.04.02 | TURISMO | 9.679,16 | | 9.679,16 | | 9.679,16 | |
| 94.03.05 | OUTRAS FUNCOES ECONOMICAS | 75.942,56 | | 75.942,56 | | 75.942,56 | |
| 94.03.05.01 | PARQUES LOGISTICOS | 75.942,56 | | 75.942,56 | | 75.942,56 | |
| 94.04 | OUTRAS FUNCOES | 2.215.712,40 | | 2.215.712,40 | | 2.215.712,40 | |
| | A TRANSPORTAR ... | 18.104.651,50 | 20.320.363,90 | 18.104.651,50 | 20.320.363,90 | 6.534.192,57 | 8.749.904,97 |

| ENTIDADE | | BALANCETE ANALITICO DO PLANO ANALITICO | | | | 2015 INFORM. DE 2015 | | |
|-------------|---|--|---------------|---------------|---------------|----------------------|--------------|---|
| M.A.F. | | PERIODO : Janeiro A Apuramento | | | | 2015/03/26 | 2014 | 5 |
| COD. CONTA | DESIGNACAO | DO PERIODO | | ACUMULADO | | SALDO | | |
| | | DEBITO | CREDITO | DEBITO | CREDITO | DEVEDOR | CREADOR | |
| | TRANSPORTE ... | 18.104.651,50 | 20.320.363,90 | 18.104.651,50 | 20.320.363,90 | 6.534.192,57 | 8.749.904,97 | |
| 94.04.01 | OPERACOES DA DIVIDA AUTARQUICA | 1.632.497,74 | | 1.632.497,74 | | 1.632.497,74 | | |
| 94.04.01.01 | INSTITUICOES DE CREDITO | 1.632.497,74 | | 1.632.497,74 | | 1.632.497,74 | | |
| 94.04.02 | TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRACOES | 24.349,12 | | 24.349,12 | | 24.349,12 | | |
| 94.04.02.01 | ADMINISTRACAO AUTARQUICA | 24.349,12 | | 24.349,12 | | 24.349,12 | | |
| 94.04.03 | DIVERSAS NAO ESPECIFICADAS | 558.865,54 | | 558.865,54 | | 558.865,54 | | |
| 95 | CUSTOS INDIRECTOS | 2.644.224,41 | 2.644.224,41 | 2.644.224,41 | 2.644.224,41 | | | |
| 95.1 | APURAMENTO DE CUSTOS INDIRECTOS | 2.644.224,41 | 2.644.224,41 | 2.644.224,41 | 2.644.224,41 | | | |
| 96 | VIATURAS E EQUIPAMENTO | 141.532,79 | 141.532,79 | 141.532,79 | 141.532,79 | | | |
| 96.1 | VIATURAS E EQUIPAMENTO PESADO | 140.291,12 | 140.291,12 | 140.291,12 | 140.291,12 | | | |
| 96.1.001 | MITSUBISHI L200 - 09-50-GC | 1.171,11 | 1.171,11 | 1.171,11 | 1.171,11 | | | |
| 96.1.003 | TRACTOR LANBORGUINI 70 - 29-96-GX | 2.237,37 | 2.237,37 | 2.237,37 | 2.237,37 | | | |
| 96.1.004 | HONDA - 1AFE08-29 - 01-FC-66 0 | 185,90 | 185,90 | 185,90 | 185,90 | | | |
| 96.1.005 | TOYOTA HIACE 73-18-VP | 1.093,52 | 1.093,52 | 1.093,52 | 1.093,52 | | | |
| 96.1.007 | TOYOTA HILUX 4X4 - QQ-30-78 | 352,05 | 352,05 | 352,05 | 352,05 | | | |
| 96.1.008 | RETROSCAVADORA VENIERI | 57.610,22 | 57.610,22 | 57.610,22 | 57.610,22 | | | |
| 96.1.009 | BULDOZER KOMATSU - D 37 E-5 | 6.346,69 | 6.346,69 | 6.346,69 | 6.346,69 | | | |
| 96.1.010 | NISSAN VANETTE - 40-34-NX | 784,10 | 784,10 | 784,10 | 784,10 | | | |
| 96.1.011 | NISSAN 4X4 - 13-74-NU | 1.141,90 | 1.141,90 | 1.141,90 | 1.141,90 | | | |
| 96.1.012 | CLIO - 04-15-TX | 1.154,13 | 1.154,13 | 1.154,13 | 1.154,13 | | | |
| 96.1.013 | CLIO - 04-49-TX | 1.074,80 | 1.074,80 | 1.074,80 | 1.074,80 | | | |
| 96.1.014 | CLIO - 04-80-TX | 346,04 | 346,04 | 346,04 | 346,04 | | | |
| 96.1.015 | TRACTOR JOHN DEERE - 73-94-UV | 1.513,59 | 1.513,59 | 1.513,59 | 1.513,59 | | | |
| 96.1.017 | ISUZU - 02-04-UI | 3.093,37 | 3.093,37 | 3.093,37 | 3.093,37 | | | |
| 96.1.018 | RENAULT KANGOO - 17-02-VI | 788,46 | 788,46 | 788,46 | 788,46 | | | |
| 96.1.019 | COMPRESSOR XAS 66DD | 40,84 | 40,84 | 40,84 | 40,84 | | | |
| 96.1.020 | OPEL CORSA - 11-95-AJ | 358,17 | 358,17 | 358,17 | 358,17 | | | |
| 96.1.022 | TOYOTA AUTOCARRO - 46-66-SX | 1.362,22 | 1.362,22 | 1.362,22 | 1.362,22 | | | |
| 96.1.024 | SCANIA - EH-02-99 | 2.507,83 | 2.507,83 | 2.507,83 | 2.507,83 | | | |
| 96.1.027 | VOKSWAGEN PASSAT - 43-86-VF | 955,00 | 955,00 | 955,00 | 955,00 | | | |
| 96.1.028 | MOTONIVELADORA DRESSER | 1.308,12 | 1.308,12 | 1.308,12 | 1.308,12 | | | |
| 96.1.029 | CARRO VASSOURA CLEANGO | 302,29 | 302,29 | 302,29 | 302,29 | | | |
| 96.1.031 | MITSUBISHI L200 - 44-85-NS | 1.382,74 | 1.382,74 | 1.382,74 | 1.382,74 | | | |
| 96.1.034 | HONDA 01-FC-69 0 | 82,89 | 82,89 | 82,89 | 82,89 | | | |
| 96.1.035 | MERCEDES VITO 111 CDI 16-79-ZF | 5.032,97 | 5.032,97 | 5.032,97 | 5.032,97 | | | |
| 96.1.037 | IVECO 67-BH-66 | 4.717,85 | 4.717,85 | 4.717,85 | 4.717,85 | | | |
| 96.1.039 | IVECO 29-BV-59 | 7.747,21 | 7.747,21 | 7.747,21 | 7.747,21 | | | |
| 96.1.040 | M.A.N. 22-77-AE | 11.945,81 | 11.945,81 | 11.945,81 | 11.945,81 | | | |
| 96.1.041 | CILINDRO BOMAG 15W | 791,61 | 791,61 | 791,61 | 791,61 | | | |
| 96.1.042 | BULDOZER TRACTOR DE RASTOS DEUTZ | 5.202,09 | 5.202,09 | 5.202,09 | 5.202,09 | | | |
| 96.1.043 | MITSUBISHI 96-FU-86 | 5.649,68 | 5.649,68 | 5.649,68 | 5.649,68 | | | |
| 96.1.044 | MITSUBISHI CANTER SD-97-51 | 908,99 | 908,99 | 908,99 | 908,99 | | | |
| 96.1.045 | MERCEDES-BENZ MODLO C220 CDI - 49-LF-61 | 5.659,06 | 5.659,06 | 5.659,06 | 5.659,06 | | | |
| 96.1.046 | 68-80-VR | 180,00 | 180,00 | 180,00 | 180,00 | | | |
| 96.1.047 | MAQUINA MINI GIRATORIA CASE CX36B | 2.330,19 | 2.330,19 | 2.330,19 | 2.330,19 | | | |
| 96.1.048 | PEUGEOT PARTNER - 08-BU-54 | 1.739,70 | 1.739,70 | 1.739,70 | 1.739,70 | | | |
| 96.1.049 | OPEL VIVARO DIESEL 78-52-ZC | 527,01 | 527,01 | 527,01 | 527,01 | | | |
| 96.1.052 | RETROSCAVADORA KOMATSU WB93R-2 | 665,60 | 665,60 | 665,60 | 665,60 | | | |
| 96.2 | MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | 1.241,67 | 1.241,67 | 1.241,67 | 1.241,67 | | | |
| 96.2.001 | MÁQUINA CORTA RELVA VIKING MT785 | 242,65 | 242,65 | 242,65 | 242,65 | | | |
| 96.2.003 | MOTOR DE REGA | 8,00 | 8,00 | 8,00 | 8,00 | | | |
| 96.2.006 | MOTORROÇADORA 1 | 37,82 | 37,82 | 37,82 | 37,82 | | | |
| 96.2.011 | MOTOCULTIVADOR | 75,06 | 75,06 | 75,06 | 75,06 | | | |
| 96.2.017 | MAQUINA DESENTUPIDORA DE CANOS | 9,35 | 9,35 | 9,35 | 9,35 | | | |
| 96.2.018 | GERADOR | 18,93 | 18,93 | 18,93 | 18,93 | | | |
| 96.2.019 | BETONEIRA 1 | 6,39 | 6,39 | 6,39 | 6,39 | | | |
| 96.2.026 | CORTA RELVA HONDA | 164,19 | 164,19 | 164,19 | 164,19 | | | |
| 96.2.030 | REGADOR EMULSÃO COM MOTOR A GASOLEO | 32,10 | 32,10 | 32,10 | 32,10 | | | |
| 96.2.032 | MOTOSERRA STIHL | 10,50 | 10,50 | 10,50 | 10,50 | | | |
| | A TRANSPORTAR ... | 23.105.484,42 | 23.105.484,42 | 23.105.484,42 | 23.105.484,42 | 8.749.904,97 | 8.749.904,97 | |

| ENTIDADE | BALANCETE ANALITICO DO PLANO ANALITICO | | | | 2015 - INFORM. DE 2015 | | |
|------------|--|-------------------|---------------|---------------|------------------------|--------------|--------------|
| | M.A.F. | PERIODO : Janeiro | A Apuramento | | 2015/03/26 | 2014 | 6 |
| COD. CONTA | DESIGNACAO | DO PERIODO | | ACUMULADO | | SALDO | |
| | | DEBITO | CREDITO | DEBITO | CREDITO | DEVEDOR | CREDOR |
| | TRANSPORTE ... | 23.105.484,42 | 23.105.484,42 | 23.105.484,42 | 23.105.484,42 | 8.749.904,97 | 8.749.904,97 |
| 96.2.036 | ROÇADORA STHILL FS38 | 53,51 | 53,51 | 53,51 | 53,51 | | |
| 96.2.040 | MOTOENXADA HONDA | 1,11 | 1,11 | 1,11 | 1,11 | | |
| 96.2.043 | CORTA SEBES TIVOLI 60 | 31,98 | 31,98 | 31,98 | 31,98 | | |
| 96.2.045 | TRATOR CORTA RELVA HONDA | 550,08 | 550,08 | 550,08 | 550,08 | | |
| | TOTAL ... | 23.106.121,10 | 23.106.121,10 | 23.106.121,10 | 23.106.121,10 | 8.749.904,97 | 8.749.904,97 |

Ficha do Município

ALFÂNDEGA DA FÉ

Prestação de Contas de
2014

A. Dados entidade:

Área (Km2) 321.99 População (hab.) 5104 Eleitores (n.º) 6091
Pessoal ao serviço (n.º) 133 (4.º Trimestre de 2014)

B. Receita corrente cobrada líquida

| Receita Corrente Líquida 2011 | Receita Corrente Líquida 2012 | Receita Corrente Líquida 2013 | Total | Média da receita corrente líquida |
|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------|-----------------------------------|
| (1) | (2) | (3) | (4) = (1)+(2)+(3) | (5)=(4)/(3) |
| 4.963.877 | 4.886.645 | 6.637.796 | 16.488.317 | 5.496.106 |

C. Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais):

Limite dívida total 2014 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)

Limite da dívida total 8.244.158,55

D. Dívida total da autarquia

(em euros)

| Limite (1) | Dívida Total | | | | | | |
|---------------------------------|-----------------------------|----------------------------------|--------------|------------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------|
| | Total da dívida a terceiros | Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part | Dívida Total | Dívida Total Excluindo Orçamentais | Montante em Excesso | Margem Absoluta | Margem Utilizável |
| | (2) | (3) | (4)=(2)+(3) | (5) | (6)=(5)-(1), se (5)>(1) | (7)=(1)-(5), se (5)<(1) | (8)=(7)*20% |
| 8.244.159 | 01/01/2014 | | | | | | |
| | 20.356.014 | 279 | 20.356.293 | 20.304.836 | 12.060.678 | | |
| | 31/12/2014 | | | | | | |
| | 20.653.523 | 1.032 | 20.654.555 | 20.611.457 | 12.367.299 | | |
| Variação da Dívida % | | | | | | | 1,51% |
| Variação do Excesso da Dívida % | | | | | | | 2,54% |
| Utilização da Margem Disponível | | | | | | | |
| Dívida em excesso | | | | | | | |

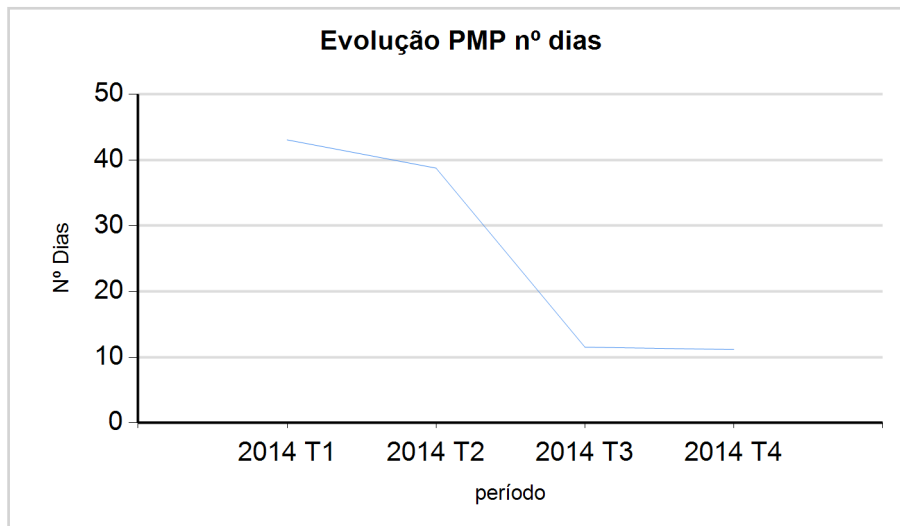
E. Prazo Médio de Pagamentos: (31-12-2014)

1. Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas 1.816.837 PMP 11 dias
2. Aquisição acumuladas 14.872.293
3. Último PMP publicado 57 dias (31/12/2013)

Ficha do Município

ALFÂNDEGA DA FÉ

Prestação de Contas de
2014



F. Indicadores de base para determinar situação de Saneamento ou Recuperação Financeira:

| | | | |
|--|------------|---|--------|
| Média da receita corrente líquida (últimos três anos) | 5.496.106 | Grau de execução da receita ano n-1 (%) | 92,17% |
| Dívida total excluindo orçamentais (31-12-2014) <small>(período corrente)</small> | 20.611.457 | Grau de execução da receita ano n-2 (%) | 70,48% |
| Dívida total excluindo empréstimos (31-12-2014) <small>(período corrente)</small> | 684.719 | | |

Saneamento Financeiro

Condições de adesão facultativa

Condições de adesão obrigatória

(facultativas para adesão ao mecanismo de recuperação financeira)

| | | | |
|--|-------------------------------------|--|--------------------------|
| Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos | <input checked="" type="checkbox"/> | Dívida total > 2,25 * média das receitas correntes dos últimos três anos e menor ou igual a 3 * a média das receitas correntes dos últimos três anos | <input type="checkbox"/> |
| Dívida total, excluindo empréstimos > 0,75 da média das receitas correntes dos últimos três anos | <input type="checkbox"/> | | |

Recuperação Financeira

Dívida total > 3* média das receitas correntes dos últimos três anos

Nota: Esta informação é meramente informativa uma vez que a aferição da situação de saneamento financeiro ou de ruptura financeira é efectuada com base nos dados da conta de gerência/prestação de contas.

G. Indicadores de Alerta Precoce:

| | | | |
|--|-------------------------------------|--|-------------------------------------|
| Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos | <input checked="" type="checkbox"/> | Dívida total = ou > 1,5 * média das receitas correntes dos últimos três anos | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Taxa de execução da receita ano n-1 e n-2 < 85% | <input type="checkbox"/> | | |

H. Resumo das Receitas e das Despesas (ano n-1):

(em euros)

Ficha do Município

ALFÂNDEGA DA FÉ

Prestação de Contas de
2014

| Receitas | | | | | Despesas | | | Saldo Orçamental para a gerência seguinte |
|-----------|------------|---------------------------------------|-------------------------|------------|-----------|------------|------------|---|
| Correntes | Capital | Saldo Orçamental da gerência anterior | Reposições não abatidas | Total | Correntes | Capital | Total | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 6.637.796 | 19.440.781 | 84.184 | 9.431 | 26.172.192 | 7.062.864 | 18.804.610 | 25.867.474 | 304.718 |

I. Despesa com pessoal (período homólogo):

| | | | | |
|------------|-----------|----------|---------------|--------|
| 1. Ano n-1 | 2.815.454 | Variação | Valor (2 - 1) | 39.676 |
| 2. Ano n | 2.855.129 | | % (2-1)/1 | 1,41% |

J. Pessoal ao serviço (período homólogo):

| | | | | |
|------------|-----|----------|---------------|---------|
| 1. Ano n-1 | 155 | Variação | Valor (2 - 1) | -22 |
| 2. Ano n | 133 | | % (2-1)/1 | -14,19% |

L: Cumprimento dos deveres de informação:

Sim

RESOLUÇÃO N.º 6/2013 DO TRIBUNAL DE CONTAS - ANEXO 1

COM REFERÊNCIA AO EXERCÍCIO DE 2014

MAPA DAS PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE - MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ**A - PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES SOCIETÁRIAS**

| Entidade participada | | Tipo de entidade | CAE | Capital | Participação no final do exercício | | | Forma da realização do capital | | Obs. |
|--|-----------|------------------|----------|-----------------|------------------------------------|------|----------------------------|--------------------------------|--------------------------|--|
| Denominação | N.I.P.C. | | | | Valor nominal subscrito | % | Valor nominal realizado | Meios monetários (montante) | Em espécie (montante) | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
| Aguas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA | 505863901 | SA | 36001 | 27.812.177,00 € | 106.119,00 € | 0,38 | 106.119,00 € | 106.119,00 € | | Participação 0,38% |
| ALFANDEGATUR - EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, E.M. | 502649631 | EMPRESA LOCAL | 55202-R3 | 819.940,00 € | 819.940,00 € | 100% | 819.940,00 € | 819.940,00 € | | O valor nominal de cada acção é de 5,00 €; No início de 2013 o capital era de : 290.000,00 €; Aumento de capital em 2013 : 529.940,00 €; Capital Social no final do ano é de 819.940,00 € número de acções 163.988,00. |

B - PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS

| Entidade participada | | Tipo de entidade | CAE | Capital estatutário | Contribuição | | Obs. | |
|--|-----------|---|-------|---------------------|--------------|---------------------|------|---|
| Denominação | N.I.P.C. | | | | Em N | Forma da realização | | |
| | | | | | | Meios monetários | | Em espécie |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana | 501383018 | Associação de Municípios de Fins Específicos | 94995 | n/a | 195.276,44 € | 195.276,44 € | | Participação em 15% -DR n.º 232, Série III, Pág. Inicial 22067, de 2004/10/01 |
| Desteque - Associação para o desenvolvimento da Terra Quente | 503022934 | Associação | 93990 | n/a | | | | Participação em 0% |
| Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes | 510957544 | Comunidade Intermunicipal - Lei n.º 75/2013, de 12.09 | 84130 | n/a | | | | Participação em 7,47% |
| Associação Nacional de Município Portugues | 501627413 | Associação | 94110 | n/a | | | | Participação em 0,28% |
| AE-TM - Agência de Energia de Trás-os-Montes | 509620540 | Associação | 94995 | n/a | | | | Participação em 0% |
| Turismo do porto e Norte de Portugal, ER | 508905435 | Não societaria | 84123 | n/a | | | | Participação em 1,16% |